
CADERNOS DO CHDD

ANO 6 • NÚMERO 11 • SEGUNDO SEMESTRE • 2007

CADERNOS DO CHDD

Editor

Embaixador Alvaro da Costa Franco

Editora Executiva

Maria do Carmo Strozzi Coutinho

Projeto Gráfico, Editoração e Revisão

Natalia Costa

Capa

Carlos Krämer

Impressão e Acabamento

Gráfica Brasil

Tiragem

1.000 exemplares

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Celso Amorim
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Jeronimo Moscardo

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA



Diretor

Embaixador Alvaro da Costa Franco

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, bloco h,
anexo 2, térreo, sala 1
70170-900 - Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033 / 6034
Fax: (61) 3411 9125
www.funag.gov.br

O *Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), da Fundação Alexandre de Gusmão / MRE, sediado no Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, prédio onde está depositado um dos mais ricos acervos sobre o tema, tem por objetivo estimular os estudos sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil.

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
20080-002 - Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 2233 2318 / 2079
chdd@funag.gov.br / chdd.funag@veloxmail.com.br

SUMÁRIO

VII	Carta do Editor	<hr/>
9	José Maria do Amaral: Diários, cartas e apontamentos, 1857-1862	
225	Correspondência com José Maria da Silva Paranhos	<hr/>
349	Os colóquios da Casa das Pedras: Argumentos da diplomacia de San Tiago Dantas <i>Gelson Fonseca Jr.</i>	<hr/>
397	O caso Descalvados: Tentativas expansionistas belgas no Brasil <i>Hilgard O'Reilly Sternberg</i>	<hr/>
415	Correndo o Véu: segredos da política internacional sul-americana	<hr/>
475	Aposentadoria de Souza Dantas	<hr/>

CARTA DO EDITOR

Contempla este *Caderno* temas de grande diversidade. Os apontamentos de José Maria do Amaral reúnem, sob títulos diversos – notas históricas, diários, etc. –, o registro de suas experiências profissionais e de sua vida diária em Paraná, então capital da Confederação Argentina, onde, de 1856 a 1860, chefiou a missão do Brasil junto ao governo do general Urquiza. São documentos que se encontram em arquivos particulares e, ao que creio, absolutamente inéditos. Decidimos complementar sua publicação com a transcrição da correspondência entre o autor e o visconde do Rio Branco no mesmo período, existente no Arquivo Histórico do Itamaraty. Os estudiosos das relações com os Estados do Prata encontrarão nestes documentos um interessante contraponto à correspondência oficial do período.

Sob o título de “Os Colóquios da Casa das Pedras”, editamos as atas informais das reuniões promovidas por Francisco Clementino de San Tiago Dantas, recém-designado ministro das Relações Exteriores do gabinete Tancredo Neves, para uma livre discussão, com um grupo de colaboradores do Itamaraty, dos principais temas de política internacional de que se deveria ocupar. O embaixador Gelson Fonseca aceitou apresentar este documento, um raro “instantâneo” de um processo de formulação política. Documento único, por ser o registro fiel de um debate informal sobre os temas da pauta internacional e pelo próprio ineditismo do procedimento, sem precedentes entre nós.

O professor Hilgard O'Reilly Sternberg, que, no Brasil, foi professor de geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Instituto Rio Branco, antes de sagrar-se como professor titular em Berkeley, aceitou em autorizar a publicação de seu artigo sobre as ambições coloniais da Bélgica em território brasileiro, um tema pouco conhecido, que mereceu – muitos anos há – sua atenção e minuciosa pesquisa. Publicado originalmente no livro de homenagem ao geógrafo português Orlando Ribeiro, editado pelo Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, em 1988, pareceu-nos merecer uma edição brasileira, antecipação de obra mais alentada, fruto das exaustivas pesquisas realizadas no Brasil e em arquivos europeus, que o autor promete concluir.

A publicação do folheto apócrifo “Correndo o Véio” e da correspondência sobre o mesmo entre a Secretaria de Estado e as legações em Buenos Aires e Montevideú, contempla uma intriga diplomática, episódio sem maior relevância, mas ilustrativo de uma época e de um estilo de diplomacia, hoje felizmente superado.

Por fim, julgamos útil publicar os atos jurídicos relativos à aposentadoria do Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas e os trechos que lhe dizem respeito do inquérito administrativo n. 2.161/42, a fim de permitir o conhecimento direto das fontes e, conseqüentemente, das reais condições em que Souza Dantas encerrou sua carreira, tema que tem sido explorado, sem o devido apoio documental.

Alvaro da Costa Franco

JOSÉ MARIA
DO AMARAL

Diários, cartas e apontamentos
1857-1862

APRESENTAÇÃO

José Maria do Amaral nasceu numa família de servidores do Estado, em 1813, o mais velho dos filhos de Antônio José do Amaral, formado em matemáticas em Coimbra e professor da Academia Militar do Rio, e de sua mulher, Maria Benedita Carneiro da Silva. Os pais nasceram e faleceram no Rio de Janeiro: ele, de tronco ilhéu, do Faial; ela, filha de brasileiros.

Dos oito irmãos homens, quatro – José Maria, João Carneiro do Amaral, Joaquim Tomás (futuro visconde de Cabo Frio) e Tomás Ângelo – serviram ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ângelo Tomás foi chefe de seção do Ministério dos Negócios da Marinha e, projetando-se na política interna, foi várias vezes deputado provincial no Rio de Janeiro, deputado central e presidente das províncias do Amazonas, Alagoas e Pará.

José Maria do Amaral iniciou sua carreira diplomática em 1835, como adido de 2ª classe na legação em Londres, aos 22 anos, aparentemente ainda não concluída a licenciatura em Direito obtida em Paris (segundo Sacramento Blake, data de 1837 a sua *Thèse pour la License, Faculté de Droit de Paris*), depois de interrompidos os estudos de medicina, que teria sido sua primeira vocação.

Em 1837, vai para os Estados Unidos; em 1839, está lotado em Portugal e Espanha, atuando como secretário interino, a partir de janeiro

de 1841; em 1842, é removido para São Petersburgo, agora como secretário; acreditado em Bruxelas, exerce as funções de encarregado de negócios, de junho de 1847 a 30 de setembro de 1848; em 24 de novembro de 1848 é nomeado para a legação em Paris, onde atua como encarregado de negócios entre 1º de março de 1849 e 22 abril de 1851. Em 1854, começa, como ministro em Montevidéu, uma segunda fase de sua experiência diplomática, mais difícil e mais interessante do que a primeira. Por decreto de 26 de setembro de 1856, é removido para a capital da Confederação Argentina, Paraná. Cumulativamente, entre 5 de janeiro de 1857 e 9 de dezembro de 1858 (datas dos decretos), esteve acreditado junto ao governo paraguaio. Na realidade, permaneceu em Assunção de 28 de março a 16 de maio de 1857, numa missão marcada por incidente com o presidente Carlos Lopes. A despeito das reclamações do governo paraguaio contra sua atuação, o Governo Imperial só dá, formalmente, por finda sua missão no Paraguai em dezembro de 1858. Permanece em Paraná até janeiro de 1860, quando vai para Montevidéu. De lá transmite, em 18 de julho de 1861, por nota dirigida ao ministro das Relações Exteriores da Confederação Argentina, a carta revocatória de sua credencial. Fora, a 21 de maio do mesmo ano, transferido para Lima. Nunca chegou a assumir o posto. De um de seus apontamentos, sob o título de “Missão no Peru”, vê-se que, em carta particular, anuncia sua intenção de regressar ao Rio em 17 de outubro.

Muito jovem, antes mesmo de orientar-se para a diplomacia, exerceu atividade jornalística. No período final de sua carreira diplomática, pensava em voltar ao jornalismo, cogitando inclusive de fixar-se numa das províncias do sul, mais próximas do cenário platino, que, a despeito de seus preconceitos, passara a interessá-lo profundamente. Desligado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, volta efetivamente a dedicar-se à imprensa, em Niterói e no Rio de Janeiro. Sacramento Blake registra que, ao longo de sua vida, colaborou nos periódicos *Astra*, *Patriota Brasileiro*, *República*, *Opinião Liberal* e foi redator de *O Nacional* (Rio, 1831, e Niterói, 1872-1873), *O Sete de Setembro* (1833), *O Mercantil* (Rio de Janeiro, 1844-1847), *A Estrela d’Alva* (Niterói, 1851), *O Espectador da América do Sul* (Rio de Janeiro, 1863-1864) e no *Correio Mercantil* (que continuou como *O Mercantil*).

Faleceu em Niterói, a 23 de setembro de 1883.



Os documentos inéditos, que ora publicamos, são de natureza diversa e provêm certamente do arquivo particular do autor. Reúnem um

diário relativo ao ano de 1857, uma relação hebdomadária dos acontecimentos de sua missão em Paraná – que denomina “Notas Históricas”, no ano de 1859, e “Diário”, no ano de 1860 –, cópias de cartas dirigidas ao irmão Ângelo Tomás. A estes, juntamos a transcrição de uma nota sobre o serviço diplomático e a política exterior do Império, de tom muito crítico, que deve datar de 1862. Vão publicados em ordem cronológica, entremeadas as cartas aos diários e notas semanais. Alguns documentos do acervo original, desprovidos de interesse para nossa história diplomática, não foram transcritos. Excluídas algumas poucas, transcrevemos a quase totalidade das entradas do “Diário”, as “Notas Históricas” e alguns exemplares da correspondência ativa de José Maria do Amaral.

O conjunto de documentos encontrava-se em uma coleção particular, no estado do Rio de Janeiro, onde foram fotografados pelo CHDD. Posteriormente leiloados, acham-se, segundo consta, na posse de um colecionador particular.

Os documentos transcritos datam dos anos 1857-1860, quando o autor era ministro junto à Confederação Argentina, com residência na cidade de Paraná. Contêm, entretanto, referências aos incidentes de sua curta missão no Paraguai. Apenas uma anotação é posterior, provavelmente de 1862.

Estas anotações constituem um raro testemunho da visão pessoal de um funcionário diplomático do Império sobre nossas relações com a região platina, num período crucial para a evolução de nossa política exterior. Embora José Maria do Amaral expusesse, de forma bastante aberta e corajosa, seu pensamento e suas avaliações sobre os acontecimentos, estava tolhido na correspondência oficial pelo respeito hierárquico e pelo estilo protocolar. Nas notas pessoais, suas opiniões são reveladas sem reboços.

O diário nos revela também a rotina – de uma extraordinária monotonia – de um diplomata brasileiro, acreditado na pequena cidade do interior, que foi, de 1854 a 1861, capital de uma Confederação Argentina, decapitada de Buenos Aires, mas geopoliticamente importante. Os contactos com as autoridades locais e os colegas do mínimo corpo diplomático, as notícias da imprensa e a mala diplomática, que chegavam em ritmo lentíssimo, ditado pelos barcos provenientes de Montevideú, marcavam a cadência da vida naquela modesta capital. A experiência em Paraná devia fazer um violento contraste com o início de sua carreira, quando servira em grandes capitais da Europa, mas Amaral não faz alu-

sões a estes postos anteriores. A pouca simpatia que lhe despertavam vários de seus interlocutores locais não dissimulava, a seus olhos, o interesse da região para a diplomacia brasileira. Sentia-se, entretanto, doente e injustiçado e pleiteava, há algum tempo, uma licença, que vinha sendo postergada pelo ministério. Termina por recusar a chefia da legação em Lima e regressa ao Brasil.

Este estado de espírito talvez explique, ainda que parcialmente, o tom acerbo de suas críticas à política imperial, que julgava débil e incapaz de assegurar a presença e o prestígio que entendia caberem ao Brasil no Prata. Para José Maria do Amaral, a política platina devia ser mais afirmativa, mais enérgica e corajosa. É possível que não dispusesse de uma avaliação fiel das limitações do poder militar e econômico do Império, realidade cujo conhecimento matizaria a condução de nossa política exterior, como definida pelos homens políticos que, do Rio, a ditavam.

Nega-se a integrar a missão especial do conselheiro Paranhos, quando este, depois de encontrar-se com Urquiza na estância de San José, se desloca, a caminho de Assunção, até Paraná, para negociar com os plenipotenciários da Confederação. Simplesmente ignora os poderes que lhe haviam mandado e permanece ausente das reuniões de trabalho. Sentia-se certamente diminuído pela presença da missão especial, como comprova a leitura de sua correspondência oficial com a Secretaria de Estado.

Julgamos que seria interessante publicar, nesta mesma oportunidade, os exemplares das cartas trocadas entre o conselheiro José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, e o conselheiro José Maria do Amaral, que se encontram no arquivo particular do visconde do Rio Branco depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI, Rio de Janeiro). Embora com lacunas, estas cartas cobrem um longo período (1854-1861) das relações entre Paranhos e José Maria do Amaral e permite analisar, de um ângulo diferente, as relações entre os dois servidores do Império e apreciar o equilíbrio e a equanimidade com que Paranhos conduziu este relacionamento.

De Paranhos, o separavam não somente as diferentes concepções de política exterior, mas o fato de que José Maria do Amaral era fervoroso liberal. Como seu pai, “um dos membros mais notáveis do Partido Liberal”, na expressão orgulhosa e exagerada do filho. Liberal foi também a imprensa a que esteve ligada a sua atividade jornalística, na mocidade e na maturidade.

O primeiro Rio Branco, Mauá, o próprio irmão Joaquim Tomás, Urquiza, Del Carril, de Angelis e seus outros interlocutores argentinos aparecem nestas anotações sob um novo ângulo, menos formal do que o da ampla e minuciosa correspondência oficial do conselheiro José Maria do Amaral, quando ministro em Montevidéu, Paraná e Assunção, que merece ser um dia publicada. É oportuno observar que o diário e as anotações de José Maria do Amaral, ora publicados, não devem ser confundidos com os documentos agrupados, sob o título de Diário Privado, no Arquivo Histórico do Itamaraty (lata 344, maço 1), a meu ver equivocadamente atribuídos ao mesmo autor. O fato de serem datados de Paraná, entre os anos de 1857 a 1858, terá levado ao equívoco de creditá-los ao então chefe do posto na Confederação Argentina. Não é difícil verificar que a letra não corresponde à dos documentos indiscutivelmente da autoria de José Maria do Amaral, como as cartas dirigidas a Rio Branco ou os manuscritos que ora publicamos. A comparação entre documentos autógrafos do primeiro Rio Branco e o “diário privado” parece indicar que o verdadeiro autor deste último é o próprio visconde, que nele teria registrado anotações diárias sobre suas negociações em Paraná e Assunção. Uma opinião definitiva só poderá ser emitida pelo CHDD uma vez cotejado o conteúdo do “diário privado” com os documentos oficiais da missão Paranhos, que se encontram igualmente no AHI.

Os textos, que ora editamos, foram transcritos, sob supervisão do CHDD, por Graciella Fabrício da Silva, estudante de História da UFRJ, estagiária no Centro. Como de nossa prática, procedeu-se à atualização ortográfica e a alterações na pontuação, quando consideradas indispensáveis.

O Editor

1857

**CARTA DE JOSÉ MARIA DO AMARAL A SEU IRMÃO
ÂNGELO TOMÁS DO AMARAL¹**

N. 1

Paraná, 1º de janeiro, 1857.

Amigo,

Andas a esta hora pela costa do Brasil em caminho para o teu reino. Te envio os meus votos para que tenhas um ano feliz e também a tua família.

Agradeço-te a longa carta que me escrevestes e as informações que nela deste-me relativamente à política da nossa terra.

Entristece-me a notícia da tua desistência da candidatura parlamentar. Tu sabes o que fazes, mas eu desejava ver-te na Câmara, porque estou certo de que subirias logo ao Ministério do Império. O teu itinerário é esse.

Não tenho ressentimento profundo contra o visconde do Uruguai; contra o Borges², sim, tenho vontade má. Estimei, pois, que este fosse vencido na eleição. Consta-me que o tratante, em um folhetim que escreveu, não sei em qual das nossas gazetas, desrespeitou a memória de nosso pai. O caso não é de responder com pena, mas sim, com pau.

Não te acho razão de te supores homem morto, porque o intitulado valido se dá por batido por ti. O Imperador não quer bem a ninguém ou, ao menos, não é homem de fazer a causa de outrem por sua conta. E nisso dá ele prova de tino.

Se Borges contasse com apoio contra ti, em São Cristóvão, não daria o brado de paixão que está dando. O modo por que geme é de doente mal ferido e que não tem cura. Bem dera eu o meu vintém às santas almas para vê-lo também logrado no combate senatorial. Infelizmente, a tua retirada deixa campo livre ao homúnculo.

No meu dis[trito] começam a aparecer sinais de complicação. [Publicou-se em] Montevideu um [des]pacho de Lamas ao seu governo: uma conferência que teve com Paranhos, na qual este mostrou-se hostil

1 N.E. – Ângelo Tomás do Amaral, nascido a 6 de abril de 1821, foi oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

2 N.E. – Cândido Borges Monteiro, visconde de Itaúna, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do 15º gabinete do Império, senador entre 1857 e 1872 e presidente de província de 1868 a 1869.

a [Oribe]. Este general pôs logo em movimento toda a sua gente que rodeia Urquiza e trabalha-se seriamente por influir contra o Brasil no ânimo deste volúvel gaúcho.

Toca-me a sorte de ir para as legações sempre na ocasião em que cessam os beijos e começam os beliscões. Desta vez não me hei de conservar firme e quedo como em Montevideú. Apareçam os primeiros sintomas certos de crise, que já eu peço uma licença. Venha o sr. Paranhos deslindar as meadas que faz com as suas incertezas, que ele procura fazer passar como sagacidades.

Já me entenderei com Tomás para o pagamento de minha dívida. Parece-me que te devo mais do que me dizes.

Quando nos veremos? Se estivesses na Bahia ou Pernambuco ou em São Paulo, iria eu visitar-te na primeira licença que pedisse. Espero que te mudem.

Não tenho mais que dizer-te.

Sê feliz, dá lembranças a tua mulher e filhos, em particular a Mari-cas e a Ângelo.

Adeus, Sr. Presidente.

Sou, com o mais profundo respeito,

De Vossa Excelência

Etc. etc. etc.

[*Rubrica do autor*]



PARANÁ

N. 1

Julho, 1º de 1857.

Acordei às sete horas da manhã.

A noite, passei-a bem; levei-a de um sono só, desde ontem às dez da noite até esta manhã. Nada de sonhos! O espírito tranqüilo deixou a matéria descansar. Tranqüilo, o espírito? Não há tal. Se alguma vez o tive preocupado ao deitar-me, foi ontem. E, no entanto, eu – para quem, em regra geral, dormir é sonhar muito e mui agitadamente – esta noite, por exceção, dormi sem sonhar.

E quem me explica estas contradições da organização humana? O que fez a alma esta noite? Por onde andou? Se a morte é, pouco mais ou menos, isto que se passou comigo esta noite, a eternidade é... um sonho.

Às oito horas levantei-me.

Almocei às dez. Pouco apetite.

Céu descoberto, azul como o anil. Nem frio nem calor.



Vamos à ordem do dia.

Ontem à noite recebi gazetas do Rio de Janeiro, a saber: o *Jornal do Commercio*, o *Correio Mercantil* e o *Diário do Rio*, até 30 de abril.

Passei uma parte da manhã a ler essas gazetas. Causou-me tristeza essa leitura, porque vejo que, indireta e maliciosamente, suscitam uma questão grave e inútil.

Notei que se fazem alusões hostis à Coroa porque escolheu para senador do Rio de Janeiro o terceiro cidadão apresentado na lista tríplice.

Pois o Imperador não pode preferir o menos votado aos outros dois mais votados?

Se ele devesse escolher o mais votado era inútil a lista tríplice.

Algum fim teve em vista a Constituição quando deu ao Imperador a atribuição de influir na composição do pessoal do Senado, por meio da escolha dos senadores.

Essa atribuição seria anulada, se prevalecesse a doutrina que obriga o soberano a escolher o mais votado da lista tríplice.

A atribuição imperial, tal qual lha confere a Constituição, é útil ao equilíbrio constitucional dos partidos. Ela pode, muitas vezes, proteger um partido contra a tirania do outro.

A Constituição [deu] à eleição do senador as condições necessárias para que o princípio monárquico não prejudicasse o elemento democrático, que deve entrar, em certa dose, na composição do sistema constitucional representativo. Os dois princípios observam-se e corrigem-se, reciprocamente, na formação daquele ramo do Poder Legislativo.

A regra constitucional é que os três nomes contidos na lista tríplice estão aferidos pela nação, com relação à significação democrática. Não há perigo para este princípio se eles entrarem no Senado. A Coroa, por sua vez, afere a significação deles com relação ao princípio monárquico e escolhe, dos três, aquele que lhe parece ter maior afinidade com este princípio.

Deve supor-se que a Coroa não sabe qual foi a votação, porque, em rigor, a lista tríplice nem deve mencionar os votos que recebeu, do corpo eleitoral, cada um dos três candidatos nele contidos. O que a Coroa sabe

– e basta-lhe saber isso – é que os três nomes apresentados representam legitimamente a confiança dos eleitores. A escolha é legítima, recaia ela sobre qual dos três recair.

Nós todos brasileiros, seja qual for o partido a que pertençamos, devemos sustentar esta doutrina. Importa-nos manter religiosamente a prerrogativa que a Constituição outorgou ao Imperador para escolher livremente um dos três eleitos que lhe forem apresentados na lista tríplice.

E por que haveria diferença entre o 1º e o 3º nome da lista tríplice? Porque o último tem menos votos do que o primeiro? Então, um deputado, que entra na Câmara com menos votos do que os seus colegas da deputação provincial, é menos deputado do que eles? Representa menos a sua província do que a representam eles?

Se, por exemplo, na deputação de uma província que dá três deputados, o segundo da lista é igual ao primeiro, apesar de ter uns votos menos do que ele, e o terceiro é igual ao segundo, que tem cem votos mais do que este, por que razão o terceiro nome da lista tríplice para senadores há de ser menos apto que o primeiro?

A imprensa, pois, faz mal de suscitar questão que ofenda a prerrogativa da Coroa. O Imperador escolheu legalmente o candidato Borges.

Mas, a escolha foi prudente?

Isso é outra questão.

O escolhido passa por valido e inculca-se como órgão da Coroa.

Seria prudente ter evitado este pretexto de declamações hostis à Coroa.

Não sei por quê, parece-me que este Cândido Borges há de ser fatal ao Imperador.

É um ambicioso que, em vez de contentar-se com a honra de achar-se colocado tão perto do Imperador, parece ter ambicionado aquela posição para galgar muitas outras. Tudo quer, tudo lhe serve, tudo inveja.

Na opposição que se faz à Coroa, pela escolha do senador pelo Rio de Janeiro, apareceu, evidentemente, o dedo do grupo dos saquaremas puritanos. Estes homens são hipócritas, políticos para quem os princípios não são senão umas máscaras do egoísmo e da oligarquia. Se estão de cima, são realistas extremos; se estão embaixo, ameaçam o Imperador.

Essa meia dúzia de homens, aliás hábeis, formam uma espécie de caricatura coletiva de Luís XIV, tendo por divisa a paródia imoral do *L'Etat c'est moi*.



Recebi, pela volta das duas horas, duas notas do ministro de Relações Exteriores.

Uma responde à que ontem lhe dirigi, remetendo-lhe um exemplar da Tarifa das Alfândegas do Império.

A outra declara nulo um convênio celebrado entre as autoridades da província do Rio Grande do Sul e as da província argentina de Corrientes,³ a fim de efetuar a extradição de criminosos e escravos.

O governo argentino diz, com razão, que não pode admitir que um governo estrangeiro trate diretamente com um governo provincial.

O sr. Paranhos ordenou-me, em janeiro deste ano, que consultasse eu o governo argentino sobre este negócio.

Respondi, em fevereiro, que o presidente da Confederação opunha-se.

Apesar disso, fez-se o negócio e publicaram-no no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros.

É singular a nossa mania de publicidade! Satisfaz-se a pueril vaidade de apresentar um relatório volumoso, mas o serviço público fica prejudicado.

Foi o que aconteceu neste caso.

Se o convênio não tivesse sido publicado, ninguém sabia dele e ia fazendo secretamente o seu efeito.



Hoje mesmo respondi à nota do ministro de Relações Exteriores, dizendo-lhe que eu daria conhecimento dela ao Governo Imperial.

Esta questão do convênio com Corrientes foi suscitada por uma interpelação feita na Câmara dos Deputados ao ministro de Relações Exteriores, pelo deputado Cáceres.

Dizem os intrigantes que o Brasil tratou diretamente com a província de Corrientes para promover uma questão de prerrogativas entre o governo da Confederação e o das províncias!



Recebi, de Buenos Aires, uma carta do Tomás Fortunato de Brito.⁴

Brito diz que Guido⁵ é o recadista de Christie,⁶ ministro inglês, para

3 N.E. – Objeto dos ofícios reservados n. 4 e 9, respectivamente de 1º jul. e 13 out. 1857, da missão em Paraná à Secretaria de Estado (AHI 205/03/05).

4 N.E. – Ex-secretário da legação em Paraná, removido para a legação em Montevideu em 31 de janeiro de 1857.

5 N.E. – D. Tomás Guido (1788-1866), general e diplomata argentino, ministro no Brasil até 1851.

6 N.E. – William Dougal Christie, ministro da Grã-Bretanha.

efetuar com Alsina⁷ a reconciliação de Buenos Aires com a Confederação.

Diz mais, que Alsina está disposto a reconciliar-se; mas que, em Buenos Aires, pensam que as condições da reconciliação não serão aceitas pelo general Urquiza.

Dá motivo a esta suposição a anunciada partida de Guido, no dia 30 de junho, para o Paraná, sem ter concluído em Buenos Aires a reconciliação.

A carta de Brito é datada a 26 do mês passado. Levou quatro dias de Buenos Aires ao Paraná.



Das três para as quatro horas fui dar um passeio ao porto.

Em caminho encontrei a Gülich,⁸ encarregado de negócios da Prússia. Mostra-se descontente das suas relações com o governo argentino.

Tentou levar a conversa às questões do Paraguai.

Evitei o assunto.



Às cinco horas, jantei. Apesar do frio que faz e do extenso passeio que dei, não tive apetite. Creio que tenho o estômago deteriorado pela umidade da casa em que vivo.

O inverno é úmido neste país.



Das 6 para as 7 horas da noite, recebi da Assunção um maço, contendo umas redes que eu havia encomendado.

À mesma hora, esteve aqui o nosso vice-cônsul Texo.⁹ Veio despedir-se. Vai à vila da Restauração, na fronteira de Corrientes e do Rio Grande do Sul. Vai a serviço do Ge- [sic]¹⁰



7 N.E. – Valentín Alsina (1802-1869) escritor, jurista e político, duas vezes governador de Buenos Aires.

8 N.E. – Friedrich von Gülich.

9 N.E. – Provavelmente, trata-se de Patrício Tejo, cônsul do Brasil em Paraná.

10 N.E. – Não há continuação do presente texto.

PARANÁ

N. 2

2 de julho 1857.

O dia amanheceu frio, mas seco. Não há uma nuvem no céu. O sol não aquece o corpo, mas alegra o espírito, de tão puro e brilhante que está.

Às oito horas saí a dar um passeio. Fui até ao porto, que fica a boa meia légua da casa em que vivo. Não encontrei senão cães e vacas. As casas de comércio ainda estavam fechadas àquela hora! O que hei de pensar da atividade dos paranaenses?

Às dez horas, almocei. Não achei o apetite que fui procurar no meu passeio.



Depois do almoço, recebi uma carta do cônsul do Brasil no Paraguai e os semanários paraguaios.

A carta é mui lacônica e datada em 22 do mês passado.

O vapor mercante de Buenos Aires, denominado *Constituição*, achava-se na Assunção, gozando de privilégios e isenções excepcionais.

É, pois, verdadeira a *entente cordiale* de d. Carlos Antonio Lopes com o dr. Alsina, atual governador de Buenos Aires.

Dizem ao cônsul que desta *entente* procedeu o malévolo e estúpido comportamento do presidente Lopes nas negociações com a legação brasileira para facilitar a navegação fluvial.

Alsina é, com efeito, inimigo do Brasil, bem como o são todos aqueles a quem o Império, com as suas armas e com o seu dinheiro, libertou da tirania de Rosas.

Dom Carlos Antônio Lopes, neste ponto, não diverge nada do seu amigo Alsina.

Creio, portanto, nas informações que transmite-me o cônsul.



Se é verdade o que diz o *Semanario Paraguayo*, n. 176, o vapor *Japorá* chegou ao Olimpo no dia 8 de junho. Gastou nessa viagem 22 dias, pois que saíra da Assunção no dia 17 de maio.

Segundo refere o *Semanario*, o *Japorá* parou naquele forte, mandou um oficial falar ao comandante dele e respondeu às perguntas que se lhe fizeram!

Ora, as instruções do comandante do *Japorá* dizem que ele não deve reconhecer autoridade alguma paraguaia do Apa para cima!

Esta ordem do Governo Imperial é importantíssima, porque tem por fim repelir de fato a soberania exclusiva que o presidente Lopes se arroga naquele trecho do rio, que deve ser neutro em função do tratado de 1856.

É, portanto, grave o procedimento que o comandante do *Japorá* teve no Olimpo.

Por outra parte, o que ganhamos ao repelir na Assunção o prático paraguaio que queriam pôr a bordo do *Japorá*, se fomos reconhecer no Olimpo a mesma autoridade que no-lo queria impor?

Naquele mesmo n. do *Semanario*, há um artigo em que se diz que eu quis ir a Mato Grosso.

Esta circunstância prova que o *Semanario* é escrito ou, ao menos, ditado pelo próprio presidente da República. Só o presidente pode saber daquele meu desejo.

[*Suporte danificado, com perda de texto*]¹¹ e dizem que onze letras do velho e imoral presidente. Tais são os homens do tirano do Paraguai.

Quando saí da Assunção, trabalhavam com muita diligência em uma bateria coberta, sit[ua]da mesmo à margem do rio.

Agora consta-me que, depois da minha partida, começaram a fazer outra.

Fui dar os pêsames ao barão du Graty¹², que recebeu da Europa a notícia da morte de uma irmã.

Danucio veio oferecer-me a casa pelas sete onças que mandei propor.

Danucio é um arquiteto italiano que está há mui[to] pouco tempo no Paraná e a serviço do governo argentino.

Todavia, já fez duas moradas de casas que são as [melhores] do Paraná. Está fazendo terceira.

Parece-me homem muito sincero ou muito disfarçado. [*Ilegível*] [di]sfarce, muitas vezes, toma a máscara da sinceridade e imita-a perfeitamente.

11 N.E. – Intervenção manuscrita, a lápis, no canto superior esquerdo da página, registra erro de encadernação. É difícil precisar a extensão da perda de texto.

12 N.E. – Alfred Marbais du Graty, natural da Bélgica, foi oficial do exército argentino e subsecretário de Estado de Fazenda e de Relações Exteriores.

Fui visitado, à noite, pelo padre Juan José Alvarez, presidente da Câmara dos Deputados, e pelo deputado Ramon Gil Navarro.

Não me acharam em casa.

O padre Alvarez é filho de um português que veio para estas terras sendo ainda rapaz. Está por cá há uns quarenta anos. Veio pobre e tem hoje sua fortuna. É filho do Porto.

O padre Alvarez tem inteligência e alguma instrução, que seria mui comum em outra parte; mas aqui torna-se notável. Em terra de cegos, o torto é rei.

O padre tem a balda de saber muito bem geografia e de possuir uma rica coleção de cartas geográficas.

A geografia é caminho curto e seguro para entrar-lhe no ânimo.

Quanto a Navarro, é personagem nova para mim. Nem de vista o conheço ainda. Cumpre procurá-lo e estudá-lo.



PARANÁ

N. 3

3 de julho de 1857.

O meu estômago continua a atormentar-me. Sou obrigado a passear muito para procurar algum apetite.

Esta manhã, às oito horas, já eu estava na rua. Lindo dia, seco, porém, ainda mais frio do que ontem.

Andei passeando pelas ruas da cidade até as nove horas.

Às dez almocei, sem apetite algum.

Das onze às duas pus-me a escrever; estou fazendo a obrigação de ministro, secretário e adido da legação. E antes só, que mal acompanhado.

O Paula Souza aqui esteve. Disse-me que aqui estão tratando de fundar uma loja maçônica e que a sua fundação é promovida pelas de Montevidéu. Faz a principal figura neste negócio um italiano, que veio daquela cidade e está aqui como pintor do teatro. Chama-se Casa-Nova [*sic*].

Este Paula Souza é paulista, negocia com mulas, parece-me ser de raça índia, inteligente e astucioso. Não tem parentesco algum com o falecido senador Paula e Souza.

Está aqui requerendo a extradição de uns escravos que trouxe consigo, vindo a negócio, e fugiram-lhe. Fizeram eles muito bem.



Antes de jantar, dei outro passeio largo. Fui à casa do Danucio, não o achei.

Daí, fui à casa nova do Texo. Está muito atrasada.



Jantei às quatro horas. Falta absoluta de apetite.



Ximenes disse-me que o general Flores¹³ há de vir neste mês ao Paraná. Que uma pessoa, que tem tomado parte em todas as revoluções do Estado Oriental, lhe escrevera ultimamente, anunciando-lhe que ali se prepara alguma coisa.

Ximenes é irmão da viúva do falecido Flangini.

Veio de Montevideú, há pouco mais ou menos um mês, com a mulher, e aqui está em casa do vigário.

Algum fim tem a vinda de Ximenes.



PARANÁ

N. 4

4 de julho 1857.

Passeio de manhã, das oito às nove.

Dia frio, céu puro e sol brilhante. O inverno no Paraná não é tão desagradável como me pintaram. Ao menos até agora, tem ele desmentido as informações que me deram antes que eu viesse ao Paraná.

Às dez horas almoço.



Das 11 horas às três trabalhei, adiantando a tarefa para o pacote que hei de expedir no fim deste mês.

13 N.E. – General Venâncio Flores.

•

Visita do Paula Souza. Assistiu ontem à reunião maçônica promovida pelo Casa-Nova.

Trataram de entender-se para a organização da Maçonaria da Confederação Argentina. Decidiram que, antes de tudo, se pedisse o consentimento do general Urquiza.

•

Não chegou do Rosário o vapor paquete que devia chegar hoje.



PARANÁ

N. 5

5 de julho 1857.

Dia como o de ontem.

Chegou esta manhã o vapor do Rosário.

•

Recebi de Buenos Aires a *Tribuna*, o *Nacional* e a *Ordem*, de 24 a 28 do mês passado.

A *Ordem* n. 559 contém uma carta de Sarmento, relativa a uma carta publicada em Buenos Aires, a respeito do Paraguai, por um paraguaio chamado Luciano Recalde.

Sarmento diz a Recalde que a causa dos paraguaios não pode inspirar simpatia a Buenos Aires senão por motivos comerciais.

•

O *Nacional Argentino*, de ontem à noite, recebido hoje, traz um artigo no qual se trata da cooperação que Alberdi,¹⁴ ministro da Confederação em Madri, encontrou nos ministros do Brasil, França e Grã-Bretanha, naquela capital, para celebrar um tratado com o governo espanhol.

Este artigo é uma resposta indireta [a] outro artigo do *Nacional*, de Buenos Aires, em que se fala dos contratemplos que o ministro argentino tem sofrido na Europa, tendo por adversário triunfante o sr. Balcarce, agente portenho em Paris.

14 N.E. – Juan Bautista Alberdi.

O *Nacional* chega a ponto de afirmar que o governo francês tenciona nomear um ministro diplomático especial para representá-lo junto ao governo de Buenos Aires.



PARANÁ

N. 6

6 de julho 1857.

Continua o bom tempo. O dia amanheceu ligeiramente nublado, mas às dez horas descobriu-se o céu. Frio seco.



Recebi de um dr. Amado Laprido uma carta, datada em San Juan de Cuyo, cobrindo um programa de uma sociedade, fundada no Chile, com o título de ‘Porvenir das Famílias’.

Este estabelecimento, organizado à maneira de tantos outros que há na Europa, tem por fim dar aos acionistas um capital ou uma renda certa em um número dado de anos.

O ‘Porvenir das Famílias’ permite, por exemplo, a um menino, que desde o dia do seu nascimento contribuir com cem pesos anuais, um capital de quarenta e sete mil pesos aos vinte e cinco anos. Dará cinqüenta mil ao homem de cinqüenta anos que, durante aquele prazo, contribuir com aquela quantia.

O sr. Laprido pergunta-me se este estabelecimento poderá ramificar-se no Rio de Janeiro.



O general Urquiza recebeu do sr. Alberdi, ministro da Confederação na Europa, uma carta relativa aos tratados que celebrou com a Espanha, da qual carta comunicou-me o seguinte trecho:

Los ministros de Inglaterra, Francia y Brasil, que me han sido muy útiles en la negociación de los tratados, han celebrado mucho la conclusión y el sentido en que les han hecho.

O general Urquiza, no bilhete que dirigiu-me, fazendo esta comunicação, diz:

En la satisfacción que todo eso me ha causado, no puedo resistirme al placer de transcribirlo a V. E., y en el deber de manifestarle mi gratitud hacia el ministro de S. M. el Emperador en Madrid, cuyos buenos oficios tanto han valido en una negociación tan importante para mi gobierno, aumentando un testimonio más a los muchos que me ha ofrecido V. E. de la justicia y rectitud de la política de su gobierno y de sus altas simpatías por la causa que presido.¹⁵



À noite recebi uma carta do Pinto¹⁶, nosso cônsul um Buenos Aires. Há nela o seguinte trecho:

Devo informar que um paraguaio, que não é muito pobre de espírito, me disse que se V.Exa., em um ano, fizesse quatro viagens até os domínios do tio Lopes, o sistema de governo desse déspota se desmoralizaria, pois que a ele lhe constava que os últimos acontecimentos tinham agradado a muitas das múmias paraguaias que, apesar de suspirarem pela queda de Lopes, são incapazes de mover uma palha contra esse tirano.

Pinto mostra pouca fé nos *arreglos* da Confederação com Buenos Aires.



Recebi também um folheto de Recalde, contra o presidente do Paraguai, e outro de Hopkins, no mesmo sentido.

O folheto de Recalde é em forma de carta, dirigida ao presidente Lopes. É mal escrito e não contém os principais e os mais atrozes fatos do governo de Lopes. Algumas vezes, até é pueril.

Esse folheto contém o seguinte estúpido trecho:

Poniedo así en la fatal y entristecedora posición a muchos de sus hijos que, aunque idolatran su tierra natal, se ven cual otros judíos avergonzados vagando por el espacio y en la necesidad de decir que son nacidos en la Pampa, o en el Chaco para esquivarse del ridículo; y con el alma oprimida deplorar la independencia de su país; pero no la emancipación de la España sino la independencia Francia, la independencia López, la independencia Brasil, que ni se sabe desde cuando data, explotada en

15 N.E. – Intervenção manuscrita, a lápis, abaixo da citação: “(Varnhagen)”.

16 N.E. – Intervenção manuscrita, a lápis, acima do nome: “(João Carlos Pereira Pinto)”.

satisfacer la necesidad de misantropía en el primero para matar; la sed hidrópica de oro en el otro para confiscar y robar a mansalva; y en el tercero, la conveniencia de hacer de estas provincias republicuetas aisladas, que no se agrandan, para dominarlas como gigante.

Ahí está Montevideo segregado, víctima eterna del caudillaje y que la camisa que lleva al cuerpo no es suya.

Ahí está el Paraguay segregado y verde-zapatudo, sin probabilidad de manducar; sus producciones fabulosas monopolizadas por una familia que se las ha apropiado.

Es claro, pues, que no está lleno el objeto de su segregación, su felicidad: luego, ¿no sería más conveniente para los paraguayos, no para vos, trabajar en el sentido de una unión como la del Norte-América que ponga a estos desengañados países a cubierto de los caciques y del gobierno personal? ¿Sí o no, presidente?

Em outra parte do folheto, o autor, em contradição com o que ali diz a respeito do Brasil, exclama:

Mis acentos, Señor, de pigmeo, pero ecos de la verdad, por lo mismo escuchables, han de llegar hasta los Estados Unidos, la Inglaterra, la Francia, la Cerdeña y el Brasil; estos gobiernos, en el interés de sus gobernados, en cumplimiento de los tratados, y hasta en nombre de la civilización y de la especie humana, os han de exigir que haya allí leyes, que no se hagan en el momento para la calidad favorable o adversa del individuo a quien se van a aplicar, sino que estén hechas de antemano, y no sean como el zapato, estrecho o grande según el pie que lo ha de calzar.

A leitura destes dois trechos do folheto paraguaio dá assunto a considerações bem importantes a respeito do procedimento que o Brasil deve ter nas questões com o Paraguai.

O ingênuo autor daquele escrito não pode ocultar o instinto da raça, que lhe inspira a antipatia, a desconfiança e a ingratidão para com o Brasil.

Todo o bem que o Império fizer ao Paraguai há de nos dar os mesmos resultados que nos deu em Montevidéu, em Buenos Aires.

Se o Brasil destronasse a Lopes, o paraguaio livre havia de tratar-nos como nos trata o portenho libertado por nós do jugo de Rosas.

O sr. Recalde nos avisa a tempo que a política de Lopes seria substituída pela de Mitre, Sarmiento, Gómez e outros inimigos do Brasil.

Tomemos, pois, o aviso. Não concorramos de modo algum para mudar o estado atual do Paraguai, quanto à política interna.

Na alternativa de sermos os obreiros da política de Mitre e companhia, ou de fazermos concessões a Lopes, talvez convenha optar sem hesitação pela segunda hipótese.

Lopes, satisfeito na questão de limites, pode ainda ligar-se sinceramente com o Brasil e ser-nos útil para estabelecermos as condições da política austro-americana.

E por que não fundaria o Brasil uma monarquia no Paraguai, pondo a coroa na cabeça de Lopes[?] Assim o ligaria a si talvez de um modo seguro e durável.

A leitura do folheto de Hopkins fica para outro dia. É provável que o seu escrito seja ditado pelo espírito de vingança. Todos sabem que este bom ianque foi lesado por Lopes em seus interesses comerciais.



Danucio veio dizer-me que, por estes dias, ficaria a casa à minha disposição.

Na conversa que deu-me, procurou com muito empenho saber se será durável a aliança do Império com a Confederação e, principalmente, se o general Urquiza é bem querido pelo Imperador do Brasil.



PARANÁ

N. 7

7 de julho 1857.

O estado da atmosfera é o mesmo que ontem. Nestas paragens o inverno não cresta a vegetação. Os campos estão verdes e as laranjeiras, copadas e floridas, como no Brasil.

A propósito de laranjeiras. As laranjas aqui são inferiores às do Paraguai e mesmo às de Corrientes. São vistosas, mas bastante insípidas.



O general Urquiza mandou fuzilar, sem processo algum, a um estancieiro que emprestou cavalos a dois desertores para que se evadissem para o Brasil.

Não pode fazer tanto o Imperador do Brasil.



Um italiano disse a Paula Souza que a gente do general Urquiza anda preocupada com a idéia de dar ao general o título de Imperador. Os mais prudentes pensam que a ocasião mais própria para executar o projeto é a eleição do presidente que deve suceder-lhe.

Diz o italiano que ouviu isto a um dos amigos de Urquiza que assim sondava as disposições dos estrangeiros residentes no país.

Afirmou-se ao italiano que o Brasil favorecia a execução da idéia.



Em casa do Paula Souza encontrei esta manhã um paulista chamado Mascarenhas, natural de Sorocaba. Negocia em mulas. É homem de sessenta anos. Observar.



Ao anoitecer recebi um convite do general Urquiza para ir jantar com ele no dia 9.

Sentindo-me predisposto para um ataque de gota que já desde ontem à noite começou a morder-me em um pé, dei parte de doente com antecipação.



PARANÁ

N. 8

8 de julho 1857.

Confirmou-se o receio que desde ontem preocupava-me. A gota invadiu-me, esta noite, os dois pés.

Coincidência bem singular! O ano passado apareceu-me subitamente a gota nos dois pés na noite de oito para nove de julho!

No ano de 1855, fui atacado em dias de julho.

No ano de 1845, a 4 de julho estava eu todo gotoso no Flamengo.



Conservei-me na cama até a uma hora da tarde. O dia está quente, o céu puro. Reina o vento norte.



Expedi, pelo vapor *Paraná*, que saiu ao meio dia para o Rosário, uma carta para o Pinto, nosso cônsul em Buenos Aires.



Recebi esta manhã o *Nacional Argentino* de ontem. Aí vem o Relatório do Ministro de Relações Exteriores. Pobre escrito!

Notei o seguinte trecho:

Y tengo la satisfacción de anunciar al Congreso que S. M. el Emperador del Brasil, de conformidad con la política de aquellas dos grandes potencias, sobre el principio de la nacionalidad argentina, y como consecuencia del tratado celebrado con este gobierno, acreditó en el carácter de enviado extraordinario al señor consejero d. José Maria do Amaral.

O Brasil não imitou, iniciou essa política que hoje se atribui a essas *dos grandes potencias*.

O tratado de março de 1856 é anterior à vinda das legações francesa e britânica para o Paraná. Antes dos srs. Christie e Bécour,¹⁷ cá esteve o visconde de Abaeté, negociador e fundador daquela política.

A política do Brasil é, pois, consequência do tratado e não do procedimento da França e da Grã-Bretanha.

Andamos aqui por nossa conta e risco, e nada temos que ver com franceses e ingleses.

O sr. ministro de Relações Exteriores parece muito inchado com a proteção das *dos grandes potencias*. Pode contar com elas enquanto não se tratar senão de cortesias e jantares. *Tempora si fuerint nubila...* talvez S. Exa. se ache só com o Brasil.

Pode bem ser que d. Quixote ainda lá faça alguma frase consoladora para a Confederação, mas o positivo John Bull há de reduzir tudo à conta de câmbios.



Diz o Paula Souza que o negócio de comprar e vender mulas é mui lucrativo.

Uma mula deixa, livre de despesas, um lucro de quatorze a quinze patacões, isto é, 28 a 30 mil réis.

17 N.E. – Charles Lefebvre de Bécour, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da França, junto à Confederação Argentina, em Paraná.

O preço de uma mula comprada nas estâncias é meia onça e, no Rio de Janeiro, vende-se por oitenta mil réis.



PARANÁ

N. 9

9 de julho 1857.

Continua a minha gota. Pouco dormi à noite. Noto que, depois da comida, diminui o calor que tenho nos pés. Estes se tornam mais leves e as dores cessam.

Dia quente, nublado e úmido.



Mandei entregar ao general Guido, que chegou de Buenos Aires, uma carta que estava em meu poder, vinda de Montevidéu.



Hoje é o aniversário do juramento da Constituição argentina. É, portanto, dia de festa na cidade. As festas, aqui, consistem em embandeiramento das estações públicas e das casas particulares, salvas, foguetes e fogos de artifício e jogos públicos.



PARANÁ

N. 10

10 de julho 1857.

Estou pior da gota. Tenho o corpo coberto de manchas roxas, tão roxas que parecem gangrena.



Dia quente; algumas nuvens.



Esta manhã recebi, de Madri, um ofício de Varnhagen, nosso encarregado de negócios, comunicando-me que, no dia 29 de abril, foi

assinado pelo ministro de Negócios Estrangeiros e pelo dr. Alberdi, ministro da Confederação Argentina, um tratado entre esta e a Espanha, pelo qual a segunda potência reconhece a independência da primeira.

O tratado considera Buenos Aires como província da Confederação, pois que o reconhecimento refere-se aos territórios designados na Constituição federal.

•

Veio Danucio pedir-me alguns dias de espera a respeito da casa.

•

Paula Souza esteve aqui à noite, disse-me que se fala muito na união de Buenos Aires com o Estado Oriental.



PARANÁ

N. 12

12 de julho 1857.

Chuva com raios e trovões de madrugada. Calor.
Amanheci muito melhor, quase bom, da gota.

•

O ministro da Justiça veio apresentar-me o deputado Cáceres. É o mesmo que na respectiva câmara interpelou o ministro de Relações Exteriores acerca do convênio do Brasil com Corrientes, para extradição de criminosos e escravos.

Este deputado procurou explicar o motivo da interpelação, dizendo-me que o governador Pujol¹⁸ tinha feito um convênio semelhante com o Paraguai, tomando assim um ar de independência que dá mau exemplo às demais províncias da Confederação. A explicação teve por fim principal declarar que o sr. Cáceres deseja estar muito bem com o Império – por cautela. Por fim de contas, toda esta gente é muito cautelosa.

Cáceres só falou sobre este assunto. É a primeira vez que o vejo, não posso ainda fazer conceito dele.

•

18 N.E. – Juan Gregório Pujol (1817-1861), governador de Corrientes entre 1852 e 1859.

Chegou no vapor *Iporá*, que veio de Buenos Aires, o Hordeñana, encarregado de negócios do Estado Oriental do Uruguai, na Confederação Argentina, e traz como secretário de legação a José Vásquez Sagastuna.

Ambos deixaram-me, esta manhã, as suas cartas de visitas oficiais.

•

Das 11 horas para o meio dia, chegou o vapor *Paraná*, do Rosário.

•

Recebi gazetas de Buenos Aires de 30 de junho a 7 de julho.

O *Nacional* e a *Ordem* referem um incidente passado entre mim e o presidente do Paraguai. A narração destas duas gazetas é falsa. O que se passou foi isto:

O presidente, tendo diante de si a carta topográfica que acompanha o protocolo das conferências dos plenipotenciários brasileiro e paraguaio, quando negociaram a Convenção de Limites de 6 de abril de 1856, disse-me, mostrando-me o *uti possidetis* brasileiro na carta:

– *Diga usted a su gobierno que esto es mentira, es mentira, es mentira.*

– Não, senhor, não digo isso ao meu governo.

– *¿Y por qué no?*

– Porque isso é impróprio de V.Exa. e de mim, e porque o Governo Imperial não tolera que ninguém lhe fale assim.

– *Pues, señor, repito que es mentira, es mentira, y es mentira.*

– Pois, senhor, posso asseverar a V.Exa., com todo o respeito, que V.Exa. mente quando diz que isso é mentira do meu governo.

– *No, hombre* – respondeu-me o presidente, compreendendo então as conseqüências que podia ter o mau exemplo que me dava – *No, hombre, no es su gobierno lo que miente, es el gallego Ponte Ribero que hizo la carta, es ese esclavo de Guido.*

•

Também recebi três números do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Nada novo.



PARANÁ

N. 13

13 de julho 1857.

Dia tépido e úmido. Sol entre nuvens.



Procurei Hordeñana, encarregado de negócios do Estado Oriental, para retribuir-lhe a visita que fez-me ontem.

Não estava em casa.

Dei uma pequena volta pela cidade e recolhi-me logo, porque ainda doem-me os pés.



Recebi, de Buenos Aires, uma carta de Pinto. Diz que ali falam muito em negociação com Urquiza para a incorporação de Buenos Aires à Confederação, mas que ele não crê na efetuação de tais negociações e, ainda menos, no resultado delas.



À noite, entre oito e nove horas, caiu muita chuva e trovejou muito para o lado de nordeste.

**PARANÁ**

N. 14

14 de julho 1857.

Não é longa nem variada a história do meu dia hoje.

A tormenta, que sobreveio ontem à noite, continuou a dar os seus resultados. O dia amanheceu chuvoso e assim durou. Chuva, umidade e calor foram as suas principais qualidades.

Depois de almoçar, pus-me a escrever ao Pinto e ao Brito, em resposta às últimas cartas que deles recebi. As minhas hão sair amanhã pelo vapor *Paraná*, que vai amanhã ao Rosário.

Uma boa parte da manhã, escritas aquelas cartas, empreguei-a em preparar materiais para a correspondência oficial deste mês. Eram três horas quando acabei esta tarefa.



A essa hora chegou o Angelis.¹⁹ Conversamos largamente. A nossa palestra abrangeu o Brasil, Estado Oriental, Buenos Aires, Confederação Argentina e Paraguai.

Angelis, que conhece bem os homens e os negócios de Buenos Aires, onde tem passado toda a sua vida, afirma que Alsina, o governador atual de Buenos Aires, está de má-fé nas transações que propõe a Christie para efetuar a incorporação daquela província à Confederação.

As notícias que Angelis tem do Estado Oriental – de pessoa que lhe merece muita fé e que eu penso ser dr. Florentino Castellanos – são que cessou de todo o pacto entre Oribe e Flores e que estes dois generais estão separados inteiramente um do outro. Oribe é o que tem toda a influência na campanha.

Depois de Angelis veio Souza e, por parte de um italiano pedreiro, propôs-me edificar-me – em quatro meses, por sete mil pesos – uma casa de dez peças, dando-me também o terreno, em um sítio que, em verdade, é dos melhores da cidade.

Passei toda a noite em casa, ora lendo, ora passeando de um lado para outro.

Às onze e meia deitei-me.



PARANÁ

N. 15

15 de julho 1857.

Ainda chuvoso o dia, mas tépido. Esta umidade quente atua-me os nervos de um modo desagradável e nocivo à saúde. Sofro dores vagas pelo corpo e tenho mau humor.

19 N.E. – Pedro de Angelis (Nápoles, 1874-Buenos Aires, 1859), encarregado de negócios do reino das Duas Sicílias. Personagem extraordinário, foi professor dos filhos de Murat (rei de Nápoles), militar, diplomata, serviu a diversos países. Ligado ao visconde do Uruguai e a Paranhos, vendeu, em 1853, uma coleção de documentos sobre a região platina, de grande interesse histórico e político para a legitimação de nossas fronteiras. Esta coleção acha-se depositada na Biblioteca Nacional. Sobre de Angelis, ver a introdução de Jaime Cortesão ao livro: Jesuítas e Bandeirantes no Guairá, 1549-1640 (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951. p. 14-62).



Depois do almoço, comecei a escrever até as duas horas.

Fui dar um passeio, mas entrei logo para casa, porque a lama era tanta que eu não podia dar um passo.

As ruas desta cidade, pela maior parte, não são calçadas e as poucas que o são dão mais incômodo ao viandante do que as outras.



Ainda voltou Danucio a pedir-me que espere alguns dias pela casa.

Há nove meses que estou em uma hospedaria porque não acho casa. Há dois e tantos dias [sic] que este homem anda chicanando comigo a respeito de uma casa que quero alugar!



O barão du Graty veio dizer-me que o governo vai mandar à Câmara dos Deputados um projeto de lei fechando todos os portos do rio Paraná, menos dois, e sujeitando a uma visita e a certas condições todos os navios que transitarem pelo rio para o Paraguai, Mato Grosso e de lá vierem, os quais, durante este trânsito, terão as escotilhas fechadas e seladas!!

Tal projeto fere gravemente os tratados da Confederação com o Brasil, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos e põe a questão da navegação fluvial em piores condições do que a pôs o presidente do Paraguai.

Esta medida tem por fim assegurar a execução da lei de direitos diferenciais, que tantas torturas tem causado a Urquiza.



PARANÁ

N. 16

16 de julho 1857.

O dia está seco, temperado e claro. Sol brilhante.



Logo depois de almoço recebi uma carta do barão du G[raty], confirmando a notícia que deu-me ontem da lei proposta pelo governo à Câmara dos Deputados, fiscalizando a navegação do rio Paraná.

As condições que a lei exige que sejam cumpridas pelos navios que transitam para Paraguai e Mato Grosso são, com efeito, ofensivas aos

tratados feitos pela Confederação com o Brasil, Estados Unidos, França e Grã-Bretanha.

A lei foi imaginada pelo ministro da Fazenda, Bedoya.²⁰

•

Às três horas fui à casa do ministro da Fazenda, digo, do ministro de Relações Exteriores para conversar com ele particularmente sobre este negócio.

O ministro não estava em casa. Falou-me o seu amigo e companheiro de casa, o deputado Lucero.

•

Confirmou este a notícia que me dera ontem o barão. A lei já está na Câmara dos Deputados, para onde a mandou o governo, com uma mensagem. É concebida exatamente no sentido que me indicaram.

Em uma breve conversa que tive com Lucero, fiz-lhe ver as complicações internacionais que esta lei traria consigo, sem contar os inconvenientes que causaria à administração interna do país.

O meu fim foi espalhar, por meio deste deputado, que provavelmente há de referir aos outros o que ouviu, o alarma na câmara contra a lei.

Separei-me de Lucero, prometendo-me este que daria conta da minha visita ao ministro e que este me procuraria esta noite.

•

Com efeito, às sete horas estive aqui o ministro de Relações Exteriores. A nossa conversa foi larga e variada.

Chamei-lhe a atenção primeiramente para a incompatibilidade das condições da lei com as disposições dos tratados.

Fiz-lhe ver que ela dava lugar a uma liga do corpo diplomático para reclamar coletivamente contra a sua promulgação.

Notei que semelhante lei virá pôr a navegação do Paraná nas mesmas condições em que se acha a do Paraguai.

Lembrei-lhe que o artigo 20 do tratado de 7 de março obriga a Confederação a concorrer com o Brasil para persuadir o Paraguai a facilitar a navegação do seu rio.

Observei-lhe que a lei tiraria ao governo da Confederação toda a força de cumprir essa obrigação desde que levantasse no Paraná as mesmas dificuldades que o governo da Assunção nos levanta no Paraguai, porque até os motivos que alega a lei são os mesmos que alega o sr. Lopes, isto é, fiscalizar o contrabando!

20 N.E. – Elias Bedoya.

O ministro respondeu-me que não teve conhecimento de todas as disposições do projeto de lei, porque não assistiu à sessão do Conselho de Ministros em que ela foi apresentada, discutida e adotada, para ser apresentada à câmara.

Disse-me que ia falar ao presidente e aos seus colegas e que procuraria evitar o mal.

•

No decurso da conversa, o ministro, falando incidentalmente na lei de direitos diferenciais, referiu-se à missão do sr. Hordeñana e disse-me que este agente do Estado Oriental não conseguirá nada do governo da Confederação, relativamente à revogação daquela lei.

Disse também que ainda não tinha visto aquele cavalheiro que, aliás, está aqui há uns oito dias!

•

Também disse-me que o general Flores escrevera ao general Urquiza, dizendo-lhe que o Estado Oriental está dividido em mil facções de partidos e que ele, Flores, virá por todo este mês a esta cidade entender-se com Urquiza.

•

Mais: falando de Buenos Aires, disse que o sr. Alsina está de má-fé com o sr. Christie, no negócio da conciliação; que o sr. Christie deixa-se enganar com muita facilidade e que esse ministro de Relações Exteriores pensa que a questão de Buenos Aires com a Confederação Argentina permanecerá no *statu quo* ainda por muitos anos.

•

Disse-me que o vapor que deve entrar no rio Bermejo vai subir, infalivelmente, e que o governo argentino pensa que o do Paraguai o deixará passar livremente.

•

Comunicou-me o seguinte: o sr. Peden,²¹ ministro residente dos Estados Unidos junto à Confederação, interpelado pelo ministro de Relações Exteriores desta, a respeito do motivo da sua residência em Buenos Aires, respondeu-lhe que tem ordem do seu governo para residir no Paraná, mas que toma a si a responsabilidade de ficar em Buenos Aires, por motivos que há de comunicar ao governo de Washington.

Eu penso que o sr. Peden espera a sua demissão em virtude da nomeação do novo presidente dos Estados Unidos.

•

21 N.E. – James A. Peden, ministro dos EUA desde 1854.

Esta noite, depois que daqui saiu o ministro, vim a saber que a lei proposta pelo governo argentino à Câmara dos Deputados exige que também os navios de guerra que descerem ou subirem o Paraná parem em Corrientes ou no Rosário, a fim de que os comandantes declarem, sob palavra de honra, que não desembarcarão nada nos portos fechados, etc.

A Confederação vai mais longe que o Paraguai. O sr. Lopes ao menos não submete os navios de guerra ao insulto, que insulto é supô-los capazes de contrabandar.



PARANÁ

N. 19

19 de julho 1857.

Lindo dia, muito frio.



Fui visitar os ministros de Justiça e Fazenda. Não os encontrei.



Fui ao Angelis. Lá encontrei o ministro da Justiça, o general Echague, o ministro de França, o barão du Graty, e o coronel Guerra, ex-encarregado de negócios do Estado Oriental.

Angelis disse-me que o ministro da Fazenda, conversando com ele ontem, dissera-lhe que me assegurasse que o projeto de lei, que deu motivo à minha reclamação, há de ser modificado no sentido que eu desejo.



Recebi gazetas de Buenos Aires. Nada de novo.



Recebi uma carta de Lessa, datada em Córdoba a 6 do corrente. Segundo o que ele diz-me, as províncias da Confederação não estão contentes com o governo central, mas querem a paz a todo o preço.

Lessa pensa que as doutrinas de João Carlos Gomes, pregando a união do Estado Oriental com Buenos Aires, podem achar prosélitos, à vista da minoria em que se acham os orientais.

Há na carta de Lessa este trecho:

Posso assegurar a V.Exa. que o seu brilhante proceder no Paraguai produziu aqui muito bom efeito e de algum modo neutralizou os golpes que tantas debilidades têm dado à importância e influência do Brasil na opinião desta gente.



PARANÁ

N. 20

20 julho 1857.

O dia amanheceu muito lindo e muito frio, e assim durou até à noite. A noite, frigidíssima.

Depois de almoço pus-me a trabalhar até as duas horas. Fui passear até as três e meia.

Jantei às cinco.

Recebi uma nota do ministro de Relações Exteriores, em resposta à que lhe escrevi sábado, sobre os objetos importados para meu uso.

O ingênuo ministro responde-me que, até agora, não lhe consta que ninguém invocou o meu nome para tirar da alfândega objetos sem pagar direitos.

Às onze horas deitei-me.

Tal é a pobre história do meu dia!



PARANÁ

N. 21

21 de julho 1857.

Bom tempo e frio.

Depois de almoço trabalhei até às duas horas.

Às duas horas apareceu-me aqui d. Pedro de Angelis, que deu-me longa conversa sobre coisas insignificantes.

No decurso da conversa, disse-me incidentalmente que os homens sérios tanto do Senado como da Câmara dos Deputados se queixam da influência de Victorica²² sobre Urquiza.

Victorica é um *muchacho* de alguma viveza, mas dotado de más qualidades. É genro de Urquiza. É rosista.

Eu sei que este mau rapazola procura fazer o mal que pode ao Brasil no ânimo do sogro. Até agora, trabalha em vão.

Saído Angelis, dei um passeio. Estive em casa de du Graty, mas não o achei.

Voltando para casa, às quatro horas, achei uma carta de Hordeñana, pedindo-me uma conferência para tratar comigo a respeito da questão dos direitos diferenciais, eu que devo mediar em nome do Brasil, a favor do Estado Oriental.

Visitou-me o Cerruti,²³ encarregado de negócios da Sardenha, que chegou de Buenos Aires esta manhã no vapor *Bermejo*, que vai abrir a navegação do rio deste nome.

Cerruti mostrou-se desejoso de saber o que se passara na minha missão no Paraguai.

Referi-lhe o que era conveniente.

Depois de jantar, estive aqui o ministro de Relações Exteriores.

A sua visita teve por fim responder à reclamação verbal que, o outro dia, fiz contra o projeto de lei relativo à navegação do Paraná.

O ministro expôs a minha reclamação em conselho de ministros, presidido pelo presidente da República, com assistência do vice-presidente.

O conselho decidiu que o projeto de lei não fere os tratados, mas que se me pedisse conselho a respeito do modo de evitar o contrabando sem recorrer aos meios que eu acho ofensivos aos tratados.

Insisti na minha reclamação, demonstrando novamente a discordância que há entre o projeto e o tratado.

Insisti, principalmente, na revogação do artigo que sujeita os navios de guerra a uma declaração desairosa.

O ministro, prometendo-me ouvir novamente os seus colegas, deu-me a entender que se faria dormir o projeto na Câmara dos Deputados.

Depois de tratarmos este assunto, a conversa, pelo tom amigável em que se movia, abrangeu vários outros pontos.

Entre esses pontos, notei os seguintes:

22 N.E. – Julio Victorica, secretário particular de Urquiza, casado com Ana Urquiza.

23 N.E. – Marcello Cerruti, encarregado de negócios e cônsul-geral do reino da Sardenha.

O sr. Christie, ministro britânico, perguntou confidencialmente ao ministro de Relações Exteriores se o governo da Confederação não se prestaria a persuadir o governo paraguaio a deixar subir os navios ingleses ao Alto Paraguai, visto que o Brasil, por sua parte, não se opõe a isso.

O ministro respondeu que o seu governo não se acha no caso de tentar essa espécie de mediação.

Falando no general Guido, cujo nome apareceu incidentalmente na conversa, disse-me o ministro que aquele não perde ocasião de hostilizar o Brasil, já indispondo o ânimo do general Urquiza, já procurando atuar no dele, ministro.

Por esta ocasião, contou-me que o filho do general, sendo ainda oficial-maior da Secretaria de Fazenda, quando o ministro da repartição ditou as instruções que o general Santa Cruz levou para o Rio de Janeiro, procurara com muito empenho evitar que se facilitasse ao general a autorização de convidar o barão de Mauá a fundar um banco no Paraná, no caso em que não se efetue o banco francês.



PARANÁ

N. 22

22 de julho 1857.

O dia amanheceu nublado e frio, tornou-se chuvoso e à tarde trovejou e fuzilou. Ontem foi a lua nova.

Às dez horas, almocei e saí às onze. Fui ao Gülich e de lá passei ao Hordeñana, que ontem me pedira uma conferência.

Hordeñana mudou-se da hospedaria sem avisar-me. Em lugar dele achei a Cerruti, com quem conversei sobre os negócios de Buenos Aires. Diz ele que a proposta de conciliação do governador Alsina ao sr. Christie, ministro britânico, é feita com má-fé e não tem por fim senão resolver a questão dos direitos diferenciais.

Pareceu-me que Cerruti se mostrou um tanto partidário do presidente do Paraguai.

Estive, depois, com o barão du Graty, que propôs-me a compra da sua quinta.

Voltando para casa às quatro horas, escrevi a Hordeñana dizendo-lhe que estou à sua disposição todos os dias, das onze da manhã às quatro da tarde, digo, à uma da tarde.

Respondeu-me ele, logo, que viria hoje à uma hora abrir as nossas conferências.

O *Nacional Argentino* de ontem contém um artigo, sustentando o projeto de lei contra o qual reclama a legação brasileira.



PARANÁ

N. 23

23 de julho 1857.

Dia frio, céu puro, sol brilhante.

Às dez horas, almoço.

Das dez às doze, trabalho de escrita.

À uma hora veio Hordeñana e tivemos a primeira conferência a respeito da sua missão.

Hordeñana disse-me que, tendo sido nomeado pelo seu governo para vir tratar com o governo argentino a revogação da lei dos direitos diferenciais ou, ao menos, a modificação da aplicação dela ao Estado Oriental, recebera ordens para não iniciar a negociação sem prévio acordo com o ministro do Brasil; e que, obedecendo a essa ordem do seu governo, tinha solicitado esta conferência comigo.

Respondi lendo as minhas instruções, que nada contém que não possa ser ostensivo, principalmente para o agente oriental.

Seguiu-se a esta leitura um exórdio de mau gosto da parte do meu colega, que declarou-me que a sua diplomacia consistia na sinceridade e que estava certo de que eu corresponderia à sua franqueza no trato que íamos ter. Esta indireta mal disfarçada provou-me que os meus amigos orientais ainda não mudaram de idéia a meu respeito. Continuam a considerar-me como um homem astucioso e falso. Quem padece de icterícia vê tudo amarelo.

Seguindo a minha regra de responder sempre pelo caso em que me fazem a pergunta, entendi que não devia ser delicado com quem me trata grosseiramente.

Retorqui, pois, ao meu colega, que para dar-lhe desde já prova da minha franqueza e simplicidade, lhe pedia licença para observar-lhe que a sua declaração prévia parecia-me supérflua ou incapaz, porque a nossa regra é supor que no corpo diplomático não há senão cavalheiros; que entre cavalheiros não pode haver velhacos, mas há, com efeito, alguns tolos; que, sendo assim, o diplomata que se deixa codilhar por outro não deve atribuir o desastre senão à sua inexperiência e não à má-fé do colega.

Passado este incidente, o sr. Hordeñana disse-me que desejava ouvir-me a respeito do modo que me parecesse o mais conveniente para encetar a reclamação perante o governo argentino.

Observei ao meu colega que a reclamação devia ser iniciada e dirigida somente por ele; que a intervenção do ministro do Brasil, ou antes, a sua cooperação, teria lugar nos casos e nos termos que fossem indicados pelo reclamador oriental e que assim me dispensasse de dar o voto que me pedia.

Respondeu-me que lhe constava, por vários deputados e senadores, que, quando se discutisse a lei do orçamento, o corpo legislativo atacaria a lei dos direitos diferenciais; e que, por isso, lhe parecia conveniente manobrar no terreno parlamentar para assegurar o êxito da reclamação diplomática.

Respondi que a lei seria atacada no parlamento pela oposição e que eu receava aparecer como instigador, ou conivente com os que guerream o governo; que, por isso, eu não me julgava habilitado para coadjuv-lo, nesse sentido, sem ordem expressa do meu governo.

A essa resposta, perguntou-me o sr. Hordeñana se eu tinha sondado o ânimo do governo argentino para conjecturar o êxito que teria a reclamação que eu tenho ordem de coadjuvar.

Respondi que, a julgar por alguns dados que tenho, a reclamação ficará sem efeito, apesar da coadjuvação do Brasil.

O meu colega retorqui-me que as informações que tem concordam inteiramente com a opinião que emiti.

Depois de confirmar assim o meu parecer, perguntou-me se não me parecia que, talvez, o modo mais seguro e fácil de resolver a questão fosse um tratado entre o Estado Oriental e a Confederação.

Eu sei que muita gente em Montevidéu presume que o Brasil tem receio ou, pelo menos, inveja ou ciúmes de que a Confederação faça um tratado com República do Uruguai. A pergunta do sr. Hordeñana podia, portanto, ser uma sonda lançada pela sua franqueza. Respondi, pois, que o meio parecia-me ótimo e que tenho memória de ter ouvido dizer que era esse um dos objetos da missão em que veio o sr. Hordeñana.

O sr. Hordeñana mostrou-se preocupado do resultado que terá a sua missão e manifestou-me desejos de proceder de modo que evite o que ele chama desaire de tentá-la em vão.

Notei ao meu colega que, sendo a sua missão especial, é quase impossível ocultar-lhe o desfecho.

Depois de dialogar muito sobre este ponto, o sr. Hordeñana disse-me que ia primeiramente sondar as disposições do ministro de Relações Exteriores em conversas confidenciais e que procederia, depois deste exame, conforme as impressões que lhe ele deixasse no ânimo.

Antes de retirar-se, declarou-me que me informaria de tudo quanto se passasse.

Eu repeti-lhe que a minha ação como cooperador teria lugar logo que ele a requisitasse, mas que não me parecia regular nem necessário que eu o acompanhasse passo a passo em todos os movimentos que fizesse para conseguir o fim do seu governo.

Depois que saiu o sr. Hordeñana, fui dar um passeio e recolhi-me às cinco horas.

Às seis horas jantei.



PARANÁ

N. 24

24 de julho 1857.

Dia como ontem.

Às nove horas e dezesseis minutos da manhã nasceu-me um filho. É o primeiro que tenho. Chama-se José Maria do Amaral.

Passei todo o dia em casa.

Nada de novo.



PARANÁ

N. 26

26 de julho de 1857.

O dia amanheceu frio e nublado.

Procurou-me o encarregado de negócios da Sardenha, que não pôde falar-me porque estava eu ocupado.

O barão du Graty esteve aqui pelas duas horas. Queixa-se de que o visconde de Abaeté não lhe responde às cartas que recebe dele. Atribui o barão esse silêncio a algumas censuras que tem feito ao general Urquiza nas cartas que escreve ao visconde.

Chegou o vapor *Ipiranga*, que saiu de Montevideú no dia 21.

A mala, que recebi por este vapor, traz-me despachos do ministro de Negócios Estrangeiros datados em 13 de julho.

Em um destes despachos se me anuncia uma missão especial à Assunção.

A missão tem por fim, diz-se, tentar ainda uma negociação antes de recorrer às armas.

Diz-me mais o meu ministro: que se manda uma missão especial porque a minha presença é necessária, atualmente, no Paraguai, digo, no Paraná!

Bem entendo a cantiga. A missão especial vai para dar razão a Lopes. O meu procedimento, que é aprovado plenamente nos despachos do meu chefe, será reprovado em segredo nas conferências do novo enviado com o presidente Lopes.

O Governo Imperial tem medo de Lopes.

Cousa singular! O Brasil tem exército, marinha e rendas. Os nossos vizinhos não têm dinheiro, nem marinha, nem exército. Entretanto, nós os tememos e eles não nos temem a nós!

Andamos sempre de chapéu na mão, mesmo quando nos insultam. Eles, tratam-nos sempre de mãos nas cadeiras e torcendo o bigode, mesmo no ato de receberem os nossos benefícios!

Em uma carta particular, Paranhos avisa-me de que é ele o escolhido para a missão especial.

O ministro britânico esteve aqui das quatro para as cinco horas e disse-me o seguinte:

Quanto à questão de Buenos Aires – que, para resolver a dificuldade que resulta de não querer nenhum dos dois governos, isto é, o da

Confederação e o de Buenos Aires, tomar a iniciativa das aberturas para a conciliação, esse ministro escrevera simultaneamente ao general Urquiza e ao dr. Alsina uma carta que lhes facilita o procedimento que devem ter.

Quanto à questão dos direitos diferenciais – que lhe constava, de fonte segura, que, observando um senador ao general Urquiza que o Estado Oriental seria vítima inocente da lei, respondera-lhe o general que depois se entenderia convenientemente com o governo daquela república.

Disse-me mais, sobre o mesmo assunto – que já tinha replicado à nota com que o governo argentino respondeu à nota inglesa contra a lei de que estávamos tratando. Prometeu-me uma cópia da réplica.

Também recebi, esta manhã, pelo vapor *Paraná*, chegado do Rosário, cartas do cônsul em Buenos Aires e gazetas daquela capital.



PARANÁ

N. 27

27 de julho 1857.

Bom tempo.

Hordeñana veio pedir-me cópias de umas notas que se passaram entre o ministro britânico e o ministro de Relações Exteriores da Confederação a respeito da lei dos direitos diferenciais.

Disse-me que quando ele, Hordeñana, saiu de Montevideú, foi despedir-se do cônsul britânico, o sr. Thornton, e que este lhe dissera que a sua missão (a de Hordeñana) junto ao governo da Confederação para modificar a disposição da lei de direitos diferenciais que prejudica o Estado Oriental, seria malograda pelas intrigas da legação brasileira no Paraná.

O sr. Hordeñana observou ao sr. Thornton que o governo brasileiro prometeu a sua mediação em favor do governo oriental e que o ministro brasileiro no Paraná deve ter instruções neste sentido.

O sr. Thornton respondeu ao sr. Hordeñana: “Lembre-se de que o ministro brasileiro no Paraná é o sr. Amaral”.



PARANÁ

N. 28

28 de julho 1857.

Continuação do bom tempo, sem grande frio.

O comandante do *Ipiranga* veio saber o dia em que deve sair. Conviemos em que sairá no dia 30 de madrugada, com escala por Buenos Aires.

Vai no *Ipiranga* o Angelis, que pediu passagem até Buenos Aires.

**PARANÁ**

N. 29

29 de julho 1857.

Continuação do bom tempo. Menos frio do que ontem.

Despedida de Gülich para Montevidéu.

Cerruti, encarregado de negócios da Sardenha, escreveu-me logo de manhã perguntando-me, para responder a uma pergunta feita de Buenos Aires, se é esperado com brevidade algum dos dois vapores de guerra brasileiros que estão em Mato Grosso.

Diz ele que a pergunta é feita de Buenos Aires com grande empenho. E que fim terá ela?

Tomo nota e fico de observação. Algum fato me mostrará no futuro o porquê desta curiosidade portenha.

Respondi a Cerruti que não sei.

No decurso do dia, recebi uma carta do comandante do *Paraguassu* dizendo-me que acha-se em Corrientes e que, por estes três dias, estará no Paraná.

Diz-me que, passando pela Assunção, na sua vinda de Cuiabá, ali lhe perguntaram se trazia prático paraguaio. Respondeu-se negativamente e, então, o capitão do porto intimou ao comandante do vapor brasileiro que não podia comunicar-se com a terra.

O vapor seguiu viagem rio abaixo.

Recebi cartas e ofícios do nosso cônsul na Assunção e os *Semanarios*.

As cartas do cônsul, escritas com certo jesuitismo, falam-me somente no aumento de dez pesos mensais que sofreu no aluguel da casa em que mora, que é do Estado.

O *Semanario* contém as respostas de umas notas que escrevi ao ministro de Relações Exteriores, de sorte que se publicaram antes de chegarem à minha mão.

O general Urquiza escreveu-me, pedindo-me que lhe facilitasse uma passagem para um certo Arredondo a bordo do primeiro vapor brasileiro que vier de Montevideú.

Estes tratantes, inimigos mortais do Brasil, não se pejam de comer o nosso pão, porque as passagens que se lhes dão nos nossos vapores é gratuita.



À noite, Hordeñana veio dizer-me que teve a primeira conferência com o ministro de Relações Exteriores e que este lhe declarara que a lei de direitos diferenciais não sofrerá nenhuma modificação.

Da conferência, inferiu Hordeñana que há algum ressentimento do governo argentino contra o oriental.

Eu sei qual é esse ressentimento. O motivo é o seguinte:

O Estado Oriental nunca se decidiu francamente a respeito da questão que se agita entre a Confederação e Buenos Aires. Seguiu sempre uma política duvidosa, que lhe deixasse no futuro a liberdade de declarar-se por aquele que triunfasse. E, nisso, obrou com a timidez que se deve desculpar nos fracos.

Para obrigar o governo oriental a declarar-se, o governo argentino propôs-lhe um tratado, mas aquele iludiu a proposta guardando silêncio a respeito dela.

Esta circunstância influi, diretamente, na dificuldade que o agente oriental hoje encontra para obter a modificação da lei dos direitos diferenciais na parte em que esta prejudica o Estado Oriental.

Hordeñana pediu-me que intervenha eu no negócio, falando ao general Urquiza. Prometi que procuraria o general logo que mo permita um reumatismo [*de*] que estou sofrendo.



Às sete horas da noite veio um oficial inferior do vapor *Ipiranga* buscar a mala para Montevideú. Dei-lha e, com ela, um maço de correspondência para o nosso cônsul em Buenos Aires.

Nesse maço, remeti quatro, digo, três onças para que delas deduza o cônsul as despesas que fez com a compra de objetos que lhe encomendei.

Às 9 horas, veio despedir-se o comandante do *Ipiranga* e reclamou o pagamento de despesa que fez com a comida do ministro inglês quando, em dezembro, foi no vapor para Buenos Aires.

Como o ministro inglês pediu aquela passagem oficialmente e o Governo Imperial aprovou que se lha desse, satisfiz a reclamação do comandante, a qual monta a treze onças.

De Buenos Aires, digo, do Paraná a Buenos Aires vão os vapores em dois dias incompletos. Custou pois a mesa do ministro seis onças e meia, ou cento e noventa e cinco mil réis por dia!



PARANÁ

N. 32

1º agosto 1857.

Dia tépido e claro.

Continuação das dores reumáticas [*de*] que soffro há alguns dias.

Pela volta do meio dia chegou de Corrientes o vapor *Paraguassu*.

Uma hora depois da chegada do vapor, esteve aqui o comandante com o médico.

Do que me referiu o comandante, infiro que o verdadeiro motivo que ditou ao presidente do Paraguai a resolução de impedir a comunicação do vapor com a terra foi o receio de que a officialidade communicasse com os habitantes.

O comandante diz que, em todos os portos onde tocou, no trajeto de Mato Grosso para a Assunção, foi mui bem recebido pelos paraguaios.

O sr. Lopes comprehende que, depois do que se passou com o ministro do Brasil, a sua autoridade está desmoralizada e perdeu o dom de intimidar o seu povo. Tem, pois, razão de recear o contato dos nossos officiaes com os seus concidadãos oprimidos.



Depois que saiu o comandante do *Paraguassu*, veio visitar-me o barão du Graty, que continua a fazer más profecias a respeito do governo do general Urquiza.

Nada mais occorreu.



PARANÁ

N. 33

2 de agosto 1857.

Céu nublado; o dia esteve quase quente; à noite, chuva.

Toda a noite de ontem para hoje sofri grandes dores, que me impediam de dormir. Em conseqüência de ter perdido a noite, dormi parte do dia. Não pude, pois, receber ninguém.

Procuraram-me o comandante do vapor *Paraguassu*, o vice-presidente da Confederação e o ministro da Fazenda.



Recebi uma carta do nosso cônsul em Buenos Aires e as gazetas daquela cidade.

A única circunstância notável que acho nestas é um artigo da *Tribuna*, em que se diz que Buenos Aires deve unir-se com o Paraguai no caso em que seja certo o trato que corre de uma liga do Brasil com o general Urquiza para fazer a guerra ao Paraguai.

É, sem dúvida, este boato que deu motivo a um artigo da *Reforma Pacífica*, do Calvo, no qual se diz à Confederação que o Brasil, na demarcação de suas fronteiras com o Estado Oriental, usurpou um território argentino.

Calvo tempera esta notícia com a pimentinha da inveja, fazendo a comparação do Brasil com a Confederação e pondo em relevo as vantagens daquele sobre esta.

É uma intriga manifesta para prejudicar as boas relações do Império com a Confederação.

A *Reforma Pacífica* é escrita por Calvo e por Lourenço Torres, que são dois caixeiros do presidente do Paraguai.



PARANÁ

N. 34

3 de agosto 1857.

O tempo continua bom. Hoje amanheceu o dia muito frio.

Eu continuo enfermo.



Aqui estiveram o comandante do *Paraguassu* e seus oficiais.

Pedi ao dr. Pinheiro Guimarães que fosse à Câmara dos Deputados tomar nota da discussão do projeto de lei relativo ao trânsito nas águas do Paraná.

Às cinco horas voltou ele; ainda continuava a sessão e todos os oradores que tomaram a palavra atacaram o projeto, por ser contrário aos tratados, além de outros motivos.

Não tendo podido conseguir do governo que retirasse o projeto, procurei atuar nos deputados e tenho esperança de que a lei não passe no corpo legislativo.

Todos os membros do corpo diplomático assistiram à sessão. Só eu não pude ir, por causa da minha enfermidade.



Durante o dia não ocorreu nada mais que deva ser mencionado.



PARANÁ

N. 35

4 de agosto 1857.

Lindo dia; frio.

Acho-me um pouco melhor do reumatismo.

Esta manhã o comandante e oficiais do vapor *Paraguassu* mandaram celebrar, na matriz, uma missa pela alma do guarda-marinha que se afogou aqui, no rio Paraná em fevereiro deste ano.

Depois da missa, aqui esteve o comandante e o médico, que é o dr. Pinheiro Guimarães.

Continuou na Câmara dos Deputados a discussão da lei que ofende o tratado com o Brasil. A minha cabala entre os deputados teve bom êxito. A lei foi rejeitada por 17 votos contra 14.

Esta votação foi recebida com estrondosos aplausos das galerias.



PARANÁ

N. 36

5 de agosto 1857.

Céu puro, dia frio.
Fazem [*sic*] hoje vinte anos que me formei em direito, em Paris.
Continuo a melhorar das dores reumáticas que tenho sofrido.



Cerruti escreveu-me, despedindo-se por oito dias, e recomendando-me um Luiz de Luchi.



Das quatro para as cinco horas veio o comandante buscar as minhas cartas para Montevidéu.



O vapor *Bermejo*, que veio de Buenos Aires com bandeira inglesa, tomou aqui bandeira argentina e subiu o Paraná para ir ao rio Bermejo.

Disseram ao comandante do *Paraguassu* que, se o governo do Paraguai vedasse a entrada do vapor, este desceria e o governo argentino fecharia os portos aos navios paraguaios.

Não há de suceder assim. O vapor há de passar, porque, quanto a mim, este governo argentino está de acordo com o do Paraguai, apesar de o não parecer.

Eu sei, por exemplo, que o comandante do vapor *Bermejo* leva uma carta de recomendação de Urquiza para o presidente do Paraguai.

Daria Urquiza esta carta se não tivesse motivos para acreditar na eficácia da sua firma?

Acresce a isto que, indo esta manhã a bordo do *Paraguassu* uns deputados argentinos, perguntou-lhes o comandante se o vapor *Bermejo* seria admitido pelo governo paraguaio. “Sim” – responderam os deputados –, “porque *estamos arreglados sobre eso*”.



Recebi uma carta do nosso vice-cônsul na Concórdia.²⁴



24 N.E. – Domingos Duarte Monsoreos. O autor, mais adiante, grafa “Mansores”.

PARANÁ

N. 37

6 de agosto 1857.

Bom tempo e frio.

O vapor *Paraguassu* zarpou para Montevidéu esta manhã, às seis horas.

Já se sabe no Paraná que o conselheiro Paranhos vai ao Paraguai em missão especial. A novidade é espalhada pelo general Guido, que diz tê-la recebido por carta de uma pessoa grada do Rio de Janeiro.

Fazem-se comentários a esta notícia. Pensa-se que esta missão, assim como a discussão que tem lugar no Senado sobre os negócios do Paraguai, é um estratagema do Governo Imperial para surpreender o presidente Lopes, quando ele menos esperar uma manifestação armada da parte do Brasil.

Eu penso que o nosso governo não tenciona, de modo algum, ofender o seu ousado vizinho e que antes se resignará a sofrer dele todos os insultos, contanto que não seja perturbada a paz. Nós herdamos de Luís Filipe a política da paz *à tout prix*.

O general Guido está sempre bem informado de tudo o que se passa nas altas regiões políticas e sociais da nossa capital. O seu informador, segundo dizem, é o conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro.

**PARANÁ**

N. 38

7 de agosto de 1857.

Bom tempo, tépido.

A noite passada sofri muito. As dores não me deixaram dormir. Troquei o dia pela noite, dormi até às duas horas e meia da tarde.

Não pude ler nem escrever, porque senti-me muito incomodado.

Ninguém me procurou.



PARANÁ

N. 39

8 de agosto 1857.

Dia sereno e frio.

Acordei um pouco melhor do que ontem, mas tenho ainda algumas dores vagas pelo corpo.

Almocei, sem apetite algum, às 11 horas.

•

Ao meio dia, procurou-me o ministro britânico. O meu criado, por engano, despediu-o.

•

Li uma correspondência confidencial que se tem movido entre o ministro de Relações Exteriores da Confederação e do Paraguai, sobre a navegação do rio Bermejo.

Do tom dessa correspondência, que foi iniciada pelo ministro da Confederação, vejo que não há de haver briga entre os dois vizinhos.

Pode ser mui bem que o presidente do Paraguai, agora que se acha em maus termos com o Brasil, procure manter boas relações com a Confederação.

A Confederação, por sua parte, não deixará de pensar como o Paraguai, apesar das beijocas que nos dá o general Urquiza.

Esta gente está sempre pronta a unir-se contra o Brasil.

◆

PARANÁ

N. 40

9 de agosto 1857.

O dia amanheceu nublado e frio.

Recebi de Buenos Aires gazetas e uma carta de Pinto. Diz-me que Angelis chegou a Buenos Aires dando notícia da missão especial do Paranhos à Assunção e acrescentando que eu retiro-me do Paraná com licença.

Com efeito, Angelis aqui disse-me a mesma coisa e, perguntando-lhe eu a origem da notícia, respondeu-me que o general Guido a recebera do Rio em carta de um amigo seu.

De Buenos Aires remeteram-me para Angelis, que supunham achar-se ainda aqui, uma carta de Paranhos. Tomo nota desta circunstância.



À hora em que escrevo estas linhas, o forte desta cidade está salvando porque é hoje dia de San Justo, santo do nome do general Urquiza! Assim se entende nestas repúblicas a forma de governo republicano!

Nestas repúblicas, os presidentes são tanto como os reis, tendo de mais o cutelo e de menos a Constituição.

Continuam as minhas melhoras.



PARANÁ

N. 41

10 de agosto 1857.

O sol está brilhante, o céu puro, o dia frio.

Fazem [*sic*] hoje 23 anos que tive uma congestão cerebral. Segundo dizem, na manhã do dia em que fui acometido, tomei parte em uma discussão da Sociedade Defensora, associação política que existia por aqueles tempos no Rio de Janeiro. Não me lembro, porém, de nada do que se passou 24 horas antes e 24 horas depois da congestão.

Levantei-me esta manhã quase bom do reumatismo, tendo dormido toda a noite sem dor alguma.



Ontem, às sete horas e meia, chegou a este porto o vapor *Maracanã*, que saiu de Montevidéu no dia 6, às 6 horas da tarde.

A mala não pôde desembarcar, porque a capitania do porto opôs-se, alegando que o vapor vem de um porto pesteadado e que não estará livre sem ser visitado pelo médico da polícia.

Esta manhã, às 11 horas e meia, ainda não tinha ido a bordo a visita da saúde!

Às duas horas da tarde recebi, enfim, a mala oficial.



O general Santa Cruz escreve-me do Rio de Janeiro, dizendo que parte para a Europa a concluir o negócio que começou no Rio satisfatoriamente.

O general foi ao Rio de Janeiro, autorizado pelo general Urquiza, presidente da Confederação Argentina, negociar um empréstimo de um milhão de pesos ou solicitar a garantia do Governo Imperial para efetuar o empréstimo na Europa.²⁵

Pelo que diz o general, conseguiu a garantia.

O que me consta, do Rio de Janeiro, em carta particular, é que o general leva uma carta de recomendação para os banqueiros do Governo Imperial.



PARANÁ

N. 42

11 de agosto 1857.

Sempre tempo bom e frio.

Continuo a melhorar da saúde.

Escrevi ao ministro de Relações Exteriores remetendo-lhe uma nota do ministro de Negócios Estrangeiros do Brasil, em resposta a outra pela qual aquele apresentou a este o general Santa Cruz.

Esteve aqui o comandante do *Maracanã*. É de opinião que a missão especial do Paranhos à Assunção será ineficaz.

Conviemos em que o *Maracanã* sairá no dia 15 de madrugada para Montevidéu.



Em virtude de uma carta que hoje escrevi ao general Urquiza, ficou, enfim, resolvida a reclamação do brasileiro Francisco de Paula Souza. O general ordenou que o tal general Crispim restitua os escravos ou pague mil e duzentos pesos.

Por um rasgo de pena do general Urquiza ficou decidida uma causa que pende há quase um ano!

O Imperador do Brasil pode fazer tanto?



25 N.E. – Objeto do ofício confidencial s/n, de 7 jun. 1857, à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (AHI 205/03/05. Série da Confederação).

PARANÁ

N. 43

12 de agosto 1857.

O tempo, como o de ontem.

A saúde, idem.

Visita do ministro inglês, que perguntou se o general Santa Cruz tinha conseguido o empréstimo que foi tentar no Rio de Janeiro para a Confederação Argentina.

Respondi que não.

O sr. Christie retorquiu-me que uma pessoa bem informada lhe assegura que o Imperador emprestara a Urquiza quinhentos mil patacões. Disse mais que esta notícia corria em toda a cidade do Paraná.

Repliquei-lhe que eu nada tenho com os boatos.

O ministro inglês pensa que o Governo Imperial fornece o dinheiro ao governo argentino para animar a política de discórdia com Buenos Aires.



Avisei às legações estrangeiras que preparem as suas correspondências para o dia 15, saída do vapor *Maracanã*, para Montevideú.

Esteve aqui o comandante desse vapor.



Convite do ministro francês para a celebração do dia 15 do corrente: aniversário do Imperador dos franceses. Não aceitei por doente.

**PARANÁ**

N. 44

13 de agosto 1857.

O mesmo tempo.

De saúde, menos que ontem.

Paula Souza esteve aqui. Já tem a ordem do general Urquiza para que o general Crispim lhe entregue os escravos ou mil e duzentos pesos.

O tal Crispim é tão bonachão, que o Souza, apesar de ser paulista

de laço e bola, receia ir levar-lhe a ordem do general Urquiza. Pedi, pois, ao ministro de Relações Exteriores que a mande intimar ao general Crispim.



PARANÁ

N. 45

14 agosto 1857.

Bom tempo, temperado.

Convalesço.

Passsei todo o dia a escrever a Joaquim²⁶ e a Tomás. Das quatro para as cinco expedi a mala para o *Maracanã*, que sai amanhã.



PARANÁ

N. 47

16 de agosto 1857.

Bom tempo e pouco frio.

Estou quase pronto do reumatismo.

Pelo vapor *Paraná*, que chegou esta manhã do Rosário, recebi gazetas de Buenos Aires nas quais se anuncia já a missão especial de Paranhos à Assunção. É a única notícia notável.

Recebi do Rosário uma carta do nosso vice-cônsul, sobre um negócio meu.



26 N.E. – Joaquim Tomás do Amaral (1818-1907), barão e visconde de Cabo Frio, irmão de José Maria do Amaral, então ministro em Montevidéu e, posteriormente, diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

PARANÁ

N. 48

17 de agosto 1857.

Bom tempo.

Estou restabelecido do reumatismo.

Visita do comandante do vapor francês e do barão du Graty, que vieram juntos.

O comandante confirmou o que em outra ocasião me disse, isto é, que o almirante inglês levou ao presidente do Paraguai seis canhões de 68.

Contou-me, mais, que no jantar dado na legação francesa no dia 15, aniversário do Imperador dos franceses, o general Urquiza não respondeu à saúde feita ao Imperador, mandou responder pelo vice-presidente.

Os que não conhecem bem o general atribuem este procedimento a causas que não são verdadeiras. O general é tão acanhado que não pode pronunciar em público, nem em um ajuntamento numeroso, uma só palavra.



Recebi esta manhã cartas e gazetas da Assunção, com data de 5 deste mês.

O *Semanario*, referindo as circunstâncias da passagem do *Paraguassu* pela Assunção, quando veio de Mato Grosso, oculta a intimação, que se fez ao comandante, de não comunicar com a terra, por não trazer prático paraguaio, e dá a entender que o *Paraguassu* continuou a viagem sem comunicar com a terra porque o quis assim.

Este disfarce é motivado, segundo me consta, por uma certa curiosidade que o público da Assunção tem mostrado a respeito das coisas do Brasil.

**PARANÁ**

N. 50

19 de agosto 1857.

Belo dia. Calor.

Mandou-se daqui para Corrientes, por intervenção de um amigo meu, um artigo publicado na *Opini6n*.

O artigo combate a lei que o governo federal propôs ao parlamento que, a pretexto de evitar o contrabando, ofende o tratado com o Brasil, restringindo a liberdade de navegação do rio Paraná.

Havia nesse artigo trecho em que se fazia notar a semelhança da política de Urquiza, a respeito do rio, com a do presidente do Paraguai.

O artigo foi publicado; mas o trecho relativo ao Paraguai foi suprimido.

Eis aqui o motivo da supressão dado pelo redator do periódico, em uma carta que escreveu ao meu amigo:

Por otra parte, como ya he dicho a U. las referencias al gobierno del Paraguay, que es tan susceptible, y con quien tanto nos conviene conservar las buenas relaciones, no podía tampoco admitirlas en beneficio del bien público.

Este incidente dá lugar, naturalmente, à seguinte pergunta:

Por que é que Corrientes, que está encravada entre o Brasil e o Paraguai, tem mais medo deste do que daquele, sendo, aliás, aquele mais poderoso do que este?

É porque se conhece a energia do presidente Lopes e a covardia do governo brasileiro.

Seja o que for, este fato nos mostra o que podemos esperar dos nossos vizinhos, se contarmos com eles para agredir o Paraguai.

Note-se que a gazeta *Correntina*, que recusa o trecho relativo ao Paraguai, é protegida e escrita por Pujol, governador de Corrientes.



PARANÁ

N. 52

21 de agosto 1857.

Dia de verão.

Dois dos filhos do general Guido partiram para a Assunção. Decerto, nessa viagem, entra por alguma coisa o constante espírito de intriga contra o Brasil, de que é dominada toda a família Guido.



PARANÁ

N. 54

23 de agosto 1857.

Dia claro, frio.

O sr. Cerruti, encarregado de negócios da Sardenha, chegou esta manhã de Buenos Aires. Esteve aqui.

Na conversa que tivemos, falando da missão especial de Paranhos à Assunção, mostrou-se inclinado a pensar que os últimos incidentes da minha missão ao Paraguai facilitam a tarefa do novo negociador.

É de opinião que ainda não é bem clara a tenção do presidente Lopes, relativamente à entrada do pavilhão argentino no rio Bermejo. Crê que ainda haverão [*sic*] dificuldades na redação dos regulamentos para a navegação daquele rio. Disse-me que o general Urquiza se mostra muito crente na minha amizade com ele.



Recebi as gazetas de Buenos Aires, nas quais noto uma alusão à uma confissão feita pela *Nación*, de Montevideú, que diz ser subvencionada pelo governo do Brasil.

No meu tempo, a legação tomava 50 exemplares daquela gazeta.



O ministro inglês procurou-me.

**PARANÁ**

N. 55

24 agosto 1857.

Bom tempo. Do meio dia em diante, nublado.

Faz hoje um mês que não saio de casa retido pelo reumatismo.

Passsei uma nota ao ministro de Relações Exteriores, notificando-lhe a adesão prestada pelo governo do Brasil aos princípios de direito marítimo, professados no congresso que, em começo do ano passado, se ajuntou em Paris.



PARANÁ

N. 56

25 de agosto 1857.

Bom tempo, fresco.

Visita de Paula Souza.

Dizem-me que o governo argentino, tendo recebido o tratado feito com a Espanha, resolveu não ratificá-lo porque o negociador, contra as instruções expressas que levou, estipulou por parte da Confederação o pagamento dos prejuízos causados aos espanhóis pela guerra da independência.



Visita do ministro inglês.



PARANÁ

N. 57

26 de agosto 1857.

Continuação do tempo de ontem. Vento.

Saí pela primeira vez depois de trinta e dois dias de reumatismo, ou gota.

A *Opinión*, de Corrientes, gazeta do governador Pujol, transcreve da *Reforma Pacífica*, de Buenos Aires, um artigo que denuncia à Confederação que o Brasil ficou senhor de um terreno argentino, por engano ou conivência do comissário do governo oriental que fez a demarcação de limites entre o Império e o Estado Oriental do Uruguai. A *Opinión* agradece cordialmente a Calvo, autor do artigo, a denúncia e censura o Brasil em termos duros, mesmo sem saber se é exata a asserção de Calvo. Este Calvo é um contrabandista, que foi tratado como tal no Rio de Janeiro. Desde então, não perde ocasião de detrair o Império.

Corrientes, que outrora passava por amigo do Brasil, simpatizando conosco a ponto de desejar incorporar-se com o Império, de certo tempo a esta parte, aproveita, pela imprensa, todas as ocasiões de molestar-nos.

Até certo ponto, esta mudança é efeito da nossa política duvidosa. A energia dos governos também concorre por lhes granjear amigos. O governador de Corrientes acha-se entre o Paraguai e o Brasil, como entre Cila e Caríbdis. Vê que o Paraguai dá tantas provas de energia quantas nós damos de pusilanimidade. Começa, pois, a adorar o enérgico e a afastar-se do inerte.

Aqui na América do Sul, o Brasil deve ser decidido e enérgico nas suas amizades e nas suas agressões. A nossa política é tal que não somos declaradamente amigos nem inimigos de ninguém. Não nos amam, nem nos temem. Os que de nós precisam chegam a considerar-nos como um instrumento!!!

Fui a Cerruti pagar-lhe a visita que me fez. Não o achei, deixei o meu cartão de visita.



PARANÁ

N. 59

28 de agosto 1857.

Dia claro e tépido.

Por um barco mercante que desceu da Assunção, recebi esta manhã uma carta do nosso cônsul, com data de 19 deste mês. Nada de importante.



O *Semanario* do dia 8 transcreve do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, um artigo de notícias do Paraguai, escrito por um oficial do *Paraguassu*.

Lopes parece extremamente lisonjeado por duas asserções que contém aquele artigo.

A primeira é que o Brasil foi humilhado pelo Paraguai quando lá mandou a sua expedição de 1855.

A segunda é que o Paraguai pode pôr em armas um exército de 50.000 homens.

O artigo de que trato foi escrito pelo dr. Pinheiro Guimarães, médico do vapor *Paraguassu*.



O vapor brasileiro, que devia estar para levar a mala para Montevideu amanhã, não aparece!



PARANÁ

N. 60

29 agosto 1857.

Dia como o de ontem. Vento.

Procurou-me o vice-presidente da República, em minha ausência.

À noite, o ministro de Relações Exteriores veio dizer-me que o general Urquiza desejava visitar-me amanhã.

Respondi que eu iria à casa de S. Exa. amanhã.

O ministro disse-me que já declarou, ao encarregado de negócios da República Oriental, que não faria nada a respeito dos direitos diferenciais.



PARANÁ

N. 61

30 de agosto 1857.

Bom tempo, calor.

Recebi do Pinto, de Buenos Aires, uma carta.

Recebi de Montevideu uma carta em que Joaquim diz-me que sabe, do Rio de Janeiro, que Paranhos vem em missão especial também ao Paraná e a Montevideu.

Peçanha é o secretário da missão especial.

As gazetas de Buenos Aires nada de novo dizem.



Estive em casa do general Urquiza que não me recebeu por achar-se em cama. O general, pela menor impressão desagradável que recebe, moralmente, adoece da cabeça.



Fui ao vice-presidente, Carril.²⁷ Dele vim a saber que o governo argentino espera quinhentos mil patações que o Governo Imperial prometeu ao general Santa Cruz por ocasião da sua missão ao Rio de Janeiro.



Chegou de Córdoba o Lessa. Está no hotel de Paris.



PARANÁ

N. 63

1 de setembro 1857.

Dia um tanto nublado e quente.

Recebi do Paraguai carta do cônsul. De uma conferência que ele teve com o general Lopes, filho do presidente, concluiu que o plano de Lopes é atrair à Assunção mais uma missão brasileira para desairar ainda uma vez o Império.

Perguntando o general Lopes ao cônsul quem seria o negociador, respondeu-se-lhe que seria o Paranhos.

Se Paranhos é homem de paz e se ambos os governos querem ceder alguma coisa – respondeu o general –, penso que se fará tudo em paz.

É claro que Lopes não cede sem transação. Ora, no ponto em que se acha a questão, transigir, da parte do Brasil, é humilhar-se.



Chegou, antes de ontem, o Texo, da missão a que foi, por parte do general Urquiza, à vila da Restauração. Eu sei que ele chegou até a Uruguiana.

Recebi, por Texo, uma carta de Mansores.



27 N.E. – Salvador Maria del Carril (1798-1883), jurista e político, ministro do governo Lavalle, constituinte de 1853.

PARANÁ

N. 64

2 de setembro 1857.

Continua o tempo de ontem.

Lessa despediu-se esta manhã para Córdoba, onde reside.

Que veio fazer Lessa ao Paraná?

De todas as circunstâncias que se dão na sua viagem e estada aqui, infiro que veio a pedido de Paranhos sondar-me o ânimo a respeito da missão especial e das coisas no Paraguai.

Lessa, quando chegou, deu-se por ignorante da vinda de Paranhos. No correr da conversa deixou escapar uma asserção que desmentia a afetada ignorância.



Recebi uma carta de Mansores, contendo documentos para instruir uma reclamação que deseja apresentar ao governo argentino.



Pelo Rosário escrevi a Joaquim e a Pinto.



PARANÁ

N. 65

3 de setembro 1857.

Dia claro, quente e seco.

O *Nacional Argentino*, do dia 1º, contém uma carta do coronel José Maria Reyes, desmentindo a asserção da *Reforma Pacífica*, de Buenos Aires, imputando ao Brasil a absorção de uma ilha pertencente à Confederação Argentina.

O coronel, como comissário do Estado Oriental para a demarcação da fronteira do Brasil com aquele Estado, é autoridade mui competente na questão.

Passei todo o dia a escrever.



PARANÁ

N. 66

4 de setembro 1857.

Dia nublado, fresco e ventoso.

Aviso do ministro de França, que o vapor *Bisson* sairá para Buenos Aires no dia 7, de manhã.



Tem tomado corpo a notícia, que circula no Paraná, de que o general Santa Cruz obteve do Governo Imperial um empréstimo de 500.000 patacões para o governo argentino e que será dado em cinco prestações mensais de cem mil patacões.



Outro correio particular, que chegou da nossa fronteira, repete a notícia de que, por ordem do governo, se faz na província do Rio Grande um[a] reunião geral da guarda nacional e da tropa de linha. Atribuem ali este movimento a uma guerra próxima com o Paraguai.

**PARANÁ**

N. 67

5 de setembro 1857.

Dia nublado e tépido. Umidade grande.

Recebi os periódicos de Buenos Aires. Nada de novo.

O comandante do vapor *Bisson* veio despedir-se para Buenos Aires e Montevideú.

Disse-me o comandante que o ministro inglês provocaria uma conversa para falar dos canhões que o comandante viu desembarcar do vapor inglês na Assunção.

O sr. Christie nega o fato; o comandante sustenta-o.



O barão du Graty veio, em seguida ao comandante.



Os filhos de Guido não subiram ainda para a Assunção. Estão em Corrientes.



PARANÁ

N. 68

6 de setembro 1857.

Sol entre nuvens, nem frio nem calor.

Recebi uma carta de Lessa, escrita no Rosário, na qual diz-me que achou ali uma carta de Paranhos, de 13 de julho.

Lessa insta muito comigo para que eu não me retire do Paraná, nem por aposentadoria, nem por licença.

Assevera que talvez Paranhos não venha em missão especial ao Paraná, nem ao Paraguai.

Esta carta de Lessa confirma a opinião que formei de sua vinda ao Paraná. O homem veio mandado para sondar-me e para dissuadir-me da minha tenção de retirar-me para o Rio com uma licença.



A *Prensa* de Buenos Aires contém o seguinte trecho transcrito do *London Post*, gazeta de lorde Palmerston:

Não se dando atualmente *casus belli* entre a Inglaterra e Nápoles, é impossível que o almirante Lyons, sem infringir as leis do direito internacional, possa dar auxílio a estes desgraçados que, há tanto tempo, gemem nas cadeias de um governo tirânico; porém, o desejo mais ardente de todos os ingleses é que semelhante governo seja aniquilado e destruído do mesmo modo como nós ingleses aniquilamos e destruímos todos os soberanos inimigos e todas as tiranias.

Às quatro horas, remeto ao ministro de França um saco com ofícios para o Governo Imperial, a fim de ser remetido para Buenos Aires ao cônsul do Brasil.



PARANÁ

N. 69

7 de setembro 1857.

Dia claro, sereno e temperado.

Trigésimo quinto aniversário da Independência do Brasil.

O vapor *Bisson* saiu esta manhã para Buenos Aires e Montevideú. Leva a mala desta legação para o cônsul do Brasil em Buenos Aires. Nessa mala vão os ofícios para o Governo Imperial.



Durante o dia esteve aqui Paula Souza.



À noite o ministro britânico mandou avisar-me que parte amanhã para a Assunção.

**PARANÁ**

N. 70

8 de setembro 1857.

Dia claro, atmosfera pesada e quente.

Logo depois de almoço expedi para casa do ministro inglês um maço com cartas e ofícios para o cônsul do Brasil na Assunção.

O ministro inglês, que parte esta tarde para aquela capital, será portador daquela correspondência.

Depois de expedido este maço, fui dar um passeio. Estive em casa de Texo, mas não o achei.



Achei o Paula Souza, com quem conversei algum tempo sobre coisas sem importância.



Vim para casa e escrevi até às três. Concluí todo o registro particular da última correspondência oficial e confidencial, que ultimamente mandei para o nosso ministro de Negócios Estrangeiros.



PARANÁ

N. 71

9 de setembro 1857.

Bom tempo até às duas horas. A tarde e a noite nubladas.

Tive uma ligeira recrudescência do reumatismo e, por isso, passei o dia em casa.

O ministro inglês saiu, com efeito, ontem à tarde para a Assunção. Diz que vai a passeio. Quem sabe?



PARANÁ

N. 72

10 de setembro 1857.

Belo dia, céu puro; fresco.

Às dez horas saí de casa em um carro de aluguel para ir passar o dia fora da cidade. Éramos quatro companheiros e um criado.

À vista do carro, eu logo predisse que não chegávamos ao nosso destino sem algum mau incidente.

Quase ao chegar ao lugar que demandávamos, virou o carro. Felizmente, o cavalo era manso e não disparou. Ninguém sofreu sequer uma contusão. Quebrou-se toda a louça em que levávamos a comida.

No mesmo lugar em que caímos, almoçamos.

O nosso destino era para um lugar chamado Alagadiço que aqui é considerado como um lago pitoresco. Não é mais do que um pântano rodeado de um terreno desigual, que simula uma série de outeiros.

O caminho que conduz àquele ponto nada tem de notável, é ladeado por terrenos incultos, nos quais se acham encravadas algumas quintas mui ordinárias. Passam aqui por quintas uns pedaços de terreno com uma palhoça e algumas árvores de fruta, como pessegueiros.

Em uma destas chamadas quintas, paramos uma hora e logo continuamos a caminhar a pé para a cidade, aonde chegamos às duas horas da tarde.



PARANÁ

N. 73

11 de setembro 1857.

Lindo dia.

Veio despedir-se de mim o coronel Linares, ajudante-de-ordem do general Urquiza. Vai para Buenos Aires.

Diz o coronel que, estando a passear por um corredor da casa do general, enquanto este se achava em conferência com os ministros, abriu o general a porta da sala e se dirigira a Linares, acusando-o de escutar o que se dizia, e ameaçando-o com bofetadas, etc. e que, em consequência deste insulto, ele, Linares, dera a sua demissão e se retira para Buenos Aires.

Eis aqui a verdade:

De Buenos Aires avisaram a Urquiza que, em sua casa, muito próximo à sua pessoa, havia um espião que comunicava a Alsina, governador de Buenos Aires, tudo quanto ele dizia e fazia.

Urquiza pôs-se de observação.

Estando, no dia 4 deste mês, em conversa com o ministro inglês, abriu então a porta da sala e encontrou Linares à escuta. Maltratou-o de palavras e passaria a vias de fato, se outros o não calmassem.

Linares foi demitido e riscado do exército argentino. É portenho.



Ximenes esteve em minha casa.

Disse-me que o general Flores estivera um dia aqui, falara com Urquiza e com ele, Ximenes, e se retirara.

Flores disse-lhe que não tem ressentimento algum contra mim, que na questão de agosto de 1855 houveram [sic] de parte a parte culpas, mas que ele as esqueceu e espera que também eu as esqueça.

Ximenes disse-me que há de falar comigo largamente sobre Flores, se eu lhe assegurar que olvido o passado como Flores o olvida.

De algumas palavras que Ximenes pronunciou, sem dúvida para ver se havia lugar de abrir-se comigo, concluo que o general Flores e seus amigos desejam estar bem com o Brasil, para conquistarem a presidência de 1860.

Flores há de estar em Montevidéu na ocasião das eleições. Diz que Oribe o convidou para uma revolução contra o governo.



PARANÁ

N. 74

12 de setembro 1857.

Bom tempo.

Às cinco horas da manhã pus-me a caminhar para ir passar o dia em uma quinta.

Cheguei às 7 horas e meia, andando mui vagarosamente.

Por todo o caminho, distando de uma légua, pouca cultura vi. São planícies cobertas de erva para pasto dos animais.

A quinta a que fui pertence a um tal Crespo, que já foi governador desta província de Entre-Rios; passa por ser a melhor quinta do Paraná.

A situação da quinta não é má; está em uma espécie de outeiro, quase à margem do rio Paraná; tem boa vista, que abrange todas as planícies circunvizinhas. Avista-se Santa Fé, que fica do outro lado do rio e que se nos mostrava alvejando ao sol em uma altíssima barranca.

A quinta não tem nada de notável, nem sequer casa tem. Há muitos pessegueiros, algumas laranjeiras, trigo e verduras. A melhor peça da quinta é um quarto de palha e tijolo onde passei o dia.

Às 5 horas pus-me a caminhar para a cidade e cheguei às 6 horas.

Foi um dos passeios mais insípidos que tenho feito em minha vida.

O ar da quinta é excelente.



PARANÁ

N. 75

13 de setembro 1857.

Bom tempo.

Chegou o vapor do Rosário, que trouxe-me os jornais de Buenos Aires até 6 de setembro.

Tem havido em Buenos Aires questões com os filhos de estrangeiros que não querem servir na guarda nacional. Essas questões tomaram proporções que podem dar de si um conflito.



Fui convidado pelo coronel Linares para ser padrinho de confirmação de um filho. Não pude ser, porque ainda não tomei a confirmação.



A *Orden*, de Buenos Aires, contém um artigo, ou antes uma carta escrita da Assunção, invocando o Brasil. O autor da carta diz que, nas atuais circunstâncias de Lopes, o triunfo do Brasil é certo, se proceder com energia.



PARANÁ

N. 76

14 de setembro 1857.

Continua o tempo a ser excelente. Começa a fazer calor.

Esta manhã, depois do almoço, visitei o encarregado de negócios da Sardenha, digo, da Prússia, o Texo e o deputado Cáceres. A nenhum dos três encontrei.



Estive com du Graty que me disse que o general Urquiza lhe pedira que insinuasse ao ministro francês que, se a França e a Grã-Bretanha bloquearem Buenos Aires, o general atacará por terra.

O barão disse-me, mais, que o coronel Linares é espião da legação inglesa. Quando o general Urquiza o surpreendeu escutando o que se dizia no seu gabinete, estava em conferência com os ministros de Estado e não com o ministro inglês, como eu disse o outro dia, ou antes, como mo disseram a mim.

Disse-me, mais, que o secretário do sr. Hordeñana não regressará com as instruções que ele espera para celebrar um tratado com a Confederação. O governo oriental espera a vinda de d. Andrés Lamas do Rio de Janeiro para mandá-lo ao Paraná tratar a questão dos direitos diferenciais e talvez outras.

O general Urquiza disse ao barão que, no dia 2 de outubro, se retiraria à sua estância se não tivesse necessidade de ir fazer uma visita a Alsina.



PARANÁ

N. 77

15 de setembro 1857.

Belo dia, quase frio, ventoso.

Das cinco às oito da manhã dei um largo passeio. Às oito horas, quando me recolhia, ainda as ruas estavam desertas!

Escrevi para Buenos Aires, ao Pinto.

•

Tenho em meu poder uma carta escrita por d. José Luiz de La Peña ao general Urquiza, em 1854, na qual se mostra acérrimo partidário da formação de um sistema americano tendo o Brasil por diretor.

Tenho também uma carta de Salvador Maria del Carril combatendo as idéias de Peña e, portanto, a influência brasileira.

Estes documentos foram me emprestados hoje. Tirei cópia deles.

◆

PARANÁ

N. 78

16 de setembro 1857.

Continuação do bom tempo.

Estive com o encarregado de negócios da Prússia a quem fui pagar a visita que me fez ultimamente, chegando de Montevideú.

Durante a visita vim a saber, por um recado que lhe deram de parte do ministro de Relações Exteriores, que está negociando um tratado com a Confederação Argentina.

•

Por um esquecimento do vice-cônsul recebi hoje uma carta do Pinto, de Buenos Aires, que desde domingo está em poder daquele.

Dizem-me nessa carta que, no Rio de Janeiro, consideram a missão especial de Paranhos ao Paraguai como fácil, depois do que eu pratiquei na Assunção.

Corre na cidade que Paranhos será portador dos quinhentos mil patações que, segundo se diz, o Império empresta à Confederação.

◆

PARANÁ

N. 79

17 de setembro 1857.

Bom tempo, temperado.

Das cinco às sete da manhã, passeio.

Visita de Texo. É de opinião que o general Urquiza tenciona atacar Buenos Aires. Diz que, se isso acontecer, reaparecerá a ditadura do general.

Nada mais.

**PARANÁ**

N. 81

19 de setembro 1857.

Dia claro. Algumas nuvens.

O senador Zapata fez uma moção no Senado para que se confira ao general Urquiza o posto de capitão-general das Forças de Mar e Terra da Confederação Argentina.

Este posto não existe na Confederação.

**PARANÁ**

N. 83

21 de setembro 1857.

Dia chuvoso.

Recebi uma carta de Pinto, de Buenos Aires.

A carta de Pinto faz-me pensar que ele está informado de que a missão especial de Paranhos abrange Montevideú e Paraná.

Diz-me ele que teve ocasião de ver ultimamente uma antiga carta de Herrera y Obes na qual dizia este ao sr. Azevedo: “Amigo, que lhe importa a V. o que dizem os tratados? A obra não está acabada, vote V. por

eles, porque, quando tivermos paz, riqueza e população, então diremos ao Império onde é a fronteira”.

Herrera y Obes, pois, quando negociava aqueles tratados com o Brasil, já tinha *in mente* a futura violação deles.

O mesmo pensava Lamas e todos os outros gaúchos de casaca.

Urquiza diria aos orientais: “Não ratifiquem os tratados com o Brasil e contem com as minhas baionetas para essa resistência”.

O mesmo, quando Lopes e Pico, não querendo assinar o tratado de São José de Flores, lhes diziam que tais estipulações iam ofender o Brasil, lhes respondeu: “Quero fazê-lo para fazer frente à desmedida ambição do governo do Império”.



PARANÁ

N. 84

22 de setembro 1857.

Dia nublado. À tarde limpou o céu. Temperado.

Escrevi a Joaquim, a Lamego e a Pinto.

Recebi uma nota do ministro de Relações Exteriores, cobrindo cópia de outra que o governo argentino passou ao de Buenos Aires, solicitando uma manifestação expressa daquela província a respeito da Constituição federal.

Esta nota tem por fim precipitar a solução da questão que pende entre a Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires.

Hoje mesmo acusei a recepção da nota, declarando que vou comunicá-la ao Governo Imperial.



PARANÁ

N. 87

25 de setembro 1857.

Bom tempo.

Esta manhã, às 7 horas, recebi a mala trazida pelo *Ipiranga*, que chegou ontem à noite.

Às 9 horas, estive com o general Urquiza.

Falando do Paraguai, disse-me que o Brasil não conseguirá nada se não fizer concessões ao presidente Lopes; e que a menor concessão do Governo Imperial, nas atuais circunstâncias, será desairosa ao Império. O general é de opinião que o Paraguai não pode resistir ao Império. Mostra-se desejoso de que o Brasil adie a solução da sua questão com o governo paraguaio. Talvez este desejo provenha da conveniência de amadurecer a questão de Buenos Aires, para associá-la à do Paraguai e tirar partido do Brasil.

Tratou, depois, dos negócios de Buenos Aires e disse-me que tem partidários naquela cidade, mesmo entre os membros do governo. Disse-me que a nota que o governo argentino passou ao de Buenos Aires foi consequência de uma conferência que ele, Urquiza, teve com os ministros de França e da Grã-Bretanha.

Naquela ocasião, tinha chegado preso do Rosário o padre Cortés, que fora vender ao governo portenho certas cartas de importância, que lhe escrevera o general Urquiza, de quem outrora o padre fora agente. O aviso da traição do padre veio de Buenos Aires.

**PARANÁ**

N. 91

29 de setembro 1857.

Dia claro; algum calor.

Às sete horas da manhã fui dar um passeio. Na maior parte das ruas, achei-me só.

Às oito horas voltei para casa.

O *Ipiranga* saiu às 6 horas da manhã, com a mala da legação para Montevidéu.



O Paula Souza esteve comigo das duas para as três horas; disse-me que se dizia na cidade que o conselheiro Paranhos virá, em missão especial, fazer ao Urquiza o empréstimo de que se fala há tempo.

Com efeito, escrevem-me do Rio de Janeiro que é esse um dos objetos da missão especial.



O Ximenes foi para Montevidéu, no *Ipiranga*.



PARANÁ

N. 92

30 de setembro 1857.

O dia amanheceu nublado e ventoso.

Às sete horas passei, até as oito. Passeio monótono e solitário.

Almoço às dez horas.

Das onze para o meio dia, trovões e grande pancada de chuva.

Bernardino Gonzaga de Souza, estancieiro, estabelecido em Santana do Livramento e no Estado Oriental, procurou-me, com carta de recomendação do Mansores. Parte amanhã para Buenos Aires com destino a Montevidéu.

Gonzaga é brasileiro adotivo. Parece-me homem de pouca inteligência e próprio somente para trabalho.



PARANÁ

N. 93

1º de outubro 1857.

Dia chuvoso e quente.

Logo de manhã recebi uma nota do ministro de Relações Exteriores, convidando-me para assistir ao encerramento do Congresso.



Recebi carta de Pinto, de Buenos Aires. Segundo o que ele diz-me, a carta que apareceu na *Orden*, datada na Assunção e relativa aos negócios do Brasil com o Paraguai, é de um Peña, que já foi protegido de Lopes e hoje está ligado em Buenos Aires com os paraguaios opositores.



Tenho as gazetas de Buenos Aires até 22 deste mês.

O governo de Buenos Aires convocou um conselho de pessoas notáveis, ao qual apresentou a nota do governo argentino sobre a reunião daquela província à Confederação.

Não houve, no conselho, concordância a respeito da solução que se deve dar ao negócio, mas eram todos os preopinantes contrários à pessoa do general Urquiza.

Parece que prevalecerá a idéia de responder ao governo federal que mande comissários seus a Buenos Aires, para tratar-se ali o negócio.

**PARANÁ**

N. 94

2 de outubro 1857.

Grande chuva, calor.

Convite particular do general Urquiza para ir jantar com ele hoje às três horas.

Não aceitei o convite, por achar-me indisposto. A umidade fez reaparecer-me o reumatismo.



Chegou de Montevideú o vapor *Maracanã*, com despachos do Rio de Janeiro e com cartas de Paranhos, que já se acha ali.

Paranhos manda perguntar ao general Urquiza se o encontrará ainda aqui no Paraná, ou se deve ir encontrá-lo a S. José, estância de Urquiza.

Do Rio recebi pleno poder para tomar parte nas negociações que Paranhos vem estabelecer.

O general Urquiza mandou o seu genro saber de mim o que há a respeito da missão especial de Paranhos.



PARANÁ

N. 96

4 de outubro 1857.

Bom tempo.

Aviso ao comandante do *Maracanã* para sair no dia 6 para Buenos Aires.

O general Urquiza visitou-me, estando eu ausente.

Visitei o general, não estando ele em casa. Estive com a senhora.



PARANÁ

N. 98

6 de outubro 1857.

Belo dia, temperado.

Visitou-me um padre Palácios, que já estive no Rio de Janeiro, como provou com documentos.

É homem de uns sessenta anos, robusto.

O padre veio a pretexto de recomendar-me um objeto para o Rio de Janeiro.

Durante a conversa fez muitas perguntas relativas à missão de Paranhos, a quem diz que deseja e pode ser útil, a benefício do Brasil.

Falou muito mal de Urquiza, muito bem do Imperador e muito da conveniência e facilidade do domínio do Brasil nestas terras.

O padre ficou de voltar.

Fico de observação, porque desconfio do homem.



PARANÁ

N. 99

7 de outubro 1857.

Estamos em quase pleno verão. O tempo continua bom e quente.

Reinam algumas moléstias inflamatórias na cidade. O sacramento está quase sempre na rua.



Pelas gazetas de Montevideu vejo que os nossos vizinhos se prepararam para fazer oposição ao tratado que o plenipotenciário oriental, d. Andrés Lamas, negociou com o governo brasileiro, reformando os tratados de 1851.

Esta reforma foi pedida, com instância, pelos orientais, que tiveram a ingenuidade de alegar, em favor do pedido, que os antigos tratados lesavam a república.

Quem faz um contrato deve sujeitar-se às condições dele por todo o tempo da sua duração.

O Brasil, porém, sempre disposto a condescender com os insolentes desejos daqueles nossos vizinhos e inimigos, prestou-se a reformar o tratado.

Já começam os orientais a atribuir a reforma a vistas ambiciosas do Brasil. Pode bem ser que passemos pelo desar de ver rejeitado o tratado.

Servirá isto de desengano aos que entendem que o Brasil deve tratar estas republiquetas com as atenções e respeitos que se devem às grandes potências?

O *Comercio del Plata*, n. 3.434, de 27 de setembro, contém um artigo sobre este objeto.

Somos uma humilde nação, ou temos um governo demasiadamente cristão!

Todos nos roncam e insultam, e a todos abaixamos a voz e tiramos o chapéu!



PARANÁ

N. 100

8 de outubro 1857.

Céu nublado; atmosfera carregada; calor.

Da uma hora para as duas caiu sobre a cidade uma verdadeira nuvem de gafanhotos. Era tanta a quantidade destes insetos que se tornava incômodo o trânsito nas ruas. Tendo eu saído a passear àquela hora, fui obrigado a recolher-me logo.

Pela tarde começou a chover, mas nem assim diminuiu o calor.



PARANÁ

N. 101

9 de outubro 1857.

O dia amanheceu e continuou chuvoso. Pela tarde sobreveio uma trovoadá. Calor.

Diz o *Nacional Argentino*, de ontem, o seguinte a respeito dos gafanhotos.

Parece que ésta terrible plaga nos invade como el año pasado. Se nos asegura que la manga cuya vanguardia está ya entre nosotros ocupa dieciocho leguas de largo y algunas cuabras de ancho. Viene de hacia el lado de la Victoria.

E ainda há quem diga que a praga de gafanhotos de que fala a Bíblia é uma falsidade?

Eu, o ano passado, vi nevoeiros tão intensos e tão espessos, formados por estes insetos, que escureciam o dia.



PARANÁ

N. 103

11 de outubro 1857.

O tempo consertou. Céu puro, mas ainda faz calor. Ontem foi o quarto minguante.

Recebi esta manhã gazetas de Buenos Aires até 4 deste mês.



O governo portenho dirigiu ao ministro de Relações Exteriores da Confederação a resposta à nota que o governo argentino lhe dirigiu, pelo Ministério do Interior, acerca da união daquela província à Confederação.

Ao mesmo tempo, elevou o agente confidencial que tem em Paris, ao grau de encarregado de negócios.

Estes dois fatos dão claramente a entender que o governo portenho está mais inclinado a declarar-se em formal independência do que a unir-se à Confederação.



O presidente do Paraguai vai pôr, em viagem regular entre a Assunção e Albuquerque, um vapor da marinha paraguaia...



PARANÁ

N. 104

12 de outubro 1857.

Bom tempo, belo dia, calor.

Estive todo o dia em casa.



Expedi uma nota ao ministro de Relações Exteriores, em resposta à sua de 30 de junho, anulando o convênio que o presidente do Rio

Grande do Sul fez com as autoridades de Corrientes para a extradição de criminosos e escravos.

O Governo Imperial responde que nunca considerou aquele ato como válido sem a aprovação do governo argentino.

Pois então, para que publicou o ato sem pedir previamente essa aprovação?

E para me autorizarem a dar esta resposta levaram quatro meses!!

Imaginem o que não será em negócios de transcendência!



PARANÁ

N. 106

14 de outubro 1857.

Bom tempo. Calor. Vento norte pesado.

E. embarcou para Buenos Aires, ao meio dia, no vapor *Paraná*, que vai ao Rosário.



Escrevi ao vice-cônsul no Rosário²⁸ recomendando-lhe uma carta para o cônsul em Buenos Aires.

Com a carta do cônsul, vai outra, para o cônsul em Montevidéu.



O ministro inglês fez-me uma visita, com o fim de ver se descobria alguma coisa da missão especial de Paranhos. O que sobretudo o preocupa, se me não engano, é o dinheiro que o Brasil há de emprestar à Confederação.

Disse-me que, constando-lhe que o seu colega no Rio de Janeiro me atribuía certos conselhos dados ao presidente do Paraguai contra a Grã-Bretanha, escrevera a lorde Clarendon defendendo-me da acusação. – Quem sabe?

Falando do Paraguai, donde ultimamente veio, diz que viu lá muita coisa que estas repúblicas devem imitar.

28 N.E. – Florduardo Antônio de Mendonça.

Disse-me que não crê fundada a notícia, que dão as gazetas portenhas, da nomeação de um encarregado de negócios de Buenos Aires em Paris.

Disse-me que aquela nomeação era autorizada por uma declaração, do ministro de Negócios Estrangeiros de França, pela qual o governo prometia aceitar um agente diplomático portenho. Mas, diz o sr. Christie que o sr. Bécour, ministro de França, nega a existência da tal declaração.



PARANÁ

N. 107

15 de outubro 1857.

Bom tempo.

Comecei esta manhã a tomar banhos de água fria, que fazem muito bem à espinha dorsal.



Procurou-me o coadjutor do vigário desta freguesia. Diz que é brasileiro naturalizado, que esteve muito tempo no Rio de Janeiro e no Rio Grande. O padre veio a título de visitar-me e deu-me uma tremenda conversa. Isto é prólogo para fazer-me algum pedido. Esta gente não mete prego sem estopa.

Pouco depois que saiu o padre, veio Texo. Visita larga e inútil.



Constou-me à noite que, tendo o general Guido escrito ao presidente do Paraguai – aconselhando-o a evitar a guerra com o Brasil, porque, ainda que o triunfo venha a ser do Paraguai, hão de aparecer novas entidades que mudem a atual ordem de coisas –, Lopes respondeu-lhe que, quando a guerra é necessária, deve-se provocá-la.

Eu duvido que o general Guido tenha escrito ao seu amigo Lopes no sentido que diz. E também duvido que Lopes queira a guerra com o Império. Aquela arrogância provém da certeza que o homem tem de que o governo brasileiro é medroso e não quer a guerra.



PARANÁ

N. 108

16 de outubro 1857.

Bom tempo, um pouco fresco em conseqüência do vento sul, que reina desde ontem.

Às cinco horas da manhã tomei uma dose de ferro e sai a passear. Recolhi-me às sete horas e tomei um banho de água fria.



À noite estive com o vice-presidente da Confederação. Lá estava também o ministro de Relações Exteriores.

O vice-presidente disse-me que o ministro inglês fazia altas diligências para descobrir o objeto da missão especial de Paranhos junto ao governo da Confederação.

Parece ao sr. Carril que o sr. Christie pensa que o Brasil, em compensação da aliança que procura no Paraná para ir à Assunção, oferecerá ao general Urquiza a sua cooperação em Buenos Aires.

O sr. Christie incomoda-se principalmente com a entrevista que o sr. Paranhos terá com o general Urquiza em São José.

Este sr. procura excitar a delicadeza e suscetibilidade do governo argentino, dando a entender ao sr. Carril que o Brasil, à sombra do empréstimo que fizer à Confederação, há de conseguir tudo quanto quiser.



Passando a conversa aos negócios de Buenos Aires, disse-me o vice-presidente que a resposta do governo portenho à nota do governo argentino acerca da reunião da Constituição, ficará sem réplica. A esta declaração ajuntou a seguinte observação: “Eu penso que todos nós, inclusive o Governo Imperial, desejamos que a questão de Buenos Aires permaneça no *statu quo*”.

O sr. Carril disse-me, em intimidade, que a²⁹



29 N.E. – Perdeu-se a continuação do presente texto.

PARANÁ

N. 109

17 de outubro 1857.

Continua o bom tempo, um tanto fresco por causa do vento sul.
 Achando-me meio constipado, não saí a passear nem tomei banho.
 Levantei-me às seis horas. Pus-me a escrever até às nove.
 Às nove almocei.



Passei uma nota ao ministro de Relações Exteriores, reclamando ordens para que, nos pontos da fronteira argentina onde não há vice-cônsules brasileiros, os desertores do Exército Imperial sejam entregues às autoridades militares do Império.



Em um folheto publicado por um paraguaio em defesa do presidente Lopes, lê-se o trecho seguinte:

Desengáñate, Luciano, el Brasil que te paga en vez de oír tu clamor, como tu pretendes, manda un ex-ministro de Estado, el señor Paranhos, a reparar las faltas cometidas por el señor Amaral.

A missão especial é, pois, considerada como uma satisfação dada pelo Brasil a Lopes.

**PARANÁ**

N. 110

18 de outubro 1857.

Bom tempo.
 Não chegou o vapor do Rosário!



Recebi carta do cônsul na Assunção e o *Semanario Paraguayo*.
 O *Semanario* anuncia que o governo paraguaio vai pôr um vapor de guerra como paquete, entre a Assunção e Albuquerque, e censura o gover-

no brasileiro por não ter feito nada em favor da navegação de Mato Grosso. Lamenta o abandono em que se acha aquela importante província.

Ao mesmo tempo, iam partir para Albuquerque, no tal paquete paraguaio, um filho de Lourenço Torres, que vai, por ordem do pai, comprar ali terras; e o cônsul americano na Assunção, que é um judeu espião de Lopes.

Por outro lado, os periódicos de Mato Grosso mostram-se muito amigalhões de Lopes!

Tudo isto me dá que pensar. Ainda havemos de ter algum desgosto e sofrer algum desaire naquelas paragens...



PARANÁ

N. 111

19 de outubro 1857.

Continua o bom tempo.

Das seis às oito da manhã passei para transpirar e obtive um suor abundante. Melhorei.

Du Graty esteve comigo e disse-me que Guido lhe faz muitas perguntas a respeito da missão de Paranhos.

Guido deve sair para Buenos Aires, mas demora a viagem até a chegada de Paranhos, porque espera saber dele alguma coisa para mandar dizê-la a Lopes.

Recebi do ministro de Relações Exteriores a resposta à minha nota do dia 17. Deram-se as ordens, que eu reclamei, relativamente aos desertores.

Mas a redação da nota argentina está concebida de modo que me faz crer que o governo de Confederação considera a nomeação de vice-cônsules brasileiros necessária nos pontos em que houver probabilidade de se asilarem desertores. Em verdade a letra do tratado exige essa condição, mas então é necessário ter vice-cônsules em todos os distritos e aldeias, porque a toda parte vão refugiar-se os desertores.

Passeio à tarde.

À noite estive em casa. Deitei-me às 11 horas.



PARANÁ

N. 112

20 de outubro 1857.

Bom tempo. Algum calor.

Às seis da manhã fui passear à quinta do barão du Graty.

Estivemos vendo o modo como os gafanhotos põem os ovos. Estes estão ligados entre si exatamente como uma espiga de trigo, contendo cada espiga dessas oitenta e cinco ovos que têm a forma de um grão de trigo. Esta espiga, enterram-na eles na terra mais dura que encontram e tão dura era a que vimos que para quebrá-la foi necessário um martelo.

Às sete horas cheguei a casa.

Almocei às 9.



Chegou do Rosário o vapor *Paraná*. Não me trouxe gazetas, nem cartas.

Recebi uma carta, sem importância, de Mansores.

À tarde passou para a Assunção um vapor de Buenos Aires, que, segundo me disseram, era o antigo *Manuelita*.



PARANÁ

N. 113

21 de outubro 1857.

[Índice:] Notícias da Assunção – Paranhos em São José – Os filhos do general Guido – Chegada de Paranhos

Bom tempo.

Passeio das seis às sete da manhã.



Recebi carta do cônsul na Assunção³⁰ e os *Semanarios*. Em um deles há um largo artigo contra o Brasil. O nosso vizinho, enquanto espera a missão especial que o Brasil manda-lhe em sinal de amizade, vai-nos descompondo sempre.

A carta veio por um novo vapor paraguaio, que veio da Assunção ao Paraná em três dias, andando noite e dia.



O general Urquiza escreveu ao vice-presidente da Confederação, dizendo-lhe que o conselheiro Paranhos já ali estava em São José, estância de Urquiza, e que ia partir para o Paraná no dia seguinte, 19.

Carril, isto é, o vice-presidente, notou que a carta de Urquiza não diz nem uma palavra sobre o objeto da conferência que Paranhos com ele teve e limita-se a dizer que este é seu conhecido antigo.



Os filhos de Guido, que agora chegaram do Paraguai, preparam-se para ir estabelecer na Assunção um fabrico de tijolos e dizem que Lopes fará grandes construções.



Às três horas da tarde, chegou o vapor *Paraguassu*, trazendo o Paranhos.

Este veio à minha casa das sete para as oito horas da noite.

Recebi ofícios e cartas do Rio de Janeiro com data de 1º de outubro.



PARANÁ

N. 114

22 de outubro 1857.

Dia chuvoso.

Levantei-me às sete horas. Não passei.

Não saí, nem fui procurado em todo o dia.



30 N.E. – Amaro José dos Santos Barbosa.

À noite estive comigo Paranhos. Disse-me que esta manhã estivera com o vice-presidente, presentes os ministros, e que, expondo nessa reunião o objeto da sua missão, tanto o vice-presidente como os ministros se mostraram favoráveis a tudo quanto lhes foi exposto.

Paranhos insistiu comigo para que tome parte nas negociações, visto que me acho munido de um pleno poder para tal fim.

Fiz ver a Paranhos que o estado da minha saúde não me permite anuir ao seu convite e que, pela mala, que há de chegar nestes dias, espero uma licença que, com alguma instância, mandei pedir ao ministro dos Negócios Estrangeiros.³¹

Urquiza escreve ao presidente do Paraguai uma carta, recomendando-lhe Paranhos!



PARANÁ

N. 115

23 de outubro 1857.

Amanheceu o dia chuvoso, mas para a tarde consertou o tempo e pôs-me muito bom.



Durante o dia procurou-me o Salgado, oficial do vapor *Paraguassu*.

Este oficial disse-me que o general Flores foi visitar o vapor *Paraguassu* na Conceição do Uruguai e disse, em conversa, que se interessa muito pela prosperidade do Brasil.



Também disse-me Salgado, passando a tratar da questão do Paraguai, que tendo mandado para o Rio de Janeiro uma correspondência relativa a essa questão, nenhum dos periódicos a quis publicar e que a mesma sorte teve outra correspondência do dr. Guimarães, sobre o mesmo assunto.

31 N.E. – Em 11 de outubro de 1857, em carta ao conselheiro Paranhos (futuro visconde do Rio Branco), Caetano Maria Lopes Gama, visconde de Maraguape, então ministro dos Negócios Estrangeiros, refere-se a este pedido dizendo: “P. S.: O sr. José Maria do Amaral insta por uma licença para tratar de sua saúde. Já lhe escrevi mostrando a inoportunidade de ocasião para essa licença; receando, porém, que a sua moléstia se agrave no Paraná, não tive outro remédio senão ceder às suas solicitações”.

Esta recusa das gazetas prova que o governo as domina. Aí está o que se chama liberdade de imprensa!

Du Graty disse-me que o ministro inglês o cerca para saber qual é o objeto da missão de Paranhos.

Às três horas mandou o ministro de Fazenda perguntar-me, por Texo, se o Paranhos trazia o dinheiro que o governo brasileiro prometeu ao argentino.

Respondi que nada sei.

Paranhos procurou-me hoje, declarando-me que o único objeto da sua visita é instar para que eu tome parte nas negociações que se vão abrir. Esforçou-se por provar-me que, tendo eu recebido um pleno poder do Imperador para tal fim, não posso deixar de comparecer às conferências, nem ele Paranhos se acha autorizado para negociar sem a minha cooperação, visto que as ordens de S. M. eram que os negócios fossem tratados por [nós] dois, plenipotenciários, conjuntamente e não por um só.



PARANÁ

N. 117

25 de outubro 1857.

Belo dia, temperado.

Visitou-me o Brito.

Chegou o *Ipiranga*, digo, o *Jequitinhonha*, trazendo o chefe de divisão, Lamego.

Passeio à tarde.

Chegou o vapor do Rosário, que não me trouxe cartas, nem gazetas, de Buenos Aires.

À noite estiveram aqui o chefe e o Paranhos.

O chefe disse-me que o visconde de Uruguai vota pela guerra com o Paraguai e desaprova a missão especial que vai à Assunção.

Também ouvi ao Paranhos a mesma coisa e a queixa de que o visconde manifesta aquela opinião para contrariar o ministério e fazer-se popular.



PARANÁ

N. 118

26 de outubro 1857.

Bom tempo. Aumenta o calor.



Paranhos apresentou hoje, à uma hora da tarde, as suas credenciais de enviado estrangeiro em missão especial.

Fui visitado por du Graty e Texo.



O general Guido demorou ainda a sua viagem a Buenos Aires. Provavelmente quer estar aqui durante as negociações da missão especial, para comunicar ao Paraguai o que souber.

Jantei com Paranhos.

Recebi cartas e gazetas de Buenos Aires.

Hoje à noite Paranhos teve uma conferência com o ministro de Relações Exteriores, para pedir-lhe que se nomeie plenipotenciário e comecem as negociações.



PARANÁ

N. 119

27 de outubro 1857.

Continua o bom tempo.

Apreendi esta manhã duas caixas com garrafas de vinho que passaram pela alfândega, em meu nome, para o proprietário do hotel em que estou.

Por esta ocasião descobri que esta fraude dura há muitos meses e que se fazem por meio do vapor de guerra *Ipiranga*, a cujo bordo vêm os gêneros com a minha marca.

Mudei-me do hotel imediatamente.

Nada mais de novo.



PARANÁ

N. 121

29 de outubro 1857.

Sempre bom tempo. Vento fresco.

Esta noite tomei uma purga que obrou com grande eficácia. Amanheci muito melhor do reumatismo.



Recebi carta do cônsul no Paraguai e os *Semanarios*.

O *Semanario* contém artigos insolentes a respeito do Império. Um deles ameaça diretamente o Imperador.

A carta diz que João Carlos Gomes, de Montevidéu, está em correspondência com o residente do Paraguai, a quem dá falsas informações relativas ao Império.



Carril visitou-me esta tarde. Mostra-se preocupado com o tratado que recentemente se celebrou entre o Império e a República Oriental do Uruguai.

Disse que Lamas é um intrigante, que está preparando a sua presidência com a influência do Governo Imperial.

Du Graty esteve aqui à noite.



PARANÁ

N. 124

1º de novembro 1857.

Ótimo tempo e fresco.
 Às 7 horas da manhã chegou de Buenos Aires E.
 Recebi gazetas daquela cidade.
 Nada de notável.



Recebi uma carta de Lessa, na qual diz-me que Paranhos mandou pedir-lhe que viesse ao Paraná; mas que ele, Lessa, não virá.

Angelis, vindo de Buenos Aires, disse a várias pessoas que Paranhos lhe pedia que o acompanhasse ao Paraguai, mas que ele não pode anuir ao pedido.

Parece que Paranhos anda convocando um congresso de notabilidades que o ajudem a fazer concessões ao exigente Lopes.

**PARANÁ**

N. 125

2 de novembro 1857.

O dia amanheceu um tanto nublado e fresco.
 Às 9 horas fui almoçar com Paranhos.



Carril, nas conversas que tem com Paranhos, parece declarar-se contra a guerra com Paraguai. Propõe a mediação britânica e diz que a idéia parte do sr. Christie.

Derqui³² é, pelo contrário, partidário da guerra e até de uma revolução.

Penso que Paranhos não fará nada quanto à questão de limites com a Confederação.



32 N.E. – Santiago Derqui (1809-1867), ministro do Interior de Urquiza e presidente da Argentina (1860-1861).

PARANÁ

N. 126

3 de novembro 1857.

Bom tempo. Calor.

Recebi uma nota do ministro de Relações Exteriores, apoiando a reclamação de d. Juan B. Palmas, por avarias que o vapor *Maracanã* causou à goleta argentina *Bella Correntina*, abalroando-a de noite.



PARANÁ

N. 127

4 de novembro 1857.

O bom tempo continua e o calor cresce.

O *Semanario Paraguayo* diz o seguinte:

Comprende el Emperador del Brasil que los frutos del árbol de la iniquidad son de piedra; caen desde lo alto y pueden romper su corona tarde o temprano en su descenso.

É a primeira vez que o presidente Lopes ameaça o Imperador! É o resultado da nossa política tímida. Perceberam que temos medo, ameaçam-nos.



PARANÁ

N. 128

5 de novembro de 1857.

Continuação do mesmo tempo. Sol extremamente quente.

Passei ao ministro de Relações Exteriores uma nota, acusando a

que ele dirigiu-me relativamente às avarias que o vapor *Maracanã* causou à goleta argentina *Bella Correntina*.



PARANÁ

N. 129

6 de novembro 1857.

Bom tempo. Calor.
Visita de du Graty e Texo.



Começaram as conferências de Paranhos com os plenipotenciários argentinos, que são o ministro de Relações Exteriores, Bernabé Lopes, e o ministro do Interior, Santiago Derqui.

Este segundo plenipotenciário foi nomeado por Carril para evitar as censuras que ele faria a Carril a respeito das negociações com o Império.



PARANÁ

N. 130

7 de novembro de 1857.

Céu nublado, calor, atmosfera pesada.
Cumpre-se hoje um ano depois que cheguei ao Paraná.



PARANÁ

N. 131

8 de novembro 1857.

Sol entre nuvens. Calor. Atmosfera pesada.

Recebi cartas e gazetas de Buenos Aires.



As gazetas anunciam que o tratado de comércio do Brasil com o Estado Oriental foi rejeitado em Montevidéu, na Câmara de Deputados, por 14 votos contra 11.

Passou o Império por este desar, que é mais uma prova da antipatia que nos têm aqueles nossos bons vizinhos.

Se o sr. Paranhos não tivesse condescendido com as reclamações do governo oriental para a revisão do tratado de 1851, não teríamos sofrido esta gauchada.



Visita do d. Lucero, deputado de Córdoba.

Quanto a mim, este cavalheiro, que é companheiro de casa e mesa do ministro de Relações Exteriores, veio sondar a impressão que me teria causado a notícia da votação contra o tratado em Montevidéu.

Veio, depois dele, o comandante do vapor *Bisson* oferecer-me passagem para Buenos Aires a bordo do seu vapor. Agradei, mas não aceitei.

Com o comandante veio o du Graty.



PARANÁ

N. 132

9 de novembro 1857.

Bom tempo. O calor aumenta.

Passei o dia a escrever para o Rio de Janeiro.

Às seis horas da tarde expedi para a legação francesa um maço para a nossa legação em Montevidéu, a fim de partir pelo vapor *Bisson*, que há de sair amanhã.



À noite estive aqui o Paula Souza, o qual contou-me que, achando-se esta manhã em uma sociedade, aí se falara muito dos negócios do Paraguai com o Brasil, dizendo-se que este tem medo daquele e que não lhe há de fazer a guerra se não for acompanhado por Urquiza.

Falando-se na batalha de Caseros, disse-se que os brasileiros nada tinham feito e que as tropas que ali foram como brasileiras eram estrangeiras a soldo do Império!



PARANÁ

N. 133

10 de novembro 1857.

Bom tempo, grande calor.

O *Bisson*, vapor de guerra, francês, saiu esta manhã para Montevideú, com escala em Buenos Aires, levando mala da legação francesa.

Escrevi a Joaquim, a João e ao governo pela mala desse vapor.



PARANÁ

N. 135

12 de novembro 1857.

Chuva e calor.

Às três horas, visita do comandante do *Paraguassu*.



Na *Tribuna* de Buenos Aires – 3 de setembro 1856 – se lê um artigo de João Carlos Gomes relativamente à missão de Lamas no Rio de Janeiro. Nesse artigo há o seguinte trecho:

El señor Amaral, le hacemos justicia, es un hombre habilísimo. En todo el Brasil su gobierno no encontraría otro más apto para la especialidad de su política y, si él comprende el interés brasileiro como su gobierno, fuerza es reconocer su alto patriotismo brasileiro. Su misión especial al Paraná hace aún más alarmante el nombramiento del señor Lamas, para la paz y las instituciones de estos pueblos.



PARANÁ

N. 136

13 de novembro 1857.

Dia chuvoso; trovões; calor.

Apesar da muita chuva que tem caído, não refresca o ar.

●

O comandante do vapor *Paraguassu* veio outra vez, hoje à mesma hora de ontem. Pela sua conversa, vi claramente que veio mandado por Paranhos para ver em que disposição me acho.

Paranhos tem dado peso, segundo me consta, à recusa que fiz do pleno poder para tomar parte nas negociações da missão especial e procura descobrir a verdadeira razão deste meu procedimento.

◆

PARANÁ

N. 137

14 de novembro 1857.

Grande tormenta, a noite passada.

A chuva continuou abundante, toda a noite.

Esta manhã o tempo ainda está chuvoso, há menos calor, mas não o fresco que devia haver depois de tanta chuva.

Alguns raios caíram dentro da cidade. As trovoadas são mui frequentes e quase sempre perpendiculares aqui no Paraná. O ano passado caíram vinte e tantos raios dentro da cidade.

E. começou hoje a tomar lições de caligrafia, para melhorar a letra.

●

Às seis horas da tarde, chegou o vapor *Ipiranga* de Montevidéu, com escala por Buenos Aires, em 7 dias, rebocando o brigue *Tonelero* que vem estacionar no Paraná.

Recebi cartas e gazetas de Montevidéu e Buenos Aires.

O governo oriental, tendo certeza de que o tratado do Brasil com a república seria rejeitado pelo corpo legislativo, encerrou-o quase à força d'armas, sem deixar discutir o tratado.

Na mesma ocasião, deportou quatro cidadãos e, entre eles, João Carlos Gomes, principal mentor da oposição ao tratado.



PARANÁ

N. 139

16 de novembro 1857.

Bom tempo, calor.

Nota ao ministro de Relações Exteriores, reclamando ordem para que a alfândega do Rosário cesse de exigir, do vice-cônsul do Brasil naquele distrito, direitos de entrada por uma cama de ferro que importei para mim.

Veio o comandante do *Ipiranga* dizer-me que Paranhos quer que o vapor saia amanhã para Montevidéu.



PARANÁ

N. 140

17 de novembro 1857.

Belo dia, grande calor.

O dr. Brito veio dizer-me, da parte do conselheiro Paranhos, que o vapor *Ipiranga* sairá amanhã de madrugada para ir a Montevidéu buscar a mala do Rio de Janeiro.

O cura Vidal visitou-me para pedir que lhe mande uma encomenda para Montevidéu.

Escrevi para o Rio de Janeiro.

Às 9 horas da noite expedi a mala.



PARANÁ

N. 143

20 de novembro 1857.

Bom tempo e fresco.

Brito veio pedir-me, por parte de Paranhos, que fosse jantar com ele segunda-feira, dizendo-me que será um jantar oficial.



PARANÁ

N. 144

21 de novembro 1857.

Dia chuvoso.

Depois do almoço, estive com Paranhos.

Pedi-lhe que me dispensasse de ir ao jantar de segunda-feira.

Paranhos disse que julga necessária a minha presença para desmentir a idéia de dissidência entre mim e ele, idéia que ele supõe que existe geralmente no espírito dos homens oficiais do Paraná e nas legações estrangeiras.

Paranhos confessa que as discussões, que tem tido com os plenipotenciários argentinos, lhe têm causado surpresa, porque revelam pouca simpatia para com o Brasil.



PARANÁ

N. 145

22 novembro 1857.

Ora chuva, ora sol.

Recebi gazetas de Buenos Aires. A *Prensa* diz o seguinte:

El señor Amaral, con cuyo acuerdo y cooperación debía el señor Paranhos desempeñar su misión, no ha tomado parte en las conferencias.



PARANÁ

N. 146

23 de novembro 1857.

Tempo variável.

O ministro inglês disse a uma pessoa que o Brasil quer exercer influência na Confederação, mas que ele segue-lhe os passos.

Jantar em casa de Paranhos.



PARANÁ

N. 147

24 de novembro 1857.

Tempo claro, seco e fresco.

Recebi o *Semanario* da Assunção. Contém artigos insolentes contra o Brasil.

O cônsul escreve a Paranhos que o presidente Lopes lhe dissera que a missão será bem sucedida se não se exigirem condições ofensivas ao Paraguai.

Depois do almoço estive com Paranhos.

O governo argentino quer mandar uma missão ao Paraguai, simultaneamente com a do Brasil.

Creio que essa missão será dada ao ministro de Relações Exteriores ou ao sr. Lucero.



PARANÁ

N. 149

26 de novembro 1857.

Dia sereno, céu puro, temperatura fresca.

Christie escreve-me pedindo-me que me encarregue de remeter-lhe para Buenos Aires a mala que lhe vier de Montevidéu.



Respondi às notas que ontem recebi do ministro de Relações Exteriores.

Escrevi ao Governo Imperial dando-lhe conta do assunto das ditas notas.



Às 7 horas da tarde recebi a mala do Rio de Janeiro que veio de Montevidéu no vapor *Jequitinbonha*.

No mesmo vapor veio o barão de Mauá.



PARANÁ

N. 150

27 de novembro 1857.

Ótimo tempo. Grande calor.

Esta manhã estive com Paranhos e com o barão de Mauá.

Paranhos disse-me que nada fez com o governo argentino, em quanto à aliança para o caso de guerra com o Paraguai. O governo argentino não se quer comprometer.



PARANÁ

N. 154

1º de dezembro 1857.

Continua o mau tempo.

Chegou de Montevideú o *Maracanã*, com destino para Mato Grosso.

O comandante traz ordem de tomar prático na Assunção! Dando estas demonstrações de medo e de fraqueza o Governo Imperial compromete cada vez mais os negócios do Brasil no Paraguai.



PARANÁ

N. 155

2 de dezembro 1857.

Choveu todo o dia.

Paranhos deu um baile.



PARANÁ

N. 156

3 de dezembro 1857.

Ora chuva, ora sol; frio.

Passei todo o dia em casa por achar-me constipado.



Saiu esta manhã o *Paraguassu*, levando o barão de Mauá e o ministro Derqui, que vão à estância do general Urquiza.

O barão foi autorizado pelo governo da Confederação a fundar um banco no Rosário.



PARANÁ

N. 157

4 de dezembro 1857.

O dia amanheceu bom e tem continuado fresco e claro. Céu azul puro.

O barão du Graty esteve aqui, às duas horas. Confirmou o que eu sabia a respeito da missão Paranhos, isto é, que a missão falhou.



PARANÁ

N. 158

5 de dezembro 1857.

Bom tempo. Fresco, quase frio.

Corre voz de que o Brasil mandou marchar dez mil homens de linha para a fronteira do Paraguai. Corre, também, que do Paraguai saíram seis mil homens aproximando-se à fronteira do Império.

Estas duas notícias devem ser falsas.

Lopes deve já saber que a negociação Paranhos no Paraná não teve bom êxito e que o Governo Imperial lhe faz concessões.



PARANÁ

N. 159

6 de dezembro 1857.

Lindo dia, fresco, quase frio como o de ontem. O clima do Paraná é extremamente variável.

Recebi carta de Pinto, de Buenos Aires, e a *Prensa*, gazeta de Urquiza, na qual acho a notícia, que ontem aqui correu, sobre movimento de tropas do Brasil e do Paraguai.

A *Prensa* desmente a notícia da criação do Banco Mauá no Paraná! E, entretanto, o banco está já ajustado entre o barão e o governo argentino. Assim são todas as notícias dadas por gazetas!



Recebi um ofício de Ferraz,³³ participando que tomou conta da presidência do Rio Grande do Sul no dia 16 de outubro.



33 N.E. – Ângelo Muniz da Silva Ferraz, depois barão de Uruguaiana, foi presidente da província do Rio Grande do Sul de outubro de 1857 a maio de 1859.

1858

CARTA DE JOSÉ MARIA DO AMARAL A ÂNGELO TOMÁS DO AMARAL

N. 1

Paraná, 6 de janeiro 1858.

Meu caro Ângelo,

Estamos no ano novo. Desejo-o propício a ti, a tua mulher e aos teus filhos.

Seja este o exórdio desta carta.

Em 30 de agosto do ano passado recebi a tua carta do 1º de maio, tão interessante e tão importante mesmo.

Tenho-a lido mais de vinte vezes, mas só agora é que lhe posso responder.

Passei o inverno em cama com um reumatismo que nem me dava ocasião de escrever ao governo.

A entrada do verão livrou-me desse inimigo, porém, agravou-me a inflamação que tenho na espinha dorsal.

Agora já sei que hei de morrer. Quando? Esta é a questão. Será provavelmente daqui a dois anos. 1860 é o meu ano fatal, se me não mentiu o sonho que tive em Paris.

Enquanto não entrego o cadáver ao padre-cura, ocupemo-nos com as coisas deste nosso mundo, apesar de que ele não valha, em verdade, senão o que tão brilhantemente dizia o nosso bom pai.

Li com atenção o que me escreveste a respeito do Cândido Borges.

Estou certo de que, se estivesse em Niterói na ocasião em que se fez a eleição de senador, terias triunfado no jogo contra aquele candidato. Mas, estavas ausente e ele triunfou!

Agora o homem está no Senado e já ninguém de lá o pode tirar.

Se me não engano, é pouco eficaz atacá-lo pela inferioridade da votação que teve, comparada com a do Sayão e Tomás Gomes.

Parece-me que o espírito da Constituição é que a Coroa escolhe livremente um dos três candidatos que o povo lhe apresenta.

Se assim não fosse, a lista tríplice seria supérflua.

Quanto a mim, o modo mais seguro de matar o homem é esperá-lo no ministério e provocar na imprensa um grande escândalo contra o novo Chalça.

Penso que não tardará a oferecer-se a ocasião de que falo. Tenho motivos para pensar que o homem já anda procurando os companheiros do gabinete de que ele conta ser presidente.

E, talvez, esse gabinete apareça de repente, no caso em que seja inevitável a guerra do Império contra o Paraguai. – Será ela inevitável? *That is the question.*

A missão especial de Paranhos aqui no Paraná foi um fiasco vergonhoso para ele e, ainda mais, para nós.

Principiou por ir a Buenos Aires pedir a Lourenço Torres que seja padrinho do Brasil perante o presidente do Paraguai!

Veio depois aqui principalmente para pedir uma aliança com Urquiza no caso de guerra com o Paraguai.

Devia também pedir a garantia da Confederação para a demarcação da nova fronteira com o Paraguai pelo Apa.

Aqui, comeram-lhe quatrocentos mil patações e recusaram-lhe aqueles dois pedidos.

Saiu daqui com um regulamento fluvial em que, como já eu disse, se fazem concessões a Lopes, e com um convênio para a extradição de negros fugidos! E isto mesmo *pro tempore!!!*

Deveras, o visconde de Uruguai pode pedir conta, a seus sucessores, da política brasileira no Rio da Prata.

O que é verdade é que ele nos deixou orgulhosos, triunfantes e dominantes em Caseros; e que hoje estamos humilhados, medrosos e quase suplicantes nestas regiões!

O teu amigo Paranhos, com a sua inegável habilidade e doçura baiana, tem conseguido que se não divulgue, ao menos por agora, este fiasco. Mas, logo mais, é impossível que não se rompa o segredo.

Agora, para rematar esta carta, dir-te-ei duas palavras a meu respeito.

Já hás de saber o que se passou entre mim e Lopes.³⁴ Cansado de sofrer-lhe as grosserias e velhacadas de rúbulas e de ouvir-lhe todos os dias meter-nos a ridículo pelo papel que representou a nossa humilde expedição de 1855, dei-lhe o meu ultimato na questão dos práticos, mandando subir o *Japorá* sem prático para Mato Grosso, desafiando a Lopes para que mandasse lançar-lhe balas e indo eu para bordo do vapor *Maracanã* pôr-me de sentinela ao vapor paraguaio *Tacuari* para proteger a saída do *Japorá*.

34 N.E. – O tema é objeto dos ofícios n. 9, confidencial, de 18 maio 1857; n. 9, reservado, de 1º de jun. 1857; e n. 7, reservado, de 2 jun. 1857, da legação em Assunção (AHI 201/01/10. Série do Paraguai).

O *Japorá* subiu sem prático, eu estive mais de uma hora debaixo das baterias paraguaias à espera das balas do Lopes. Mas o homem sofreu o insulto calado e perante o *Maracanã* abdicou o direito que, de algum modo, tinha para dizer que tinha zombado de uma esquadra de 23 vasos de guerra.

É que eu, na véspera, tinha-lhe dito em tom muito decisivo: “A primeira bala que eu amanhã lhe lançar em terra, em resposta às suas, será um ovo dentro do qual virá a revolução, que há de libertar os paraguaios”.

Desgostoso com tudo quanto, por parte do nosso governo, se tem passado depois daquele incidente, recusei tomar parte na missão especial do Paranhos aqui e requeri diretamente ao Imperador a minha aposentadoria.

Estou à espera do despacho do meu requerimento.

Logo que me ache livre da carreira oficial, à qual, de nenhum modo e com nenhum título, quero voltar, irei dedicar-me absolutamente à imprensa.

Tenciono estabelecer-me em Santa Catarina ou Rio Grande, com uma tipografia e uma gazeta.

Antes disso, quero ver se posso pôr-me de acordo com os escritores das nossas províncias para organizar regularmente a nossa imprensa, estabelecendo uma aliança de todos os redatores, de modo que se constitua um verdadeiro quinto poder.

A minha residência em Santa Catarina ou Rio Grande tem principalmente por fim facilitar-me a comunicação freqüente com estas republichetas, onde tenciono ter centros de relações que me serão úteis nas nossas importantes questões internacionais americanas, que têm pano para mangas, como vulgarmente se diz.

Isto quer dizer que não é provável que nós nos encontremos tão cedo e que talvez, mesmo, suceda que não nos tornemos a ver neste mundo.

No outro, não é certo que nos reconheçamos, porque, segundo o que eu cá imagino, a ação principal da morte não consiste tanto em separar o espírito da matéria como em matar-lhe a memória de tudo quanto se passou, enquanto estavam unidos, isto é, a história da vida neste mundo.

Mas não vá daqui nascer uma dissertação metafísica. A ocasião não é própria para esse gênero de discussão, nem o leitor me parece dos mais apaixonados pelos escritos *de rebus psychologisis*.

Ergo, tiremo-nos quanto antes deste passo.

Nas gazetas que ultimamente recebi do Rio de Janeiro, li a notícia da tua partida para as Alagoas.³⁵

Desejo que no teu novo posto te aches mais contente e estou certo que aí farás tantos amigos como os que deixaste no Amazonas, segundo vejo pelas gazetas.

Já perdi a conta dos teus filhos. Quantos são a esta hora? Creio que nosso pai deixou-te o segredo de fabricar crianças.

Não te quero maçar mais.

Até outra vez.

Sempre teu
[*rubrica do autor*]



TRECHO DE CARTA³⁶ DE JOSÉ MARIA DO AMARAL A SEU IRMÃO ÂNGELO TOMÁS DO AMARAL

O retrato que me fizeste das nossas magníficas regiões do Amazonas fascinou-me a imaginação e avivou-me o desejo que tenho – e tenciono satisfazer – de ir ver e admirar essas riquezas antes de morrer.

A tua inteligência e energia nos livrarão dos perigos com que por aí nos ameaçam os estrangeiros.

Eu voto pela abertura do Amazonas. A nossa política a respeito dos rios é prima-irmã do sistema seguido pelos velhos negociantes portugueses que iam acumulando e inutilizando nas burras o ouro que iam apurando das suas acanhadas operações comerciais.

Os nossos rios abertos não só se tornam produtivos, como o compreende qualquer menino de escola, como dificultam as invasões estrangeiras.

35 N.E. – Ângelo Tomás do Amaral foi presidente das províncias do Amazonas (12 de março a 9 de novembro de 1857), Pará e Alagoas.

36 N.E. – Este fragmento de carta é posterior à carta de 6 de janeiro e anterior à data em que Amaral tomou conhecimento da assinatura da convenção fluvial com o Paraguai, assinada a 13 de fevereiro de 1858.

Uma das dificuldades com que nossa diplomacia luta é a singular e revoltante contradição com que exigimos, por exemplo, do Paraguai, aquilo que negamos no Amazonas.

Se a Grã-Bretanha e a França não receassem que por onde se for estabelecendo o nosso domínio se vá propagando a nossa política fluvial e o nosso sistema de tarifas, decerto não nos teriam feito a oposição que nos fizeram em Montevideu e que nos estão fazendo aqui, e que nos hão de fazer em toda a parte onde queiramos influir.

Infelizmente, segundo me consta, o gérmen desta má política nossa acha-se em lugar onde é quase impossível ir matá-las.

Eu disse-te ainda agora que o *that is the question* atual é se haverá guerra com o Paraguai.

Eu creio que não haverá.

A missão especial de Paranhos no Paraná teve por fim ajustar com o argentino um regulamento da navegação no Paraná, concebido de tal modo que servisse de pretexto para fazermos concessões ao Lopes no Paraguai! Realmente o nosso governo deixa o medo ocupar não só o lugar da prudência verdadeira como também o da energia e até o do pundonor!

Para mim é evidente que Lopes aceitará as concessões que lhe fazemos, se é que, vendo-nos tão medrosos e humildes, não se tornar extrema e insolentemente exigente.

Eu conto com tudo quanto for pouca vergonha e humilhação da nossa parte.



1859

Novembro

– de 1 a 5 –

- 1º Estado da questão portenho-argentina no 1º de novembro
- 2º Um batalhão prisioneiro
- 3º O general Flores
- 4º Observações da imprensa sobre a recusa do armistício por parte de B. Aires
- 5º Armistício aos portenhos
- 6º A mediação tríplice
- 7º Vandalismo portenho
- 8º Parte do general Mitre
- 9º Um dos famosos Trinta e Três
- 10º Trabalhos do general Guido contra o Brasil
- 11º O governo argentino ao general Urquiza

I

Rosário

de 1 a 5 de novembro 1859.

1º

Estado da questão portenho-argentina no 1º de novembro

1º DE NOVEMBRO – O general Urquiza, depois da vitória alcançada, no dia 23 do mês passado, em Cepeda, mandou a vanguarda do seu exército avançar até Buenos Aires e esse, tendo-se demorado alguns dias para tomar as medidas convenientes, vai seguindo-as. Segundo os seus cálculos, manifestados em uma carta escrita por Victorica, o general conta estar em frente de Buenos Aires no dia 2 deste mês e entrar no dia 4.

Esta designação do dia em que tenciona entrar na cidade de Buenos Aires autoriza a pensar-se que o general tem motivos para esperar que ali será recebido sem resistência.

Desta opinião é, com efeito, uma autoridade civil de São Nicolau, que se acha atualmente no Rosário, a qual diz que o governador Alsina, tendo perdido o exército e vendo que se enganou a respeito da força do general Urquiza, há de render-se sem resistência.

Entretanto, os oficiais e generais, que fugiram da derrota de Cepeda, passaram por São Nicolau, declarando que iam reunir-se em Buenos Aires e que ali havia tenção de resistir e meios de fazê-lo.

Por outra parte, o ministro da Guerra, sr. Obligado, que esteve em São Nicolau esperando a solução da batalha de Cepeda, logo que soube que esta fora ganha pelo general Urquiza, partiu para Buenos Aires, tendo expedido antes alguns chasques³⁷ com ordem de se fazerem barricadas nas ruas daquela cidade.

O general Urquiza, tendo distribuído pelos corpos do seu exército os prisioneiros de Cepeda, os quais aderiram à causa dele, acha-se com dezoito mil homens e com todas as provisões, munições e armamento abandonado pelo inimigo.

Na data em que faço estes apontamentos, a autoridade do general e a Constituição argentina acham-se reconhecidos pelos povos de São Nicolau, São Pedro, Baradero, Pergamino, Arrecifes, Rojas, Salto e Vila de Mercedes.

37 N.E. – “Mensageiro”, cf. VIOTTI, Manuel. Novo Dicionário Brasileiro da Língua Brasileira. São Paulo: Ind. Gráficas Bentivegna, 1956.

Consta, confidencialmente, que todos os povos da província até São José de Flores, imediato à cidade de Buenos Aires, estão decididos a aderir também ao general.

Os povos que já se manifestaram declaram, na atas das manifestações, que:

Era su firme e invariable voluntad adherirse como se adhieren de hoy para siempre a la autoridad nacional y a la ley federal vigente, pues han suportado hasta hoy, por la violencia y el despotismo, el aislamiento de la famosa congregación argentina a que han querido, deben y quieren pertenecer. Y al cumplimiento de esta solemne declaración comprometemos nuestra existencia y nuestros bienes.

A esquadilha argentina, tendo perseguido os vapores argentinos que fugiram de São Nicolau com mil homens, evadidos do campo de batalha de Cepeda, tinha aprisionado somente alguns navios de vela que levavam famílias fugitivas de São Nicolau, que se julgavam ali pouco seguras por serem manifestamente hostis ao general Urquiza.

Este tem procedido generosamente com os vencidos e com os seus inimigos pessoais, que hoje se acham em seu poder.

2º

Um batalhão prisioneiro

Um batalhão de guardas nacionais de Buenos Aires, que vinha reunir-se ao exército portenho que estava em Cepeda, foi tomado em Pergaminho pelas forças do general Urquiza que avançavam para Buenos Aires.

O batalhão, que conta de quatrocentos praças, rendeu-se sem resistência alguma.

3º

O general Flores

2 DE NOVEMBRO – O general Flores, ex-presidente da República Oriental do Uruguai, que está a serviço do governo de Buenos Aires, tomou parte na batalha de Cepeda.

Depois da derrota que sofreram as forças portenhas naquela batalha, o general Flores fugiu para São Nicolau, acompanhado de dois oficiais e de dois soldados, e, tendo descansado algumas horas na quinta denominada de Cortinas, seguiu para Buenos Aires.

O periódico *Confederación*, dando esta notícia, faz a seguinte observação: *Que caro tiene que pagar este judas su negra traición, su inicua ingratitud y deslealtad.*

4º

Observações da imprensa sobre a recusa de armistício por parte de B. Aires

O periódico, que se publica no Rosário com o título de *Confederación*, faz as seguintes reflexões a respeito da proposta de armistício por dez dias, feita pelo mediador paraguaio ao governo de Buenos Aires, recusada por este e aceita por Urquiza:

Propuso el mediador un armisticio, y el general Urquiza condescendió en detener el vuelo de la marcha que lo guiaba a una victoria segura.

Y, mientras que el general ponía la primera piedra a la reconciliación, favoreciendo las primeras aberturas amistosas, Alsina se niega resueltamente, se niega con torpe obstinación, quedando desde el principio burlada la buena voluntad del gobierno del Paraguay.

Como una gran concesión, conviene Alsina en aceptar una comisión, pero de ningún modo en prestarse a un armisticio de diez días.

¿Y no había sido una ironía que los comisionados discutiesen los puntos de un arreglo, mientras que los argentinos se destrozaban en un campo de batalla?

¿Para que servía entonces la negociación si no paraba la solución de las armas, si no prevenía el derramamiento de sangre y el sacrificio de millares de víctimas?

¿Para que consentir en la farsa de un simulacro de negociación si todo ajuste había de ser inútil ante la prepotencia de un triunfo guerrero?

Para eso valía más haber dicho al mediador paraguayo – no aceptamos vuestras aberturas – y no quedaría en pie una acusación más contra el gobernante inicuo que ha burlado las mejores intenciones, los mas generosos esfuerzos, para convencerse en un campo de batalla que no tenia poder para sostener sus inicuas pretensiones.

5°

Anistia aos portenhos

O general Urquiza, por decreto de 31 de outubro, decretou uma anistia, cujos termos são os seguintes:

Concédese indulto pleno a todos los que habiendo estado o estuviesen al servicio del gobierno rebelde de Buenos Aires, se presentasen a la autoridad nacional y a las subalternas que de ella dependan.

No están excluidos de la presente concesión ni los jefes y oficiales que compusieron el ejército del gobierno rebelde, derrotado en Cepeda.

Los que abandonaren la ciudad de Buenos Aires, o los buques de la marina rebelde, conservarán sus grados y se harán acreedores a las recompensas que el mérito de su acción haga justas.

Los empleados civiles de la ciudad de Buenos Aires, y todos los ciudadanos, una vez presentados a la autoridad nacional, o las que de ella dependan, tendrán acción a incorporarse al ejército, o a residir en el punto que más les conviniere.

Concédese el termino de ocho días desde la fecha, siempre que hasta entonces la ciudad de Buenos Aires no fuese ocupada por la autoridad nacional.

Los que así no lo verificaren, contribuyendo, aunados o de otra manera, a que el gobierno rebelde continúe resistiendo a la Nación, con peligro de la vida de los ciudadanos y de todos los males consiguientes a la acción de las armas, quedarán sujetos a las leyes y decretos vigentes sobre la responsabilidad de la traición a la patria que en eso cometen.

6°

A mediação tríplice

3 DE NOVEMBRO – Os mediadores inglês e francês na questão argentino-portenha partiram de Montevideú para Buenos Aires no dia 26 do mês passado.

Esta partida teve lugar em conseqüência da notícia da batalha de Cepeda alcançada pelo general Urquiza contra o exército portenho no dia 23.

O mediador brasileiro, tendo chegado do Rio de Janeiro a Montevideú no dia 28 daquele mesmo mês, seguiu para Buenos Aires no dia 30.

Os mediadores inglês e francês estavam resolvidos a abrir a mediação sem o mediador brasileiro, se este se demorasse mais.

Cada um dos mediadores foi acompanhado de alguma força marítima de sua nação, ou ao menos essas forças moveram-se de Montevideú, onde estavam estacionadas, para Buenos Aires, logo que tiveram notícia da batalha de Cepeda.

Diz-se que os mediadores tencionavam abrir a mediação, propondo aos beligerantes um armistício e que, no caso de ser este recusado, o farão aceitar à força.

Os periódicos de Montevideú clamam contra esta violência – e de fato o seria – dos mediadores, alegando razões que, sendo valiosas para o caso de uma mediação exercida entre dois Estados independentes, muito mais o são quando se trata de uma província rebelde que o governo central legítimo procura trazer ao grêmio nacional de que se acha separada.

Os artigos em que se sustenta esta doutrina são de gazetas assalariadas em Montevideú pela legação argentina, o que faz supor que são inspirados pelo general Guido, ministro da Confederação naquela república.

Nesse caso, é lícito pensar que o general Urquiza não quer hoje o armistício, como o desejava antes da batalha de Cepeda.

Com efeito, todas as cartas, vindas de pessoas que se acham no exército, concordam em dizer que o general tenciona atacar quanto antes Buenos Aires.

7º

Vandalismo portenho

Os restos do exército de Buenos Aires, que puderam escapar à derrota sofrida em Cepeda, foram cometendo, pelo caminho, todo o gênero de violências.

Eis aqui o que a esse respeito diz uma parte dirigida em 26 de outubro ao general Lopes:

El motivo de haber avanzado hasta este punto es que los derrotados en Cepeda, en la fuga, cometían toda clase de excesos, robando las casas de vecinos pacíficos por onde [sic] pasaban y aún incendiando algunas para poner en conflicto a los moradores de la campaña y para inculpar talvez [sic] de tan bárbaros hechos a los soldados del ejército libertador.

8º

Parte do general B. Mitre

4 DE NOVIEMBRE – A parte dada pelo general Mitre ao ministro da Guerra de Buenos Aires, a respeito da batalha de Cepeda, contém os seguintes notáveis trechos:

Oportunamente tendré el honor de pasar a V. S. el parte detallado de este suceso que honra altamente a la infantería y artillería de Buenos Aires.

Por ahora me limitaré a hacer saber a V. S. para que se sirva transmitirlo al conocimiento de S. E. el señor gobernador que toda la caballería ha huido sin combatir, a excepción de sesenta hombres que quedaron formados a las ordenes del general d. Venancio Flores y que, con la infantería y artillería presentes bajo las banderas, conseguimos después de más de tres horas de combate derrotar completamente la derecha y el centro enemigo, donde habían reconcentrado siete batallones y su artillería.

Al ponerse el sol, los batallones que atacaban nuestra derecha, eran atacados vigorosamente a la bayoneta, después de haber sido cañoneados, huyendo desbandados dejando el campo sembrado de cadáveres.

Nuestra izquierda (de infantería) en que se produjo el desorden en tres de sus batallones, fue sostenida por más de una hora por un solo batallón formado en cuadro, hasta que, derrotada la izquierda del enemigo, pude efectuar un cambio de frente y restablecer el combate en aquel punto que ya había sido reforzado con otro batallón.

De este modo, al anoecer, éramos dueños del campo de batalla sobre la línea del enemigo, donde nuestros valientes batallones se entregaron al placer de la victoria parcial que habían alcanzado bajo mis inmediatos ordenes; pero no pudiendo completarle a causa de no contar con caballería, resolví ponerme en retirada, rompiendo por el medio del grueso del ejército enemigo, lo que emprendí a las once e media de la noche, conduciendo todos mis heridos.

Parte de la artillería tuve que dejarla en mi tránsito, por falta de caballos para conducirla, consiguiendo después de una marcha forzada de quince horas llegar hasta este punto con los demás y con sus batallones de infantería completos, después de haber andado dieciséis leguas en aquel intervalo.

Si la fortuna o la composición y número de los elementos muertos bajo mis órdenes no me ha permitido ofrecer un triunfo completo para la causa que sostiene Buenos Aires, tengo la satisfacción de haber hecho

baterse heroicamente uno contra cuatro, y de haber salvado casi intactas las legiones que el pueblo me confió en el día del peligro.

Por ahora sólo diré que todos los que se han mantenido en el campo de batalla hasta el último momento, han cumplido con su deber, reservándome para mas adelante hacer las recomendaciones especiales etc.

9º

Um dos famosos Trinta e Três

Segundo um periódico que se publica em Montevideu com o título de *Los Treinta y Tres*, em alusão aos trinta e três orientais que iniciaram a revolução para a independência do Estado Oriental do Uruguai, o general Oribe diria o seguinte aos seus amigos:

Que no se fatiguen nuestros doctores en teorías; nuestra independencia está perdida desde el río Negro a las fronteras del Brasil; si mañana nos vemos precisados a mandar una columna [sic] de mil hombres al otro lado del río Negro, los perderemos entre las poblaciones que, como enemigos nuestros naturales, serán otros tantos espías que nos entregarán, denunciando nuestros movimientos.

No tardará mucho que los veremos llegar hasta el Yi.

Sin embargo, es necesario no tener de enemigo al Brasil, porque somos muy débiles, ellos muy ricos y nos pueden tapar con su dinero, haciéndonos mil revoluciones.

Huyamos de hacer más tratados, que es preciso cumplir, y de no hacerlo les ofrecemos motivos para esclavizarnos.

10º

Trabalhos do general Guido contra o Brasil

O general Guido foi nomeado ministro em missão especial no Brasil e em Montevideu.

Partiu logo para este segundo ponto, fazendo crer que depois seguiria para o Rio de Janeiro.

Dizia-se que sua missão em Montevideu tinha por fim facilitar a saída da esquadra argentina que ali se estava prontificando para ir atacar a ilha de Martim Garcia.

Parece que essa parte da sua missão foi verdadeira, porque, com efeito, logo que ele ali chegou, a esquadilha prontificou-se e forçou o passo de Martim Garcia.

Mas, também se disse que o general levava a incumbência de excitar o espírito público daqueles povos contra o Brasil.

E, com efeito, desde que ali chegou o general, os periódicos daquela capital começaram a atacar o Império com termos violentos e excessivamente hostis.

Serve de pretexto a estes ataques o convênio que ultimamente foi celebrado no Rio de Janeiro pelo Governo Imperial e pelo ministro da República Oriental, restabelecendo a doutrina do convênio que em 31 de agosto se fizera entre o governo oriental e o ministro do Brasil em Montevideu e que fora, por aquele, revogado logo no dia seguinte.

A doutrina do convênio é que o governo do Estado Oriental do Uruguai não permitirá que, em nenhum dos portos da república, se preparem ou se refugiem os vasos da esquadra do general Urquiza contra Buenos Aires.

11º

O governo argentino ao general Urquiza

5 DE NOVIEMBRE – Logo que chegou ao Paraná a notícia da vitória de Cepeda, o vice-presidente da República e os ministros de Estado dirigiram ao general Urquiza uma espécie de mensagem, na qual há a seguinte passagem:

Vuestra gloria por tanto había erigido en el juicio y en el afecto de la Confederación un nombre inviolable y convencionalmente mirado por todas las facciones políticas como el Prócer de los argentinos. Mas Cepeda viene a inundarnos de un fulgor todo nuevo.

Isto é uma verdadeira aclamação monárquica.
E este outro trecho?

El gobierno trasmitirá a la Nación cuanto hay de bello, hermoso y de grande en nuestra jornada de Cepeda. La nación dirá que vos sois su gloria y su orgullo.

Todo corazón generoso os bendice, todo valiente os aplaude, la victoria corona y vuestro gobierno conmovido os envía un Víctor, general Urquiza.

Ao passo que no Paraná escrevem isto ao general Urquiza, em Buenos Aires se celebra também a vitória de Cepeda e se vota uma medalha de ouro ao general Mitre como vencedor do general Urquiza.

Certas coisas não se vêem senão nestes países!



Novembro

– de 6 a 12 –

- 1º Por que Buenos Aires não queria paz
- 2º Notificação oficial da batalha de Cepeda
- 3º Mediação paraguaia
- 4º Outra nota do mediador paraguaio
- 5º Resposta de Urquiza a estas notas
- 6º Mediação brasileira
- 7º Oferecimento da mediação brasileira ao governo portenho
- 8º Aceitação por parte de Buenos Aires da mediação brasileira
- 9º A mediação brasileira oferecida ao general Urquiza
- 10º Resposta do general Urquiza
- 11º Participação do mediador brasileiro ao governo portenho
- 12º Resposta do governo portenho
- 13º O mediador brasileiro aos mediadores francês e inglês

II

Rosário

de 6 a 12 de novembro de 1859.

1º

Por que Buenos Aires não queria a paz

6 DE NOVEMBRO – Quando Buenos Aires fez malograr as mediações tentadas pelos srs. Christie e Yancey, disse-se que este procedimento era motivado pela convicção que tinha o dr. Alsina de que o general Urquiza propunha pazes por não achar-se em estado de combater.

A *Tribuna*, que é redigida sob as inspirações de Alsina, confirma agora aquele juízo com um artigo do qual extraí estes trechos:

Por este lado pues, contamos con el efecto moral de haber triunfado de Urquiza siempre que se nos ha puesto por delante.

Ahora en cuanto a la verdad de las cosas, estamos por creer que nadie debe conocerla mejor que él, que tanto se empeña en mandarnos comisiones de paz.

Su ejército, se tal puede llamarse a ese grupo de hombres indisciplinados, se compone de gente que ha sido arrancada violentamente de sus hogares.

De gente que se ha traído engañada.

De gente a la que se dijo que la campaña no duraría un mes y que la conquista de Buenos Aires sería un paseo militar por su territorio.

Estava, pois, Buenos Aires na errada persuasão de que o general queria a paz porque não contava com os seus soldados e não ousava combater.

Nesta mesma ilusão se achava o governo brasileiro e por isso fez a triste figura que está fazendo.

2º

Notificação oficial da batalha de Cepeda

O governo argentino, por nota do ministro de Relações Exteriores, datada em 3 deste mês, notifica às legações estrangeiras acreditadas no Paraná

o triunfo conseguido em Cepeda pelo exército argentino, comandado pelo general Urquiza, contra o exército portenho comandado por Mitre.

Nessa nota faz observar que, antes de dar a batalha, o general propunha ao governo portenho, por meio do mediador paraguaio, um armistício de dez dias para negociar-se a paz, armistício que não foi aceito.

Eis aqui o trecho principal da nota:

Según lo manifiestan los documentos adjuntos, en la noche de 20 octubre, quedó notificado S. E. el señor presidente de la Confederación, general en jefe del ejército de operaciones, capitán general d. Justo José de Urquiza, que perentoriamente se negaba el gobierno de Buenos Aires a toda suspensión de hostilidades.

Pues bien, sepa ahora V. S. que el presidente de la República, luego que tuvo aquella amarga convicción, luego que vio inusitadamente frustrados sus incansables esfuerzos para evitar que la sangre argentina corriese, se lanzó como un rayo sobre el ejército enemigo y lo hizo pedazos en los campos de Cepeda en 23 del mismo.

Em outro trecho da mesma nota se faz ver que:

Si el gobierno de Buenos Aires se hubiese prestado al armisticio que le propuso el ministro del Paraguay el 13 de octubre, se habrían evitado los sangrientos combates del 14 de Martín García y del 23 en Cepeda, ambos prósperos a las fuerzas de mar y tierra de la república.

3º

Mediação paraguaia

8 DE NOVIEMBRE – Em 9 de outubro o general Solano Lopes, mediador paraguaio, dirigiu ao general Urquiza uma nota, na qual diz:

Habiendo pasado una nota con fecha 6 del corriente al Ministerio de Relaciones Exteriores de la Confederación Argentina en el Paraná, comunicando mi llegada a aquella ciudad como ministro mediador por parte de la República del Paraguay, ella fue contestada con data del 7 y dice que, siendo V. E. directamente encargado por el Congreso para restaurar la integridad nacional por medios pacíficos o de cualquier otro modo, de V. E. podré recibir las bases de la negociación.

Con este objeto me dirigí al cuartel general de V. E., situado a pocas leguas de esta ciudad (Rosario), y habiendo tenido el honor de tratar periódicamente con V. E. los objetos de mi misión en conferencias de ayer y hoy, para dar una prueba más de los deseos que animan a V. E. por la paz, tuvo a bien acudir a mis instancias, acordando una suspensión de hostilidades, manifestándome el deseo de que ella fuese de la menor duración posible, no pudiendo sin embargo terminar este armisticio antes de diez días.

V. E. acudió a nombrar una comisión que ante la mediación de mi gobierno tratase con los comisarios que llegase a nombrar el gobierno de Buenos Aires para el arreglo de las disidencias que hoy dividen a los dos gobiernos y por último que V. E. enviaría esta comisión a su destino, tan luego como hubiere recibido mi aviso de que el gobierno de Buenos Aires nombraba otra con el mismo fin. (...) V. E. tuvo también la bondad de preguntarme si tendría inconveniente para trabajar conjuntamente con la mediación brasilera-anglo-francesa, demostrando los inconvenientes y sacrificios militares que V. E. hacía en la supresión de hostilidades.

Respondí a V. E. que, aunque era un caso imprevisto en mis instrucciones, esperaba poder remover los inconvenientes que pudieran presentarse para unir mis esfuerzos con los de la triple mediación, observando a V. E. los derechos que corresponden a la mediación de mi gobierno por su anterioridad, siempre que la invitación me fuese hecha a tiempo. V. E. así convino, y así como en que si alguna dificultad ofrecía la mediación brasilera-anglo-francesa para obrar conjuntamente con la paraguaya, esta, por el derecho de su precedencia y hallarse ya en curso, tendría todo el derecho que estas calidades le acuerdan.

4º

Outra nota do mediador paraguaio

A nota em que o mediador paraguaio dá conta ao general Urquiza da rejeição do armistício por parte do governo de Buenos Aires é datada de 18 de outubro e diz:

Este gobierno al paso que se manifestaba dispuesto a la paz y dispuesto también a recibir a los comisionados que V. E. nombre, bien quieran venir a esta ciudad en donde les asegura las consideraciones que les son debidas a su carácter, o bien quieran quedar a bordo del vapor Tacuarí, adonde

mandará este gobierno los suyos, presenta una resistencia invencible, al menos por ahora, à la previa suspensión de hostilidades.

Varias son las razones que el gobierno de Buenos Aires me ha dado para negarse al armisticio, y aun que he tenido la fortuna de que se preste a oír las que yo le he dado, apoyando mi insistencia en la suspensión previa de hostilidades, he tenido hoy que resignarme a pedir a V. E. el envío de los comisionados por parte de V. E., porque las consideraciones que me presenta este gobierno son ya de un orden que en mi carácter de mediador tengo el deber de respetar y no el derecho de discutir.

Este gobierno me ha expresado en sus notas y aun en sus conferencias, con todo el aspecto de la buena fe, su deseo por la paz y una grave imposibilidad para la suspensión previa de hostilidades, significándome el sincero interés que tiene en evitar la efusión de sangre cuando al detallarme las razones que le impiden prestarse a una suspensión de hostilidades me niega en nota de ayer que continúe en la mediación de paz.

5º

Resposta de Urquiza a estas notas

8 DE NOVIEMBRE – Em nota de 21 de outubro, o general Urquiza responde ao mediador paraguaio negando-se a mandar uma comissão a Buenos Aires e dando as seguintes razões:

Pero si la aceptación inmediata de esa proposición y de la natural y previa suspensión de hostilidades me hubiese inspirado la confianza necesaria que significase el envío de los comisionados del gobierno de la nación cerca del de una provincia que en ella se reputa rebelada, V. E. comprenderá que hoy sería más desfavorablemente interpretada que todos mis anteriores esfuerzos por la paz, y quizás esa misma deferencia estimulase, como hasta aquí, las dificultades en que el gobierno de Buenos Aires se envuelve, con una arrogancia que no es natural a su autoridad ni a su poder.

El gobierno de Buenos Aires quiere que los comisionados de la nación vayan a él a solicitarle lo que ha negado a V. E., la suspensión de hostilidades, desairando sus respetos y las consideraciones que como jefe de la Confederación Argentina y en su nombre tengo el derecho a exigir de un gobierno de provincia favorablemente dispuesto hacia la comunidad de los intereses de la República.

Siento no poder aceptar la bondadosa oferta que V. E. me hace del vapor Tacuarí para enviar los comisionados que como he expresado a V. E. están prontos. (...) Si el gobierno de Buenos Aires desea la paz, que envíe sus comisionados a un punto próximo a mi cuartel general, donde en el acto irán los comisionados nacionales, asegurando a V. E. que en las instrucciones que a estos se expidan, prevalecerán los generosos sentimientos que me he esforzado en abundar y para cuyo testimonio apelo a V. E.

6º

Mediação brasileira

O mediador brasileiro,³⁸ que devia concorrer com os da França e Grã-Bretanha para resolver-se pacificamente a questão argentino-portenha, dirige-me, de Buenos Aires, um ofício com data de 5 deste mês, no qual diz-me:

Deixei Montevideu no dia 30 e cheguei aqui no seguinte.

O governo da província já me esperava e o sr. governador teve a bondade de mandar cumprimentar-me a bordo pelo comandante-geral da Marinha, oferecendo-me, ao mesmo tempo, a sua carruagem para conduzir-me à minha residência. Aceitei-a.

O meu primeiro cuidado foi avistar-me com os meus colegas. Por eles fui informado de que o general Lopes, ministro do Paraguai, estava mediando isoladamente e de que, apesar disso, já eles tinham dado alguns passos junto ao governo de Buenos Aires.

O sr. ministro dos Negócios Estrangeiros, nas instruções que me deu, recomendou-me, quanto à minha apresentação neste Estado, que me regulasse pelo modo que houvesse sido adotado pelos meus colegas.

A mediação de ambos tinha sido oferecida e aceita aqui por notas trocadas entre os respectivos cônsules e o ministro de Relações Exteriores. Convidei, portanto, o sr. Pereira Pinto a oferecer a minha por igual modo. Foi logo aceita e eu deixei, portanto, de entregar uma nota que trazia para o dr. Sársfield.

No Paraná, foi mr. Thornton aceito por notas trocadas entre o encarregado de negócios de Inglaterra e o ministro de Relações Exteriores.

38 N.E. – Joaquim Tomás do Amaral, então ministro residente em Montevideu.

O espírito das minhas instruções, a precipitação dos sucessos, a proximidade em que se achava o general Urquiza, a dificuldade de entender-me com V.Exa. e a necessidade de pôr-me, sem demora, no pé em se achavam os meus colegas, induziram-me – de acordo com eles e, quase posso dizer, por insinuação sua – a escrever ao general Urquiza oferecendo-lhe os meus bons ofícios e pedindo-lhe que me comunicasse a sua resolução. Quis ir em pessoa ao seu acampamento, mas mr. Thornton observou que esse passo poderia dar ocasião a comentários e eu julguei dever ceder aos seus escrúpulos.

O presidente da Confederação declarou-me que não lhe era possível aceitar de plano a minha mediação e eu comuniquei logo aos senhores Sársfield, Bécour e Thornton, os quais me responderam nos termos os mais convenientes.

Antes de receber a recusa do sr. general Urquiza já eu, como estava aceito pelo governo de Buenos Aires, tinha assinado com os meus colegas uma nota em que eles protocolizaram duas conferências que tinham tido com o ministro das Relações Exteriores e nessa nota aderi às indicações por eles feitas.

(...) Antes de separar-me dos meus colegas, suscitou-se a idéia da fusão da nossa mediação com a do Paraguai. Essa idéia nasceu de uma pergunta do dr. Sársfield. Mr. Thornton, que no-la comunicou, disse que, atendendo ao estado das relações do seu governo com o daquela república, não lhe era lícito admitir tal fusão. M. de Bécour e eu declaramos que o seguiríamos na sua separação.

7º

Oferecimento da mediação brasileira ao governo portenho

Eis aqui a nota pela qual o cônsul-geral do Brasil em Buenos Aires ofereceu ao governo dessa província a mediação do Brasil.

O Governo Imperial, disposto a intervir amigavelmente com os seus bons ofícios na questão pendente entre os governos de Buenos Aires e da Confederação Argentina, para que estes não chegassem a um estado de guerra, aguardava a oportunidade de interpô-los, quando houvesse a esperança de bom êxito.

Estas benévolas disposições do governo de S. M., coincidindo com o fato de ser convidado pelos de S. M. o Imperador dos franceses e de S. M.

britânica para contribuir conjuntamente para aquele fim, o induziram a encarregar ao sr. comendador Joaquim Tomás do Amaral, ministro residente do Brasil em Montevidéu, de desempenhar, por sua parte, essa missão junto do governo de B. Aires.

Cumpre-me, portanto, fazendo esta comunicação a V.Exa., rogar-lhe que sirva-se levá-la ao alto conhecimento do exmo. sr. governador, aceitando, ao mesmo tempo, os protestos da minha mais elevada consideração.

Esta nota foi dirigida ao dr. Dalmacio Vélez Sársfield, ministro de Relações Exteriores da província, com a data do 1º de novembro, isto é, depois da batalha de Cepeda. Noto esta circunstância por que ela dá uma significação quase epigramática à frase em que se diz que o Brasil aguardava a oportunidade de interpor os seus bons ofícios quando houvesse a esperança de bom êxito.

Parece que a esperança de bom êxito se funda na lição que a batalha de Cepeda deu aos portenhos.

8º

Aceitação, por parte de B. Aires, da mediação brasileira

À nota do cônsul-geral do Brasil, que fica registrada nas páginas anteriores, respondeu o ministro das Relações Exteriores de Buenos Aires com a seguinte:

Buenos Aires, 1º de noviembre de 1859.

Al Señor Cónsul-General del Imperio del Brasil,

D. Juan Carlos Pereira Pinto

El infrascrito ha recibido la nota de V. S. fecha de hoy anunciándole que el señor comendador Joaquim Tomás do Amaral, ministro residente del Imperio del Brasil en Montevideo, ha sido encargado por S. M. el Emperador de una misión conjunta con los señores ministros de Francia y Inglaterra, para mediar entre los gobiernos de Buenos Aires y de la Confederación Argentina en la guerra que desgraciadamente existe en estos países; y habiendo dado cuenta de ella a S. E. el señor gobernador de Buenos Aires, agradece muchísimo el paso amistoso de S. M. el Emperador del Brasil como las sanas y benéficas miras que tenía en él, y que recibirá y tratará al señor ministro del Brasil, residente en

Montevideo, como a uno de los ministros mediadores de la mediación conjunta del Brasil, Francia y Inglaterra.

Con este motivo el abajo firmado tiene ocasión de ofrecer al señor cónsul general de Brasil sus respetos y altas consideraciones.

Dalmacio Vélez Sársfield

9º

A mediação brasileira oferecida ao general Urquiza

A nota, ou carta, pela qual o mediador brasileiro ofereceu ao general Urquiza os seus bons ofícios, diz:

A S. E. o Sr. Brigadeiro General Dom Justo José de Urquiza,
Presidente da Confederação Argentina etc. etc. etc.
Buenos Aires, 1º de novembro de 1859.

Ilmo. Exmo. Sr.,

O governo de S. M. o Imperador do Brasil, animado pelos sentimentos de amizade que o ligam ao da Confederação Argentina e pela particular estima que professa à pessoa de V.Exa., desejava contribuir com a amigável interposição dos seus bons ofícios para o restabelecimento da paz e da harmonia entre a mesma Confederação e a sua província de Buenos Aires.

Coincidindo estes sentimentos com o convite que lhe foi feito pelos governos de França e de Inglaterra para aplicar, com eles, os seus bons ofícios ao cumprimento de tão justo fim, resolveu o de S. M. levar a efeito o seu pensamento, confiando, pela sua parte, essa missão de paz e de conciliação a um dos seus agentes diplomáticos.

Coube-me a fortuna de ser nomeado pelo Imperador para desempenhar tão honrosa e tão agradável comissão e dessa resolução foi o governo argentino oportunamente informado.

O governo de Buenos Aires aceita a oferta que lhe foi, também, feita em nome de S. M. e, para que eu possa em oportunidade entrar no desempenho da minha missão, só falta-me a certeza de que é a mesma oferta igualmente acolhida pelo governo argentino.

Precipitando-se os sucessos, achando-me eu a grande distância do Paraná e V.Exa. em campanha, sou forçado a dirigir-me, por este modo, a V.Exa., rogando-lhe que se sirva transmitir-me a sua resolução com a brevidade que as circunstâncias aconselham.

Se V.Exa., como eu espero, fazendo justiça aos sentimentos do Governo Imperial e à fidelidade com que eu os interpreto, aceitar os bons ofícios que ofereço, a sua declaração escrita a esse respeito me colocará imediatamente no pé em que se acham os meus colegas de França e de Inglaterra e me permitirá contribuir com eles para o objeto que têm em vista os nossos governos; e essa mesma declaração, sendo por mim transmitida ao Paraná, servirá, sem prejuízo do imediato emprego dos meus bons ofícios, para que o enviado do Brasil ali acreditado possa, se tanto for necessário, solicitar e obter a aceitação oficial do governo argentino.

Aguardando a resposta de V.Exa., aproveito este ensejo para oferecer-lhe os protestos do profundo respeito, com que tenho a honra de ser de V.Exa. o mais obediente criado

Joaquim Tomás do Amaral

10º

Resposta do general Urquiza

O general Urquiza recusou a mediação oferecida pelo Brasil, respondendo à nota do ministro brasileiro nos termos seguintes:

A Su Ex. el Señor D. Tomás Joaquim [*sic*] do Amaral,

Ministro de S. M. el Emperador del Brasil

Cuartel general en marcha, 3 de noviembre de 1859.

Exmo. Señor,

Ayer he tenido el honor de recibir la comunicación de V. E. fecha del día anterior en que me avisa que S. M. el Emperador del Brasil, animado por los sentimientos de amistad y particular estima que profesa a la Confederación Argentina e a mi persona deseaba contribuir con su interposición amistosa y sus buenos oficios para el restablecimiento de la paz entre la Confederación y su provincia de Buenos Aires, e que se ha dignado nombrar a V. E. para desempeñar tan honrosa comisión.

Agradeciendo los sentimientos personales de S. M. el Emperador, en quien confío y a que correspondo, me encuentro en el caso de expresar a V. E. que estando pendientes algunos asuntos entre el gobierno argentino y el de S. M. y no conociendo su actualidad, me es imposible aceptar de pleno la mediación ofrecida. Tengo además otras consideraciones que excuso expresar a V. E., pero de que oportunamente será instruido el gobierno de S. M. por el órgano que corresponde.

Saludo a V. E. con la mayor consideración.
Justo José de Urquiza

11º

Participação do mediador brasileiro ao governo portenho

Logo que a mediação brasileira foi rejeitada pelo governo argentino, o mediador do Brasil dirigiu ao governo portenho a seguinte nota.

Buenos Aires, 4 de novembro de 1859.

Senhor Ministro,

O governo de Buenos Aires, aceitando os bons ofícios que, em nome e por ordem de S. M. o Imperador do Brasil, lhe foram oferecidos e fazem o objeto da missão que o mesmo Augusto Senhor houve por bem confiar-me, colocou-me, desde logo, em posição de contribuir de algum modo para o estabelecimento da paz e da harmonia com a Confederação. Os representantes da França e da Inglaterra, com quem me cabia a fortuna de cooperar nessa missão conciliadora, serviram-se também comunicar-me, sem demora, o que em conferências tinha ocorrido entre eles e o governo de Buenos Aires. Eu aderi sem hesitação às manifestações que os mesmos senhores fizeram nessas conferências e julguei do meu dever significar a minha adesão, assinando a nota coletiva que ontem foi dirigida a V.Exa..

Mas, não tendo os bons ofícios do Brasil, como sou informado, sido aceitos definitivamente pela Confederação Argentina, vejo-me privado da satisfação de acompanhar os srs. Bécour e Thonrton nos passos que porventura tenham de dar entre as duas partes dissidentes.

Fazendo esta comunicação a V.Exa., lhe rogo queira levá-la ao conhecimento do sr. governador, assegurando-lhe ao mesmo tempo a S. Exa. que ela em nada altera os sentimentos que, como fiel intérprete do Governo Imperial, havia eu trazido à missão que me foi confiada e que faço os mais sinceros votos para que, com plena satisfação das suas partes e dos importantes interesses tanto internos como externos, que se acham comprometidos pela presente questão, seja ela brevemente concluída.

Tenho a honra de oferecer a V.Exa. os protestos de minha mais subida consideração.

Joaquim Tomás do Amaral

A S. E. o Sr. Dr. Dalmacio Vélez Sársfield

12º

Resposta do governo portenho

À precedente nota dirigida pelo mediador brasileiro ao ministro de Relações Exteriores de Buenos Aires, comunicando-lhe que a mediação brasileira foi rejeitada por parte do general Urquiza, responde este nos seguintes termos:

Buenos Aires, noviembre 5, 1859.

A S. E. el Señor Ministro de S. M. Imperial,
Comendador D. Joaquim Tomás do Amaral

El abajo firmado ha recibido la comunicación de V. E., fecha de ayer, anunciándole que aun no han sido definitivamente aceptados por la Confederación Argentina los buenos oficios del Imperio del Brasil para la paz entre la Confederación y el Estado de Buenos Aires; y ha sido sorprendido con el conocimiento de tal hecho, pues no comprende como ha podido trepidarse en aceptar los buenos oficios de la primera potencia de Sur América, cuya influencia es tan poderosa en las repúblicas del Plata, y espera por esto que, al fin, los consejos y la mediación amistosa del gobierno de S. M. Imperial han de ser escuchados por el presidente de la Confederación Argentina. Si así no sucediere, no por eso serán menores el reconocimiento y gratitud del gobierno de Buenos Aires hacia S. M. el Emperador del Brasil y a su digno ministro por su empeño para restablecer la paz en estos países, y por sus sinceros votos por la cesación de la guerra actual.

El infrascrito tiene el honor de reiterar a V. E. los protestos de su más alta consideración y respecto.

Dalmacio Vélez Sársfield

13º

O mediador brasileiro aos mediadores inglês e francês

Nota em que o ministro brasileiro, encarregado de mediar por parte do Brasil para restabelecer a paz entre os governos de Buenos Aires e da Confederação Argentina, notifica aos ministros de França e da Grã-Bretanha, seus co-mediadores, que a mediação do Império não foi aceita pela Confederação Argentina.

Buenos Aires, 4 de novembro 1859.

Sr. Ministro,

S. Exa. o sr. presidente da Confederação Argentina, respondendo à comunicação em que lhe ofereci os bons ofícios do governo de S. M. na questão pendente com Buenos Aires, diz-me, como V. S. verá na cópia aqui inclusa, que não lhe é possível aceitá-lo de plano.

A minha cooperação que – pelo que respeita ao governo de Buenos Aires, que a aceitara sem hesitação – foi iniciada pela nota que ontem tive a honra de assinar com V. S. e com o encarregado de negócios de S. M. B., não pode, portanto, ter o seguimento que eu me havia lisonjeado de poder dar-lhe, associando-me, por dever e simpatia, aos cavalheiros que tão dignamente representam aos governos de França e da Inglaterra.

Julguei do meu dever comunicar ao governo de Buenos Aires o obstáculo que, com pesar meu, me separa de V. Exa. e de mr. Thornton e inclusa apresento a V.Exa. uma cópia da nota em que fiz essa comunicação.

Não posso deixar de agradecer a V.Exa. o benévolo e cordial acolhimento com que me honrou e faço votos para que a missão que lhe está confiada tenha o êxito feliz que convém aos importantes interesses, internos e externos, que se acham comprometidos pela questão pendente.

Queira V.Exa. aceitar os protestos da minha mais subida admiração.

Joaquim Tomás do Amaral

A S. E. o Sr. Charles Lefèvre de Bécour,

Ministro plenipotenciário de S. M. o Imperador dos Franceses



CARTA DE JOSÉ MARIA DO AMARAL A ÂNGELO TOMÁS DO AMARAL

Rosário, 8 de novembro 1859.

Meu caro amigo Ângelo,

Tenho em meu poder duas cartas tuas a que ainda não respondi, porque esperava que, com o tempo, talvez variasse a resolução em que eu estava e que tu, nelas, combatias.

Quanto mais penso na minha mudança de estado, mais firme se torna aquela minha resolução.

A esta razão doméstica, acresce o desgosto que me tem causado as humilhações que tenho sofrido do nosso governo, por ter-me portado sempre como bom brasileiro nestes países, de sorte que tenho repugnância de tornar ao Brasil e vou-me fazendo cosmopolita.

Não posso, portanto, dizer-te ainda que concordo com o teu parecer.

Das desfeitas que se me tem feito, estou vingado, porque todos se riam da política dos nossos homens no Rio da Prata onde nem o pequeno quintal chamado República Oriental faz caso algum do rico e vasto império.

Para completar o entremês, aí vem agora a batalha de Cepeda provar a miopia do habilíssimo senhor Paranhos e trazer-nos todas as complicações que devemos esperar do justo reconhecimento de Urquiza, triunfante e cheio de prestígio.

Digo que o ressentimento de Urquiza é justo, porque não há dúvida nenhuma de que a doutrina do tratado de 7 de março de 1856 foi ofendida gravemente pelo Brasil.

Lá se avenham os habilíssimos com [a sua] política do Rio da Prata. Eu estou preparando a minha grande gargalhada para festejar o que está para acontecer-lhes antes de muito tempo.

Ainda não se batizou tua afilhada. Nasceu a 29 de outubro de 1858.

Eu não sei quantos filhos tens, pelos meus cálculos conto oito, não é isso? Tudo o que é de Ângelo para mim [*por decerto?*] é história materna.

Como está o Galdino? Dize-lhe que provavelmente não tornarei a vê-lo, mas que sempre me lembro dele.

Lembranças à Maria, a quem minha mulher oferece seus serviços. Saudades aos meninos.

A ti, o coração do teu
[*Rubrica do autor*]



Novembro

– 13 a 19 –

- 1º Resposta do mediador francês ao mediador brasileiro
- 2º Resposta do mediador inglês
- 3º Sobre a mediação brasileira
- 4º Fim da guerra entre Buenos Aires e a Confederação
- 5º Demissão do governador Alsina
- 6º Resposta da Assembléa
- 7º O que escrevem em Montevideú a respeito do que devem ao Brasil
- 8º Nota da legação Argentina no Rio de Janeiro sobre a questão portenha
- 9º Resposta do governo do Brasil
- 10º Sobre a nota de Baldomero Garcia à legação brasileira
- 11º O que se diz de Paranhos em Montevideú
- 12º Acordo do ministro oriental no Rio de Janeiro com o governo brasileiro
- 13º Origem do acordo registrado na página anterior

III

Rosário

de 13 a 19 de novembro de 1859.

1º

Proposta do mediador francês ao mediador brasileiro

13 DE NOVEMBRO – A resposta de mediador francês ao mediador brasileiro é a seguinte:

Legation de France a Paraná

B. Aires 5 novembre 1859.

Monsier le Ministre,

J'ai le honneur de recevoir la communication que V. E. a bien voulu me faire hier, pour me donner connaissance de la résolution prise par S. E. m.^r le président de la Confédération Argentine au sujet de l'offre des bons offices du gouvernement de S. M. Brésilienne et m'envoyer avec la copie de la réponse du général Urquiza celle de la note que cet incident inattendu vous a mis dans la nécessité de passer au gouvernement de Buenos Aires. L'entente qui s'était si facilement établie entre V. E. et moi pour préparer l'accomplissement de la mission commune qui nous était confiée, me promettait un collègue aussi dévoué que loyal dans l'œuvre difficile dont nous étions chargés; je ne puis donc que regretter infiniment de me voir privé de votre coopération, et je vous prie d'accepter mes remerciements bien sincères pour la confiance dont vous m'avez honoré dans les relations très courtes que j'ai eues avec vous, mais qui me laisseront le meilleur souvenir.

Veillez agréer, Monsier le Ministre, les assurances de ma très haute considération.

Charles Lefèvre de Bécour

A S. E. M.^r de Amaral, Ministre Résident de S. M. l'Empereur du Brésil

2º

Resposta do mediador inglês

Eis aqui a nota do mediador inglês ao mediador brasileiro, em resposta à deste, comunicando-lhe cópia da nota pela qual o general Urquiza rejeitou a mediação brasileira.

Buenos Aires, November 5, 1859.

Sir,

I have the honour to acknowledge the receipt of your letter of yesterday's date, in which you announce to me that the president of the Argentine Confederation has informed you that he cannot at once accept the good offices of your government in the question pending between the Confederation and the province of Buenos Aires.

I beg to express to you my deep regret that this circumstance should have deprived Mr. de Bécour and myself of your valuable and friendly cooperation and thus rendered the attainment of the great object we have in view still more doubtful.

At the same time I must not fail to thank you for the good will you have already shown towards my French colleague and myself and my sincere gratitude for your good wishes with regard to the result of our mission.

I have the honour to be, Sir, your most obedient humble servant

E. Thornton

His Excellency D. Tomás Joaquim [sic] do Amaral

N.B.

O mediador brasileiro, depois de trocada toda a correspondência que fica registrada nas páginas que precedem a esta, continuou a permanecer em Buenos Aires, sem tomar parte alguma nos trabalhos preliminares feitos pelos outros mediadores.

Entretanto, a ação destes achava-se prejudicada pela do mediador paraguaio que, tendo sobre eles a precedência, promovia a sua mediação.

3º

Sobre a mediação do Brasil

14 DE NOVIEMBRE – O dr. Victorica, genro e secretário do general Urquiza, escreve-me, por ordem deste, uma carta datada em São José de Flores a 12 deste mês, na qual diz-me o seguinte:

Cumplido el encargo de S. E., yo tendré el honor de manifestarle que V. E. no vaya a ver en el rechazo que se ha hecho a la mediación del Brasil un acto de enemistad; es la consecuencia forzosa de la conducta observada por el señor d. Joaquim Tomás do Amaral en Montevideo. Por supuesto esta declaración es puramente particular y privada.

4º

Fim da guerra entre B. Aires e a Confederação

No dia dez deste mês assinou-se em São José de Flores, quartel-general do general Urquiza, um ajuste, intitulado “Pacto de União”, pelo qual Buenos Aires se une à Confederação Argentina.

Este ajuste é o resultado da batalha de Cepeda e da presença do general Urquiza com o seu exército às portas de Buenos Aires e foi celebrado com o concurso do mediador paraguaio que vem assinado nele.

A presença de Urquiza e das suas forças animou os moderados de Buenos Aires a fazerem uma manifestação ao governo de Alsina – manifestação que foi iniciada por uma carta, a este dirigida por um certo Billingham – convidando-o a deixar o posto de governador para que se facilitasse a negociação de paz.

O conselho dado nesta carta não tendo sido ouvido, apareceu um pronunciamento popular que obrigou o governo a retirar-se, sendo substituído por um sr. Llavallol³⁹ presidente do Senado de Buenos Aires, com ministros novos.

O pacto foi aprovado pelo corpo legislativo.

A mensagem dirigida pelo governador Llavallol ao corpo legislativo pedindo a aprovação do pacto contém as seguintes notáveis passagens.

(...) Pacto concluido bajo la respectable mediación del exmo. gobierno de la República del Paraguay, representado por S. E. el señor ministro mediador brigadier general don Francisco Solano López.

El pacto que pudo ser firmado en plena paz, lo ha sido desgraciadamente entre el estrépito de las armas; pero si la Asamblea quiere estudiarlo con calma...

El gobierno, sin embargo, no ocultará a la Asamblea que los mejores tratados pueden dar malos resultados si, de un lado, aquellos deseos consultados por el convenio y, del otro, los derechos de Buenos Aires, defendidos con tanta heroicidad, no se contienen dentro del límite de la moderación. La paz hecha hoy sería despedazada mañana y la guerra civil renacería con más funestas proporciones si la circunspección no

39 N.E. – Felipe Llavallol (1802-1874), deputado da província de Buenos Aires em 1852, ministro da Fazenda, senador e presidente da Câmara nos anos de 1854 e 1856. Eleito vice-governador em 1858, foi nomeado governador em consequência da batalha de Cepeda, permanecendo no cargo até maio de 1860.

procediese al examen frío de las circunstancias presentes y las obligaciones equitativas que comprende el pacto que comete el Poder Ejecutivo a la deliberación de V. H.

Para salvar tal escollo, el gobierno declara que cuenta con la cooperación de los patriotas de todos los partidos y que está dispuesto a mantenerse con energía dentro de los límites del pacto, y a ejecutarlo con lealtad, si la honorable Asamblea General tiene a bien ratificarlo.

Mientras no [rezar] el fallo de la Asamblea, el gobierno no puede saber si ha hecho, o no, lo que más conviene al país en las circunstancias presentes, pero si aquel fuese favorable, debe decir por conclusión que él se debe no tanto a la contracción de los comisionados de Buenos Aires, como a la resolución del pueblo y del ejército, de sostener, en caso contrario, sus derechos a costa de su sangre y que por consiguiente él queda bajo la protección del pueblo y del ejército de Buenos Aires.

Os trechos que acima ficam transcritos claramente deixam ver que a paz não é sólida e que qualquer incidente a pode quebrar.

Deixam ver, mais, que a paz foi o resultado de uma revolução feita pelo povo e pelo exército de Buenos Aires.

Eu tenho como coisa certa que essa revolução foi promovida por influência do general Urquiza.

5º

Demissão do governador Alsina

16 DE NOVIEMBRE – O dr. Alsina, governador da província de Buenos Aires, dirigiu, no dia 8 de novembro uma nota ao Poder Legislativo, expondo o estado nas negociações de paz que, por intermédio do mediador paraguaio, se faziam com o presidente da Confederação Argentina.

Eis aqui alguns trechos dessa nota:

Después de estar la negociación muy adelantada en sus principales acuerdos, esa ha cesado, por haberse exigido las condiciones últimas de que habla el informe de los tres comisionados.

El gobierno creyó que algunas de ellas, siendo todas indeclinables, no podían ser condiciones de un tratado de paz, y que su importancia era de tal naturaleza que, aceptándolas, peligraban sobremano las bases de la

defensa del Estado y que, a más, podrían quedar sin un positivo efecto los mismos artículos de la negociación, que aparecían convenidos, muchos de ellos dispuestos para salvar las libertades e instituciones de Buenos Aires.

Mas por otra parte, la principal de esas consideraciones, la que todo lo resuelve, lleva en si referencias a las personas que ocupan el gobierno y esto en adelante podría aparecer como la única causa de la continuación de la guerra, de la sangre que se derramara, y de los sacrificios que se pidieron al pueblo.

El juicio del gobierno puede, por eso, no ser suficiente en esta ocasión para estimar lo que más convenga a los intereses generales y pide, o el apoyo de la honorable Asamblea General, al rechazo, que ha hecho, de las tres condiciones que se presentan como indeclinables, o la declaración franca y explícita de la voluntad del pueblo, sobre la admisión de ellas y el cese en las funciones que ejercen las personas que hoy desempeñan el gobierno del Estado.

6º

Resposta da Assembléia

Em resposta à nota precedente, o corpo legislativo, em Assembléia Geral, mandou uma comissão dizer ao governador que a Assembléia, por uma grandíssima maioria, julgara conveniente que aquele desse a sua demissão.

O governador respondeu a esta mensagem com a seguinte nota:

Buenos Aires, noviembre 8, 1859.

A la Honorable Asamblea General,

Habiéndoseme manifestado por una comisión de Vuestra Honorabilidad la conveniencia que había, ya para la paz o ya para la guerra, en que yo hiciera demisión del cargo que ejerzo, lo verifico desde luego sin esfuerzo alguno.

Dios guarde Ud.

A isto respondeu a Assembléia nos termos seguintes:

Buenos Aires, noviembre 8 de 1859.

El Presidente del Senado

Al Señor Gobernador del Estado,

Dr. D. Valentín Alsina

Habiendo considerado la nota en que se sirve V. E. comunicarle la renuncia que hace del cargo de gobernador a que fue elevado por el voto público y comprendiendo y estimando la elevación de miras que lo lleva a dar este paso, la Asamblea ha aceptado su renuncia y procedido al nombramiento del que la Constitución designa para sucederle.

Dios guarde Ud.

7º

O que se escreve em Montevideú a respeito do que devem ao Brasil

A *República*, periódico que se publica em Montevideú, diz o seguinte a respeito dos empréstimos feitos pelo Brasil ao Estado Oriental:

Se nos objetará, talvez, que siendo deudores al Brasil de doscientos o trescientos mil patacones por subsidios que nos dió, sólo cuando tenía la certeza de que habían de ser mal empleados, podría exigirnos su inmediato pago.

A esto contestaremos que el Brasil, menos que ninguna otra potencia, tendría el derecho de ser tan exigente, puesto que siéndonos deudor de una suma aproximadamente igual que tomó prestada a nuestro consulado para gastos de embarque de sus tropas en 1826, no sólo no la ha pagado hasta ahora, sino que exigió en compensación de su alianza en 1851, alianza que fue en provecho suyo más que nuestro, que le diésemos quitación de esa deuda.

Assim os nossos vizinhos desde já começam a declarar-nos, sem cerimônia alguma, que o Brasil está de contas justas com a República Oriental. Mais tarde, virão talvez a descobrir que o Império ainda deve à república algum saldo de conta em favor desta.

O extrato que acima fica feito é da *República* n. 1.134, de 20 de outubro 1859.

Neste mesmo periódico lê-se o seguinte curioso trecho:

En vista de las tendencias del Brasil que hoy están al alcance de todas las inteligencias, y visto que no quiere separarse de la senda que se ha trazado, ¿qué nos queda que hacer? Retirar nuestra confianza al falso amigo y estrechar nuestras relaciones con la Confederación Argentina,

nuestra aliada natural, y que nos ha dado pruebas de la sinceridad de su amistad.

Desde los primeros años de nuestra existencia política como nación esta era la política que debía haber guiado nuestros pasos desde que por nuestro común origen, idioma, religión y costumbres y por los mutuos servicios que nos habíamos prestado antes y durante la lucha de la independencia, no podíamos prescindir de tomar un interés positivo en la buena o mala fortuna de nuestros hermanos los argentinos.

No n. 1.133 do mesmo periódico se lê o seguinte, em letras maiúsculas:

Sepa el señor corresponsal, aunque le parezca una jactancia, una verdad bien amarga para él: el Brasil no se halla en estado de medir sus fuerzas con las nuestras en un campo de batalla.

Le daremos pues un consejo de amigo: el dinero que había de gastar en una guerra que sería para él muy desastrosa, empléelo en atender a las mejoras urgentemente reclamadas por todas sus provincias y muy especialmente por nuestra vecina, la del Río Grande, y ganará en ello la unidad del Imperio que está más en peligro de lo que él lo cree.

O n. 1.136 do mesmo periódico contém um artigo do qual extraí as passagens seguintes:

En legítima defensa a que nos ha provocado su “incalificable e insólito” ataque, no usaremos de todas las armas que tenemos a nuestra disposición, no levantaremos sino la punta del sudario que cubre ese cuerpo leproso a que se llama Imperio del Brasil condenado a una decrepitud prematura antes de haber llegado a la visibilidad.

Si continua atacándonos empero, descubriremos ante el mundo civilizado toda la corrupción, toda la inmoralidad de ese gobierno, pondremos de manifiesto las profundas llagas de esa sociedad que necesita regenerarse. Y entonces, ai del usurpado prestigio del Imperio brasileiro! Disipada la niebla que oculta y magnífica los objetos; puesto de manifiesto ese esqueleto en toda su horrible desnudez, provocará tan sólo la conmiseración de los otros pueblos que rogarán al Eterno desvíen de su criminal cabeza los efectos de la cólera celeste.

Preferimos no ser llevados a ese extremo: deseamos que el Gobierno Imperial vuelva sobre sus pasos y abandone la fatal senda que conduce a

la caída de la única monarquía americana. Quisiéramos evitar la repetición de esas guerras desastrosas que han diezmando la raza latina y dado tan grande preponderancia a la anglo-sajona en el continente americano.

Todos esses artigos contra o Brasil são escritos debaixo da direção do general Guido, ministro da Confederação Argentina em Montevidéu, o qual foi para lá mandado expressamente para isso.

8º

Nota da legação argentina no Rio de Janeiro sobre a questão portenha

17 DE NOVIEMBRO – O encarregado de negócios da Confederação Argentina, no Rio de Janeiro,⁴⁰ passou ao ministro dos Negócios Estrangeiros uma nota com data de 4 de outubro, interpelando-o acerca do procedimento do ministro do Brasil em Montevidéu e do cônsul brasileiro em Buenos Aires, quando exigiram do governo oriental a expulsão da esquadilha argentina do porto de Montevidéu.

O trecho principal da nota é o seguinte:

El señor cónsul del Brasil en Buenos Aires ofreció, no obstante como condición para la neutralización de la isla, que pudo y debió exigir llanamente, que los brigues argentinos serían obligados a salir del puerto de Montevideo, según lo reveló la prensa de Buenos Aires, y lo corroboró el hecho de venir el señor Pinto a Montevideo, de venir en seguida la escuadrilla de Buenos Aires, de interponer el señor Amaral sus esfuerzos cerca del gobierno oriental para obtener el acuerdo del 31 de agosto último, del regreso inmediato del señor Pinto en un brigue de la escuadrilla de Buenos Aires, y de la publicación del acuerdo hecho en los diarios de Buenos Aires con alteración de los mismos términos en que luego apareció celebrado.

V. E. notará que la sola interposición del señor Amaral cerca del gobierno de Montevideo, para que se reconociesen al gobierno de Buenos Aires, en aquel puesto, los derechos de beligerante como nación independiente, o potencia marítima, pues no importaba nada menos el acuerdo de fecha 31 de agosto, ditado por interposición de dicho señor Amaral, es una evidente infracción de la neutralidad que el Gobierno Imperial se había

40 N.E. – Marcos Antonio de Arredondo.

propuesto observar en la lucha argentina con acuerdo del gobierno oriental y que tenía por base no reconocer en el gobierno de Buenos Aires, en sus respectivos puestos y territorios, los derechos de nación independiente.

Desde luego, esta legación está persuadida que tal procedimiento no puede haber sido ordenado por el Gobierno Imperial.

Sin embargo, como tantos hechos han debido impresionar desagradablemente al gobierno argentino, mucho más desde que haya observado el regreso del señor Amaral a esta corte, talvez a consecuencia del acuerdo del gobierno oriental de 1º septiembre último, el infrascrito, sin perjuicio de las apreciaciones que el gobierno argentino haga de tales sucesos, así como de la solución que V. E. propone para la neutralización de Martín García, se anticipa a dirigir esta nota a V. E. interpretando la lealtad y probidad reconocida del Gobierno Imperial para que se sirva declararle con la urgencia que exige la naturaleza del asunto:

Si la comisión del señor Pinto a Buenos Aires y el procedimiento del señor Amaral en Montevideo, con ocasión de su interposición para el acuerdo del gobierno oriental de 31 agosto, importa alterar la neutralidad que se había propuesto observar el Gobierno Imperial de acuerdo con el gobierno oriental en la lucha argentina, o si la política de aquel acuerdo que desconoce en el gobierno de Buenos Aires personería de nación independiente como beligerante en puertos neutrales, será inalterablemente mantenido, como lo exigen las prescripciones del derecho de gentes, los pactos existentes y la lealtad del Gobierno Imperial.

9º

Resposta do governo do Brasil

A 15 de outubro, respondeu o ministro dos Negócios Estrangeiros à precedente nota do encarregado de negócios argentino e, nessa resposta, declara que:

A comissão do sr. Pinto, como resulta da sua origem e das notas trocadas entre este ministério e o sr. Arredondo, e o procedimento do sr. Amaral não importam alteração da neutralidade; o Governo Imperial continua a ser neutro nos termos em que já o declarou.

10º

Sobre a nota de Baldomero García à legação do Brasil

18 DE NOVEMBRO – Em outra parte deste diário, se faz menção de uma extensíssima nota que o ministro de Relações Exteriores da Confederação Argentina, d. Baldomero García, passou ao ministro do Brasil no Paraná, pedindo explicações a respeito do convênio ou ajuste, celebrado em 31 de agosto deste ano, entre o ministro brasileiro em Montevideú e o governo do Estado Oriental, para expulsar do porto daquela cidade a esquadilha da Confederação que ali se estava preparando para atacar a de Buenos Aires.

Logo que recebi esta nota, remeti cópia dela ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Cansação de Sinimbu, pedindo-lhe instruções para responder convenientemente àquele documento, cujo assunto e cujo tom insolente pediam resposta mui especial.

Esta minha comunicação a S. Exa. foi datada no Paraná em 7 de outubro, officio reservado da Seção Central, n. 9.

No dia 17 deste mês recebi, no Rosário, um despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros datado a 28 de outubro, sob n. 13, Seção Central, no qual S. Exa. diz-me o seguinte:

Os fatos mencionados na referida nota, de que V. S. me remete cópia, exigem uma resposta meditada que pode V. S. logo formular e expedir em termos convenientes e correspondentes à dignidade imperial e à boa-fé da nossa política, à vista da contestação que dei nesta corte à nota do encarregado de negócios da Confederação, de 4 do corrente, pela minha nota do dia 15, que acompanhou o meu despacho de 17.

11º

O que se diz de Paranhos em Montevideú

Extrato de um artigo publicado no n. 17, de 27 de outubro de 1859, de um periódico publicado em Montevideú com o título de *Los Treinta e Tres*.

La guerra es la política de Paranhos, que aduló al general Urquiza, que quemó incensos en sus aras hasta arrancarle tratados de extradición, y malquistarlo con otras naciones de Europa.

La guerra es esa política de los Paranhos, que tan pronto tenía in pectore y en secretos de gabinete para candidatos para la presidencia a los Muñoses, Cesar Díaz, a los Herreras y Pachecos, como con igual vileza los condenaba al desprecio y al abandono desde el momento de obtener lo que pretendía. Contra esa política de mil formas o de mil colores es la guerra; porque el pueblo oriental sabe a que atenerse, desde que vio los manejos para hacer caer al venerable Giró, para encumbrar al general Flores, para derrocarlo, para colocar al general Oribe en actitud de ser dueño de situaciones producidas por los mismos.

Estes artigos provam que o sr. Paranhos se engana redondamente quando diz que goza da simpatia e da confiança dos povos e dos governos do Rio da Prata.

O único homem destes países que tinha por aquele sr. uma certa simpatia era o general Urquiza; e este é hoje acérrimo inimigo de Paranhos e diz a quem o quer ouvir que a presença deste no governo do Brasil é um sinal de traições às repúblicas do Prata e, particularmente, à Confederação Argentina.

12º

Acordo do ministro oriental no Rio de Janeiro com o governo brasileiro

19 DE NOVIEMBRE – Por nota de 13 de outubro deste ano, o ministro do Estado Oriental no Rio Janeiro obrigou-se, em nome do seu governo, ao seguinte ajuste com o Governo Imperial:

Para la mejor ejecución de esa política y como aclaración de la citada nota de 28 de junio, reconoce el gobierno de la República que los brigues de la Confederación Argentina no deben servirse de los puertos orientales para complementar o aumentar sus armamentos bélicos, ni para hacer de tales puertos la base de sus operaciones de guerra.

En consecuencia hará expresa prohibición de tales actos por un acuerdo que, para prevenir ulteriores dificultades, expedirá con la menor demora posible, declarando al mismo tiempo que si los dichos brigues, no respetando esta resolución, tuvieren un procedimiento contrario a ellas, quedarán privados del uso inocente de los puertos orientales que les es concedido.

Declara también el gobierno de la República que mantendrá la prohibición de que se conduzcan las presas marítimas a los puertos orientales, y que tanto respeto a este puerto como respeto a los brigues de la marina de Buenos Aires continuará haciendo observar religiosamente las prescripciones de las dos circulares que expedí en 13 de agosto último a los jefes políticos de los departamentos litorales.

Espera el infrascrito que, declarada en estos términos la continuación de la neutralidad de la República Oriental del Uruguay en la guerra existente entre la Confederación Argentina y Buenos Aires, el Gobierno Imperial juzgará removida por ese modo toda dificultad para la continuación de su apoyo a la república tal como existía antes del 1º de septiembre último.

13º

Origem do acordo registrado na página anterior

O ajuste ou obrigação contraída pelo ministro do Estado Oriental do Uruguai, em nome do seu governo para com o do Império, pela nota da qual se fez um extrato no capítulo anterior, foi provocado por uma nota que, em 10 de outubro deste ano, dirigiu àquele ministro o de Negócios Estrangeiros do Brasil, referindo as circunstâncias do incidente que tivera lugar entre a legação brasileira em Montevideu e o ministro de Relações Exteriores, a propósito da esquadilha da Confederação Argentina.

A conclusão da nota brasileira é a seguinte:

Sua Majestade o Imperador, a quem foi presente todo o procedimento de seu ministro residente, houve por bem aprová-lo.

Fazendo ao sr. d. Andrés Lamas essa declaração, o abaixo assinado não pode deixar de manifestar-lhe o pesar com que o mesmo Augusto Senhor foi informado de algumas circunstâncias dos sucessos ultimamente ocorridos em Montevideu, mui especialmente dos que afetam as relações do seu ministro com o governo da República.

À conhecida penetração do sr. d. Andrés Lamas não escapará, por certo, a influência que o incidente em questão pode exercer nas relações dos dois países, nem a necessidade de ser ela prevenida de modo que satisfaça ao Governo Imperial e permita que o ministro residente de S. M. o Imperador, regressando ao seu posto, desempenhe, como até agora, os deveres da missão que lhe foi confiada.

O governo oriental resolveu conservar-se neutro na questão pendente entre Buenos Aires e a Confederação Argentina e ainda recentemente o declarou. Está em seus interesses o não afastar-se dessa resolução e o governo do Brasil nutre a esperança de que ainda o poderá sustentar, apesar dos sucessos recentes. Mas, se, por infelicidade, assim não acontecer, o governo de Sua Majestade terá o pesar de fazer completamente efetiva a declaração que se contém na nota, que o abaixo assinado teve a honra de dirigir, em 12 do mês próximo passado, ao sr. d. Andrés Lamas. O abaixo assinado declarou, como S. Exa. se recordará, que se o governo oriental, saindo dos limites da neutralidade e ultrapassando os meios de justa defesa, se constituir agressor, atentando contra os direitos de outros governos, o do Brasil, reservando plena liberdade de ação, intervirá somente por bem dos grandes interesses do Império, que porventura possam vir a ser comprometidos na luta emergente.

No procedimento que, poucos dias antes daquela nota e pela força dos acontecimentos, foi o sr. Amaral obrigado a adotar, negando-se a prestar o apoio material que lhe fora solicitado, tem o governo oriental a prova de que outra não poderá ser, em tais circunstâncias, a atitude do Brasil.

A nota do ministro oriental, respondendo a esta com a declaração de neutralidade que ficou registrada nas páginas anteriores, foi respondida por uma outra nota do ministro de Negócios Estrangeiros do Brasil, na qual mui laconicamente se aceita aquela declaração e se repetem os princípios estabelecidos na nota de que se fez extrato neste capítulo.



Novembro

– 20 a 26 –

- 1º Nota do ministro de Relações Exteriores do Estado Oriental sobre o acordo de 31 de agosto
- 2º Manifesto do governo oriental
- 3º O tratado de limites do Brasil com a Confederação é atacado pelo Paraguai
- 4º Regresso do general Urquiza
- 5º Proclamação do general Mitre
- 6º Mediação do Paraguai
- 7º Mediação anglo-francesa
- 8º Sobre a proclamação de Mitre

IV

Rosário

de 20 a 26 de novembro 1859.

1º

Nota do ministro de Relações Exteriores do Estado Oriental do Uruguai sobre o acordo de 31 de agosto

20 DE NOVIEMBRO – O acordo celebrado entre o governo do Brasil e o ministro do Estado Oriental do Uruguai, restabelecendo o que fora estabelecido em 31 de agosto entre o ministro do Brasil em Montevideu e o respectivo ministro de Relações Exteriores, foi por este desaprovado por meio de uma nota dirigida, em 2 de novembro, ao ministro oriental no Rio de Janeiro.

Eis aqui as conclusões dessa nota.

Por otra parte, aun cuando esas poderosas razones no estuviesen del lado de este gobierno, aun cuando el mencionado acuerdo importase lo que ha pretendido atribuirle el Gobierno Imperial, la medida que hoy se rige por parte de la república seria extemporánea, desde que han desaparecido, con la ausencia de la escuadra argentina, las circunstancias que dieron mérito a la del 31 de agosto. Dictarla hoy por satisfacer agravios no inferidos, seria reconocer que estos existen y la dignidad del gobierno quedaria tan damnificada como lo había sido, absteniéndose de dictar el acuerdo del 1º de setiembre.

Estas razones y las que el infrascrito ha adelantado en carta particular del 30 del próximo pasado, han inducido al exmo. sr. presidente de la República a declarar que no acepta el arreglo propuesto por el Imperio; y que si es él una condición para mantenerse en el compromiso contraído de apoyarlo en el sostén de la integridad e independencia de otro Estado, renuncia desde ahora a eso apoyo que vendria a imponérsele a costa de su dignidad y su buen derecho.

Declárelo así S. E. al Gobierno Imperial, manifestándole que el de la república fiará de hoy en adelante la salvaguarda de los derechos e intereses nacionales al solo esfuerzo y concurso de los buenos ciudadanos con los cuales los salvó ya otra vez de las garras de la anarquía y de las envidias de un gobierno extranjero.

2º

Manifesto do governo do Estado Oriental

A nota, de que se fez um extrato no capítulo anterior, foi publicada nos periódicos de Montevidéu juntamente com um manifesto do governo aos povos da república.

Esse manifesto tem por fim declarar que a república, no caso de guerra entre os seus vizinhos, guardará a mais estrita neutralidade.

O trecho em que esta declaração se faz em termos mais significativos é o seguinte:

No es posible prever los sucesos que vendrán a desarrollarse, mas o menos pronto entre nuestros vecinos, ni menos aun entre las diversas naciones con quienes la república cultiva relaciones; pero cualesquiera que ellos sean, declara desde ahora muy alto el gobierno de la República que guardará la mas completa y absoluta neutralidad, en tanto que no se vean en ellos comprometidos los decretos e intereses cuya guarda le ha sido confiada.

3º

O tratado de limites do Brasil com a Confederação é atacado pelo governo do Paraguai

21 DE NOVIEMBRE – O *Semanario Paraguayo*, publicando o tratado de limites celebrado, em 14 de dezembro, entre o Brasil e a Confederação Argentina, faz o seguinte comentário.

En lo que respecta al predicho tratado, del 14 de diciembre de 1857, de límites entre el Paraná y el Uruguay, basta decir por ahora que ha sido un procedimiento extraño, inamistoso, perpetuamente nulo, hostil no sólo a los méritos perentorios de los derechos territoriales del Paraguay como pudo verse en el manifiesto que el exmo. señor presidente de la República ha expedido en la villa del Pilar en 13 de febrero de 1848; sí también contra la posición inmemorial del Paraguay desde el régimen colonial hasta hoy, como acreditan los campamentos de Candelaria, San José y las gargantas de San Miguel y de Roseto; y últimamente contra la estipulación del statu quo en el tratado de 29 de julio de 1856 entre la república y la Confederación.

¿Por qué no han intimado la desocupación de esos campamentos?

¿Por qué dejan en pie esa protesta [e]loquente contra ese tal procedimiento abusivo y temerario?

Nos reservamos para otra oportunidade.

Na mesma ocasião em que isto se escrevia, o presidente da República tinha discussões insolentes com o nosso ministro na Assunção e este tomava a resolução de retirar-se para o Rio de Janeiro a título de gozar de uma licença.

4º

Regresso do general Urquiza

Feita a paz entre a Confederação Argentina e a província de Buenos Aires por meio do convênio de paz, para o qual mediou o governo do Paraguai, o general Urquiza foi visitado pelo novo governador da província, Felipe Llavallol, no seu acampamento.

O general Urquiza, apesar de ter sido convidado por uma comissão de cidadãos para entrar na cidade onde tencionavam obsequiá-lo, não aceitou o convite e nem pagou a visita que recebera do governador.

Saiu de Buenos Aires para São José, no dia 19.

O general foi transportado pelo vapor francês *Bisson*, oferecido pelo ministro da França, o qual, estando até hoje por parte de Buenos Aires, começa agora a cortejar o general.

5º

Proclamação do general Mitre

Depois que o general Urquiza retirou-se de Buenos Aires, o general Mitre que, até então, se achava silencioso e prudente, proclamou aos guardas nacionais e ao exército, em um tom realmente cômico para os que sabem como as coisas se passaram depois da batalha de Cepeda.

O general tem a ousadia de afirmar que a paz é devida ao valor do seu exército e que o general Urquiza se retirou, fugindo, vencido pela resistência que achou nesses soldados!

Eis aqui os mais curiosos trechos dessa proclamação:

Soldados del ejército de la capital,

Habéis probado una vez más que Buenos Aires no necesita mas trincheras que los pechos de sus hijos, pues con la mitad de la ciudad abierta, vuestras hileras han cubierto las avenidas, evocando los gloriosos recuerdos del pasado sitio, llenos de fe en el triunfo de la grande y noble causa que Buenos Aires ha sostenido por siete años y que habéis hecho triunfar por la paz como la habríais hecho triunfar por la guerra.

La paz está afianzada por la fuerza de vuestras bayonetas. El ejército que os amenazaba no ha podido imponernos la ley de violencia ni destruir el orden de cosas creado por vuestra soberana voluntad, pues por el tratado que ha firmado y que el gobierno ha puesto bajo vuestra salvaguarda, reconoce plenamente vuestra soberanía, deja el derecho y la fuerza en las mismas manos en que los encontró y se obliga a evacuar el territorio del Estado sin pisar el recinto sagrado de la ciudad de Buenos Aires.

6º

Mediação do Paraguai

22 DE NOVIEMBRE – O general Urquiza, na proclamação que dirigiu ao povo de Buenos Aires por ocasião da celebração da paz, diz o seguinte:

He seguido con más empeño el curso de la negociación pacífica bajo la mediación del inteligente y distinguido diplomático del Paraguay, que las exigencias de la guerra. Pongo a todos por testigos de esta verdad.

E, em outro lugar:

Antes de concluir, debo recomendar nuevamente a la mas elevada estimación los esfuerzos por la paz del ilustre mediador del Paraguay. A él se debe en gran parte tan faustoso resultado. Ninguna demostración de gratitud será demasiada para honrar su amistad. La República Argentina le debe una muestra de aprecio; la ciudad de Buenos Aires le debe una palma.

7º

Mediação anglo-francesa

Na mesma proclamação de que se trata no capítulo anterior, diz o general, falando dos mediadores francês e inglês:

Ante la nación recomendaré la [*noble?*] conducta observada por los ministros de Francia y de Inglaterra, muy particularmente, y por los cónsules de las demás naciones, así como por toda población extranjera que prescindente [sic] en la lucha ha mostrado sus simpatías o sus esfuerzos por la paz.

8º

Sobre a proclamação de Mitre

Na proclamação que o general Mitre dirigiu aos soldados depois de celebrada a paz com a Confederação, lê-se o seguinte:

Habéis probado una vez más que Buenos Aires no necesita más trincheras que los pechos de sus hijos, pues con la mitad de la ciudad abierta, vuestras hileras han cubierto las avenidas.

Deste trecho se vê que havia uma parte da cidade que não estava fechada pelas trincheiras e fortificações e este fato confirma a asserção dos que dizem que o general Urquiza, se quisesse entrar à força em Buenos Aires, sem fazer paz, podia tê-lo feito com toda a facilidade.



Novembro

– 27 a 30 –

- 1º Sobre a paz com Buenos Aires
- 2º Opinião de Derqui sobre a paz
- 3º Proclamação de Urquiza

V

Rosário

de 27 a 30 de novembro 1859.

1º

Sobre a paz com B. Aires

A paz, tal qual foi feita, entre a Confederação Argentina e a província de Buenos Aires, não agradou geralmente, na Confederação.

O descontentamento se mostra principalmente entre os homens políticos do Paraná.

Entendem estes que o general Urquiza se achava em circunstâncias de impor condições que tornassem a paz sólida.

O que se fez, dizem estes, foi adiar a independência de Buenos Aires, porque a discussão da Constituição há de dar motivo a novas dissidências e a uma separação formal.

As condições da paz são feitas como de potência a potência, estipulando-se que a Confederação desarmará o seu exército e que o mesmo fará Buenos Aires.

O general Urquiza podia, com efeito, ter procedido de outro modo e celebrado uma paz no tom conveniente ao presidente da Confederação Argentina e, principalmente, ao general vencedor; mas parece que o seu objeto foi antes trabalhar para si, pessoalmente, do que para a república.

Com efeito, ele como militar readquiriu todo o prestígio que, decerto, sem razão alguma, havia perdido.

Ao mesmo tempo, cumpriu a palavra que dera de que, antes de sair da presidência, havia de trazer Buenos Aires à Confederação Argentina.

O governo de Buenos Aires que, para tratar com a Confederação, exigia, dois meses antes, que o general Urquiza se retirasse da vida oficial, foi obrigado por fim a retirar-se, para dar lugar a um outro governo que celebrasse a paz com o general.

A moderação das condições com que foi estipulada a paz granjeou ao general a estima e simpatia de todos os estrangeiros.

O general, ao retirar-se da presidência, o que terá lugar daqui a três meses, retira-se triunfante e cheio de força moral.

Segundo me comunicaram, ele, retirando-se de Buenos Aires, disse que não tornaria a montar a cavalo senão no caso de uma guerra estrangeira.

2º

Opinião de Derqui sobre a paz

O dr. Derqui, provável sucessor do general Urquiza na presidência da República, é contrário à união com Buenos Aires, cuja independência é por esse considerada como um benefício para a Confederação.

Desta opinião de Derqui procedem os artigos cheios de intriga que a *Confederação*, periódico influído por ele, tem ultimamente publicado a respeito da paz.

Se Derqui for à presidência, tenciona manter os direitos diferenciais contra Buenos Aires, o que há de dar lugar a queixas, dissidências e lutas, que é o que deseja Derqui.

3º

A proclamação de Urquiza

O general Urquiza, na proclamação que dirigiu aos povos de Buenos Aires, depois da celebração da paz, diz:

Puede ser que en la transacción honorable que se ha hecho, muchas aspiraciones individuales no estén satisfechas, pero el interés del país, lo está; lo están los altos principios que han armado a la nación, lo está el derecho, la civilización, la humanidad.



Dezembro

– de 1 a 3 –

- 1º Reclamações das povoações portenhas
- 2º A nova política do ministro da França
- 3º A marinha de guerra imperial e o presidente da Confederação
- 4º A China e a Europa
- 5º Grã-Bretanha e Paraguai

I

Rosário

de 1 a 3 de dezembro 1859.

1º

Reclamação das povoações portenhas

1º DEZEMBRO – O novo governo de Buenos Aires, depois de celebrada a paz, tentou restabelecer nas povoações da Campanha as autoridades que haviam sido depostas, depois da batalha de Cepeda, por ordem do general Urquiza.

As povoações reclamaram contra essa medida, pedindo que se conservassem as autoridades nomeadas pelo general.

São curiosas as razões alegadas nessas reclamações, porque delas se vê claramente que os povos estavam coagidos pelo governo de Buenos Aires.

Eis aqui um trecho dessas reclamações que confirma este juízo:

La ciudad de San Nicolás ha estado largos años gobernada como país conquistado, por empleados irresponsables, sin conocimientos, sin lazos de afección y no pocos de probidad harto dudosa, instrumentos adecuados para fomentar las facciones, para sembrar la discordia entre las familias y para sufocar la libertad del pueblo en los comicios electorales; han cometido concusiones y peculados escandalosos: quedando impunes a pesar de las enérgicas protestas de los ciudadanos.

Mas ya es tiempo, Exmo. Sr., de que cese tan insoportable situación; hoy que al frente de la administración de la esclarecida Buenos Aires se encuentran argentinos responsables, nos es dado esperar que sean convenientemente atendidas nuestras necesidades.

2º

A nova política do ministro da França

O sr. Bécour, ministro da França no Paraná, era do número daqueles que, ou por escutarem a voz das suas simpatias, ou porque não compreendiam bem as coisas destes países, contavam com o triunfo de Buenos Aires e com a derrota do general Urquiza.

Ultimamente, esta persuasão do sr. Bécour era tal, que ele não disfarçava a sua adesão à causa de Buenos Aires, chegando mesmo a tratar o general Urquiza com um certo desdém, que não escapou à suscetibilidade deste e dos seus amigos.

Depois da batalha de Cepeda, o sr. Bécour acordou do seu erro e acordou tão arrependido, que trata de repará-lo fazendo ao general Urquiza todas as lisonjas que se podem imaginar.

Quando o general teve que retirar-se de Buenos Aires para São José, o ministro francês ofereceu-lhe um vapor francês para transportá-lo.

O general agradeceu dizendo que tinha vapores argentinos.

Bécour insistiu, pedindo como um favor especial que o seu oferecimento fosse aceito.

Objetou-se-lhe que, não indo o general em vapor argentino, era obrigado a preferir o que lhe havia oferecido o mediador paraguaio.

O ministro francês mandou imediatamente o almirante francês empenhar-se com o general Lopes, mediador paraguaio, para que este cedesse aquela honra ao pavilhão francês.

Depois de muitos empenhos por parte do sr. Bécour e muita resistência por parte do paraguaio, cedeu este.

O general Urquiza foi para São José a bordo do vapor francês *Le Bisson* e o sr. Bécour acompanhou S. Exa. até São José !!

3º

A Marinha de Guerra Imperial e o presidente da Confederação

2 DE DEZEMBRO – *A Confederação*, periódico que se publica no Rosário, diz:

Cada cual es dueño de ser tan cortés cuanto se le antoje; y hay ocasiones en que alguien cree inferir un inmenso mal sin que nadie si aperciba.

Sin embargo los diarios de Buenos Aires han notado que la estación brasilera en el Plata es la única que no ha saludado al presidente de la Confederación en el momento que se dirigía en el *Bisson* para el Uruguay. Los brigues de las demás naciones saludaron con su artillería al jefe de la Confederación.

4º

A China e a Europa

A *Gazeta de Áustria*, referindo-se ao acidente marítimo que ocorreu recentemente na China com as esquadras inglesa e francesa, diz:

Si quelque ambassadeur de Russie avait l'idée d'entrer avec une flotte de guerre dans le Tamise, ou si un envoyé français voulait pénétrer avec une forte escadre dans l'Escaut, on n'entendrait dans toute l'Europe qu'un cri d'indignation et tout le monde bénirait les armes qui s'opposeraient à une telle entreprise. Or, des anglais et des français ont précisément tenté de faire une chose semblable en Chine, et le gouverneur chinois n'a fait que remplir son devoir en se mettant en défense. C'est ce qu'on a reconnu dans toute l'Europe au premier coup d'œil est c'est ce qu'on commence à reconnaître même en Angleterre.

Tandis qu'on s'enthousiasme pour les nationalités à Londres et qu'on s'en fait le champion en France, on foule aux pieds le droit des nationalités qui avaient déjà une littérature quand les anglais et les français s'envelopaient de peaux d'ours et que dans l'Europe civilisé on ne savait encore ce que c'était que l'écriture.

On n'a le droit de forcer personne à faire commerce avec autrui, et chacun a le droit de fermer sa porte. Mais on dit aux chinois: "coquins, il faut que vous nous aimiez, que vous commerciez avec nous, is faut que vous recieviez nos ambassadeurs bien que vous sachiez que ce ne sont que des espions qui veulent se rendre compte de votre faiblesse et nous frayer le chemin au cœur de votre empire".

5º

Grã-Bretanha e Paraguai

O *Nacional*, periódico de Buenos Aires, refere o seguinte incidente:

Nuestros temores respecto de los movimientos de la escuadra inglesa en nuestro puerto se han realizado.

Salía el *Tacuari*, vapor paraguayo de guerra, con el sr. general López a su bordo, cuando al despuntar el banco y virar para entrar al canal, una cañonera a vapor inglesa le disparó un cañonazo a bala: el *Tacuari* paró su

máquina y se volvió, varándose en su vuelta al frente de las Catalinas, adonde fueron dos falúas con gente de nuestra capitania para ayudarle a salir.



II

Rosário

de 4 a 10 de dezembro 1859.

1º

Carta de Córdoba

4 DE DEZEMBRO – Escrevem-me de Córdoba, falando do papel triste que tem representado o Brasil na questão argentino-portenha:

Em todos estes negócios quem, evidentemente, perdeu foi o Brasil, a quem todos acusam e culpam.

A gente, que por aqui chega de baixo, e as cartas todas concordam em que o Brasil chora com o arranjo da família argentina e o culpam de todas as dissensões que os têm arruinado.

Quando se pergunta que interesse podia ter o Brasil em que eles sejam pobres e miseráveis, dizem logo que é o medo do grande poder da nação argentina, uma vez unida.

Aqui se tem espalhado que o sr. Amaral quisera induzir Llavallol a romper a negociação, assegurando-lhe que, se Buenos Aires resistia quinze dias, seria auxiliado pelo Brasil.

O mais singular é que, [em] semelhante calúnia, se acredita.

Esta carta é escrita por pessoa que, longe de ser suspeita – quando se trata do Brasil – é, pelo contrário, mui afeita à nossa causa, à qual tem feito serviços.

O que nela se refere é, com efeito, a pura verdade quanto à situação política atual do Brasil nestes países.

Essa situação prova que a política Paranhos foi errada, como eu sempre pensei e disse.

2º

A imprensa oriental e o Brasil

O periódico de Montevideu, intitulado *Los Treinta y Tres*, escreve o seguinte, tratando da nomeação do futuro presidente da Confederação Argentina, digo, do Estado Oriental:

En nuestro limitado entender, se van a presentar en expectativa dos extremos que conciliar con la elección del ciudadano del 1º de marzo: los intereses de la Confederación y los intereses del Brasil.

He aquí el gran problema, el caballo de batalla, el paso de las Termopilas, las horcas caudinas, el tópico de los tópicos.

Si el candidato merece las simpatías y cooperación del Brasil, adiós... nos entregaremos.

Si el candidato merece las de Urquiza, Buenos Aires o Confederación, el Brasil tiembla en presencia del fantasma, se asombra, se encela, palidece, se encoleriza, y en este caso previsto ¿qué hacer? Dios nos ilumine.

Eu não sei – até esta data – se o Governo Imperial tem candidato seu para a presidência da República Oriental, nem se tenciona influir nessa eleição.

O que é certo é que a Confederação Argentina tem seu candidato escolhido, pela única razão de ser homem muito inimigo do Brasil.

No estado em que se acham as coisas, pela inabilidade do sr. Paranhos, eu duvido que o Brasil possa influir eficazmente nessa eleição, em concorrência com a Confederação Argentina.

A influência de Urquiza venceu-nos três vezes:

– Venceu-nos na questão da ratificação do tratado de 2 de janeiro, o qual, contra a nossa vontade, ficou adiado;

– Venceu-nos na revogação do acordo de 31 de agosto, celebrado entre o ministro do Brasil em Montevideu e o governo oriental;

– Venceu-nos no acordo que, a esse respeito, foi celebrado entre o governo do Brasil e o ministro oriental no Rio de Janeiro.

3º

A imprensa argentina contra o Brasil

5 DE DEZEMBRO – O *Nacional Argentino*, periódico oficial do governo da

Confederação Argentina, diz, no seu número de 30 de novembro, referindo-se ao Império do Brasil:

Tenemos una numerosa escuadra que puede servir para apoyar nuestra primera interrogación al decantado Imperio.

Contamos con Buenos Aires y la República Oriental para semejante cruzada por la libertad de millares de hermanos que gimen en la más espantosa esclavitud y por cuya libertad mereceríamos las bendiciones del Creador, que hizo a todos sus hijos libres e iguales en derecho.

Es pues nuestro deseo que el gobierno argentino, antes de llamar a juicio al Imperio del Brasil, lo interroge sobre la doble conducta que ha tenido.

4º

Trecho de uma carta escrita por d. Francisco Bilbao

Francisco Bilbao, redator do *Nacional Argentino*, dirige ao periódico parisiense *Le Siècle* uma carta em que lhe refere as circunstâncias da guerra e da paz entre a Confederação Argentina e Buenos Aires.

Nessa carta lê-se o seguinte trecho:

Avant la bataille de Cepeda, l'escadre de Buenos Aires se livrait à des hostilités contre la ville de Rosario, dont elle s'approchait en tirant sur la population, en endommageant les maisons et en tuant jusqu'à des femmes. Les buenos-airesns avaient fortifié l'île de Martin Garcia, neutralisée en vertu de traités solennels, afin de garantir la liberté des rivières dont cette île est la clef:

Il appartenait à l'Empire du Brésil d'intervenir directement dans cette question en la qualité de signataire garant; mais il ne remplit pas ses engagements, malgré tous les actes de piraterie commis par le gouvernement de Buenos Aires. Il y a plus; tandis que notre escadre s'armait à Montevideo, celle de Buenos Aires se présentait en force supérieure devant ce port, pour lui intimer la sortie des navires.

Le ministre Amaral (d. Tomás) intrigara [sic] auprès du gouvernement oriental pour que notre escadre eut à quitter le port, 24 heures après la retrait de l'autre dans un moment où cette mesure aurait entraînée la ruine complète de notre marine.

Le peuple oriental, plein de sympathie pour notre cause, fit avec une remarquable loyauté révoquer le decret du gouvernement afin de donner à notre escadre le temps de terminer ses préparatifs.

M. Baldomero Garcia, notre ministre des Relations Extérieures a parfaitement caractérisé et stigmatisé la conduite du Brésil.

5º

Urquiza e Alsina

O *Commercial Times*, periódico inglês que se publica em Buenos Aires, faz a seguinte comparação entre o general Urquiza e o governo de Buenos Aires:

El general Urquiza ha cumplido con todo lo que se esperaba de sus antecedentes. Sin dinero, sin armas, y casi sin crédito, ha maniobrado de tal modo que equipó una escuadra capaz de disputar el dominio de los ríos a este estado; ha organizado y armado varios batallones de infantería, ha reunido al mismo tiempo un formidable parque de artillería y ha vestido, montado y armado parcialmente a sus formidables bandas de jinetes, hasta que con estos preparativos apenas completados, derrotó a la mayor parte de las fuerzas que se le opusieron, y diez días después hizo sesenta leguas y rodeó a esta ciudad con su ejército, probando que los años y la prosperidad no han debilitado de ningún modo sus facultades como general, ni su físico como soldado.

Los reguladores de Buenos Aires han llenado también las expectativas que de ellos se tenían; con plata, con armas, y con material a su discreción, equiparon una escuadra, pronto famosa, para dejar deslizarse cada oportunidad de distinguirse; han acumulado un ejército en la frontera del norte, bien armado, bien provisto, y gobernado por sus mejores oficiales, que se ha distinguido principalmente por la rapidez de sus movimientos retrógrados.

Isto é tradução do *Nacional Argentino*.

6º

Sobre a mediação brasileira

O Governo Imperial anunciou a sua mediação ao governo argentino por meio de uma nota dirigida ao encarregado de negócios da Confederação no Rio de Janeiro.

Eis aqui a nota:

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Rio de Janeiro, 14 de setembro 1859.

O ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros faz seus atenciosos cumprimentos ao sr. d. Marcos Antonio de Arredondo, encarregado de negócios da Confederação Argentina, e, tendo Sua Majestade o Imperador resolvido enviar uma missão especial ao Paraná com o fim de oferecer a interposição dos bons ofícios por parte do Brasil ao governo da mesma Confederação, para que cesse a guerra declarada entre ela e Buenos Aires e, restabelecida a paz, se tentem mais uma vez os meios de chegarem os respectivos governos a um acordo sobre as questões entre ambos pendentes, apressa-se a comunicar ao sr. Arredondo que acaba de ser encarregado dessa missão o ministro de S. M. Imperial em Montevideú, o sr. comendador Joaquim Tomás do Amaral, ao qual são expedidas as convenientes instruções para entender-se com os srs. de Bécour e Thonrton que, por parte da França e da Grã-Bretanha, são incumbidos de igual missão.

Fazendo esta comunicação ao sr. Arredondo, na persuasão de que não poderá deixar de ser agradável ao seu governo, aproveita-se o mesmo ministro e secretário de Estado da oportunidade para reiterar-lhe as expressões de sua estima e consideração.

7º

Invasão do território brasileiro

Uma partida de correntinos, armados em número de dez, sob o comando de um oficial de sobrenome Paiva, passou à Ilha Grande do Uruguai, pertencente à província do Rio Grande do Sul, e, sem se importar com as autoridades do lugar, varejou várias casas de cidadãos brasileiros, em busca de um criminoso que se evadira das prisões de Corrientes, o qual, sendo encontrado, foi levado preso, sem dar-se satisfação alguma àquelas autoridades; posto que, poucos dias antes, o delegado de polícia de Uruguiana satisfizesse a requisição que lhe fez o juiz de paz do povo da Restauração, entregando-lhe presos três criminosos.

Esta comunicação me foi feita por despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros com data de 7 de novembro deste ano, para que eu proceda às devidas reclamações perante o governo argentino.

8º

Os partidos em B. Aires

O partido exaltado em Buenos Aires tenta recuperar a posição que perdeu em consequência da batalha de Cepeda.

O partido moderado resiste-lhe e parece que a sua resistência será eficaz.

As idéias deste partido, que são as da união e da paz, prevalecem até agora.

Estas idéias de paz são de tal maneira aceitas pelo espírito público que, apesar da grande repugnância que havia em aceitar a presidência do dr. Derqui, parece que se este chegar a uma transação, que se lhe propõe, será a sua candidatura aceita também em Buenos Aires, como o tem sido na maioria das províncias da Confederação.

Dizem que a transação é proposta em nome do governo de Buenos Aires e que dela veio tratar o dr. Delfin Huergo,⁴¹ que se acha atualmente no Rosário, onde também está o dr. Derqui.

Esta circunstância faz com que algumas pessoas nutram a esperança de que a Constituição seja aceita pela província de Buenos Aires sem modificação alguma. O que, se assim fosse, removeria quase todas as dificuldades que podem ainda complicar a situação atual e trazer de novo a guerra civil entre a Confederação e a província de Buenos Aires.

Um dos motivos que torna crível o triunfo destas idéias de paz e de união é que o dr. Alsina parece decidido a retirar-se para a Europa, com toda a sua família, e esta retirada seria uma prova de que esse não tem esperança de que o seu partido venha a recuperar a influência que perdeu, em consequência da retirada dele, Alsina, do governo – retirada motivada pela influência que teve nos habitantes de Buenos Aires a presença do general Urquiza e do seu exército.

9º

Empréstimo projetado pelo dr. Derqui

O dr. Derqui acaba de dar uma autorização ao barão de Mauá, concedida nestes termos:

41 N.E. – Delfin Huergo, constituinte de 1853, era o negociador da Confederação em Buenos Aires.

Considerando las eminentes cualidades que concurren en la persona del exmo. sr. barón de Mauá y su anhelo por la prosperidad de la Confederación Argentina, vengo, en virtud de la autoridad de que estoy investido como representante del gobierno nacional, a conferir al dicho sr. barón de Mauá el presente pleno y amplio poder para los fines que siguen:

Por el presente poder bastante queda autorizado el exmo. sr. barón de Mauá, por sí o por medio de otra persona, a quien haya transferido el mismo, a contraer en el Brasil o en Europa un empréstito para la Confederación Argentina por una cantidad que no baje de tres millones de pesos fuertes, ni pase de cinco millones, bajo las condiciones que por separado le serán transmitidas; y yo, como ministro y representante del gobierno nacional, me comprometo, en mi nombre y en el del gobierno, al efecto de que todo pacto celebrado por el señor barón de Mauá en virtud del presente poder y de las instrucciones anexas, será debidamente cumplido por el gobierno y presentado a las cámaras legislativas en los primeros días de sus sesiones ordinarias; usando de toda influencia de que el gobierno puede disponer a fin de que el referido pacto o contrato de empréstitos sea sancionado por dichas cámaras y considerado como ley del Estado.

En fe de lo cual, firmo el presente poder bastante y lo sello con mi sello privado en la ciudad del Rosario de Santa Fe, en tres de diciembre del año de 1859.

Santiago Derqui

10º

Empréstito argentino

Eis aqui as instruções a que se refere o pleno poder registrado no capítulo anterior.

Art. 1º El empréstito no deberá ser por menos de tres millones de pesos fuertes o sea seis mil contos de reis, ni por más de cinco millones de pesos fuertes, o sea diez mil contos de reis.

2º Ese empréstito no deberá gozar de un interés más alto que un seis por ciento ni de una amortización que pase de un dos por ciento al año.

3º El precio al cual se debe contraer dicho empréstito no podrá bajar de un noventa por ciento.

4° Los pagos deberán hacerse en plazos que no excedan de diez meses después de la sanción de dicho empréstito por las cámaras.

5° El pago se hará en libras esterlinas a cinco pesos fuertes por cada una, en onzas de oro a dieciséis pesos fuertes, en monedas brasileras de oro y plata por su valor corriente en Montevideo o en lingotes de oro y plata a precios correlativos.

6° Los pagos serán ejecutados por el Banco Mauá y Cia. en el Rosario.

7° Los intereses del referido empréstito serán pagos en el Brasil o en Europa, a voluntad del prestamista, cada semestre, por la casa contratista la que gozará de uno por ciento sobre el importe del pago por intereses y amortización anual.

8° Al pago de los intereses y amortización quedan afectos, y como garantía permanente, todas las tierras y propiedades nacionales que una futura ley ha de regir y los productos de las aduanas nacionales.

9° Mientras la aduana de Buenos Aires no sea incorporada definitivamente y administrada por empleados nombrados por el gobierno nacional, las rentas de la del Rosario serán cobradas como en el día por el Banco Mauá y Cia.; y la parte correspondiente a los intereses y amortización será deducida mensualmente de los productos que tendrá a la disposición del gobierno.

10° Lo estipulado en el artículo anterior regirá hasta la referida incorporación de Buenos Aires. Llegado ese caso, el Banco de Mauá e Cia., establecido en dicha ciudad, cobrará directa y mensualmente de la tesorería de aquella aduana su parte correspondiente a los intereses y amortización.

11° Al fin de probar a los prestamistas la útil inversión de los fondos del empréstito, puede el señor barón de Mauá, o sus apoderados, asegurar que de dichos fondos será pagada toda la deuda flotante del Estado, con interés o sin él, solamente de lo cual resultará una economía para el gobierno de 500 a 600 mil pesos fuertes al año; y el sobrante será empleado en obras o objetos de utilidad pública.

12° Para dar mayor garantía a los prestamistas, el gobierno se compromete a realizar la amortización de la deuda flotante en capital y intereses, hasta el día de su pago, por conducto del Banco Mauá y Cia. del Rosario quien se dará los documentos, bonos etc. así pagados como parte del empréstito.

13° Una vez sancionada por las cámaras la ley de enajenación de tierras públicas, será condición expresa que los títulos del presente empréstito serán recibidos en pago de ellas a la par y como dinero contante.

14º El gobierno se compromete igualmente para mientras dure la amortización del empréstito de que tratan estas instrucciones, a no girar contra la renta de aduana ni emitir ningún documento admisible en pago de derechos, porque ello anularía la garantía arriba mencionada. Los giros, bonos etc. que puede en adelante verse el gobierno necesitado de emitir, lo hará contra su tesorería general y no contra las aduanas.

15º A fin de dar más garantías al medio circulante, el gobierno se compromete a presentar a las cámaras en sus primeras sesiones ordinarias un proyecto de ley de monedas que estirpe la mala moneda y haga difíciles las falsificaciones.

16º. El gobierno se compromete a no amortizar forzosamente el presente empréstito hasta el día de su legal amortización.

17º Efectuado el empréstito bajo las condiciones estipuladas en las presentes instrucciones, puede el señor barón de Mauá asegurar a la casa o casas bancarias del Brasil o de Europa, incluso la que le corresponde a el mismo, una comisión de un cinco por ciento por todo gasto de emisión de títulos, remisión de metálico al Rosario etc.

18º Los títulos serán emitidos por las cantidades que más convenga a los prestamistas y serán firmados por la casa por una persona autorizada *ad hoc* por el gobierno.

11º

Legação argentina no Rio de Janeiro

9 DE DEZEMBRO – O general Urquiza acaba de expedir ordem para que o encarregado de negócios da Confederação Argentina no Rio de Janeiro se retire, trazendo consigo os arquivos da legação.

Esta ordem foi expedida diretamente de San José ao sr. Arredondo e, para que ele a execute prontamente, se lhe declarou que os seus vencimentos cessam desde a data da ordem.

12º

As gazetas do Estado Oriental e o Brasil

Um periódico oriental intitulado *Eco del Río Negro* conclui nestes termos um artigo em que declama contra o suposto projeto que tem o governo brasileiro de absorver a República do Uruguai.

Ahora bien, ¿por qué no podremos unirnos neogranadinos, bolivianos, ecuatorianos, peruanos, chilenos, paraguayos, argentinos y orientales por medio de una alianza ofensiva y defensiva, por medio de una unión de vida o muerte que nos hiciera aparecer con una fuerza prepotente ante la Europa misma? Y entonces el Imperio del Brasil debía temblar, entonces sabríamos una vez más por siempre, si su valor cívico está en proporción de sus pretensiones, si coexisten en él la fuerza y el valor. Sin embargo esto lo juzgamos obra puramente del tiempo.

13°

O general Solano Lopes

Em um voto de agradecimentos, dirigido ultimamente ao general Solano Lopes, mediador paraguaio na questão argentino-portenha, pelos membros da classe industrial argentina, diz-se:

A la paz nuestra, no se congratulan menos nuestras esposas, hijos y familias como deudores a V. E. de las buenas condiciones de lo presente y de las sólidas esperanzas de la felicidad y mejoras posibles para lo futuro. Si la gratitud, si el reconocimiento deben medirse como es natural, por la magnitud del beneficio, no cabe, exmo. sr., en nuestra tosca pluma el trazar las frases convenientes, ni en nuestra lengua las expresiones adecuadas para manifestarle en su verdadero punto los indelebles sentimientos que abrigan nuestros agradecidos corazones.

14°

A imprensa portenha e o Brasil

O *Comercio del Plata*, periódico portenho, falando do estado da política externa da Confederação Argentina, diz o seguinte:

La definición de las relaciones políticas del Imperio brasilero con la República es una necesidad que sucesos recientes han hecho resaltar. Estas dos potencias, ligadas por vínculos comunes a la América y por estimulaciones anteriores, han visto comprometida frecuentemente su buena inteligencia después de la gloriosa pero efímera alianza que dió por fruto el triunfo de Monte Caseros.

La segregación de Buenos Aires durante siete años había dado dos distintas fases a la diplomacia argentina, que presentaba puntos divergentes de acción exterior.

La guerra recientemente terminada aumentó las perpetuas vacilaciones del gabinete imperial que rehusó su alianza al gobierno argentino, y que no supo definir después claramente su neutralidad pretendida. Esos procederese aumentaron añejas desconfianzas, produciendo recriminaciones amargas. Pende así mismo de la adopción de la legislatura nacional un tratado que estipula la neutralización de la República del Uruguay.

Este designio no tiene novedad, envolviendo el destino futuro de un Estado cuya independencia fue garantida por los poderes contratantes en agosto de 1828 e imponiendo a ambos obligaciones especiales; merece ser estudiado seriamente en sus motivos y en sus fines antes de aceptarse como una combinación feliz.

15º

Sobre a mediação brasileira

10 DE DEZEMBRO – O ministro de Relações Exteriores da Confederação Argentina passou-me uma nota com data de 9 deste mês, explicando o motivo da recusa do mediador brasileiro. A parte principal dessa nota diz:

Desde que la guerra entre la Confederación Argentina y el gobierno de la Provincia de Buenos Aires se hizo inminente, con especialidad después de la repulsa que el mismo gobierno hizo de la mediación del honorable sr. Yancey, la República del Paraguay los gobiernos de Francia y de Inglaterra ofrecieron oficialmente al gobierno argentino, por medio de sus respectivos ministros especialmente autorizados, la interposición de sus buenos oficios para arribar a la paz sin el empleo de los funestos medios de la guerra.

El gobierno argentino, que nada deseaba tanto como ese resultado, aceptó con la más alta satisfacción las disposiciones manifestadas por gobiernos amigos.

Esperó confiadamente que el de S. M. I., con quien le ligan relaciones especiales, no dejaría en esta ocasión de manifestar sus sentimientos amistosos hacia la Confederación Argentina.

Y fue en efecto informado con particular complacencia, por comunicaciones del encargado de la legación argentina en la corte de Río de Janeiro, que S. M. el Emperador había resuelto enviar a esta capital una misión especial que debería obrar en acuerdo con los exmos. srs. ministros de Bécour e Thornton, que representaban la Francia y la Inglaterra.

Pero los acontecimientos se precipitaban sin que el gobierno argentino recibiese aviso directo como lo esperaba de haberse realizado la misión anunciada por parte del Gobierno Imperial y sin que la mediación en su nombre le fuera oficialmente ofrecida.

Esta circunstancia no pudo menos que llamar la atención; y fue sin duda considerada por el exmo. sr. presidente y capitán general de la Confederación, al contestar la nota del exmo. sr. Joaquim Tomás do Amaral, fecha 1° de noviembre.

No era en efecto posible poner en duda la necesidad de este paso previo. La conocida ilustración del señor ministro elegido para ofrecer la mediación a nombre del gobierno de S. M. el Emperador no pudo desconocer aquello. Y si alguna duda pudo suscitarse en su ánimo, bastaba a disiparla completamente la conducta observada por todos los srs. ministros que lo habían precedido en su noble misión.

Se hace aun más notable la conducta observada por el exmo. sr. do Amaral respecto del gobierno de la Confederación, cuando se compara o que observó el mismo con el gobierno de Buenos Aires.

En su nota de 1° noviembre al exmo. sr. presidente y capitán general de la Confederación declara terminantemente que la oferta de sus buenos oficios había sido hecha previamente en nombre del Gobierno Imperial al de la Provincia de Buenos Aires y había sido por este aceptada.

Entretanto, el gobierno argentino, único con quien S. M. mantiene relaciones oficiales, el único ante quien V. E. mismo, en su alto carácter diplomático, ha sabido cultivarlas tan dignamente y por tanto tiempo, ignoró completamente una resolución y un hecho del Gobierno Imperial que era del más alto interés recíproco.

El exmo. sr. J. T. do Amaral aplazó para otra oportunidad el que V. E. pudiese si tanto era necesario “solicitar y obtener la aceptación oficial del gobierno argentino”.

S. E. el presidente de la Confederación no pudo dejar de ver, en una conducta semejante, desconsideración hacia el gobierno que el mismo tan dignamente preside.

Esta notable circunstancia vino a reagrar las que mi ilustrado antecesor tuvo el honor de exponer a V. E., extensa e detalladamente, en su nota de

5 de octubre y en virtud de las cuales el gobierno argentino considera que eran debidas explicaciones y las demandó en la citada nota.

Pendientes estas, como lo están aún, era imposible la aceptación de plano de la mediación ofrecida.

Lo era tanto más, cuanto las explicaciones solicitadas se referían, en parte, a procederes anteriores del exmo. sr. Joaquim Tomás do Amaral en la cuestión que se debatía por las armas entre la Confederación Argentina y el gobierno de Buenos Aires, y para cuya solución pacífica era elegido el mismo como ministro mediador.

La más completa confianza, en la imparcialidad del llamado a ejercer un rol tan importante, era base indispensable para el buen resultado que se deseaba. Y el gobierno argentino había visto con la más alta satisfacción que ese rol hubiese sido confiado a V. E. que, con tan distinguida inteligencia como buena voluntad, ha sabido mantener las relaciones de recíproca amistad entre la Confederación y el Imperio.

Pero si en la elección de la persona el gobierno de S. M. I. tuvo en vista consideraciones que no están al alcance del gobierno argentino, contaba este con su indispensable derecho a que la elegida representase cumplidamente la amistad entre ambos gobiernos.

El de la Confederación Argentina deplora con sinceridad que la interposición de los buenos oficios del Gobierno Imperial, que tan agradables le eran, y tan valiosos hubiesen podido ser, presentando un obstáculo en las circunstancias y en la forma en que fueron ofrecidos, encontrasen aun otra en la persona encargada de llevarlos a efecto.

Muy distante está el gobierno de la Confederación de pretender lanzar sobre las distinguidas calidades del exmo. sr. J. T. do Amaral la menor nota que las coloque en menos valor; pero no puede excusarse de presentar las consideraciones que cree debidas a la franca y leal amistad que desea ver siempre conservada con el gobierno de S. M. I. y que no omitirá esfuerzo en mantener y estrechar más y más.

El gobierno argentino completamente confiado en los sentimientos de S. M. el Emperador, no ve en los incidentes que ha mencionado el infrascrito nada que pueda inducirlo a temer alteración en ellos. Quizá todos esos incidentes tienen su explicación en falta de informes exactos y precisos sobre el asunto a que se refieren.

Por eso y en el vivo interés del mantenimiento de las mas estrechas relaciones de amistad entre la Confederación Argentina y el Imperio, S. E. el señor vice-presidente ha ordenado al infrascrito haga llegar al conocimiento de S. M. el Emperador, por el conducto de V. E., la

explanación leal y franca de los motivos que si pudieran hacer ineficaz la interposición de sus generosos sentimientos, en nada han disminuido el alto aprecio con que ha recibido el gobierno argentino esta nueva demostración de aquellos.



III

Rosário

de 11 a 17 de dezembro 1859.

1º

Viagem de Derqui

O dr. Derqui, ministro do Interior da Confederação Argentina, partiu para São José, estância do general Urquiza.

Diz-se que o objeto desta viagem é tratar-se de negócios relativos à futura presidência.

Um desses negócios é a votação de Buenos Aires para a eleição do presidente.

Parece que o dr. Derqui quer evitar essa votação, porque ela faria pender a balança para o lado do seu adversário, o dr. Fragueiro.⁴²

As coisas se arranjarão entre o general Urquiza e o atual governador de Buenos Aires, Felipe Llavallol, de modo que a votação daquela província não pudesse ter lugar dentro do tempo marcado para a apuração dos votos já dados pelas outras províncias da Confederação.

Ao passo que isto se trata ou se vai tratar em São José, o vice-presidente da Confederação, o sr. Carril, que é extremamente desafeto ao dr. Derqui e muito particular amigo do dr. Fragueiro, tenta prorrogar a época marcada para a apuração da eleição presidencial e esta prorrogação tem por fim tornar possível a admissão dos votos da província de Buenos Aires, a tempo de contarem com os votos das outras províncias.

Nesta manobra, contra a presidência do dr. Derqui, tomam parte os chamados liberais da Confederação Argentina e em favor dessa presidência trabalham os federais.

42 N.E. – Mariano Fragueiro, ministro da Fazenda durante a presidência do general Urquiza, entre agosto de 1853 e setembro de 1854.

Buenos Aires, tendo que dar setenta e cinco eleitores, há de, necessariamente, decidir a eleição, se a sua votação for unânime.

2º

O Partido Liberal argentino e o Brasil

Parece que o Partido Liberal argentino, percebendo que o futuro presidente provável da Confederação Argentina, d. Santiago Derqui, tenciona tirar partido do mau estado em que atualmente se acham as relações do Brasil com a Confederação Argentina, quer frustrar-lhe esse recurso.

Com esse fim, começam a manifestar-se entre os liberais idéias de paz e união política com o Brasil, em oposição às ameaças de guerra que nos faz o general Urquiza.

Prega-se, pois, a conveniência de estar de acordo com o Império para tornar possível e profícua a direção dos negócios políticos da América austral.

O dr. Carril, atual vice-presidente da Confederação, inimigo do dr. Derqui e um dos próceres do Partido Liberal, aceita essas idéias sem a menor hesitação.

A nota que vai transcrita atrás, em outro capítulo⁴³ deste livro e cujo fim é explicar os motivos que teve o general Urquiza para recusar a mediação que o Brasil devia exercer conjuntamente com a França e a Grã-Bretanha, é o princípio da execução daquela política do Partido Liberal.

É assim que essa nota não só explica a recusa da mediação por causa do procedimento do mediador brasileiro com a esquadra argentina, como ministro do Brasil em Montevidéu, como também declara que o governo argentino aprecia as relações políticas com o Império, reconhece a necessidade de cultivá-las e está decidido a fazer quanto estiver da sua parte para mantê-las e desenvolvê-las.

Esta nota desagradou a Derqui e provavelmente há de tratar-se delas nas conferências de São José.

43 N.E. – Nota do ministro das Relações Exteriores da Confederação Argentina, de 9 dez. 1859, registrada nos “Diários” em data imediatamente posterior. p. 186.

3º

O general Lopes

O general Francisco Solano Lopes, filho do presidente do Paraguai, chegou de Buenos Aires e visitou-me.

A sua visita durou duas horas, durante as quais a conversa rolou sobre a política destes países.

O general abundou principalmente sobre a conveniência de ultimar quanto antes a questão de limites entre o Brasil e o Paraguai.

A solução deste ponto, diz ele, vale bem a pena que as duas partes interessadas façam concessões mútuas.

O Paraguai é obrigado a manter-se em pé de guerra enquanto não se resolve este negócio e essa atitude custa-lhe muito dinheiro e sacrifícios de outra espécie.

Todos esses braços que se preparam para as armas fazem falta à lavoura e ao desenvolvimento material do país.

O general, tratando destes pontos, manifestou-me o desejo de que eu fizesse algumas tentativas para que o Governo Imperial se resolvesse a tratar do negócio agora, de modo que fiquem resolvidas todas as dúvidas que possam tornar difíceis as relações do Império com a República do Paraguai.

Notei que o general, nesta conversa, mostrou-se perfeitamente informado do estado em que se acha a nossa província de Mato Grosso e disse-me que, se o atual presidente do Paraguai tivesse má disposição contra o Império, teria já aproveitado as más circunstâncias em que se acha aquela província para fazer-lhe um desaire, quando mais não fosse.

O general manifestou a idéia de resolver a questão meio a meio.

4º

Reeleição de Urquiza

O general Solano Lopes disse-me que a presidência de Derqui traria consigo grandes complicações futuras e talvez uma revolução.

Disse que é esta a opinião na Confederação Argentina, no Estado Oriental e no Paraguai.

Eu penso que esta opinião é principalmente do Paraguai.

Disse que o único meio de evitar esse mau futuro é reeleger o general

Urquiza e que a reeleição pode fazer-se por meio de uma manifestação popular confirmada por um ato do Congresso.

Acrescentou que esta manifestação, em caso de necessidade, provirá de Buenos Aires, onde, em geral, se deseja a reeleição do general.

Perguntei-lhe se se tratava disso seriamente.

Respondeu-me que não, mas que ele, se pudesse ir agora a São José, havia de propor a coisa ao general e insistir para que esse se prestasse ao que se deseja, apesar de saber que não é essa a sua intenção.

O general acrescentou que vai agora à Assunção e que provavelmente há de regressar a Entre-Rios para ter uma entrevista com o general e que há de aproveitar essa ocasião para tratar do assunto de que estávamos conversando.

Terminou dizendo que, se o general Urquiza não quiser anuir à reeleição, há de ser obrigado pela urgência e gravidade das circunstâncias a pôr-se, mais tarde, à frente da revolução contra Derqui.

5º

Independência de Buenos Aires

O general Solano Lopes assegurou-me que, enquanto duraram as negociações para efetuar-se a paz entre o general Urquiza e o governo de Buenos Aires, a missão especial do Brasil naquela cidade animou o governo portenho a romper essas negociações e a declarar-se independente, prometendo-lhe a proteção do Brasil para tal fim.

Objetando-lhe eu que a circunspeção do ministro brasileiro e a política do Governo Imperial me impediam de dar crédito a tais boatos, ele declarou-me que eram fatos bem averiguados por ele e dos quais tinha provas quando quisesse.

6º

Licença ao ministro do Brasil no Paraná

Por despacho da 4ª seção, n. 2, de 1º de dezembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros diz-me:

O Governo Imperial determina, em nome de S. M. o Imperador, que V. Exa. venha a esta corte com licença, devendo o secretário dessa legação,

Leonel Martiniano de Alencar ficar aí encarregado, interinamente, dos negócios dela.

Penso que esta medida é uma espécie de represália à rejeição da mediação brasileira na questão argentino-portenha.

7º

Maquinações do general Guido

Em despacho reservado – não se declara a seção – de 1 de dezembro, diz-me o ministro dos Negócios Estrangeiros o seguinte:

Tendo, por diversos e insuspeitos contatos, chegado ao conhecimento do Governo Imperial que o general Guido, que se dizia enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do governo da Confederação Argentina junto ao governo oriental e ao de S. M. o Imperador, durante a sua residência em Montevidéu, procurou induzir o presidente daquela república a entrar em um plano de coalizão contra o Império, acenando com a possibilidade de reaver o Estado Oriental seus limites d'outrora, chegando a audácia daquele mesmo ministro a ponto de fazer inserir, nos protocolos das conferências da paz recentemente negociada e ajustada em Buenos Aires entre aquela província e a Confederação, a conveniência de se formar uma liga entre todos os Estados da América do Sul, da qual fariam também parte a República do Uruguai e do Paraguai, com o fim de resistirem às ambiciosas pretensões de uma potência vizinha mais poderosa, e porque semelhante procedimento merece ser escrupulosamente averiguado, a fim de que, plenamente convencido de sua realidade, possa o Governo Imperial, por virtude dele, fazer as devidas reclamações ou tomar as providências que julgar mais úteis a bem de seus direitos, recomendando a V. S. que empregue os meios que julgar mais convenientes para descobrir tais tramas e colher as provas ou informações que forem possíveis, acerca da existência dos fatos atribuídos ao ministro argentino, o que tudo espero e confio do zelo de V. S.



IV

Paraná

de 18 a 31 de dezembro 1859.

1º

Direitos diferenciais

O vice-presidente da Confederação Argentina acaba de abolir os direitos diferenciais que haviam sido decretados contra Buenos Aires enquanto esta província esteve separada das outras da Confederação Argentina.

Esta abolição foi solicitada pelo governo de Buenos Aires ao general Urquiza que ordenou ao vice-presidente que a decretasse.

O dr. Derqui, ministro do Interior da Confederação Argentina, futuro presidente dela, era de opinião que os direitos diferenciais deviam estar em vigor enquanto a incorporação de Buenos Aires à Confederação Argentina não se efetuasse por meio da adoção da Constituição federal para aquela província.

A influência do general Urquiza sobre o dr. Derqui triunfou desta opinião deste e ele foi quem referendou o decreto que revoga a lei dos direitos diferenciais.

Esta revogação não se fez sem uma crise ministerial, porque o dr. Bedoya, ministro da Fazenda, a quem tocava referendar o decreto abolindo os direitos diferenciais, recusou-se a isso e, portanto, foi demitido, sendo sucedido pelo dr. Derqui que, além da pasta do Interior que já regia, assumiu a da Fazenda.

O dr. Bedoya, opondo-se à revogação dos direitos diferenciais, alegava que estes haviam sido criados por uma lei do Congresso Argentino e que só por outra lei do mesmo Congresso podiam ser abolidos.

O dr. Derqui sustentava, ultimamente, que, tendo a lei dos direitos diferenciais declarado expressamente que eles eram criados para obrigar a província de Buenos Aires a incorporar-se à Confederação, deviam, em virtude da mesma lei, cessar logo que se efetuasse a incorporação e que esta estava efetuada pelo convênio de paz de 11 de novembro deste ano.

2º

Buenos Aires e o Estado Oriental

O dr. Peña, ministro de Relações Exteriores da Confederação Argentina,

escreveu-me um bilheteinho, dizendo-me que, por uma carta de Diego Lamas, do Salto Oriental, sabe que se prepara em Buenos Aires uma invasão contra a República Oriental do Uruguai e que essa invasão é protegida pela legação do Brasil em Montevideú.

Diz Peña que Lamas recebeu uma notícia do general Urquiza e do dr. Carreras, ministro de Relações Exteriores daquela república.

A carta recebida pelo dr. Peña acrescenta que o governo oriental está habilitado a fazer abortar a invasão e, mesmo, a vencê-la e destruí-la, se ela chegasse [*sic*] a realizar-se.

Eu penso que tal invasão não existe e que é uma invenção para subministrar ao governo de Montevideú o pretexto de mandar passaportes ao ministro brasileiro Joaquim Tomás do Amaral.

Um dos motivos que tenho para suspeitar isto é que a notícia parte do general Urquiza.

Outro motivo é que, dias atrás, a *Confederação*, periódico que se publica no Rosário, emitiu a idéia de que o governo oriental, para mostrar a sua independência e energia, devia mandar os passaportes ao ministro brasileiro em Montevideú.

3º

Encarregado de negócios argentino em Paris

Por decreto de 23 deste ano, o vice-presidente da Confederação Argentina nomeia seu encarregado de negócios em Paris a d. Mariano Balcarce.

Esta nomeação toma por pretexto a conveniência de ter em Paris um agente diplomático que substitua o ministro Alberdi nas ausências que este tiver, com o fim de atender às outras legações que ele tem a seu cargo.

Mas a verdadeira razão deste procedimento é o temor de desagradar a Buenos Aires, de quem Balcarce era, até agora, encarregado de negócios.

E tanto é isto assim [*que*] no decreto de nomeação se determina que os gastos *de esta legación* (são os próprios termos do decreto) serão feitos pelo *presupuesto general* da província de Buenos Aires.

Este decreto é comunicado ao ministro de governo de Buenos Aires em um ofício em que o ministro de Relações Exteriores da Confederação Argentina, participando-lhe a nomeação de Balcarce, pede-lhe que o governo de Buenos Aires mande ao dito Balcarce a sua recredencial de agente diplomático daquela província!

De sorte que o próprio governo da Confederação Argentina reconhece em Buenos Aires uma certa representação internacional, pois que o [*con*]vida a escrever ao governo francês retirando os poderes que dera a Balcarse.

4º

Questão inglesa-paraguaia

De uma nota dirigida pelo ministro de Relações Exteriores do Paraguai ao cônsul inglês na Assunção, a respeito do súdito britânico cuja prisão deu motivo à questão que pende atualmente entre os dois governos, consta o seguinte:

Santiago Canstatt se ha introducido en este país en el año de 1852 como ciudadano del Estado Oriental del Uruguay con pasaporte obtenido del exmo. gobierno de aquella república.

Desde esa época ha vivido siempre en el país y, en los diferentes viajes que ha hecho para el exterior, ha invocado siempre su ciudadanía natal y sólo después del concierto que, según se ha sabido, ha tenido en su tercer viaje con un comité de perturbadores del orden público de este país que se abrigó en Buenos Aires, ha discurrido inscribirse en el consulado inglés; y en efecto, en el año de 1857 se presentó no ya como ciudadano oriental, sino como súbdito británico.

E por causa de um tal homem está o governo da Grã-Bretanha em vésperas de declarar a guerra à República do Paraguai.

Qualquer conspirador pode, pois, acobertar-se com a qualidade de cidadão britânico – mesmo sem o ser – para conspirar contra um governo estrangeiro impunemente e sob a proteção do governo da rainha da Grã-Bretanha!

5º

Boatos

Circula, há dias, no Paraná, que o governo do Brasil tenciona pedir ao governo argentino uma satisfação por ter sido por este recusada a mediação brasileira na questão argentino-portenha.

Diz-se que para exigir essa satisfação virá o próprio ministro que fora nomeado mediador e que com ele virá uma força marítima suficiente para apoiar a reclamação.

6º

Civilização

Civilisation – développement progressif des facultés de l’homme en société, dans le but d’améliorer sa condition physique et morale; on l’oppose à barbarie. *Bouillet*.

Action lente des siècles en vertu de laquelle les mœurs des hommes se polissent de plus en plus; produit des rapports de l’homme avec l’homme. *Bescherrelle*.

Civilisation morale – l’ensemble des croyances, des lois, des mœurs, des vertus d’un peuple. La civilisation morale ne peut être considérée que comme le but même de la durée des nations; ceux qui la nient, ou qui voudraient entraver sa marche, méconnaissent l’humanité dans son caractère distinctif, la perfection, et outragent le ciel même dans son plus noble ouvrage, l’humanité. *Lamartine*.

Civilisation matérielle – le développement plus ou moins progressif des métiers et des arts purement manuelles ou de l’industrie. Quant à la civilisation matérielle, autrement nommée l’industrie, les moralistes la redoutant, les philosophes la dédaignent, les économistes l’exaltent, mais il sont loin de s’entendre encore sur les moyens d’assurer ses progrès, de regulariser ses écarts, de prévenir ses vicissitudes et même, il faut le dire, de prouver ses bienfaits. *Lamartine*.

Civilização é um fato como os outros e que pode ser, como eles, estudado, descrito, narrado.

É um fato geral, fora do alcance da vista, complexo e confesso, mesmo, que é muito difícil de descrever e de narrar, mas que nem por isso deixa de existir e de ter direito a ser narrado e descrito – e pode ter a sua história.

E deixem-me já dizer que esta história é a maior de todas as histórias e que todas abrange.

Compreendem-se, neste grande fato, dois fatos; carece de duas condições, manifesta-se por dois sintomas: o desenvolvimento da atividade social e da atividade individual; o progresso da sociedade e da humanidade.

Todas as vezes que as condições externas do homem se desenvolverem, se vivificarem, melhorarem; todas as vezes que a natureza íntima do homem se apresentar com brilho e grandeza – ainda que, às vezes, a par destes fatos ande profunda imperfeição social – o gênero humano reconhece e proclama que existe ali civilização.

Estes dois fatos, isto é, o desenvolvimento do estado social e o desenvolvimento individual, são tão inseparáveis, tão íntima e necessariamente ligados, que cada um deles isoladamente não basta a constituir a civilização. *Gizot.*

Parece-me que o primeiro fato compreendido na palavra civilização é o fato do progresso, do desenvolvimento: a idéia de um povo caminhando não para mudar de lugar, mas para mudar de estado, de um povo cujas condições se desenvolvem e melhoram. Parece-me que a idéia fundamental contida na palavra civilização é a idéia de progresso, de desenvolvimento.

Qual é este progresso? Qual este desenvolvimento? Consiste nisto a máxima dificuldade.

A etimologia da palavra parece responder de um modo claro e satisfatório; diz que é o aperfeiçoamento da vida social, o desenvolvimento da sociedade propriamente dita, das relações dos homens entre si.

A palavra civilização compreende o que quer que seja de mais extenso, complexo e que abrange mais do que o aperfeiçoamento das relações sociais, da força e da prosperidade social.

Onde resplandecem as letras, as ciências e as artes, e quando a humanidade vê o esplendor destas grandes imagens glorificadas da natureza humana, quando e onde vê aparecer estes tesouros de gozos sublimes, reconhece e declara que há ali civilização. *Gizot.*



1860

I

Paraná

1 a 7 de janeiro 1860.

1º

Estado das relações do Brasil com a Confederação Argentina

As relações do Império com a Confederação Argentina já se tinham tornado difíceis, durante o ano de 1859, pela divergência dos dois governos no modo de entender e executar as estipulações dos artigos 2º e 18º do tratado⁴⁴ de 7 de março de 1856.

As circunstâncias desta divergência estão registradas nos diferentes capítulos do diário do ano passado.

Aquela dificuldade das relações tornou-se grave e cheia de complicações ao entrar deste ano de 1860.

Provém esta gravidade e complicação do procedimento que teve o presidente da Confederação para com o Governo Imperial, rejeitando a mediação que este lhe ofereceu para concorrer, com a da Grã-Bretanha e França, a fim de resolver-se pacificamente a questão pendente entre o governo argentino e o da província de Buenos Aires.

Provém, ao mesmo tempo, de diligências feitas, segundo consta ao Governo Imperial, pelo general Tomás Guido, ministro da Confederação em Montevideu, para efetuar uma liga da Confederação Argentina, repúblicas do Paraguai e do Uruguai contra o Império do Brasil.

Eu recebi do ministro dos Negócios Estrangeiros uma licença para retirar-me para a corte, deixando a legação entregue interinamente ao secretário dela. E penso que este passo do Governo Imperial tem por fim mostrar o seu descontentamento ao argentino.

[Mas] recebi, na mesma ocasião, uma ordem daquele mesmo ministro, o conselheiro Cansação de Sinimbu, para apurar a verdade a respeito do procedimento atribuído ao general Guido.

Entendo, pois, que o ministro quer que eu, antes de usar da licença, cumpra esta segunda ordem; e vendo que, para cumpri-la bem, hei de pro-

44 N.E. – O artigo 2 do tratado refere-se ao compromisso de não promover a criação de governos separatistas no território da outra parte e o artigo 18 diz respeito ao reconhecimento do convênio de neutralidade da ilha de Martim Garcia e à garantia de livre navegação do rio da Prata.

ceder com vagar, resolvi adiar o cumprimento daquele primeiro despacho.

Despachei, pois, o secretário da legação, o dr. Leonel Martiniano de Alencar, para ir ao Rio de Janeiro dar ao ministro certas explicações relativas ao estado das cousas aqui.

O dito secretário foi portador de uma nota em que o ministro de Relações Exteriores da Confederação Argentina me explica, por ordem do vice-presidente da mesma, os motivos que o presidente tem para não admitir, como desejava admitir, a mediação brasileira.

Desta explicação resulta que a rejeição veio a recair não sobre a mediação oferecida pelo governo brasileiro, mas sim sobre o mediador por ele nomeado.

E o motivo da rejeição do mediador, segundo a explicação dada pelo governo argentino, foi o procedimento que ele, como ministro do Brasil em Montevidéu, teve, tentando obrigar o governo do Estado Oriental a expelir daquele porto a esquadra argentina, que ali se achava abrigada, no mês de agosto do ano passado, fazendo preparativos para encontrar-se com a flotilha portenha.

Todas as explicações relativas a este negócio se acham miudamente registradas no tomo sexto do diário do ano passado.

Estas explicações do governo argentino e os termos em que elas são concebidas hão de provavelmente mudar as disposições atuais do gabinete de São Cristóvão, principalmente quando o negócio chegar ao conhecimento do Imperador, que se acha atualmente na Bahia.

Convencido como estou de que nos convém a paz com a Confederação, ao menos enquanto não resolvermos a questão de limites com a República do Paraguai; parecendo-me, por outro lado, que o nosso procedimento, relativamente aos artigos 2º e 18º do tratado de 7 de março de 1856, dá ao governo argentino alguma razão para queixar-se de nós; tenho usado da intimidade que tenho com o general Urquiza e com alguns dos homens de estado deste país, para que eles, pela sua parte, facilitem o desenvolvimento das boas relações do Império e da Confederação Argentina e tenho conseguido o que desejava.

Se da parte do atual ministério brasileiro for bem apreciada esta docilidade do governo argentino, a paz está assegurada e eu espero poder remover também as dificuldades da nossa política no Estado Oriental, porque elas não provêm senão da influência que ali tem o general Urquiza, agora agastado com o governo do Brasil.

2º

Carta de Cansação sobre as nossas relações com as repúblicas vizinhas

Em carta de 7 do mês passado, o ministro dos Negócios Estrangeiros – conselheiro Cansação – diz-me o seguinte:

O procedimento insólito do general Urquiza, na recusa da nossa mediação, criou para o Império uma situação nova nas suas relações diplomáticas nesses países.

A conveniência, e necessidade mesmo, de uma mudança nessas relações era cousa por mim sentida, há muito tempo.

Infelizmente, entrei para o ministério quando a máquina estava montada e preparada, e só faltava o momento de estalar.

Fui quase instrumento passivo no desenlace do drama, ou, mais propriamente falando, fizemos nele o papel de coristas.

Mas, nem mesmo nesse humilde papel, um dos principais protagonistas me quis fazer a honra de deixar em silêncio; não, cuspiu-me ao rosto.

Bem, o futuro lhe dirá se foi prudente.

Esta parte da carta mostra a impressão má que causou no Governo Imperial a recusa da mediação brasileira, por parte do presidente da Confederação Argentina.

Este outro trecho da carta demonstra o efeito causado por essa má impressão nas relações do gabinete brasileiro com o argentino.

O ministro, referindo-se à ordem que deu-me para que eu fosse com licença à corte, diz:

Se não fosse pensar que tua residência aí – no Paraná – ainda mesmo fora do exercício, diminuiria a expressão do nosso ressentimento oficial ou daria ao ato maior importância do que desejamos que tenha na atualidade, insinuar-te-ia que por aí te demorasses: mas acho nisso inconvenientes.

Penso que, ainda que seja por pouco tempo, deves ir ao Rio de Janeiro; mas como provavelmente o receio da estação calorosa te causaria apreensão, diz-me, enquanto os negócios não se aclaram, onde te convirá esperar teu novo destino?

3º

Agentes secretos do Brasil nestas repúblicas

O Governo Imperial, tendo resolvido retirar os chefes das suas legações em Montevidéu, no Paraná e na Assunção, manda criar agentes secretos nesses distritos diplomáticos, porque, como diz o despacho confidencial de 19 do mês passado:

No estado atual de nossas relações com os governos das repúblicas do Prata, uma das coisas que mais importa ao Governo Imperial é ter cabal conhecimento de todos os negócios que, por qualquer forma, possam afetar os nossos interesses, tanto pelo que diz respeito a arranjos ou negociações secretas tendentes a dar execução ao projeto de uma aliança hostil ao Brasil, como a movimentos de tropas, armamentos ou qualquer cousa que indique intenções belicosas.

Passando depois a indicar as condições que devem ter esses agentes secretos, diz o despacho:

Pessoas do comércio – e talvez, com preferência, estrangeiras – são as mais aptas para desempenhar essa importante comissão. Mandá-las daqui seria, talvez, expô-las a desconfianças ou suspeitas; servirmo-nos dos que já por aí residem será seguramente mais profícuo.

4º

Carta de Nin Reyes ao general Urquiza

O dr. Nin Reyes, antecessor do dr. Carreras no Ministério de Governo e Relações Exteriores da Confederação Argentina, escreveu ultimamente ao general Urquiza, presidente da Confederação Argentina, uma carta que eu tive em minha mão.

Nessa carta, aquele ex-ministro chama a atenção do general para o estado das coisas no Estado Oriental do Uruguai, relativamente à eleição do futuro presidente daquela república.

Diz que o Brasil trabalha com grande atividade em fazer triunfar o seu candidato, espalhando para isso muito ouro.

Acrescenta o autor da carta que um dos elementos de que o Brasil lança mão para perturbar aquele país, se o Governo Imperial for vencido na eleição, é o Partido *Colorado*.

Assevera que o cônsul-geral do Brasil em Buenos Aires, João Carlos Pereira Pinto, trabalha neste sentido no seu distrito, preparando uma invasão no Estado Oriental.

Também denuncia o Brasil como promotor de uma revolução por parte de Buenos Aires, com o fim de declarar-se a independência daquela província argentina.

O sr. Nin diz que, neste sentido, estão já mui adiantados os trabalhos do Brasil e que a vida do general Urquiza corre grande risco.

O sr. Nin, há pouco tempo, dizia-se devotado à política brasileira.

5º

Carta do general Urquiza a Carril

O general Urquiza escreve ao dr. Carril, em 30 do mês passado.

Diz que, segundo lhe consta, o governo brasileiro tenciona pedir uma satisfação ao governo argentino porque este recusou a mediação daquele na questão argentino-portenha.

Que ele, general Urquiza, quer a paz e que, se não se engana, o seu sucessor na presidência será da mesma opinião que ele.

Que, entretanto, esse desejo de paz não é tão absoluto que os leve a sacrificar a ele a dignidade da nação argentina.

Que, pois, se for certa a intenção que se atribui ao gabinete de São Cristóvão, ele, general Urquiza, virá em pessoa receber e responder ao enviado brasileiro encarregado de pedir a satisfação.

Que a sua resposta será uma exigência firme da satisfação que o Brasil deve à Confederação Argentina, não só pela violação das artigos 2º e 18º do tratado de 7 de março de 1856, como também pelas maquinações contra a nação argentina e a favor da independência da província de Buenos Aires.

A carta contém, além disto, uma declamação violenta e em termos grosseiros contra os ministros brasileiros.

Mas é notável que apela para o bom senso do Imperador e fala deste em termos mui respeitosos.

6º

Demissão de Guido

O vice-presidente da Confederação Argentina, dr. Carril, mandou a Guido a recredencial de ministro da Confederação em Montevidéu.

Notei que esta demissão foi dada logo depois de uma conversa em que eu comuniquei ao sr. Carril que ao governo brasileiro constava que aquele ministro argentino em Montevidéu tramava contra o Império, procurando chamar o presidente da República Oriental a uma liga contra nós e prometendo à república a recuperação dos seus antigos limites.

O general Guido, tendo recebido a demissão, escreveu, de Montevidéu mesmo, ao general Urquiza, expondo-lhe que a sua retirada nesta ocasião era prejudicial à Confederação Argentina, porque deixava aos agentes do Brasil em Montevidéu livre o campo para trabalharem com êxito na eleição do candidato designado pelo Brasil para a presidência daquela república.

A carta do general Guido repetia, com mais particularidades, as revelações feitas ao general Urquiza na carta que a este escreveu o dr. Nin Reyes e de que se falou nas páginas anteriores.

O general Urquiza remeteu ao sr. Carril a carta do general Guido e escreveu-lhe que a presença deste era necessária em Montevidéu.

Carril cassou, pois, a demissão de Guido, o qual continua a ser ministro argentino em Montevidéu.

7º

Eleições portenhas

O partido da Confederação Argentina, ou mais propriamente dizendo, o partido da união perdeu as eleições que se fizeram ultimamente em Buenos Aires para a convenção provincial que há de examinar a Constituição federal.

Todos os deputados eleitos pelo distrito da cidade são do partido da separação. Entrou no número dos eleitos o ex-governador Alsina, com os seus antigos ministros e sequazes.

A cidade dá trinta e seis deputados; a campanha deve dar trinta e oito. Ainda não se sabe do resultado da votação.

O sr. Carril está descontente com os eleitos da cidade. Pensa que as coisas vão complicar-se e tornar ao *statu quo*.

Diz ele que, mesmo no caso de ser boa a eleição da campanha, isto é, de serem eleitos os candidatos designados pela Confederação Argentina, a cousa não está boa, porque as discussões hão de ser violentas e as paixões hão de exacerbar-se; e a votação não será segura, porque a diferença entre a campanha e a cidade [será] somente de um voto.

O sr. Carril terminou a sua conversa a este respeito, dando-me a entender que tudo isto é efeito do ouro do Brasil.

8º

Sobre o Rio da Prata

Um periódico francês intitulado *L'Echo du Brésil et de l'Amérique du Sud*, que se publica no Rio de Janeiro e era protegido pelo governo, diz, falando do estado das cousas nas repúblicas do Prata e referindo-se aos governos do Brasil, da França e da Grã-Bretanha:

Ils doivent se rendre marteau et battre sur l'enclume jusqu'à ce que ces malheureuses contrées se courbent à la raison, en adoptant un système d'unité sous un bras fort et inébranlable, qui coupe court, une fois pour toujours, sous la garantie des trois puissances, aux révolutions et aux guerres civiles: et cette garantie ne peut être que d'octroyer aux puissances médiatrices le droit d'occuper par les armes le territoire de la Plata jusqu'à ce que les habitants de ces pays s'habituent à l'ordre constitutionnel et au respect de l'autorité.

Não é improvável que este artigo concorresse para a prevenção com que nestes países foi recebida a mediação oferecida pelo Brasil, França e Grã-Bretanha; prevenção essa que se manifestou até na imprensa do Estado Oriental e que concorreu, principalmente, para dar à mediação paraguaia a preferência e importância que ela teve.

9º

Bravata dos orientais

La Nación, periódico que se publica em Montevidéu, referindo-se a boatos de guerra entre o Brasil e as repúblicas do Prata, diz:

No creemos que el Brasil se empeñe en una guerra contra alguno de estos países, porque ni es tan poderoso para llevar las probabilidades del triunfo, ni, aunque lo consiguiese, lograría ventaja alguna.

Tanto al Brasil, como a estas repúblicas, lo único que les conviene es la paz a todo trance.

10º

Sobre o mesmo objeto

Um periódico de Buenos Aires, referindo-se aos mesmos boatos de guerra de que se trata no capítulo antecedente, diz:

Por más que se escriba y se diga, no creemos que estos dos países, el Brasil y la Confederación Argentina, traben una guerra.

Ambos son impotentes para vencerse – de suerte que el resultado sería que el Brasil se quedaría en camisa y la Confederación casi en cueros.

Una guerra con el Brasil, que algunos creen convendría para uniformar el espíritu nacional, nos daría hoy lo mismo que nos dio en 1827 – un tratado de más, una deuda mas, alguna provincia menos y mayor anarquía. Estos países no están tan moralizados como para empeñarse en guerras nacionales.

Láncense a la pelea y verán que no faltan partidos que apoyen al Brasil, ni oro brasileiro que los apoye a su vez.

La prensa de Buenos Aires debe hacer la propaganda de la paz, de la paz a todo precio, que es lo que, encarnando en todos la religión del trabajo, nos dará riquezas y prosperidad.



II

Paraná

de 8 a 14 janeiro 1860.

1º

O ministro inglês no Paraná

O sr. Eduardo Thornton, que era encarregado de negócios da Grã-Bretanha em Montevideú, passa a ser ministro plenipotenciário no Paraná.

Tendo chegado ultimamente a esta capital, apresentou as suas credenciais ao vice-presidente da Confederação, na ausência do presidente.

Por ocasião dessa cerimônia, repetiu o ministro britânico uma alocução, na qual noto o seguinte trecho:

Me es sumamente grato, Sr. Vice-Presidente, el haber llegado a este hermoso país al momento que se ha conseguido el objeto de los esfuerzos y de la perseverancia de su administración, la unión de todas las provincias hermanas bajo un sólo gobierno; y hago los votos más sinceros para que, por medio de la moderación y del buen sentido de los partidos, la paz que debe seguir de este feliz acontecimiento sea efectiva, duradera y próspera para todos.

A este tópico do discurso do sr. Thornton, respondeu o sr. Carril nos seguintes termos:

Nombra[n]do ministro mediador V. E. para manifestar los deseos y los consejos de S. M. B. en la extinción de la discordia domestica entre los pueblos de esta nación, S. M. la Reina os acreditó al mismo tiempo ministro plenipotenciario residente cerca del gobierno nacional de la Confederación Argentina que ella había reconocido siempre.

Por estos actos se ve que S. M. B. insiste en dispensar con lealtad y perseverancia su apoyo al orden legal y a la paz fundada en la unión constitucional de todas las partes que componen la nación argentina.

O sr. Carril, em conversa particular que comigo teve, perguntou-me se eu tinha notado este trecho da sua resposta ao sr. Thornton.

Respondi-lhe que não tinha achado nele significação alguma especial que me chamasse a atenção.

A isto replicou-me o sr. Carril, neste sentido e pouco mais ou menos nestes termos:

As minhas palavras são alusivas ao seu governo. Eu quis pôr em relevo a diferença que houve entre a procedimento do governo brasileiro e do governo britânico.

Aquele excluiu da mediação o seu ministro do Paraná somente porque este é amigo do general Urquiza.

O governo britânico confiou a mediação ao seu agente em Montevideu somente porque tencionava nomeá-lo mais tarde ministro na Confederação Argentina, como efetivamente aconteceu.

A nossa conversa tendo passado às relações do governo britânico com o da Confederação, o sr. Carril disse-me que tinha recebido do sr. Thornton certeza de que o seu governo fará tudo por cultivá-las com sincera intimidade e que ele, sr. Carril, à vista das hostilidades feitas ao seu país ultimamente pelo governo brasileiro, que claramente tomou a si a causa de Buenos Aires, era de opinião que convinha aceitar a influência britânica sem a menor hesitação.

De algumas frases ambíguas pronunciadas pelo sr. Carril eu não sei se deva inferir que na sua entrevista com o sr. Thornton se tratou do estado das relações do governo brasileiro com o argentino e que o ministro britânico exprimiu-se de modo que fez conceber ao sr. Carril esperanças de apoio moral da Grã-Bretanha, no caso em que o Brasil assumia alguma atitude hostil à Confederação.

2º

Carta do barão de Mauá ao general Urquiza

O barão de Mauá, escrevendo ao general Urquiza uma carta particular com data de 18 de dezembro último, diz-lhe:

Atualmente retiram-se os ministros do Brasil dessas repúblicas, não como ato de hostilidade – tal pensamento não existe –, porém, sim, o pensamento de deixar livres os governos do Rio da Prata de qualquer ingerência do Brasil, a fim de que livremente pactuem entre si o que

julgarem mais conveniente a seus interesses, sem que possa dizer-se que o Brasil intriga contra a política externa que queiram adotar os governos do Rio da Prata.

(...) As questões com o Brasil e as divergências que têm aparecido são assuntos para serem tratados, ajustados e ultimados em duas horas de conversação entre dois homens de boa-fé, animados do desejo de fazer bem a ambos os países, restabelecendo, assim, a mais perfeita harmonia em suas relações diplomáticas. Disto estou convencido.

V.Exa. pode tudo na Confederação e fácil lhe será fazer aí adotar a boa política de paz e harmonia entre nações vizinhas.

Eu aqui tenho alguma, porém, não a influência precisa para conseguir tudo; farei, porém, tudo quanto estiver ao meu alcance.

3º

A política do Brasil no Rio da Prata

O correspondente do *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, em Montevideu diz, na sua carta de 16 de novembro, publicada no *Correio Mercantil* de 26 do mesmo mês, ano 1859:

Da proclamação do general Urquiza vê-se que a mediação do Império não foi aceita.

O general recomenda à gratidão nacional os ministros de Inglaterra e França, porém, não fala no sr. Amaral.

Provavelmente a causa da não-aceitação da mediação do Império consiste em não ter-se resolvido o negócio das satisfações pedidas pelo governo da Confederação em nota do seu ministro de Negócios Estrangeiros, d. Domingos Baldomero García, ao sr. Amaral, que os leitores já conhecem. Semelhante resultado coloca o gabinete imperial em uma especialíssima situação. Por fim de contas, está mal com Deus e com o diabo e eis aqui realizado aquilo que disse muito acertadamente o sr. ministro, a respeito da política internacional do Império em relação ao Rio da Prata.

É muito exata a comparação da teia de Penélope; porém, se os trabalhos de muitos anos desmancham-se em um dia, não é porque não há vontade ou se não empregam os meios para que sejam duradouros.

A política do Império, seja-me permitido dizê-lo sem rebuço, sempre foi vacilante e daí a falsa posição que assume, decidindo-se tarde.

4º

Sobre a mediação anglo-francesa

O *Journal des Débats*, falando do mau êxito que teve a mediação oferecida ao general Urquiza pelo sr. Yancey, ministro dos Estados Unidos, para reconciliar o governo argentino com a província de Buenos Aires, diz:

On annonçait, au départ du courrier, que le président Lopes, mû par un sentiment de bon voisinage venait offrir de son coté sa médiation.

Il parait même qu'elle avait été acceptée, mais nous n'avons nul espoir qu'elle réussisse, ne fût-ce qu'en raison des antipathies qui existent entre le Paraguay et l'Etat de Buenos Aires.

La seule médiation sérieuse, la seule qui doive atteindre son but, c'est celle que la France et l'Angleterre ont résolu d'offrir aux belligerants de la Plata.

Un incident que nous révèlent nos lettres particulières de Rio ajoute encore aux motifs qui nous donnent confiance dans l'issue de cette médiation. Les deux grandes puissances européennes ont invité le Brésil à se joindre à elles dans leur œuvre de paix.

Este artigo do *Journal des Débats* prova o pouco conhecimento que, em França, têm do verdadeiro espírito destas repúblicas.

A mediação paraguaia foi a única que prevaleceu e teve resultado, e este deve-se justamente à concorrência da mediação europeia.

Preferiu-se a mediação paraguaia para não admitir a outra.

5º

Eleições portenhas

Eis aqui a opinião do periódico oficial do Paraná acerca dos deputados eleitos por Buenos Aires para formarem a convenção que há de examinar a Constituição federal:

Después de conocidos los hombres que la ciudad de Buenos Aires ha designado en los comicios electorales para miembros de la convención examinadora de la Constitución de Mayo, las probabilidades no son en favor de la unión nacional.



III

Paraná

de 15 a 21 janeiro 1860.

1º

Eleições portenhas

Em outra parte deste diário se diz que, na eleição dos deputados à convenção que há de examinar a Constituição federal da Confederação Argentina, triunfou a lista do partido contrário ao general Urquiza. Agora, consta-me a esse respeito o seguinte:

- O governador Llavallol, sabendo com antecipação que aquela lista havia de prevalecer na ocasião da votação, preveniu disso o general Urquiza, pedindo-lhe instruções para proceder no caso em que se achava;
- O general respondeu-lhe que, se aqueles eram os homens que mereciam a confiança do povo de Buenos Aires, deixasse o governador correr a eleição livremente em favor deles;
- Que ele, general, não fazia questão de pessoas, senão de princípios, e que, portanto, não tinha que objetar contra os escolhidos.

Esta resposta do general confirma a opinião, em que estou, de que a ele pouco lhe importa a integridade da Confederação e deseja, talvez, mesmo que Buenos Aires se declare independente dela.

O fim principal da batalha de Cepeda não foi trazer aquela província ao grêmio da Confederação, foi somente consolidar a posição pessoal do general Urquiza, que se tornara duvidosa depois de certo tempo.

2º

O comércio inglês e a diplomacia brasileira

O correspondente do *Jornal do Commercio*, em Londres, diz, em data de 8 de novembro:

As cartas recebidas de Buenos Aires e Montevideú mostram-se dispostas a acreditar que, tanto os agentes diplomáticos brasileiros como os france-

ses, estão demasiadamente inclinados a favorecer Urquiza nas suas disputas com Montevideú, digo, com Buenos Aires; mas, como vejo que os órgãos do presidente da Confederação principiam a atacar e a insultar o Brasil, presumo que não haverá verdade nestas imputações feitas ao sr. Amaral.

O que é certo é que os negociantes ingleses no Rio da Prata costumam ser políticos e partidistas demais; e, sendo assim, são eles próprios em grande parte origem das perturbações que depois atribuem a outras nações e a outras causas.

É bom notar aqui que os comerciantes ingleses residentes em Buenos Aires hoje reconhecem que erraram quando promoviam atos do seu governo contra o general Urquiza. Depois da batalha de Cepeda viram claramente que o general podia mais do que eles pensavam e, depois da convenção de paz de 11 de novembro, conheceram que ele era mais homem de civilização do que esses que mereciam as simpatias do governo inglês.

Esta lição deve ensinar aos mercadores ingleses que a sua própria conveniência pede que eles se ocupem com as suas mercadorias e deixem a diplomacia aos diplomatas.

3º

Sobre a recusa da mediação brasileira pelo governo argentino

No diário do ano passado se faz menção de uma nota que o ministro de Relações Exteriores da Confederação Argentina passou ao ministro do Brasil no Paraná, em 9 de dezembro último, explicando os motivos que levaram o presidente da Confederação Argentina a não admitir o mediador nomeado pelo Governo Imperial para concorrer com os mediadores de França e da Grã-Bretanha na questão argentino-portenha.

Esta nota foi transmitida pela legação imperial ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em 21 do mês passado.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, em despacho de 7 de janeiro deste ano, declara que o governo brasileiro não se dá por satisfeito com as explicações feitas na nota do governo argentino.

Eis aqui a conclusão desse despacho:

Pelo que fica aqui exposto, V. S. verá que o Governo Imperial não admite

as razões alegadas pelo da Confederação Argentina como suficientes para a recusa que este fez da mediação que lhe foi oferecida. E, não podendo descobrir causas legítimas que determinem semelhante procedimento, deve com toda a franqueza dizê-lo; só lhe resta atribuí-lo à má vontade e a injustas prevenções.

Tanto maior razão assiste ao Governo Imperial para pensar assim, quanto ao seu conhecimento tem chegado uma série de fatos e circunstâncias que não podia deixar de provocar o mais fundado ressentimento.

Quero referir-me às palavras do discurso do general Guido em sua apresentação ao presidente do Estado Oriental, como aos passos do mesmo general para com aquele presidente, convidando-o a ligar-se contra o Brasil em um projeto de coalizão.

Quero referir-me ao procedimento do mesmo general nas negociações de paz em Buenos Aires, pretendendo fazer inserir nos protocolos a mesma coalizão, fatos que o Governo Imperial houve de origem digna de todo o crédito.

Quero referir-me à circunstância de ter sido aquele general nomeado para representar a Confederação Argentina no Império, sabendo-se, aliás, que essa nomeação, por justos motivos, não podia ser agradável ao Brasil.

Quero, finalmente, referir-me à demora sistemática empregada pelo governo da Confederação em ratificar os tratados celebrados com o Império há dois anos.

Fica V. S. autorizado para fazer, pelo meio que julgar mais conveniente, o devido uso deste despacho, que fecharei reiterando a V. S. as seguranças etc.



1º

Paraná

de 1 a 6 de fevereiro 1860.

Esta semana despedi-me do ministro de Relações Exteriores e do vice-presidente da Confederação, dizendo-lhes que, em virtude de uma licença outorgada pelo meu governo, eu me retirava para Montevideú, onde ia esperar novas ordens.

Na ocasião em que me despedi do ministro de Relações Exteriores, li-lhe um despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros contendo a resposta à nota em que o governo argentino explica, ao ministro do Brasil no Paraná, os motivos pelos quais o presidente da Confederação Argentina recusou, não a mediação, mas o mediador brasileiro na questão argentino-portenha.

O Governo Imperial declarava que, não achando satisfatórias as explicações dadas pelo gabinete do Paraná, esperava outras que o satisfizessem.

O dr. Peña, ministro de Relações Exteriores, na entrevista que teve comigo e na qual ouviu a leitura do despacho a que acima me referi, disse-me que, não tendo outras razões para recusar o mediador brasileiro, senão as que dera na nota a que aludia o despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros, nelas se mantinha em nome do seu governo.

Nessa ocasião, acrescentou o sr. Peña, a tudo o que disse para provar o direito que tinha a Confederação de não aceitar o mediador brasileiro, uma comunicação confidencial feita pelo sr. Thornton, ministro inglês, e era que o governo britânico acabava de rejeitar a mediação ultimamente oferecida pelo Governo Imperial a fim de resolver-se pacificamente a questão que pende entre os governos do Paraguai e da Grã-Bretanha, a respeito do súdito inglês Canstatt.

•

Segundo me disse o dr. Victorica, que acaba de chegar de São José, o general Urquiza está resolvido a não ratificar os tratados de limites e extradição celebrados entre o Brasil e a Confederação Argentina em 1857, mas é de opinião que o seu sucessor na presidência da República deve ratificá-los e tenciona dar este conselho ao dr. Derqui, que é provavelmente o futuro presidente da Confederação.

•

Hoje, 6 de fevereiro, o Congresso argentino, reunido na cidade do Paraná, capital provisória da Confederação Argentina, para apurar os votos das províncias, para eleição do presidente que vai suceder ao general Urquiza, proclamou presidente da Confederação ao dr. d. Santiago Derqui e vice-presidente o general Pederneira.



No dia 6 de fevereiro, à noite, embarquei no vapor imperial *Parnaíba*, retirando-me do Paraná para Montevidéu, por ordem do Governo Imperial.

O vapor saiu daquele porto no dia sete, às cinco horas da madrugada.



2º

Montevidéu

de 8 a 29 de fevereiro 1860.

No dia 8 de fevereiro, às onze horas da noite, cheguei a Montevidéu.

Tenho sido visitado por quase todos os brasileiros aqui residentes; mas, gente da terra, pouquíssima me procurou.

Entre os raros visitantes orientais veio o dr. Carabia, que é um dos candidatos à presidência da República na eleição que deve fazer-se no 1º do mês que vem.

O dr. Carabia fez-me esta visita provavelmente pensando que eu venho com ordem de tratar disfarçadamente da eleição de presidente.

Na conversa que comigo teve, declarou-se inclinado à influência do Brasil neste país, dizendo que ninguém como o Governo Imperial se acha nas circunstâncias de fazer muito bem ou muito mal ao Estado Oriental.

Todos os brasileiros com que tenho falado manifestam desejos de que seja eleito presidente o dr. Carabia e alguns, pensando, como ele, que eu venho autorizado pelo Governo Imperial para este negócio, têm instado para que eu influa no sentido deste desejo.

O que, porém, é certo é que o Governo Imperial resolveu conservar-se – de todo, em todo – indiferente a esta eleição. O agente aqui nem um passo tem dado pró, nem contra nenhum dos candidatos.



O general Guido, que se achava no Paraná, para onde fora a fim de assistir, como senador da Confederação Argentina, à apuração dos votos para o futuro presidente da República, chegou a Montevideú.

Este regresso do general ao posto diplomático que tem em Montevideú, como ministro da Confederação, não está muito de acordo com a promessa que se me fez da sua retirada desta missão.

Consta-me que esta falta de cumprimento daquela promessa provém da desconfiança, que causou ao general Urquiza, a minha vinda para Montevideú.

O general pensa que eu vim com a missão oculta de promover a eleição de um candidato do governo do Brasil para a presidência desta república, em oposição ao candidato do general Urquiza, que é o coronel Lamas.

Guido, com efeito, desde que aqui chegou pôs-se em trabalho ativo para fazer triunfar a candidatura protegida pelo general Urquiza. Penso, porém, que os seus esforços serão baldados.

Os candidatos até agora conhecidos são: Berro, Lamas, Acevedo, Carabia. Diz-se que, destes quatro, o primeiro é que tem maiores probabilidades de ser eleito pela maioria do parlamento.



1862

DOCUMENTO AUTÓGRAFO DE JOSÉ MARIA DO AMARAL, PROVAVELMENTE DE 1862.

Houve tempo em que o serviço diplomático do Império custava anualmente cem contos de réis, pouco mais ou menos.

Hoje, o trato internacional custa-nos quinhentos e quarenta contos, afora as despesas extraordinárias, as ajudas de custo e as despesas secretas.

Entretanto, os fatos provam que, entre este quadruplicado aumento de despesa e o seu resultado, não se dá a proporção que devia justificar a sua conveniência. Pelo contrário, sucede, pois que, se naqueles tempos não tínhamos avançado até Caseros, também não tínhamos retrocedido, como hoje, até a vergonhosa expedição do Paraguai, etc., etc.

À vista da esterilidade desta despesa e das circunstâncias do Tesouro Público, pode-se achar-se [*sic*] efetuar neste ramo do serviço público considerável economia.

Eu creio que em todos os pontos onde temos legações, podem estas ser substituídas, sem inconveniente algum, por consulados-gerais revestidos da qualidade de encarregaturas interinas.

Se esta redução, por qualquer motivo, parecer excessiva, façamos o nosso serviço internacional com legações de terceira ordem, isto é, servidas por encarregados de negócios efetivos.

Também podemos ter estas legações somente em certas partes, como em Londres, Paris, etc., tendo, nos outros países, somente cônsules-gerais encarregados de negócios interinos.

Esta reforma traz consigo a supressão absoluta das legações de segunda ordem, que são as servidas por enviados extraordinários ministros plenipotenciários, ou por ministros residentes.

Os ministros que, como os destas duas categorias, recebem crença diretamente da Coroa, significam

- ou política especial, ativa e enérgica do seu governo junto àquelles a quem são enviados;
- ou especial consideração da corte que os nomeia para com aqueles onde são acreditados.

O nosso governo não tem política internacional; para que há de ter agentes que a fazem supor enérgica e ativa?

O Brasil não tem recebido provas de verdadeira consideração senão dos Estados Unidos ultimamente; para que há de dá-las de modo tão solene e dispendioso a quem não lhas dá?

Os ministros de credencial soberana são desnecessários na Europa, onde não podemos ter – nem nos convém ter – influência política.

Na América, onde podemos e devemos ter ação política, os ministros dessa ordem tornam-se inúteis e até inconvenientes, porque o governo não tem política alguma.

Em verdade, na Europa, nada temos conseguido, porque, apesar das somas despendidas com as missões de 2ª ordem efetivas e especiais, não podemos ainda fazer revogar o Bill Aberdeen; não resolvemos a questão de limites com a França; não abrandamos a injusta ira de lord Palmerston contra o Império; não evitamos a má vontade da França e da Grã-Bretanha contra nós no Rio da Prata; não temos podido remover do ânimo de certos governos as prevenções nocivas [*da?*] colonização, etc., etc.

Em fins de 1859, o governo do sr. Pereira,⁴⁵ que devia aos socorros pecuniários e à força moral recebidos do Brasil o êxito com que resistiu à rebelião do general Cesar Días, revogou, no 1º de setembro, um ajuste feito no dia 31 de agosto com o ministro residente do Brasil em Montevidéu. Note-se que esse ajuste tinha por fim a neutralidade do governo oriental na questão argentina, a fim de evitar alguma complicação em que o Brasil houvesse de achar-se envolvido por fim, como fiador da independência do Estado Oriental em virtude dos tratados.

Este procedimento foi justamente considerado como uma desatenção ao Brasil e seu ministro retirou-se de Montevidéu para o Rio de Janeiro. O Governo Imperial removeu-o, na mesma categoria de ministro residente, para Bruxelas e nomeou para Montevidéu um enviado extraordinário ministro plenipotenciário. Respondeu com uma solene cortesia a uma ofensa grosseira!

O tratado de permuta de território celebrado entre o Brasil e o governo oriental, para corrigir uma considerável irregularidade na direção da linha divisória em certo ponto da fronteira, foi rejeitado pelo Congresso oriental.

O tratado de paz definitiva, celebrado em 1858 por solicitação do próprio Estado Oriental, foi igualmente rejeitado [*ilégivel*] porque se conjecturou que tal rejeição podia incomodar o Governo Imperial!

45 N.E. – Gabriel Antonio Pereira (1794-1861), presidente do Uruguai no período 1856-1860.

Na América, principalmente nas repúblicas circunvizinhas do Império, a presença dos ministros de segunda ordem torna significativo o desdém com que nos tratam os nossos vizinhos, desdém que muitas vezes chega a tomar as proporções de insulto.

No Paraguai, apesar de uma missão especial mui dispendiosa e estroada, exercida por um ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, a questão de limites não foi resolvida e, hoje, segundo se diz, acha-se de algum modo complicada, como o indica a súbita retirada do nosso agente diplomático na Assunção.

A questão fluvial, que foi o objeto dessa missão especial, não ficou resolvida de modo que evitasse os reparos de uma autoridade tão competente como é o visconde de Uruguai, que, na sessão parlamentar do ano de 1858, denunciou os defeitos da convenção fluvial celebrada com o Paraguai naquele mesmo ano.

Na Confederação Argentina as relações com o Império, que eram as mais cordiais, depois da missão do sr. visconde de Abaeté começaram a complicar-se e chegaram a [ponto] de ser oficialmente suspensas.

Quanto ao Estado Oriental, basta abrir os relatórios dos srs. ministros dos Negócios Estrangeiros para ver que ali fizemos tristíssima figura.

Logo na ocasião do esplêndido triunfo de Caseros, para o qual concorreremos nós principalmente com o nosso dinheiro, com a nossa iniciativa e com as nossas armas, e na presença de um enviado extraordinário tão hábil, tão prestigioso por todas as suas qualidades pessoais e pelo papel político que representava – enviado que fora a Montevideú expressamente para dirigir a nova situação que convinha estabelecer –, nomeou-se um presidente *blanquillo* e, portanto, um governo composto de homens que representavam a ordem de coisas que tínhamos combatido em Caseros! Desde logo, começou a oposição aos tratados celebrados entre o Brasil e a República Oriental.

Atualmente, a propriedade e a vida dos brasileiros residentes no Estado Oriental não têm garantia alguma. Sem falar nos numerosíssimos casos de assassinio, espoliação e perseguições sofridas nos anos anteriores pelos nossos compatriotas – ler no relatório⁴⁶ do sr. Taques, ultimamente

46 N.E. – Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléa Geral Legislativa pelo ministro e secretário de Estado conselheiro Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, na segunda sessão da décima primeira legislatura (1862, p. 39 s.), o que faz supor date o presente documento de meados desse ano.

apresentado às Câmaras, a exposição de oito assassínios, além de depre-
dações.

O governo do sr. Berro revogou escandalosamente um contrato
feito pelo governo do sr. Pereira com a legação imperial, para o paga-
mento de um milhão de pesos fortes emprestados anteriormente à
república pelos súditos brasileiros Germano e Lucio da Costa Guima-
rães! O contrato já era um ato internacional consumado e perfeito,
quando o sr. Berro subiu à presidência. O Governo Imperial o havia já
aprovado [como] se vê no relatório do Cansanção, e a sua revogação [*ile-
gível*] um insulto ao Brasil.



CORRESPONDÊNCIA

com José Maria da Silva Paranhos

AHI • 316/03/01

Corte do Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1854.

Exmo. Amigo e Sr. Amaral,

Agradeço a V.Exa. a carta de que me fez favor em data de 30 do mês passado.

Foi decerto uma decepção o que aí se passou entre V.Exa. e os homens que supúnhamos os mais capazes de auxiliarem a nossa generosa ação em favor da sua desgraçada pátria. Mas não maravilhou-me pelo que há em tal procedimento de paixões e ambições, e somente pelo que tem ele de inaptidão.

Se eles transigem com Flores e sobem ao poder, colocavam-se em mui diversa posição para conosco e seriam mais perigosos, se não conseguissem os seus fins. Pensaram, porém – seguros como estavam do nosso plano –, que eram necessários, indispensáveis, e quiseram dar-nos a lei, fazer-nos passar pelas forcas caudinas do general Pacheco y Obes. V.Exa. compreende-os bem, e deu-lhes a resposta que eu daria. Estou de acordo com V.Exa.

Não lhes devemos votar ódio e convém mesmo tratá-los na previsão de que podem tornar-se bons amigos; mas é preciso que se convençam de que somos nós, e não eles, quem tem o direito de dirigir a intervenção do Império. V.Exa. saiu daqui e foi aí recebido como símbolo e instrumento de paz: como queriam esses homens convertê-lo em instrumento de um novo escândalo, de uma nova revolução?

Esses srs. que se constituíram soldados do general Pacheco não podem transigir com Flores, a quem, em outro tempo, contaram como um dos seus mais prestantes amigos. Estavam, porém, dispostos a pôr-se sob o comando de Rivera, que, nos paroxismos da vida, levantava reclamações internacionais pelos seus hábitos de pilhagem. E o general Pacheco, esse homem tão brioso, aí está querendo agarrar-se à saia de d. Bernardi para subir ao poder e derrocar dele ao homem que a sua revolução elevou!

É digna de lástima, meu caro patricio, essa gente com quem está lidando.

Flores está desconfiado. Tem ele motivos para isso. E é preciso, entendo eu, que, sem nos ligarmos demasiado a ele, dissipemos sua desconfiança.

Flores tem defeitos, tê-los-á talvez muito grandes; mas tem duas muito recomendáveis qualidades – probidade e lealdade. No Rio da Prata, isso é metal muito raro.

A idéia de um novo partido, que aparece na representação Castellanos, Antuña, etc., é excelente; foi o *desideratum* de minha missão, quando era ministro de Governo e Relações Exteriores o sr. Castellanos. Baldados esforços! Ele mesmo, o sr. Castellanos, nunca a admitiu. E dos *blancos* seus co-representantes, nem falemos. O exclusivismo era a sua política, quando o Partido *Colorado*, abatido, aceitava e pedia a realização desse elevado pensamento.

Não somos *blancos* nem *colorados*. Mas não podemos misturar essas cores com a eficácia do *Fiat lux*. Desejemos, caminhemos para isso por meio da moderação e da tolerância, mas não pretendamos impossíveis, deixemos ao tempo o que é do tempo.

A delenda est Carthago de V.Exa. parece ser o que a natureza teve em vista. Mas deixemos que a natureza o faça, se não renunciou a essa sua pretensão. Se tem de ser, virá por si mesma. Não mostremos o mais ligeiro desejo. Digamos francamente que não cogitamos nisso, que não nos convém. Não demos essa arma aos agitadores, e aos nossos amigos franceses e ingleses.

V.Exa., se já não conheceu o caráter do dr. Peña, está em vésperas disso. Dir-lhe-ei o meu juízo sobre essa personagem, que tanta confiança merece ao nosso concidadão, o sr. Silva Pontes.

Peña é um problema para si mesmo. Não decidiu ainda se deve tornar a ser urquizista, ou se deve esposar abertamente a causa de Buenos Aires. Mas ele inclina-se mais de coração para Urquiza e para os *blancos*.

Quanto à moralidade, era um dia!... Buschenthal tem com ele muitas confianças.

Estimei muito saber que achou em Lessa o que lhe indiquei. Ele escreve de V.Exa. por maneira que muito me lisonjeia. Nada creio necessário acrescentar sobre esse utilíssimo homem para um diplomata em Montevidéu. V.Exa. fê-lo quebrar o protesto de não envolver-se mais na política da legação.

Falei ao sr. Limpo de Abreu sobre o aumento de ordenado que V.Exa. com razão deseja. Creio que o não conseguimos, por motivos imperiosos que ele exporá a V.Exa. Espero, porém, que se lhe dará alguma consignação para oferecer chá e bolinhos a essa divertida gente.

Não fui mais feliz a respeito do sr. Borges. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, eu já aí o tinha apreciado, é o mais sovina de todos os ministérios.

Creia que sou com veras

De V.Exa.

Amigo afetuoso e criado fiel e obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

Corte do Rio de Janeiro, 13 de abril de 1854.

Ilmo. e Exmo. Amigo Sr.,

Tive o prazer de receber a sua estimadíssima carta deste mês. O *Camilla* entrou ontem à tarde e sai amanhã cedo; o dia de hoje é de festa religiosa no Paço e fora dele. Calcule, pois, V.Exa. que tempo terei para responder-lhe, aproveitando o intervalo de tempo entre o officio divino na Capela Imperial e o lava-pés, da manhã, e a visitação das Igrejas à noite.

Sei quanto tem que fazer em vésperas de [*paquete?*], não me queixo, nem me queixarei de que não furte alguns momentos desse escasso tempo para dizer-me o que posso ler e leio na sua correspondência oficial e confidencial com o sr. ministro dos Negócios Estrangeiros, nosso amigo.

Sou amigo de V.Exa., confio que mereço a reciprocidade e, pois, nem a faltas atenderia, quanto mais ao que não é falta, não é esquecimento, é somente filho da necessidade.

Escreva-me V.Exa. quando quiser comunicar-me suas expansões de amigo, ou quando quiser empregar-me com seu serviço, que eu não repararei nisso, e peço-lhe a mais perfeita reciprocidade. Falta-me o tempo, como a V.Exa.

Dei ao dr. Pedro de Angelis uma carta de introdução e recomendação para V.Exa. O empenho com que esse sr. solicitou cartas de recomendação para V.Exa. me deixaria cuidadoso, se eu não soubesse que V.Exa. sabe conhecer e aproveitar os homens como eles são. O dr. Angelis tem uma *delenda est Carthago*, relativamente aos negócios desse país: a entrada para o ministério dos srs. Herrera e Castellanos. Fique V.Exa. sabendo qual é o salvatério do meu recomendado para não cau-

sar-lhe grande dissabor, se achar impossível aquela medida, ou não confiar no sr. Herrera tanto quanto confia o dr. Angelis. Eu hoje não tenho política a respeito desse Estado: meu voto é que V.Exa. continue a ser aí onipotente, pelo que toca à ação do Brasil. Obre V.Exa. sem apreensão; e não creia que o ministério já dê sinais de enfermidade.

Sou como sempre

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1854.

Exmo. Amigo e Sr.,

Estou de posse do seu estimadíssimo favor de 20 do mês último. Quer o fado que eu não possa responder a V.Exa. com rigor: agora escrevo de uma das ante-salas da Câmara dos Deputados, e com receio de perder o paquete.

Preciso conversar largamente com V.Exa., mas não é esta ocasião, falta-me o tempo.

Preciso dar as razões por que não partilho a crença de que o Partido *Blanco* é a maioria do seu país, e que é melhor do que o outro. Sem querer que o Brasil ligue os seus interesses à existência e sorte de um desses partidos, penso que o primeiro não é mais forte, nem por outros títulos preferível ao segundo.

Preciso explicar a V.Exa. por que não dou importância a essas denúncias ou boatos de ciladas contra a nossa intervenção. Mil homens, desses que aí temos, bem comandados, nada têm a temer dos exércitos que se possam levantar na Campanha.

A questão eleitoral, em seus resultados imediatos e sua consequência futura, era o assunto principal sobre que eu desejava falar a V.Exa.; mas é forçoso adiá-lo, como os outros.

Posso apenas dizer que não vejo conveniência e creio perigoso declarar já positiva e terminantemente que Flores não pode ou não deve ser reeleito. E [inste?] V.Exa. que eu sou inclinado a que o presidente do novo quadriênio não seja o atual: que, se fosse possível um acordo de Flores com os seus amigos dissidentes sobre as eleições, seria bom; mas que, realize-se ou não este acordo, privar a Flores de exercer, em termos hábeis, a influência que tem, como particular, e como governo, nas próximas eleições, pode dar em resultado ou o triunfo dos dissidentes, ou o triunfo da gente exaltada do Partido *Blanco*, que virá ao poder desconhecendo os benefícios feitos pelo Brasil ao seu país, negando toda a solidariedade com o passado, se não vier rancorosa e reacionária como em 1852.

Paro aqui, renovando a V.Exa. os protestos da perfeita estima e subida consideração com que sou

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Montevideú, 24/8/54.

Ilmo. Exmo. Sr. e Amigo,

Recebi a carta com que V.Exa. me honrou, e que cobria duas outras que o sr. Flores escreveu a V.Exa. e a resposta de V.Exa. Esta foi logo entregue, e aquelas vão inclusas nesta, segundo o desejo que V.Exa. me manifestou.

Agradeço cordialmente esta delicada lealda[de] de V.Exa., a qual me torna mais restrito o dever de dedicar-me cada vez mais ao gabinete atual e à pessoa de V.Exa., a quem sou mui deveras afeiçoado. Desta vez, tenho a fortuna de servir debaixo das ordens de completos cavalheiros.

Flores está jesuiticamente preparando a sua reeleição. Nada a pode

impedir, senão a intervenção enérgica do Brasil; mas se este não quer usar desse direito, será melhor não dar a Flores conselhos dos quais ele venha a concluir, segundo a sua lógica, que foi reeleito contra a vontade do Governo Imperial.

Não quero importunar a V.Exa. com a ladainha política, porque sei que há de ter informações dadas pelo amigo Lessa.

Quando V.Exa. puder concorrer para tirar-me daqui, faça esse favor a um amigo devotado e que limita toda a sua ambição a voltar para a sua antiga ermida do Flamengo.

Queira V.Exa. dar-me as suas ordens e aceitar os protestos da verdadeira amizade e da mais subida consideração, com que tenho a honra de ser

De Vossa Excelência
Amigo fiel e criado certo,
José Amaral



AHI • 316/03/01

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1854.

Exmo. Amigo e Sr. Amaral,

Agradeço com a maior satisfação os termos com que V.Exa. respondeu à minha última carta. Sou amigo de V.Exa., mas, ainda quando o não fosse, não procederia de outro modo, porque essa franqueza e consideração que tive com V.Exa. é um dos meus dogmas políticos nas relações do governo com os seus agentes.

O sr. brigadeiro Flores dignou-se de responder a carta que lhe dirigi por intermédio de V.Exa.. Rogo a V.Exa. que tome o trabalho de ler a carta junta, e de enviá-la ao dito sr. Flores, se no competente juízo de V.Exa. não houver nela inconveniente. Escrevi-a à pressa e é este mais um motivo para que eu desconfie do que escrevi. Junta também remeto a mencionada carta do sr. Flores, a qual V.Exa. me devolverá quando lhe aprover.

Avalio bem o enfado que já lhe tem causado Montevidéu e a sua diplomacia. Tenha, porém, V.Exa. paciência, que é preciso ajudar-nos a levar essa cruz até onde for possível levá-la.

Console-se V.Exa. com a segurança de que tem no ministério amigos e afeiçoados que apreciam o mérito de V.Exa., conhecem as dificuldades que estorvam o bom êxito de nossos desejos e, finalmente, sabem o que deve um governo a quem o representa em país estrangeiro e, muito particularmente o Brasil, aos seus agentes no Rio da Prata.

Sou como sempre

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

PARTICULAR¹

Montevidéu, 4 de julho de 1855.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Uma barca americana, que anteontem chegou do Rio de Janeiro a este porto, trouxe-me um exemplar do *Correio Mercantil*, do dia 17 do mês passado, no qual li a notícia da modificação que sofreu o gabinete brasileiro.

Vejo que, em virtude dessa modificação, V.Exa. trocou a sua antiga pasta pela dos Negócios Estrangeiros. Não dou a V.Exa. o parabém da tarefa que agora tem a seu cargo; mas dou-o à nação e ao corpo diplomático. V.Exa. verá, antes de muito tempo, que não falo assim por lhe fazer lisonjas que venham a ser-me proveitosas.

Quando saúdo ao meu novo chefe, com tanta cordialidade e desinteresse, não procuro sequer disfarçar a saudade que me deixa o chefe que acabo de perder. Devo ao sr. visconde de Abaeté tanta gratidão, que eu

1 N.E. – Intervenção manuscrita, abaixo da saudação: “Respondida a 12 de julho de 1855”.

desejaria manifestar-lha do único modo que posso, isto é, retirando-me com ele desta comissão em que dele recebi constantes provas de confiança.

Na ocasião em que recebi a notícia da modificação do gabinete, preparava-me para fazer a mala que há de ir amanhã pelo *Camilla*. Suspendi a parte política dessa mala e deixo ir somente o que é relativo ao expediente oficial da legação.

Estou certo de que V.Exa. compreende a conveniência da regra, que seguimos na nossa carreira, quando se dá o caso em que acho-me atualmente. Em sinal de bem entendido respeito ao ministro que se retira e ao que entra, os chefes das missões de alta confiança, como é esta de que me acho encarregado, costumam considerar-se suspensos enquanto não recebem ordens que lhes dissipem as incertezas que causa a mudança da pessoa que dirige as relações internacionais.

Não sei ainda qual foi o motivo da modificação do gabinete imperial. À vista das condições em que está atualmente a política internacional do Império, não é possível deixar de dar certa significação à súbita retirada do distinto estadista que a dirigia. Aqui em Montevideu, por exemplo, atribuem a crise ministerial principalmente aos negócios da República Oriental.

Nessa hipótese, que não seria inadmissível, se eu devesse basear o meu juízo em certos incidentes reveladores do singular pressentimento com que algumas pessoas aqui esperavam o que acaba de acontecer no Rio de Janeiro, quem me afiançaria que as respostas que eu desse às cartas e confidentiais que ultimamente tive a honra de receber do meu respeitável chefe e amigo, o sr. visconde de Abaeté, não seriam, hoje, para o meu novo ministro, ao menos inúteis anacronismos?

Pareceu-me, portanto, prudente aguardar as ordens de V.Exa., para proceder com acerto.

Todavia, não entendo que esta minha respeitosa reserva possa ficar prejudicada se eu der a V.Exa. algumas notícias do meu distrito, sem pretender que as minhas informações compitam, de nenhum modo, com outras que V.Exa. receba de melhor fonte.

Se me não engano, V.Exa. sabe qual é a minha humilde opinião relativamente ao futuro desta república e à política imperial nestas paragens. Não tenho nenhum motivo para mudar de parecer, nem mesmo para modificá-lo. Tenho, pelo contrário, cada dia novas razões para votar como tenho votado até agora. E, agora mesmo, o que está se passando em Buenos Aires não vem confirmar o meu juízo a respeito do Estado Oriental? Só Deus poderá organizar os Estados do Rio da Prata

sem transformá-los. Aplico esta asserção especialmente ao meu distrito. Aqui, qualquer obra que se fundar nos alicerces atuais há de ir bem somente até certa altura, daí para cima não irá, virá abaixo infalivelmente.

Desta convicção nasce-me a tediosa indiferença com que olho tudo quanto atualmente se passa aqui, quer sejam movimentos do governo, quer sejam medidas parlamentares, quer sejam os programas dos partidos. Tudo isso parece-me ainda mais quimérico do que o é em Buenos Aires e na Confederação Argentina. Ora, penso que não me engano muito presumindo que não é somente pueril, é também perigoso, o fazer cálculos de alta política baseados em elementos tão manifestamente contingentes.

Quanto ao presente, o fato principal, e talvez o mais grave, é a miséria oficial. Penso que se a fome da gente que tira do Tesouro o pão não causar alguma tentativa de desordem, a paz se manterá até ao 1º de março. Todos os partidos reconhecem que qualquer tumulto agora seria vantajoso somente ao sr. Flores.

Este sr. continua a fundar as suas esperanças no Brasil e confia muito no êxito da missão do sr. Rodrigues. Ao que parece, a carta que V.Exa. lhe escreveu, há tempo, não o desanimou, porque ontem disse-me que a entrada de V.Exa. para o Ministério dos Negócios Estrangeiros é uma probabilidade muito importante a favor do governo oriental. Com motivo, ou sem ele, aqui reina a crença de que as dificuldades da questão pecuniária provinham do sr. visconde de Abaeté contra o voto do sr. marquês de Paraná e o de V.Exa. O sr. Flores partilha esta crença, em sumo grau, e daí vem a fé com que saúda a V.Exa. no seu novo posto. Neste sentido escreve a V.Exa., penso eu, e a sua carta é uma espécie de pomba de Noé que vai sondar o terreno. Quem sabe se será antes o corvo?

Junto a esta carta uma cópia de um projeto que tem por fim contrair um empréstimo na praça de Montevidéu, para que o sr. Flores tenha meios de levar a sua presidência até ao fim de fevereiro próximo futuro. Os negociantes consultados acharam que a idéia era boa e o negócio ótimo, porém, declararam que não emprestam nem um vintém, senão no caso em que a legação do Brasil afiance ao menos a continuação da situação atual. Foi por este motivo que o projeto veio parar à minha mão. Até agora, tenho procurado ganhar tempo com evasivas, porque não acho conveniente afiançar coisa alguma e, ao mesmo tempo, receio que o sr. Flores tome como hostilidade a ele a minha recusa de afiançar a situação.

É provável que, pelo primeiro pacote, ou talvez antes desse, por algum vapor da Armada Imperial, venham ordens de V.Exa. que me habilitem, ou a outrem, para proceder com acerto. Antes disso, tudo

quanto eu diga é inútil, bastando prevenir a V.Exa. que, nesta ocasião, não há aqui nada de extraordinário.

Repetindo a V.Exa. os meus velhos protestos de dedicação, tenho a honra de ser, com todo o respeito,

De Vossa Excelência,
o mais atento servidor e sincero amigo,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1855.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Maria do Amaral,

Ministro novo,² com a correspondência de dois paquetes para despachar e tendo de assistir, ao mesmo tempo, à discussão de orçamento do seu ministério. V.Exa. sabe o que isso é. Desculpe o que lhe parecer obscuro ou muito lacônico.

O Lamas escreveu-me a carta de que junto aqui uma cópia. Chamo a atenção de V.Exa. para essa carta, que tem alguma coisa de misteriosa, mas que pode ser em grande parte decifrada, tendo-se à vista a notícia, que dei a V.Exa., relativamente às pretensões políticas desse sr.

Creio que o pensamento do sr. Lamas foi recomendar-nos a política expectante. Era, creio eu, bem escusada a recomendação.

De V.Exa.
Amigo muito atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



2 N.E. – O conselheiro Paranhos passou, em 14 de junho de 1855, da pasta da Marinha para a dos Negócios Estrangeiros, que dirigiu até o fim do Ministério da Conciliação, em maio de 1857.

AHI • 316/03/01

PARTICULAR³ N. 2

Montevidéu, 13 de julho de 1855.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Pelo vapor *Jequitinhonha*, tive a honra de receber o aviso oficial da nomeação de V.Exa. como ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. De acordo com o comandante desse vapor, aprazei a saída dele para depois da chegada do *Camilla* a Montevidéu. O *Jequitinhonha*, pois, será portador das respostas que devo aos despachos que ele trouxe de V.Exa.

O sr. Pedro Ferreira de Oliveira embarca hoje no *Viamão* para o Rio de Janeiro. Por ele remeto esta carta.

No meu distrito não há novidade que deva ser comunicada a V.Exa. Não dou importância a incidentes menores e efêmeros de que, aliás, V.Exa. há de ter notícia por outras vias.

Tomada a intervenção no sentido em que viemos por fim a defini-la, parece-me que tudo é secundário com relação à questão maior, que é a da paz no Estado Oriental. Penso eu que não teremos grandes dificuldades para desempenhar a nossa tarefa policial até março do ano que vem, segundo o protocolo, ou até outubro deste ano, se o gabinete imperial permanece na resolução que ultimamente me intimou o visconde de Abaeté.

Por aqui dão grande atenção a tudo o que aí está passando a respeito do Paraguai. Não me acho ainda habilitado para dizer qual é a verdadeira disposição da opinião pública acerca deste negócio. Noto, desde já, que é visível a impressão que causou nesta gente a manifestação unânime e viva da opinião nacional do Império contra o Paraguai. Essa impressão destruiu, com proveito nosso, muitas ilusões desta gente.

O sr. Thornton, que já estive no Paraguai e que conhece perfeitamente o sr. Lopes, disse-me que, na sua opinião, basta um negociador firme para obrigar o presidente do Paraguai a ceder. Para confirmar esta asserção, contou-me ele alguns incidentes curiosos que tiveram lugar durante a missão do sr. Hothan, de quem o sr. Thornton foi secretário.

3 N.E. – Intervenção manuscrita, abaixo da saudação: “Respondida em data de 10 de agosto de 1855”.

A propósito do sr. Thornton ocorre-me falar a V.Exa. de um incidente que é de certa gravidade. O sr. Borges diz-me que a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros não recebeu a mala que esta legação remeteu no mês de junho deste ano pelo vapor *Camilla* e, entretanto, afirma ele que a mala foi entregue em mão do próprio sr. Thornton! Não acha V.Exa. que seria conveniente remeter a mala por um oficial da Armada Imperial como outrora se fazia, se não me engano?

A esta hora, V.Exa. tem aí o famoso João Carlos Gomes, amigo íntimo de V.Exa. e também do atual ministro do Brasil em Montevideu. É bom que V.Exa. saiba qual é a verdadeira causa da viagem do nosso amigo. Fugiu ele de Montevideu para evitar o punhal de um negro que o surpreendeu em adultério com uma mulata, mulher do tal negro. Parece-me que haverá aqui estrondoso escândalo por causa deste negócio.

Agradeço a V.Exa. os termos em que me escreveu pelo *Jequitinbonha*. Muito boa vontade tenho de conservar-me em meu posto enquanto durar o atual gabinete, muito principalmente estando V.Exa. com a pasta dos negócios externos, porém, receio que os médicos me obriguem a pedir férias. Neste caso conto com a proteção de V.Exa.

No entanto, aqui estou às ordens de V.Exa., com a dedicação de quem tem a honra de ser, com a mais elevada consideração

De Vossa Excelência,
o mais atento venerador e obrigado amigo,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR⁴ N. 3

Montevideu, 20 de julho 1855.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Pelo *Camilla*, que entrou neste porto ontem, às seis horas da tarde,

4 N.E. – Intervenção manuscrita, abaixo da saudação: “Respondida em 10 de agosto de 1855”.

recebi, com a correspondência oficial, três cartas particulares que V.Exa. teve a bondade de escrever-me em doze do corrente mês.

Uma dessas cartas é relativa ao negócio de d. Pedro Angelis. Vou cumprir as ordens que V.Exa. me dá.

A outra carta foi escrita em resposta à que tive a honra de escrever a V.Exa. em 4 deste mês. Cordialmente agradeço a V.Exa. as expressões benévolas com que reanima o meu espírito, abatido pelas moléstias e pelo peso de uma tarefa tão superior às minhas forças.

Receio muito parecer indócil e passar, talvez, por incapaz de apreciar a bondade com que me trata o meu novo chefe, se não lhe der uma prova de evidente boa vontade esforçando-me por vencer a minha fraqueza. Creia, pois, V.Exa. que procurarei executar com lealdade e zelo as ordens que V.Exa. me der. Ouso, porém, pedir com todo o empenho a V.Exa. que complete as suas bondades para comigo usando de absoluta franqueza. A franqueza para mim é verdadeira e digna de apreço, mui principalmente nos casos em que outros costumam tomá-la em mau sentido.

A terceira carta que recebi de V.Exa. cobre cópia de outra que a V.Exa. escreveu o sr. d. Andrés Lamas e da qual tratarei em outro ponto desta minha carta.

Em boa hora tomei a resolução de demorar aqui o vapor *Jequitinbonha* até a chegada do *Camilla*, do Rio de Janeiro. A mala que me trouxe este vapor anulou as respostas que eu dava às confidenciais de V.Exa. que recebi por aquele primeiro vapor no dia sete deste mês.

À série de importantes questões que V.Exa. me propôs, na sua confidencial de 30 do mês passado, respondia eu pronta e mais ou menos terminantemente, fundando-me nos dados que aqui tinha. A correspondência que recebi pelo *Camilla* veio tornar-me um tanto difícil a declaração de um voto seguro sobre os pontos em que V.Exa. me interroga. Resolvi, portanto, cassar as informações que estavam prontas para irem pelo *Jequitinbonha* e estudar a situação no ponto de vista novo em que ela agora aparece, para que eu possa dar conscienciosamente as informações que V.Exa. exige de mim.

No entanto, o *Jequitinbonha* levará a V.Exa. esta carta particular, na qual esboço a situação atual e, principalmente, os pontos dela que me causam incertezas e receios.

Eis aqui as considerações que se têm oferecido ao meu espírito depois que recebi a mala do *Camilla*.

O programa do sr. Lamas, que de ontem para hoje se espalhou nesta cidade, é um fato de suma importância e de muita gravidade. É talvez

o gérmen de uma crise e de uma nova situação que ninguém pode ainda definir.

A importância dessa brochura está, sem dúvida, no assunto de que ela trata. A sua gravidade consiste na forma ou no tom em que o assunto foi tratado.

O programa do sr. Lamas é uma agressão direta e violenta não só à candidatura do sr. Flores como também aos defeitos pessoais do homem.

O sr. Flores é decididamente candidato à nova presidência, e tem por si todo o Senado e uns vinte votos na Câmara dos Representantes. Não me parece que seja possível evitar-lhe a reeleição, senão criando um novo corpo legislativo. Esta criação só é possível por meio de uma revolução.

De todas as candidaturas, a mais antipática ao sr. Flores é a do sr. Lamas. Depois do programa deste sr., a antipatia daquele há de achar-se agravada pelo ressentimento.

O sr. Flores é hoje o único caudilho e, como tal, pode perturbar a Campanha. Eu sei que os seus chefes políticos têm, alistados e prontos às ordens dele, uns mil e quinhentos homens.

A carta do sr. Lamas, que V.Exa. acha misteriosa, parece-me transparente como a luz. Eu devo crer que este nosso amigo está de boa-fé conosco, mas não sei se os amigos dele aqui estão no mesmo caso para com ele. Pode, pois, o sr. Lamas enganar-nos porque se ache também enganado.

O sr. Lamas pede licença a V.Exa. para informá-lo de que a sua correspondência *blanca* e *colorada* o autoriza a crer que, ao menos por agora, está conjurado o perigo de um movimento armado.

V.Exa. sabe o que, a este respeito, eu disse por vezes em minhas cartas ao sr. visconde de Abaeté.

O que hoje sei, com toda a certeza, é que o sr. Herrera y Obes instiga muito e continuamente o general Urquiza para que influa na futura eleição do presidente da República Oriental, contrabalançando a influência que o Brasil há de ter nela. O sr. Herrera y Obes também afirma, como o sr. Lamas, que tem por si os *blancos* e os *colorados*.

Das considerações que tenho feito, não infira V.Exa. que tenho prevenções sistemáticas contra a candidatura do sr. Lamas, nem a favor da do sr. Flores. Procuro a verdade para dizê-la a V.Exa.

A verdade que procuramos achar não pode aparecer senão depois que a leitura do livro do sr. Lamas houver produzido o seu efeito no es-

pírito público. Espero a manifestação deste espírito para estudá-lo e dar a V.Exa. a minha humilde opinião com lealdade e fundamento, já que V.Exa. tem a bondade de querer ouvi-la.

Se, nas circunstâncias atuais, eu procedesse de outra maneira, seria leviano e não poderia dizer a verdade a V.Exa., porque penso que o programa do sr. Lamas veio inutilizar todos os dados com que eu anteriormente prejulgara os acontecimentos políticos deste país.

Lendo a carta que o sr. Lamas escreveu a V.Exa., acho nela argumento para autorizar este meu parecer. O próprio autor da carta reconhece tanto a transformação e contingências que resultam da apresentação do seu programa, que de antemão se submete às conseqüências delas e, em todo o caso, previne a V.Exa. de que só em agosto se poderá saber que caminho levam as coisas.

Pelo paquete de 5 de agosto, se antes não se oferecer alguma outra ocasião, já poderei satisfazer a todos os pontos que V.Exa. me propôs.

A respeito da permanência ou não da Divisão Auxiliadora, direi hoje unicamente uma palavra. V.Exa. sabe qual é o meu modo de definir as conveniências da política imperial neste território, portanto, pode presumir o sentido em que eu voto a este respeito.

Com relação às conveniências deste país, ainda o meu voto seria idêntico ao que daria naquele caso.

Porém, o programa do sr. Lamas faz vibrar os nervos da nacionalidade oriental contra a presença de uma força estrangeira no país. Ora, é evidente que, se a bandeira do novo candidato for aceita, devem com ela prevalecer todas as idéias que nela estão simbolizadas e que cifram-se em independência e organização do Estado Oriental sem [*ilegível*] nem baionetas estrangeiras.

Uma proposição arrisco eu, desde já, em todo o caso. O sr. Lamas terá poder para subir à presidência com o concurso de todos os partidos; mas, uma vez sentado na cadeira suprema, se não tiver dinheiro ou força do Brasil ou de qualquer outro aliado, há de ver desmoronar-se a sua torre de Babel.

Por hoje só me resta reiterar os protestos do respeito com que tenho a honra de ser

De Vossa Excelência
Amigo muito fiel e criado certo,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR N. 4

Montevidéu, 4 de agosto de 1855.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Pelo vapor *Jequitinbonba*, que deste porto saiu no dia 21 do mês passado, respondia a duas das três cartas particulares com que V.Exa. honrou-me em 12 daquele mês.

Agora respondo à terceira carta, participando a V.Exa. que já cum-pri as ordens que me deu, relativamente ao sr. Pedro de Angelis. O sr. Borges entregou a esse sr. um conto e quinhentos mil réis, dos quais vai agora o recibo por via oficial.

Penso que o sr. Angelis ainda desta vez escreve a V.Exa. sobre este negócio. De uma conversa que comigo teve infiro que o homem está descontente. Disse-me que, já que entendemos que o serviço que fez ao Império pode ser bem remunerado com moeda, devíamos avaliá-lo em mais alguma coisa do que as quinze onças com que cobrimos as vinte e cinco despendidas com a impressão do folheto. Em todo o caso, julga-se ele ainda com direito a uma placa ou pelo menos um hábito!

Assim mesmo descontente como está, ou como se mostra, o sr. Angelis teve o cuidado de dar-me a entender que tem sob a pena um exame das nossas questões com o Paraguai.

Esta declaração foi-me feita em termos tão amorosos, que fico autorizado a pensar que ele não se daria por muito insultado se lhe fizessem uma nova desfeita de quinze onças.

Estou de contas justas com V.Exa. quanto à nossa correspondência particular. Não há mais expediente, entraremos na ordem do dia.

Vou dar parte à Vossa Excelência do que se tem passado com o folheto do sr. Lamas.

Logo à chegada do *Camilla*, o programa do sr. Lamas foi recebido com muito especial agrado e a multidão dos descontentes de todas as cores – que não são poucos, em verdade – abraçou com certo entusiasmo as idéias de uma reação contra o sr. Flores.

Em casa do sr. Herrera y Obes se reuniram os srs. Hordeñana, Antuña, Muñoz, Candido Juanicó, Bustamante e outros.

A reunião tinha por objetivo discutir e adotar o plano para pôr em execução o pronunciamento pacífico insinuado pelo sr. Lamas aos seus amigos.

Nas cartas que esse sr. escrevera para os seus em Buenos Aires e em Montevidéu provocando-os a manifestarem-se pública e prontamente por meios pacíficos, e até com armas, se for necessário, afiançava-lhes a cooperação do Brasil em todos os sentidos.

Essa cooperação era a base em que os partidários da manifestação se apoiavam.

O sr. Herrera y Obes, porém, entendeu que era imprudente fiar-se em asserções improváveis e promessas destituídas de garantia suficiente para dar confiança aos que haviam de tentar uma empresa tão arriscada contra um homem da têmpera do sr. Flores.

A série de observações feitas pelo sr. dr. Herrera y Obes calmou o entusiasmo e acordou a prudência dos conjurados. Estes se retiraram resolvidos a pedirem ao sr. Lamas a certeza da cooperação do Governo Imperial.

Isto é, em resumo, o que se passou em casa do sr. Herrera.

Agora direi o que, quase simultaneamente, teve lugar no Forte.

A leitura do folheto produziu no ânimo do sr. Flores um efeito instantâneo e bilioso no último ponto. Das asserções do sr. Lamas concluiu logo que o Governo Imperial protege e até dirige o plano do autor do folheto.

A conseqüência desta impressão do sr. Flores foi a série de medidas que ele imediatamente tomou para repelir a agressão que lhe preparavam. Todas elas são medidas que tendem a tornar o sr. Flores senhor da situação.

A guarda nacional foi convocada e organizada sob o comando do sr. Sayago, compadre e íntimo do sr. Flores.

Foram ordens aos chefes políticos em toda a Campanha para terem, em termos de prestarem serviços, uns certos mil e quinhentos homens de que já falei a V.Exa. na minha carta antecedente.

Além disto o sr. Flores começou logo a organizar dois batalhões de negros. Não faltou quem lhe fosse subministrar o armamento necessário, vendendo-o a prazos largos.

Com o título de Sociedade da Paz, estão também organizados em corpo todos os melhores amigos do presidente.

Está assim pronta a reação contra a manifestação promovida pelo sr. Lamas.

Na mesma noite do dia em que tudo isto se passava, isto é, um dia ou dois depois da chegada do *Camilla*, o sr. Flores veio à minha casa. Estava então calmo, porém achei-o ironicamente afetuoso.

O intróito da sua conversa foi logo o folheto do sr. Lamas. Este opúsculo, na opinião do sr. Flores, confirma a sua suspeita de que, no Rio de Janeiro, o seu próprio ministro conspirava contra ele. Eu fui inexacto quando chamei à conversa a expansão do sr. Flores. Era um monólogo, porque, enquanto ele discorreu, guardei eu profundo silêncio para não aceitar algumas asserções que indiretamente me eram lançadas.

Depois de uma pausa curta na conversa que encetara contra o sr. Flores, digo, contra o sr. Lamas, o sr. Flores perguntou-me, em tom verdadeiramente afetuoso, que notícias tinha eu do sr. visconde de Abaeté.

Respondi que S.Exa. estava enfermo.

O sr. Flores replicou-me que sentia sinceramente os incômodos do sr. visconde de Abaeté, porque se reconhece muito obrigado àquele sr. e, sem esperar que eu lhe perguntasse os motivos de tanta gratidão, foi logo explicando-mos. “O visconde de Abaeté – disse ele – retirou-se do gabinete porque não quis tomar parte nas infâmias do sr. Lamas contra o presidente da República Oriental”.

Adverti ao sr. Flores de que o seu dito em elogio ao sr. visconde de Abaeté era uma argüição implícita aos atuais membros do gabinete. O sr. Flores respondeu-me que suspendia o seu juízo até ver se o gabinete desmentia as asserções do sr. Lamas.

No correr da conversa notei que o sr. Flores se mostra profundamente ofendido pela acusação que lhe faz o sr. Lamas de ter proposto ao Governo Imperial o protetorado e até a incorporação do Estado Oriental. O sr. Flores pretende que esta circunstância não pode ter sido revelada ao sr. Lamas senão pelo governo brasileiro ou por mim, e ainda disto infere que há contra ele uma liga que é dirigida ou ao menos apoiada pelo Brasil.

Eis aí tem V.Exa. o resumo do que se passou. Agora direi a V.Exa. o que penso de tudo isto.

Parece-me que o sr. Lamas procedeu com alguma imprudência.

O seu folheto, lançado em fevereiro, seria um raio mortífero para o sr. Flores. Em agosto, foi um aviso salutar que o pôs alerta e deu-lhe forças.

O sr. Lamas tem em vistas evitar a reeleição ilegal do sr. Flores. Não é possível evitá-la senão ganhando os deputados que hão de reelegê-lo, ou fazendo uma revolução.

Para conquistar os deputados, o folheto não era necessário; é nocivo. Para fazer a revolução, o folheto é extemporâneo.

Eu penso que todos, e principalmente os candidatos à presidência, são interessados em fazer, por meios pacíficos e legais, a transformação que se deseja. Mas se a revolução for indispensável, deve ser o menos revolucionária que for possível.

Para que a revolução se ache nessa condição é necessário que seja não uma agressão à ordem legal, mas sim uma reação contra a ilegalidade.

Ora, atacar a Flores dentro deste período que acaba em fevereiro é agredir o presidente legítimo. Essa agressão imprudente dá-lhe força e razão para descartar-se legalmente dos seus adversários. A revolução, se revolução houver, deve, pois, esperá-lo além do 1º de março, para reagir contra o usurpador.

Repito, pois, que a impaciência do sr. Lamas o levou a mover-se prematuramente.

Dizem-me que o sr. Peña foi causa desta antecipação do sr. Lamas. Não sei se V.Exa. está lembrado do que eu lhe disse a respeito daquele sr., logo que aqui cheguei. Tenho tido mais de um fato em favor do meu juízo.

O sr. Lamas escreveu para Buenos Aires a diversas pessoas e, notavelmente, ao dr. Azevedo. Escreveu para Montevidéu aos srs. Herrera, Castellanos, Muñoz, Tort, Rodrigues, Hordeñana, Antuña, Juanicó e outros. Vi algumas destas cartas e acho que elas comprometem o Governo Imperial. Em algumas, na que veio para o sr. Peña por exemplo, até se desenvolve a estratégia que, segundo dizia o autor, fora ordenada à Divisão Auxiliadora em favor da tal manifestação pacífica!

Consta-me que os amigos do sr. Lamas afirmam aos incautos que o coronel Tamarino veio de propósito, com instruções secretas para entregar ao general da divisão quando fosse ocasião de mover a divisão contra o sr. Flores.

Tenho sido apalpado pelos homens do pronunciamento e tenho-me conservado na neutralidade que V.Exa. me ordenou. Entre os apalpadores veio um que pareceu-me espião do sr. Flores, ainda que visse com todas as feições de lamista.

Se não me engano o sr. Lamas há de receber por este paquete algumas respostas, desaprovando o passo que ele deu.

De tudo o que expus a V.Exa. infiro que, ao menos por agora, abortou o projeto do sr. Lamas. Creio, pois, que posso continuar a dizer a V.Exa.

o que dizia ao sr. visconde de Abaeté, isto é, que a paz se manterá até ao 1º de março. Por agora, não quero afiançar nada daquela época em diante.

Isto não quer dizer que a minha missão não seja hoje mais árdua e desagradável do que o era antes da chegada do *Camilla*. Esta é a segunda vez que o sr. Lamas complica a minha tarefa com os seus escritos. V.Exa. lembra-se daquele célebre artigo que ele publicou no *Jornal do Commercio*, no dia mesmo em que eu embarquei para Montevidéu? Aquilo foi uma bomba que acordou, aí, os ministros de França e da Inglaterra, e que feriu aqui a vaidade de Flores e de seus compatriotas. Pois este folheto agora é a segunda parte daquele artigo.

V.Exa. verá da correspondência oficial que o sr. Buschenthal está nomeado plenipotenciário de Urquiza no Rio de Janeiro. Um dos objetos de que ele está encarregado é de predispor o Governo Imperial a tomar parte na candidatura do sr. Herrera y Obes como sucessor de Flores. O sr. Herrera teria alguma probabilidade de ser eleito se fosse apoiado. O próprio Lamas na carta que lhe escreveu, convidando-o para a manifestação pacífica, diz-lhe que ele é o seu candidato. O sr. Lamas nega a sua candidatura como as virgens pudibundas negam os seus amores. Infelizmente a presidência não está no caso dos namorados que poupam às virgens o pudor de dizerem sim. Ainda agora estou convencido de que o sr. Lamas seria presidente sem nenhuma dificuldade, se tivesse aceitado as pastas que lhe ofereceu o sr. Flores o ano passado. Era mais fácil reformar as coisas assim do que tentar agora a reforma por meio de uma brochura que vem acender as paixões por meio das discussões, em um país que se acha quase morto, justamente porque tem vivido cinqüenta anos a discutir em vez de executar. Não penso que o melhor modo de acabar o sistema das reações revolucionárias seja promover mais uma revolução com o título de manifestação pacífica. Perdoe-me V.Exa. se, além da longa confidencial n. 107 em que lhe escrevi tudo o que se passou e o que penso acerca do incidente Lamas, ainda o vim importunar com o mesmo assunto em carta particular. Rematarei o capítulo pedindo a V.Exa. que me dê as suas ordens a este respeito. Continuo a ser neutro, ou devo animar os reatores?

Levo à presença de V.Exa. a inclusa cópia de uma carta que me escreveu o general Santa Cruz.

Remeto todos os impressos e gazetas que tratam do folheto Lamas.

Com a correspondência oficial, vão as cópias de cartas que vieram dos srs. Lamas e Soto para os seus amigos e que foram parar às mãos do sr. Flores, de quem estão aqui com muito medo.

Por hoje faço ponto final, repetindo a V.Exa. os protestos da mais subida consideração com que sou

De Vossa Excelência,
o mais atento venerador e amigo obrigado,
José Amaral

[*Anexo*]

Cópia a que se refere a carta particular n. 4

Exmo. José Maria do Amaral,
Ministro Plenipotenciário del Brasil

Rosario, julio 5 de 1855.

Mi Muy Querido Colega y Amigo,

Me hallo de regreso de Paraná y muy satisfecho de haber tratado al general Urquiza, a quien he debido atenciones muy especiales, y mañana continuaré mi viaje por tierra con esperanza de llegar a la frontera de Bolivia en todo el presente mes.

Hasta ahora todo me ha sido favorable desde que me puse bajo los auspicios del pabellón brasileiro habiéndose esmerado tanto el comandante Lucio, como el sñr. Hoffmith, que manda la hermosa corveta *Magé* en tratarme con las atenciones más delicadas. Sin dejar de reconocer que las debo principalmente a la benevolencia del Gobierno Imperial y a las particulares recomendaciones de U., que nunca olvidaré, me creo en el deber de suplicarle que en su correspondencia al ministerio haga una mención de mi gratitud, al mismo tiempo que de mi deseo de que la muy honorable conducta de estos SS. sea aprobada.

El hermano de U., a quien he tenido el gusto de ver en Paraná, se halla impuesto de ciertas pequeñas quejas que el gabinete de la Confederación me ha expresado respecto del del Brasil, y sin dejar de considerarlas yo infundadas las he combatido con reflexiones generales, propendiendo siempre a demostrar la grande utilidad de ponernos de acuerdo todos los americanos del sur, bajo la benéfica influencia del Imperio.

El gral. Urquiza que abunda en sentimientos patrióticos y en opiniones en mi concepto muy moderadas, me ha asegurado de sus deseos de entenderse amigablemente en todas las cuestiones pendientes y de concurrir al arreglo de las del Paraguay y Uruguay, con el fin de alejar las complicaciones que pueden aumentarse se el gobierno del Brasil continuase persiguiéndolas solo, sin la concurrencia de los co-interesados.

Las quejas precitadas se reducen en lo principal a lo siguiente: 1º) a no haber invitado al gobierno de la Confederación a tomar parte en las negociaciones y en la Expedición del Paraguay, siendo él no menos interesado en la libre navegación de todos los afluentes del Plata y cuando su concurso no puede considerarse inútil, ya sea diplomática o ya sea militarmente; 2º) se cree lo mismo respecto del Uruguay, donde se considera excesivamente impopular la continuación del ejército brasero: esta es opinión no menos propagada en Buenos Aires, y en ambas partes se habla de la posibilidad de una reacción, a la cual en mi concepto no serían indiferentes.

Las credenciales que el sñr. de Amaral ha presentado en Buenos Aires han sido vistas igualmente de mal ojo; por que se considera herida por ellas la unidad de la confederación que estos SS. parecen dispuestos a no abandonar jamás.

Sé que sobre un acto igual se han hecho reclamaciones muy enérgicas ante el gobierno francés e que tienen seguridad de que la Inglaterra no seguirá su ejemplo. Todas estas y otras de menor importancia pudieran fácilmente arreglarse, como creo yo que conviene en el interés de la unión del sur bajo el influjo del Imperio, entendiéndose francamente con el gobierno del general Urquiza, a quien considero muy favorablemente dispuesto. Con este laudable objeto sería muy conveniente cualquier acto de atención de la parte de S. M. el Emperador que se ha echado de menos en la época anterior. El gral. Urquiza es ciertamente más acreedor que el sñr. López y otros a la benevolencia de S.M. y se halla en capacidad de servir bien a la causa de la unión, como pudiera contrariarla estando disgustado. Su presidencia me parece bastante asegurada, porque está con la opinión sincera de la provincia en que se halla y cuenta con la adhesión de los gobernadores de las otras provincias, cuya tendencia es a vivir en paz.

Haga U. el uso que crea conveniente de estas indicaciones que me permito hacerle privadamente como amigo sincero del Brasil y muy reconocido a las bondades que S. M. I. y todos sus agentes se han dignado

dispensarme. Las ocurrencias posteriores espero que me proporcionarán ocasiones de acreditar más claramente estos sentimientos; entre tanto me complazco en asegurar a U. de mi amistad suscribiéndome su muy atento S.S. (Assinado) El Mariscal Andrés Santa Cruz



AHI • 316/03/01

PARTICULAR N. 1

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1855.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Maria do Amaral,

Recebi a carta particular que V.Exa. escreveu-me em data de 13 do mês último e designou com o n. 2.

A confiança que V.Exa. tem na conservação da paz desse país, enquanto estiver esta apoiada na divisão brasileira, eu também a partilho, apesar dos boatos e previsões em contrário, que daí saem para terem eco nesta corte e na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

O que não posso com segurança julgar é o grau de perigo que correrá a ordem pública nesse Estado, logo que faltar o nosso apoio material. Segundo o sr. Rodriguez, o general Flores não teme os seus adversários e se crê sustentado pela maioria do seu país. Será assim? Até que ponto é razoável essa seguridade?

Há uma expressão na carta de V.Exa., a que respondo, que pode envolver um pensamento de importância. Desejo que V.Exa. o exprima com franqueza.

“Penso eu que não teremos grandes dificuldades para desempenhar a nossa tarefa policial etc.” – As palavras “tarefa policial” são as que chamaram o meu reparo.

Crê V.Exa. que mais alguma coisa podíamos ter feito, e podemos fazer, além da conservação da paz, do auxílio pecuniário, para ajudar o governo oriental a melhorar o seu estado financeiro, e dos conselhos e esforços amigáveis, com que procuramos induzir o governo às reformas econômicas indispensáveis a sua existência nacional?

A conservação da paz, acompanhada de economia, fiscalização e alguma iniciativa de novos meios de renda, eis o que mais urgentemente reclama esse país. Temos concorrido para esse fim? Creio que sim. Se o governo oriental não tem feito quanto estava de sua parte, a culpa é dele e dos seus concidadãos. Não podemos fazer novos sacrifícios.

Muito estimei que as vozes que se ouviram nas câmaras, e o que se disse pela imprensa do Rio de Janeiro a respeito do Paraguai, produzissem aí uma impressão favorável ao Império. Se o sr. Thornton é sincero, está ele mais de acordo com as disposições atuais do seu governo do que alguns dos seus colegas. As conversações que temos de Londres e de Paris nos fazem crer que o governo britânico e o da França não autorizam esse antagonismo e desconfiança que contra nós manifestam ou têm manifestado alguns dos seus agentes na América.

O fato que V.Exa. refere a respeito da mala enviada por essa legação no mês de junho não é exato; pelo menos não se deu aqui por falta de alguma correspondência acusada por essa legação. Pelas respostas terá V.Exa. verificado se houve com efeito o extravio suposto pelo sr. Borges.

Aprovo que V.Exa., bem como o seu colega na Confederação Argentina, envie por um oficial da Armada Imperial a mala respectiva, sempre que haja negócio reservado e de importância. Ponha-se V.Exa. de acordo com o seu dito colega a esse respeito e, ele ou V.Exa., requirite o oficial sempre que seja conveniente, como outrora se praticou.

Aqui ainda se acha o sr. Juan Carlos Gomez e o seu irmão. A ambos tenho visto na galeria da Câmara dos Deputados, sendo o segundo ali mais assíduo. O sr. Gomez não me procurou, nem eu também julguei que devia ir cortejar essa influência. O sr. Gomez visita ao sr. Lamas. O sr. Rodriguez disse-me que ouvira ao próprio Gomez que este pretende regressar brevemente para o Rio da Prata.

Renovo a segurança da particular estima e subida consideração com que sou

De V.Exa.

Amigo muito venerador e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

PARTICULAR N. 2

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1855.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Maria do Amaral,

Tenho presente a carta particular de V.Exa., datada de 20 de julho último e designada com o n. 3.

Agradeço a segurança que V.Exa. me dá de auxiliar-me, não só com o seu zelo oficial, mas até com a dedicação de amigo. Pode V.Exa. contar com a mais perfeita reciprocidade em todas as condições de seu amigável concurso.

Estou ansioso pelas respostas e notícias que V.Exa. ficou de enviar-me pelo pacote que deve chegar hoje ou amanhã. No entretanto, vou acompanhar a V.Exa. na vista d'olhos que lançou sobre o estado político nesse país no momento em que me escrevia a sua mencionada carta.

V.Exa. terá notado que eu lhe exprimi, inda que em termos menos explícitos, o juízo que V.Exa. forma sobre o folheto ou programa do sr. Lamas.

É uma brochura bem escrita, que a todos concilia, menos ao homem que está no poder; que a todos absolve, menos a esse homem; que oferece como vínculo aos *colorados* dissidentes e aos *blancos* ódio contra o general Flores, e o seu ressentimento contra o Brasil. Aos *blancos* oferece ele especialmente essa satisfação de ressentimentos e preconceitos contra o Império, prometendo que o candidato da liga há de viver independente da influência que o Brasil pode derivar dos seus auxílios pecuniários e militar.

Eis a grande estratégia do sr. Lamas, calculada para atuar não só aí, como aqui. Aqui, já ele a tem posto em ação pelo órgão do *Jornal do Commercio* e, no parlamento brasileiro, pelo órgão do sr. Ferraz. Leia V.Exa. as notícias daquela gazeta e as discussões desse sr. deputado, a que tive de responder.

O sr. Lamas contava – e talvez ainda conte – com a influência que alguns aí lhe atribuem nos conselhos do gabinete imperial relativamente ao Estado Oriental. Mas o que é verdade é que nenhum inimigo do Governo Imperial poderia proceder com mais habilidade nem com mais violência.

V.Exa. sabe que sempre tive o sr. Lamas como amigo da aliança do Império, e que nunca fui contrário às suas pretensões políticas. Não lhe parecerei suspeito quando assim me exprimo. Ainda hoje não considero que a candidatura do sr. Lamas seja perigosa ao Império, mas não creio que a possamos apoiar, e até receio corresponder-me por escrito com esse sr., que poderia achar em minhas cartas matéria própria de alguma nova brochura. Os ataques que me dirigiu o sr. Ferraz talvez partissem dele e do sr. Gomez.

O sr. Flores – diz V.Exa. – é decididamente candidato à nova presidência, e tem por si todo o Senado e uns vinte votos na Câmara dos Representantes. Não me parece que seja possível evitar-lhe a reeleição, senão criando um novo corpo legislativo. Esta criação só é possível por meio de uma revolução.

A lealdade e honradez do sr. Flores são duas qualidades tão preciosas nesse país, que eu não julgaria conveniente demover a esse sr. de seu intento – apesar da falência de outros atributos necessários – se essa candidatura não estivesse sujeita à pecha de inconstitucional. A acusação de um novo ataque à Constituição da República é grave e coloca-nos em séria dificuldade. Desejo conhecer o que pensa V.Exa. sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da candidatura do atual presidente, sobre a política que deva adotar o Governo Imperial relativamente a essa candidatura e a quaisquer outras que se apresentem.

Não ocultarei a V.Exa. que, quanto posso daqui ver e julgar, a melhor solução da crise que se aproxima, ou já se desenvolveu, seria um ato de abnegação do sr. Flores e a sua substituição por um cidadão igualmente honesto e bem intencionado.

Creio facilmente nas notícias que V.Exa. tem, a respeito do sr. Herrera y Obes, e não duvido que o general Urquiza queira ingerir-se nas coisas desse país, quando não seja com fito à uma influência, a que hoje não deve aspirar, para criar-nos dificuldade e persuadir-nos que carecemos dele.

Convém observar que relações têm todos esses manejos com a vinda do general Oribe. Para este acontecimento chamo mui particularmente a atenção de V.Exa.

V.Exa. me diz que não infira de suas considerações que V.Exa. tenha prevenções sistemáticas contra ou a favor das candidaturas dos srs. Lamas e Flores. Peço licença a V.Exa. para fazer-lhe a mesma observa-

ção. O meu fim é discutir com V.Exa. o que mais convém e descobrir a melhor estrada ou vereda por onde devamos tomar.

Estou inteiramente de acordo com V.Exa. em que o nacionalismo do programa do sr. Lamas poderá ser uma boa escada para subir à cadeira presidencial, mas para nela conservar-se será preciso mais do que o entusiasmo da coalizão que levantar essa escada. E não é preciso adivinhar para dizer qual seria a primeira porta a que iria bater o novo presidente assim elevado. O Brasil tem, pelo menos aí, o crédito de vizinho rico.

Sou como sempre,

De V.Exa.

Amigo muito venerador e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

PARTICULAR N. 3

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1855.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Maria do Amaral,

Tenho à vista a carta particular com que V.Exa. obsequiou-me em 4 do corrente mês de agosto.

Não sei a que preço reduziu o sr. Pedro de Angelis os 1:500\$ Rs que recebeu em onças espanholas. Pelo preço médio que estas têm na praça do Rio de Janeiro, aquela quantia de nossa moeda equivale a 50 onças. E, sendo assim, em vez de cobrirmos com aquele valor as 25 onças que ele diz ter despendido com a impressão do seu folheto [sic].

O sr. Angelis não levou muito a mal que lhe déssemos uma remuneração pecuniária pelo obséquio que nos prestou. Deseja porém, a par dessa, uma remuneração honorífica. Creio que ele a poderá obter em outra ocasião, continuando a dar-nos provas da sua afeição.

Não o demova V.Exa., quando não queira dar-lhe alguma animação para levar ao cabo a obra que já encetou a respeito das nossas questões com o Paraguai.

A ocasião seria oportuna para obter, como deseja, uma dupla remuneração.

Passemos ao importante assunto da carta de V.Exa.

Se V.Exa. tem bem presente o que lhe escrevi sobre o folheto do sr. Lamas, logo que dele tive notícia, terá notado que eu [prezei] o efeito que aí devia produzir.

O sr. Lamas é nosso amigo, devemos crê-lo; é ainda mais amigo da aliança que existe entre os dois países e de que ele foi o negociador por parte da república. Mas não creio que esse senhor não tivesse e não tenha em tudo isso suas miras pessoais.

É um espírito muito esclarecido, a primeira capacidade literária e política do seu país; mas o seu coração não é tão elevado como a sua inteligência. A ambição e o rancor dominam-no muitas vezes, e o seu folheto é uma prova evidente dessas fraquezas.

Errou completamente o caminho por que podia chegar ao primeiro cargo do seu país. A luz da sua inteligência mostrou-lhe o seu extraviado, posto que não pudesse fazê-lo retroceder. Por isso ele foi impellido a negar a sua candidatura.

Bem vi todo o artifício com que o autor do folheto procurou apresentar-nos como seus colaboradores; mas não acreditei que o sr. Flores nos julgasse capazes de um procedimento clandestino e desleal, e tão imprudente para demovê-lo da sua candidatura e proteger a de outro.

Os meus discursos na Câmara dos Deputados respondem dignamente a essas desconfianças e manejos, sem ter sido obrigado a pronunciá-los; porque é sempre inconveniente tratar por esse modo negócios internacionais, máxime em relação a povos que se acham nas circunstâncias em que esses estão para conosco. Hoje, felicito-me do serviço que o sr. Ferraz prestou-me com as suas interpelações e censuras.

Posso estar em erro, mas creio que foi o próprio sr. Lamas quem forneceu as armas que contra mim brandiu o sr. Ferraz, em tudo quanto esse sr. disse a respeito da pessoa do sr. Flores. As mesmas respostas devem destruir o castelo de cartas do sr. Lamas, aos olhos daqueles que nos julgam como somos, e não como outros são.

O Governo Imperial não está, até este momento, resolvido a favorecer nenhuma candidatura. Estimaria que o sr. Flores desistisse da sua pretensão, que decerto não se compadece com a sincera observância da Constituição da República, não porque veja um sucessor mais idôneo do que ele, considerados todos os atributos que deve ter o presidente desse Estado, mas por evitar uma nova ferida no pacto fundamental desse país e tirar essa bandeira aos novos intentos revolucionários.

Não pode, porém, nas circunstâncias atuais, apresentar ao sr. Flores essa opinião em outra forma que não seja a de um conselho amigável? E V.Exa. só o deverá exprimir em circunstâncias que esse conselho não vá dar vulto, no espírito desconfiado e [*calado?*] do sr. Flores, às preocupações que nele criaram o folheto e as cartas do sr. Lamas.

A candidatura Herrera y Obes não é antipática ao Governo Imperial, mas não lhe inspira a menor confiança de boa administração nesse país. V.Exa. já deve conhecer, tanto quanto eu conheço, as boas qualidades e defeitos daquele sr. Os seus precedentes como administrador e como político lhe devem também ser conhecidos.

Desde a entrevista que tive com o sr. Lamas em casa do sr. marquês de Paraná, logo depois que ele deixou de ser ministro da República, e da qual dei conhecimento a V.Exa., ainda não tornei a ver-me com o dito sr.

Previendo o que sucedeu, já eu estava muito receoso de falar e escrever a esse sr. Ele pode interpretar mal as nossas disposições e o sr. Rodriguez (posto que pouco vigilante) pode ver, pelo prisma das prevenções, qualquer passo amigável do ministro dos Negócios Estrangeiros do Império para com o opositor do governo de quem é ele delegado.

Aqui está tudo em paz. V.Exa. verá pelos jornais as discussões importantes que tiveram lugar no Senado.

Têm aparecido alguns casos de *cholera-morbus*, aqui e na Bahia, depois que apareceram no Pará. Há quem duvide que o caráter da moléstia esteja bem averiguado; e o que é certo é que a epidemia já declinou muito no Pará e que aqui ainda não se desenvolveu, e espera-se que não se desenvolverá.

O ministério julga-se firme. O que digo com algum pesar, porque estou muito necessitado de descanso.

Constou ao sr. marquês de Caxias que V.Exa. o supunha seu desafeto, ou lhe atribuía alguns atos de desconfiança. Disse ao marquês que essa notícia não deve ser exata e ele, mostrando-se sentido de que V.Exa. assim o julgasse, assegurou-me que não tinha por V.Exa. senão estima e consideração, ou o considere como particular, ou o considere no seu caráter oficial de ministro do Brasil.

Não tenho tempo para mais. Aceite V.Exa. os meus afetuosos protestos, pois sou

De V.Exa.

Amigo muito venerador e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

PARTICULAR⁵ N. 5

Montevideu, 15 de agosto de 1855.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Amanhã sai para esse porto a corveta francesa *Beaumanoir* pela qual escrevo a V.Exa. esta carta que, na estação presente, pode chegar ao Rio de Janeiro sem grande tardança. Escrevo-a porque tenho que dar a V.Exa. notícia de um incidente que ocorreu aqui depois da saída do *Camilla*.

Na minha carta anterior eu disse a V.Exa. que o folheto e as cartas do sr. Lamas tinham tornado a política do Império muito suspeitosa ao sr. Flores e, principalmente, aos seus amigos; e que o receio de serem abandonados lhes inspirara a resolução de se fortificarem no poder por todos os meios que lhes parecerem convenientes. O incidente de que vou falar a V.Exa. foi o primeiro dos passos que o sr. Flores tenciona dar para chegar aos seus fins.

Tomando por pretexto a oposição de uma gazetinha intitulada *Liberdade*, o sr. Flores, um destes dias, mandou fechar a tipografia dessa gazeta e a da *Nação*. Na mesma ocasião, chamou ao Forte o sr. Cantilo e, com maus modos e piores palavras, disse-lhe que o mandaria meter em um calabouço se ele continuasse a escrever contra o governo. Depois destes prelúdios, apareceu um decreto que, como V.Exa. verá do retalho junto, é o primeiro grau da censura prévia expressamente proibida pela Constituição do Estado Oriental.

Este decreto espalhou o terror na cidade, porque todos o consideram, como o primeiro passo da ditadura. Constou-me, com efeito e por canal seguro, que estão em projeto outros decretos, ordenando uma emissão de doze milhões em papel em curso forçado, desterrando as pessoas notáveis de cada partido e convocando extraordinariamente a Assembléia Geral com o fim de fazerem decretar a presidência do sr. Flores por dez anos.

Quando tive notícia de tanta loucura fui logo ao Forte ver se podia

5 N.E. – Intervenção manuscrita, no verso da última folha: “Respondida em 13 de setembro de 1855”.

evitá-las, mas penso que apenas pude adiá-las, porque o decreto que restringe o direito de emitir os pensamentos por meio da imprensa há de trazer reações que não de servir de pretexto ao sr. Flores.

Já eu tinha dado os passos que acabo de referir, quando recebi do sr. Herrera y Obes uma carta em que pedia que a intervenção obrigasse o governo a entrar na órbita da Constituição. A pressa com que agora escrevo impede que eu transmita a V.Exa. uma cópia dessa carta, assim como a de uma memória no mesmo sentido da carta do sr. Herrera e assinada por alguns dos deputados e senadores que se acham em Montevideu. Além destes dois escritos, recebi também muitas petições verbais de pessoas de todas as classes e partidos.

Parece-me que, em verdade, a intervenção deve ao menos protestar contra o passo inconstitucional do sr. Flores e, portanto, prometi aos srs. Herrera e Castellanos que passaria uma nota ao governo oriental no sentido da doutrina que está consagrada pelo Tratado de Aliança.

Disponha-me eu a proceder como acabo de dizer a V.Exa., mas sem precipitação, quando recebi do ministro dos Negócios Estrangeiros uma nota em que este pede-me explicações que são desairosas ao governo de Sua Majestade e à legação imperial. Estou resolvido a devolver a nota ao seu autor.

As legações de França, Inglaterra, Espanha e Portugal instam para que a intervenção obrigue o sr. Flores a retirar o decreto que promulgou contra a imprensa. Ora, a comissão permanente do parlamento já aprovou o decreto. V.Exa. sabe que esta comissão é delegada pela Assembléa Geral para, na ausência desta, observar o procedimento do governo com relação à Constituição e às leis. Não sei se, depois do procedimento da comissão, devo intervir no negócio.

Cumpre-me dizer a V.Exa., para seu governo, que a intervenção hoje tem consigo a todos, menos os amigos exaltados do sr. Flores. Para efetuar, pois, a perda deste sr. bastaria que o ministro do Brasil se declarasse em desinteligência com ele e que se retirasse com a divisão para fora da cidade. Neste caso, a Divisão tornaria a entrar, com certeza, porque todos a chamariam, logo que sáísse o atual chefe do governo. Se eu soubesse qual é o verdadeiro pensamento do Governo Imperial o executaria com facilidade.

Eis aí, em resumo, o estado em que se acham as coisas. Esta carta refere a V.Exa. as generalidades da conjuntura. O relatório circunstanciado irá na primeira ocasião segura e, provavelmente, há de chegar a V.Exa. pouco depois desta carta.

Depois que o *Camilla* saiu deste porto, chegou o general Oribe. O sr. Flores vedou-lhe a entrada em Montevidéo e pô-lo a bordo de um brigue de guerra espanhol onde esperará passagem para Espanha. O general invocou a intervenção do ministro do Brasil em seu favor. Este entendeu que devia limitar-se a impedir a reinstauração do processo que queriam mover contra ele; e a influir para que fossem cômodas e honrosas as circunstâncias do novo exílio do general.

Além destas notícias que não são insignificantes, nem tampouco agradáveis, nenhuma outra tenho para dar a V.Exa. a quem tenho a honra de reiterar os protestos da respeitosa afeição com que sou

De Vossa Excelência,
o mais atento venerador e amigo obrigado,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR⁶ N. 6

Montevidéo, 25 de agosto de 1855.

Ilmo. e Exmo. Sr. José Maria da Silva Paranhos,

O sr. Maillefer⁷ avisa-me que o *Flambeau* parte amanhã para o Rio de Janeiro. O comandante acaba de dizer-me que tenciona viajar à vela. O *Camilla*, pois, que há de sair daqui no dia 5 do mês que vem, não ficará muito atrás do *Flambeau*, se não chegar a apanhá-lo. Todavia, arriscarei esta carta para dar a V.Exa. o resumo das notícias que oficialmente lhe hei de comunicar pelo *Camilla*.

No dia 15 deste mês, escrevi a V.Exa., pela corveta *Beaumanoir*, relatando o começo de uma crise que se manifestou aqui, no dia 10, e que

6 N.E. – Intervenção manuscrita, no verso da última folha: “Respondida em 13 de setembro de 1855”.

7 N.E. – Martin Maillefer, côsul-geral e encarregado de negócios da França em Montevidéo.

terminou ontem, se é que a podemos considerar como terminada. Passo agora a referir, em resumo, tudo o que ocorreu durante a crise.

Nas minhas anteriores comunicações já falei a V.Exa. do efeito que o folheto e as cartas do sr. Lamas produziram no espírito do presidente da República. Esse efeito foi, quanto ao exterior, desconfiança e ressentimento contra o Governo Imperial; e, quanto ao interior, esforços para manter-se contra as hostilidades com que o ameaçaram e para assegurar a reeleição da nova presidência.

V.Exa. pode, sem receio, atribuir à disposição em que ficou o espírito do sr. Flores, por causa desse duplo efeito do folheto do sr. Lamas, todo o procedimento que acaba de ter o presidente e que vou relatar a V.Exa.

Constou-me, no dia 9 deste mês, que o sr. Flores tinha lavrado um decreto sujeitando a imprensa periódica à censura prévia, expressamente proibida pela Constituição.

Logo que tive tal notícia, corri ao Forte e quis falar ao sr. Flores, mas achei-o tão colérico e agitado que renunciei ao meu intento. A agitação do sr. Flores provinha de uma alteração que acabava de ter com o sr. Cantilo, a quem ameaçara com prisão em um calabouço, se continuasse a escrever contra o governo.

Não podendo falar ao sr. Flores, dirigi-me ao sr. Tort, ministro de governo, e pedi-lhe com instância que evitasse a promulgação do decreto. Entre as boas razões que produzi contra semelhante medida, aleguei que a censura prévia era expressamente proibida pela Constituição e que, sendo o único fim da intervenção armada do Brasil manter a paz interior por meio dos hábitos constitucionais, o sr. Flores não poderia invocá-la para sustentar a sua autoridade, no caso que esta se expusesse a alguma reação da opinião pública contra as medidas inconstitucionais.

O sr. Tort prometeu-me que tomaria em consideração o meu aviso, porém, no dia seguinte, apareceu o decreto e, antes da promulgação dele, já duas imprensas tinham sido fechadas, as folhas suspensas e os redatores presos.

Este decreto espalhou o terror pela cidade. Todos o consideravam como o primeiro passo da ditadura e começaram a preparar-se para reagir do modo que fosse possível. Sucedeu o que eu esperava: todas se centralizaram na intervenção.

O sr. Herrera y Obes dirigiu-me logo uma carta pedindo-me que, em virtude dos tratados, contivesse o sr. Flores na órbita constitucional. Neste mesmo sentido representaram-me alguns deputados e senadores

residentes em Montevidéu. Igual reclamação me foi verbalmente dirigida por muitas pessoas distintas do país. É inútil dizer que os estrangeiros aderiam a estas manifestações dos nacionais, porém, o que especialmente pediam era a paz.

Nesta ocasião, tive uma longa entrevista com o sr. Flores, a quem fiz, em nome dos tratados e da amizade em particular, todas as ponderações que o caso pedia. Fui ouvido com grande dificuldade porque, em cada palavra minha, o sr. Flores suspeitava um disfarce contra ele e a favor da candidatura do sr. Lamas. Retirei-me triste dessa conferência, porque vi, com certeza, que o Brasil e a aliança não podiam mais contar com o sr. Flores e que este levava a sua desconfiança a tal ponto, que me tinha por cúmplice do sr. Lamas. Daí por diante, era-me já impossível ter a mínima entrada no ânimo do sr. Flores.

Logo depois desta entrevista que tive com o sr. Flores, recebi do ministro dos Negócios Estrangeiros uma nota na qual, por ordem do presidente, pede ao ministro do Brasil que declare franca e categoricamente se são verdadeiros os boatos que correm de que a intervenção protege o partido que faz oposição ao governo.

Procurei o sr. Agell e disse-lhe que esta nota era inconveniente na forma e no assunto; que o ministro do Brasil não tinha nada que ver com os boatos da praça pública e que a pergunta que me dirigiam era injuriosa ao Governo Imperial e à sua legação, porque punha em dúvida a lealdade de ambos. Observei ao sr. Agell que não podia, de modo algum, ser permitida, entre duas nações, uma questão que entre dois indivíduos particulares poderia ser causa de um duelo. Disse eu, mais, ao sr. Agell, que não reenviava-lhe a nota para não complicar as relações da legação com o governo, mas que não lhe daria resposta alguma.

Neste ínterim, os elementos de oposição foram pouco a pouco tomando desenvolvimento, invocando sempre em favor da Constituição não a intervenção armada, mas a execução dos tratados de aliança com o Império.

Ao mesmo tempo, eu não cessava de reclamar a revogação do decreto que estabeleceu a censura prévia. Parece-me que, em verdade, esta reclamação me era imposta pelo espírito e pela letra dos tratados. A medida tomada pelo sr. Flores não era um simples sofisma da doutrina constitucional, era a supressão de um dos princípios cardeais da Constituição.

Esse motivo, só por si, seria suficiente para ditar o meu procedimento. Além dele, havia um outro que, no meu modo de entender, era ainda mais importante e urgente. Eu sabia, de boa fonte, que a censura

prévia não era senão a primeira de muitas outras medidas que o sr. Flores tencionava tomar para chegar a seus fins. Atrás da censura prévia vinha a emissão de doze milhões de papel com curso forçado. Depois disto, teria lugar o exílio e prisão de todos os homens limpos de cada um dos partidos. Uma vez livre das pessoas inteligentes e influentes no país, o sr. Flores mandaria vir da Campanha uma série de petições em favor da presidência por dez anos. Em último lugar seriam convocadas extraordinariamente as Câmaras e, por aclamação, confeririam aquela presidência ou ditadura ao sr. Flores. Em tal caso, a minha indiferença seria considerada como cumplicidade do Governo Imperial nos projetos do sr. Flores e este, decerto, seria ditador antes do 1º de março de 1856.

Achavam-se as coisas neste estado quando, no dia 17, recebi do sr. Agell uma nova nota. O ministro dos Negócios Estrangeiros, por ordem do presidente da República, prevenia ao ministro do Brasil de que o governo receava muito uma desordem contra a autoridade legítima do presidente e, ao mesmo tempo, pedia que a legação imperial declarasse, explícita e categoricamente, se, em tal caso, o governo da república podia contar com o auxílio armado prometido pelo Império nos artigos 6º e 7º do Tratado de Aliança.

Eu disse verbalmente ao sr. Agell qual seria a minha resposta e pedi-lhe que soubesse do presidente se, ainda assim, a queria por escrito e oficialmente.

O sr. Agell não voltou a ver-me; porém, veio em lugar dele o sr. Tort, que teve comigo três conferências.

Nessas conferências, conviemos em que eu responderia no sentido em que tinha falado ao sr. Agell e que, recebida a minha nota, o presidente revogaria o decreto da censura prévia.

No dia 18, passei, com efeito, ao sr. Agell, uma nota em resposta a que ele me havia dirigido no dia 17.

Cito aqui as conclusões dessa minha nota.

O abaixo assinado considera os artigos 6º e 7º do Tratado de Aliança, citados na nota de S.Exa. o sr. Agell, como o complemento do artigo quinto do mesmo tratado. Naqueles dois artigos, as duas altas partes contratantes definiram o modo de efetuar a doutrina que professaram neste outro artigo.

A doutrina do artigo 5º afiança a intervenção do Governo Imperial somente para fortificar a nacionalidade oriental, por meio da paz interior e dos hábitos constitucionais.

As armas da intervenção imperial não devem, portanto, apoiar senão a paz que tiver por base os hábitos constitucionais.

Esta base pode ser solapada pelas agressões anárquicas da multidão à autoridade legítima do seu governo, ou pelas exorbitâncias deste contra os direitos dos cidadãos.

O abaixo assinado está certo de que o Supremo Governo da República não reclamará os auxílios prometidos pelos artigos 6º e 7º do Tratado de Aliança senão nos casos em que a sua autoridade esteja evidentemente nas condições definidas no artigo 5º do dito tratado.

A esta minha nota respondeu, no dia 21, o governo oriental com uma nota desabrida cujas conclusões são as seguintes.

En tal concepto, y deseando S.Exa. el sr. presidente dejar la responsabilidad a quien compita, el infrascrito ruega a S.Exa. el sr. Amaral tenga a bien dar la solución solicitada en la nota del 17 del corriente, bien persuadido que, corridas 24 horas sin verificarlo, el Gobierno de la República interpretará su silencio como una ruptura del Tratado de Alianza.

Logo que recebi esta nota, resolvi não responder nada e deixar vir o sr. Flores.

No dia 22 ao meio dia expiraram as vinte e quatro horas que a nota do sr. Agell me deu de espera. As seis da tarde os srs. Maillefer e Thornton vieram propor-me uma transação que consistia em restabelecer o *statu quo* retirando o governo oriental as três notas que me dirigira e retirando eu a que eu escrevera no dia 18 em resposta à que recebi do sr. Agell no dia 17.

Estes senhores instavam por esta transação como necessária à paz e ordem pública. Alegaram que o presidente já tinha cedido muito cassando o decreto que promulgara contra a imprensa, e cuja revogação fora exigida pelo ministro do Brasil. Por outra parte, alguns representantes do comércio estrangeiro pediam-me que anuísse a transação. Consultei os srs. Castellanos e Herrera, que também foram dessa opinião. Anuí, então, e restabeleceu-se o *statu quo* no dia 23 de manhã.

Não fiz esta transação sem alguma repugnância; porém, deixei-me levar pelas seguintes considerações.

1ª Se eu rejeitasse a mediação dos srs. Thornton e Maillefer, ia evidentemente dar o apoio destes dois diplomatas ao sr. Flores.

- 2ª Cedendo a essa mediação, torno de algum modo impopulares esses senhores.
- 3ª O sr. Flores já tinha em verdade feito alguma concessão humilhante para ele, revogando o decreto.
- 4ª A transação em si mesma é uma derrota do sr. Flores, porque, depois de exigir da legação imperial uma resposta em dia e hora, retira a exigência!
- 5ª Se eu não aceitasse a transação e resistisse, apeava do poder ao sr. Flores. Não sei se o Governo Imperial deseja isso.
- 6ª Se, não aceitando a transação, eu me retirasse, causava a guerra civil no país; e quem sabe se não firmaria a ditadura do sr. Flores?

Estas são as principais considerações que me decidiram a anuir aos pedidos dos mediadores.

Cumpr-me dizer que, na noite do dia anterior àquele em que os srs. Thornton e Maillefer me propuseram a transação de que acabo de falar, o segundo destes dois cavalheiros foi chamado ao Forte, onde estive em longa conversa com o sr. Flores.

Suprimi da narração que acabo de fazer um episódio que tem um lado importante e outro burlesco.

Eis aqui o lado importante. No dia em que o sr. Flores esperava a resposta da nota peremptória que me dirigiu, convocou no Forte uma reunião de oitenta pessoas de todos os partidos. O sr. Flores tinha em vistas, segundo dizia, congratular todos os orientais, a fim de despedir a intervenção e romper a aliança, dando os passaportes ao ministro do Brasil. O seu plano falhou completamente, porque, além do limitado círculo florista, todos os circunstantes tomaram o partido da aliança. Peço a V.Exa. que leia o discurso do sr. Antuña que vem transcrito na *Nação*, da qual remeto a V.Exa. um exemplar.

O lado burlesco foi uma espécie de barraca militar que o sr. Flores improvisou no Forte na noite desse mesmo dia. O acampamento de S.Exa. constava de três velhas peças de artilharia e de uns cem negros velhos. Estes preparativos bélicos tinham por fim metralhar o povo que tencionava acompanhar o ministro do Brasil e a divisão imperial se houvessem de retirar-se em consequência da desinteligência que reinava entre a legação e o governo oriental.

Eu disse, ainda agora, que estava restabelecido o *statu quo* das relações da legação imperial com o sr. Flores. Este restabelecimento é relativo. O que passo a dizer confirma o que digo.

O sr. Flores cometeu uma gauchada depois de retiradas as notas, porque fez anunciar na sua gazeta que a mediação dos srs. Thornton e Maillefer foi solicitada pelo ministro do Brasil. Os mediadores reclamaram logo contra essa deslealdade e a gazeta deu o dito por não dito. Quando me constou que aqueles senhores tinham reclamado, já eu havia passado ao sr. Agell uma carta um tanto viva da qual ainda não tive resposta. Pouca probabilidade há, pois, de que o *statu quo* seja absoluto.

Por outro lado, vejo que as gazetas do sr. Flores me guerreiam e sei que por este vapor escreve ele ao sr. Rodriguez para que exija a minha remoção.

Isto que acabo de referir a V.Exa. é o essencial do que passou nos quinze dias que duraram esta crise. V.Exa., que sabe o que em tais ocasiões faz, fala, anda e sofre aqui um pobre diplomata brasileiro, faça idéia do estado em que estou.

O epílogo de tudo o que se passou, o que convém principalmente que V.Exa. saiba, é o seguinte.

Flores está perdido para o Brasil. Não podemos contar mais com ele, é nosso inimigo.

Os dois partidos *blanco* e *colorado* estão fundidos em um. Este está com a intervenção. A situação desta é pois boa. Neste vapor vão cartas que tratam deste ponto e que hão de ir às mãos de V.Exa.

Consta-me que Flores propõe uma transação dos partidos a respeito da futura presidência. Esta transação parece que será baseada em Soares e Miguel Martinez.

Neste paquete vai o sr. Buschenthal.

Nada mais se me oferece dizer a V.Exa., a quem tenho a honra de reiterar os protestos da minha respeitosa afeição.

De V.Exa.

Atento venerador e amigo obrigado,
José Maria do Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1855.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Maria do Amaral,

Tive a honra de receber as cartas particulares que V.Exa. escreveu-me em datas de 15 e 25 do mês último, e a de 4 do corrente, sob os n. 5, 6 e 7.

Peço a V.Exa. licença para compreender nesta resposta a que devo às três referidas cartas particulares de V.Exa. A pouco se reduz o que me cumpre dizer hoje, porque os fatos consumados já decidiram as questões apresentadas por V.Exa. na sua correspondência anterior a 26 de agosto.

A carta do dia 15 ocupa-se principalmente do decreto de 10 de agosto contra a imprensa. Foi uma medida violenta e impolítica que a legação imperial não devia aprovar. O presidente da República não podia tomá-la sem prévio acordo com o ministro do Brasil, uma vez que aí estava a nossa intervenção e ele contava com o seu apoio.

A minha opinião individual sobre a constitucionalidade dessa medida é que a Constituição da República Oriental autoriza medidas excepcionais nos casos de ataque externo ou de comoção interior. Refiro-me ao artigo 81 daquela Constituição. No meu pensar, o erro do sr. Flores consistiu em pretender que era ele o único juiz da necessidade e conveniência do decreto de 10 de agosto, quando o queria defender com as baionetas brasileiras.

V.Exa. tem visto dos meus despachos, enviados pelo paquete do mês passado, que eu responderia à nota do governo oriental de 14 de agosto, repelindo a injusta desconfiança que nela transparecia, apesar dos protestos em contrário. V.Exa. não respondeu, e acredito, pela confiança que tenho em seu esclarecido juízo, que as circunstâncias extrínsecas àquela solicitação do governo oriental recomendaram o procedimento que V.Exa. teve.

A nota de 21 de agosto, escrita em resposta à de V.Exa. de 18 do mesmo mês, era desavisada. O ministro oriental nesta corte disse-me que o seu governo e ele viram uma declaração de que V.Exa. não só recusaria o seu apoio à autoridade, em tais casos, como até apoiaria as reações

populares que excitam o que V.Exa. chamava exorbitâncias da autoridade. É escusado dizer que repeli uma semelhante interpretação, evidentemente contrária à letra e espírito da declaração de V.Exa.

Em sua última carta V.Exa. aconselha a deliberação que julga mais acertada da parte do Governo Imperial. Apreciei devidamente o seu parecer. Em despacho reservadíssimo, comunico a V.Exa. o que deliberou o gabinete e espero de seu patriotismo, de seus princípios e de sua dedicação ao gabinete que respeitará e cumprirá essa decisão, que, aliás, não discorda inteiramente do parecer de V.Exa.

Como a V.Exa. declaro muito explicitamente no meu despacho reservadíssimo, datado de ontem, o Governo Imperial faz inteira justiça às intenções de V.Exa. e em nenhum caso possível sacrificaria a reputação e o préstimo de V.Exa. às conseqüências de um procedimento desvairado do presidente dessa república. Homens como V.Exa. não se devem sacrificar e o Governo Imperial muito aprecia. O Brasil não tem muitas capacidades como a de V.Exa.

Devo, não obstante, aqui no santuário da amizade, manifestar a desconfiança que eu e os meus colegas temos de que V.Exa., por um excesso de pundonor de sua posição de ministro do Imperador e também, até certo ponto, por despeito pessoal contra as insolências do general Flores e seus partidários, não fizesse quanto podia para destruir a desconfiança de que o presidente se deixou tomar, desconfiança que era até certo ponto desculpável.

Lamas e seus amigos contaram com o espírito de desconfiança, que não é aí partilha exclusiva do general Flores; contaram, mais, com a impetuosidade do caráter deste senhor e habilmente procuraram levantar aquela desconfiança e provocar o gênio feroso do seu adversário.

O general Flores caiu no laço, reagiu violenta e loucamente e não houve uma mão forte e amiga que o contivesse.

Seria infundado este meu juízo na parte em que se refere a V.Exa.?

É possível que eu veja mal as relações em que se colocaram ultimamente V.Exa. e o sr. Flores; e ainda quando assim não seja, aquele meu juízo não há de prejudicar a V.Exa. Mas tenho para assim julgar algumas proposições e fatos que leio na correspondência de V.Exa. Citaria uma proposição e um fato.

Em uma carta particular de 15 de agosto, designada com o n. 5, V.Exa., abundando em razões contra o decreto de 10 de agosto e os projetos de ditadura do general Flores, diz o seguinte:

Para efetuar, pois, a perda deste sr. bastaria que o ministro do Brasil se declarasse em desinteligência com ele e que se retirasse com a divisão para fora da cidade. Neste caso a Divisão tornaria a entrar, com certeza, porque todos a chamarão, logo que saísse o atual chefe do governo. Se eu soubesse qual é o verdadeiro pensamento do governo Imperial, o executaria com facilidade.

Essa dúvida em que V.Exa. entrou a respeito da íntima intenção do Governo Imperial, que nunca lhe poderia ser ocultada, não concorreu para o divórcio entre o ministro do Brasil e o presidente da República?

Na carta particular n. 6, de 15 de agosto e no despacho confidencial reservado do 1º do corrente, V.Exa. refere que, para convir na retirada das notas trocadas entre V.Exa. e o sr. Argell, consultara os srs. Herrera y Obes e Castellanos. Não era esta consulta uma mudança radical na posição de V.Exa. para com o presidente e um dos partidos da república? O ministro oriental nesta corte e, portanto, devo crer que também o seu governo, soube dessa consulta.

À nova penetração de V.Exa. não escaparia o caráter e alcance daquele fato, se V.Exa. não estivesse dominado por uma incerteza sobre o pensamento do Governo Imperial, incerteza que eu sentiria profundamente se fosse por mim produzida.

Falei a V.Exa. com franqueza e como amigo. Esta correspondência não pertence à secretaria e, portanto, a franqueza, eu o espero, será recebida por V.Exa. com a cordialidade dos sentimentos que sempre me tem manifestado e a que eu correspondo perfeitamente.

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1855.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Maria do Amaral,

Agradeço as expressões amigáveis que V.Exa. me dirigiu pela sua carta particular n. 12, de 4 do corrente.

Com efeito, não esperava tão depressa uma nova revolução – e de semelhante caráter. Ela não foi, em meu modo de ver, senão o prólogo de novas cenas de discórdia.

O sr. Thornton, desta vez, confessa que não tivemos parte nas desordens de Montevidéu. O sr. Jerningham leu-me a carta do seu colega.

O sr. de St. Georges⁸ também nos faz justiça desta vez, mas acrescenta a observação de que é a primeira vez que triunfa a autoridade em Montevidéu e que esse fato coincidiu com a retirada da divisão. Não sei o que mais admiro, se a inépcia deste juízo, se o tom amigável com que o enunciou o sr. de St. Georges.

Perguntei a este sr. se o Brasil é que tem feito o sem número de revoluções por que tem passado o Estado Oriental: se em todas elas tivemos lá uma divisão. O sr. de St. Georges gostou que houvesse mosquetaria e se derramasse algum sangue, porque assim ficaram escarmentados os revolucionários. Observei-lhe que, se a experiência da horrível guerra de dez anos não escarmentou, não serão os tiroteios de 25, 27 e 28 de novembro que edificarão a gente desse país.

Respondi ao mesmo sr. de St. Georges e ao sr. Jerningham, que acusações semelhantes às que se fazem contra os agentes do Brasil, se fizeram e fazem contra os agentes de França e de Inglaterra.

Os nossos ministros em Londres e Paris ouviram de lorde Clarendon e do conde Walevski expressões tintas nas informações que daí e daqui lhes foram dadas. Lorde Clarendon foi mais franco e designou a V.Exa., pelo nome, como tendo favorecido a revolução de agosto.

Compreendo bem os motivos por que V.Exa. não tem podido dar andamento às reclamações que lhe foram recomendadas. Estes motivos

8 N.E. – Chevalier de Saint Georges, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da França no Rio de Janeiro.

em parte ainda subsistem, mas confio que V.Exa. aproveitará a primeira oportunidade de as apresentar e sustentar. Sentirei que até a abertura das Câmaras não haja alguma solução.

Saberá V.Exa. pelos meus despachos que S. M. dignou-se dar-lhe uma nova prova de confiança, cometendo-lhe a importante missão dos Estados Unidos. V.Exa. queria o seu descanso e, em último caso, continuar em Buenos Aires. Tenha paciência que seus serviços ali são mais úteis.

As circunstâncias desse país podem exigir que V.Exa. ainda se demore em Montevideú algum tempo. Sendo assim, V.Exa. pode e deve demorar-se, só apresentando a sua recredencial quando julgar que a ocasião é oportuna.

Desejo que V.Exa. venha quanto antes, mas sem prejuízo de nossos interesses em Montevideú. O sr. Cavalcanti está longe e não virá, portanto, com a brevidade que é de desejar.

Retirando-se, deixe V.Exa. instruções adequadas ao secretário da legação, para por elas regular-se durante a sua gestão interina.

Se for preciso dar ao sr. Borges um substituto na Junta de Crédito Público, V.Exa. apresente o cônsul-geral do Brasil para esse fim. A necessidade desta nomeação interina depende do estado dos trabalhos da junta no que nos interessa. Para deliberar a este respeito, consulte V.Exa. um dos meus últimos despachos, em que declarei quais os objetos a que o comissário brasileiro deve limitar a sua intervenção. Se não houver inconveniente, adie essa apresentação até ordem posterior do governo, informando-me do que ocorrer.

Agradeço a V.Exa. a promessa que me fez de escrever o *memorandum* que pedi sobre os últimos acontecimentos desse país.

Aceite por último V.Exa. as expressões da sincera estima e distinta consideração com que tenho a honra de ser

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

PARTICULAR N. 15

Montevidéu, 8 de fevereiro de 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Amanhã sai para esse porto um navio mercante e, ainda que seja provável que faça viagem muito demorada, sempre quero arriscar esta carta que, aliás, pouco dirá a V.Exa., porque mui pouco há que dizer.

Depois que saiu o *Camilla*, não teve lugar nenhum fato digno de menção.

À proporção que se aproxima o mês de março, crescem as incertezas a respeito do que terá que suceder no primeiro dia daquele mês. Hoje é, portanto, ainda menos fácil do que era antes prever o nome que há de sair da urna.

Há uns dois dias que tomam corpo os boatos de que há de haver um golpe de estado para evitar a nomeação de César Dias. Ouvi dizer que os senadores e deputados estão, com efeito, rebeldes à ditadura eleitoral dos dois generais, que se querem fazer os árbitros da eleição do novo presidente da República.

Não sei se os boatos se realizarão, mas eles têm por fundamento certos preparativos bélicos que se fazem por parte do governo e nos quais toma parte o general Oribe. Algumas pessoas me afirmam que essas medidas são somente relativas à vontade que o Estado de Buenos Aires tem manifestado a respeito do governo da república.

Parece que, segundo os estilos, o sr. Bustamante tem que passar a presidência ao senador que, no dia 15 deste mês, for nomeado presidente do Senado. Pretendem também alguns fazer cair essa nomeação no sr. Bustamante, para evitar uma nova presidência interina de 15 dias. Se, porém, os partidários do golpe de estado não contarem com a aquiescência do atual presidente, é provável que procurem pôr na presidência do Senado um homem que lhes convenha.

O sr. visconde de Abaeté tenciona sair para o Paraná no dia 11 deste mês.

É tudo quanto nesta ocasião se me oferece dizer a V.Exa., a quem tenho a honra de saudar com a alta consideração e afetuoso respeito que lhe tributo como quem é

De V.Exa.,
o mais atento e leal amigo e dedicado servidor,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1856.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Amaral,

Peço a V.Exa. que me permita ser muito breve: vejo-me entre o pacote do Rio da Prata e o da Europa, tendo aquele de partir hoje e o outro, amanhã cedo.

Está em meu poder a sua interessante carta particular de 16 de fevereiro. Foi-se o sr. Bustamante e, realmente, com ingratidão ou suma grosseria do seu primeiro protetor. Há de V.Exa. crer que deixou-me saudades aquele pobre vulto?

O estado desse país me parece ameaçador de alguma nova peripécia. O general Oribe, quanto a mim, já suplantou o seu competidor, legalmente. Retirando-se o sr. Bustamante, o general Flores ficou inteiramente desmontado. Saindo o sr. Gabriel, com o assentimento também do sr. Flores, o general Oribe ficou bem montado e não tardará muito que corra o seu aliado lá para Buenos Aires, ou para o Rio Grande do Sul. Esta é a peripécia que prevejo.

A influência de Oribe não nos deve ser odiosa, em vista da experiência ainda recente e da que ele mostra ter adquirido relativamente ao Brasil. Estimo que V.Exa. tenha com ele relações, porque essa influência é a que já domina e se vai consolidando; e porque se põe assim ao abrigo das calúnias que não cessaram de engendrar Flores e todos os nossos desafetos.

Cumpre, porém – e estou seguro de que V.Exa. o tem previsto e observado – que não sirvamos de escada ao general Oribe, nem a qualquer outro; que guardemos a nossa política, expectante e neutra.

O segredo da posição de V.Exa. está em não perder as boas relações que entretém com o general Oribe e não parecer, nem ser, de fato, aderente ao seu plano político e fins pessoais.

O que se passou há pouco na Câmara dos Representantes, isto é, os insultos materiais a alguns de seus membros e, dentro do seu próprio edifício, a retirada tão injusta e precipitada do sr. Elleauri são maus sintomas, um triste prólogo para a nova influência que se ergue. Deus queira que tudo fosse casual, ou cedo viesse o arrependimento.

Já disse a V.Exa. qual o resultado da minha negociação com o sr. Borges e não ignora também V.Exa. o que fez o sr. Abaeté.

A nossa posição tornou-se serena e independente daquele lado: Deus não permita que se complique aí, e nisso muito valerá o tino e coragem cívica de V.Exa.

Tenho já conversado com o sr. Abaeté sobre a idéia do Paraná, de que há meses falei a V.Exa.: seria um grande desafio para V.Exa. e uma garantia para a obra que ali fundou o visconde. Mas não é já possível, pelo menos não me parece já político e oportuno.

Creio necessário esperar que o fato, a que me refiro, receba a sua última sanção e tenha vida de ação. Por ora, é um compromisso revogável e contingente.

Para aí foi o sr. Américo de Castro, filho do sr. Manoel Moreira de Castro. Segundo o pedido de licença que me fez o pai do viajante, a saúde deste e um negócio particular daquele é que determinaram essa viagem. Não me ocuparia dela para pôr a V.Exa. de sobreaviso contra qualquer impostura ou mistificação, se o nosso amigo Castro não nos desse o direito de ser muito escrupulosos com ele a respeito dos negócios do Rio da Prata.

Já vê V.Exa. que, ainda muito forçado, não sei ser lacônico quando lhe escrevo: é que sempre o faço com a satisfação de quem é com veras

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos

P.S. Convém às nossas relações com o governo argentino que estacione no Paraná um vapor de guerra brasileiro. O sr. Abaeté, se não prometeu, pensava e pensa assim. Ele dá tanta importância a esse ato, que mo recomendou de novo e ora escreve a V.Exa. nesse sentido. Se o *Ipiranga* for ao

Paraguai, pode ser destinado para aquela comissão o *Jequitinbonba*. O nosso encarregado de negócios em Buenos Aires e na Confederação tem de transportar-se quanto antes para o Paraná e há de carecer de um vapor: seria ocasião de levar a efeito a medida de que trato. Não é preciso que o vapor fique lá fundeado para sempre; pode ausentar-se de vez em quando, mas por curtos intervalos e estes não muito frequentes. Veja V.Exa. se combina isso com o sr. De Lamare.

Se V.Exa. entender que só dois quartéis não bastam absolutamente ao sr. Borges para a sua comissão ao Paraguai, ou que ele se verá obrigado a despende de sua algibeira para manter a decência indispensável, pode autorizá-lo, desde já, a sacar por três contos de réis da nossa moeda.



AHI • 316/03/01

PARTICULAR⁹ N. 18

Montevidéu, 28 de abril de 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

O *Amazonas* acabará de receber carvão hoje, se o tempo lho permitir, e, nesse caso, sairá amanhã para esse porto. Quero estar pronto para não expor-me às contingências da última hora; vou, pois, começando esta carta já e, depois, se for preciso, a ampliarei ou dar-lhe-ei suplemento.

Antes de entrar em matéria, devo agradecer mui cordialmente a V.Exa. a preciosa carta com que honrou-me, em 13 deste mês, em resposta à que tive a honra de escrever a V.Exa. em 16 de fevereiro deste ano.

O juízo que V.Exa. faz do estado deste país, na parte política, não pode ser mais justo do que é. O rei da época é, com efeito, o general d. Manuel Oribe que tem procedido com um tino admirável; tudo está hoje atuado [*visi*] pela sua influência, tudo e todos, desde o presidente da República até ao último dos empregados.

⁹ N.E. – Intervenção manuscrita, no verso da última folha: “Respondida em 10 de maio de 1856”.

O general Flores não é, atualmente, mais do que um ajudante de campo de dom Manuel. Este papel, assim secundário como é, há de durar somente enquanto houver alguma possibilidade de que Flores possa vir a ser centro do Partido *Colorado*. Quando M. Oribe não tiver motivos para julgar possível a realização desta hipótese, lançará o seu companheiro para Buenos Aires ou para o Rio Grande, como V.Exa. prediz na sua carta. Sublinho o vocábulo companheiro porque é o termo técnico dos homens do pacto. Quando diz *mi compañero* já se sabe que se refere a Flores e vice-versa. Eu mesmo o tenho ouvido.

Sei que V.Exa. crê pouco em palavras, se é que crê nelas ainda mesmo que seja mui pouco. Eu sou também da escola de V.Exa.; se, porém, o defunto Tayllerand não tinha razão quando definiu a palavra, devo crer, das que tenho ouvido a Oribe, que este compreende perfeitamente o procedimento que lhe convém ter com o Brasil.

Metendo em conta esta circunstância e a de ter ele hoje grande preponderância aqui, penso que devemos estar bem com ele, mas nem por isso deixo-me magnetizar. Não receie, portanto, V.Exa. que, de nenhum modo, as relações que tenho com o general – e, em verdade, mais com a família do que com ele – sejam tão mal medidas que possam servir aos seus fins políticos contra a vontade e interesses do meu governo. V.Exa. não sabe, talvez, que dou-me com a família Oribe desde janeiro de 1854. Esta data tira às minhas relações com o general toda a significação que poderiam ter se tivessem sido contraídas atualmente.

A principal notícia da quadra em que escrevo esta carta é a de uma reunião que teve lugar, há poucos dias, em casa do presidente da República. Estiveram presentes o presidente, os ministros, os dois generais e uma comissão de deputados e senadores. Esta foi quem solicitou a entrevista; porém, o negócio foi promovido nos bastidores pelos amigos de Flores, que começaram a inquietar-se com a preponderância do general Oribe.

O fim da reunião foi pedir ao presidente da República que seja justo com todos os partidos. O general Flores tomou a palavra e disse algumas frases que animaram os *colorados* e conservadores. Oribe, com a sua hábil tática, apoiou muito o discurso do companheiro; mas no dia seguinte apareceu um decreto dissolvendo a guarda nacional com o fim de tirar o comando dela ao Larraya, que é florista de primeira ordem. Não obstante isto, os dois generais deram à luz, em conseqüência da reunião de que falo, uma nova edição, incorreta e diminuída, do seu célebre pacto, anunciando ao respeitável público deste teatrinho que não há alte-

ração nos papéis da comédia política que aqui anda agora em cena. V.Exa., porém, não desconhece que, em negócios desta ordem, as ratificações são quase sempre sintoma evidente de que existe o que se quer negar. Persisto na minha velha opinião de que este país não se organiza sem uma transformação radical.

A nosso respeito, não há novidade especial. A má vontade para conosco existe e é crônica; porém, é muito modificada pelo medo que realmente se nos tem. Disto esteja o Governo Imperial convencido, apesar das espanholadas destes nossos vizinhos e fiéis aliados.

Eu vou cumprindo à risca as regras da minha missão atual, que não é tarefa de matar nem de causar dores de peito, porque não é difícil estar sem fazer nada. Daqui em diante, vingar-me-ei, apurando a paciência de V.Exa. com relatórios minuciosos, ou antes, com diários do que se passa nesta terra.

O sr. Américo de Castro, de quem V.Exa. falou-me na sua carta, partiu no *Amazonas* para Buenos Aires quando este vapor chegou do Rio e nem pôde desembarcar em Montevideú, por causa da quarentena. Chegou hoje de Buenos Aires – não há duas horas – no *Camila* e inda não lhe falei. Consta-me que, naquela cidade, conviveu sempre com paraguaios do consulado daquela república e com Lourenço Torres. Esteve também em contato com Heitor Varela que é um dos editores da *Tribuna*. Por ora é o que sei. Aqui parece-me que está sob a tutela do Hoffmith.

O sr. Borges partirá de Buenos Aires para a Assunção no vapor *Tacuari*, segundo me diz meu mano, cuja carta recebi há poucas horas. Quando aquele vapor partiu daqui, disse-me que a ajuda de custo que lhe arbitraram era insuficiente. À vista da ordem que recebi de V.Exa., autorizei-o a sacar três contos de réis da nossa moeda, quantia que, em verdade, não me parece sobrada para satisfazer as necessidades da comissão em que vai o sr. Borges. V.Exa. sabe que nestes países tudo é caro; que para um empregado diplomático é tudo ainda mais caro; e que, enfim, para um diplomata brasileiro é tudo caríssimo.

Comuniquei ao sr. Borges o que V.Exa. disse-me relativamente à licença que ele pediu e da qual efetivamente deseja servir-se. Ficamos em que ele irá ao Rio quando voltar do Paraguai. A senhora vai no *Amazonas*.

Lemos empenhava-se para ficar na legação como escrevente, na ausência de Borges; como, porém, não sei se isto agrada a V.Exa., instalei o Cruz que já foi copista de V.Exa., cujas ordens espero.

Daqui a dois dias sai o *Camilla* e, então, terei novamente a honra de conversar com V.Exa.

Pedindo a V.Exa. que tenha a bondade de oferecer meus respeitos ao exmo. sr. marquês tenho a honra de reiterar os protestos da respeitosa afeição com que sou

De V.Exa.
Atento criado e dedicado amigo,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR¹⁰ N. 19

Montevideu, maio 2, 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Amanhã sai o *Camilla* e, ainda que não há [*sic*] matéria para ampliar a correspondência que anteontem foi pelo vapor *Amazonas*, não quero, todavia, deixar de escrever breves letras a V.Exa. para dizer que não há novidade no distrito.

O sr. Américo de Castro regressa no *Camilla* e é portador do maço da legação para V.Exa. Deste viajante não sei mais do que o que já disse a V.Exa. pelo *Amazonas*.

O *Camilla* há de regressar ao Rio lá para 27 do corrente, de modo que neste mês inda hei de ter a honra de conversar com V.Exa.

Tomo a liberdade de pôr sob a proteção de V.Exa. as cartas inclusas e peço licença para rematar com os protestos da respeitosa amizade, com que tenho a honra de ser

De Vossa Excelência
Atento e fiel amigo e criado certo,
J. Amaral



10 N.E. – Intervenção manuscrita a lápis, no verso da folha: “Respondida em 10 de maio de 1856”.

AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1856.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Maria do Amaral,

Estão em meu poder as estimadíssimas cartas com que V.Exa. me obsequiou em ... do mês ... e 2 do corrente.

Agradeço muito as minuciosas e interessantes exposições da primeira de suas mencionadas cartas, e peço a Deus que lhe não tire a paciência que tem em instruir-me dos nossos desagradáveis negócios de Montevidéu, amenizando-os quanto é possível.

O Imperador gosta de ver as cartas particulares que versam sobre os assuntos públicos, e eu nunca deixo de oferecer-lhe a leitura das que estão nesse caso. A carta de V.Exa. a que me refiro merecia a honra da Imperial leitura, creio que ele apreciou-a como eu.

A posição de V.Exa., apesar da nossa não-intervenção, não é tão folgada como diz, e sua correspondência bem o mostra. Quem me dera que assim fosse. V.Exa. aproveitaria o *loisir* em trabalhos mais agradáveis ao seu espírito e eu também teria algum descanso.

A influência do general Oribe é hoje natural e [*illegível*] ir em progresso. V.Exa. sabe que eu não sou dos que menos desconfiaram dos sentimentos desse general para conosco, mas não vejo aquele fenômeno menos com pesar nem grande inquietação. Uma vez que essa influência foi restabelecida pelas circunstâncias que os desvarios e misérias dos seus adversários criaram, não nos fica mal aceitá-la. Os sentimentos de Oribe devem estar algum tanto modificados em relação ao Brasil, que o não perseguiu em sua desgraça, que não contraria a sua reabilitação.

A lição que ele levou há de conservar-se por muito tempo em sua lembrança, para que ele não receie uma outra no mesmo sentido, ou com iguais conseqüências.

Flores caiu e caiu para tarde ou nunca levantar-se. Tornou-se ambicioso, obsequiou os amigos à custa dos cofres públicos, perdeu, assim, as qualidades que, com a sua energia e coragem, o recomendavam à opinião pública. Ele há de esbravejar quando sentir o último arrocho da mão forte e destra de Oribe, mas este não o fará, como V.Exa. bem diz, senão quando o tiver bem seguro.

Os *colorados*, conhecendo a antipatia que o nome do general Oribe excita entre os brasileiros do Rio Grande do Sul, escrevem para ali, particularmente, d. Juan Carlos Gomez, que lá tem um irmão, explorando essa antipatia com o desígnio de provocar conflitos e clamores que impilam o Governo Imperial a combater a influência daquele general, que não é fatal à [pandilha] do dito Gomez e seus companheiros.

Cumpra que o general Oribe faça por sua parte quanto possa para desvanecer as prevenções que o passado [lançou?] contra eles nos ânimos dos brasileiros residentes no Estado Oriental e no Rio Grande do Sul. O meio mais eficaz e fácil é assegurar-lhes as garantias legais a que eles têm direito. Desde que não hajam [sic] violências, esbulhos, entraves postos às boas relações que entretêm os dois países pela sua fronteira terrestre, não lhes sendo infensa a situação atual, os brasileiros pouco se importarão que governe a república Pedro ou Paulo, [ou simpatizarão?] com aquele que lhes garanta sua liberdade, vida e fazenda.

Estimarei que V.Exa. possa fazer algumas insinuações ao general Oribe, direta ou indiretamente naquele sentido.

As utopias financeiras do sr. Candido Juanicó, que provavelmente serão partilhadas por outros e, talvez, pelo próprio ministro da Fazenda, o sr. Doroteo Garcia, que não é águia, tendendo a anular os tratados vigentes com o Brasil, é muito de recear que aumentem as predisposições com que contam os *colorados*. O Governo Imperial não tem o direito de dizer à república que não feche a sua alfândega, ou que não declare o porto de Montevidéu porto franco; mas essa medida prejudica em seus efeitos ao Império e, por isso, este, conquanto não a tema, como digo a V.Exa. em uma confidencial ou aviso, a veria com sumo desprazer e seria provavelmente obrigado a tomar medidas que o premunissem contra os seus efeitos, e se julgaria absolutamente livre de prestar apoio à república, se, como creio, um erro financeiro de tamanho alcance abalasse a ordem pública no Estado Oriental.

É crível que uma medida tão simples, se contivesse em si a fortuna da república, nunca ocorresse senão há dois [ou três] anos, e somente a cabeças que não passaram por muito instruídas em economia política. Não; a idéia de declarar Montevidéu “cidade hanseática” é utopia, que caro, mui caro desengano custaria à república.

Os que apresentam essa idéia o fazem principalmente como ameaça ao Brasil, porque sabem que só o contrabando a poderia tornar menos nociva; mas os que apelam para um recurso tão imoral talvez se iludam muito, porque o contrabando seria, então, muito mais ativamente vigiado em nossa fronteira e, por outros meios indiretos, seria combatido.

O sr. Juanicó confunde as vantagens de porto de trânsito, com as de um entreposto natural ou forçado. Apesar da superioridade do porto de Montevidéu, a navegação direta para Buenos Aires nunca deixou de existir e tem ido em aumento; e, além dessa, se vai desenvolvendo a de Gualeguaychu e do Rosário. Como a importação em Buenos Aires e na Confederação nunca deixará de pagar direitos, ainda que todo o Rio da Prata se converta em portos francos, as mercadorias que vierem da Europa, dos Estados Unidos, do Brasil e de qualquer outra parte com aqueles destinos, não serão descarregadas em Montevidéu para sujeitarem-se às despesas de depósito e reexportação.

É, portanto, uma ilusão supor que Montevidéu está destinado a tornar-se o entreposto do Rio da Prata, sem tal escala, que possam abolir os seus direitos de importação. O desfalque de renda seria considerável e impostos mais odiosos e de mais difícil arrecadação terão de suprir o vazio aberto pela louca franqueza.

A dívida da república é enorme: é uma verdade. Mas o que é essa dívida em seus nove décimos senão uma escandalosa fraude, ou usura? Tais credores podem esperar, e se contentarão com pouco. A dívida legítima, essa não é impossível de solver, uma vez que haja paz no país e sabedoria e severidade em sua administração.

A cidade de Montevidéu pagará impostos de que ficará isenta logo depois da guerra. Um melhor sistema de contribuições, e sobretudo a fiel arrecadação [dos tributos] há de aumentar os recursos do Estado. Muitos credores aceitaram em pagamento terras que ou estão devolutas, ou em poder de intrusos.

E é preciso que esses srs. atendam a que o Brasil também é credor e que deixaria de ser credor tão paciente, se os [*financieiros?*] da república o quiserem prejudicar com suas reformas temerárias e funestas.

A última medida do governo e câmaras legislativas da República, criando uma comissão das mesmas câmaras para conhecer das reclamações de prejuízos procedentes da guerra civil – que se possam ainda apresentar dentro do prazo de quarenta e cinco dias – é uma [aberração] do sistema estabelecido segundo a Convenção de Subsídio de 12 de outubro, mas não me parece que se possa hoje considerar uma violação desse ajuste internacional. O lado por que julgo essa medida digna de impugnação por nossa parte é o do prazo, que excluirá reclamações brasileiras que não processadas em tempo por falta de execução da lei que mandou criar juízes *ad hoc* para esse fim em [*ilegível*] departamento.

Veja V.Exa. se ressalva os direitos desses súditos brasileiros, embora sejam estes acusáveis de negligência, ao menos *pro forma*, a fim de ficar-

mos a coberto contra os nossos declamadores da tribuna parlamentar e da imprensa.

O sr. d. Lorenzo Torres e, em geral, os senhores portenhos procuram malquistar-nos com o governo da Confederação e ver se anulam o tratado que celebramos e ainda pende de ratificação. Estão procedendo como o sr. Lamas e sua gente aí procederam para excitar as desconfianças do tempestuoso general Flores. Faça V.Exa. aí quanto estiver ao seu alcance para convencer aos amigos do general Urquiza que tudo aquilo é mentira e tática, que o Governo Imperial está firmemente decidido em estreitar as suas relações com o governo da Confederação, mormente quanto ele tiver a sua frente uma força tão simpática ao Brasil como é o general Urquiza.

Termino aqui renovando os protestos da perfeita estima e distinta consideração com que sou

De V.Exa.
Amigo atento e criado obrigado,
J. M. da S. P.



AHI • 316/03/01

PARTICULAR¹¹ N. 20

Montevideu, 30 de maio 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Tive a honra de receber a importante carta que V.Exa. dirigiu-me em 10 do corrente.

Nas circunstâncias atuais, dou tanto alcance a tudo o que, nessa carta, V.Exa. escreveu-me a respeito do general d. Manuel Oribe, que, sem perder tempo, tratei de fazer-lhe as insinuações que V.Exa. ordenou-me que lhe fizesse direta ou indiretamente.

11 N.E. – Intervenção manuscrita, no verso da última folha: “Respondida em 12 de junho de 1856”.

Parece-me que era bom preferir o meio indireto, ainda que não fosse senão para sondar o ânimo do homem, antes de falar-lhe diretamente. Recorri a pessoa apta para o mister e esta deu o seu recado do melhor modo que pôde, porque, em verdade, o negócio não é daqueles que podem passar como os filhos de pais incógnitos.

O general Oribe, porém – V.Exa. o conhece – não é homem de engolir pílulas douradas. Endireitou para mim, entrou em matéria sem exórdio e, depois de conferir o que lhe disseram com o que me ouviu, no seu interrogatório, perguntou-me como questão final, se as minhas asserções têm fundamento sólido que as torne eficazes, ou se não passam de alguma astúcia diplomática com aplicação momentânea.

Nem o negócio, nem a quadra, nem o homem com quem trato admitiam disfarces da minha parte; seria erro perigoso tentá-los. Parece-me que o acerto consistia em dizer francamente a verdade. Confessei, sem hesitar, a origem das minhas asserções.

A notícia agradou, evidentemente, ao general. Eis aqui o sentido em que ele me respondeu. A resposta contém três pontos, uma relativa ao Império, outra ao Estado Oriental, e outra a ele general Oribe.

Quanto ao Império disse:

Que reconhece o direito e a necessidade que tem o Brasil de influir no Estado Oriental.

Que o direito provém dos tratados, e a necessidade é consequência da situação geográfica dos dois vizinhos.

Que, por consequência, a neutralidade do Império nos negócios desta república é um erro e uma quimera, porque, mesmo contra a vontade do Governo Imperial e sem ação sua, os intrigantes jogam com a sua influência, isto é, influem nas coisas públicas com o nome do Brasil.

Que, em tal caso, é melhor definir a sua influência e exercê-la francamente em benefício de todos do que consentir que ela seja instrumento dos maus.

Que para fundar solidamente essa influência e exercê-la com vantagem, o Brasil precisa da aliança e cooperação dos *blancos*.

Quanto ao Estado Oriental disse:

Que a república precisa de um aliado poderoso.

Que o aliado natural da república é o Brasil.

Que, hoje, o partido *blanco* aceita sinceramente a aliança e a influência do Império.

Que a aliança do Brasil com os *blancos* é consequência da política que o sr. visconde de Abaeté foi negociar no Paraná.

Quanto a si disse:

Que, em geral, se referia ao que em outras ocasiões disse ao sr. visconde de Abaeté e a mim.

Que as circunstâncias em que ele fora tido em conta de inimigo do Brasil, quando não era, em verdade, mais do que um leal adversário, eram em tudo diferentes das atuais.

Que, não tendo hoje compromissos com ninguém, está no caso de cumprir os que contrair com o Brasil.

Que aceita, sinceramente, a aliança e influência brasileiras, contanto que ela não mate a independência da sua pátria.

Que, salva essa condição, para ele essencial, entende que a influência do Brasil é mui benéfica para a república.

Que, se alguma influência tem na Campanha, há de usar dela em benefício dos brasileiros.

Que dessa mesma influência se servirá para manter a paz e as boas relações com o Império.

Que, em compensação, pede ao Governo Imperial que o ajude eficazmente a sustentar a autoridade legítima na República.

Que lhe diga V.Exa., com toda a franqueza, o que deseja e que tenha plena confiança na palavra de honra que ele dá de cumprir tudo que prometeu.

Durante a conversa, o general Oribe insistiu em dois pontos, isto é, pediu-me, repetidas vezes, que assegurasse a V.Exa. que ele vai tomar a peito a causa dos brasileiros residentes no Estado Oriental e repetidas vezes recomendou-me que não me esquecesse de dizer a V.Exa. que ele precisa e invoca a cooperação do Governo Imperial para sustentar a autoridade na república e a ordem.

V.Exa. fez, na sua carta, um juízo tão exato da crescente preponderância do general Oribe, que torna desnecessárias as considerações que eu teria que fazer acerca do assunto de que estou tratando.

Limite-me, pois, a fazer o meu relatório e aguardo as ordens que V.Exa. houver de dar-me a respeito da matéria dele.

Das coisas deste país não tenho nada de novo que dizer a V.Exa., a não ser a moção do sr. Palomeque, que é uma gauchada de Flores e dos seus sócios.

Há quem pense – e talvez com alguma razão – que o sr. Maillefer não é estranho a este incidente.

O governo até agora ainda não foi interpelado pela tal comissão especial. Esta manhã disse-me o sr. Requena que lhe parecia que os autores da comédia estão meio receosos de pô-la em cena como desejavam.

Meu mano¹² escreveu-me do Paraná um bilheteinho que, se V.Exa. dá-me licença passo a transcrever.

Por falta de tempo te peço que escrevas ao nosso ministro dizendo-lhe que, neste momento, consta-me que hoje foi o tratado remetido pelo governo argentino ao Senado e que amanhã tomará a respectiva comissão conhecimento dele.

O bilhete é de 21 do corrente.

Por hoje só me resta pedir as ordens de V.Exa. e reiterar os protestos com que sou

De Vossa Excelência
Amigo atento e servidor obrigado,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1856.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Maria do Amaral,

Tenho presente a carta n. 20, de 30 do mês último, pela qual V.Exa. se dignou responder à que lhe escrevi a 1º do mesmo mês, e cujo assunto principal é o general d. Manuel Oribe.

Não me é possível nesta ocasião ser tão extenso quanto costumo – e a matéria autorizava. Confio, porém, que a perspicácia de V.Exa., com o conhecimento que tem do meu modo de ver os negócios desse Estado, suprirá o que houver de muito resumido, ou escuro nesta minha resposta.

O Governo Imperial apreciou com satisfação a segurança que dá o general Oribe de que não olha hoje para o Brasil como olhava em 1851 e em épocas anteriores.

12 N.E. – Intervenção manuscrita, à margem do texto: “Joaquim Tomás”.

A sinceridade desta minha declaração não poderá por ninguém ser posta em dúvida, em vista do discurso que pronunciei na Câmara dos Deputados, na discussão do voto de graças. Aí disse, muito antes que recebesse a carta de V.Exa., o que V.Exa. ouviu ao general Oribe relativamente às suas atuais disposições para com o Brasil.

Foi igualmente grato ao Governo Imperial saber que o general Oribe não se propõe atualmente senão à sustentação da paz e da autoridade legal. O Governo Imperial só vê salvação para a república na conservação desses dois elementos, devidamente aproveitados por uma administração honesta, ilustrada e ativa.

O Governo Imperial está persuadido de que a causa da autoridade pública triunfará dos facciosos, quem quer que eles sejam, mostrando-se o governo da República firme no seu posto, prudente e escrupuloso observador das leis e dos interesses do Estado.

O apoio que o general Oribe prestar à sustentação da autoridade legal no seu país não pode ser senão um motivo de satisfação e de simpatia para o Governo Imperial.

Assegure V.Exa. ao general Oribe que o Governo Imperial não vê nele um inimigo, e nem mesmo um homem suspeito às boas relações dos dois países: que, pelo contrário, o Governo Imperial confia que ele hoje lhe faz a inteira justiça e vê nele, general, um dos mais fortes esteios da ordem pública nesse Estado.

Pode, portanto, o general Oribe obrar livremente, sem nenhuma apreensão de que lhe sejamos hostis e certo de que o Governo Imperial prestará todo o seu apoio moral ao atual sr. presidente da República, o qual, por sua parte, o Governo Imperial espera que se empenhará em cultivar a boa inteligência e amizade que subsiste entre ambos os países.

O general Oribe pediu a V.Exa. a maior franqueza na manifestação do pensamento do Governo Imperial a respeito dele e o seu país. No meu discurso acima citado, apesar da publicidade em que falei, creio ter sido muito franco, mas procurarei aditar o esclarecimento que parece exigir o general.

O Governo Imperial não quer renovar a sua intervenção armada nos negócios desse Estado, não quer mesmo exercer outra influência mais que a dos seus bons conselhos, sempre que oportunamente, e sem o menor vislumbre de intervenção ou exigência, ele os possa prestar ao governo da república.

Está, porém, firmemente disposto a dar o mais decisivo apoio moral a bem da conservação da autoridade legal.

É possível, como diz o general Oribe, que os facciosos pretendam desvirtuar essa abstenção do Governo Imperial, interpretando-a no sentido de suas maquinações. Mas nem o procedimento contrário seria isento de inconvenientes mui sérios, nem essa má-fé ou especulação dos revolucionários poderá ser bem sucedida, se o governo da República e seus defensores não se deixarem cair em tão indigna cilada, como aconteceu ao general Flores, que por isso tornou-se um inimigo mesquinho do Império.

O general Oribe deve bem compreender que as intervenções não são atos que se possam renovar todos os dias e que, ainda ontem, cessou uma que, por quase dois anos, aí manteve o Governo Imperial com não pequeno sacrifício e desgostos.

A necessidade da paz e da sujeição à autoridade legal não pode deixar de ser sentida pela maioria dos orientais. Mediante uma política moderada, mas enérgica, e com o apoio moral do Império e da Confederação Argentina, o governo oriental poderá impor respeito às facções, ou suplantá-las, sem que lhe seja preciso recorrer a meios desesperados.

Fico inteirado do mais que se contém na carta de V.Exa. e peço-lhe licença para aqui concluir a minha resposta, renovando os protestos da sincera afeição e alto apreço com que me prezo de ser

De V.Exa.

Amigo atento e servidor obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

PARTICULAR¹³ N. 21

Montevidéu, 7 de julho de 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Daqui saiu, anteontem, o *Camilla* para esse porto e levou a V.Exa.

13 N.E. – Intervenção manuscrita, no verso da última folha: “Respondida sobre o negócio dos cavalos – em 16 agosto de 1856”.

uma mala sofrivelmente gorda. Não tenho pois muito eu dizer a V.Exa. pelo *Jequitinbonba*, que sai esta noite para esse porto.

Vai a bordo deste vapor imperial o sr. Borges, que chegou do Paraguai ontem, trazendo a ratificação dos tratados com o Império. Dou os parabéns a V.Exa., porque a sua primorosa obra está, assim, completa, com pesar dos zangões políticos daí, daqui e de Buenos Aires.

Os dois dias que decorreram depois da saída do *Camilla* não trouxeram assunto para escrever-se largamente a V.Exa. Apenas relato o que se passou a respeito do Banco [*Minké?*] e faço menção da declaração que o governo fez ao corpo legislativo acerca do estado em que se acham as finanças da república.

Também digo a V.Exa. duas palavras a respeito do porto franco, utopia que é promovida por Herrera y Obes, Juanicó e outros; sabe Deus com que miras?

A respeito do Banco Mauá, não ocorreu nada depois que saiu o *Camilla*, a não ser o empréstimo que pede ao barão o ministro de Fazenda da República Oriental.

Da questão provocada pela Moção Palomeque não tenho nada de particular que dizer, além do que comunico a V.Exa. em uma confidencial. Penso que o negócio morrerá por si mesmo, como se diz vulgarmente. A opinião pública é evidentemente oposta à tal comédia representada pela gente de Flores.

Esta manhã, o sr. Requena falou-me outra vez na reforma dos tratados com o Brasil e disse-me que o presidente da República escreveu particularmente ao sr. Andrés Lamas pedindo-lhe que sonde o ânimo de V.Exa. sobre a reforma. Eu aproveitei a ocasião para dizer ao sr. Requena o que V.Exa. me autorizou a dizer ao sr. Ellauri acerca deste negócio. O homem calou-se.

Confesso a V.Exa. que surpreendeu-me este passo do sr. Gabriel Pereira, porque o general Oribe declara-se contra a reforma dos tratados. Começará S.Exa. a querer separar-se do general? Aqui tudo é possível.

Na confidencial em que dei conta do que se passou na última sessão da Câmara de Representantes acerca da célebre minuta, esqueci-me de dizer a V.Exa. que o sr. Palomeque, depois da discussão, disse ao sr. Requena que as expressões dele, Palomeque, não deviam ter mais alcance do que a que lhes dá a posição do autor da moção, que, por honra da firma, tem que sustentar a proposta *quand meme!* V.Exa. não acha que a declaração equivale a uma palinódia, cantada por efeito da votação em que o declarante viu desertarem de suas fileiras tantos dos soldados com que contava?

Na carta que escrevi a V.Exa. pelo *Camilla*, toquei todos os pontos principais de que cumpria-me falar a V.Exa., de modo que não tenho assunto para estender esta carta. Antes, porém, de rematá-la, peço licença a V.Exa. para falar-lhe de uma pergunta que ontem me fizeram.

Perguntou-me¹⁴ o general Oribe quanto paga o Governo Imperial por cada cavalo que compra para o seu exército e disse-me, ao mesmo tempo, que alguém, por quem ele, Oribe, se interessa, tem uns mil cavalos, excelentes, a vender. Não tenho outro meio de satisfazer a pergunta do general senão recorrer à poderosa intervenção de V.Exa.

Agora um requerimento.

O *Jequitinhonha* vai-se, ficamos aqui somente com o *Ipiranga* e, se houver necessidade de mandar, com urgência, alguma notícia a V.Exa., aquele vapor, que levou quinze dias a vir, levará um mês a ir e ficaremos sem nenhum vapor em Montevideú. Peço, pois, a V.Exa. que se digne fazer com que o *Jequitinhonha* tenha prontamente um sucessor nesta estação naval. Faço o meu requerimento a um chefe que já aqui esteve e que, portanto, sabe avaliar as razões da minha súplica. Estou certo do bom despacho que hei de ter.

Não tendo mais nada que dizer a V.Exa., remato pedindo a V.Exa. as ordens do seu serviço e reiterando as expressões da subida consideração e respeitosa amizade com que tenho a honra de assinar-me

De Vossa Excelência,
o mais atento amigo e criado obrigado,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR
RESERVADO

Rio, 12 de julho de 1856.

Ilmo. e Exmo. Sr. Cons. José Maria do Amaral,

14 N.E. – Intervenção manuscrita, à margem do parágrafo: “12\$000 – Bons – examinados – de marcas incontestáveis – e entregues na fronteira”.

Sinto muito não ter recebido a carta particular que V.Exa. me anunciou ter-me escrito no dia 4 do corrente, pois ela naturalmente respondia à minha última e dava-me, mais particularmente como V.Exa. costuma, notícias sobre o estado atual desse país e especialmente, do que ocorreu com relação a moção do sr. Palomeque.

Os correspondentes do *Jornal do Commercio e Mercantil* dão a este negócio um caráter mais grave do que ele parece ter; entretanto, qualquer que seja o seu desfecho, espero que V.Exa. se haverá com a maior tranquilidade de espírito possível e que fará, sobre tal, tudo quanto estiver de sua parte para que esse governo, no procedimento que adotar, não recorra a medida alguma inconstitucional.

O correspondente do *Mercantil* parece recear que o comendador Netto venha a fazer alguma manifestação por causa da perseguição que o novo chefe político de Taquarembó tem feito aos insurgentes ali comprometidos nos últimos acontecimentos. Peço a V.Exa. que aconselhe ao sr. comendador a empregar toda a sua influência para que os súditos brasileiros residentes naquele e nos demais distritos da república se conservem como estrangeiros, abstendo-se de toda a intervenção em negócios do país.

Além da sua carta acima indicada, escrevi-lhe na mesma ocasião outra, relativa ao novo adido a essa legação, o sr. Barbosa. Também ignoro se esta foi recebida.

Estou ansioso por notícias do Paraguai. O sr. Borges não tomou, de acordo com o encarregado de negócios do Império na Confederação Argentina, as medidas necessárias para que o pacote deste mês nos trouxesse as últimas datas [*sic*] que eram possível enviar da Assunção. Recebi do Paraná notícias até 28 de junho e, daquela república, somente até 28 de maio.

Se o sr. Borges tiver sido bem sucedido e aí chegar com muita antecedência à partida do pacote de agosto, dê V.Exa. as providências necessárias para que aquele sr. venha sem demora em um vapor de guerra brasileiro. Dado, porém, o caso de que não tenha ele que trazer-nos boas novas, ou aí chegue nas vésperas do pacote inglês, que venha neste transporte, porque não sofre muito a [brevidade] na segunda hipótese e, na primeira, não vale a pena da despesa o saber que o presidente entendeu em sua alta sabedoria que não devia ratificar o que autorizou ao seu plenipotenciário.

Creio que os franceses não têm resolvido intervir no negócio desses Estados, e sim querem meter medo sem risco nem despesa; ao menos por enquanto, creio ser essa a posição desses srs.



AHI • 316/03/01

PARTICULAR N. 22

Montevidéu, 18 de julho 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

O comandante do *Beaumanoir* acaba de dizer-me que o seu navio far-se-á de vela para o Rio de Janeiro logo que entrar neste porto de Montevidéu o vapor *Camilla*. Aproveito esta ocasião para dar a V.Exa. algumas notícias de certa importância. Cumprirei este dever tão bem como me permitir a estreiteza do tempo.

Passaram-se ultimamente, no meu distrito, quatro fatos que me parecem dignos de serem mencionados a V.Exa. e vêm a ser: o encerramento do corpo legislativo; o modo como este se encerrou; a retirada do general Flores; e uma entrevista que teve comigo o sr. Requena. Dos três primeiros fatos dou conta a V.Exa. na correspondência confidencial. Aqui, tratarei do quarto.

Antes de entrar neste último assunto, direi ainda algumas palavras a respeito do general Flores.

Eu disse a V.Exa., em uma confidencial, que o sr. Flores pediu e obteve licença e passaporte para sair do Estado Oriental. Este passo tem suas causas e seus fins.

O general Flores retira-se de Montevidéu, digo, do Estado Oriental, porque, embora as aparências digam outra coisa, não está bem com o general Oribe, reconheceu tarde que este o gastou de todo, acha-se envergonhado do triste papel que está representando e recorre ao exílio voluntário como tangente pela qual pensa que pode sair airoso do passo ridículo em que se foi pôr, desde agosto do ano passado. A este respeito, sei de duas circunstâncias que devo referir a V.Exa.

Eis aqui a primeira.

Dois dias antes de pedir passaporte para o exterior, o sr. Flores declarou ao general Oribe que o bom êxito da moção Palomeque era para ele, Flores, uma questão de honra e que, portanto, desejava vencê-la antes do encerramento das câmaras. De razão em razão, os dois generais chegaram a ponto de travarem uma disputa calorosa na qual deram provas de recíproca má vontade. O sr. Flores veio do Paso do Molino, onde este incidente se passou, assombrado do brasileirismo do general do sítio e comunicou este seu assombro aos íntimos da rua da Florida, qualificando de traidor ao seu *compañero* do famoso pacto em que ambos haviam jurado salvar a pátria e salvarem-se também a si.

Agora, a segunda circunstância, que, quanto a mim, é conseqüência da que já referi.

O senador Cachon disse-me, ontem, que o general Flores, de quem é íntimo amigo, lhe confessara, naquela mesma hora, que está arrependido do procedimento que teve em agosto do ano passado; que cometeu um erro grave em separar-se do Brasil; que o general Oribe, a quem sempre ouvira dizer mal do Governo Imperial, acabava de falar-lhe nos termos em que lhe falaria o ministro do Brasil, chegando a ponto de dizer-lhe que não há outro meio de salvar a república, senão recorrer, de boa-fé e quanto antes, à aliança brasileira, entendida no sentido o mais lato possível; que, enfim, se houvesse quem reconciliasse o atual ministro do Brasil com ele, general Flores, este viria à legação imperial entender-se com o representante do Império.

Pareceu-me conveniente não dar importância à conversa do senador. Limitei-me, portanto, a dizer-lhe que a conversão do general Oribe e o arrependimento do general Flores são duas provas importantíssimas em favor da política do gabinete imperial.

Rematarei este capítulo dizendo a V.Exa. que a retirada do general Flores a muitas pessoas parece suspeita. Há muita gente que pensa que ele vai a Buenos Aires entender-se com os emigrados e com os portenhos, a fim de organizar uma liga contra o general Oribe. Nestas terras, tudo é possível e até provável.

A conferência, entrevista, ou conversa com o sr. Requena:

No princípio desta semana, o sr. Requena pediu-me uma entrevista “particular” para tratar de negócio que ele disse ser transcendente. Compareci em casa deste sr., porque, tendo ele vindo à minha, não me encontrou. Quisera ele saber se eu entendo, como ele, que o Tratado de Aliança, entre o Império e a república, dá ao atual presidente o direito

de pedir a intervenção do Brasil. Respondi-lhe que sim, contanto que fosse autorizado pelo corpo legislativo a fazer essa requisição. Ajuntei logo a esta asserção a declaração de que me parecia que o governo de Sua Majestade não havia de anuir a tal pedido. Replicou-me o sr. Requena que há no tratado um artigo em virtude do qual o Império não pode, sob nenhum pretexto, recusar à república o auxílio de forças militares. Calei-me, porque era exata a citação. Disse-me, então, o sr. Requena que, em todo o caso, talvez o governo da república se achasse, um destes dias, na necessidade de pedir ao ministro do Brasil o desembarque de alguma força. Respondi que não temos atualmente aqui, no porto, força militar suficiente para subministrar auxílio ao nosso aliado. Neste ponto, parou a nossa conversa, pedindo-me o sr. Requena que ouvisse eu a opinião de V.Exa. tanto a respeito da intervenção como do desembarque de forças em algum caso de urgente necessidade. Em último lugar, recomendou-me aquele cavalheiro que guardasse segredo sobre a nossa conversa e que de nenhum modo desse a esta o alcance oficial, porque se o Governo Imperial não anuisse ao pedido do governo oriental, este teria de lutar com grandes dificuldades que procederiam da divulgação daquela requisição. Dei palavra de satisfazer o desejo do sr. Requena.

Na noite do dia em que se passou o que acabo de referir a V.Exa., vim a saber, pelo presidente da República, que a requisição da intervenção imperial fora aconselhada com empenho e com muito boas razões pelo general Oribe. O negócio parecia-me importante; quis apurar todas as circunstâncias dele; fui, portanto, no dia seguinte, à União, onde se achava então o general.

Seria fastidioso para V.Exa. e agora é impossível, pela estreiteza do tempo, mencionar todas as circunstâncias – aliás, interessantes – da larga, expansiva e importante conversa que comigo teve o general Oribe. Ouvi-lhe recapitular toda a história do sítio, tocando com suma habilidade os pontos em que houve de explicar o seu procedimento para com o Império. Apreciou e comparou, com muita exatidão e conveniência, as circunstâncias passadas e presentes dos homens e das coisas desta república. Definiu a situação, com muito tino e imparcialidade, e chegou à seguinte conclusão: que a república perde-se, se a não protegem as nações fortes; que, se o Brasil lhe recusar a proteção, ela será obrigada a pedir a da França ou a da Grã-Bretanha, ou a dos Estados Unidos. Disse-me, enfim, que tinha aconselhado ao presidente da República que recorresse ao Governo Imperial e que se entregasse a este de boa-fé.

Devo ajuntar, ao parágrafo antecedente, este, com o fim especial de referir a V.Exa. as palavras com que o general Oribe terminou a sua conversa:

Faça-me o favor de pedir ao sr. marquês de Paraná e ao sr. Paranhos que tenham fé na minha palavra e que respondam por mim ao Imperador. Em 1851, eu teria dado a vida para queimar o Brasil se fosse possível. Hoje, as circunstâncias são outras e eu hei de ser tão leal ao Império como fui ao general Rosas.

Não tenho nenhuma informação especial para dar a V.Exa. relativamente à famosa moção do deputado Palomeque. V.Exa. verá que as Câmaras foram-se sem insistir nesse negócio. O sr. Requena afiançou-me, ontem, que é uma causa morta para sempre. Não sei se é verdade ou se é intriga o que ouvi a um senador amigo do general Flores. Disse-me que o sr. Requena havia prometido aos floristas que pediria secretamente ao Governo Imperial a minha remoção. Respondi que o ministro estaria no seu direito se fizesse o que prometeu, porque é esse o meio de que se servem os governos civilizados quando têm motivos para quererem a mudança de um diplomata estrangeiro acreditado oficialmente. Pense, porém, este governo, ou faça o que fizer com relação ao indivíduo que representa o Brasil no Estado Oriental, o que devo dizer em abono da verdade é que, relativamente ao Governo Imperial, mostra-se ele animado dos melhores sentimentos. O presidente e os ministros dizem altamente que querem manter no melhor pé que for possível as relações com o Império, porque do desenvolvimento dessas relações depende, em mui grande parte, a sorte da república. Há um ditado português que diz que a necessidade é mãe da indústria.

São quatro horas da tarde e anunciam-me que o vapor *Camilla* vem entrando; portanto, é-me necessário concluir esta carta. Nela já referi a V.Exa. as principais notícias que agora posso dar-lhe do meu distrito. Resta-me fazer uma declaração, que é a seguinte.

Por descuido do adido que fechou o saco que foi pelo *Camilla*, foi parar a Buenos Aires a mais importante das cartas que eu dirigia a V.Exa. por aquele vapor. Daquela cidade ma remeteram, depois da saída do *Jequitinbonha*. Suprimo-a, porque fica inutilizada por esta. Esta supressão altera a numeração das minhas cartas particulares a V.Exa.: a mais recente que V.Exa. lá tem fica sendo n. 21.

Por esta ocasião, não tenho nada que ajuntar ao [*que*] está escrito, senão os protestos da respeitosa amizade com que tenho a honra de ser

De Vossa Excelência
Muito atento amigo e criado,
José Amaral



AHI • 316/03/01

N. 6

Montevideú, 4 de agosto de 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Visconde de Abaeté,

Tenho presente a carta que V.Exa. teve a bondade de escrever-me, em 13 do mês passado, respondendo à minha do dia 4 do mesmo mês.

Por essa carta de V.Exa., vejo que a chegada do sr. Pitada, com a ratificação dos tratados Abaeté, sem causar surpresa, causou, todavia, algum prazer a V.Exa., como era natural. A esta hora, está V.Exa. sossegado também pelo que diz respeito ao Paraguai, pois que, atrás do sr. Pitada, lá foi o sr. Borges com o confirmando do Reverendo Guardião dos paraguaios. A oposição não achará, portanto, consoantes para glosar estes dois ricos motes, mas não é impossível, nem improvável, que os glose com rima forçada o gracioso poeta de feira Assis Mascarenhas.

Desalojados daquelas duas posições estratégicas para o combate da política externa, é mui provável que os senhores opositores venham entrincheirar-se neste quintalzinho que nos fica pelos fundos da casa. A moção Palomeque já não lhes pode ser alvo para tiros seguros, porque teve um desfecho airoso para o Governo Imperial e mui ridículo e mui humilhante para os diretores e atores da tal comédia. Penso, portanto, que as declamações terão por assunto os decrépitos acontecimentos de agosto do ano passado. Neste terreno, porém, parece-me que, hoje, o governo pode mover-se com mais facilidade e fazer evoluções mais eficazes do que o exército inimigo. Espero com viva curiosidade a discussão do relatório, digo, do orçamento do Ministério de Estrangeiros.

Eu sei que, daqui, tem ido muita carta para certos deputados e para o senador que acima já nomeei. Essas cartas contêm intrigas com o título de informações e partem de um certo Muniz, do Rio Grande, que aqui está em relação com os conservadores. Este sujeito teve, há poucos dias, o desprazer de dizer-me que há de ir ao Rio Grande promover uma revolução, se o Governo Imperial pactuar com o general Oribe. Dizendo estas blasfêmias, o tal Muniz atribui a V.Exa. a nova política que ele diz ter sido adotada pelo gabinete imperial e que tem por objeto plantar, sustentar e desenvolver a influência de d. Manuel Oribe no Estado Oriental e a de d. Justo Urquiza em Buenos Aires, na Confederação Argentina e no Paraguai! O sr. marquês de Caxias deve conhecer de perto este homem, que é militar e acompanhou a S.Exa., segundo ele diz, na campanha de 1851 e parece-me que, também, na guerra dos dez anos contra os farrapos. O sujeito tem-me ares de quem procura algum osso para roer.

Saberá V.Exa. que d. Venâncio Flores gastou-se como uma vela de mau sebo a uma brisa forte. Não sei qual é mais notável, se a habilidade com que o general Oribe matou politicamente o seu companheiro, ou se a estupidez com que este se deixou assassinar! Lá vai para Entre-Rios cultivar uma estância que comprou por bom dinheiro a um inglês. Vão atrás dele para outros lugares os seus íntimos Lasota, [Lares] e Palomeque. Este último vai com ares de cômico pateado. Os floristas que aqui ficam dão de entender que d. Venâncio vai ajuntar elementos para reorganizar o Partido *Colorado* e reagir contra os srs. Gabriel Pereira e Flores, digo, e Oribe. Este, porém, assevera-me que não se deve recear nada do decaído companheiro. Verdade seja que não há flor que, depois de seca, rebrote viçosa e colorida.

A retirada de d. Venâncio aumenta a influência de d. Manuel que se acha, hoje, senhor onipotente do país, pondo e dispondo de tudo com uma habilidade que me faz pasmar, porque não parece influir em coisa alguma.

Lá vão desterrados para Buenos Aires os escrivães Castello e Dias e o Pinto, [relator] da república. Estes sujeitos, comprados pelos promotores dos tumultos de Tacuarembó, os quais aqui estão presos, tramavam uma assuada contra o presidente e os ministros. Contavam com a proteção do general Oribe, mas este, achando que era agravante a circunstância de pertencerem os tais sujeitos ao Partido *Blanco*, aconselhou ao governo que os tratasse com severidade imparcial.

Não obstante a preponderância que tem incontestavelmente, d. Manuel está triste, porque vê iminente a pior crise que pode sobrevir nas atuais circunstâncias, que é a crise financeira. O Tesouro não tem um real e não acha quem lhe empreste nem meio para comprar o pão cotidiano. Quem pode prever o que resultará desta miséria oficial sem exemplo? D. Manuel reconhece que a sua impotência não chega a ponto de poder obstar à decomposição ou dissolução do Estado desconjuntado pelas contorções de tanta gente impelida pela fome.

Inspirado, talvez, pela previsão desta hora fatal – que pode trazer a indeclinável necessidade de um protetorado –, o velho caudilho fita os olhos no Império e, com a vista fina do monomaniaco, murmura e repete depois, em voz alta, a palavra intervenção.

“Intervenção outra vez! Será possível! Entretanto, saiba V.Exa. que, em conferência particular, se me pediu que consultasse o gabinete imperial a este respeito! Meu Respeitável sr. visconde, há destino e os maometanos bem dizem que *quod scriptum, scriptum*. Suprima V.Exa. todo este parágrafo.”

Aqui estive comigo o sr. de Bécour, que vai para o Paraná como ministro de França. Tivemos uma larga conversa, da qual coligi que a França o mandou estudar as circunstâncias ativas destas repúblicas, com o fim de ver o que há de fazer definitivamente. Pelo procedimento que o sr. de Bécour teve com esta legação assim que aqui chegou, presumo que o seu governo não tenciona excluir o Império, nem das observações que vem fazer, nem, talvez, da resolução que tomar depois dessas observações. Achei o sr. de Bécour mal disposto para com o sr. Maillefer. Este está furioso com a retirada de Flores, porque assim desmanchou-se-lhe o castelo em que começara a fundar o seu sistema de influência no Estado Oriental. O bom do homem tem proferido mil vezes o seu favorito – *sacré nom de Dieu* – contra as relações do general Oribe com a legação do Brasil. Não pense V.Exa. que está livre das imprecações do meu delicado colega, pois que V.Exa. carrega com a paternidade da nova política imperial nestas paragens e eu sou considerado como instrumento de V.Exa. É assim que o Père Martin explica a minha conservação em Montevideú, apesar das reclamações da França. França, neste caso, é sinônimo de Maillefer.

O assunto desse parágrafo faz-me recordar, por associação de idéias, de um parágrafo da última carta de V.Exa., que me é relativo. V.Exa., inferindo de algumas frases que lhe escrevi, relativamente ao Paraná, que eu não desejo ir para aquele posto, teve a bondade de convi-

dar-me a declarar-me com franqueza a este respeito, oferecendo-me a sua valiosa influência para evitar a minha remoção, no caso em que ela venha a ter lugar. – Agradeço a V.Exa. esta nova bondade que me dispensa, mas peço que não dê tanto alcance às expressões que apliquei à capital da Confederação, referindo-me à unanimidade com que dizem dela todos os que de lá vem. Eu repito o que aqui disse a V.Exa., isto é, que, por dever e por gosto, estou pronto a ir para onde me mandar o governo. A remoção para os Estados Unidos envolvia uma hipótese perigosa para mim, por isso solicitei a intervenção de V.Exa. para evitá-la. Eu seria um mau empregado, pior do que sou, se andasse sempre a incomodar o governo, escolhendo, a meu gosto, o serviço que devo fazer a gosto dos meus superiores. Nem eu seria, neste caso, digno da benevolência com que V.Exa. e o meu chefe me tratam e que eu desejo captar e conservar, e não perder. Vou, portanto, para onde me mandarem e tão depressa como me mandem.

Agora, passo a dizer a V.Exa. de um negócio que diz respeito a d. Manuel Oribe.

Este general, que me encarrega de saudar a V.Exa., pede-me que, em seu nome e de sua parte, peça a V.Exa. o seguinte favor. A família do sr. Barroso recorreu ao general para que este escrevesse a V.Exa. invocando a sua poderosa influência em favor da vinda daquele oficial como sucessor do sr. Lamare, que, nesta ocasião, vai para o Rio dizendo que não virá retomar o comando da divisão naval. Diz o general que V.Exa. lhe faria o maior obséquio se obtivesse a nomeação do sr. Barroso. Não ousa escrever a V.Exa. sobre o negócio por um acanhamento excessivo e pensa que, à vista da bondade paternal com que V.Exa. me trata, eu serei um recadista feliz. Oxalá que o general não se engane e que pela volta do *Camilla* seja satisfeito o seu pedido, no qual, em abono da verdade seja dito, entra alguma dose de vaidade.

Agora, seguindo a regra de São Mateus, pedirei também para os meus. Meu mano João pretende, ou deseja, fazer uma troca de emprego, para cuja realização precisa da proteção do sr. marquês de Paraná. Se ele tiver a de V.Exa., tem, com certeza, a daquele sr. Eu disse, portanto, a meu mano que recorresse a V.Exa., expondo a sua pretensão e tomando-o por padrinho dela. Antes que ele venha, aqui estou perante V.Exa., desempenhando em favor dele os deveres de bom irmão e abusando da bondade com que V.Exa. me trata, mas certo de que hei de achar, em todo o caso, muita e muita indulgência.

Com esta carta, remeto a V.Exa. um volume pequeno que me remeteu o sr. Bustamante depois da partida *Jequitinbonha*, julgando que ainda aqui estava.

Desejo a V.Exa. muita saúde e a toda a sua ilustre família e, pedindo a V.Exa. que me dê as suas ordens, reitero os protestos da respeitosa amizade e gratidão com que tenho a honra de ser

De Vossa Excelência,
o mais fiel amigo e obediente servidor,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR N. 23

Montevidéu, agosto 4 de 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Tenho a satisfação e a honra de acusar o recebimento de duas cartas que V.Exa. teve a bondade de escrever-me, pelo vapor *Camilla*, em 11 e 12 do mês passado. A primeira dessas cartas dá resposta à que escrevi a V.Exa., no dia 5 de agosto daquele mês.

A esta hora, a carta que escrevi a V.Exa. pelo brigue francês *Beaumanoir*, que daqui se fez de vela para esse porto no dia 19 de julho, já explicou a V.Exa. a má sorte que teve a minha carta do dia 4. Para evitar a repetição de casos semelhantes, fechei, com minha própria mão, o maço que remeti pelo brigue francês. Diz, com razão, o provérbio que quem quer, vai; quem não quer, manda.

Antes de entrar em matéria, previno a V.Exa. de que ao capitão de fragata Duval, comandante do *Beaumanoir*, entreguei um maço de confidenciais das quais faço circunstanciada menção na correspondência oficial que, agora, dirijo a V.Exa., pelo vapor *Camilla*.

Passo a responder às duas cartas de V.Exa. que acusei no princípio desta.

A carta de 11 de julho contém somente um parágrafo que exija resposta. Nesse parágrafo V.Exa. faz-me recordar de que dirigiu-me, pelo pacote de junho, uma extensa carta particular, cujo conteúdo me habilitava para responder à pessoa que manifestou-me desejos de ter algumas informações a respeito da nova política do governo do Brasil, no Estado Oriental do Uruguai.

As notícias que dei a V.Exa., em 18 do mês passado, na minha carta n. 22, contêm, de algum modo, a resposta à carta que V.Exa. dirigiu-me em junho. Na parte em que essas notícias são relativas à pessoa a quem comuniquei o sentido da resposta que V.Exa. deu às minhas perguntas, verá V.Exa. que o procedimento dela não indica, de nenhum modo, descontentamento pelo que me ouviu. Cumpre-me, porém, dizer a V.Exa. que, conquanto essa pessoa dê grande importância, segundo diz, ao apoio moral do governo brasileiro, pensa, todavia, e manifesta com franqueza esse pensamento, que isso não basta e que talvez se dê o caso em que seja necessário à república ainda mais do que a poderosa simpatia do Império. – Se se der tal necessidade, pergunta-me aquele sujeito, poderemos contar, com certeza, com a cooperação positiva e eficaz do nosso aliado? – Defini primeiramente o que entendeis por cooperação positiva e eficaz, respondo eu, e então pedirei instruções para satisfazer a vossa pergunta.

Eu penso que a entrevista que comigo teve o sr. Requena e da qual já dei conta a V.Exa. na minha carta particular acima citada, teve realmente por fim dar-me a definição que eu pedia àquele outro sujeito e provocar, assim, a resposta da pergunta que se me fez. Todas as circunstâncias que precederam e acompanharam aquela entrevista e, bem assim, os próprios termos e condições da declaração que me fez o sr. Requena autorizam esta minha conjectura, como V.Exa. verá, se tiver a bondade de notar bem os pormenores que lhe referi a respeito deste negócio.

Eu compreendo perfeitamente que o Governo Imperial ache fastidioso este contínuo pedir dos seus aliados, mas também concebo que estes importunem ao Governo Imperial, porque Deus já não quer fazer milagres, principalmente em política, e só por milagre poderá esta nação independente sustentar a ousada ficção da sua independência e nacionalidade, sem uma transformação, ou sem auxílio estranho. Perdoe-me Deus se este meu juízo me constitui em pecado mortal.

Na carta de 12 de julho, V.Exa. falou-me da moção Palomeque, do comendador Netto e dos tratados com o Paraguai.

A recomendação que V.Exa. fez-me acerca do primeiro ponto foi prevenida pelo curso natural do próprio negócio a que ela se referia. O mesmo a respeito do terceiro ponto. O sr. Borges lá está, no Rio de Janeiro, com a ratificação dos tratados. O sr. Palomeque aqui anda preparando-se para emigrar para Buenos Aires com ar de cômico pateado.

Não sei que bom fundamento poderia ter o correspondente do *Mercantil* para escrever o trecho que chamou a atenção de V.Exa. acerca do sr. Antônio Netto. Posso afiançar a V.Exa. que nosso compatriota não dará passo algum que possa complicar a política do Governo Imperial ou somente desagradar-lhe. Já escrevi ao sr. Netto pedindo-lhe que venha ter comigo. Espero-o por estes dias. Quero ouvi-lo sobre vários pontos para poder escrever a V.Exa. com exatidão.

Aqui acaba a resposta às duas cartas de V.Exa. Agora vou tratar dos negócios do meu distrito.

O fato mais notável, da quadra atual, é a vergonhosa retirada do general Flores e dos seus sicofantas! Em verdade, assevero a V.Exa. que não sei o que deva admirar mais, se a habilidade com que o general Oribe gastou o seu companheiro, ou se a estupidez com que este se deixou gastar! Depois do que vi passar-se entre estes dois caudilhos, propendo a crer que há, de homem a homem, a mesma fascinação fatal pela qual dizem que o sapo vai, por si mesmo, lançar-se na boca da cobra, sem o menor incômodo nem movimento desta para atraí-lo. D. Venâncio foi o sapo de d. Manuel.

Dom Venâncio, segundo diz-me o d. Manuel, retirou-se muito mal com este e sem ao menos despedir-se. O desterrado de Gualeguaychu foi-se horrorizado do brasileirismo do antigo general do sítio. Eu já referi a V.Exa. os pormenores da última entrevista dos dois generais e agora confirmo o meu relatório com o testemunho de Oribe, a quem ouvi sobre a matéria.

A gente florista continua a insinuar que Flores desterrou-se com intenção de ir ajuntar elementos para reagir contra os srs. Gabriel Pereira e Oribe. Ultimamente o sr. Plá, presidente do Senado e amigo íntimo do desterrado, disse em confidência a alguém que o seu amigo, dentro de pouco tempo, estaria no território da república com gente e dinheiro para restaurar o Partido *Colorado*. Conversei largamente sobre este assunto com o general Oribe e este assevera que não há nada que temer da parte de Flores nem dos *colorados*, se o Brasil os não animar e apoiar. Eu demonstrei ao general que esta hipótese era absurda.

Seja o que for, o que é certo e, desde já, evidente é que a retirada de Flores e da sua gente deixa a d. Manuel senhor e possuidor do país e dá-lhe uma força moral efficacíssima. Ele já é o presidente de fato. Muitos *colorados* já lhe vão fazendo adesão e até os estrangeiros se vão tornando indulgentes com ele e olvidando o erro do tempo do sítio, depois que suspeitam que há uma certa inteligência entre ele e o Brasil. O sr. Lafone, inimigo figadal de Oribe, disse-me, um destes dias, que Oribe será um ótimo presidente se tiver por tutor algum governo estrangeiro, civilizado! Muito me surpreendeu esta significativa asserção do sr. Lafone, porque há uns seis meses ouvi-lhe dizer que devia-se antes pactuar com o diabo do que com o general. V.Exa. sabe que o sr. Lafone é inglês, protestante e rico. A sua opinião deve portanto ser muito segura...

O general Oribe, por sua parte, compreende perfeitamente a força que lhe provém da boa harmonia com o Governo Imperial. Creio, portanto, que é com boa-fé que ele procura captar a benevolência do aliado da república. Ostenta-se partidário da aliança e da política do Império e crimina altamente ao general Flores por não ter sabido tirar o partido que, para o país, podia ter tirado dos auxílios que, durante a sua presidência, recebeu do Brasil.

Parece a todos mui notável a insistência do general em demonstrar a conveniência de uma intervenção armada do Império, uma vez que esta seja bem compreendida e bem aproveitada pelo governo da República. Eu penso que o general compreende perfeitamente que, hoje, uma tal intervenção seria impossível, ou ao menos muito difícil, à vista das disposições em que se acha o Governo Imperial; mas ele conhece tanto os seus compatriotas e a influência do Império, que, quanto a mim, faz acreditar na probabilidade de um auxílio militar do Brasil, porque espera, com essa ameaça, conter os anarquistas e os seus adversários e inimigos políticos.

Já que estou falando das opiniões do general Oribe a respeito da aliança com o Império, devo dizer a V.Exa. que o sr. Maillifer está muito agastado pelas relações do general com a legação do Brasil. O meu colega, sempre infeliz nos seus cálculos diplomáticos, mas sempre dominado pela mania de dirigir a República Oriental, tinha organizado lá um sistema seu de influência baseado nas paixões e ressentimentos do general Flores e do seu círculo contra o Brasil. Acaba de desmanchar-se-lhe a igreja e ele, furioso por achar-se outra vez tido à perna coxa com que tem andado com que tem andado [*sic*] a coxear na política do Rio da Prata, começa a declamar contra mim nos termos que lhe são familiares.

Pode bem ser, portanto, que V.Exa., um dia destes, receba por via do sr. St. Georges algum novo libelo imputando-me outro plano de conspiração contra a parca independência do Estado Oriental.

Seja V.Exa. indulgente com essa espécie de parênteses, que tomei a liberdade de abrir para prevenir a V.Exa. contra os pueris despeitos do sr. Maillefer. Torno aos assuntos de que estava tratando.

O general Oribe está, pois, onipotente, como eu dizia a V.Exa., e felizmente usa dessa sua preponderância para sustentar o governo legal do seu país. A sua tarefa torna-se-lhe agradável e fácil, segundo ele mesmo me confessa, porque tem amizade íntima com o presidente e com os seus ministros. Mas, quem estuda bem as más circunstâncias da quadra duvida que essa onipotência do velho general tenha a eficácia necessária para vencer tantas dificuldades que se vão levantando diante do governo. Diz o nosso provérbio que, em casa onde não há pão, todos gritam e ninguém tem razão. Neste sentido, nunca, em nenhum Estado civilizado, nenhum governo teve menos razão do que tem atualmente o governo oriental. A república tocou a extrema meta da indigência oficial. Sem exageração política, pode dizer-se que a casa do governo exala de si a fome para todos os pontos da cidade. Os homens previdentes receiam que, de repente, o desespero da miséria traga uma crise grave e complicada. Se se der tal crise, duvido que o general Oribe possa evitar a dissolução do Estado, ou ao menos um dos vários gêneros de transformação pelos quais a nação pode vir a passar, isto é, um protetorado estrangeiro. Sem ser contraditório com o que escrevi em outro ponto desta carta, chego às vezes a pensar que é talvez a ansiosa previsão dessa hora fatal e angustiada a que inspira ao general Oribe a idéia de renovar a intervenção imperial, idéia que, de algumas semanas a esta parte, se agita na mente do velho caudilho com a permanência, atividade e absolutismo de uma monomania.

O governo, com os melhores desejos do mundo, faz os últimos esforços que pode fazer para tirar-se do perigoso passo em que se acha. Agora, arrostou impávido a tremenda supressão de alguns empregos e os decretos que os suprimem já estão publicados. A economia que dessa reforma resulta é tão insignificante, que em nada poderá avantajá-la a atual situação da fazenda pública. Os homens que ficam desempregados são novos descontentes que vão aumentar os elementos da crise que se procura evitar. O presidente, os seus ministros e o general Oribe, que os aconselha, estão persuadidos da ineficácia destas tentativas econômicas, mas dizem que querem dar provas de boa-fé.

Verá V.Exa., da correspondência oficial que nesta ocasião remeto, que, mesmo do Partido *Blanco*, já surgem tentativas de motim contra o governo. É verdade que promove-as o dinheiro dos autores dos tumultos de Tacuarembó, os quais aqui estão presos. Todavia, essas más tentativas são péssimos sintomas, que fazem o próprio general Oribe enrugar a fronte e encostar o queixo na mão para meditar no futuro. Ainda anteontem, dizia-me ele indignado com Botana, Dias, Pinto e Castillo: “Esses pícaros estão com saudades do tempo em que eu, por ser somente severo, passei por assassino, se fora assassino passaria por justo. *Crea usted* que os meus compatriotas não podem ser governados com teorias constitucionais”.

Já V.Exa. vê que a soma total de todos estes parágrafos que tenho escrito sobre as coisas e os homens desta terra é que ela vai de mal a pior, ou antes, de pior a péssima. Penso que está quase a dar a hora do *sauve qui peut*.

Quando, há pouco, falei do general Oribe, esqueci-me de dizer que ele pagou-se muito das poucas palavras que V.Exa. proferiu na Câmara dos Deputados, refutando as asserções duras do sr. Brandão contra o general do sítio. Estou encarregado de agradecer a V.Exa. o seu indulgente procedimento em favor deste, ou antes, do Oribe de 1856.

O discurso de V.Exa. a que acabei de referir-me foi publicado na *Nación* e, bem assim, a correspondência feita pelo Adades Calpe que V.Exa. remeteu-me para sair à luz. Pelo *Beaumanoir* enviei a V.Exa. o exemplar daquela gazeta em que se fez a publicação. Ainda não imprimiram todos os documentos que vieram a par da correspondência. O redator da *Nación*, que é o menos exigente dos gazeteiros desta cidade, quer que lhe tomemos uns 25 exemplares da sua gazeta para adquirirmos o direito de mandarmos escrever e publicar o que nos convier. Esta exigência importa em cinqüenta pesos mensais. Consulto a V.Exa. sobre este ponto.

Na correspondência oficial, digo, confidencial, dou conta a V.Exa. das prisões e desterramentos que aqui se fizeram agora, por ordem do governo. O redator da *República*, o qual é um dos desterrados, foi, é e será acérrimo inimigo do Brasil e, ultimamente, depois de ter tentado em vão entrar em transação dourada com a legação imperial, declarou-se inimigo pessoal do chefe dela. Esta circunstância tem dado lugar a que alguns intrigantes – e entre eles, m.^r Maillefer! – insinuem que a legação não foi alheia ao desterro daquele benemérito escritor. Refiro a V.Exa. esta insinuação com o fim de prevenir qualquer intriga, visto que o meu colega

francês é sujeito muito pouco escrupuloso no que diz, no que escreve e, também, no que faz.

Escrevendo agora o nome do meu colega, ocorreu-me uma circunstância que eu omiti na correspondência confidencial para mencioná-la nesta carta particular a V.Exa.

Da conversa que tive com o sr. de Bécour, coligi que este não está bem disposto a respeito do sr. Maillefer e que, talvez, ande recolhendo elementos para desacreditá-lo no Ministério de Relações Exteriores em Paris. Não sei se me engano pensando que o ministro francês tenciona organizar alguma errata maliciosa às informações que o seu compatriota daqui tem dado ao seu governo, a respeito da política brasileira e, principalmente, dos acontecimentos de agosto do ano passado. Notei que o sr. de Bécour, apresentando-se-me só, declarou – sem necessidade e com certo sorriso irônico – que o sr. Maillefer mostrara escrúpulos de acompanhá-lo à minha casa. No decurso da conversa, tocando-se, de passagem, na frieza recíproca das legações do Brasil e de França em Montevideú, ou antes, dos chefes delas individualmente, o sr. de Bécour disse-me que o sr. Maillefer, sendo um antigo e severo pregador dos princípios de ordem, tem-me em conta de um conspirador perigoso. Aqui é visível a ironia a quem sabe qual é a história da vida do sr. Maillefer, o qual, segundo dizem, ainda ultimamente figurou no terrível incidente dos carros fúnebres que proclamaram em Paris a revolução de 1848.

O sr. de Gülich,¹⁵ encarregado de negócios da Prússia, no Chile, dirigiu-me uma nota pedindo-me que consiga de V.Exa. alguns documentos e explicando o uso que deles tenciona fazer. Empenha-se ele, principalmente, em obter que, pela legação imperial em Berlim, sejam entregues à pessoa indicada na sua nota cópias dos tratados celebrados pelo Império com outras nações. Este pedido tem por fim a publicação desses tratados na coleção de Martius que vai ser ampliada ou continuada por outra pessoa. Se V.Exa. tiver a bondade de ler com atenção a nota do sr. Gülich e de habilitar-me a responder-lhe com brevidade, como ele pede, deverei mais este favor a V.Exa., a quem tantos devo.

Penso que não omiti nada do que tinha que comunicar a V.Exa. nesta ocasião. Se alguma novidade ocorrer, ainda amanhã de manhã terei tempo para fazer um suplemento a esta carta.

15 N.E. – Friedrich von Gülich era diplomata de carreira, encarregado de negócios e cônsul-geral no Chile. Foi, de 1857 a 1868, encarregado de negócios, cumulativamente, em Montevideú e Buenos Aires.

No entanto, tenho a honra de despedir-me de V.Exa., por esta vez, reiterando os protestos da respeitosa afeição com que me confesso ser

De Vossa Excelência,
Muito atento amigo e servidor,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1856.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Amaral,

Estou de posse dos seus três favores, que têm os n. 21, 22 e 23, e as datas de 7 (e 13) do mês último, e 4 do corrente.

Agradeço a V.Exa. tanta paciência. As duas primeiras das suas citadas cartas não exigem resposta, senão em um ou outro ponto, porque versam sobre matéria já decidida pelos acontecimentos. O pouco tempo de que ma[] disponho, além desta razão, me obriga a conversar muito à pressa com V.Exa. A correspondência oficial suprirá as lacunas destas, creio eu.

Dou os parabéns a V.Exa. e aceito-os também, por estarmos livres dos Flores e Palomeques. Deus os tenha por lá muito tempo. Não creio nos tenebrosos planos de futuro desses srs. Vão corridos, ou porque querem desfrutar em paz o fruto de seu trabalho. Voltarão, se as circunstâncias os chamarem, ou por lá se não derem bem.

O general Oribe está senhor da situação. Espero que sua influência continuará a ser toda a bem da paz. Não receie ele que lhe façamos a menor oposição a essa influência e à maior que almeje e possa conseguir pelas vias legais e honestas.

Há no Brasil muitas prevenções contra ele: são naturais. V.Exa. sabe que eu entrava nesse número. Mas os homens que governam este país têm bom senso para compreender a diferença das épocas e nunca nutriram ressentimentos pessoais contra esse sr.

Não foi o Brasil quem o elevou; não será o Brasil quem o hostilize.

Pelo contrário, para mim e para muitos, a influência do general Oribe vai sendo e pode ser utilíssima ao seu país. Ninguém pode mais do que ele concorrer para a sustentação da paz do seu país; e a paz aí é tudo, ainda que coberta de andrajos.

Não o hostilizaremos; e, se esse for um dia o chefe da república, nas condições em que hoje o vemos, terá meu voto e é minha crença que nenhum presidente inspirará mais confiança ao Governo Imperial do que ele. É homem de palavra, e leal. Esqueceremos inteiramente o seu passado do tempo de Rosas e só nos lembraremos que, antes dessa triste época, foi ele o chefe mais ordeiro da república. A sua presidência, antes da sua fatal renúncia, foi uma das melhores, senão a melhor que tem tido a república.

Creio que não posso ser mais franco a respeito do general Oribe e V.Exa. pode comunicar-lhe estes meus sentimentos e idéias.

A miséria desse país é grande; bem a vejo. Mas V.Exa. compreenderá que o Brasil não pode renovar a sua intervenção, nem os seus subsídios pecuniários. Mil razões a isso se opõem:

- 1º Não podemos, por falta de força e por falta de dinheiro. Vamos aumentar impostos para prover às grandes empresas em que nos achamos empenhados; como emprestar dinheiro a quem já deve tanto? Grita-se que o exército do Brasil deve ser reduzido, por causa do que custa, e responde-se que é indispensável a força atual; como mandar parte dela para fora do Império?
- 2º As considerações políticas, de ordem interna e externa, que qualificam essa medida de sumamente inconveniente.
- 3º É minha convicção, e de muitos, que apenas apare[cam] força ou dinheiro do Brasil em Montevidéu, as ambições se poriam de novo em jogo e luta. O governo atual manteria a ordem, mas não evitaria o eco que os intrigantes e os facciosos encontrarão aqui, entre os vizinhos e na Europa.

O apoio moral do Império vale muito, uma vez que o governo oriental se mostre de perfeita inteligência, como ora está, com o Império.

Que renunciem à idéia de reforma dos tratados, porque não se vê que resultados práticos daí podem vir, qual a necessidade dessa reforma.

O de limites está [precluído?]. O da aliança é todo a favor da república e não pode ser ampliado, se hoje o querem, posto que outrora repugnassem a muitos.

O de comércio é todo recíproco e a exceção da isenção do imposto sobre a exportação de gado para o Rio Grande, não contém senão princípios gerais. Essa isenção é compensada e, bem considerada, se acha que é favorável e não prejudicial à república.

Demos, porém, que suprima-se essa isenção: crescerão as rendas da República? Aumentar-se-ia o contrabando, se diminuiriam o comércio lícito, e as relações de fronteira que hoje existem.

Essa idéia de reforma, sempre que cessa o subsídio do Império, desgosta muito e faz crer que o que se quer é forçar-nos a um empréstimo, pela suposição em que estão de que damos muita importância a esses tratados.

Perfeita inteligência, inteira confiança e o apoio moral do Império será de grande auxílio. O tratado que há pouco celebramos com a Confederação Argentina habilita os dois governos a combinarem a sua ação amigável em sustentação da ordem e do governo legal da República. Confiemos nesse duplo apoio, e [procurem realizá-lo] completamente.

O sr. Requena, nas observações que fez a V.Exa. a respeito da obrigação de apoio à república por parte do Império, parece não ter entendido bem que essa obrigação já expirou, e só pode ser renovada nos termos do artigo 8º do Tratado de Aliança.

Pode-se pretender que o Império está obrigado à renovação, se o corpo legislativo da República o quiser. Mas há entre nós quem entenda que o artigo 8º é facultativo para ambas as partes contratantes.

Em todo o caso (e não nos convém a inteligência mais contrária ao Império que se pode dar àquele artigo), em todo o caso a obrigação cessou.

Se houver aí uma [*reperturbação?*] da ordem pública, deveremos intervir? Essa legação deve prestar o seu apoio moral ao governo; e, achando-se ele nas relações que hoje se acha conosco, dar a esse apoio a maior eficácia [possível]. Mas, não tendo aí, à sua disposição, força material, não deve desembarcar alguns marinheiros e soldados para expô-los inutilmente.

Deve impor com essa força, mas moralmente.

Creio que as reflexões que levo expostas respondem aos pontos mais importantes das cartas de V.Exa.

Estimo muito as disposições que mostrou o sr. Bécour e creio que o sr. Maillefer e o seu colega nesta corte erraram nos seus cálculos e estão, por isso, desconcertados. O sr. de St. Georges, porém, creio que foi mais seguro e que está mais habilitado para cantar a palinódia. Já não me fala

na conservação de V.Exa. e já lhe subiu em juízo, ainda que ligeiro, a favor da influência atual do general Oribe.

V.Exa. disse ao sr. Abaeté que está pronto a ir para o Paraná. Estimo esta sua disposição. A residência no Paraná, apesar do que diz o sr. Abaeté, não creio que seja das mais agradáveis, mas a missão é digna de V.Exa. e mil vezes preferível à dessa turbulenta terra.

V.Exa. tem aí atravessado diversas crises e sofrido o que é infalível, nesses países, a quem, como V.Exa., é obrigado a envolver-se nos seus negócios. Uns louvam, outros acusam; cada um, por sua vez, se queixa. Se vier nova crise, os descontentes explorarão nesses antecedentes o desabafo de suas paixões contra o ministro do Brasil, embora este entre em tudo como Pilatos no Credo.

Um homem novo estará exposto à mesma sorte, sofrerá o que eu já sofri, o que V.Exa. sofreu depois de mim, mas não terá contra si as mesmas prevenções.

Desejo tirá-lo dessa inquieta posição e sinto que ela tenha de tocar em sorte ao nosso amigo o sr. Joaquim Tomás do Amaral. Mas não vejo outro substituto idôneo. Para mim, ele é uma das esperanças da nossa diplomacia e tem, demais, a vantagem de que já conhece os recentes sucessos do Rio da Prata e pode seguir aí as tradições de V.Exa. relativamente ao general Oribe.

Receava que a mudança de V.Exa. já descontentava ao general Oribe, mas creio que, depois das seguranças que V.Exa. lhe tem dado, e lhe dará, e com a pessoa do substituto, tal descontentamento se não produzirá.

Não julgo o caso urgentíssimo, mas não se admire V.Exa. se for ele resolvido pelo *Jequitinbonha*, que brevemente para aí partirá.

Temos de dar conhecimento oficial a esse governo do tratado que celebramos com a Confederação, pela parte relativa a esse Estado. Pelo *Jequitinbonha* irá o despacho de comunicação.

Em um dos meus despachos que com esta receberá V.Exa., falo do sr. Lamas. Explicarei as apreensões que tenho a respeito desse sr.

O sr. Lamas, desde a cilada que aqui nos armou com o seu famoso folheto, o ano passado, ou antes, desde a perfídia que praticou inculcando por aí que essa obra foi vista e aprovada pelos ministros do Imperador, retraiu-se inteiramente de nós, e nós dele.

Assim estive até bem poucos dias a esta parte.

Vendo que ninguém recorria à sua superioridade e que nem mesmo procurávamos entreter com ele relações particulares, o homem mostrava-se desgostoso e queixava-se, mas ainda assim, de balde.

Há dias, saiu do seu retiro e abstenção e escreveu-me uma carta, em que manifesta, de passagem, os seus pesares e pede-me que ofereça em seu nome ao Imperador umas recordações do domínio de Rosas, que há tempos lhe evocaram os seus amigos, e obtenha do mesmo Augusto Senhor a confirmação da promessa que se dignou fazer-lhe, há também muito tempo, de aceitar a dedicatória de uma obra que está para dar à luz.

As recordações que oferece o sr. Lamas são algumas bandeiras das que serviram nas festas de Rosas, e nas serenatas dos seus *mazoqueros*. V.Exa. vê bem a grosseria do oferecimento e a maldade de quem faz.

A obra, intitula ele *Mis estudios históricos*.

É certo que S.M. há muito tempo prometeu ao sr. Lamas que aceitaria, segundo o desejo que este sr. manifestou-lhe, a dedicatória de uma *História do General Belgrano*. Mas a época em que se quer publicar esta história ou outra mais complexa, e se procura a renovação da promessa imperial, tem para mim muito de significativa.

Não quererá o sr. Lamas – que só é procurado pelos seus amigos quando ele e estes têm a sua causa em desespero – não quererá abusar do favor imperial, para sobre ele construir um castelo de impostura e traição, igual ou maior do que o do seu folheto?

Não será um meio de levar a desconfiança ao anseio do general Oribe, e de todo o Partido *Blanco*, e por esse meio revolucionar o seu país e envolver-nos no seu plano traiçoeiro?

Rogo a V.Exa. que esteja prevenido a esse respeito e ponha de sobreviso o general Oribe.

Diga V.Exa. ao general Oribe que o sr. Lamas, como particular, tem aqui algumas simpatias e merece consideração; mas que o Governo Imperial não tem com ele a menor inteligência e que os atuais ministros nem com ele se avistam, e o evitam, por causa do seu indigno procedimento o ano passado.

Que pode ser que o Imperador, em consequência da promessa que fez ao sr. Lamas, como representante da república e sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, poderá aceitar que lhe seja dedicada a história do general Belgrano, ou mesmo outra obra histórica que o sr. Lamas compreenda naquela promessa; mas que isso nada significa em relação à política do Governo Imperial para com esse Estado, nem em particular com o general Oribe. Se o sr. Lamas na sua obra revolver o passado, atear paixões extintas, tudo estará muito longe do ânimo da Augusta Pessoa a quem o sr. Lamas dedicou o trabalho histórico.

Os trapos com que o sr. Lamas nos quer obsequiar não serão aceitos. Quanto ao outro oferecimento, por ora, só tenho autorização para renovar a promessa nos termos precisos em que ela fora feita, isto é, para responder que S.M. aceita a dedicatória da *História do General Belgrano*.

Falta-me responder a um pedido de V.Exa. Esqueci-me de consultar ao sr. marquês de Caxias sobre a proposta de venda de cavalos que faz o general Oribe. Na primeira ocasião, direi a V.Exa. o que meu colega decidir a esse respeito.

Paro aqui, pedindo a V.Exa. desculpa da penitência que lhe impus em ler esta desalinhada e estiradíssima carta e, ao mesmo tempo, renovando os protestos da sincera estima e alta consideração com que sou

De V.Exa.

Amigo afetuoso e criado obrigado,

J. M. da S. P.



AHI • 316/03/01

PARTICULAR¹⁶ N. 24

Montevidéu, 22 de agosto 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Esta noite faz-se de vela o *Tapajós* para esse porto. Deus sabe quantas semanas levará ele a chegar ao seu destino. Apesar das contingências da sua viagem, não quero deixá-lo ir sem levar a V.Exa. alguma notícia do meu distrito.

O *Camilla* chegou a Montevidéu no dia 19, à noite. A mala desembarcou no dia seguinte. Estou, pois, de posse da correspondência oficial, confidencial e particular que me era destinada.

Pelo aviso que V.Exa. teve a bondade de dar-me, em sua carta particular, fico prevenido de que talvez o *Jequitinbonha* traga o decreto que

16 N.E. – O rascunho da resposta do conselheiro Paranhos – datada de 12 de setembro de 1856 e aqui transcrita à página 232 – está escrito a lápis nas duas primeiras páginas do documento.

me remove para a Confederação Argentina. Desde já, tomarei as minhas medidas para que não haja dilação no cumprimento das ordens que eu receber por este vapor, ou por outro.

Na ocasião em que escrevo esta, não há no meu distrito novidade de alguma importância. Eis aqui o sumário do que tem ocorrido.

O sr. Lecocq abandonou a pasta da Fazenda, tendo por sucessor o sr. Battle. É provável que este não dure no seu posto mais do que duraram os srs. Garcia e Lecocq.

Regressaram a Montevideu os srs. Tajés, Solsona e Susini, com permissão do presidente da República. Não há a menor dúvida de que o general Oribe influenciou nessa permissão. Embora o sr. Tajés diga que não a aceita como ato do general, confessa, todavia, que este lhe escrevera oferecendo-lhe a sua mediação para com o governo, a fim de efetuar o seu regresso para o Estado Oriental.

É evidente o espírito com que o general Oribe promoveu o regresso destes três desterrados militares. Tajés e Susini são homens que dispõem de homens. O general quer, pois, obrigá-los a si e, ao mesmo tempo, dar o exemplo da conciliação com que deseja preparar o terreno para a sua presidência futura.

Os intrigantes do partido conservador aproveitam o regresso daqueles três conservadores para fazerem crer aos papalvos que o sr. Gabriel Pereira está iniciando uma aliança com aquele partido. Há um movimento visível em todas as frações que indica uma tentativa de reação contra a ordem atual das coisas.

Um dos principais objetos deste movimento é intrigar-me com o general Oribe. Nessas intrigas toma parte muito notável o sr. d. Andrés Lamas, a cuja conhecida astúcia atribuo eu uma carta que o general d. Manuel Oribe recebeu ultimamente, do Rio de Janeiro, e na qual um suposto brasileiro lhe diz que esteja prevenido contra mim, que sou um intrigante de profissão, do qual o Governo Imperial se serve para iludir e gastar a ele, Oribe, como iludiu e gastou a Flores, fazendo-o passar por um instrumento cego do Império contra a independência do Estado Oriental. Ainda não vi essa carta, hei de vê-la, amanhã, por agora, refiro-me ao que o general mandou dizer-me por seu genro.

Ao mesmo tempo em que o general Oribe recebeu aquela carta, recebi eu outra em que o sr. d. Andrés Lamas, em tom por demais afetuoso, diz-me que lhe é muito urgente ter uma conferência *tête à tête* comigo, e que essa se efetuará antes do fim do ano, aqui no Rio da Prata. O conteúdo da carta está denunciando a existência de um plano de intri-

ga, em cujo proveito foi ela escrita. Noto que os srs. d. Luís Lamas e Hordeñana me procuram com tanta instância quanto é a que eu ponho em evitá-los. É preciso dizer a V.Exa. que d. Andrés Lamas anela conferências comigo *después de algo que oí*, diz ele, nas primeiras linhas da sua lacônica e maliciosa carta.

Não respondi, nem tenciono responder à amorosa epístola de d. Andrés.

O governo oriental tem corajosamente feito muitas supressões de empregos, com o fim de reduzir as despesas. Dizem, porém, que tais reduções dão apenas uma pobre economia de doze a vinte mil patacões! É digna de melhor sorte a boa vontade com que o sr. Gabriel Pereira tenta restaurar as finanças da sua terra.

Além das informações que aqui dou a V.Exa., não ocorre nada mais que valha a pena de ser mencionado a V.Exa. O *Camilla* irá logo depois do *Tapajós* – não irá antes? – levar a V.Exa. o desenvolvimento do que agora digo.

Termino aqui reiterando a V.Exa. os protestos da subida consideração, com que tenho a honra de ser

De Vossa Excelência
Atento obrigado amigo e servidor,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Rio, 2 de setembro de 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Cons. José Maria do Amaral,

Quando tive a satisfação de responder à sua última carta particular, esqueci-me de tratar do tópico relativo à subvenção de 50 patacões, ou pesos mensais, que pretende o periódico *Nación*, publicado nessa capital, a fim de prestar-se às publicações que nos interessarem.

Pode V.Exa. abonar a dita subvenção, por meio de assinaturas, ou

como julgar mais conveniente. É escusado observar a V.Exa. a conveniência de procedermos de modo que não pareça que o Governo Imperial subsidia, ou está em relação com o órgão de um dos partidos desse país.

Para ocorrer a esta despesa, deverá V.Exa. sacar sob o título de despesas extraordinárias para o que foi autorizado por este ministério, declarando em ofício reservado o emprego desse dinheiro.

Sou com a maior consideração e apreço

De V.Exa.
J.M.S. Paranhos



AHI • 316/03/01

PARTICULAR¹⁷ N. 25

Montevideu, 3 de setembro de 1856.

Ilmo. Exmo. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Está em meu poder a carta que V.Exa. me dirigiu em 12 do mês passado.

Essa carta quase toda foi escrita em resposta às que tive a honra de escrever a V.Exa. em 7 e 13 de julho e 4 de agosto. Não tenho, portanto, que responder senão a parte que é relativa ao sr. d. Andrés Lamas.

Pelo *Tapajós* escrevi a V.Exa. o que penso a respeito dos movimentos do partido conservador e do sr. d. Andrés.

Confirmo o que disse naquela minha carta.

Nesta ocasião, remeto ao sr. visconde de Abaeté a carta que me escreveu o sr. Lamas.

É bom que V.Exa. saiba que o sr. Lemos, o qual chegou dessa capital na viagem que o *Camilla* fez o mês passado, parece-me que está encarregado por d. Andrés para insinuar aqui, aos amigos de d. Manuel Oribe, que a influência deste é aceita por aquele como único meio de salvar a república.

17 N.E. – Intervenção manuscrita, abaixo da saudação: “Respondida em 16 de setembro 1856”.

Diz-me o sr. Lemos que d. Andrés lhe dissera que a República Oriental há de cair debaixo de um protetorado da França, protetorado que d. Andrés nem promove nem deseja, mas que aceitará, se a indiferença do Brasil o tornar inevitável.

Comuniquei a d. Manuel Oribe o que V.Exa. escreveu-me relativamente a ele. Ouviu-me em silêncio, mas sei que ouvia-me com prazer. Por ora, não temos nada que recear das intrigas que se movem com o fim de indispor-lo com o Governo Imperial – e comigo em particular.

Devo dizer a V.Exa. que mostrei a d. Manuel a carta que escreveu-me d. Andrés. Aquele é de opinião que tanto ele como eu ouçamos todas as proposições que se nos façam. Cada um de nós comunicará depois ao outro o que souber. Se V.Exa. não achar inconvenientes neste procedimento, procederemos assim. É talvez melhor ouvir e saber, do que repelir e ignorar o que se passa.

Antes de receber a carta de d. Andrés tinha eu sido procurado por seu pai. Disse-me este que o gabinete do sr. marquês de Paraná será dissolvido quando chegar ao Rio de Janeiro o sr. visconde do Uruguai, que é esperado neste mês para ser presidente do novo gabinete.

A esta notícia da meia noite, d. Luís ajuntou esta outra.

D. Andrés está de acordo com o visconde a respeito de um plano de política para o Rio da Prata e deseja entender-se comigo a este respeito. Respondi laconicamente que os homens se entendem falando. D. Andrés virá ao Rio da Prata em outubro, ou em novembro deste ano.

Agora, cumpre-me falar do meu do meu distrito especialmente.

Nos três anos que aqui tenho vivido, não saí deste porto um paquete tão pobre de novidades como o deste mês. O moribundo está em letargo.

Direi a V.Exa. o pouco que há.

O sr. Requena já não está de perfeito acordo com o general Oribe. Diz-me este que aquele aspira a fazer-se cabeça de um novo partido, composto de conservadores e de descontentes de todas as cores, e apoiando-se em Buenos Aires. Tenta persuadir ao presidente que assim poderá tornar-se independente do general Oribe e governar o país livremente.

É, porém, certo que a influência do general Oribe no ânimo do sr. d. Gabriel Pereira continua a ser a que era. A prova disso aí está, não só nas recentes nomeações de chefes políticos *blancos* e amigos do general, como também na permissão que o presidente acaba de dar aos srs. Pinto, Castillo e Dias para que regressem a Montevideú, permissão que foi pro-

movida por d. Manuel para contrariar os desejos do sr. Requena, que tem razões pessoais para desejar que aqueles três homens estejam fora da capital.

No entanto, o partido conservador tem muita fé na influência que o sr. Requena diz que exerce no ânimo do presidente da República e começa a achá-lo como o seu messias. Eu, para mim, tenho que o dr., quando menos o pensar, está fora do gabinete.

Sobre este ponto, não tenho nada mais que informar a V.Exa. com certeza.

Na carta que escrevi a V.Exa. pelo *Tapajós* informei a V.Exa. da permissão que tiveram os srs. Tajes e Susini para virem para Montevidéu. A estes ajunto hoje o general César Dias, que também já está nesta cidade.

A vinda deste general foi proposta pelo sr. Requena, talvez para lisonjear o partido conservador. D. Manuel, ouvido pelo presidente a este respeito, apoiou muito a proposta do seu antigo [*illegível*] e amigo.

Conversando eu, outro dia, com d. Manuel relativamente ao efeito que pode causar o regresso dos emigrados para Montevidéu, disse-me ele que não receia nada e que se os conservadores tentarem mudar a ordem de coisas atual, serão destruídos para sempre.

No decurso desta conversa tive ocasião de entender que o general Oribe trata de entender-se com o general Urquiza a respeito da eleição do futuro parlamento desta república. Procurarei saber se entendi bem este ponto da conversa e descobrir o que houver a respeito.

Eu disse a V.Exa., em outra ocasião, que daqui se havia escrito a d. Andrés Lamas propondo-lhe a missão do Brasil.

D. Andrés respondeu ao convite aceitando a missão. Será, pois, nomeado.

Penso que d. Andrés tratava principalmente da reforma dos tratados! Não é, no entanto, improvável que se mova também alguma coisa a respeito dos direitos diferenciais que a república criou, digo, que a Confederação Argentina criou ultimamente!

Não falta quem afirme que, nas instruções de d. Andrés, há um artigo em que se trata de uma nova intervenção e subsídio brasileiro. Não me consta isso. O que sei é que a resposta que V.Exa. me ordenou que desse ao sr. Requena sobre este assunto, convenceu-o de que não deve a república contar com dinheiro nem com armas do Império.

O sr. Requena diz que lançou mão do sr. Lamas porque servirá o lugar gratuitamente, circunstância esta que, nos apuros em que se acha o Estado, tem grande influência nos atos do governo.

Eu penso que essa escolha foi ditada por motivos políticos. O sr. dr. Requena espera, talvez, que d. Andrés Lamas seja um bom elaborador para a obra da reorganização do partido conservador.

Sobre este assunto, o general Oribe tem lá seu modo de ver, que manifesta nos termos seguintes, pouco mais ou menos: se Lamas proceder bem, aproveite-se; se proceder mal, dá-se-lhe uma lição com todo o jeito que for possível. O velho é, com efeito, jeitoso.

A estas se reduzem as novidades políticas desta terra na ocasião em que estou escrevendo. Não meto em conta pequenas circunstâncias sem alcance, cuja narração tomaria o tempo a V.Exa. sem nenhuma utilidade para o serviço público.

Agradeço a V.Exa. o aviso antecipado que me dá da minha remoção para a capital da Confederação Argentina. Estou às ordens de V.Exa. em particular.

Comuniquei ao general Oribe a notícia da minha remoção. Ele, entre algumas palavras afetuosas que me dirigiu, ouvindo a notícia, disse-me, pouco mais ou menos, estas: “V. há de sentir muito a sua remoção de Montevideú, porque vai encontrar no Paraná a Flores, que há de procurar excitar contra V. a desconfiança de Urquiza e este é tão volúvel, que talvez acredite nas mil histórias que o Tape me contou também a mim”.

Nessa ocasião, disse-me o general que d. Venâncio Flores procura lisonjear ao general Urquiza, oferecendo-se-lhe até para cuidar das estâncias. Vim também a saber, pelo desenvolvimento da conversa, que a estância de Gualaguaychu, da qual já falei a V.Exa. em outra carta, foi comprada por d. Venâncio de sociedade com o sr. Lara.

Não quero terminar esta carta sem referir a V.Exa. duas circunstâncias das quais uma não deixa de ter ares de entremês.

O sr. Maillefer apresentou-se de repente muito meu amigo, procurando conversa sobre os acontecimentos de agosto do ano passado, com visos de querer dar-me anistia plena.

Eu aceitei a amizade sem hesitar, mas tomando os meus antigos modos de estudante do bairro latino de Paris, disse-lhe com um apertão de mão, que as conciliações se fazem mais facilmente com um copo de ponche do que com explicações. Ficamos nisso e estamos muito bem.

Depois da comédia, o entremês.

O mestre d. José Gabriel Palomeque, encontrando-me um destes dias na rua, celebrou espontaneamente tratado de paz e amizade comigo, rasgando com protestos e explicações a sua famosa moção contra o ministro do Brasil!!

Confesso a V.Exa. que o desplante do homem deixou-me atordado, como ficaria uma donzela a quem um devasso pedisse um beijo em público! Se V.Exa. achar que a comparação é muito pretensiosa para um celibatário calvo e desdentado, dê o dito por não dito.

Não acabo aquele parágrafo com ponto admirativo porque não sei quantos quererá V.Exa. pôr-lhe.

Aquí está o comendador Antônio Netto, que me autoriza a dizer a V.Exa. que conte com ele para o serviço público e também para o de V.Exa.

Até a data em que Netto saiu da sua estância, em viagem para Montevideu, não havia novidade na Campanha.

O sr. Peçanha diz alguma coisa a V.Exa., nesta ocasião, a propósito dos tratos que por aqui correm, dando como certa uma mudança total no nosso gabinete. Eu partilho o desejo que ele exprime a V.Exa. de descansar, no caso em que se retirem os atuais ministros. Deixe-nos V.Exa. ir à popa da nau. Somos dois pequenos transportes que carregamos papel, penas e tinta para a viagem.

Agora só me resta reiterar a V.Exa. os protestos da respeitosa amizade com que sou

De Vossa Excelência
Atento amigo e servidor obrigado,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Rio de Janeiro, 12 setembro 1856.

Ilmo. e Exmo. Sr. Cons. José Maria do Amaral,

Pelo *Tapajós* tive a honra de receber a carta particular n. 24, que V.Exa. escreveu-me no dia 22 de agosto p. passado. Fico inteirado de tudo o que então V.Exa. teve a bondade de noticiar-me.

Estimo os atos conciliatórios do atual presidente da República: o regresso dos srs. Tajés, Solsona e Susini significa muito a favor de suas boas intenções. Deus o guie nessas concessões, livrando-o dos manejos dos exaltados e de impulsos de fraqueza.

A carta de V.Exa. confirma as minhas suspeitas a respeito do sr. Lamas. V.Exa. terá visto pela minha carta particular do último pacote quanto estou prevenido contra os ardis daquele sr.. Espanta-me a coragem que mostra no emprego de tais meios.

A quem se referem essas palavras da carta escrita pelo sr. Lamas a V.Exa.: *después de algo que oí?* A mim, já V.Exa. sabe que não podem referir-se e creio que a ninguém. É um vilíssimo embuste.

Não me importa que o sr. Lamas queira figurar, e figure, no seu país. Mas jamais consentirei que o faça à custa do nosso crédito e interesses.

Confio que o general Oribe terá bastante tino para se não deixar ilaquear como o general Flores.

O sr. Lamas procurou-me, depois da partida do pacote, para tratar de uma comissão que diz ter recebido desse governo. É a mesma relativa aos tratados, de que creio ter-me V.Exa. dado, há tempos, algum aviso. O que se passou entre nós será objeto de uma confidencial, que V.Exa. receberá por este pacote. Ou ele está com efeito em boas relações com o sr. Requena e outras influências do dia, ou veio representar comigo o mais mentiroso e infame papel. Fui tão reservado e franco quanto julguei conveniente; e V.Exa. pode, desde já, conjeturar.

Aguardo as notícias que o *Camilla* me trará de V.Exa. e do sr. Joaquim Tomás do Amaral, para apresentar em conselho a medida da nomeação de V.Exa., se as circunstâncias a aconselharem. As notícias que aqui chegaram, depois que escrevi a V.Exa. pelo último pacote, fazem recear alguma novidade importante na Confederação Argentina. Este motivo e a moléstia do sr. marquês de Paraná – cujo termo foi fatal – demoraram a decisão sobre que preveni a V.Exa. e que lhe diz respeito.

Tenho a honra de assegurar a V.Exa. que sou com a maior consideração e apreço

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

Minuta de carta particular de 16 de setembro 1856 para José Maria do Amaral.

PARTICULAR

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1856.

Exmo. Amigo e Sr. Conselheiro Amaral,

A tarefa do paquete da Europa durou desta vez até às 2 horas da madrugada do dia de ontem. Seguiu-se-lhe a festa de Niterói, a que tive de acompanhar SS.MM. e donde voltei à noite. Em resultado destas circunstâncias, acho-me sem tempo e sob a ação de um dos meus ataques periódicos. Serei, por tantas razões, a despeito dos meus bons desejos, muito apressado na resposta que passo a dar à interessante carta particular com que V.Exa. me obsequiou, em data de 3 do corrente, e designou com o n. 25.

Tudo me induz a crer que o sr. d. Andrés Lamas está maquinando algum plano político. Deus queira que, desta vez, não use da traição e da revolta, como o fez o ano passado. Eu estou mais que prevenido; não receie por mim V.Exa. Confio que V.Exa. também o está. Desejo que outro tanto se dê com o general Oribe e o presidente da República.

Não duvido que o sr. Lamas, como diz aí o seu apologista, o sr. Lemos, fale em protetorado da França ou do Brasil, se, como parece, ele crê que as circunstâncias vão sendo propícias à sua ambição. Ele não queria apoio de força e dinheiro estrangeiro, quando estava no poder o general Flores, de quem foi sempre inimigo. Há de querer isso ou coisa que o valha agora que lhe afagam de novo a sua ambição, que, aliás, não é superior ao seu mérito intelectual. Assim, tivesse ele a coragem de suas aspirações e menos egoísmo. Estimo que minhas palavras agradassem o general Oribe.

Longe de desaprovar, concordo com V.Exa. e o general Oribe em que o meio mais seguro, nessa terra, para se desfazerem [*sic*] e castigar as candidaturas dos intrigantes políticos é essa mútua e franca comunicação que deseja o general. Por força de dever, e não porque V.Exa. careça que se lhe diga a respeito o que é conveniente, lhe recomendo que evite, nas suas relações com o dito general, todas as aparências que possam apresentá-lo como seu protetor. V.Exa. saberá manter a amizade do ge-

neral, sem parecer que [*promove?*] o restabelecimento de sua influência, ou é antipático às outras opiniões e aspirações.

Presumia que o sr. Lamas faria votos pelo regresso do sr. visconde de Uruguai e pela sua ascensão ao ministério. A notícia que ele para aí mandou confirma a minha presunção. Ele não está e não podia estar satisfeito comigo, que o conheço e a todos os seus. Creio, porém, que se engana nas esperanças que deposita em uma próxima mudança ministerial e também nas opiniões do visconde. Deu-se a mais grave das eventualidades que podiam acabar com este ministério, que a tantos tem feito bem e tantos desejam ver substituído: todavia, não morreu o maldito ministério.

Dê V.Exa. a quarentena de tal plano de política que o sr. Lamas diz ter combinado com o visconde do Uruguai. Desejaria conhecê-lo, mas estimo muito que V.Exa. não quisesse correspondência do sr. Lamas sobre esse tema.

O desacordo do sr. Requena com o general Oribe se me revelou, como creio que já o disse a V.Exa., nas aberturas que me fez o sr. Lamas, quando veio falar-me da sua nova missão diplomática, que até hoje supunha confidencial e que, segundo o J[*ornal*] do C[*ommercio*] de hoje, é negócio ostensivo.

V.Exa. tranqüiliza-me sobre o receio que eu nutria de que o sr. Gabriel Pereira estivesse sendo ilaqueado pela nova manobra dos conservadores exaltados. Deus ilumine o sr. Gabriel Pereira para que evite todos os [*precipícios?*] e ciladas.

Muito estimo que o general Oribe se julgue tão forte, que nada afirma temer contra a autoridade legal da anistia e favores concedidos aos conservadores.

O general Urquiza deve desejar a influência do general Oribe no Estado Oriental: o que para esse fim fizer contanto [*sic*], não nos deve desgostar. Ele está hoje obrigado, bem como o Brasil, a sustentar a existência e independência desse Estado e deve prestar-lhe todo o apoio moral de que careça para não sucumbir à dilaceração dos partidos. Entendo mesmo que algum acordo de vistas é preciso entre o Governo Imperial e o da Confederação nesse sentido.

Aproveito a oportunidade que me oferece este tópico, para dar conhecimento a V.Exa. da opinião que hoje tenho e que é também partilhada pelo visconde de Abaeté. Entendo que a grave obrigação que contraímos de socorrer com força a este Estado nos casos de comoção interna, findou. A prorrogação por mais quatro anos, de que fala o artigo

8º, devia ser logo reclamada e, visto que o não foi, cessou inteiramente de nossa parte esse compromisso. Pense V.Exa. sobre esta questão e diga-me o seu ilustrado e competente parecer.

Não creio que a missão do sr. Lamas tenha por um dos seus desígnios uma nova intervenção ou subsídio. Ele me declarou que não; e a notícia que hoje dá o J[*ornal*] do C[*ommercio*] partiu sem dúvida dele.

A remoção de V.Exa. ainda não está resolvida. Conserve-se V.Exa. de sobreaviso, que a decisão não pode tardar. Hei de promovê-la com urgência, porque, a efetuar-se, convém antecipá-la às ocorrências que se fazem reçar entre a Confederação e Buenos Aires.

O bom humor do sr. Maillefer nasceria do escrúpulo do sr. Bécour, ou de recomendação que aí fosse ter de mais longe. Com efeito, os fatos devem ter desmentido muitas vezes a esses diplomatas franceses e ingleses do Rio de Janeiro e Rio da Prata.

Não me admirei, tive [*ilegível*] do sr. Palomeque ao vê-lo inclinado diante de V.Exa. Tenhamos, porém, paciência com [semelhante] gente, com quem é forçoso que lidemos.

Mais de uma vez, a carta de V.Exa. alegrou-me o espírito tão abatido pela perda de um amigo prestante, de um compatriota tão distinto... O final da carta de V.Exa. foi para mim uma demonstração de amizade, feita com tanta modéstia e espírito, que muito suavizou a dor que sofro. Pode V.Exa. estar certo de que não o poremos à popa do navio em que viajarmos fora do ministério, eu e os meus colegas o teremos a nosso lado e em um dos lugares mais distintos de nossa [*ren*]nião e novo destino. Por ora, a viagem está adiada, sem dia próximo e previsto, e, pois, não pedimos a V.Exa. senão que continue no seu atual mister.

Sou com entranhado afeto, e mui distinta consideração

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,

J. M. da S.



AHI • 316/03/01

PARTICULAR¹⁸ N. 26

Montevidéu, 28 de setembro de 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

O *Flambeau*, que larga daqui amanhã, não chegará a esse porto antes do *Camilla*, ou chegará pouco antes, não só porque vai à vela e com pouco vapor, como também porque navega em uma quadra de ventos contrários aos que demandam o nosso porto. O próprio comandante presume que o seu vapor não levará mais do que três dias de vantagem sobre aquele outro.

Nesta carta não direi pois a V.Exa. senão que o meu distrito está em profunda paz. Se eu quisesse dizer mais do que isto, não teria assunto para escrever, porque aqui não há novidade alguma.

O *Camilla* trouxe-nos a confirmação de uma tristíssima notícia que já por cá circulava. Falo do falecimento do sr. marquês de Paraná.

Todos os brasileiros que estamos em Montevidéu fomos tão desagradavelmente surpreendidos por esta inesperada notícia, que ainda hoje nos custa a dar-lhe fé.

Também aqui e em Buenos Aires causou bastante impressão a morte do nosso distinto estadista.

O *Comercio del Plata* consagrou à memória do marquês alguns pensamentos de gratidão e de saudade.

A *Tribuna* de Buenos Aires, além de um artigo dedicado também à memória do falecido, deu outro longo artigo em que pesa as circunstâncias que a morte daquele homem de Estado pode trazer ao Império e ao Rio da Prata.

Fazem justiça ao cadáver, depois de haverem hostilizado o homem.

Pela leitura dos discursos parlamentares, soubemos aqui, com satisfação, que o gabinete Paraná sobrevive ao seu presidente.

A este respeito, escrevo a V.Exa. como se V.Exa. não fora ministro de Estado, e digo-lhe que, pela minha parte, a satisfação que me causou

18 N.E. – Intervenção manuscrita, no verso da última folha: “Respondida em 13 outubro 1856”.

tal notícia não procede somente da conveniência pessoal, senão também – e mui principalmente – da opinião sincera que tenho de que, nas circunstâncias atuais, importa muito à causa pública que o gabinete não seja composto de homens exclusivos que venham ressuscitar os partidos políticos dando azo aos receios e reações da antiga oposição radical. Tenho em meu poder cartas de certos radicais que já se mostram atuados por esses maus receios.

Continuo a aguardar as ordens de V.Exa. a respeito da minha remoção. A bondade de V.Exa. tolerará que eu lhe peça licença para solicitar a decisão deste negócio.

Continuo a aguardar as ordens de V.Exa. a respeito da minha remoção. A bondade de V.Exa. tolerará que eu lhe peça licença para solicitar a decisão deste negócio. [*sic*]

Consta-me que, no Paraná, já começam a comentar como duvidoso o nosso procedimento.

Aqui, há quem diga, com certo contentamento, que procedemos em ordem a conservar os inimigos que temos em Buenos Aires e a perder os amigos que podemos ter na Confederação.

Se, pois, devo ir ao Paraná, receio que, indo tarde, já encontre o terreno em que hei de mover-me obstruído, não só pela influência adquirida pela França e Grã-Bretanha, cujos diplomatas já nos precederam, como também pelas desconfianças que contra nós tenham concebido os homens do governo argentino; desconfianças inspiradas pela suposição em que estão, segundo me consta, de que o Governo Imperial deseja iludir a doutrina do segundo artigo do tratado que celebrou com a Confederação.

Não sou mais extenso sobre este assunto porque não sei se devo fiar-me na via pela qual remeto esta carta. Pelo *Camilla* direi mais alguma coisa.

Não sou mais extenso sobre este assunto porque não sei se devo fiar-me na via pela qual remeto esta carta. [*sic*]

Agora dou os parabéns a V.Exa. pelo bom efeito que teve a sua nota em resposta à do sr. Jerninghan. É evidente que John Bull lisonjeou-se sumamente com a apelação que V.Exa. fez para a nação britânica. V.Exa., com a sua perspicácia, compreendeu bem o caráter desse povo, cuja insolente vaidade se revela até na sua ortografia. É a única nação do mundo que escreve o pronome “eu” sempre com letra maiúscula.

Já mandei traduzir, para ser publicado aqui, tudo o que se disse no parlamento inglês e na imprensa a respeito da nota Jerninghan.

Depois que o pavilhão imperial foi baleado em Paranaguá, votei ódio mortal a ingleses, mas, por exceção de regra, ou antes, pela regra de intriga, se agora me achasse no Rio de Janeiro, promovia um *meeting* – como eles dizem – para votar ao conde Malmesbury uma manifestação de simpatia pela justiça que faz ao Brasil.

Aqui, andam amuados os que esperavam que a discussão do orçamento da repartição de V.Exa. levantasse grande tormenta nas Câmaras. Saiu-lhes errada a carta.

O sr. Ferraz entende que a nossa diplomacia nada faz. Mal sabe, decerto, S.Exa. que uma das maiores dificuldades com que luta a diplomacia imperial, principalmente no Rio da Prata, é a indireta declamação parlamentar de certos brasileiros que imputam ao governo do seu país sinistros projetos contra os vizinhos.

Tenho grandes desejos de ver S.Exa. no Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulando uma política internacional mais perfeita do que a atual, ou executando-a aqui e mesmo em Londres. Espero em Deus e nos grandes milagres do governo representativo que não morrerei sem a satisfação deste meu voto.

Permita-me V.Exa. que, antes de rematar esta carta, eu pergunte a V.Exa. se, no caso de efetuar-se a minha remoção para o Paraná, posso tocar em Bueno Aires, ou se V.Exa. acha algum inconveniente político, ou de outra natureza, nessa escala.

Relendo agora o que tenho escrito até aqui, acho duas repetições. Não tendo tempo para recopiar esta carta, peço a V.Exa. que me perdoe o enviar-lha com aquele defeito.

Daqui a poucos dias tornarei a ter a satisfação de conversar com V.Exa., a quem, por hoje, tenho a honra de reiterar os protestos da sincera dedicação e alta consideração com que sou

De Vossa Excelência
Amigo muito atento e criado obrigado,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR¹⁹ N. 27

Montevidéu, 4 de outubro de 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Tenho presentes três cartas que V.Exa. dirigiu-me em 2, 12 e 15 do mês passado.

Depois que recebi essas três cartas, já tive a honra de escrever a V.Exa., em 27 do mês passado, pelo vapor francês *Flambeau*.

Nenhuma das três cartas de V.Exa. contém ponto algum que exija resposta especial.

Decerto, V.Exa. tem razão em tudo o que me escreveu a respeito do sr. d. Andrés Lamas.

Aqui conhecem tanto a esse sr. que, um destes dias, o sr. Gabriel Pereira, conversando em intimidade comigo e com o general Oribe, disse-nos que a única razão que o movera a dar ao sr. Lamas a missão do Rio de Janeiro foi a conveniência de evitar a vinda dele a Montevidéu e a Buenos Aires.

Sirva de complemento ao dito do sr. [*corroída ± 1 palavra*] a circunstância que vou referir. Eu disse a V.Exa., em uma confidencial, que o dr. Herrera seria nomeado secretário da missão oriental, no Rio de Janeiro. Efetuou-se a nomeação e posso assegurar a V.Exa. que o nomeado vai encarregado de relatar a Oribe todos os movimentos do sr. Lamas.

Por falar no sr. Lamas lembrei-me agora do que ele me disse, por boca de seu pai, a respeito do sr. visconde de Uruguai. Esta lembrança, por associação de idéias, despertou-me a memória a respeito de um trecho de uma carta que ultimamente recebi do sr. Buschenthal, que se achava em Londres quando ma escreveu. Diz o trecho.

He visto al visconde del Uruguay, [*corroída ± 1 palabra*] y, hace pocos días, a Carvalho Moreira. El primero no está satisfecho de su viaje a Europa y creo que si tuviese que hacerlo otra vez no lo haría: me pareció no estar muy contento con el ministerio Paraná sobretudo en las cosas del Río de la Plata.

19 N.E. – Intervenção manuscrita, no verso da última folha: “Respondida em 13 outubro 1856”.

O *Camilla* desta vez não vai mais rico de novidades do que foi o mês passado.

No meu distrito não ocorreu, em todo o mês, nada de novo além dos insignificantes fatos que deram assunto às poucas confidentiais que nesta ocasião tenho a honra de escrever a V.Exa.

O governo continua a arcar com a indigência oficial. A necessidade já o obrigou a pedir aos habitantes do Estado Oriental que tomem a si a despesa necessária para manter a polícia. Consta-me que alguns departamentos não anuem ao convite senão sob condição de ser o oficial da polícia escolhido pelos contribuintes.

Os empregados fizeram ao governo um singular requerimento, pedindo que a Justiça Pública não atenda, por ora, às causas que os credores promovem contra eles, exigindo o pagamento de aluguéis de casa e de compra de comestíveis.

Apesar da grande miséria, há paz na capital. Dizem-me que a Campanha está rica e que quer sossego.

A potência dominante continua a ser o general d. Manuel Oribe. Os que disserem outra coisa enganam-se ou querem enganar os outros. Há pouco, eu disse a V.Exa. que, um dos dias passados, estive, em intimidade, com os srs. Pereira e Oribe. Nessa ocasião, ouvi o primeiro consultar ao segundo sobre a escolha das pessoas em quem deve recair a eleição para cinco senadores em novembro deste ano. O segundo indicou, entre outros nomes, os dos srs. Tapia, Carabia e Vicente Vasquez.

Oribe está *enojado*²⁰ por causa do mau êxito que teve um pedido que fez ao Governo Imperial por intermédio do sr. visconde de Abaeté.

O general Venâncio Flores esteve ultimamente em Paissandu, a pretexto de comprar gado. Dizem que, em realidade, fora àquele departamento com vistas políticas. Poucos dias, porém, lá esteve, porque não achou os elementos que procurava, apesar de ser seu íntimo amigo o chefe daquele distrito.

De política, nada mais tenho que dizer a V.Exa.

Passarei a outros pequenos objetos.

Aqui andou arribado o vapor *Tocantins*, que sofreu um tremendo temporal na barra do Rio Grande. Já reparou as avarias e lá se foi esta manhã com um rijo pampeiro, que breve o levará ao porto que demanda.

Os srs. Travassos e Sayão Lobato foram por terra para o Jaguarão. O segundo ficou tão impressionado pelo encontro que teve com a mor-

20 N.E. – Intervenção manuscrita na margem esquerda da folha: “*enojado* em esp. é zangado”.

te, no mar, que, segundo me disse, jurou abandonar a política e dedicar-se todo à religião, porque a barra do Rio Grande lhe mostrou evidentemente que a humanidade ainda é menor do que um deputado no fim da última sessão da legislatura. Veremos se a conversão de S.S. não será brevemente inutilizada pelas tentações de algum círculo de demônios eleitorais.

Estes dois senhores ex-deputados pediram-me, com grande instância, que, em nome deles, invocasse a intervenção de V.Exa., para que sejam de algum modo galardoadas a coragem, atividade e perícia do comandante do *Tocantins*, a quem os passageiros se confessam devedores da vida.

Mandei publicar na *Nación* a discussão que teve lugar no parlamento britânico relativamente à nota do sr. Jernnigham, e também o discurso que o ministro britânico recitou quando entregou as suas credenciais a Sua Majestade o Imperador. A propósito da recomendação que V.Exa. me fez, na sua carta, para que não pareçamos proteger gazetas de nenhum partido, devo dizer a V.Exa. que a *Nación* é aqui considerada como gazeta do governo. — V.Exa. não quer que continue a correspondência do Rio que, há dois meses, começou a vir e foi publicada na *Nación*? — Nessa mesma correspondência V.Exa. poderia mandar inserir o que lhe parecesse conveniente à política do Império.

Reparo aqui um esquecimento que cometi na primeira parte desta carta. — Os srs. Maillefer e Thornton instam fortemente com o sr. Requena para a criação de comissões mistas com atribuições para julgarem as reclamações dos súditos britânicos e franceses perante o governo oriental. O sr. Requena, por ora, resiste até às ameaças. Mas resistirá ele sempre?

Continuo a aguardar, com ânsia, as ordens de V.Exa. a respeito da minha remoção. A ânsia não procede de desejo que tenho de ir-me ou de ficar-me; procede, sim, da conveniência de saber qual será a minha sorte.

Termino a minha carta agradecendo cordialmente a V.Exa. as expressões que teve a bondade de dirigir-me no remate da sua. Conte V.Exa. com toda a minha boa vontade e dedicação sincera e disponha do que com tais sentimentos tem a honra de ser

De Vossa Excelência
Amigo fiel e criado obrigado,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR²¹ N. 28

Montevideu, 19 de outubro 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

São 11 horas da manhã.

Neste momento recebi um bilhetezinho açucarado do sr. Maillefer, participando-me que o *Flambeu* sai amanhã para o Rio de Janeiro e pedindo a correspondência esta tarde às quatro horas.

Aproveito, pois, a ocasião para escrever a V.Exa., ainda que muito pouco diga.

No dia 10 deste mês, à tardinha, fundeou neste porto o *Jequitinbonba*.

Por este vapor recebi o decreto que me remove para a Confederação Argentina e, bem assim, os demais papéis relativos a essa remoção.

Oportunamente terei a honra de escrever *ex-officio* a V.Exa. sobre este assunto.

Já me entendi com o meu sucessor, a fim de cumprir as ordens de V.Exa.

Aquele foi ao Paraná, voltará a Buenos Aires e virá a Montevideu, onde se achará de 2 a 5 do próximo futuro mês de novembro.

Neste caso, eu sairei para o meu novo posto de 5 a 6.

A carta particular que V.Exa. teve a bondade de escrever-me pelo *Jequitinbonba*, com data de 4 do corrente, não pede resposta especial.

Limite-me, pois, a agradecer as expressões bondosas que V.Exa. me dirige.

21 N.E. – Intervenção manuscrita, no verso da última folha: “Respondida em 26 nov. 1856”. Na primeira folha, manuscrito a lápis, há rascunho de resposta do conselheiro Paranhos a esta carta: “Ponha u’a data mais atrasada nessa resposta. Responda-se que seria menos lacônico na minha resposta se o sr. Amaral já se não achasse em novos ares e novos climas. Eu não compreendi bem a diferença das expressões ‘Mi querido ministro e Mi querido Amaral’ empregadas pelo general Oribe – ou antes, compreendendo-a, não descubro os motivos por que o Brasil ou o ministro deixou de ser igualm. caro àquele general. Estará ele nas idéias do sr. Lamas, ou este sr. está aqui executando um plano calculado contra o dito general. Eis as dúvidas em que me deixou esta carta e sobre as quais eu [provocaria] explicações mais amplas [*ilegível*], se não receasse ser impertinente”.

Já me considero estranho a este distrito. Penso, contudo, que não usurpo atribuições alheias, se der a V.Exa. as novidades do dia, como simples curioso.

O fato mais notável, na ocasião em que escrevo, é a resolução – ditada pela necessidade – que tomou o governo oriental de suspender o pagamento mensal que fazia ao reclamante Gonoullou, em virtude dos ajustes celebrados com o encarregado de negócios de França.

Esta suspensão causou grande e estrondosa cólera ao sr. Maillefer que se acha em hostilidade aberta com o governo, a ponto de faltar ao banquete que o ministro de Espanha deu no dia de anos de S.M.C., porque foram convidados os ministros orientais!!

O sr. Maillefer dá a entender que chamou a Montevideú o almirante francês.

Um outro fato que deu aqui lugar a mil comentários foi a afetação com que celebraram este ano oficialmente o aniversário daquela famosa ficção bélica a que deram o título de batalha de Sarandi. Achava-se no camarote do presidente, no teatro de Solis, o general Oribe, que pela primeira vez se apresentou em tais ajuntamentos!

Noto que o general, que sempre me chamou *Mi querido ministro*, ultimamente substituiu este tratamento pelo de *Mi querido Amaral*. Esta mudança coincide com grandes demonstrações de franqueza e amizade no nosso trato pessoal e com um afetado silêncio em negócios políticos, principalmente a respeito do Brasil.

Por exceção de regra, deu-me o general ultimamente duas notícias. Ei-las:

Disse-me que, em vez dos candidatos que em minha presença propusera ao presidente, para os lugares do Senado, propusera depois os srs. Castellanos, Pantaleão Perez, Berro e Carabia.

Perguntou-me se eu sabia de dois assassinios que foram cometidos contra dois brasileiros no Estado Oriental.

Com efeito, já tenho informação de que foi atrocemente degolado por um comissário de polícia o brasileiro Manuel Custódio. Falam-me de outro brasileiro que foi assassinado, mas desse não tenho ainda informações exatas.

Presumo que vão recommençar as perseguições aos nossos concidadãos na Campanha do Estado Oriental.

Aconselhava m.^r de Tayllerand a um dos seus protegidos na carreira diplomática que, quando fosse removido de uma legação, se abstinhasse desde logo de falar ao seu governo nas coisas do distrito dela, porque o

diplomata removido deve respeitar sempre o sentido oculto de uma remoção. Já faltei ao conselho daquele sagaz diplomata, não quero que a minha falta toque o extremo.

Correm por aqui vozes de que o general Guido será nomeado ministro de Relações Exteriores da Confederação.

No meu pobre modo de entender, essa nomeação seria sinal da preponderância do sr. de Bécour, que é concunhado do general.

Neste caso, principiaria eu a minha missão sob a má vontade do sr. Guido contra o Império.

Resta-me a esperança que ponho na oposição que, dizem, faz a tal nomeação o sr. Derqui, que parece influir no ânimo do general Urquiza.

Seja como for, a minha boa vontade – impotente como é – está à disposição de V.Exa. para o serviço de Sua Majestade. Quem dá de coração o que tem, faz o que pode. Assim mo permita a minha saúde, que de dia para dia se vai pondo pior.

Dê-me V.Exa. as suas ordens, recebendo os protestos do respeito com que sou

De Vossa Excelência
Atento amigo e criado obrigado,
José Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR²²N. 1

Paraná, 29 de novembro 1856.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,

Na correspondência oficial, refiro a V.Exa. todas as circunstâncias da minha mudança para esta legação, desde que saí de Montevidéu até que apresentei as minhas credenciais aqui.

22 N.E. – Intervenção manuscrita, no verso da última folha: “Respondida em 13 dezembro 1856”.

Não há ponto algum especial que deva ser mencionado na correspondência particular.

Sou ainda tão noviço no meu distrito diplomático, que dele quase nada posso dizer a V.Exa. desta vez. Não lhe conheço bem os homens e os negócios. Já me pus a estudá-los, a fim de dar a V.Exa. exatas informações.

Contudo, falando em geral, creio que não sou precipitado em dizer que fiquei bem impressionado da inspeção – por ora superficial – que fiz a este meu novo mundo.

Já se entende que falo com referência aos elementos com que a nossa política pode contar. Penso que há boa vontade para conosco.

A respeito das legações aliadas, também não tenho juízo feito. Observo-as com suma atenção.

Na confidencial que dirijo à legação em Montevidéu há um tópico em que fixo este ponto.

Não escrevi a V.Exa. a esse respeito porque a imprecisão que ali manifesto ainda não é opinião fundada, é uma conjectura que pode ser falaz.

Quando falei em tal assunto ao meu colega de Montevidéu, tive em vista chamar-lhe a atenção para o caso, a fim de que ele tente fazer alguma descoberta conversando com os srs. Thornton e Maillefer.

O que por ora, segundo parece-me, é mais que provável é que o sr. Guido é o mentor do sr. Bécour. Este meu colega, que, quando passou por Montevidéu, foi tão expansivo comigo, agora mostra-se-me mui reservado. Procede isto, talvez, de que ele é Telêmaco daquele mentor.

Da questão de Buenos Aires não há atualmente novidade que eu deva comunicar a V.Exa.; quanto ao âmago da questão, não posso ainda escrever, porque estou estudando-a conscienciosamente.

Direi a V.Exa. um pedido que me fez o sr. Carril. Pede ele que tenhamos sempre aqui um vaso de guerra. Os homens querem por força dar a este canto do mundo a aparência de um porto que tem importância internacional. O ministro francês, cedendo a igual pedido, tem sempre aqui vapor *Bisson*. O inglês espera um vapor. Se V.Exa. achar que o pedido do sr. Carril merece atenção, principalmente no caso de realizar-se a missão brasileira no Paraguai, ninguém poderá melhor do que V.Exa. convencer ao sr. ministro da Marinha de que o sr. ministro de Estrangeiros tem razão.

Esta manhã, recebi as cartas que V.Exa. escreveu-me em 13 e 14 do corrente. Agradeço cordialmente as finezas que V.Exa. me diz e retribuo-as com a expressão da respeitosa amizade com que sou

De Vossa Excelência
Amigo atencioso e criado certo,
J. Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Corrientes, 4 de janeiro de 1858.

Excelentíssimo Amigo e Senhor Conselheiro Amaral,

Aqui estou desde ontem pelas duas horas da tarde. A viagem foi regular, mas muito sensível pelo excessivo calor, que desde o Paraná nos tem flagelado. Ao segundo dia perdemos um homem asfiziado, um fogueira, cuja constituição física o devia desviar desse emprego.

Releva, todavia, notar, que o calor que se sentia na câmara da máquina (140 graus!) era capaz de sufocar a qualquer.

Ontem à noite, ajuntou-se ao calor uma turba infinita e insaciável de mosquitos, que me não deixou pregar olhos e creio que a ninguém desta casa aconteceu menos do que a mim.

Realmente que a diplomacia por certas paragens não pode deixar de ser suscetível e impaciente. Creio que, se o nosso amigo Lopes me aparecesse ontem, brigávamos necessariamente, porque ele é a causa remota e próxima do que me tem feito sofrer, a V.Exa. e a muitos outros.

Espero que o *Paraguassu*, a cujo bordo me conservo, receba hoje algum carvão, embora não todo o que necessita, e que amanhã muito cedo seguirei viagem.

Estive com o governador Pujol, que primeiro mandou visitar-me pelo capitão do porto. Conversamos e, posto que não se mostrasse ele

tão expansivo como as personagens oficiais do Paraná, afinal pronunciou-se contra o sr. Lopes.

Corrientes tem sido, nestes últimos meses, o mercado em que o sr. Lopes tem morto a sua fome e comprado cavalhadas. Esta e outras circunstâncias devem tornar a guerra pouco simpática a alguns.

Continua a dizer-se que o *Maracanã* me espera na Assunção.

Quanto esteja ao alcance de V.Exa., rogo-lhe que ative e facilite as nossas comunicações entre o Paraná e a Assunção.

Aceite V.Exa. os protestos da estima e consideração com que sou

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

Assunção, 26 de janeiro de 1858.

Exmo. Amigo e Senhor Conselheiro José Maria do Amaral,

Fui surpreendido com a notícia da partida do vapor paraguaio *Salto de Guayrá*. Apenas posso escrever duas linhas a V.Exa., e também não haveria assunto para mais.

Até este momento, se pode esperar que a minha missão seja bem sucedida. Mas V.Exa. sabe quanto é difícil aqui prever o desfecho de uma negociação. Brevemente lhe constará o resultado.

Rogo a V.Exa. o favor de comunicar confidencialmente esta notícia ao sr. ministro Lopes, ou ao sr. vice-presidente Carril, logo que se aviste com algum deles.

Felizmente pude mudar de casa e obter uma em que vivo comodamente. O calor tem declinado um pouco nestes últimos dias.

Estou ansioso pelas notícias do paquete.

O *Iporá*, que saiu no dia 16, levou cartas minhas para V.Exa. e outras pessoas dessa cidade, mas deviam ir primeiro a Buenos Aires, pela direção que lhes dei.

Aceite V.Exa. os protestos da particular estima e consideração com que sou

De V.Exa.
Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

Assunção, 14 de fevereiro de 1858.

Exmo. Amigo Sr. Conselheiro Amaral,

Ontem concluí a minha negociação e creio que de uma maneira honrosa para o Império.

Assinei naquela data, com o general Lopes, uma convenção fluvial, que abre o rio Paraguai, assim como o alto Paraná, a todas as bandeiras e assegura ao simples e livre trânsito as garantias e vantagens que aí estipulei com o governo argentino.

Escrevo ao sr. Carril dando esta notícia em termos convenientes. Não remeto essa carta aberta a V.Exa., porque receio que aí o não encontre.

O *Salto do Guayrá* trouxe-nos hoje a notícia da tremenda lição que os revolucionários levaram no Estado Oriental. Como estarão as consciências dos seres incitadores?!

Ocupo-me de dar conta ao Governo Imperial da navegação e logo que expeça a minha correspondência (será o tão esperado *Ipiranga?*), darei um salto a Albuquerque, onde não me demorarei mais de dois dias. De volta, apenas aqui tocarei para alguma visita de cortesia. Desculpe-me V.Exa. com o sr. du Graty, porque não posso nesta ocasião escrever-lhe.

Até breve.

De V.Exa.
Amigo afetuoso e atento criado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Paraná, 18 de fevereiro 1858.

Ilustríssimo Excelentíssimo Amigo e Sr. Conselheiro
José Maria da Silva Paranhos,

O *Ipiranga*, que chegou a este porto ontem, às 9 horas da noite, quer partir hoje mesmo, ao meio dia. Escrevo, pois, a V.Exa. mui apressadamente.

No mesmo dia em que escrevi a V.Exa. a minha carta anterior e, depois de havê-la despachado, recebi a que V.Exa. escreveu-me em 12 do mês passado e que remeteu-me por Buenos Aires.

Nada do que V.Exa. diz-me a respeito da terra e dos homens me surpreende.

Quanto, porém, aos receios que manifesta relativamente à missão, não concordo com V.Exa.. Cada vez estou mais certo de que o sr. Lopes há de aceitar os regulamentos fluviaes. Depois que os li, apostei a minha cabeça com o sr. Carril. E este tanto pensa assim, que, na carta que ultimamente escreveu ao sr. Lopes e da qual V.Exa. teve cópia, lhe faz notar que nós não fomos teimosos.

Portanto, já daqui dou a V.Exa. o parabém.

Dizem que estão concluídos os motins do Estado Oriental. Quem sabe se não é agora que vão começar as dificuldades e complicações, ao menos para o Tio Pataca?

Se V.Exa. conhecia o formoso Cesar Días, pode rezar-lhe por alma. Foi fuzilado e mais cento e tantos, segundo dizem. Agora, quem viver verá a vez do Medina e Cia.

Parece que o poderoso Estado Oriental está resolvido a obrigar Buenos Aires a dar-lhe satisfação por não ter reconhecido o cônsul Rodrigues! Assim o diz o sr. Carreras ao general Urquiza, em uma carta em que lhe pede quinhentos homens para guarda de Montevideú!

Olhe V.Exa. que uso destes pontos de admiração porque não há pontos de risada; que surpresa não me causa nada do que por estas terras ouço e vejo.

A propósito de Buenos Aires. Lá anda o nosso cônsul às contas com o governo do dr. Alsina, por causa de um recado verbal que lhe

mandaram dar ao sr. Passos, ministro de Relações Exteriores daquela província-Estado.

Creio que o sr. Pinto refere a V.Exa. a historieta.

Não entro em narrações de outros negociozinhos porque sei que V.Exa. tem quem daqui lhe dê informações de tudo. Evito a V.Exa. o tédio de ler duas vezes a mesma gazeta.

As cartas que vieram com a de V.Exa. para os srs. du Graty e Carril foram pontualmente entregues.

Dou parte a V.Exa. que tive um alegrão. Chegaram ontem o secretário e adido desta legação.

Por estes cinco dias espero a mala do Rio e, logo depois que recebê-la, parto para Buenos Aires a gozar da licença que tenho. E estou livre da carreira diplomática.

Desejo a V.Exa. muita saúde e peço-lhe as suas ordens.

Sempre com a maior consideração

De V.Exa.

Amigo fiel e criado obrigado,

J. Amaral



AHI • 316/03/01

PARTICULAR

Assunção, 19 de fevereiro de 1858.

Exmo. Amigo e Sr. Conselheiro Amaral,

Aproveito a partida do *Iporú* para escrever duas linhas a V.Exa., em aditamento à carta que lhe dirigi há dias pelo correio de terra, a qual deve aí chegar no dia 20 ou 21 do corrente.

O presidente mostra-se muito satisfeito do acordo que celebrou comigo. Ele compreendeu toda a gravidade da situação, mas há outras causas comitentes dessa satisfação.

Uma delas é o contraste em que ele quis apresentar-nos com os franceses. Sua Majestade mandou um enviado extraordinário e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Napoleão mandou um cônsul.

Veja V.Exa. a primeira notícia que o *Semanario* deu daquele sucesso, a par do ajuste do negócio da colônia de Nova Bordéus, e aí descobrirá o pensamento a que aludo.

A convenção que assinei já foi ratificada e anunciada por bando, como o atesta o impresso junto. Este documento só fala do rio Paraguai. Quanto ao alto Paraná, não há restrição alguma para o trânsito dos nossos navios de guerra.

Tive esperanças de obter que essa restrição desaparecesse mesmo no Paraguai, mas não foi possível. Sendo o novo fato considerado consequência do pré-existente, tive de ceder.

Bem sei que o governo argentino entende que o seu tratado permite amplamente o trânsito de seus navios de guerra pelo rio Paraguai, mas eu não podia levantar semelhante questão, reduzido o meu ajuste ao que era direito e obrigação dos dois países. Ressalvei o caso de prevalecer a inteligência do governo argentino, que, aliás, até hoje tem prescindido do reconhecimento do direito que sustenta em princípio.

A convenção é acompanhada de dois protocolos e foi precedida por três notas, duas minhas e outra do sr. Vásquez. Estes documentos provarão a lealdade com que procedi para com os nossos aliados e o resultado é, em grande parte, o que eles desejaram.

Nesta ocasião, nem ao Governo Imperial remeto os ditos documentos, por falta de tempo.

Rogo a V.Exa. que, conversando com o sr. Carril e seus ministros, use destas informações para desvanecer qualquer dúvida ou desconfiança que nos diga respeito. Brevemente aí estarei e tudo será posto à luz do dia.

O sr. Carril (hei de muito suavemente queixar-me a ele próprio), em uma carta ao presidente Lopes, de que remeto-lhe cópia, manifesta o que consta de um protocolo reservado, relativamente à questão de ser ou não pré-existente a obrigação do acordo sobre os regulamentos fluviais. A intenção foi inocente, mas o fato é a revelação do que não devia ser publicado, ao menos por enquanto.

Felizmente, isso em nada me prejudicou, posto que a minha negociação não estivesse ainda terminada.

O presidente deu-me um baile no dia 16 e veio ontem assistir a outro com que correspondi ao seu obséquio. Nunca se viu tanto movimento e regozijo no Paraguai.

Reservo para referir de viva voz a V.Exa. o pesar que manifestou-me o sr. Lopes de se ter desavindo com V.Exa., cujo mérito devidamente apreciou.

Estão em meu poder a sua carta de 29 de janeiro e o ofício reservado de 30 de dezembro, que responde ao meu do dia anterior.

Aceite V.Exa. os protestos da particular estima e consideração com que sou

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

Assunção, 17 de março de 1858.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Conselheiro
José Maria do Amaral,

Cheguei ontem à tarde da minha excursão até Corumbá.

Corumbá parece-me o fim do mundo, pela longitude e inconvenientes da viagem.

Andei muito, para, afinal, ver o triste espetáculo que ali damos ao estrangeiro, tão pobre e descuidado está tudo aquilo. No entretanto, a natureza é rica e Albuquerque possui um excelente núcleo de população branca e indígena.

Recebi a carta que V.Exa. se dignou escrever-me em 18 do mês último, da cidade do Paraná. Recebi-a ontem, pois o *Ipiranga*, seu portador, chegou no dia 3 e eu saí para Mato Grosso no dia 1°.

Estimo que V.Exa. me achasse razão no que lhe disse sobre esta terra e seus homens. Sinto, porém, que divergisse quanto aos receios que me incutia a diplomacia do sr. Lopes. Sinto-o, está visto, não por ser mais acertada a previsão de V.Exa., mas pelo grau de certeza que ela adquiriu depois da leitura da convenção fluvial de 20 de novembro.

V.Exa. foi um dos que melhor auguraram das novas disposições do sr. Lopes; acreditava eu, porém, que o seu prognóstico fundava-se na mudança de circunstâncias e no conhecimento que adquiriu das idéias e caráter do homem com quem tinha eu de tratar.

Agora me incomoda a idéia de que V.Exa. me julgasse disposto a grandes concessões, visto o juízo que manifesta-me em sua carta, em referência ao que aí estipulei.

É verdade que alguma coisa cedi, como creio ter referido a V.Exa., em minha negociação com o governo argentino, mas o que cedi não dizia respeito às condições do livre trânsito. Versava sobre a mútua dependência dos ribeirinhos relativamente ao melhoramento e conservação dos rios e, além disso, sobre a duração obrigatória que devem ter aqueles ajustes.

Portanto, o que foi concordado enquanto ao livre trânsito é precisamente o que propus e cabe, por isso, toda a censura que se encerra nas palavras de V.Exa. Como aprecio muito seu juízo, hei de, logo que nos avistemos, pedir-lhe que seja mais explícito, porque quero ganhar a sua aprovação, ou reconhecer o meu erro.

As coisas por aí se me figuram muito complicadas: e é nesta ocasião que V.Exa. se dispunha para gozar de férias e por esse meio realizar o seu desejo de descanso? Espero que não o fará, porque sei quanto é forte em seu peito o sentimento brasileiro. Há de ter igual, senão maior paciência do que a minha.

O passo que deu o nosso cônsul em Buenos Aires (devo crer que muito autorizado) talvez nos coloque em posição bem desagradável, se no Rio de Janeiro não há disposições para ir adiante.

V.Exa. me permita que, desde já, lhe faça uma queixa. É a regra que observo para com os amigos: a reserva ou o ressentimento silencioso é para com outros.

É a segunda vez que V.Exa. se reporta ao que outrem daí me possa dizer. Não acreditará V.Exa. que não há para mim quem o substitua em comunicações dessa natureza?

Dentro em quatro ou cinco dias sigo para o Paraná, onde espero pouco demorar-me. Quero conversar com esses srs., mostrar-lhes o que aqui fiz e provar-lhes, mais uma vez, que sou grato aos serviços que se prestam ao meu país e aos que pessoalmente recebo.

Daí me passarei a Montevideú, talvez sem tocar em Buenos Aires, como desejava, porque me parece que as circunstâncias mo não permitem sem inconveniente.

O sr. du Graty está descontente, porque não teve também uma condecoração. Ocorre-me que o dr. Victorica pode sentir o mesmo desgosto. Não pode V.Exa. auxiliar-me em recomendar que se feche o circuito dos agraciados no Paraná com esses dois cavalheiros?

Pelo que se me disse oficialmente, devo crer que V.Exa. recebeu ordem para alguma comunicação relativa ao protocolo reservado em que foi consignado o que estipulei sobre a ação comum aos governos neste Estado. Tendo chegado a um a[cor]do com o governo paraguaio, parece-me incon[veniente] qualquer comunicação que não parta deste fato, que prejudica, pelo menos até a questão de limites, todas as previsões ali exaradas.

Até breve, se, como espero, V.Exa. não realizar o seu intento de viagem a Buenos Aires.

Sempre com particular estima

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos

P.S. Não sei como a carta junta, que dirigi a V.Exa. antes de partir para Mato Grosso, foi ter a Montevidéu.



AHI • 316/03/01

Montevidéu, em 17 de maio de 1858.

Excelentíssimo Amigo e Sr. Conselheiro José Maria do Amaral,

Senti muito não ver a V.Exa. no dia da minha partida. Recordo-me de que V.Exa. me prometera um favor e, por isso, não fui à sua casa. Creio, pois, que não houve falta da minha parte e que a de V.Exa. proveio de causa independente de sua vontade.

Aqui estou desde a manhã de 12 do corrente e espero regressar para a corte até ao meado do mês próximo. O paquete chegado ontem não me trouxe novidade.

V.Exa. saberá que o relatório do sr. ministro dos Negócios Estrangeiros publicará todos os instrumentos das minhas negociações aí e na Assunção, inclusivamente o do empréstimo feito a esse governo, com exclusão de dois protocolos reservados.

Como o general Urquiza não perdeu a esperança de algum acordo com o Governo Imperial a respeito de Buenos Aires – um dos objetos, senão o principal, da missão Peña –, espero que os nossos tratados não ficarão encalhados no Congresso, mediante a atenção que V.Exa. decerto prestará a esse negócio.

Rogo a V.Exa. que me creia sempre

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

Montevideú, em 6 de junho de 1858.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Conselheiro
José Maria do Amaral,

Esta tem por objetivo cumprimentar a V.Exa. e assegurar-lhe que fica em meu poder a carta com que V.Exa. me obsequiou em 25 do mês último.²³

Agradeço a V.Exa. a explicação que teve a bondade de dar-me sobre o incidente da nossa despedida.

Creio, como V.Exa., que é do interesse desses srs. aprovar definitivamente o que trataram conosco; mas também creio que, sem algum estímulo, podem, por inércia ou por cálculo, deixar correr a primeira oportunidade sem o fazer.

A mensagem do presidente, nos tópicos que se referem ao Brasil, não pode ser interpretada senão como V.Exa. interpretou, em sentido muito honroso para nós.

O barão du Graty está provando que a melhor regra de procedimento, para quem se acha no caso dele, é ser neutro ou muito retraído;

23 N.E. – No canto superior esquerdo do documento, intervenção manuscrita a lápis: “14 de junho Ipiranga”.

sentirei que essa vingança seja levada às suas últimas conseqüências, sendo o nosso amigo excluído do Congresso.

Fiquei admirado do brinde de mr. Christie; e o de m.^r Bécour é inocente como parece, ou foi protesto contra o pronunciamento do seu colega? São mistérios que talvez V.Exa., como eu, não possa decifrar, posto que mais competente para entendê-los. O que é certo é uma notável mudança de linguagem em m.^r Maillefer, em favor de Urquiza. A estes srs., tudo é permitido.

Desculpe-me V.Exa. estas divagações de quem anda um pouco ocioso e aceite os protestos da particular estima e consideração com que sou

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
J. M. da Silva Paranhos



AHI • 316/03/01

Buenos Aires, 17 de julho de 1858.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Amigo sr. Conselheiro
José Maria do Amaral,

Cheguei a esta cidade no dia 9 do corrente, e retiro-me depois de amanhã.

O objeto de minha visita a Buenos Aires foi colher, por mim próprio, alguns dados que nos podem ser úteis no Rio de Janeiro. Tive o cuidado de tirar-lhe todo o caráter e, mesmo, toda a aparência de algum fim político.

Todos, porém, presumiram que eu vinha aqui com missão de caráter público. Esta presunção alegrou as pessoas aditas ao governo da Confederação, não foi desagradável aos homens moderados da parcialidade dominante em Buenos Aires e assustou ao sr. Gómez e seu círculo.

V.Exa. terá visto dos diários os insultos com que aquele sr. pretendeu ferir-me. A grosseria desse desprezível demagogo deu lugar a uma

manifestação muito simpática, não só da parte da oposição portenha, senão também de muitas pessoas que pertencem ao lado governista.

O sr. Gómez fez-nos, assim, um verdadeiro serviço e acabou de atrair sobre si a execração da gente sensata deste país.

Do que observei, concluo que a causa da união tem ganho muito terreno nesta província. Se no Paraná houver suficiente tino e moderação, creio que não estará longe o dia em que se poderão entender pacificamente.

Escrevo à pressa e, por isso, não posso ser tão explícito quanto desejara. Desculpe-me V.Exa.

O sr. comendador Joaquim Tomás do Amaral escreveu-me que V.Exa. não desejava, por conveniência do serviço público, que fosse este mês um vapor nosso ao Paraná.

Ignoro qual seja o inconveniente que V.Exa. tinha em vista evitar, mas presumo que não poderá ser outro senão a retirada de alguns membros do Congresso, destes que gostam de poupar-se a despesas.

Sendo assim, as instruções que leva o comandante do *Jequitinbonha*, ou a carta que o sr. chefe de divisão Lamego dirige a V.Exa., preenche o mesmo objeto; conciliando-o com outras conveniências do serviço público e com o interesse especial que eu tinha na ida desse vapor.

A expedição de um oficial, segundo o sr. Lamego, seria mais sensível do que a viagem do vapor, porque as guarnições estão todas carecidas de oficiais.

O *Primer Argentino*, que é o vapor mercante que está a sair para o Rosário, tem sido muito infeliz nessa carreira e, conseqüentemente, não inspira confiança.

Estas são as razões de conveniência pública que me animaram a ir contra a recomendação de V.Exa.; o motivo especial é a remessa de alguns presentes que eu havia prometido a pessoas importantes dessa capital e que por esse modo irão com mais segurança.

Espero, pois, que V.Exa. não levará a mal o passo que dei.

De Montevidéu, sem mais demora que a de dois ou três dias, sigo para o Rio de Janeiro, a bordo do vapor *Amazonas*. Expeça V.Exa. suas ordens para ali e continue a considerar-me como quem é

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
José Maria da Silva Paranhos



Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1858.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Conselheiro
José Maria do Amaral,

Aqui me tem V.Exa. às suas ordens desde o mês último, depois da mais feliz viagem que tenho feito.²⁴

Sei o que V.Exa. comunicou ao sr. visconde de Maranguape a respeito dos ajustes que celebrei com esse governo.

O *J[ornal] do C[ommercio]* de amanhã ou depois de amanhã levará a V.Exa. o discurso que proferi na sessão de 3 do corrente.²⁵ Creio que a publicação desse discurso será aí conveniente. Terminei por um voto de agradecimento ao governo argentino, em que fui muito aplaudido. Estes aplausos partiram especialmente dos deputados do Rio Grande e do Paraná, quando me referi ao tratado de extradição e ao de limites. Não crê V.Exa. que o meu discurso lhe oferece um bom estímulo a esses senhores?

Não tenho recebido, desde que daí me retirei, o *N. Argentino*. Se V.Exa. recebe mais do que os números que lhe são necessários, rogo-lhe que me remeta um dos que lhe sobram.

Rogo a V.Exa. que me recomende ao sr. barão du Graty e me creia sempre

De V.Exa.

Amigo atento e criado obrigado,
Jose Maria da Silva Paranhos



24 N.E. – No canto superior esquerdo da página, intervenção manuscrita a lápis: “21 de agosto Ipiranga”.

25 N.E. – O discurso pronunciado durante a discussão do orçamento estendeu-se à sessão do dia 4 de agosto e acha-se publicado em: COM A PALAVRA o Visconde do Rio Branco: a política exterior no Parlamento Imperial. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 113-130.

AHI • 316/03/01

PARTICULAR²⁶

Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1859.

Ilustríssimo Excelentíssimo Sr. Conselheiro
José Maria do Amaral,

Tenho presente a sua carta particular de 25 do mês último.

Agradeço a V.Exa. as notícias que por esse meio se dignou dar-me.

O general Urquiza queixa-se de que violamos o artigo 2º do tratado de 7 de março. V.Exa. sabe que isto não é exato, ou é estratégia. V.Exa. conhece a história desse artigo e sabe o que é Buenos Aires e o que é nossa neutralidade.

A França, a Inglaterra e a Pátria de Washington não dão mais força moral a Buenos Aires?

Não se aprovam os novos tratados, porque violamos o de 1856. A isto só a resposta do vulgo: dize antes que eu te diga.

Se V.Exa. não puder dar aquela resposta, diga em alguma conversa expansiva que não nos levará pelo acinte quem não nos levar pelo amor.

Por mais firme que seja essa resolução do general, não deixe V.Exa. de dar cumprimento ao despacho que lhe dirigi, acompanhado de uma minuta de nota.

Não me surpreende o que V.Exa. conta das demonstrações pacíficas do general. Levaram-no a uma situação incômoda para ele e cheia de perigos, sem ao menos darem-lhe tempo para munir-se de armamento.

Não olho com tanta indiferença para a tentativa do sr. Yancey. Se este diplomata merece o título, poderá cantar alguma vitória. Estimá-amos que a paz fosse negociada por nós, mas não deixaremos de aplaudi-la, se ela vier das mãos de outros.

Tenho a honra de ser

De V.Exa.
Amigo e atento criado,
José Maria da Silva Paranhos



26 N.E. – No canto superior esquerdo, intervenção manuscrita a lápis: “21 agosto Japorá”.

AHI • 316/03/01

Miguelete, 1º de abril de 1861.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro
José Maria da Silva Paranhos,

V.Exa. teve a bondade de comunicar-me, por intermédio de meu irmão João Carneiro do Amaral, as suas vistas oficiais a meu respeito, manifestando-me, ao mesmo tempo, a benévola intenção de conformá-las com as minhas conveniências, que para tal fim quis conhecer.²⁷

Dando a tal benigno procedimento a interpretação que devo dar, respondi logo, pelo mesmo intermédio, com a devida franqueza, à amigável interpelação de V.Exa.

Venho agora agradecer a V.Exa. esse favor, cuja delicada espontaneidade me inspira tanta confiança quanto é a mui devida consideração com que tenho a honra de ser

De Vossa Excelência,
o mais atento venerador e certo criado,
José Maria do Amaral

AHI • 316/03/01

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1861.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Maria do Amaral,

Tive a honra de receber a sua obsequiosa carta do 1º do corrente.

Não coube no tempo conversar com os srs. João Carneiro e Joaquim Tomás do Amaral sobre a resposta que V.Exa. reitera, pela sua dita carta, à consulta amigável que lhe fiz pelo intermédio do primeiro daqueles nossos amigos.

27 N.E. – Intervenção manuscrita, acima da data: “Resp. em 24 de abril de 1861”.

Não lhe ocultarei que essa resposta causou-me pesar, porque julgaria impossível manter a posição oficial em que V.Exa. se acha desde que retirou-se do Paraná. Hoje, não me compete providenciar a esse respeito e estimo que assim acontecesse, porque receava muito que minhas intenções não lhe parecessem e aos srs. seus irmãos tão puras quanto são, posto que V.Exa. e eles saibam até que ponto o dever pode ceder às considerações pessoais.

Aproveito-me da ocasião que V.Exa. proporcionou-me para renovar-lhe as expressões do apreço com que sou

De V.Exa.
Muito atento e obediente servo,
J. M. da S. P.



AHI • 316/03/01

Para José Maria do Amaral

PARTICULAR

Rio de Janeiro, em 12 de junho de [*texto corroido*]

Remeto a V.Exa. a correspondência inclusa, acompanhada dos estratos do meu Relatório deste ano a que ela se refere a fim de que V.Exa. lhes dê publicidade, ou a envie para Buenos Aires onde poderão [*sic*] aparecer na gazeta *A Ordem*, parecendo-me²⁸ ser esta folha a que menos adversa se mostra ao Brasil naquela cidade.

V.Exa. achará²⁹ sem dúvida, como eu, que o autor dessa correspondência foi excessivo nos seus elogios, mas convirá também em que eu não podia impedir os seus arroubos laudatórios. O que me parece útil

28 N.E. – Intervenção manuscrita a lápis, sugere a substituição de “parecendo-me” por “se, como creio, é”.

29 N.E. – Intervenção manuscrita a lápis, sugere a substituição de “achará” por “reconhecerá”.

é que as opiniões e fatos que abonam a nossa política no Rio da Prata e nos podem dar força moral, em qualquer parte,³⁰ sejam vulgarizados.

Rogo, portanto, a V.Exa. de³¹ fazer o uso que quiser³² do trabalho que tomo a liberdade de enviar-lhe.

Aproveito a ocasião para reiterar a V.Exa. os protestos com que tenho a honra de ser

De V.Exa.

Ao sr. J. M. do Amaral



30 N.E. – Intervenção manuscrita a lápis, sugere a substituição de “em qualquer parte” por “entre os nossos vizinhos, sejam pela imprensa”.

31 N.E. – Intervenção manuscrita a lápis, sugere a substituição de “de” por “queira”.

32 N.E. – Intervenção manuscrita a lápis, sugere a substituição de “quiser” por “que julgar [mais conveniente]”.

OS COLÓQUIOS DA
CASA DAS PEDRAS

Os colóquios da Casa das Pedras: argumentos da diplomacia de San Tiago Dantas

Gelson Fonseca Jr.*

Estas notas introduzem a transcrição de um conjunto de documentos do período em que San Tiago Dantas comandou o Itamaraty: as atas dos *Colóquios da Casa das Pedras*.¹ São textos de novembro de 1961 e revelam, em questões cruciais, como o chanceler conduzia o processo de decisões em política externa. Antes de fazer uns poucos comentários a respeito, vale situá-los.

San Tiago Dantas esteve poucos meses à frente do Ministério das Relações Exteriores, de 8 de setembro de 1961 a 12 de julho de 1962. Menos de um ano, portanto. Não lhe faltava familiaridade com questões diplomáticas, que vinha da presença em várias reuniões internacionais e culminou com a designação para a chefia da missão permanente junto às Nações Unidas por Jânio Quadros, às vésperas da renúncia do presidente.² Não chega a assumir a missão e é nomeado chanceler no primeiro gabinete do Parlamentarismo, chefiado por Tancredo Neves. Pouco depois, a partir de 1º de novembro e durante quatro dias, reúne eminentes diplomatas e o subsecretário Renato Archer para discutir livremente os grandes temas que sua gestão ia enfrentar. As reuniões acontecem fora da sede do Itamaraty na rua Larga. Talvez a amizade que unia San Tiago a seu dono e o fato de que a Casa das Pedras, de Drault Ernanny, era um

* Diplomata de carreira, embaixador, professor do Instituto Rio Branco, autor de *A legitimidade e outras questões internacionais* (São Paulo: Paz e Terra, 1998). O autor agradece os comentários de Marcílio Marques Moreira, de José Humberto Brito Cruz, Celso Lafer e Marcos Galvão e também as informações de Luiz Felipe Seixas Correa, Bernardo Pericás e Alvaro da Costa Franco. As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor e não representam a visão do Ministério das Relações Exteriores.

- 1 Os documentos estão nas caixas 35 e 39, da documentação sobre San Tiago Dantas, guardada no Arquivo Nacional. Ainda que não tenham sido publicados, como agora, na íntegra, parece certo que foram compulsados e as reuniões são bem conhecidas pelos historiadores do período. Encontrei referência à reunião no artigo de Hélio Franchini Neto, “A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962” (*Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, p. 146, jul.-dez. 2005).
- 2 Para a trajetória internacional de San Tiago, ver a “Introdução” de Marcílio Marques Moreira em: *PERFIL Parlamentar San Tiago Dantas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983. (Perfis Parlamentares 21). Para um exame amplo da obra de San Tiago, ver: MOREIRA, Marcílio M.; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (Coord.). *A Atualidade de San Tiago Dantas*. Rio de Janeiro: Letteradoc, 2005.

confortável abrigo para reuniões políticas discretas, facilitando um clima de intimidade, tenham levado o ministro a fazer o “retiro diplomático”, longe do centro do Rio.³ As reuniões são registradas em “atas”, que têm o selo de “secreto”.

É pouco provável que, na história do Itamaraty, tenham ocorrido outras reuniões como aquelas. Mais precisamente, são freqüentes as reuniões entre o chanceler e seus colaboradores, com vistas a examinar temas específicos e tomar decisões, porém, não sei de nenhum período em que tenham sido registradas de forma tão minuciosa. Daí, o primeiro interesse para quem lê os documentos é a possibilidade de conhecer a intimidade de um processo de decisão. Nas atas, analisam-se as razões de como e porquê escolher determinado caminho, quais as alternativas, qual o peso dos ingredientes da decisão e, no que está dito com liberdade, se fala do que é impossível explicitar no discurso diplomático. No mesmo estilo e ainda mais detalhados, são os dois relatórios das reuniões da comissão de planejamento,⁴ que trataram, nos dias 26 e 27 de dezembro, da preparação da posição brasileira para a controversa VIII Reunião de Consulta, que, em janeiro de 1962, suspende Cuba da OEA (sem que deixe de ser membro do organismo, as sanções só vêm em 1964) e a afasta da Junta Interamericana.

As atas não são uniformes. Algumas são mais detalhadas que outras e, na quarta reunião, o chanceler não está e quem preside é o embaixador Carlos Alfredo Bernardes, então secretário-geral do Itamaraty (ainda que não fosse o segundo da hierarquia, já que havia uma subsecretaria parlamentar, chefiada por Renato Archer e que se encarregava das relações com a Câmara e o Senado).⁵ Porém, as atas revelam, inicialmente, um

- 3 A Casa das Pedras ficava num bairro elegante do Rio, a Gávea Pequena, e pertencia a Drault Ernanny de Mello e Silva, um empresário paraibano e também político. Foi deputado federal pelo PSD. Chegou a presidir a Comissão de Economia da Câmara no princípio dos anos 60. Drault era um homem de ampla convivência, próximo às lideranças brasileiras e a sua casa passou a ser um centro de encontro político e também social. Nela se hospedaram presidentes da República, de Dutra a Tancredo, mas também o astronauta Yuri Gagarin e a sra. Chiang Kai-Chek. San Tiago foi advogado de Drault na criação da refinaria de Manguinhos e os dois casais tinham relações fluidas. Em política externa, Drault defendia o reatamento com a URSS. Devo essas informações a Marcílio Marques Moreira.
- 4 Os relatórios estão publicados em: DOCUMENTOS da Política Externa Independente. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2007. vol. 1. p. 221-247. Mais adiante, será analisado por que complementam o que foi discutido na Casa das Pedras e são outro excelente exemplo do modo pelo qual San Tiago tomava decisões.
- 5 O subsecretário parlamentar foi uma função que existiu somente durante o curto regime parlamentarista brasileiro.

estilo de decisão. San Tiago apresenta temas, ouve argumentos, acrescenta qualificações, e parece que nunca usa a autoridade para “fechar uma questão”. Ou melhor, a autoridade parece nascer da melhor razão. San Tiago age como um professor que ainda não sabe como completar a lição, o que, afinal, depende de quem o cerca. E é ele quem dá a forma final ao que se discutiu, ao incumbir-se pessoalmente de redigir as instruções para a ONU, no caso de Angola, ou de preparar o discurso que irá fazer em Buenos Aires. Não se encontram, no curso do debate, dogmas, posições pré-concebidas. Ter posições diplomáticas que sejam claras e buscar racionalmente a melhor estratégia e a melhor tática constituem as primeiras obrigações que San Tiago se impõe.

O segundo fato a chamar atenção é a qualidade dos interlocutores. O mais presente, certamente pela posição que ocupa na hierarquia, é o embaixador Carlos Alfredo Bernardes, reconhecidamente um dos mais completos diplomatas de sua geração e que pagou um preço pela proximidade com San Tiago, já que praticamente interrompeu a carreira em 1964, quando foi designado representante do secretário-geral da ONU em Chipre. Mas, lá estavam, então jovens embaixadores, Gibson Barbosa (chefe de gabinete de San Tiago), Araújo Castro (chefe do Departamento de Organismos Internacionais) e Vasco Leitão da Cunha (chamado de Havana para discutir o tema cubano), que chegaram à chefia do Itamaraty. Também, Dias Carneiro e Miguel Osório de Almeida, que tiveram uma presença na vida intelectual brasileira muito além do Itamaraty, especialmente na formação do pensamento sobre relações econômicas internacionais. E outros notáveis diplomatas que, de uma certa maneira, como os que mencionei, formaram parte da elite de uma geração, como Paulo Leão de Moura, Lauro Escorel, Henrique Valle, Maury Gurgel Valente, Carlos Silvestre de Ouro Preto e Dario Castro Alves. De fora do mundo diplomático, aparecem Renato Archer e, numa reunião sobre a Aliança para o Progresso, o jurista José Luís Bulhões Pedreira.

Não seria o caso, nesta apresentação, de tentar qualquer análise da Política Externa Independente (PEI), iniciada no governo Jânio e continuada, clara e explicitamente, no governo Goulart.⁶ Historiadores

6 A literatura sobre a PEI é abundante. Um dos primeiros textos acadêmicos é o de STORRS, K. L. *Brazil's Independent Foreign Policy, 1961-1964*. Cornell: Cornell University, 1973. (Dissertation Series). Ver também: CRUZ, José Humberto Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente, *Cadernos do IPRI*, Brasília: FUNAG, 1989; e AMADO, Rodrigo. A

poderão, com mais competência, apontar aquelas informações que, nos documentos, contribuam para esclarecer algum aspecto da PEI. Assim, o que se tenta aqui, de maneira um tanto assistemática, é chamar atenção para exemplos do “argumento diplomático” que se desenvolve nas reuniões. E o argumento diplomático começa quando os princípios se tornam insuficientes para orientar a ação. Ora, porque conflitam, como no caso de Cuba, em que a diplomacia brasileira defendia a não-intervenção contra os que consideravam que a opção comunista tornava o regime chefiado por Fidel tendencialmente intervencionista; ora, porque a lógica do internacional é insuficiente, como se percebe, ao examinar a situação de Angola, em que a atitude anticolonialista deveria ser ponderada por vários fatores, a partir da proximidade de setores da elite política brasileira com Portugal; ora, porque os princípios precisam ser desdobrados em movimentos concretos, como se tenta na preparação da viagem à Argentina; ora, porque há que levar em conta envolvimento pessoal e o que significam politicamente. O argumento diplomático lida com “fazer”, normalmente resistentes às idéias gerais, à aplicação direta dos princípios, mesmo quando a diplomacia a eles adere de forma plena e necessária. Aplicar princípios sem traí-los e aceitar a realidade sem ilusões é, afinal, o cerne do exercício da ética da responsabilidade e, também, da boa diplomacia.

Assim, os documentos nascem em uma reunião de diplomatas experimentados com um chanceler que tinha uma evidente sensibilidade para os temas de política externa, além de profunda compreensão para o jogo entre o interno e o externo que, apesar de existir sempre, torna-se naturalmente muito mais agudo em um regime parlamentarista e em conjuntura de polarização ideológica. As diferenças entre esquerda e direita transparecem com vigor nos debates da Câmara, especialmente na

Diplomacia de João Goulart. In: GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto (Org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Cultura Editores Associados e Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996. v. 1. p. 283 e segs. No mesmo livro, ver o meu artigo “Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável” (p. 299 e segs). Para uma visão contemporânea, vale ler a conferência que o ministro Celso Amorim fez no seminário “A Atualidade de San Tiago Dantas”, realizado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 27 set. 2004 (Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalle3.asp?ID_DISCURSO=2621>. Acesso em: 17 set. 2007); bem como o artigo de Maria Regina Soares de Lima e Mario Gibson Barboza, na coletânea *Atualidade de San Tiago Dantas* (MOREIRA; NISKIER; REIS, op.cit.).

sessão em que San Tiago, ao voltar da reunião de Punta del Este, se defende de uma moção de censura na Câmara.⁷ Já na intimidade da Casa das Pedras, as polarizações são filtradas, colocadas em contexto e avaliadas na repercussão sobre a diplomacia. Os protagonistas se concentram em focos claros, em que não existe espaço para divagações ou, como se diz em inglês, *posturing*. O que San Tiago pede é a melhor solução diplomática para problemas que não são nada fáceis de equacionar. Mas, comecemos pelo mais simples, a preparação da viagem à Argentina, tema da primeira sessão.

Ao apresentar o problema, Bernardes alinhava com precisão o que deveriam ser as traves mestras do discurso que o chanceler faria em Buenos Aires. No que sugere, há perfeito equilíbrio entre as formalidades necessárias (as alusões ao lugar do pronunciamento) e a clareza das “mensagens” que, por sua vez, revelam um segundo equilíbrio, entre o bilateral, centrado nas perspectivas de desenvolvimento (“Se caminharmos juntos, é difícil; se caminharmos separados, é impossível”) e o multilateral. Neste caso, a ênfase é no princípio da não-intervenção, diante da ameaça de uma invasão norte-americana a Cuba (“A concordância com qualquer violação desse princípio estabeleceria um segundo princípio, o de que é possível violar a não-intervenção”). Ainda na visão de mundo (e o como lidar com o conflito ideológico), é o ministro quem diz da conveniência de “assinalar a pobreza das soluções políticas no campo socialista. Enquanto o seu progresso tecnológico é enorme (...), o projeto político é paupérrimo”. O tema vai reaparecer mais adiante, quando se tratar da posição brasileira em relação a Cuba. Outro ponto interessante, aliás recorrente nos discursos diplomáticos, é o de saber se o pronunciamento iria se concentrar em uma idéia-força *novedosa* ou abordaria vários temas, a partir da idéia de uma “união aberta”, democracia, o fato de que não há problemas entre o Brasil e a Argentina, etc.”. Prevalece, com o apoio de Archer, a segunda opção.

Os preparativos da viagem, como qualquer outra viagem de chanceler, vão além disto e se menciona quem constituirá a delegação, que jornalistas convidar (prática corrente até os anos 80), que atos seriam assinados, etc. Mas, vale chamar atenção para as propostas de consultas com a Argentina e a maneira de atuar em conjunto na América do Sul, inclusive para atenuar as tensões como as que existiam entre o Peru e o Equador. É sintomático que o “pragmatismo” prevaleça, quando, p.e., ao

7 O texto completo do debate está no PERFIL PARLAMENTAR..., op. cit., p. 337 e segs.

falar em empreendimentos conjuntos em terceiros países, temem-se as dificuldades que os argentinos levantariam. O tema volta a ser discutido na 5ª sessão e aí com a presença de Miguel Osório. O ministro volta à proposta de programas conjuntos Brasil-Argentina em terceiros países, no marco da Aliança para o Progresso, como uma maneira de atenuar a competição na vizinhança e ficar mais unido. Miguel comenta que a idéia vai encontrar a simpatia dos argentinos, mas antipatia dos pequenos. O tema do comércio também é tratado e, ainda que não esteja claro no texto, há resistências argentinas a esquemas de liberação bilateral e, do lado brasileiro, interesse em ampliar a área de livre comércio na ALALC. Aliás, é curioso que San Tiago diga, na defesa da tese, “seria muito importante conseguir que a Venezuela entre na ALALC”.⁸ Extremamente interessante é a exposição que Miguel Osório faz das tendências das economias brasileira e argentina. Era mestre no ofício de entender a dinâmica das economias a partir da comparação de seus números.

A preparação da viagem é modelar, ao combinar o exame da relação bilateral com uma visão do mundo e indicar maneiras como, aproximando os dois países, ganhariam diplomaticamente. Nada mais recorrente e atual na história bilateral. É interessante examinar como se combinam o impulso político (aliança necessária), o econômico (oportunidades de desenvolvimento) e o regional (o que fazer juntos na América Latina).

As quatro ou cinco páginas dedicadas à Angola permitem olhar para outros ingredientes do “argumento diplomático”. É sintomático que o ministro comece a sua exposição pelos aspectos internos da questão, sobre a dificuldade de avançar quando sabe que Salazar “tem tido êxito em ‘capturar’ para a sua área senadores brasileiros”. E sabemos que há posições diplomáticas, sobretudo quando se trata de mudanças, que sensibilizam a opinião pública e devem ser cuidadosamente calibradas. Daí, o próprio San Tiago dizer que “é débil posição dizer que o Brasil vota contra Portugal apenas por coerência de política anticolonialista”, como se insinua que é a posição de Afonso Arinos, então embaixador na ONU. Aliás, é outro elemento a considerar, o peso dos agentes políticos em funções diplomáticas, sobretudo quando é um ex-chanceler, com uma história única de presença parlamentar e que ocupa uma posição estratégica no processo de formulação e execução da política externa. Um dos dilemas é como manter a coerência (a possível...), mostrando

8 A resistência era da FEDECAMARAS, poderoso grupo de industriais venezuelanos que não queria saber de abertura comercial.

alguma forma de desagrado com a política colonialista de Portugal e minimizar os custos da decisão. Como diz Bernardes, “É verdade que, para nós, muito importante é que não fiquemos mal”. A estratégia que se desenha é a de aproximar-se de Salazar, pedir alguma flexibilidade, que ele não ofereceria e, assim, “que fique claro que nós fizemos algo, mas os portugueses é que não quiseram conversa”.

De outro lado, como posições diplomáticas incorporam movimentos complexos, há alguma “sinceridade” quando se imagina possível obter alguma flexibilização da posição portuguesa. Há um interesse em alguma forma suave de transição que permitisse preservar a presença europeia em Angola. A atitude pragmática é clara: não é qualquer independência que interessa, há umas melhores que outras. Comentando a disputa entre a UPA, de Holden Roberto, e o MPLA, diz San Tiago, seria uma “leviandade favorecer um movimento racista negro em Angola”, representado pela UPA. Para ele, já o MPLA “tem certo colorido socialista, mas é mais intelectual do que, propriamente, político”, o que parece implicar que não deveria ter muita chance de chegar ao poder. É interessante que San Tiago faz uma discreta “correção” de rumos da política externa, ao considerar o quadro interno em Angola como um dos fatores da opção diplomática brasileira: “não pode escapar a nós – o que parece ter escapado ao presidente Jânio Quadros – o quadro de forças em Angola”.⁹

É a aceitação da complexidade e a prudência que marcam, afinal, a posição brasileira, expressa de forma clara e sutil na minuta de telegrama de instruções à missão junto à ONU, com que termina a reunião e está redigido aparentemente pelo próprio chanceler (transcrito na ata). Parte-se da adesão a princípios, mas o desafio é fazer com que valham diante dos constrangimentos políticos. É com esse espírito que se redigem as instruções. Ainda que se conheça a pouca possibilidade de que Portugal mude a sua atitude de considerar as “províncias ultramarinas” como assunto da jurisdição interna e, portanto, inacessíveis à presença da ONU, haveria que imaginar saídas para o dilema.¹⁰ A idéia de construir pontes,

9 San Tiago jamais criticou publicamente qualquer aspecto da PEI. Mas, nestes documentos, a crítica e a correspondente correção ocorrem pelo menos duas vezes. Neste caso e, como veremos, mais adiante, no caso de Cuba.

10 Portugal foi a última potência colonial a render-se ao movimento de independência, somente nos anos 70, com a queda do regime autoritário. Infelizmente, em Angola, em Moçambique e na Guiné Bissau, as lutas pela independência continuaram em conflitos internos que, no caso angolano, só vieram a terminar em 2002, com a morte de Jonas Savimbi.

conversar com Portugal, explorar caminhos com a Inglaterra, medir o que era possível fazer na ONU, equilibrar as demandas da opinião pública no Brasil e em Portugal, atender às conveniências políticas – ou seja, os fatores que se exigia considerar para tornar consistente a política portuguesa – foram considerados com lucidez e frieza, como convém.

As sessões seguintes abordam assuntos variados, a começar por um burocrático: o controle dos recursos da Aliança para o Progresso, que San Tiago prefere que fique com a Fazenda (apesar dos argumentos em favor de que se concentrasse no Itamaraty). Os outros temas são políticos: Alemanha, China e o reatamento com a URSS. São tratados rapidamente, porque as linhas de ação estão assentadas. No caso da Alemanha Ocidental, evitar posições polêmicas e, de maneira discreta, mostrar às potências ocidentais preocupação com o armamentismo naquele país;¹¹ aceitar que o tema da admissão da China é “importante” e exigirá, para aprovação, maioria de dois terços; e, finalmente, no caso do reatamento com a URSS, já decidido, o único problema é quando comunicar ao Congresso e se decide por fazê-lo depois de consumado formalmente. Como argumentava San Tiago, apesar de sentir que a maioria do Congresso apoiaria a medida, o anúncio do reatamento para o dia seguinte “seria abrir o caminho para manifestações ‘eleitoreiras’ no sentido de apoiar a substância, mas considerá-la inoportuna. Melhor seria anunciar a coisa como feita e certamente esperar a reação contrária de alguns e o apoio da maioria.”

Finalmente, na última sessão, a sétima, o debate se concentra em como lidar com a questão cubana na Reunião de Consulta da OEA. Não há solução simples. Em primeiro lugar, porque o continente estava dividido e se caracterizava um confronto entre os Estados Unidos, acompanhado de centro-americanos e da Colômbia, e, de outro lado, os maiores países do continente, como Argentina, México e Brasil. Ademais, o assunto tinha claras implicações internas. Num mundo dividido em blocos, as disputas de política interna entre esquerda e direita afetavam, naturalmente, as escolhas diplomáticas. Como o próprio San Tiago diria, em reunião da comissão de planejamento, “É mais uma relação do governo com a opinião pública do que relação de governo a governo”. Achar o justo equilíbrio era, portanto, uma tarefa politicamente delicada.

11 Alguém, no curso da reunião, lembra que o assunto não será especialmente polêmico na ONU, porque o ultimato que a URSS anunciara não ocorreria antes de dezembro e tinha que ver com a reação soviética à atitude ocidental em face da construção do Muro de Berlim, iniciada em agosto de 1961.

Há dois momentos distintos nas deliberações sobre a questão. Na Casa das Pedras, o regime cubano ainda não se definiu como marxista-leninista, o que só ocorrerá em novembro de 1961, e a Colômbia pretende convocar uma reunião de consulta justamente para pedir a Cuba uma definição sobre suas vinculações com o sistema pan-americano, ligações extracontinentais, democracia, etc. No segundo momento, já em dezembro, o regime se tinha definido ideologicamente e as opções diplomáticas passam a ter outra natureza, já que a reunião de consulta, que finalmente ocorrerá em janeiro, lidará com a hipótese da expulsão de Cuba do sistema.¹² Sem pretender reconstituir o que se passa, vale a pena chamar atenção para o cerne das propostas diplomáticas.

Em primeiro lugar, nos reconhecemos como protagonistas no processo. Tínhamos peso para sê-lo. Assim, San Tiago argumenta com a consciência da responsabilidade internacional do Brasil diante de uma situação que dividia o continente. Nossas escolhas teriam conseqüências. A presença importante na OEA e o diálogo aberto com os dois atores principais, Cuba e EUA, nos davam trunfos únicos para tentar manter o que, para nós, era um interesse vital: que se preservassem as regras do sistema interamericano e que se bloqueasse a escalada de confrontação ideológica (o que, afinal, não convinha no espaço regional, pelo que trazia de negativo para as disputas de política interna). Mas, qual o lugar de Cuba no sistema?

Contra o pano-de-fundo da invasão da Baía dos Porcos (em abril), a alternativa que se esboça na Casa das Pedras ficou conhecida como a hipótese da *finlandização*, ou o Plano Fino. Envolvia, essencialmente, uma barganha entre os EUA, que renunciaria a agir com violência contra o regime cubano, e Cuba, que aceitaria as “exterioridades da democracia” (entenda-se, alguma forma de eleição), o corte de relações militares com a URSS, o desarmamento político (conceito curioso, mas que significava aceitar a “propaganda nacional, mas não a ideológica”) e, mais adiante, o restabelecimento de relações com os EUA e o encaminhamento do problema do açúcar, dos asilados, etc.¹³ Ou seja, a equação parecia simples: autocontenção norte-americana contra tributo cubano à Declaração de

12 O segundo momento está refletido nos relatórios da comissão de planejamento: DOCUMENTOS, op. cit.

13 Naquele momento, os EUA já haviam cortado relações com Havana, o que ocorrera em janeiro de 1961, e, pouco depois, decretado um embargo comercial contra Cuba.

Santiago.¹⁴ Esta, fruto da V Reunião de Consulta e assinada por Cuba, incorporava a democracia entre os ideais do sistema, explicitando a necessidade de eleições livres para os países do continente. Uma outra negociação poderia ser aberta com a própria URSS, já que, no Plano Fino, Cuba continuaria socialista (manteria as suas “conquistas”) e poderia interessar aos soviéticos ter um *show case* no hemisfério e provar regionalmente a tese da coexistência pacífica. A negociação que conduziríamos serviria, também, para “retardar” a reunião de consulta, que, com base no plano colombiano, era “um ponto de partida, mas não de chegada”.

Quando Fidel assume o marxismo-leninismo, a possibilidade do Plano Fino se compromete, porque uma de suas condições – as “exterioridades democráticas” – se torna irrealizável. O plano “ficou fora de uso”, “inutilizado”... e a revisão da política brasileira será o tema das duas reuniões da comissão de planejamento. É interessante, neste sentido, rever as observações de Gibson sobre as fases do problema cubano, que começa bilateral, entre os EUA e Cuba (e, daí, o nosso primeiro movimento ter objetivo de aproximar partes), e que se torna continental, devido em boa medida à atitude norte-americana. Agora, trata-se tanto de resolver o problema cubano quanto de salvar o sistema interamericano. Como diz Gibson, “hoje estamos à procura não de solução para o problema cubano, mas de solução para a ameaça de crise no sistema interamericano, o que é negativo” e crise que se manifestaria se as decisões de sancionar Cuba não fossem aceitas pelos membros do sistema.¹⁵

14 Como explica, mais adiante, na comissão de planejamento, o próprio San Tiago: “Se conseguíssemos dos Estados Unidos um compromisso com a não-violência, tínhamos a impressão de que poderíamos contar com a própria Cuba para obter do governo Fidel Castro uma observância progressiva da Declaração de Santiago. A Declaração de Santiago ocupa um papel muito importante, por ser o único documento firmado pelo governo Fidel Castro e no qual se contém claramente o reconhecimento de princípios democráticos”.

15 Gibson faz outras observações interessantes, como a intransigência norte-americana como um dos fatores que origina a crise e as dificuldades de levar adiante, em junho ou julho, as negociações bilaterais: “jamais o Departamento de Estado aceitaria afrontar a opinião pública com a confissão de que tinha sido levado pela mão da diplomacia brasileira, mexicana ou argentina”. Para uma análise de como os norte-americanos viam a ação brasileira e como encaravam a nossa posição de intermediário, é útil ver o artigo de: HERSHBERG, J. G. The United States, Brazil, and the Cuban Missile Crisis, 1962 (part 1). *Journal of Cold War Studies*, v. 2, p. 2-20, primavera 2004. O autor analisa, com abundância de fontes norte-americanas, as conversas de San Tiago com Dean Rusk durante a visita do presidente Goulart a Washington, em abril de 1962.

Mas, talvez, desta série de documentos, um dos mais preciosos para o estudo do argumento diplomático é a introdução que o ministro faz ao problema cubano na reunião da comissão de planejamento, do dia 26 de dezembro. San Tiago tem clara noção das amplas e complexas implicações da decisão que vai tomar, tanto em relação ao sistema interamericano quanto às relações bilaterais com os EUA. Quanto a este ponto, não há sinais de que o governo norte-americano vincule as relações bilaterais (inclusive auxílio financeiro) a atitudes brasileiras em temas hemisféricos, notadamente o problema cubano. Porém, San Tiago está consciente de que o processo de consultas que abriu com outros latino-americanos é visto, pelo Departamento de Estado, como um esforço de “sabotar” a consulta. Daí a preocupação, que perpassa o documento, de jogar às claras com os EUA. Aliás, é curiosa a observação que faz San Tiago sobre Lincoln Gordon, quando diz que é um embaixador de “excepcional valor”, preocupado em fazer uma diplomacia de boa vontade, mas que tem aspectos negativos: “um dos aspectos negativos é que ele nos oculta um pouco as reações hostis, nos meios americanos, a atitudes nossas”.

Começa, então, a discutir a posição propriamente e diz que, até então, a posição tinha sido

muito categórica e muito simples: respeito incondicional ao princípio de não-intervenção; respeito incondicional ao princípio de autodeterminação, no sentido de que só o povo é um instrumento legítimo para a escolha do regime, especialmente se o regime é democrático. Se o que se visa é à redemocratização de Cuba, tudo quanto pudesse ser considerado imposição de fora para dentro seria, além de uma violação do princípio de autodeterminação, uma própria contradição com os princípios democráticos em si mesmos.

Lembrando que a linha de ação vinha de Jânio, San Tiago faz um esclarecimento importante e introduz outra nuance diferenciadora na PEI:

Naquela linha havia um ligeiro toque de simpatia ideológica e uma recusa sistemática – sendo que, algumas vezes, evasiva – de se pronunciar sobre o caráter democrático do governo Fidel Castro. (...) Nossa idéia foi oposta. Começamos pelo reconhecimento de que o regime cubano não era democrático... Assim, o problema da simpatia ideológica ficava eliminado. O go-

verno brasileiro não tem simpatia ideológica pelo regime Fidel Castro; ainda que a possam ter grupos políticos dentro do governo, o governo só tem simpatia pelo que está na Constituição e nos tratados.

É a partir da aceitação da “realidade” que se constrói a posição. Não que os princípios sejam negados, ou que haja uma oposição entre as exigências pragmáticas da política e o mundo dos valores. Ao contrário, os princípios da não-intervenção e da autodeterminação continuam a ser a pedra de toque da atitude brasileira e, para San Tiago, até se revigoram, se tornam mais absolutos, “uma vez que deixou de ter influência sobre eles a questão de saber se o regime era socialista ou democrático”. San Tiago percebe que a avaliação dos princípios é mais complexa do que pode parecer à primeira vista, porque há mais de um princípio relevante para a situação. O seu sentido “pragmático” nasce exatamente de uma compreensão de que ter em conta a pluralidade de princípios, suas contradições, os seus modos de adaptá-los às exigências políticas, é o caminho para permitir que a “realidade” entre em cena, em toda a sua complexidade.¹⁶ Neste sentido, o segundo problema era lidar com a hipótese de que o regime, por ser comunista, trazia em si o germe da agressão, potencial ou presumida (na interessante distinção que faz o ministro e que lembra, hoje, as doutrinas dos ataques preventivos ou *preemptive*).¹⁷ É a possibilidade da agressão e que medidas de *containment* deveriam ser adotadas o que está na base do pedido da consulta pela Colômbia. O problema diplomático para o Brasil será, então, o de preservar a não-intervenção e, portanto, preservar a autonomia de um regime não democrático que, pela Declaração de Santiago, se tornara “estranho” ao sistema interamericano. San Tiago introduz, então, uma distinção interessante. O sistema se guiava, em seu funcionamento, por “aspirações” e “compromissos”: as primeiras, definidas em declarações e os segundos, em tratados. A não-intervenção é um compromisso; a fidelidade à democracia, uma aspiração. O rompimento de um compromisso, leva a uma sanção e, para San Tiago, o caso cubano não é diferente. Não é o caso de Cuba e “temos de admitir que possa haver um país socialista na América (...) e uma ação militar para descartá-lo é insustentável, inclusive praticamente,

16 Devo esta observação a José Humberto de Brito Cruz, aliás, autor de uma das mais inteligentes interpretações da PEI, que, de certa maneira, a documentação da Casa das Pedras confirma.

17 O próprio Araújo Castro, refletindo o ambiente da reunião da comissão de planejamento, dirá: “Não estou longe de pensar que Cuba é um perigo”.

em face da composição interna da opinião pública de todos os países latino-americanos”. O perigo viria da possibilidade da ligação militar com a URSS – e, daí, a necessidade de “neutralização” – e, assim, apesar de descartada, a *finlandização* voltava por outra porta. Outro ponto, válido para a posição brasileira, era o de que o Brasil estava em processo de reatar relações diplomáticas com os países socialistas.

De qualquer maneira, o fato do regime socialista gerava dilemas para a diplomacia. Comenta San Tiago:

Porque nós dizermos que somos contra a aplicação de sanções, ruptura de relações, a favor da manutenção do *statu quo*, é uma posição que – por mais que ganhe em matéria de perseverança, em matéria de clareza e de firmeza – abre um flanco muito grande a interrogações que poderão ficar sem resposta. A opinião pública brasileira está, toda ela, convergente para o exame do problema e não nos deixará de colocar essas questões: são contra a ruptura de relações, mas o que acham? Quanto mais marxista e leninista melhor? Até que ponto, além da manifestação contra, temos que dar explicação?

É interessante anotar que, tanto nas intervenções de San Tiago, como na de seus colaboradores, uma das idéias recorrentes é a de que a experiência socialista cubana não duraria e seria muito pouco provável que a URSS criasse vínculos sólidos com o regime de Fidel. A atitude brasileira é consistente, mas, afinal, vai esbarrar na maneira como evoluiu o regime cubano. Na primeira fase, a barganha entre conter as hipóteses de agressão dos EUA e a restauração das formas democráticas em Cuba não funciona porque o regime se declara marxista. Na segunda, a proposta se rearticula: já não se objetiva a democratização de Cuba, simplesmente se procura evitar a intervenção violenta e, neste sentido, os nossos objetivos têm mais êxito porque, afinal, Cuba é suspensa do sistema, mas não excluída, nem sofre sanções. O Brasil preserva as suas posições de princípio, pelo menos até 1964, quando a “coexistência”, ainda que precária, é finalmente derrotada.

A reunião da comissão de planejamento é rica no exame das soluções táticas e se concentra na necessidade de clareza e firmeza de nossa posição (que deveria não causar surpresas, com pré-avisos e conversas, nem aos cubanos nem aos americanos), na reflexão profunda sobre as conseqüências do episódio cubano para o sistema interamericano e sobre a relação entre o que ocorre em Cuba e na vida interna dos vizinhos. Neste aspecto, San Tiago afirma que a destruição, pela violência, do re-

gime criaria reações de ordem interna “inteiramente incuráveis (...) e a transformação da luta política no hemisfério em luta ideológica”. Araújo Castro comenta, com agudeza, que, com Cuba, o comunismo na América Latina encontraria, finalmente, um tema continental.

Mas, a ligação entre o interno e o internacional é posta, quando San Tiago indaga: “Estamos na hora de escolher os nossos inimigos. Estou me referindo aos nossos inimigos internos. Por meio de três ou quatro atitudes tomadas, dizer de quem é que queremos receber pedradas?”. É, justamente ao levantar as implicações para a política interna, que San Tiago, quase ao final da reunião, toca um dos problemas centrais da ação política moderna: como interpretá-la para a opinião pública. Faz, então, uma profunda e interessante avaliação, quase confessional, da sua própria posição. Quando o embaixador Valle diz que o “melhor seria poucas pedradas de um lado só”, Santiago responde:

Nossa situação é delicada. Em relação à política externa brasileira, estamos mais ou menos assim: não temos restrições no seio das forças armadas. Tenho conversado com o general Segadas Vianna, com o ministro da Marinha, com alguns almirantes e tenho ouvido também um pouco a Aeronáutica, através do Brigadeiro Travassos e de dois ou três brigadeiros. O reatamento (com a URSS) não produziu efeito negativo nas classes armadas. No seio do povo, a política externa é bem aceita. Não é muito popular porque a do governo Quadros era mais. Hoje, falta à política externa um intérprete que tenha reputação muito afirmativa no país. O presidente João Goulart não responde pela política externa. O Tancredo Neves tem sido muito omissivo na política externa. Em relação a mim, porque a posição do ministro do Exterior é muito limitada e também porque não sou muito esse tipo de homem público. Sou mais visto como homem de habilidade de posições do que de extremar posições.

Logo em seguida, no mesmo tema e em diálogo com Araújo Castro, outra observação que vale sublinhar. A perspectiva de crise do sistema interamericano é grave e não deixaria de ser um “fracasso”. Castro diz que “nós não temos coragem do fracasso. A tendência geral do governo, por conveniência política, é achar que determinada política tinha sido um sucesso, quando não tinha. Não acho inconveniente em dizer que estamos preocupados, que não vemos solução”. E a resposta de San Tiago é realmente única, já que elabora sobre uma questão raramente aberta pelos condutores de políticas públicas: a hipótese de fracasso e como assumi-la.

Nossa vitória consistirá em irmos pouco a pouco abrindo mão desse sucesso perante a opinião pública, que foi a marca do governo Jânio Quadros e que sinto que, de vez em quando, nos impressiona. Porque, às vezes, esse sucesso corresponde a uma linha errada. Não é sempre o prêmio de uma boa política. O grande benefício que nos trouxe foi de *flatter* um pouco o amor-próprio.

Ao comentar sobre de onde vêm as “pedradas”, fica muito clara a consciência, por parte de San Tiago e do núcleo decisório, de que a PEI estava em processo de passar da coluna dos ativos para a dos passivos e de que já não haveria tanto a ganhar de atitudes que tinham gerado dividendos políticos para Jânio Quadros. E, mais, talvez fosse uma ilusão a idéia de que poderiam escolher os inimigos, quando, em política, já se disse, o que normalmente ocorre é o contrário.

É provável que haja outras anotações ou documentos sobre a preparação da reunião de consulta, mas, se existirem, não estão colecionados na mesma caixa onde foram encontrados os da comissão de planejamento. Porém, a revisão das atas dos Colóquios da Casa das Pedras e os dois textos da comissão oferecem uma idéia clara sobre os métodos de trabalho de San Tiago e da construção dos argumentos diplomáticos em uma época de grandes desafios para a política externa brasileira. De fato, desde Juscelino, o Brasil vinha mudando e, claro, a política externa deveria refletir o novo rosto brasileiro. Juscelino ensaia os primeiros passos de um novo modelo de “afirmação nacional” com a OPA, em que passamos a “criar” políticas, mas é Jânio quem, inegavelmente, consolida as novas orientações, com a Política Externa Independente. Arinos, com Jânio, San Tiago e Araújo Castro, com Goulart, dão consistência e rigor ao argumento diplomático. Simplesmente se procurou fazer boa diplomacia, com base em princípios e sentido pragmático. Mais presença no mundo significa mais desafios, sobretudo num mundo em que as polarizações leste-oeste entravam, com Cuba, pela porta da frente da América Latina. Era importante que tivéssemos uma política externa consistente, que lesse com inteligência o que deveríamos projetar no mundo e o que era o mundo. San Tiago foi mestre nesse exercício. De fato, haverá muitas maneiras de ler os documentos a seguir transcritos. Mas, certamente, uma das que ressalta, sobretudo para olhos diplomáticos, é a dignidade e a racionalidade com que San Tiago encarou os desafios que teve de enfrentar.

SECRET

(Destas séries de documentos estão sendo tiradas quatro cópias numeradas)

COLÓQUIOS DA CASA DAS PEDRAS

1º A 5 DE NOVEMBRO DE 1961

367

1ª SESSÃO

NOITE DE 1º DE NOVEMBRO

A primeira sessão começou às 22 horas e terminou às 2 horas do dia 2 de novembro. Inicialmente, foi assentada a agenda das discussões, que é a seguinte:

- 1) Viagem à Argentina;
- 2) Aliança para o Progresso;
- 3) Cuba;
- 4) Reatamento com a URSS;
- 5) ALALC;
- 6) Revisão da política sobre Angola;
- 7) Instruções à ONU;
- 8) Bolívia;
- 9) Política cultural, especialmente na África;
- 10) Alemanha e Berlim;
- 11) China.

Viagem à Argentina

Decidiu-se examinar, em primeiro lugar, a questão da viagem do ministro de Estado à Argentina. Sobre este tema, estabeleceu-se a seguinte agenda:

- a) discurso do ministro de Estado na Academia Nacional de Direito;
- b) agenda das conversações com as autoridades argentinas, em dois períodos de duas horas e meia cada;
- c) cobertura de imprensa;
- d) condecorações.

Sobre o discurso, o embaixador Carlos Alfredo Bernardes enunciou alguns pontos considerados importantes para ser objeto do pronunciamento brasileiro. Em primeiro lugar, referência ao que historicamente já ocorreu no local do pronunciamento, discursos de personalidades, Rui Barbosa, etc. Em segundo lugar, a idéia de que os argentinos se unam a nós numa política comum. Os acontecimentos nos levaram a isso. De-

pois, um *tour d'horizon* sobre a situação do mundo; diminuição da área democrática; perigo de guerra total; caráter absoluto da paz; idéia de que a sobrevivência é a única política (“a manutenção da paz e sobrevivência”), etc. Outro tema importante é a questão do desenvolvimento econômico. Referência ao aumento do *gap* entre as nações subdesenvolvidas e as grandes potências industrializadas e superdesenvolvidas cientificamente. A tremenda quantidade de recursos que são necessários hoje para o progresso econômico e científico das nações. Não somente esse progresso exige somas colossais de investimentos em estudos, pesquisas, etc., como a soma de conhecimentos acumulados pelas grandes potências nos seus grandes centros de pesquisa e universidades é tão grande que mal pode ela ser explicada aos países subdesenvolvidos. As projeções do STAP¹. “Se caminharmos juntos é difícil; se caminharmos separados é impossível”. Em quinto lugar foi mencionada a questão da não-intervenção como um dos princípios supremos na convivência interamericana. A não-intervenção é, em si, um princípio. A concordância com qualquer violação desse princípio estabeleceria como que um segundo princípio, o de que é possível violar a não-intervenção. Quem ditaria as condições e a conveniência da aplicação desse segundo princípio, o perigo disso? O secretário Castro Alves lembrou a Convenção de Montevidéu sobre não-intervenção, em 1933; declaração assinada em Buenos Aires, em 1936, durante a Conferência da Consolidação da Paz; conceito contido no recente relatório da Comissão Jurídica Interamericana sobre o princípio da não-intervenção, “sem o qual não pode haver igualdade jurídica dos Estados nem pode haver comunidade organizada de Estados soberanos”.

Em sexto lugar, a questão da democracia. O ministro San Tiago Dantas sustentou a conveniência de assinalar a pobreza das soluções políticas, no campo socialista. Enquanto seu progresso tecnológico é enorme, enquanto se poderia afirmar que há progresso talvez até mais rápido dentro de um caminho socialista, o “projeto político” do socialismo é paupérrimo. O embaixador Bernardes lembrou a conveniência de que constasse referência, em forma adequada, ao fato de que a união conseguida, à força, pela União Soviética, com relação a seus aliados da Europa Oriental, é o ponto fraco, o calcanhar de Aquiles do sistema.

Em sétimo lugar mencionou-se a conveniência de que constasse, ou não, referência aos atos de Uruguaiana, a questão do processo de ra-

1 N.E. – Scientific and Technical Advisory Panel.

tificação desses atos. Seria interessante verificar, logo que possível, a posição exata em que se encontra, no Congresso brasileiro, um dos atos de Uruguaiana. São quatro os atos de Uruguaiana:

- a) Convênio de Amizade e Consulta, ato formal que depende de ratificação dos respectivos Congressos (o único dessa qualidade);
- b) Declaração Conjunta dos dois presidentes;
- c) Declaração Econômica Conjunta dos dois governos;
- d) Programa Cultural, aprovado pelos chanceleres Arinos e Taboada.

A discussão sobre o discurso concluiu mais ou menos da seguinte forma: de um lado, o embaixador Bernardes salientava a possível conveniência de que o discurso tivesse uma idéia-força, que praticamente constituísse o grande motivo do pronunciamento. Essa idéia foi posta em discussão, tendo-se finalmente chegado à conclusão de que o discurso apresentaria os vários tópicos sem uma idéia-força *novedosa*, mas que todos os pontos seriam importantes e talvez devessem ter ênfase especial a idéia de “união aberta”, a democracia, o fato de que não há problemas entre Brasil e Argentina, que aqui estamos para continuar nossa amizade tradicional etc., fazendo-se referência à superação de dificuldades históricas.

O deputado Archer expôs idéias sobre a conveniência de que o discurso não se destinasse a apresentar um *leit-motiv* único.

2ª SESSÃO

MANHÃ DE 2 DE NOVEMBRO

Viagem à Argentina

Prosseguiram as discussões relativas a aspectos da viagem à Argentina. Iniciou-se com a questão da cobertura de imprensa. O ministro de Estado preparará o discurso na Faculdade de Direito, o qual será traduzido, ainda aqui no Rio, para o espanhol e para o inglês. O discurso será levado para a Argentina e seu texto em inglês será remetido para a embaixada em Washington, a fim de distribuí-lo como *press release*.

Em princípio, irão os seguintes jornalistas: Hermano Alves, do *Jornal do Brasil*; Luís Antônio Villas Boas, do *Estado de São Paulo*; Gildo Lopes, do *Correio da Manhã*; Fernando Jacques, da Rádio Nacional; e um representante dos Diários Associados e *Meridional*. Será feito um contato prévio, no Rio, com as três grandes agências noticiosas internacionais e será recomendado serviço de radiofoto.

Quanto à lista dos integrantes da missão que vai à Argentina, ficou assentada a seguinte relação: ministro San Tiago Dantas; Cardim²; Levy Carneiro; reitor da Universidade de Minas (Orlando Carvalho); Henrique Valle; Mario Borges da Fonseca; João Carlos Fragoso; Rubens Ricupero; brigadeiro Salvador Lizarralde; André Mesquita; Dário Castro Alves; comandante e co-piloto do *Viscount*; Aloísio Salles; Hugo Coelho; Cotrim³ (talvez).

O ministro De Vicenzi preparará lista completa e com os nomes corretos. André Mesquita e Dário iriam alguns dias antes.

Discutiu-se, em seguida, o problema da assinatura de atos em Buenos Aires. Serão, em princípio, assinados dois tratados: assistência judiciária e extradição. A respeito do tratado de extradição, o ministro San Tiago Dantas deverá conversar pessoalmente com ministro Alfredo Nasser a respeito de alguns pontos, pois conveio-se em que não serão necessárias as mudanças propostas pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. Documento muito importante será, também, a declaração conjunta dos dois chanceleres. Mais ou menos o seguinte poderia estar incluído na declaração conjunta: “O Brasil e Argentina, nos quadros da Aliança para o Progresso, se dispõem a cooperar com o desenvolvimento econômico dos países vizinhos, unindo os seus esforços financeiros na execução de quaisquer projetos, sejam eles elaborados pelo Brasil ou pela Argentina...”. Trata-se apenas de uma questão de princípio.

O embaixador Henrique Valle lembrou que devemos pensar em meios concretos de implementar o sistema de consultas. Seria como que criado um mecanismo permanente, constituído de membros natos, que seriam funcionários das embaixadas nos dois países e funcionários das chancelarias encarregados dos setores respectivos e, talvez, funcionários representantes de outros setores da administração. De qualquer maneira, dar-se-ia um prazo concreto para criar o mecanismo que pusesse em vigência o sistema de consulta previsto em Uruguiana.

2 N.E. – Elmano Cardim.

3 N.E. – Possivelmente, John Cotrim.

Aventou-se a idéia de que, se Brasil e Argentina se dispusessem a colaborar reciprocamente em seus projetos financeiros com relação aos vizinhos, daí poderia decorrer a vantagem comercial para o Brasil, onde seriam feitas as compras relativas a tal ou qual projeto, mais do que na Argentina. Pensar nessa dificuldade eventual que os argentinos levantariam.

Falou-se, também, na questão Peru-Ecuador. Deveríamos conversar sobre este assunto na Argentina e o ministro San Tiago Dantas lembrou que, ao inconformismo do Ecuador com o *status quo*, oporíamos como que um lenitivo: Brasil e Argentina se interessariam por problemas econômicos do Ecuador e iríamos cooperar para solução de alguns de seus problemas. Isso seria matéria de uma declaração de princípio, etc.

Ficou encerrada a questão da viagem à Argentina.

Angola

O ministro San Tiago Dantas propôs, em seguida, a consideração da questão da posição do Brasil diante de Angola. Assinalou que perdemos um pouco o compasso, pois o primeiro-ministro Tancredo Neves viaja hoje e o problema de ele enviar uma carta a Salazar não está ainda assentado definitivamente. Mas ainda está em tempo e a carta deve ser objeto de nossa consideração.

A seguir, o ministro San Tiago Dantas assinalou o seguinte:

- a) sabemos que temos grande reação contrária no Senado. Salazar tem tido êxito em “capturar”, para sua área, senadores brasileiros. O exemplo de V.: “em Angola, estou com Salazar”;
- b) dificuldades nas Nações Unidas. Afonso Arinos quer manter, com certa rudeza, a sua política anticolonialista;
- c) o embaixador Negrão parece bem orientado e seu relatório é bastante interessante;
- d) não pode escapar a nós – o que parece ter escapado ao presidente Jânio Quadros – o quadro de forças em Angola. O partido mais forte em Angola é a UPA, de Roberto Holden⁴. Esse partido é racista negro. Quanto ao MPLA, tem certo colorido socialista, mas é mais intelectual do que, propriamente,

4 N.E. – Álvaro Holden Roberto.

político. Não apresenta chances de dominar. Seria uma levianidade favorecer um movimento racista negro na Angola. Por que abandonarmos a tese de que a cultura portuguesa deve permanecer em Angola? Devemo-nos interessar pela preservação do foco de cultura europeia em Angola.

Na carta a Salazar, o Brasil se mostraria absolutamente consciente de que o maior perigo para a cultura portuguesa seria uma política de intransigência, a qual acabaria por levar a condições mais explosivas ainda em Angola. Talvez até pensássemos na idéia de uma federação para resolver um complexo problema: Portugal não pode dar às colônias portuguesas mais facilidades ou mais liberalidades democráticas do que aquelas que existem na própria metrópole.

De fato, temos de ter o cuidado, na carta, para não darmos a idéia de que estamos “entrando na casa” de Portugal, invadindo seus domínios, etc. Na verdade, perdemos alguns meses: entre a visita de Arinos a Portugal e a presente sessão da Assembléia Geral da ONU é que deveria algo ter sido feito.

O embaixador Bernardes lembrou quão imutável e intransigente é a política portuguesa nesta questão. Os ingleses tentaram algo, mas não conseguiram qualquer progresso. É verdade que, para nós, muito importante é que não fiquemos mal. Nossa conversa com Salazar tem, sobretudo, o objetivo de nos dar elementos de defesa perante nossa opinião pública. Que fique claro que nós fizemos algo, “mas os portugueses é que não quiseram conversa”. O ministro San Tiago Dantas disse que o Brasil não se sente em condições de votar a favor de Portugal, se a atitude de Portugal é rígida; se Salazar se flexibilizasse um pouco, iríamos a seu encontro, pois muito tememos que haja um forte movimento contra a cultura e a civilização portuguesas na África. É preciso que haja um certo progresso de Portugal em direção à flexibilidade. O embaixador Bernardes lembrou que, nas conversações do embaixador Rocheta em Londres, um muito leve sinal – de que os portugueses poderiam tender a um mínimo de flexibilidade – foi dado quando Rocheta aludiu à hipótese de que, em Angola, acontecesse algo na linha do tipo de solução histórica brasileira. O ministro Escorel indagou qual a penetração da cultura portuguesa na Angola? Será como a francesa na Argélia? O ministro San Tiago Dantas assinalou que o relatório do embaixador Negrão fala até numa certa preferência por cultura brasileira. O embaixador Bernardes lembrou, no caso, a “posição geográfica” de Angola. O ministro San

Tiago Dantas disse que o embaixador Bernardes e o ministro Maury Valente vão fazer um exame dos termos da carta a Salazar.

A seguir, o ministro San Tiago Dantas passou em revista os possíveis efeitos da carta:

- a) na política interna, mostrar que o Brasil quis fazer algo, “Salazar é que não quis nada”. Posição defensiva;
- b) perante a opinião pública portuguesa: a carta deve defender e exaltar o povo português;
- c) a carta será, em princípio, a substância do discurso do senador Afonso Arinos;
- d) no momento em que Arinos falar na ONU, teremos aqui, certamente, uma interpelação no Congresso. Aí faríamos nossa defesa;
- e) é débil posição dizer que o Brasil vota contra Portugal apenas por coerência de política anticolonialista;
- f) nossa posição poderá ter elogios de outros países;
- g) o embaixador Gibson lembrou que deveríamos aludir à necessidade de uma solução, a fim de evitar a chacina que existe em Angola. Conveio-se em que este é um importante argumento interno, para nós, mas talvez não devesse constar da carta a Salazar.

O ministro San Tiago Dantas disse que devemos instruir o senador Afonso Arinos sobre o que pensamos. As seguintes idéias foram, então, aventadas:

- a) o Brasil co-patrocinaria um projeto mais suave do que o afroasiático;
- b) o Brasil poderia mesmo pensar em apresentar um projeto suave para ser debatido, após o que aprovaríamos o outro projeto apresentado na ONU;
- c) o ministro San Tiago Dantas poderia, talvez, ir a Nova York e apresentar o projeto brasileiro sobre Angola;
- d) o projeto poderia ser redigido aqui e encaminhado ao senador Afonso Arinos;
- e) se o projeto brasileiro fosse rejeitado, a posição do Brasil com relação aos outros projetos seria de abstenção.

Foram ventiladas, a seguir, algumas idéias que deveriam estar contidas no projeto brasileiro, tendo o embaixador Gibson começado a leitura dos considerandos de uma idéia de projeto.

3ª SESSÃO

TARDE DE 2 DE NOVEMBRO

Angola

Foi lido pelo ministro de Estado o projeto de telegrama ao senador Afonso Arinos. O telegrama inclui em seu texto o projeto de resolução feito pelo embaixador Gibson. O telegrama e o projeto foram amplamente debatidos e revistos durante duas horas e estão apensos à presente ata.

Ficou finalmente combinada a seguinte tática: o ministro de Estado levará o projeto às comissões pertinentes da Câmara e Senado, ao presidente João Goulart e ao primeiro-ministro Tancredo Neves. Isto será feito com toda a brevidade. A posição brasileira será, portanto, negociada pelo chanceler com o Poder Legislativo e os altos poderes da República. O embaixador Otávio Dias Carneiro levará cópia dessa minuta de telegrama e do projeto de resolução para o senador Afonso Arinos (“carta de prego”).

Uma vez que o ministro San Tiago Dantas já tenha reação dos poderes consultados, iniciará, imediatamente, consulta com o embaixador de Portugal no Rio de Janeiro. Daí em diante, será aguardado o desenvolvimento da situação.

Aliança para o Progresso

O secretário Castro Alves leu um memorando do ministro George Maciel sobre o andamento da Aliança para o Progresso no Brasil. Pouco está feito, segundo o memorando. O embaixador Dias Carneiro fez ampla explicação aos presentes sobre o decreto assinado pelo presidente Jânio Quadros, a 23 de agosto último, pelo qual foi criada a comissão de planejamento. Em sua opinião, deveria o governo tocar para a frente o andamento dessa comissão, que já tem membros nomeados e cujo secretário-executivo é o senhor José Luís Bulhões Pedreira. Naturalmente, o decreto do presidente Jânio Quadros deve ser adaptado à atual situação

político-administrativa brasileira. O embaixador Bernardes, o deputado Renato Archer e outros assinalaram a máxima importância de dar início a essas atividades. O ministro de Estado decidiu buscar contato imediato com o senhor Bulhões Pedreira, a fim de promover andamento de tudo o que disser respeito à Aliança para o Progresso no Brasil. O embaixador Otávio Dias Carneiro sugeriu a imediata instalação da comissão de planejamento no 9º andar do edifício do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. O antigo conselho de planejamento, pelos termos do decreto do presidente Quadros, deve suprir pessoal e material para as atividades da nova comissão de planejamento. Impõe-se considerar o problema de verbas para os trabalhos da comissão de planejamento.

[*Anexo 1*]

Minuta de telegrama à
XVI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas

Resposta ao seu telegrama. A conversa que teve com Vossa Excelência o ministro do Exterior de Portugal deixou patente, sem dúvida alguma, a intransigência da posição portuguesa em relação ao caso de Angola. É verdade que o embaixador Rocheta, como já tive oportunidade de comunicar a Vossa Excelência em telegrama anterior, teve uma frase sobre o assunto, em conversação mantida no Foreign Office, que deixa entrever a possibilidade de ser a emancipação de Angola aceita por Portugal como o desfecho de um processo histórico inevitável. Não creio, entretanto, que seja de prever qualquer modificação de atitude do governo português capaz de permitir-nos uma linha fecunda de cooperação com Portugal, no encaminhamento do problema perante as Nações Unidas. Por outro lado, tomo a liberdade de recordar a Vossa Excelência as dificuldades internas que encontrou, durante a sua brilhante gestão no Itamaraty, para concretizar o voto brasileiro, tendo em vista as reações da opinião pública nacional e a impressão produzida por essas reações sobre diversos setores do nosso governo, notadamente sobre o Congresso, mas também sobre o Executivo. Recordo a abstenção que Vossa Excelência foi levado a recomendar, depois que a sua visita a Lisboa dera integral satisfação às disposições do Tratado de Consulta e parecia haver removido os últimos entraves à retificação da linha brasi-

leira. Não são menores, no momento atual, as dificuldades a que tenho de fazer face. No Congresso Nacional e, especialmente, no Senado, são sensíveis as simpatias pela causa portuguesa e o governo Salazar se tem mostrado disposto a convidar vários senadores para visitarem a Angola e transmitirem com inteira liberdade ao povo brasileiro o resultado de suas observações. Tudo isso me leva a solicitar a colaboração de Vossa Excelência e especialmente o emprego de seu alto tino diplomático, para que sigamos – na discussão e votação do caso de Angola – uma linha, em que se concilie, tanto quanto possível, a nossa decisão, já tomada, de firmar uma posição anticolonialista com o nosso zelo pelas reações da opinião pública, tanto brasileira como portuguesa, pois, como é do conhecimento de Vossa Excelência, a própria oposição em Portugal é contrária à emancipação imediata de Angola e assim robustece indiretamente as teses defendidas com intransigência pelo governo Salazar. Também me preocupa o fato de que o favorecimento puro e simples dos movimentos pela independência de Angola, notadamente da UPA, possa constituir, até certo ponto, uma grave omissão do Brasil na defesa dos valores da civilização portuguesa, condenados ao desaparecimento na Angola, se esta se transforma num Estado racista, puramente negro, ao emancipar-se. Estou, aliás, convencido de que a posição intransigente adotada pelo governo Salazar constitui hoje um fator de exacerbação, que agrava consideravelmente os riscos a que se acha exposta a cultura portuguesa na África Atlântica e que qualquer modificação de sua atitude, no sentido da maior flexibilidade e da adoção de uma fórmula política evolutiva, poderia servir para preservar aquilo que a sua irredutibilidade tão gravemente ameaça. Nesse espírito foi concebida a carta que o presidente do Conselho, senhor Tancredo Neves, ainda não enviou, mas enviará na próxima semana ao senhor Oliveira Salazar. Não pretendemos divulgar, ao menos por ora, o texto dessa carta, que transmitiremos, entretanto, a Vossa Excelência, para seu governo, em telegrama confidencial. Nesse documento, o chefe do governo brasileiro afirmará ao senhor Salazar que o Brasil está pronto a entender-se com Portugal, no tocante a Angola, e a reajustar a sua linha de conduta internacional, desde que o governo português abandone a sua atual posição de intransigência e irredutibilidade e admita a necessidade de procurar uma solução para o caso, no arsenal largamente diversificado das soluções políticas que outros países europeus propuseram, com êxito, para os seus problemas no ultramar. Aceita, em princípio, pelo governo português esta modificação de atitude, que envolveria o apoio da metrópole à emancipação progres-

siva da nação angolana, o Brasil estaria disposto a enviar a Lisboa, pela segunda vez, o seu ministro do Exterior, desta vez para concertar uma ação conjunta em face dos projetos de resoluções apresentados à ONU. Não sei se a carta do *premier* Trancredo Neves chegará a Lisboa e alcançará resposta antes que Vossa Excelência tenha necessidade de pronunciar-se na ONU sobre a questão de Angola. É possível que a demora, a que fomos obrigados por diversas circunstâncias, torne este procedimento intempestivo e que o voto brasileiro tenha de definir-se antes que possamos saber se o senhor Salazar se mantém inacessível às nossas sugestões, ou se, pelo contrário, está disposto a recebê-las. Por esse motivo, penso que devemos examinar, desde já, a conduta a ser adotada por Vossa Excelência em face dos projetos de resolução que serão apresentados à comissão política. Segundo as informações que nos foram transmitidas, a delegação dos Estados Unidos não tomará a iniciativa de um projeto de resolução, senão depois de conhecer o projeto que será apresentado pelos afro-asiáticos. Supõem os americanos que estes apresentarão um projeto extremamente prático e que caberá aos Estados Unidos oferecer um segundo, em forma mais atenuada. Por mais atenuada que esta seja, é pouco provável que deixe de representar sério agravo à opinião pública de Portugal e, assim sendo, o nosso voto puro e simples em favor da proposta americana pode suscitar reações que não desejamos, tanto em Portugal como no Brasil. Daí a idéia de tomarmos, nós mesmos, a iniciativa de um projeto de resolução, logo após a apresentação do projeto afro-asiático. Este projeto brasileiro, provavelmente fadado à não-aceitação, teria um sentido de grande transcendência para a nossa política interna e para as nossas relações com Portugal. Seria, em primeiro lugar, um projeto – por mim levado ao exame da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e do Senado na próxima semana, a fim de conciliar, em torno dele, as reações dos círculos políticos dominantes no país – e representaria a nossa linha de boa vontade e compreensão para com Portugal, sem prejuízo da coerência de nossa posição anticolonialista. Na verdade, como bem sabe Vossa Excelência, nem os projetos mais contumeliosos, nem o projeto de forma mais suave que sugerimos, representa uma solução da questão angolana, mas apenas um julgamento da posição portuguesa e uma preparação da opinião internacional. É plenamente aceitável, por conseguinte, que o Brasil afirme, sob linguagem mais recatada, os mesmos princípios e propósitos que outros afirmam de forma mais crua e direta. O discurso de Vossa Excelência na Assembléia será, estou certo, a expressão hábil e

construtiva de todas essas preocupações, pois ninguém mais do que Vossa Excelência, com a sua dupla sensibilidade de diplomata e de historiador, sentirá a projeção histórica do pronunciamento brasileiro numa hora em que se delinea o futuro da cultura portuguesa nos territórios africanos. Apresentado o projeto brasileiro, é provável, senão certo, que não encontre eco junto às delegações afro-asiáticas, embora possivelmente a Grã-Bretanha, com quem vimos mantendo assídua troca de idéias sobre o assunto, tenha para com a nossa sugestão uma atitude de apoio ou pelo menos de compreensão. A posição portuguesa em face da proposta brasileira será decisiva para orientar o nosso voto na fase ulterior dos debates. Na hipótese, da qual não devemos desesperar, de que Portugal, compreendendo o alcance de nossa iniciativa, se dispusesse a apoiá-la nos debates, acredito que essa atitude abriria novas perspectivas ao desenvolvimento ulterior do caso e justificaria que o Brasil se abstivesse, uma vez mais, na votação de outros projetos de resolução. Se, porém, Portugal rechaçar o projeto por nós oferecido com tal espírito construtivo, ficaremos livres para votar o projeto de resolução que venha a exprimir a média da opinião, mas ainda assim recomendo a Vossa Excelência que transmita a esta Secretaria de Estado, antes de dar o seu voto, o texto integral de tal projeto de resolução. Passo agora a transmitir a Vossa Excelência o texto do projeto, ainda em estudos no Itamaraty, cuja apresentação deveria ser feita por Vossa Excelência, como proposta brasileira, uma vez conhecido o projeto dos países afro-asiáticos. Muito estimaria que Vossa Excelência me fizesse saber a sua opinião sobre esse texto para que, depois de conhecê-la, possamos tornar a sua adoção definitiva. É o seguinte o texto do projeto:

A Assembléia Geral, tendo em vista a Resolução n. 1.603 (XV); considerando que não há ofensa para a soberania de nenhum país em aceitar a presença de uma comissão de averiguação (*fact finding committee*) estabelecida pelas Nações Unidas; notando que o governo português houve por bem não permitir o acesso a Angola do subcomitê criado pela Resolução n. 1.603 (XV):

1. formula um apelo a Portugal no sentido de que ofereça todas as facilidades para que o subcomitê possa cumprir a tarefa que lhe for cometida pela Assembléia Geral;
2. expressa a esperança de que Portugal, inspirando-se na valiosa e diversificada experiência de soluções pacíficas efetivas, já adotadas

por outros Estados europeus na África, tome medidas para fornecer condições adequadas em Angola para o oportuno exercício da auto-determinação.

Receba Vossa Excelência uma vez mais a reafirmação da confiança do governo no tato e na lucidez com que Vossa Excelência, em matéria tão delicada para o nosso país, certamente conduzirá a nossa delegação.

Exteriores

4ª SESSÃO

NOITE DE 2 DE NOVEMBRO

A sessão foi presidida pelo embaixador Carlos Alfredo Bernardes. O objetivo foi passar em revista as instruções políticas para a delegação do Brasil à XVI Sessão da Assembléia Geral da ONU. De um modo geral, recomendou-se a aprovação das instruções, com alterações, devidamente anotadas pelo secretário Castro Alves, nos seguintes pontos:

- 1) Angola: preparar minuta de telegrama para o senador Afonso Arinos, referindo-se à minuta de instruções, das quais será portador o embaixador Dias Carneiro.
- 2) Províncias Ultramarinas de Portugal: dizer à delegação brasileira que este assunto está, para nós, vinculado à questão de Angola e que nos consulte sobre qualquer projeto específico.
- 3) Reformas às instruções sobre a questão do funcionalismo internacional do Secretariado das Nações Unidas, distribuição geográfica, eleição do Secretário-Geral e escolha dos subsecretários.
- 4) Questão da prevenção da disseminação das armas atômicas: será expedido telegrama à delegação do Brasil para dizer que informe sobre os termos do projeto que, sobre o assunto, deverá submeter a delegação da Irlanda. Se o projeto for em termos aproximados aos dos anos anteriores, a delegação do Brasil dará seu apoio ao mesmo.

5ª SESSÃO⁵

MANHÃ DE 4 DE NOVEMBRO

Ministro Miguel Osório – (...) Isso nos leva a uma situação clara. O Brasil tem menos interesse do que a Argentina em reunir mercados. Mas o Brasil pode beneficiar-se de uma reunião de mercados. Os 9 bilhões da Argentina com os 16 do Brasil são 25 bilhões de dólares. Será um mercado equivalente ao que era a França antes da guerra. Já é um mercado plenamente acessível para todas as escalas industriais. A reunião dos dois mercados, feita com inteligência, seria um benefício enorme para ambos. Eu gostaria mais se o senhor pudesse me dar o esquema de raciocínios para que eu pudesse trabalhar um pouco nos dados.

Ministro San Tiago Dantas – O esquema de raciocínio é o seguinte: desejaríamos demonstrar que existe uma oportunidade de interesses entre Argentina e Brasil, resultante, em primeiro lugar, de certos perigos comuns – como são aqueles que resultam do que vimos outro dia no STAP – no tocante à projeção do comércio externo dos dois países e, segundo, da competição do Mercado Comum Europeu, pois que o Mercado Comum ameaça, de um lado, a carne e, de outro lado, o café e os nossos produtos em geral. Gostaríamos de mostrar as vantagens que resultariam de uma maior união de nossos esforços, vantagens que seriam, em primeiro lugar, para os dois países e, em segundo lugar, para o hemisfério. Mostraríamos o reflexo dessa coordenação dos esforços do Brasil e da Argentina para o bem-estar geral do hemisfério e de integrarmos também esses benefícios numa dimensão mais ampla, que seria mundial. Gostaríamos de mostrar a inexistência de razões para que “um país tenha medo de outro”. E mostrar que os dois países, juntos, podem levar uma substancial cooperação ao desenvolvimento dos outros países. Isso é mais para fins das negociações a que procederemos, ou para uma frase geral no discurso. Na ordem das negociações, desejaríamos propor à chancelaria argentina que destruíssemos os pontos de emulação que hoje existem entre Argentina e Brasil no Paraguai, na Bolívia, no Uruguai e em outros lugares, onde esses países procuram contrapor projetos

5 No original, acima do subtítulo: “Nota explicativa: as minutas desta ata, na parte em que se refere ao ministro Miguel Osório, foram por ele revistas. Esta ata, por ter sido a sessão longa e com intervenções variadas e entrecruzadas, está longe de ser perfeita. Serve mais como roteiro ou lembrete das discussões ocorridas”.

apoiados pela Argentina a projetos apoiados pelo Brasil; superássemos essa fase de antagonismo unindo os esforços de Argentina e Brasil na ajuda aos mesmos projetos. Por exemplo, nesses países há sempre uma estrada de ferro, que o Brasil ajuda; uma estrada de ferro, que a Argentina ajuda; uma estrada de rodagem, que o Brasil constrói; uma estrada, que a Argentina apóia, etc. Queremos propor a eles que, dentro do programa da “Aliança para o Progresso”, a Argentina e o Brasil transmitam, de sua parte, ajuda a países mais atrasados, seus vizinhos. Assim sendo, deveríamos fazer isso juntos e não competitivamente. Com isso, ficamos mais unidos.

Ministro Miguel Osório – Não estou vendo ninguém aqui que tivesse estado em Punta del Este. Essa idéia foi combatida pelos pequenos em Punta del Este, liderados pelo Uruguai: a idéia de um subimperialismo na América Latina, que Brasil e Argentina se estavam preparando para absorver a quase totalidade da assistência americana, e que esses dois países passariam adiante o que os pequenos consideravam as sobras dessa assistência. Isso levou a quase situação de impasse na conferência. Houve momentos em que os uruguaios anunciaram praticamente uma retirada, porque era totalmente inaceitável. Foram necessários aqueles programas de emergência, que, aliás, foram feitos para não funcionar normalmente, pois os países foram convidados a apresentar, dentro de 60 dias, programas de 1 bilhão de dólares, entendendo-se que esses programas seriam considerados e financiados. Nenhum país apresentou programa. Uruguai apresentou programa para construção de um hospício. A verdade é que essa idéia de Brasil e Argentina receberem ajuda e passarem adiante, encontrará tremenda resistência da parte dos pequenos e enorme simpatia da parte da Argentina, que estava insistindo por ela. A resistência dos pequenos e a antipatia pela tese são enormes, havendo mesmo, em certos momentos, criado impasses e tendo sido anunciado o *walk-out* do Uruguai e outros pequenos. O senhor terá uma simpatia transbordante da parte dos argentinos. No momento atual, se está realizando uma conferência em Montevideu sobre a área de livre comércio, uma negociação sobre produtos específicos a serem incluídos nessa área. Essa área, de certa forma, já traz isso que, numa forma mais limitada, o senhor está sugerindo para Brasil e Argentina. Para muitos, poderá parecer um retrocesso essa fusão dos mercados argentino e brasileiro, quando já existe uma área livre muito mais ampla e que almeja esse mesmo resultado por associação de comércio.

Ministro San Tiago Dantas – Mas o que estamos enfrentando lá, segundo depoimento do nosso representante e do secretário executivo, é a extrema suspicácia da Argentina, que não vem facilitando o desenvolvimento desse sistema e fazendo “corpo duro” para não deixar a coisa caminhar. Então, temos a impressão de que esse trabalho para eliminar a prevenção no tocante a Brasil e Argentina irá, todo ele, ser investido beneficentemente na ALALC.

Ministro Miguel Osório – A vantagem talvez fosse negociar com os argentinos, porém, nos termos mais amplos da zona livre. O produto nacional bruto de todos os países latinos é da ordem de 57 bilhões de dólares, enquanto que dos países membros da ALALC (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Peru, México e Colômbia) atinge cerca de 45 bilhões de dólares, isto é, aproximadamente 80% do total.

O terceiro grande impacto é o México, que está na ALALC. Juntando-se Argentina, Brasil e México, perfazem aproximadamente 35 bilhões de dólares – 77% da ALALC e 61% do total. Os outros países são marginais.

Ministro San Tiago Dantas – Seria muito importante conseguir que a Venezuela entrasse para a ALALC.

Ministro Miguel Osório – Somos grandes fregueses de petróleo venezuelano. Estamos em situação de não poder pagar, de modo que, se os obrigássemos a aceitar produtos brasileiros, seria muito importante. A Venezuela ou será um país americano integrado nesse complexo, ou vai ficar quase fora da América Latina, economicamente. Quanto mais tarde entrar, mais dificuldades terá para usufruir os benefícios desse mercado.

Ministro San Tiago Dantas – Pediria ao ministro Miguel Osório que nos fizesse uma exposição sobre coisas da Argentina.

Ministro Miguel Osório

1. Aspecto demográfico: a Argentina tem 21 milhões, enquanto o Brasil está com 73 milhões. A taxa de crescimento é da ordem de 1,9% para eles e de 3,3% para nós. A Argentina deverá ter aproximadamente 28 milhões de habitantes em 1975; o Brasil terá 110 milhões e, em 1980, estaremos com 140 milhões.

2. Projeções comparativas do produto nacional bruto brasileiro e argentino: a Argentina, de acordo com a projeção possível no momento, tem 9,2 bilhões de dólares (31/12/60). Em 1965, deverá ter, de acordo com a tendência passada, 10,4; em 1970, 11,5; em 1975, 12,7. No Brasil, poderemos fazer diferentes projeções. A sugerida pelo ministro Tancredo Neves, em seu programa de governo, daria (projeção ousada, mas não impossível) 24,2 bilhões em 1965. Hoje, temos 16,9; em 1970, teremos 34,8; em 1975, 50; em 1980, 71,9. Em 1975, teríamos a dimensão do mercado inglês hoje. O crescimento anual médio, de 1970-1975, que esperamos para a Argentina, é de 2,5% para o produto – o que é baixo.

Embaixador Bernardes – Qual é o *trend* nacional?

Ministro Miguel Osório – Existe uma taxa oficial, que é altamente exagerada. A verdadeira está em torno de 4%. Na Argentina, a taxa de investimentos é extremamente alta. Inverte-se aproximadamente 20% do produto nacional. A média do período 50/58 foi de 19,45. Em 1958, 20,69. Eles têm, entretanto, uma relação capital-produto de 4,06. A massa desses investimentos foi dirigida para áreas de pouca significação econômica. Foram investimentos de prestígio. É necessário investir 4,06 de unidade de renda para obter o incremento de uma unidade por ano. No Brasil, essa relação é aproximadamente de 3. A percentagem de investimentos no Brasil é uma média de 14% (período de 1948/60).

3. Balanço de comércio: Eles têm um incremento anual de exportações, mas o incremento de importações é maior. Eles atingiram o equilíbrio no balanço comercial sobretudo em função da não-importação de petróleo. Não seria aconselhável contar com esse *trend*. De 1960/65 o incremento das exportações é de 4,9% e o das importações é de 5,2%. O Brasil tem uma tendência de aumentar as importações à taxa de 3,5 e de decaírem as exportações a uma taxa de 1,5. Tenho, para comparar produtos nacionais brutos de outros países, na mesma data que os demais, em bilhões:

– Bolívia.....	324 milhões, ou seja, 0,324
– Colômbia.....	3,479
– Equador.....	0,736
– Paraguai.....	0,187
– Peru.....	1,787

- _ Uruguai 1,088
- _ Venezuela 4,013
- _ México 8,240

Dados comparativos europeus:

- _ Itália 25 bilhões (mais ou menos Brasil +
Argentina juntos)
- _ Áustria 4,7
- _ Bélgica 10,7
- _ França 41,6
- _ Alemanha Ocidental 50,0

(Retifico a taxa brasileira de comércio: exportações caíram a 1,55 e as importações tendem a subir a 3,75).

Renda *per capita* da Argentina (projeção da tendência linear): 439, em 1960; 474, em 1970; 491, em 1975.

Aliança para o Progresso

Aliança para o Progresso e relações com o planejamento nacional

Ministro San Tiago Dantas – A impressão é de que a linha de ação, especialmente no que diz respeito aos Estados Unidos, mas como reflexo de todo hemisfério, está resumida no problema Aliança para o Progresso. Sendo assim, na medida em que pudermos atuar, implementando as idéias próprias desse esquema, teremos uma grande tarefa a cumprir.

Luís Bulhões Pedreira – Até agora temos muito pouco sobre isso. Há a idéia de dinamizar a comissão de planejamento, criada pelo presidente Quadros em agosto. Apresentei uma minuta de alteração do decreto, mas ainda não se precisou o que será feito. A idéia transmitida era a de fazer da comissão de planejamento um órgão de coordenação, evitando duplicar outros órgãos já existentes. Os órgãos administrativos planejarão em seus setores e a comissão torná-los-ia compatíveis entre si. Eu seria favorável a que se procurasse identificar esse órgão de planejamento também com o Itamaraty, pois isso daria mais continuidade. Os trabalhos não estariam mais sujeitos a designações de chefes de agências executivas. O órgão que sempre realizou esse trabalho foi o BNDE, que não tem

andado com muito acerto em algumas ocasiões. Parece-me que esse órgão será um núcleo teórico, sem força administrativa nenhuma. Terá, em grande parte, que vender o seu programa ao país e aos órgãos administrativos.

Acredito que seria mais prudente se se concebesse um organismo para as negociações e contato com a Aliança para o Progresso. Seria aconselhável que esse organismo ficasse na área do Itamaraty, que tem homens especializados para esses contatos e que poderiam assegurar maior continuidade administrativa. O próprio Ministério da Fazenda não tem estrutura administrativa, técnica ou assessória, para este objetivo. Além disso, a tradição na Fazenda é de períodos curtos de ministros. Sob qualquer forma de organização em que se pudesse conceber, para a Aliança para o Progresso, o problema é, antes de tudo, o de negociações externas. A alimentação desses negociadores com planos tem que ver com toda a administração pública, mas o problema básico é de negociações. Assim, acho mais prudente que partisse do Itamaraty.

Ministro Miguel Osório – Tenho a impressão de que o doutor Bulhões tem razão. Esse organismo deve ser um estimulador de programas a serem organizados pelos órgãos administrativos do governo. A experiência mostra, na América Latina, que qualquer programa, mesmo mal delineado, porém implementado pelo órgão que o formulou, é superior ao programa ideal criado numa comissão distante e imposta aos órgãos executivos do governo. Deveríamos ter um órgão central do mais alto gabarito, que force os órgãos do governo a planejar. Esse programa consistirá em coordenadas gerais e no seu conjunto será concentrado numa comissão. Teremos, assim, a possibilidade de negociar recursos externos. Se não for feito assim, vai ter seus trabalhos enquistados e não vai funcionar. Vejo a necessidade de se ter esse organismo global no Ministério das Relações Exteriores, porque daí partem as negociações, forçando os setores governamentais e privados a fazerem seus programas de expansão.

Embaixador Bernardes – Há o problema dos recursos disponíveis. A Aliança para o Progresso deixou isso no ar.

Ministro Miguel Osório – No texto da Aliança para o Progresso está claro que, se um país quiser criar essa comissão, pode ir à Aliança para o Progresso e esta o financiará. A comissão pode – e deve – fazer isso.

Embaixador Bernardes – Pode financiar a preparação de projetos.

Ministro Miguel Osório – Pode ser feito em dinheiro, para pagar despesas administrativas da comissão, ou em técnicos, para integrar a comissão. Tenho a impressão de que o Brasil se está atrasando muito nesse setor.

Ministro San Tiago Dantas – Se tentássemos uma coisa audaciosa: fazer uma tentativa de “raptó” em relação à comissão. Em primeiro lugar, essa comissão deveria ser feita no Ministério da Fazenda, que detém os controles financeiros nacionais, a faculdade de liberar verbas e o comando dos bancos – Banco do Brasil e BNDE – podendo movimentar tudo isso. Em fase de simples formulação e de negociação, constituir-se-ia um grupo de alto nível. Esse grupo receberia pedidos de apoio para programas, que lhe seriam formulados de vários setores da administração. Nós mesmos já temos pedidos da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, pedido de São Paulo. Como não podem receber pareceres isolados, pois acabaríamos numa espécie de agência bancária, que daria opinião sobre projetos de financiamento, seríamos obrigados a fazer o quadro geral de um planejamento. Consideraríamos apenas o que pode ser obtido através da Aliança pelo Progresso. O plano exigirá, além desses, recursos vindos da economia interna do país. A comissão estudava um projeto global e, para cada um dos assuntos que lhe fossem apresentados, veria se cabiam nesse quadro. Negociaria os recursos provenientes da economia interna do país, indo aos órgãos competentes para formá-los, e os recursos externos, indo ao organismo exterior para pedir financiamento.

6ª SESSÃO

TARDE DE 4 DE NOVEMBRO

Foram passados em revista, nesta tarde, os seguintes itens:

- 1) Alemanha e Berlim;
- 2) China;
- 3) Reatamento com a URSS.

Alemanha e Berlim

O assunto foi objeto de ampla discussão, tendo o ministro San Tiago Dantas feito uma exposição sobre o assunto, no que foi seguido pelo embaixador Carlos Alfredo Bernardes, com a participação de todos os presentes. Foi lido memorando da divisão da Europa Ocidental, sobre a questão de Berlim, e os despachos nele apostos pelos chefes de serviço competentes. A conclusão a que se chegou é a seguinte:

O Brasil não tomará iniciativas de propostas ou soluções especiais e ficará, por enquanto, em declarações de ordem geral. Mas não somos alheios ao problema. O Brasil não apoiará posições polêmicas. Não apoiaremos posições que reforçam o armamentismo da Alemanha Ocidental. Foi lembrado que a União Soviética como que transferiu seu *ultimatum* para data posterior a 31 de dezembro próximo e que, portanto, tudo indica que o assunto não será levantado na ONU, pelo menos este ano. O que o ministro das Relações Exteriores pretende fazer no momento seria, numa oportunidade que se apresentar, comunicar aos embaixadores dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França as preocupações e apreensões do governo brasileiro no tocante a este assunto, e comunicar-lhes que o governo brasileiro não deseja contribuir com pronunciamento seu para o agravamento da posição ocidental nesta questão. Está o governo brasileiro fazendo um esforço de contenção para nada dizer, de público, que contribua para enfraquecer a posição ocidental. Mas, não deixaremos de salientar aos embaixadores das três potências ocidentais, nossas preocupações íntimas sobre a questão e contra o rearmamento da Alemanha. O ministro San Tiago redigirá um telegrama para informar o senador Afonso Arinos sobre esta orientação. O embaixador Ouro Preto disso tomou conhecimento e foi instruído a interessar-se pelo seguinte problema: se a neutralização eventual da Alemanha Ocidental afetaria favoravelmente ou desfavoravelmente o Brasil, do ponto-de-vista do fluxo de capitais. Deverá ter em mente este problema e manter a Secretaria de Estado informada sobre o mesmo. O ministro San Tiago Dantas determinou que o memorando da divisão da Europa Ocidental fosse atualizado ou reajustado de acordo com o despacho nele exarado pelo encarregado da Secretaria-Geral-Adjunta para Assuntos da Europa Ocidental e África, ministro Maury Valente, com a aprovação do secretário-geral-adjunto para Europa Oriental e Ásia, despacho esse que estava na linha da orientação que se firmou na sessão.

China

Foi examinada a posição em que se encontra presentemente a questão na ONU. Dois itens estão incluídos na agenda da presente sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas:

- a) questão da representação da China;
- b) restauração legal da representação da China nas Nações Unidas.

O primeiro item foi incluído por unanimidade, a pedido da Nova Zelândia. O segundo item foi incluído por iniciativa da União Soviética. O Itamaraty deu instruções, à delegação do Brasil à XVI sessão, no sentido de que ela examine qual o comportamento do Brasil diante da aplicação do Artigo 18, alínea b, e 18, alínea c da Carta das Nações Unidas. Este estudo diz respeito à posição do Brasil sobre a qualificação de importante de determinado tema submetido à consideração da assembléia. Ao receber, na Secretaria de Estado, esse estudo da delegação, tomaremos definitivamente uma posição fundada diante da proposta norte-americana de considerar a questão da China como importante e, conseqüentemente, como sujeita a decisão por maioria de dois terços de votos. Aliás, ficou assinalado que essa é nossa posição *a priori* sobre o assunto. Trata-se de questão de evidente importância e cuja inclusão no temário da Assembléia Geral da ONU foi tentada durante 10 anos, tendo somente neste ano sido efetivada a inclusão. Isto é um argumento em favor da importância do tema. O ministro San Tiago Dantas determinou que o secretário-geral-adjunto para assuntos de Europa Oriental e Ásia e o secretário-geral-adjunto para assuntos de organismos internacionais preparassem um papel sobre a questão da China.

Reatamento

O ministro San Tiago Dantas explicou que os estudos estavam concluídos e que os soviéticos haviam aceito as minutas propostas pelo Brasil. O problema girou em torno da apresentação da decisão governamental ao Congresso Nacional. Em princípio, o ministro San Tiago Dantas, ao regressar da Argentina, irá ao Congresso Nacional e fará uma exposição sobre os seguintes assuntos:

- a) resultados de sua visita à Argentina;

- b) medidas que está tomando o governo brasileiro para pôr em execução a Aliança para o Progresso no Brasil;
- c) reatamento: em princípio, o ministro anunciaria o reatamento, como já efetivado. A discussão girou então sobre se seria conveniente anunciar que o reatamento se daria no dia seguinte. Essa tese foi sustentada pelo embaixador Gibson e, com menos ênfase, pelo embaixador Bernardes. Argumentou este que o governo não deve correr o risco de reatar e pouco depois ter de romper. O ministro San Tiago Dantas disse que sentia que o Congresso, em sua maioria daria apoio ao reatamento. Anunciar o reatamento para o dia seguinte seria abrir caminho para manifestações “eleitoreiras”, no sentido de apoiar a substância da política, mas considerá-la *inoportuna*. Melhor seria anunciar a coisa como feita e certamente esperar a reação contrária de alguns poucos e o apoio da maioria. Essa orientação parece ter prevalecido.

7ª SESSÃO

MANHÃ DE 5 DE NOVEMBRO DE 1961

A sessão teve início às 10h30min, sob a presidência do ministro San Tiago Dantas e com a presença do embaixador Vasco Leitão da Cunha, embaixador Carlos Alfredo Bernardes, embaixador Mario Gibson Barboza, embaixador Henrique Valle, ministro Maury Gurgel Valente e secretário Castro Alves. Assunto:

Cuba

O ministro San Tiago Dantas começou por apreciar em linhas gerais o chamado Plano Lleras. Seria convocada uma reunião de consulta, como que para pedir a Cuba uma definição sobre suas vinculações com o sistema pan-americano, sobre ligações extracontinentais, democracia, etc. Numa segunda fase é que pensariam, então, os Estados americanos no que fazer. Essa posição colombiana não é aceitável para o Brasil, pois, como assinalou o ministro San Tiago Dantas, ela é um ponto de partida, mas não um ponto de chegada.

O embaixador Vasco pediu que fosse informado do ponto exato em que se encontra o governo em matéria de Cuba, quanto ao problema fundamental, que apresentou da seguinte forma:

- 1) o Brasil tem esperança de ver Cuba recuperada à amizade continental, por meios diplomáticos suasórios;
- 2) é necessário o retorno de Cuba ao sistema continental por meios coercitivos, os únicos eficazes para resolver o caso cubano.

O ministro San Tiago Dantas afirmou que estamos na primeira posição. O embaixador Vasco disse ser esta a que o governo adotara, até 31 de maio último, pelo que soubesse por experiência própria, pois fora – até àquela data – secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores. Não há, pois, mudança de atitude do governo no tocante a este assunto.

O embaixador Vasco acentuou que o ponto de partida de qualquer conversa com Cuba seria à base de que ela (já no novo governo revolucionário) havia assinado a chamada “Declaração de Santiago”, da V Reunião de Consulta. O embaixador Bernardes lembrou, então, o seguinte: desde que fique entendido que não haverá violência no tratamento da questão cubana. O ministro San Tiago Dantas qualificou a Declaração de Santiago como uma espécie de ilha a que temos de nos agarrar nessa matéria, pois foi o único ato que o atual governo de Cuba assinou. Falou-se, então, a propósito da anunciada visita de Berle ao Brasil. Foi lembrada a frase do embaixador Lincoln Gordon ontem à noite, na Casa das Pedras: *big mistake*, a propósito da vinda de Berle.

O ministro San Tiago Dantas explicou que nosso papel será o de um retardador, com relação a propostas apressadas para solução do caso cubano por forma violenta. Temos de funcionar com um retardador e atuar nesse sentido, em Buenos Aires, junto ao chanceler Cárcano. Se o México, Argentina e Brasil forem contra uma ação precipitada no caso cubano, então, é seguro que o continente não pode embarcar em uma ação coletiva importante contra Cuba. Em suma, sem esses três países, difícil será que haja uma “aventura” contra Cuba, em nome do continente. O embaixador Gibson lembrou que talvez devêssemos pedir pelo menos um mês de trégua.

A seguir e após explicações do embaixador Vasco sobre a posição da Finlândia diante da URSS e o caso austríaco, ficou mais ou menos esboçado um plano em que o Brasil pensará no curso dos próximos

meses, depois de apresentado nosso binômio preliminar: não-violência *versus* Declaração de Santiago. O primeiro, por parte dos Estados Unidos; o segundo, por parte de Cuba. Em suma, o plano brasileiro (Plano Fino) seria o seguinte:

Os Estados Unidos aceitariam a tese de não empregar a violência no caso cubano, embora não se pedisse que essa posição fosse garantida por tempo indeterminado. Pediríamos uma espécie de moratória na violência. Conseguido esse objetivo inicial, passar-se-ia a trabalhar na substância do Plano Fino, que seria a seguinte:

- 1) As conquistas de Cuba serão mantidas. A Revolução Cubana, em sua essência, terá sua existência garantida.
- 2) Deverão ser restabelecidas as “exterioridades” democráticas de Cuba.
- 3) Desmilitarização de Cuba. Este item trata de “desarmar” Cuba, ou limitar seus armamentos, ou parar suas compras de armamentos na União Soviética. Em suma, algo nesta linha, a exemplo do que aconteceu com países como Áustria, Finlândia, etc.
- 4) “Desarmamento político” de Cuba. Cuba não seria um regime político hostil aos demais países latino-americanos. Aí entra o conceito de “propaganda nacional” e “propaganda ideológica”. O primeiro é aceito, o segundo não o é.
- 5) Com o andamento da questão até este ponto, a moratória ficaria então definitiva.
- 6) Nessa fase, dar-se-ia o restabelecimento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos da América e Cuba, e simultaneamente, como assinalou o embaixador Bernardes, ocorreria o ponto que se segue.
- 7) Seria resolvido o problema das relações econômicas entre os Estados Unidos da América e Cuba no que tange ao açúcar. Pelo menos metade do que os Estados Unidos antes importavam de Cuba, em açúcar, voltaria a ter assegurado seu mercado nos Estados Unidos.
- 8) Dever-se-ia pensar no problema dos asilados cubanos anticastristas nos Estados Unidos (cerca de 100.000). A este propósito, o embaixador Vasco lembrou que a legislação interna norte-americana não permite o chamado internamento. Se o governo federal limitasse a residência a asilados, eles certamente veriam sua causa vencedora nos tribunais. Mas, assinalou o embaixador Vasco, seria interessante que o governo federal dos Estados Unidos desse mostras de boa vontade de resolver o assunto e encaminhasse projeto de lei sobre o assunto no Congresso.

9) Entre Cuba e a União Soviética deveria ficar entendido, um “tecido de relações econômicas”, que permitisse a efetivação de um certo comércio de açúcar.

10) Não estaria fora de cogitações negociarmos, também, com a própria União Soviética. A ela deveria ser dito que já é uma grande vantagem soviética o estabelecimento de um regime socialista no hemisfério ocidental e que ela deveria interessar-se pela afirmação desse regime para provar a tese da coexistência. Cuba poderia tornar-se um *show-case* de seu mundo socialista. Caberia, pois, preservar seu sistema. A fórmula prevista no Plano Fino viria a esse encontro.



O embaixador Gibson lembrou o seguinte: Só estaremos dispostos a concordar com a consulta se pudermos previamente chegar, no continente, a um consenso sobre o tipo de ação que nela se vai adotar. O contrário seria sujeitar o sistema interamericano ao debilitamento resultante de dissensões importantes – ainda que, eventualmente, minoritárias – que se manifestariam fatalmente na reunião.

Ficou, pois, bem claro que nossa ação inicial será no sentido da apresentação do binômio: não-violência *versus* Declaração de Santiago. A idéia acima referida como do embaixador Gibson será posta em termos claros na carta que o ministro San Tiago Dantas dirigirá muito breve ao chanceler colombiano Calcedo Castillo.

O plano de ação do ministro San Tiago Dantas será o seguinte: no dia 14, conversará com o chanceler argentino; no dia 27, com o chanceler venezuelano; no dia 28, com o colombiano; no dia 30, com o mexicano e, depois, com o chileno. Temos, pois, de primeiramente “vender nosso binômio”. Depois é que entraremos no Plano Fino.

O embaixador Bernardes pediu o registro da seguinte frase: “Cuba é problema do hemisfério somente quando se busca uma solução pacífica”. Isto é, Cuba não é problema do hemisfério se o desejo norte-americano for de violência. O embaixador Gibson acrescentou: “E qualquer solução só será duradoura se for pacífica”.

A seguir, o ministro San Tiago Dantas assinalou que tudo o que previmos foi com base na hipótese de uma iteração favorável. Temos de pensar também no “descarrilamento” de nossos planos. Assim, se os movimentos que estão sendo gestados no sentido da imediata convocação de uma reunião de consulta atingirem seus resultados positivos,

então não teremos “chance” de pôr em funcionamento nossos “retardadores”. Por exemplo, se o Plano Lleras se positivar, então temos de avançar na apresentação de nosso Plano Fino, *à fonds-perdu*, numa reunião de consulta que se decidir convocar.

Não podemos deixar de conjugar esforços de várias ordens para fazer funcionar o Plano Fino. Por exemplo, num estágio avançado deveríamos conversar com Goodwin, Schlesinger, Gordon e, mesmo, Walter Lippmann.

Ficou assentado que o ministro San Tiago Dantas faria um telegrama a nosso embaixador em Caracas. E, mesmo, chamaria para conversa no Itamaraty o embaixador venezuelano, senhor Bastardo.



O CASO
DESCALVADOS

APRESENTAÇÃO

Proclamada a independência, as vastas regiões despovoadas e supostamente prenes de recursos naturais do Brasil não deixaram de atrair o interesse e as ambições das nações européias, imbuídas do espírito expansionista que as caracterizou no século XIX e desinibidas ante um Estado novo, remoto e frágil.

Os arquivos do Itamaraty são ricos de documentos que ilustram estas ambições: tentativas francesas de chegar ao vale do Amazonas; os avanços ingleses na região da Guiana, sustentados pela tese da validade de entendimentos de seus agentes com as tribos indígenas locais, a que consideravam independentes; os sonhos alemães sobre as regiões coloniais da região sul; e, até mesmo, iniciativas mais prosaicas, como a proposta do grão-ducado de Baden, já em 1828, de enviar para o Brasil os deportados por sua justiça; ou o projeto belga, em 1830, de criar uma colônia penal no Brasil.

O professor Hilgard O'Reilly Sternberg evoca as tentativas expansionistas belgas, pouco conhecidas e estudadas, no interessante artigo sobre o “caso Descalvados”, originalmente publicado no *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988. vol. 2. p. 655-667) e agora revisado pelo autor. Pouco conhecido entre nós, pareceu oportuno, passados quase vinte anos, torná-lo acessível ao público de estudiosos da história de nossas relações internacionais, para

o que contamos com a gentil cooperação do professor Sternberg, que revisou o artigo, e a anuência do Centro de Estudos Geográficos.

Fruto de uma pesquisa realizada há anos, em arquivos brasileiros e europeus, notadamente belgas, além de investigações de campo no Brasil, o presente trabalho do professor Sternberg antecipa uma obra de mais fôlego, para a qual dispõe da valiosa documentação que colheu naquelas fontes.

O professor Sternberg dispensa apresentações. Eminente geógrafo, bacharel e licenciado em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia (hoje UFRJ), Ph.D. em Geografia pela Louisiana State University, professor do Instituto Rio Branco durante dez anos, professor titular em Berkeley, de onde, desde 1964, com múltiplas viagens ao Brasil, continuou seus trabalhos sobre o nosso país, notadamente sobre a região amazônica, tem uma obra importante no campo de sua especialidade. É com grande satisfação que o acolhemos nestes *Cadernos*.

O Editor

Tentativas expansionistas belgas no Brasil: o caso «Descalvados»

Hilgard O'Reilly Sternberg*

Ganhando a independência em 1830, era mister que a Bélgica escolhesse sua própria forma de governo. O modelo republicano seria por demais inquietante para as cabeças coroadas da Europa, em cuja memória coletiva persistia a ditadura de Robespierre e os dias do “Terror”. Adotada, assim, a opção monárquica, urgia procurar um candidato que fosse julgado capaz, quando soberano, de enfrentar os difíceis problemas da nova entidade política, inclusive a perda das vantagens que ela desfrutara enquanto unida aos Países Baixos. A escolha recaiu no príncipe Leopoldo de Saxe-Coburgo.

Anos antes, sorria a este príncipe germânico a perspectiva próxima de exercer extraordinária influência, na qualidade de esposo da princesa Charlotte, herdeira do trono da Inglaterra. É verdade que a tradição do reino não o autorizava a aspirar senão à dignidade relativamente vazia de príncipe consorte. Charlotte, porém, não admitia que ele viesse a ser “exposto à (...) humilhação” de ser apenas “marido da rainha” (BOIGNE: 1971). Nutria, mesmo, o propósito de impor aos súditos uma situação de fato, em que o cônjuge viesse a partilhar, quando não a assumir em cheio, as decisões da Coroa.¹ Leopoldo preparava-se, pois, para exercer o poder que iria fruir, dedicando-se a estudar a estrutura política e econômica da Grã-Bretanha, com especial atenção para o comércio, a agricultura e a indústria. Sua percepção das necessidades do país levou-o a enfileirar-se entre os partidários convictos do colonialismo. Não chegaria, entretanto, a desempenhar qualquer papel na consolidação e expansão do acervo imperial britânico. O poder esperado se lhe escaparia totalmente das mãos. Com efeito, a princesa veio a falecer em 1817, na ocasião de dar à luz o primeiro rebento, natimorto, antes de se abrir a sucessão.

* Ph.D. em Geografia, Louisiana State University; doutor *honoris causa*, Universidade de Toulouse; professor titular em Berkley; professor do Instituto Rio Branco; professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1 N.A. – Segundo confidenciou à condessa de Boigne, que registrou o fato em suas célebres memórias, a princesa não admitia transigir. No caso de ser contrariada em seu intento, renunciaria ao trono, indo procurar uma cabana, onde pudesse “viver, de acordo com as leis naturais, sob a dominação de [seu] marido”. E arrematava: “Não quero, não posso, reinar sobre a Inglaterra, a menos que ele reine sobre nós duas” (BOIGNE: 1971).

Agora, como Leopoldo I, rei dos Belgas, o dinasta tentaria construir seu próprio império, justificando a política de expansão e domínio territorial que pregava, como condição para a sobrevivência de uma pequena nação cercada de vizinhos poderosos (veja-se, por exemplo, LECONTE: 1946). E lograria transmitir verdadeira obsessão imperialista ao herdeiro, o duque de Brabante, o qual, a seu tempo, seria elevado ao trono com o nome de Leopoldo II, alcançando grande notoriedade, sobretudo pela apropriação do Estado Livre do Congo.

Tateando incessantemente em busca de áreas propícias, de que pudessem assenhorear-se, conceberam os dois Leopoldos grande número de projetos expansionistas: cerca de meia centena, entre pai e filho. Impressionante ubiqüidade caracterizou os desígnios leopoldianos, não tendo faltado, por exemplo, um plano para a incorporação de Moçambique e de outros domínios portugueses em África (ROEYKENS: 1956).

Atente-se para a diversidade do quadro geográfico e para o fato de que tais desígnios ocorreram durante dois reinados, abarcando quase oito décadas. É reflexão bastante para afastar qualquer apreciação simplista, que, vendo constância na ambição dinástica, despercesse variabilidade nas iniciativas dela derivadas. No espaço de tempo aludido, não somente evoluiria o sistema internacional de forças, que condicionava a estratégia imperialista, como também mudaria o grau de vulnerabilidade de cada objetivo visado. O acomodamento a circunstâncias cambiantes se fazia, portanto, segundo ampla e oportunista gama de motivações: desde o mero fomento de relações comerciais, até a conquista territorial sem rebuços. Difícil identificar, nessa escala, o ponto, ou melhor, o segmento ao qual se deva referir esta ou aquela iniciativa do trono. A extraordinária preocupação com o sigilo, que presidiu às operações, foi, em grande parte, responsável pela carência de uma documentação capaz de fornecer tais coordenadas. Os monarcas belgas guardavam suas intenções o mais possível para si, deixando, muitas vezes, de comunicá-las mesmo às pessoas de quem se serviam para executar a política expansionista. Cuidavam de circunscrever o quanto, consignado ao papel – ainda que de maneira velada – pudesse ficar ao alcance de terceiros. Isto os levava, não raro, a exigir a restituição ou a destruição de cartas em que houvessem tratado de assuntos julgados melindrosos. Foi assim, por exemplo, que procedeu Leopoldo II em missiva de 1873 ao barão Jules Greindl, seu principal colaborador na tentativa de adquirir as ilhas Filipinas. A nota exemplifica, ademais, a mutabilidade das idéias do soberano: “Quando não tiverdes mais necessidades deles, eu vos rogaria queimar todos esses

rabiscos relativos ao Arquipélago. São estudos freqüentemente apenas esboçados e que se sucedem, sem sempre se assemelharem, à medida que entrevejo a possibilidade de aperfeiçoar os pormenores do plano” (GREINDL: 1962).

Não é fácil, convenhamos, atinar com as *arrière pensées* que orientavam esses reis em seus projetos.

No caso do Brasil, documentos, em boa parte inéditos, permitem demonstrar persistente interesse belga pelo país, interesse que, volta e meia, vinha à tona, traduzindo-se em manobras diversas: apalpadelas, acometimentos e recuos, seguidos de novas investidas.

Assim é que, na década de 1830, ocorreu a Leopoldo I a idéia de instalar uma colônia penal no Brasil, “à maneira de Botany Bay”, isto é, nos moldes da povoação de degredados, que, fundada em 1788, marca o início da conquista da Austrália pelos ingleses.² Sondagens discretas, realizadas em 1836 pelo encarregado de negócios da Bélgica, no sentido de saber se o governo de Pedro II estaria disposto a ceder uma porção de seu imenso império para tal fim, resultaram descoroçoantes. Em 1838, nova esperança. Tramita no Brasil uma lei que, visando reprimir as insurreições que convulsionavam as províncias, autoriza o estabelecimento de uma tropa estrangeira. Conforme prova a correspondência trocada entre os ministros dos Assuntos Estrangeiros, da Guerra e da Justiça da Bélgica, essa legislação, durante alguns anos, foi vista em Bruxelas como oportunidade de obter, ainda que parcialmente e de maneira indireta, uma cabeça-de-praia no Brasil.³

Seguiu-se um projeto de colonização belga em Santa Catarina, vinculado a uma doação de terras feita pelo Imperador, em 1842, a favor da Compagnie Belge-Brésilienne de Colonisation. O contrato da con-

2 N.A. – A causa imediata da iniciativa tomada pelo governo inglês foi o abarrotamento dos presídios na metrópole, quando a independência das colônias inglesas, em 1776, interrompeu o transporte para o Novo Mundo de criminosos condenados à pena de degredo.

3 N.A. – Archives du Ministère des Affaires Etrangères (doravante, AAE), Bruxelas. Dossier “Recrutement de troupes belges pour le Brésil 1838”. A documentação deixa clara a ligação entre a idéia de se implantar uma colônia penal e a de se recrutar uma tropa belga para servir no Brasil. Com efeito, cogitava-se de três categorias de homens: soldados que estivessem cumprindo pena nos “batalhões de disciplinas”; presidiários, principalmente antigas praças que tivessem servido em Portugal e África; e, finalmente, marginais. Transparece, ademais, considerável interesse pela concessão de terras que o Brasil faria aos soldados estrangeiros, quando estes dessem baixa. Pode-se, de passagem, assinalar várias alusões ao batalhão que, em 1833, havia sido organizado na Bélgica, para ficar a serviço de Portugal.

cessão encontrou considerável resistência no seio da Assembléia Geral Legislativa do Brasil, de cuja aprovação haviam ficado dependendo alguns artigos. Influuiu, certamente, no ânimo dos que se opunham à ratificação da concessão, o fato de se poder considerar como ameaça à integridade política do país a titulação, em benefício de uma entidade estrangeira, de uma extensão de terras de 400 léguas quadradas, concentrada no território de uma única província.⁴ As emendas apresentadas visavam reduzir a área das terras concedidas ou dividi-la em quatro lotes, distribuídos em outras tantas províncias (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Bahia). As discussões se prolongavam na Assembléia Legislativa, fato que, segundo denúncia de um deputado, teria sido responsável pela suspensão das operações da companhia na Europa.⁵

Não obstante o fato de ainda viverem alguns descendentes dos colonos belgas ao longo do rio Itajaí-Açu, região subsequente afeiçãoada pela colonização germânica, a tentativa de assentar uma base belga no sul do Brasil malogrou. O fracasso foi apenas menor que o de uma colônia congênere e coeva na América Central. Refiro-me à de Santo Tomás, implantada em decorrência de uma concessão de 3.600 km², obtida do governo guatemalteco no distrito de Vera Paz, na orla do golfo de Honduras. O privilégio, neste caso, foi outorgado a uma companhia de nome quase idêntico ao da belgo-brasileira⁶ e instituída, também ela, com uma orientação “fourierista” e sob o patrocínio de Leopoldo I.

Posto que este soberano ainda reinasse durante as décadas de 1850 e 1860, quando o Brasil, conforme se pode evidenciar, mais uma vez ocupou a atenção da família real belga, foi o príncipe herdeiro quem tomou a iniciativa no caso do novo episódio. Trata-se, com efeito, das maquinações do duque de Brabante para casar o irmão, Felipe, conde de Flandres, com a princesa Isabel, herdeira do trono imperial.⁷ O plano de

4 N.A. – Embora pudesse não ser esse o intuito do orador, um discurso proferido durante os debates parlamentares traz-nos à mente o berço alemão de Leopoldo I, patrono da companhia de colonização. O deputado Rodrigues dos Santos, em 10 de julho de 1845, argumentava que, se tão grande extensão de terra fosse concedida e tamanha população alienígena ficasse aglomerada em Santa Catarina, essa província passaria a ser “quase um estado estrangeiro. E isto porque muitos estados há na Europa que têm menor território, como acontece com vários principados da Alemanha, que têm uma superfície de menos de metade do que aquela que viria a ter uma colônia de tal extensão” (*Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1845).

5 N.A. – França Leite, discursando em 24 de julho de 1845 (*Annaes...*, 1845).

6 N.A. – *Moniteur Belge*, Journal Officiel, Bruxelas, 2 (282), 9 out. 1841.

7 N.A. – Não seria impossível imaginarem-se dimensões continentais para a perspectiva geopolítica de tais urdiduras, quando, tendo como pano de fundo outras sondagens

engrandecimento dinástico mediante um vínculo com a casa de Bragança teve, entretanto, que ser abandonado, devido à relutância e, afinal, oposição do pretendido noivo.⁸

Outro capítulo na história das diligências leopoldianas em relação ao Brasil começa a escrever-se na última década do século dezenove, estando já Leopoldo II instalado no trono. É o que se abordará, de maneira sumária, no prosseguimento do presente ensaio.

Debruçando-se sobre mapas, devorando avidamente descrições de terras longínquas, algumas das quais ele próprio visitou, Leopoldo II, durante toda a vida, fez da geografia instrumento de sua compulsão expansionista. Note-se, aliás, de passagem, que o raciocínio em que se estribavam vários de seus projetos parece antecipar o dos geopolíticos do século vinte. Ainda duque de Brabante, o futuro Leopoldo II havia lançado um olhar de cobiça à bacia do Prata: “nada mais fácil do que tornar-se proprietário (...) de territórios três ou quatro vezes maiores do que a Bélgica. Desejaria oferecer um domínio desses a meu país...”⁹ A um Kjellén, a um Haushofer não escaparia certamente a importância que teria para o plano o poder dispor da minúscula ilha de Martín García (fig. 1). Este bastião rochoso, que sobreleva instáveis ilhas de aluvião e comanda a confluência dos rios Paraná e Uruguai, já se notabilizara, aliás, na história política e militar do Prata (VEDIA: 1908).¹⁰ O duque de Brabante, embora não houvesse explicitado o aspecto estratégico, indagara: “Po-

no Novo Mundo, se recorda que Carlota, irmã dos dois príncipes belgas, se casara com o desafortunado arquiduque Maximiliano da Áustria, posteriormente feito imperador do México por obra de Napoleão III.

- 8 N.A. – Pode-se acompanhar o desenvolvimento do enredo através das cartas dirigidas pelo duque de Brabante e pelo conde de Flandres ao barão Jean-Baptiste Nothomb. No caso das primeiras, os próprios autógrafos foram incorporados ao arquivo da família do barão; no das segundas, foram copiadas antes de serem devolvidas ao missivista (Coleção particular de m.^{me} Jacques Ruzette, *née* Nothomb. Bruxelas). Os planos matrimoniais são também referidos na correspondência de dona Amélia, de Portugal, ao enteado Pedro II (Arquivo Imperial, Petrópolis).
- 9 N.A. – AAE, Bruxelas. *Papiers* Lambermont. t. 5. Duque de Brabante ao barão Lambermont (então secretário-geral; mais tarde, ministro de Estado na pasta dos Assuntos Estrangeiros), 11 jun. 1861. Os planos expansionistas do futuro Leopoldo II eram objeto de assídua correspondência com Lambermont, que comungava nos propósitos coloniais e que viria a ter papel de relevo na aquisição pelo rei de seus domínios africanos.
- 10 N.A. – Mulhall (1881) via a ilha como uma espécie de “Gibraltar do Rio da Prata, de vez que todas as embarcações que remontam, quer o rio Paraná, quer o Uruguai, são obrigadas a passar ao alcance de suas baterias” (AAE, Bruxelas. *Papiers* Lambermont. t. 5).

der-se-ia comprá-la e lá estabelecer um porto franco, sob a proteção moral do Rei dos Belgas?”¹¹ Depois de coroado, Leopoldo II se colocaria discretamente por trás de uma série inter-relacionada de projetos dispostos rio acima, bem no centro geográfico da América do Sul, onde os formadores do Alto Paraguai se estendem para o norte, ao encontro das cabeceiras dos tributários do rio Amazonas. Região longínqua e ralmente povoada, de fronteiras internacionais ainda indefinidas e fluidas, parecia constituir um campo ideal para as palpações geopolíticas.

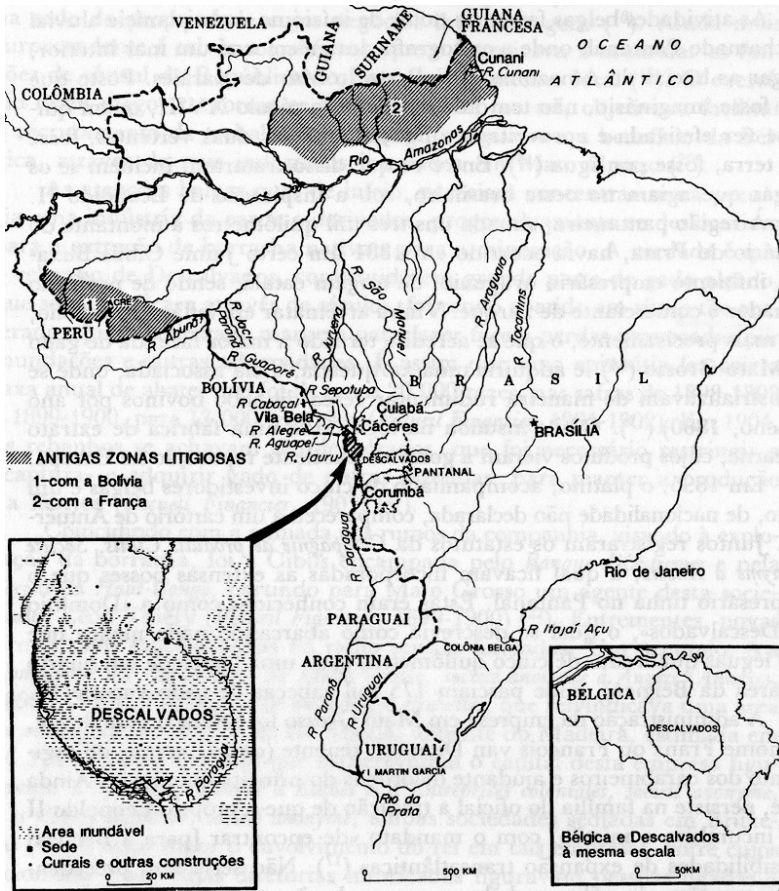


FIG. 1: Algumas áreas que constituiram objeto de interesses expansionistas belgas no Brasil. Aqueles afluentes do Amazonas e os do Alto Paraguai, cujos nomes vêm assinalados, foram percorridos por exploradores belgas.

11 N.A. – AAE, Bruxelas. *Papiers Lambermont*. t. 5. Duque de Brabante ao barão Lambermont.

A parte do espaço brasileiro abrangida pela bacia do Paraguai se situava na periferia do Império; sua conexão com a capital exigia longa viagem por água, através de território estrangeiro. A extensão e a precariedade das linhas de suprimento deixavam Mato Grosso vulnerável a forças externas, conforme ficou patente na década de 1860, quando a província foi facilmente penetrada pelas tropas invasoras paraguaias. Já pelo isolamento, já pela carência de elementos de conforto, Mato Grosso era visto pelos homens de governo como exílio apropriado para onde remover funcionários indesejados. O exército, por exemplo, se valia de Mato Grosso como verdadeira “Sibéria canicular”, na expressão popularizada por Euclides da Cunha. Seria de admirar se forças centrífugas não atuassem sobre região tão apartada; de fato, pouco antes de aparecerem os belgas no cenário mato-grossense, houve uma tentativa de secessão, visando ao estabelecimento de um estado livre, que, segundo consta, seria estranhamente denominado “República Transatlântica de Mato Grosso”.¹²

As atividades belgas fazem-se notar, de início, na vasta planície aluvial do chamado Pantanal, onde a cartografia antiga colocou um mar interior, a ligar as bacias do Amazonas e do Prata: o Mar de Xaraies. Posto que este fosse imaginário, não tem faltado, desde o século XVIII, quem quisesse ver efetivada e aproveitada a ligação entre as duas vertentes, fosse por terra, fosse por água.¹³ Entre os que disso trataram, incluem-se os belgas que agiam no oeste brasileiro, sob a inspiração de Leopoldo II.

À região pantaneira, situada uns três mil quilômetros à montante do estuário do Prata, havia ocorrido em 1881 um certo Jaime Cibils Buxareo, influente empresário uruguaio, de origem catalã, sendo de profissão ar-

12 N.A. – A designação, de acordo com depoimento registrado por Ponce Filho (1952), estaria consignada na ata de fundação da referida República, sendo acolhida por historiadores de renome (e.g. CALMON: 1963 e CORRÊA FILHO: 1969). Através da ata que se lavrou de uma reunião de militares havida em 31 de março de 1892, na cidade de Corumbá, sabe-se que, para resolver o problema da falta de recursos pecuniários, um dos cabeças do movimento chegou a aventar a possibilidade de ser o novo Estado hipotecado à Inglaterra (PONCE FILHO: 1952).

13 N.A. – É o caso de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador da capitania de Mato Grosso. Durante a década de 1770, mandou que “se fizesse toda a diligência para se comunicarem os rios Alegre e Aguapeí nas suas cabeceiras, a fim de se facilitar o comércio entre [a capital, Vila Bela, às margens do Guaporé] e a Vila de Cuiabá; comunicar-se-iam por esta forma os dois maiores rios do mundo” (FREIRE: 1968).

mador e comerciante de charque. Vinha arrematar em leilão um espólio, ou, mais precisamente, o que se acredita ter sido a maior fazenda de gado de Mato Grosso¹⁴ e adquirir uma charqueada, a ela associada, onde se industrializavam de maneira rudimentar cerca de 5.000 bovinos por ano (BUENO: 1880).¹⁵ Cibils instalou na localidade uma fábrica de extrato de carne, cujos produtos vieram a gozar de excelente reputação na Europa.

Em 1895, o platino, acompanhado de cinco investidores belgas e um sexto, de nacionalidade não declarada, compareceu a um cartório de Antuérpia. Juntos, registraram os estatutos da Compagnie de Produits Cibils, Société Anonyme à Anvers, à qual ficavam incorporadas as extensas posses que o empresário tinha no Pantanal. Estas eram conhecidas como o “Domínio de Descalvados”, o qual se descrevia como abrangendo nada menos que 300 léguas quadradas de cinco quilômetros cada uma (cerca de um quarto da área da Bélgica), onde pasciam 175 mil cabeças de gado vacum.¹⁶

A administração da empresa em Mato Grosso foi confiada a um belga, de nome Franz ou François van Dionant, tenente (depois, major) do Regimento dos Carabineiros e ajudante-de-ordens do príncipe Baudouin. Ainda hoje, persiste na família do oficial a tradição de que o próprio Leopoldo II lhe incumbira a missão, com o mandato “de encontrar [para a Bélgica] possibilidades de expansão transatlântica”.¹⁷ Não seria sem precedentes o emprego de militares belgas no reconhecimento e desenvolvimento de terras estrangeiras visadas pelos desígnios do rei. Semelhantes comissões exigiam, é verdade, o uso de estratégias apropriadas, que assegurassem o sigilo das operações, evitando, assim, suscitar eventual oposição na própria Bélgica e desconfiança no estrangeiro. O fato é que, ao findar o século, exerciam suas atividades em Mato Grosso – e áreas contíguas – vários oficiais e suboficiais belgas, entre os quais *vieux congolais* e homens com experiência adquirida na China.

14 N.A. – Tratava-se de propriedade deixada pelo major João Carlos Pereira Leite. Da viagem de Buenos Aires e do “antiquíssimo formulário português” usado na venda em hasta pública, que teve lugar em Vila Maria (depois, São Luís de Cáceres), deixou Cibils notícia em seu diário manuscrito *Viage en Agosto de 1881 a Villa Maria* (Coleção particular de Alberto Cibils del Campo. Montevidéu).

15 N.A. – O saladeiro, onde a carne de vaca, cortada em mantas, era salgada e exposta ao sol, fora estabelecido na década de 1870 por um argentino, Rafael del-Sar.

16 N.A. – Os estatutos da sociedade foram publicados no *Annexe au Moniteur Belge*, Bruxelas, 14 fev. 1895, “Acte n. 395”, e, em tradução para o português, na *Gazeta Oficial de Mato Grosso*, Cuiabá, 25 jul. 1895.

17 N.A. – KNOPS, Nicole. Carlos et Madeleine van Dionant de Cáceres. *Bruxellescope*, s.d.

Aos representantes da Bélgica no exterior incumbia, como aos militares, colaborar quando necessário, na execução dos planos colonialistas do rei. Van Dionant atuaria em uma e outra qualidade. Estranha, com efeito, vê-lo nomeado vice-cônsul da Bélgica e designado para exercer a função na sede da propriedade cujos negócios lhe cabia gerir.¹⁸ Ainda mais surpreendente é talvez o *arrêté* real, que o autorizava a acumular as funções de cônsul da República do Paraguai no mesmo local.¹⁹ O exercício deste cargo, conforme se havia explicado ao rei, objetivava facilitar o recrutamento de trabalhadores rurais paraguaios em benefício da Bélgica, através de seus industriais instalados em Mato Grosso.²⁰

As atenções belgas que, de início, pareciam concentrar-se na pecuária e na indústria da carne e derivados, progressivamente se deslocariam para a extração de borracha nativa e para a mineração. A verdade é que o rebanho de Descalvados, constituído em grande parte de gado alçado, que se multiplicara através de séculos, foi sendo abatido em ritmo tão acelerado, que não deixava margem para fazer face a perdas provocadas por inundações e outras adversidades. É assim que uma epizootia fez cair a taxa anual de abate, que foi de umas 20.000 reses, nas safras de 1898-1899 e 1899-1900, para 13.000, em 1901 (*Recueil Financier*, 1901-1902).

18 N.A. – AAE, Bruxelas. Pers. 506. *Arrêté* de 26 jul. 1897. Somente em 1900, após a promoção de Van Dionant a cônsul, é que o governo brasileiro levantaria objeções quanto à esdrúxula localização do consulado, em sítio onde não existia uma só autoridade do país (AAE, Bruxelas. Barão de Fallon, legação da Bélgica no Rio de Janeiro, ao ministro dos Assuntos Estrangeiros, barão de Favereau, 27 jan. 1900).

19 N.A. – Decreto assinado por Leopoldo II, com data de 20 de dezembro de 1899, autorizando o cônsul da Bélgica em Descalvados “a aceitar as funções de cônsul da República do Paraguai na mesma cidade” (AAE, Bruxelas. Pers. 506). A esta altura, aliás, Van Dionant já fora nomeado pelo governo de Assunção. Efetivamente, o decreto que o designa cônsul do Paraguai em Descalvados, assinado pelo presidente da República do Paraguai, é de 4 de agosto de 1899 (Paraguai. Presidência de la República, Arquivo, Decretos v. 130, 1899).

20 N.A. – AAE, Bruxelas. Pers. 506. Do representante da Bélgica no Brasil ao ministro dos Assuntos Estrangeiros em Bruxelas, 9 nov. de 1899. Das atividades de Van Dionant relacionadas aos interesses da República do Paraguai, raros indícios arquivísticos foram encontrados em Assunção. Pouco mais terá feito, talvez, que acusar o recebimento de circulares e preparar lacônicos relatórios anuais sobre a situação de indivíduos, que, em sua maioria, teriam sido aliciados para trabalhar nos domínios por ele geridos. É o que sugere a passagem essencial do relatório de 1903: “nada ha habido de notable en mi jurisdiccion consular com [sic] referencia à los subditos paraguayos que en ella habitan, permaneciendo este Consulado sin novedad durante el transcurso de dicho año” (Van Dionant ao cônsul do Paraguai em Corumbá, Mauricio Galeano, 27 jan. 1904. Coleção particular de m.^{me} Van Dionant. Bruxelas).

Em 1904, os rebanhos se achavam tão desfalcados, que foi necessário restringir a “captura” e adquirir gado de outras fazendas, para manter a produção da fábrica (*Recueil Financier*, 1905).²¹

Coincidindo com a guinada nos rumos da companhia, visando à exploração da borracha, foi a Cibils encampada pelo Banque d’Outremer e pela Société du Haut-Congo, partindo para Mato Grosso um agente desta sociedade, Léon Thiéry (*Recueil Financier*, 1899-1900).²² Entrementes, novas firmas mais especializadas no ramo seriam fundadas. Um exemplo, é a Compagnie des Caoutchoucs du Matto-Grosso, Société Anonyme à Anvers (*Annexes*: 1898). Outro, l’Abuna Société Anonyme à Bruxelles, que reivindicava uma área de seringais às margens do rio Abunã, afluente do Madeira, estimada em 36.314 hectares; entre os que subscreveram o capital desta empresa figuravam L’Africaine Banque d’Études et d’Entreprises Coloniales Société Anonyme e o Trust Colonial Société Anonyme, ambas sociedades sediadas em Bruxelas.²³ É lícito supor o envolvimento do rei em tais empresas, entre cujos acionistas e em cujas diretorias imbricadas figuravam pessoas ligadas a sua política imperialista em África e no Oriente. Destaca-se entre tais personalidades o coronel (depois, general) Albert Thys, que exerceu a função de *administrateur délégué* na maioria das grandes firmas que, sob Leopoldo II, se dedicaram a tirar proveito econômico do Congo.

Exploradores belgas, como Alexandre Delcommune, pessoa chegada a Leopoldo II e famoso por suas expedições ao alto Congo, percorreriam afluentes do Amazonas, esquadrihando terras ricas de *Hevea brasiliensis* (*Recueil Financier*, 1901-1902). Negociar-se-iam concessões de grandes seringais, como no caso de uma opção obtida por Thiéry na região do Guaporé (*Recueil Financier*, 1900-1901). O acesso a este rio pela foz é impedido pelo trecho encachoeirado do Madeira, em que deflui. Os belgas se lançariam a um cometimento extraordinário, ligando, de certo modo, a bacia platina e a amazônica. O episódio diz respeito

- 21 N.A. – O relatório do Banque d’Outremer para o mesmo exercício informa, ademais, que, havendo grassado grave doença entre o gado cavalari, o próprio trabalho de “captura” foi prejudicado. Tratava-se da “peste de cadeiras”, também conhecida por vários nomes análogos (“quebra-bunda”, na Ilha de Marajó), que deixa escanchados os membros posteriores dos eqüídeos e cujo agente etiológico é o protozoário *Trypanosoma equinum*. As enzootias desse mal constituem, é claro, grave impedimento às atividades pastoris e têm contribuído para o uso do boi-de-sela nas regiões atingidas.
- 22 N.A. – Em 1905, o Banque d’Outremer entraria, com o domínio de Descalvados, para uma nova entidade que então se constituiu: a Société Industrielle et Agricole au Brésil Société Anonyme à Bruxelles (*Recueil Financier*, Bruxelas, 1899-1900).
- 23 N.A. – *Annexe au Moniteur Belge*, Bruxelas, 4 ago. 1900.

a um vapor adquirido em Buenos Aires e batizado *São Miguel*, nome de um dos rios amazônicos cujos seringais se pretendia explorar. O grupo belga se empenharia, com efeito, em passar a embarcação do rio Jauru para as cabeceiras do Guaporé.²⁴ Van Dionant (1907) descreve o “verdadeiro calvário”, que foi essa empreitada, realizada por volta de 1903. Nela se engajou um grupo de trabalhadores, que haviam sido recrutados no Ceará para cortar seringa no Guaporé e que se faziam acompanhar de seus familiares. A embarcação vinha arrastada sobre carretas tiradas por bois, a cujo esforço se tinha de juntar o dos homens. Chuvas constantes encharcavam o solo, tornando necessário estender faxinas sobre vários trechos do caminho aberto na mata. O percurso de umas 20 léguas levaria sete meses e, nesse tempo, faleceriam, vítimas da malária, não só muitos nordestinos, como ainda trabalhadores paraguaios, bolivianos e argentinos. As etapas ficaram marcadas com as cruzes dos que por lá se enterraram.²⁵

O interesse de Leopoldo II pela Amazônia antecede, aliás, ao empreendimento em Descalvados, sendo conjecturável que este tivesse sido sempre encarado como trampolim para a Hiléia. Em 1890, o rei insistira em saber se o governo brasileiro estaria disposto a ceder a uma companhia belga os direitos de soberania sobre imensa área próxima à fronteira com a Guiana Francesa, objeto de litígio entre o Brasil e a França.²⁶ Em

24 N.A. – A providência vinha satisfazer obrigações impostas pelo Estado na outorga de concessões aos belgas ou a pessoas de quem estes fossem sucessores legais (VAN THONANT: 1907). Com efeito, além de contratos que tratavam diretamente de promover os serviços de navegação, outros privilégios havidos do governo podiam acarretar, embora indiretamente, o encargo de estabelecer e manter certos meios de transporte. Por exemplo: a prerrogativa de trabalhar seringais em terrenos devolutos podia depender de o concessionário apresentar prova de haver exportado certa tonelagem de borracha.

25 N.A. – Outras notas, breves e vagas, afloram o tema obscuro da navegação do rio Guaporé por barco ou barcos da companhia. Assim, o relatório do Banque d’Outremer, relativo ao exercício de 1907, refere o fato de que, durante o mês de agosto, a companhia conseguira, após imensas dificuldades, “pôr em condições de navegar sobre o rio Guaporé um *steamer* destinado ao transporte de mercadorias”, encontrando-se, assim, “em condições de fazer o comércio do cauchu nessas regiões” (Banque d’Outremer, 1908). Em 1910, o órgão da bolsa de Bruxelas informava que, objetivando o escoamento da produção de goma do rio Guaporé, a administração da sociedade enviara um vapor de 10 toneladas (além de duas baleceiras) para esse rio e que a embarcação entrara em serviço em meados de 1910 (*Recueil Financier*, Bruxelas, 1911).

26 N.A. – Archives des Palais Royaux (doravante, AR), Bruxelas. Leopoldo II ao barão Albert d’Anethan, ministro da Bélgica no Rio de Janeiro, 6 jan. 1890. Havia já alguns anos que um grupo de indivíduos se obstinava na tentativa de criar, no âmbito do contestado franco-brasileiro, um chamado Estado Livre ou República de Cunani.

1902, quando os belgas já avançavam para o norte, a partir de Descalvados, Leopoldo II tentaria intervir noutra região contestada: a do Acre, caracterizada pela abundância de seringueiras, como, por exemplo, ao longo do já citado rio Abunã. Com efeito, fez saber que, no caso de vasta concessão outorgada pela Bolívia a um sindicato sediado nos Estados Unidos da América do Norte, “os belgas estariam dispostos a assumir a direção comercial, financeira e militar da empresa, por intermédio de agentes treinados e provados no Congo”.²⁷

O que levaria Leopoldo II a interessar-se²⁸ pela borracha amazônica, se a goma elástica constituía o recurso de maior importância econômica do Estado Livre do Congo, de que se apossara? Uma das causas seria a superioridade do produto derivado da *Hevea brasiliensis*, em relação ao africano, a maior parte do qual penosamente extraído de lianas gigantes dos gêneros *Landolphia* e *Clitandra* (WILDEMAN, GENTIL: 1904). A primazia do látex da seringueira se afirma em termos de, por um lado, melhor qualidade e, por outro, rendimento maior e mais sustentável.

A produção de borracha silvestre continuou a subir na Amazônia, porém, por volta de 1905, começaram a aparecer os primeiros prenúncios da crise que, sob o impacto da congênera cultivada no Oriente, faria ruir a economia da região. Os belgas, cujo arrebatamento expansionista se exaurira, acabariam por desistir dos esquemas que haviam montado para Descalvados e para as florestas pluviais ao norte. A fazenda e outros bens passariam para um conglomerado financeiro dirigido por Percival Farquhar, cidadão norte-americano, que, em 1911, constituiu a socieda-

Esta, afirmavam, fora proclamada em 1874, sendo eleito Presidente um antigo cônsul da França no Pará. É de crer que Leopoldo II estivesse a par do assunto, pois o “governo” da imaginária república enviara às potências notificação oficial de sua existência como Estado livre. Nunca foi levada muito a sério a *soi-disant* República de Cunani, que tomou o nome emprestado a um lugarejo, que, situado à margem do rio homônimo, foi elevado, no papel, à dignidade de capital. Entretanto, seria plausível que, na ocasião, se pudesse perceber na pretensão dos aventureiros (que persistiria, pelo menos, até as vésperas da Primeira Guerra Mundial), mais um fator a turbar a questão dos direitos territoriais na região.

27 N.A. – AR, Bruxelas. Nota ao coronel Thys, 24 dez. 1902. A tentativa de Leopoldo II imiscuir-se na questão do Acre foi estudada por Kurgan van Henteryk (1975).

28 N.E. – O assunto é abordado pelo barão do Rio Branco, então ministro em Berlim, no ofício n. 13, 2ª seção, da legação em Berlim, de 1º de outubro de 1902 (Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro. 202/04/13): “Segundo notícias dos Estados Unidos, publicadas no dia 28 de setembro, organiza-se ali um *trust* da borracha, de acordo com *sir* Martin Conway, de Londres, com o fim de monopolizar a colheita da borracha da Bolívia e do Acre. O rei dos belgas, dizem, é um dos acionistas, espera-se que o novo *trust* poderá dispor anualmente de 12 milhões de libras de borracha”.

de Brazil Land, Cattle and Packing Company, cujos capitais provinham de diversos países.²⁹ Houvera, nos empreendimentos de Leopoldo II, ao lado de ambições territoriais, forte componente mercantil. Daí, seu interesse pelos negócios de grupos econômicos estrangeiros e os entendimentos com financistas da estirpe de um Pierpont Morgan. Morto o rei dos belgas, seus sonhos multiformes de império foram substituídos pelas preocupações, agora exclusivamente econômicas, desses agentes sem territorialidade, que são as empresas transnacionais.³⁰

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. 2º ano da 6ª legislatura. 2ª sessão de 1845. Tomo 1º. Rio de Janeiro: Typographia de Hippolyto J. Pinto, 1845.

BANQUE D'OUTREMER. Compagnie Internationale pour le Commerce et l'Industrie (Société Anonyme). 1905 (Exercice 1904); 1906 (Exercice 1907).

BOIGNE, Charlotte Louise Eléonore Adélaïde d'Osmond. *Mémoires de la Comtesse de Boigne: Récits d'une tante*. Paris: Mercure de France, 1971. Edition présentée et annotée par Jean-Claude Berchet I.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963. v. 6.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1969.

29 N.A. – A assembléia de fundação teve lugar em 15 de julho de 1911, nos escritórios da Corporation Trust Company, na cidade de Portland, Maine, EUA. Observa-se que cada um dos cinco “diretores” possuía apenas duas ações, restando por subscrever 9.990 (Augusta, Maine. Office of the Secretary of State. Corporation Department. Certificate of Organization). Em condições semelhantes, funda-se no mesmo local, em 11 de novembro do mesmo ano, a Guaporé Rubber Company e, dias depois, a Amazon Land and Colonisation Company. A composição das diretorias destas duas firmas é idêntica e, com uma única exceção, coincide com a da Brazil Land, Cattle and Packing Company.

30 Constituí este ensaio como que uma nota prévia sobre um tema deparado no decorrer de investigação que enfoca o extremo oeste do Brasil, na região por onde passa o *divortium aquarum* entre as bacias do Amazonas e do Prata. A pesquisa relacionada ao projeto maior, que trata da expansão pioneira, tem sido favorecida pelo apoio de diversas entidades. Sejam consignados aqui os agradecimentos a que fazem jus a National Science Foundation (Grant SOC 73-05695), a John Simon Guggenheim Foundation e, no âmbito da Universidade da Califórnia em Berkeley, o Center for Latin American Studies e o Committee on Research.

- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). 15. ed. cor. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1940.
- DIONANT, F. van. *Le Rio Paraguay et l'Etat Brésilien de Matto-Grosso*. Bruxelles: L'Imprimerie Nouvelle Société Anonyme, 1907.
- FREIRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia*. O exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968. I. Comentário.
- GAZETA OFFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, ano 6, n. 767, 25 jul. 1895.
- GREINDL, L. *À la recherche d'un Etat Indépendant: Leopoldo II e les Philippines (1869-1875)*. Bruxelles: Académie Royale des Sciences d'Outremer, 1962. Classe des Sciences Morales et Politiques. Nouvelle série, tome XXVI, fasc. 1 (Histoire).
- HENTERYK, G. Kurgan van. Léopold II et la question de l'Acre. *Bulletin des Séances*, Bruxelles, Académie Royale des Sciences d'Outremer, p. 339-363, 1975-3.
- KNOPS, Nicole. Carlos et Madeleine van Dionant de Cáceres. *Bruxellescope*, Bruxelles, s.d.
- LECONTE, J. R. *Les tentatives d'expansion coloniale sous le regne de Léopold 1^{er}*. Antuérpia: Editions Coloniales Zaïre/ V. Van Dieren & Co., 1946.
- MONITEUR BELGE, Journal Officiel, Bruxelles, 2 (282), 9 out. 1841. _____ . Annexes. Acte n. 395 (1^o semestre, 1895); Acte n. 4.754 (4^o trimestre, 1898); 4 ago. 1900. Bruxelles, Service Public Fédéral.
- MULHALL, Marion MacMurrough. *Between the Amazon and the Andes, or Ten years of a lady's travels in the Pampas, Gran Chaco, Paraguay and Mato Grosso*. Londres: Edward Stanford, 1881.
- PONCE Filho, G. *Generoso Ponce, um Chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.
- RECUEIL FINANCIER. Bruxelles: Bourse de Bruxelles. 1899-1900 (Ano 7); 1900-1901 (Ano 8); 1901-1902 (Ano 9); 1905 (Ano 12); 1911 (Ano 18).
- ROEYKENS, A. *Le dessein africain de Léopold II*. Nouvelles recherches sur sa genèse et sa nature 1875-1876. Bruxelles: Académie Royale des Sciences Coloniales, 1956. Classes des Sciences Morales et Politiques. Nouvelle série, tome X, fasc. 1 (Histoire).
- VEDIA, Agustín. de. *Martín Garcia y la jurisdicción del Plata*. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora de Coni Hermanos, 1908.
- WILDEMAN, Emile de; GENTIL, L. *Lianes Caoutchoutifères de l'Etat Indépendant du Congo*. Bruxelles: [s.n.], 1904.

CORRENDO O VÉU

Segredos da Política Internacional
Sul-Americana

Episódios de uma intriga diplomática: cem anos da publicação de *Correndo o Vêu*

Alvaro da Costa Franco

Há cem anos, precisamente em 1908, uma publicação apócrifa, intitulada *Correndo o Vêu*, ocupou durante alguns meses as chancelarias e a imprensa da Argentina, Brasil e Uruguai. No Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, há numerosa correspondência sobre o assunto, mas não me foi dado ali encontrar o opúsculo que causara sobressaltos no Rio da Prata, criando constrangimentos ao ministro de Relações Exteriores da Argentina, a quem visava, e pretendia, também, influenciar a política brasileira no Prata. Por acaso, encontrei num livreiro de Buenos Aires um exemplar deste raro folheto.

Entendo que o episódio não tem maior relevância para nossa história diplomática, embora, na época, tenha adiado – de uns meses apenas – a revisão da fronteira brasileiro-uruguaia no rio Jaguarão e na lagoa Mirim. Ilustra, entretanto, o contexto em que se desenvolviam as relações interamericanas da época, marcadas por pleitos de poder ou prestígio, recurso a astúcias e manipulações da opinião pública, que pouco tinham a ver com as realidades sócio-econômicas da região e com os seus verdadeiros problemas, e refletiam, aparentemente, um certo mimetismo da política internacional européia, a despeito das profundas diferenças entre as condições reinantes em um e outro espaço. É, ademais, produto de uma certa idéia de diplomacia, com tinturas “maquiavélicas”, de que é mais um exemplo o caso do telegrama n. 9, que veio, no ano seguinte, perturbar as relações entre o Brasil e a Argentina.

Se, no Brasil, *Correndo o Vêu* ficou praticamente esquecido, o mesmo não ocorre na Argentina, como se pode ler no volume VII (“La Argentina frente a la América del Sur, 1881-1930”) da *Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas*, obra coletiva dirigida por Andrés Cisneros e Carlos Escudé.¹

Entre 1906 e 1908, sendo presidente da Argentina José Figueroa Alcorta, Estanislao Zeballos estava, pela terceira vez, à frente da chancelaria portenha. Movido por desconfianças efetivas ou fictícias com

1 Disponível em: <www.argentina-rree.com/historia>. Acesso em: 27 ago. 2007.

relação à política do barão do Rio Branco, advogava um programa de reequipamento da armada argentina, ao ritmo de uma campanha de imprensa, em que as acusações à política exterior brasileira, veiculadas pelos órgãos que lhe eram parciais, estimulava um clima de conflito e fazia parecer o recurso à guerra uma decorrência natural dos acontecimentos. Era, segundo avaliação de autores argentinos, o reflexo do expansionismo de alguns círculos oficiais argentinos, alimentado pelo espírito da época e pelo sentimento de orgulho da classe dominante argentina pelo crescimento econômico experimentado pelo país.

A agressividade de Zeballos não poupava o Uruguai, em meio ao dissídio sobre os limites no rio da Prata, fonte de crises recorrentes entre os dois países. Entendia que as águas do Prata eram argentinas, cabendo ao Uruguai uma fronteira seca.

Como Zeballos estava longe de ter a unanimidade dos jornais argentinos, estes acontecimentos eram objeto de um vivo debate no âmbito da imprensa portenha, com ecos em Montevideu e no Rio de Janeiro, criando um clima nada propício ao diálogo diplomático.

É neste cenário que, em setembro de 1907, apresenta-se à legação em Buenos Aires um senhor, sob o nome de Mederos Morales, de nacionalidade uruguaia, mas supostamente descendente de brasileiros, para oferecer ao nosso ministro, Joaquim Francisco de Assis Brasil, “um exemplar da edição reservada” que o ministro Zeballos mandara fazer do discurso que pronunciara em uma reunião de notáveis, realizada, em 14 de setembro de 1906, para tratar do reequipamento da armada argentina. Oferece o documento, sem mostrá-lo. Como Assis Brasil não manifesta interesse, dizendo conhecer o pensamento de Zeballos, o “colaborador” volta à carga, a 14 de novembro, desta vez franqueando o texto à leitura do ministro do Brasil e pedindo-lhe um altíssimo preço. Embora opinando pela autenticidade do texto, Assis Brasil descarta a hipótese de pagar a soma pedida pelo documento, mas submete a oferta a Rio Branco, na carta particular de 15 de novembro, com a observação de que, “se o homem se decidisse a soltá-lo por qualquer coisa, aconselharia sua aquisição”. É curioso notar – pelos motivos que adiante veremos – que Assis Brasil julgava que “a maior importância do papel seria preparar o ânimo do Uruguai, se fosse caso disso”. Aí morre o assunto.

Cai no esquecimento, até 16 de fevereiro do ano seguinte, quando o *Jornal do Brasil* publica um telegrama de Montevideu dando notícia de que o navio *Amazon* desembarcara volume com numerosos exemplares de um folheto, publicado em São Paulo e intitulado *Correndo o Vêu*, dan-

do opiniões de Zeballos num discurso na assembléia de notáveis. Na mesma data, Rio Branco telegrafa à legação em Montevidéu, pedindo confirmação, junto ao correspondente do *Jornal do Brasil*, de que o folheto fora editado em São Paulo e por qual navio chegara a Montevidéu, anunciando que mandaria fazer um inquérito sobre o assunto e pedindo exemplares do folheto e todas as notícias de imprensa sobre o assunto.

Já no dia 18, os jornais de Buenos Aires transcrevem o texto do discurso atribuído a Zeballos, que se apressa, aliás, a afirmá-lo “apócrifo em todas as suas partes”. Seus amigos sugerem que pode se tratar de uma intriga de políticos que lhe são desafetos. Um jornal sugere uma autoria brasileira. Os jornais que o combatem buscam confirmar a autenticidade e atribuem ao próprio Zeballos a divulgação. Outros, como *La Nación*, pedem-lhe a renúncia.

Em Montevidéu se pensa ou se quer fazer crer que *Correndo o Vêu* foi impresso em Buenos Aires e especula-se sobre os motivos que teriam inspirado os responsáveis pela falsificação.

O exame do folheto recebido da legação em Montevidéu – cujo título completo era *Correndo o Vêu: segredos da política internacional sul-americana* – não dava margem a dúvidas. O Barão pediu ao governo de São Paulo que investigasse o caso. Não se conhecia nenhum Amílcar de Sanabria, não fora impresso em nenhuma gráfica paulista, não fora enviado pelo correio, nem despachado por via marítima, não passara pela alfândega de Santos. A linguagem da introdução traía uma evidente falsificação, feita por quem não conhecia o idioma português.

Restava a avaliação do conteúdo, os supostos “Fundamentos del voto del Doctor Don Estanislao S. Zeballos en la junta de notables presidida por el Doctor Don José Figueroa Alcorta, con motivo de aumento de armamentos navales y celebrada en Buenos Aires en septiembre de 1906”. Era totalmente apócrifa, como pretendia Zeballos; uma fiel reprodução de seu discurso, como afirmavam outros; ou, simplesmente, refletia o seu pensamento, conhecido através de seus artigos e matérias de imprensa por ele inspiradas?

Não tenho elementos de juízo para convalidar a segunda hipótese – a da fiel transcrição de suas palavras na reunião da junta de notáveis –, mas o cerne de seu pensamento está ali reproduzido e esta foi a interpretação que prevaleceu entre os brasileiros. O próprio Zeballos admitiu, em audiência concedida ao nosso encarregado de negócios em Buenos Aires, que o texto se valera de artigos seus, publicados na *Revista de Derecho, Historia y Letras*.

O documento não se limitava ao texto atribuído a Zeballos: continha objeções de outros participantes da reunião, que se opunham às teses de Zeballos, com argumentos nem sempre agradáveis aos sentimentos brasileiros. Era o caso das afirmações atribuídas ao general doutor Benjamin Victorica, genro de Urquiza, ex-ministro da Guerra e Marinha e ex-presidente da Suprema Corte, que participara da guerra da Tríplice Aliança, sobre o valor de nossos soldados, ou da eterna idéia de que o Brasil seria fragilizado pelo pretense separatismo do Rio Grande do Sul. Victorica acorreu aos jornais para desmentir as declarações que lhe eram atribuídas e manifestar seu apreço ao Brasil e ao valor de seu exército. Sua troca de cartas com Zeballos teve ampla repercussão.

Entrementes, no Uruguai, as repercussões continuam. Em 4 de março, o ministro brasileiro em Montevidéu, Francisco Xavier da Cunha, especula sobre qual o país a que interessaria a divulgação do suposto discurso de Zeballos, para sugerir que ao governo uruguaio conviria um clima de tensão entre Rio e Buenos Aires, no contexto das divergências sobre os limites argentino-uruguaio no Rio da Prata. O ministro das Relações Exteriores, Bachini, havia declarado a Xavier da Cunha que o texto estivera, durante vários dias, no cofre do consulado uruguaio em Buenos Aires. Na opinião do chefe da legação em Montevidéu, esperava-se uma forte reação do Brasil, que provocasse a renúncia ou demissão de Zeballos.

Outro acontecimento veio arrimar esta hipótese. Nos primeiros dias de março, *La Nación* publicou um telegrama, oriundo de Montevidéu, afirmando que Rio Branco aconselhara ao Uruguai toda uma série de providências relativas ao dissídio sobre os limites no estuário do Prata. *La Prensa*, em editorial de 6 de março, duvidava da autenticidade das declarações atribuídas a Rio Branco, que, mantidas, resultariam injustificada e inexplicavelmente agressivas por insidiosas, pois “simulando velar por uma harmonia, que ninguém trata de alterar, semeiam a cizânia no campo da cordialidade uruguaio-argentina”.

A reação de Rio Branco não se fez esperar: a 7 de março, a agência Havas transmitia um desmentido formal e, no telegrama n. 13, dirigido na mesma data à legação em Montevidéu, constatava que “há evidentemente em alguns políticos e jornalistas daí o propósito de envolver-me em intrigas com a Argentina, intrigas que não podem senão dificultar a solução honrosa e satisfatória que esse governo deseja obter da questão pendente”. Cita a publicação de *Correndo o Véu* e a notícia de *La Razón*, para fazer dizer ao governo uruguaio que, em virtude do clima inoportu-

no, decidira adiar as negociações sobre o tratado de limites no rio Jaguarão e na lagoa Mirim. A 9 de março, Xavier da Cunha cumpre junto ao ministro Bachini as instruções que recebera de Rio Branco.

Rio Branco, zeloso na condução de sua política platina, não tinha ali executores tão atentos quanto desejaria. O encarregado de negócios em Buenos Aires, Teffé, tomara a iniciativa de comunicar a Zeballos o telegrama com o desmentido do Barão. O Barão registra sua surpresa, mas não desautoriza Teffé e não comenta o fato com o ministro argentino no Rio, Júlio Fernández. Na troca de telegramas com Montevideú, menciona, entretanto, o fato, que é divulgado pelo diário *El Tiempo*. O Barão indigna-se e interpela o ministro Francisco Xavier da Cunha, que produz, no mesmo dia 11 de março, uma inusitada carta da redação de *El Tiempo*, afirmando que obtivera a informação através do trabalho de seus próprios repórteres. Rio Branco teria, entretanto, condições de saber que a inconfidência efetivamente partira do próprio Xavier da Cunha.

Continuava viva a curiosidade sobre o grau de envolvimento do governo de Montevideú no caso do *Correndo o Véu* e sobre seu autor intelectual.

Uma carta, datada de 20 de março – de que existe uma cópia datilografada no AHI –, dirigida por Adolfo da Silva Gordo Jr., secretário da legação em Montevideú a um destinatário não identificado, pedia que se desse a conhecer a Rio Branco o resultado de conversa que mantivera sobre o assunto com o encarregado de negócios da Espanha. Segundo este, o ministro da Argentina em Montevideú, Alejandro Guesalaga, confiara-lhe que o autor do folheto era o ministro uruguaio em Buenos Aires, Eduardo Acevedo Dias, que teria agido “com plena aquiescência” do ministro Bachini. O governo argentino se teria inteirado do fato e o haveria declarado *persona non grata*.

Esta última informação parece não ter fundamento. Acevedo Dias foi designado ministro em Roma e, em maio, estava ainda fazendo suas despedidas ao corpo diplomático em Buenos Aires. Luís Santiago Sanz em um artigo,² largamente baseado nos arquivos de Zeballos, cita uma entrada do diário de Zeballos que pareceria indicar que, somente em 22 de maio, teria sido informado pelo ministro da Alemanha que Acevedo Dias se gabara de ser o autor do já famoso folheto. Determinara, no dia

2 SANTIAGO SANZ, L. El Poder Naval y la Junta de Notables de 1906. *Estrategia*, Buenos Aires: Instituto Argentino de Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales, n. 46-47, p. 47-90, maio-ago. 1977.

seguinte, à legação Argentina em Roma que não mantivesse contacto com o novo representante do Uruguai. Na entrevista com o ministro alemão, Zeballos ainda afirmara que o documento fora adquirido por Assis Brasil, por 5.000 pesos, e por este cedido ao ministro uruguaio. Zeballos não poderia ignorar o que seu ministro em Montevideu revelara ao colega espanhol. Sua atitude em relação a Acevedo Dias poderia dever-se ao fato de que este se estivesse, então, vangloriando ante o corpo diplomático de sua impostura.

A autoria de Acevedo Dias seria igualmente confirmada por uma carta de Zeballos a Roque Sáenz Peña, datada do dia seguinte, 23 de maio de 1908, citada por Roberto Etchepareborda em sua *História de las Relaciones Internacionales* (1978). Entretanto, em sua obra *Zeballos y la política exterior argentina*,³ o mesmo autor não manifesta dúvidas quanto à autenticidade do discurso de Zeballos, seguindo Luís Santiago Sanz, no artigo acima referido.

A atribuição a Acevedo Dias é confirmada, em um livro de memórias, pelo diplomata uruguaio Luís Enrique Azarola Gil, que transcreve, no subtítulo “Três Notas del Ministro Acevedo Dias”, esta confissão da autoria:

Efectivamente, fui yo el autor exclusivo y único responsable del folleto llamado *Correndo o Véo* (1908) a raíz del conflicto de jurisdicción de aguas, escrito al solo fin de poner al gobierno argentino en el caso de desentenderse de la conducta y proceder de su ministro de relaciones, doctor Zeballos; lo que se logró, según lo expresaron así los principales órganos de la prensa Argentina. (...) La forma y medios empleados para la edición de ese folleto, se explican facilmente, a fin de no comprometer a mi gobierno y a mi carácter de ministro, en un debate o conflicto a que era ajeno y cuya responsabilidad me era a mi solo imputable.⁴

O patriotismo de Acevedo Dias, que desculpava sua iniciativa, explicaria possivelmente esta assunção total de responsabilidade, isentando o governo uruguaio de participação na duvidosa manobra.

Parece inegável que a iniciativa da publicação coube efetivamente a Acevedo Dias, mas parece também certo que o discurso atribuído a Zeballos efetivamente fora por ele pronunciado na reunião de notáveis,

3 Buenos Aires: Pleamar, 1982. p. 75-89.

4 AZAROLA GIL, Luis Enrique. *Ayer 1882-1952*. Lausana: Imprimeries Réunies S.A., 1953. p. 122.

ainda que Acevedo Dias, ministro em Buenos Aires, conhecesse suficientemente bem Zeballos e os artigos da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, para poder, eventualmente, modificar o texto sem roubar-lhe a verossimilhança. Onde, evidentemente, falhou, foi na introdução em português, do licenciado Amilcar de Sanabria...

De qualquer forma, ainda a 20 de fevereiro, Zeballos, numa nota justificativa, registra em seu diário:

Estuve en la presidencia para explicar todo lo que se refiere a la publicación de *El Diario*, sus antecedentes, su efecto inofensivo para los cálculos impatrióticos de mis enemigos y el resultado favorable para nuestra república que produciría en la opinión nacional y en el extranjero. Ante el extranjero nos hará respetables porque revela la existencia de hombres que conocen los asuntos internacionales y tienen la voluntad firme de defender el país; en el interior, aunque la publicación ha sido un acto insensato y impatriótico, ha tenido la virtud y debe ser agradecida por ello, de revelar al país una serie de hechos y de circunstancias dignas de ser meditadas, que permanecían en reserva, lo cual hará un levantamiento de opinión. El Presidente se muestra tranquilo y satisfecho.

Como convém a uma intriga novelesca, tudo se conclui por um *happy end*. O acordo sobre a nova linha de limites entre o Brasil e o Uruguai no rio Jaguarão e na lagoa Mirim foi assinado em 30 de outubro de 1909; Eduardo Acevedo Dias foi, em 1911, designado ministro no Brasil; o Barão deu-lhe o *agrément* e ele permaneceu entre nós de dezembro de 1911 a fins de abril de 1915; a Argentina e o Uruguai concluíram em 1910 um *modus vivendi* sobre seus limites no rio da Prata; e Rio Branco dirigiu ao plenipotenciário argentino, Roque Sáenz Peña, a seguinte mensagem:

Doctor Sáenz Peña
Montevideú

Receba Vossa Excelência as minhas mais cordiais felicitações pelo acordo que acaba de negociar com a República Oriental, assim como os meus agradecimentos de brasileiro pela honrosa referência que fez aos tempos da efetiva aliança entre o Brasil e os povos do Rio da Prata. As belas palavras de Vossa Excelência ecoaram em toda a extensão deste país amigo como o prenúncio de uma nova era de serena confiança e perfeita cordialidade internacional para as três repúblicas do Atlântico Sul. O centenário

argentino não podia começar de modo mais digno e auspicioso. Parabéns a Vossa Excelência.

Rio Branco

Publicamos a seguir, *ipsis litteris*, a íntegra de *Correndo o Vêu*, com a introdução em português, da suposta autoria do “Licenciado Amilcar de Sanabria”, datada de São Paulo, janeiro de 1908 e os “Fundamentos del Voto del Doctor Don Estanislao S. Zeballos”, bem como alguns dos documentos da correspondência oficial brasileira sobre o tema.

AHI • 224/03/12 • DESPACHO TELEGRÁFICO • 16 FEV. 1908

À legação brasileira em Montevidéu

Ministro del Brasil

Número 8 – RESERVADO – Telegrama de Montevidéu no *Jornal do Brasil* diz que pelo paquete *Amazon* chegaram aí muitos exemplares de um folheto publicado em São Paulo título *Correndo o Vêu* dando opiniões de Zeballos num discurso na Assembléia dos Notáveis com o título *Fundamento del Voto*. Queira perguntar a Farinha se ele tem certeza de que o folheto foi impresso em São Paulo e seguiu pelo *Amazon* ou outro navio. Se impresso em São Paulo, o original e a encomenda devem ter vindo secretamente de Montevidéu ou Buenos Aires para que se acredite que a publicação é de origem brasileira. Não costumamos aqui publicar informações que nos são dadas em segredo. Vou mandar proceder a um inquérito em São Paulo. Rogo-lhe mandar-me uns três exemplares e dizer telégrafo se há indicação da casa impressora, remeter-me também em duplicata tudo quanto for publicado a respeito.

Rio Branco

URGENTE – via Western



AHI • 208/02/11 • DESPACHO TELEGRÁFICO • 19 FEV. 1908

[A] legação [*brasileira*] em Buenos Aires

Número 3 – QUARTA-FEIRA – Por telegrama que recebi de Montevidéu, desde 16 do corrente e pelos de Montevidéu e Buenos Aires publicados nos jornais, tenho notícia da distribuição, na primeira dessas cidades, de um folheto que se diz impresso em São Paulo, sem indicação de tipografia e com um prefácio do licenciado Amilcar Sanabria e apresentando opiniões do ministro Zeballos na reunião secreta de notáveis em setembro de 1907.

Como sabe, não há no Brasil o grau de licenciado. Não existe em São Paulo Amílcar Sanabria e não podia ser conhecido ali o discurso do senhor Zeballos. O secretário de Justiça do estado de São Paulo procedeu a um inquérito e verificou: nenhuma tipografia da capital imprimiu semelhante folheto. Não houve expedição alguma de pacotes para Montevideu pelo *Amazon*, nem pelo correio como encomendados postais, nem pela alfândega de Santos como cargas. É, portanto, fora de dúvida que o folheto foi impresso no Uruguai ou na República Argentina.

Rio Branco



AHI • 208/01/07 • TELEGRAMA • 20 FEV. 1908

[*Da legação brasileira em Buenos Aires*]

Número 2 – QUINTA-FEIRA – Mostrei Zeballos telegrama Vossência recebido esta manhã, assim como folheto entregue ontem legação, com o carimbo correio esta capital, dirigido encarregado de negócios, avenida Quitana, 451. Fiz notar [no] prefácio incorreções [e] erros ortográficos e principalmente sinais [de] pontuação unicamente usados língua espanhola. Agradeceu muitíssimo declarações telegrama Vossência, prova cordialidade nossas relações. Há três dias telegrafou Fernandez, prevenindo avisar Vossência nenhum crédito dava procedência folheto. Sabia ser publicação feita aqui no Prata, com trechos de artigos publicados antes [na] *Revista [de] Derecho [Historia y Letras]*. Parte referente Brasil declara ser pura invenção. Disse-me todos [os] diplomatas [e] ministros [do] governo receberam idênticos também com carimbo correio Buenos Aires. Desconfia, entretanto, procedência [seja] Montevideu. Pedem-me assegurar Vossência nunca imaginou haver sido publicado [em] São Paulo. Nesse sentido vai telegrafar ministro [no] Rio para visitar Vossência e fazer-lhe presente essa comunicação. Como demonstração amizade, convidou-me jantar sua quinta [em] Morón.

Teffé



AHI • 223/01/15 • OFÍCIO • 20 FEV. 1908

2ª Seção

N. 3

RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Montevideú, 20 de fevereiro de 1908.

Senhor Ministro,

Tive a honra de receber telegrama de V.Exa., em que trata do folheto, com o discurso do sr. Zeballos na Junta de Notáveis, tendo respondido com os meus telegramas números 11 e 12 que, em seguida, transcrevo:

Número 11 – Folheto contém um preâmbulo em português que parece vertido espanhol, firmado lic. Amilcar de Sanabria com data São Paulo, janeiro 1908. Em seguida vem discursos Zeballos. Na primeira página diz São Paulo 1908. Não indica tipografia. Primeiros exemplares apareceram em mãos [de] Farinha que disse ter recebido seis, ofereceu-me um e outro [a] Bachini. Por ora não há notícia na imprensa. Mandarei informações for recebendo.

Número 12 – Ontem foi distribuído folheto pela imprensa. Dizem terem vindo de Buenos Aires. Imprensa começou publicação da parte relativa esta república com poucos comentários. Não se acredita impressão folheto São Paulo. Supõe-se uma trica para desviar atenção, pois se pensa em geral ter sido impresso em Buenos Aires.

Todas quantas diligências por mim e outras pessoas do meu conhecimento foram empreendidas para conhecer a procedência desta publicação não produziram senão conjeturas mais ou menos prováveis; a crença de que fosse publicado esse documento por iniciativa do governo brasileiro e em São Paulo está inteiramente abandonada, por efeito da natural convicção de que a nós convinha conhecer o conteúdo do discurso, mas não convinha dá-lo ao prelo.

Parece evidente, seja quem for o fator desta divulgação, que o fim premeditado era promover a retirada do chanceler argentino e, ao mesmo tempo, desmoralizar os seus planos de perturbação internacional por um prévio e irrefutável conhecimento deles.

Por enquanto esses resultados não se produziram. Zeballos nega autenticidade ao discurso e não é provável que seja sacrificado aos justos motivos de queixa do Brasil e do Uruguai, por ter aconselhado ao governo argentino que se arme para opor-se a vistas, fantásticas, de engrandecimento do Brasil, quando nas entrelinhas do discurso se lê (sem estar escrito) que os argentinos devem preparar-se para absorver os dois Estados que ainda giram fora da antiga órbita do vice-reinado de Buenos Aires, embora contra a vontade destes Estados e contra a nossa possível intervenção.

A situação, é para os planos do sr. Zeballos, inteiramente desfavorável. Os argentinos se debatem em uma séria crise política de influências locais, que ameaça alterar a marcha legal da república; ao mesmo tempo que as classes acomodadas e a operária não pensam em conquistas e em guerras formidáveis, mas, com mais modestos impulsos, em recolher os frutos da terra e os proventos da permutação que os faz circular e distribuir. O governo oriental está vigilante, organizado solidamente, bastante forte para sufocar qualquer intentona no interior do país e afrontar as ameaças do exterior, mesmo no caso de serem postos em começo de prática, eventualidade que parece por enquanto distanciada e adormecida por algum tempo no arquivo das projetadas grandezas do nosso vizinho.

De pronto e com caráter positivo, fica-nos a lição proveitosa dos fatos. As aspirações que Zeballos nos atribui são as aspirações argentinas. São elementos que não devem ser esquecidos nas previsões do nosso governo, previsões a que V.Exa. tem consagrado com uma larga parte nas suas patrióticas lucubrações.

Deixo de mandar a V.Exa., como deseja, os jornais que tratam deste assunto por considerar que não se destacam, em suas apreciações, de conceitos vulgares e sem importância.

Pelo correio e certificados, remeto dois exemplares do folheto, únicos que pude obter. Reitero a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

F. Xavier da Cunha

A S.Exa. o Sr. Dr. J. M. da S. P. do Rio Branco,
Ministro de Estado das Relações Exteriores



AHI • 224/03/12 • DESPACHO TELEGRÁFICO • 21 FEV. 1908

[40] Ministro do Brasil, Montevideú

Número 18 – *Jornal do Brasil* recebeu de Montevideú e começou a publicar ontem discurso Zeballos. Já pedi Vossência remeter-me esse folheto.

Rio Branco



AHI • 223/01/15 • OFÍCIO • 4 MAR. 1908

2ª Seção

N. 5

RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Montevideú, 4 de março de 1908.

Senhor Ministro,

A opinião sensata, que busca a razão das coisas, não acredita que publicação do discurso Zeballos tenha vindo do Brasil e não acredita porque não se descobre qual o interesse de semelhante divulgação por nossa parte. Se compreende que nos convinha conhecer o famoso documento, mas não dá-lo ao prelo em circunstâncias inteiramente inoportunas.

Descartada esta hipótese, resta indagar se convinha ao próprio Zeballos que fossem conhecidas suas idéias, sendo ele ministro das Relações Exteriores. Por uma face, convinha, porque mãos alheias, embora misteriosas, o apresentavam ao seu país por uma indiscrição em que ele não tomava parte, ao menos em aparência, como um estadista de largas vistas, desde que aconselhava o armamento em previsão de futuras complicações suscitadas pela ambição do Brasil, quando os outros notáveis se mostravam desidiosos e imprevidentes.

E, tudo isto, com a suma habilidade de atribuir ao Brasil os conhecidos projetos da Argentina, como se quisesse significar aos bons entende[do]res que os armamentos serviriam de fato para a realização destes projetos.

Por outro lado, o conhecimento desse documento pelo Brasil poderia prejudicar o plano de ação sobre esta república, a primeira que a Argentina se propõe assimilar, sendo por enquanto o Paraguai um aliado que convém cultivar, com a esperança de compensações aos desastres sofridos em outra época, cuja culpa se nos imputa, embora fossem os argentinos aquinhoados com os despojos opimos.

Note-se, porém, que esta suposição perde valor admitindo-se como muito provável que o sr. Zeballos tivesse dados para acreditar que o documento não era desconhecido em nossa chancelaria.

Admitida esta hipótese, admite-se facilmente que Zeballos lançou o seu papel ao público como recomendação à opinião do seu país e como uma prevenção para justificar ulteriores procedimentos à República do Uruguai e dos quais fosse ele o fautor necessário.

Continuo a manter a opinião, já uma vez emitida nestas comunicações, a saber: que o plano argentino começará a ter princípio de execução este ano até princípios do próximo, por não estarmos preparados para fazer frente aos acontecimentos, ou será atrasado ante os nossos meios de ação para quando as circunstâncias se mostrem favoráveis.

Resta encarar a possibilidade de que tivesse o governo oriental interesse na publicação. Em verdade, a situação desta república para com a sua vizinha do oeste é grave. A questão do estuário é uma ameaça constante de rompimentos. No seu isolamento, porque a garantia da sua independência por nossa parte pode ser iludida, resulta a conveniência de que se tornem irritantes as relações entre seus dois vizinhos e daí provenha a resultante almejada, de um compromisso de apoio eficaz para o caso de perigo.

O sr. Bachini declarou-me, antes de publicado o discurso Zeballos, que o tinha tido por vários dias no cofre do seu consulado em Buenos Aires e que, por pedido da pessoa que lho facultou, receosa de comprometer-se, não foi estampado no *Diário*, do qual é diretor, como V.Exa. sabe, o senador Lainez, inimigo de Zeballos e amigo do ministro oriental.

Parece que se visava a retirada de Zeballos por efeito da pressão que exerceria o governo do Brasil sobre a Argentina. Esse plano, em cujo caso a república oriental seria *tertius gaudet*, malogrou-se pela atitude circunspecta e cautelosa de V.Exa. e pela declaração de Zeballos de ser apócrifo o escrito a ele imputado.

Deve lembrar-se V.Exa., em apoio desta suposição, que o sr. Bachini manifestou-me a idéia de uma reclamação nossa no sentido acima figurado, idéia que lhe declarei não me parecer viável nem conseqüente.

Acaba de ser publicada, no periódico ilustrado de Buenos Aires *Caras y Caretas*, uma entrevista feita ao sr. Bachini, onde vêm consignadas todas as opiniões deste em relação a Zeballos e ao discurso, opiniões de que não tem feito mistério. No dia seguinte foi desmentida no diário *El Día*, por autorização, a autenticidade da entrevista, pelo que não é sem propósito supor que o sr. Bachini quis fazer uma jogada como represália, no estilo do chanceler argentino. Não posso descobrir a conveniência de um tal procedimento e, estando eu de visita ao sr. presidente da República, compreendi que o dr. Williman também não encontra explicação sobre a utilidade destes excitamentos acrimoniosos.

Tenho a honra de juntar dois exemplares da entrevista feita ao sr. Bachini.

Se me comunicou, em reserva, que o governo mandou consultar na Europa a um engenheiro competente sobre um projeto de fortificação de Montevideú, exposto, como já tive ocasião de mencionar, a um assalto com probabilidades de êxito.

Tenho a honra de reiterar a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

F. Xavier da Cunha

A S.Exa. o Sr. Dr. J. M. da S. P. do Rio Branco,
Ministro de Estado das Relações Exteriores



AHI • 208/01/07 • TELEGRAMA • 5 MAR. 1908

Da legação [*brasileira*] em Buenos Aires

Número 1 – QUINTA-FEIRA – *Razón*, comentando notícia publicada *Nación*, transmitida de Montevideú sobre conselhos atribuídos Vossência [*no sentido de*] resolver por arbitragem conflito jurisdição águas Prata, diz conselho oculta desígnio sutil, destinado [*a*] reviver discórdias entre os

povos platinos. Afirma Vossência aproveitou ocasião esfriamento relações entre estes governos para semear intrigas que não surtirão efeito. Diz, também, que submeter [a] arbitragem questões resolvidas, no instante estremeamento relações, hoje que ânimos serenaram é instigar afastamento dos povos amigos. Assevera direito argentino está consignado e não teme discussão alguma. Por isso tais conselhos são inoportunos e *gajaderos* (sic) e não tardará muito notícia daí, negando paternidade.

Teffé



AHI • 208/01/07 • TELEGRAMA • 6 MAR. 1908

Da legação [*brasileira*] em Buenos Aires

Número 2 – SEXTA-FEIRA – Editorial *Prensa* hoje, referindo-se questão jurisdição águas Prata, diz nenhum país [do] continente sul-americano procedeu [com] maior desinteresse, generosidade e franqueza [no] arranjo de questões internacionais que [a] Argentina; porém, segundo teoria sustentada e preconizada por este governo, assunto afetando soberania dos Estados não pode ser submetido a arbitragem. Cita em apoio último tratado com [a] Itália, em que foram excetuadas estas questões. Afirma que, se reclamação uruguaia não tivesse sido formulada sobre domínios legítimos e indiscutíveis da Argentina, que em nenhum caso pode ceder, esta teria proposto solução [do] problema [por] meio arbitragem. Duvidando autenticidade de declarações Vossência, acha que, [em] caso afirmativo, resultariam injustas, agressivas e insidiosas, pois, simulando velar por harmonia, tratam [de] semear discórdia [entre] Uruguai [e] Argentina.

Teffé



AHI • 223/01/15 • OFÍCIO • 6 MAR. 1908

2ª Seção

N. 2

RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Montevideú, 6 de março de 1908.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o telegrama que ontem expedi nestes termos:

Exteriores Rio – Número 15 – OFICIAL – *La Razón* publicou ontem de noite uma notícia do Rio, atribuindo Vossência opiniões francas sobre situação Rio da Prata, entre as quais aconselha o Uruguai propor arbitragem questão estuário, caso recusa notificar nações amigas. Considera uma demência atentar contra independência Uruguai que é um fato indestrutível e mais algumas considerações neste estilo. Cunha

Junto dois exemplares da inserção feita pela [*sic*] *La Razón*, jornal que, tendo estado suspenso por algum tempo, reapareceu justamente neste dia, sob a direção do dr. Samuel Blíxen, muito conhecido por V.Exa. e um dos mais brilhantes escritores de Montevideú. A imprensa diária mostrou-se reservada sobre este assunto e alguns jornais não reproduziram a notícia.

Reitero a V.Exa. os protestos de minha respeitosa consideração.

F. Xavier da Cunha

A S.Exa. o Sr. Dr. J. M. da S. P. do Rio Branco,
Ministro de Estado das Relações Exteriores



AHI • 223/01/15 • OFÍCIO • 10 MAR. 1908

2ª Seção

N. 6

RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Montevidéu, 10 de março de 1908.

Senhor Ministro,

Transcrevo aqui o telegrama de V.Exa., que tive a honra de receber, estando sublinhada a parte cifrada:

Número 13 – SÁBADO, 7 – Recebido o seu 15. Não tive *interview* algum sobre o assunto do estuário do Prata. A correspondência deve ter sido forjada aí mesmo. Há evidentemente alguns políticos e jornalistas daí [com] o propósito de envolver-me em intrigas com a Argentina, intrigas que não podem senão dificultar a solução honrosa e satisfatória que esse governo deseja obter da questão pendente. Há pouco deu-se a publicação *Correndo o Vêu*, feita no Rio da Prata como claramente mostram os erros de português e espanholismos do prefácio e que maliciosamente mas ingenuamente se pretendeu passar como feita no Brasil. Agora surge esse artigo em *La Razón*. Nunca aconselhei proposta de arbitramento imediato porque de antemão se sabia que seria agora rejeitada. Nunca aconselhei notificação de recusas às nações amigas. E não posso deixar de considerar altamente inconveniente essa guerra de imprensa que só serve para criar irritações e dificuldades. Questões de tanta delicadeza não se tratam por meio de escândalos jornalísticos; é conveniente que Vossência faça sentir isso aí. Pode dizer tudo isso a Bachini acrescentando que eu já havia preparado terreno político aqui para formular um tratado sobre as águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, mas, à vista do procedimento irritante que se tem tido aí, procurando criar excitação sobre a questão das águas do Prata e indispor-nos com a Argentina, resolvi adiar achando inoportuno [o] momento. Sobre folheto *Correndo o Vêu*, não mandei fazer visita alguma a Zeballos, como ele apregoou. Telegrafei a Tefé 18/02 e este, por sua conta, mostrou meu telegrama [a] Zeballos, sem dizer que tivera ordem para mostrar ou visitar.

Fiz ontem uma visita ao sr. Bachini com o propósito de dar conhecimento verbal da comunicação de V.Exa., tendo o cuidado de

explicar-lhe que a parte final tinha sido escrita em cifra. Mostrou-se impressionado, segundo pareceu-me, nas suas expansões. Começou por dizer-me que ao assumir o cargo, tinha dito ao presidente que a República só devia contar com as suas forças e não com os seus vizinhos; e não desejava que se pensasse que o governo oriental se deixava levar por influências estranhas entre as quais há influência do próprio sr. Rio Branco, como se apregoava; que a publicação do folheto *Correndo o Vêu* poderia ter sido feita tanto aqui como em Buenos Aires ou em outra parte, mas que o governo não tinha nisso a menor participação; que essa publicação do discurso [de] Zeballos a ninguém prejudicou mais do que a ele, Bachini, porquanto, estando em negociações diretas com o sr. Alcorta para estabelecer um *modus vivendi* no estuário, estas foram abandonadas depois; que declarou apócrifa a *interview* de *Caras y Caretas* depois de verificar que não se lhe faria a pergunta oficialmente, porque neste caso confirmaria as suas declarações e retribuiria com um pedido idêntico, visto ter em seu poder um exemplar do discurso assinado pelo próprio sr. Zeballos; que este exemplar lhe foi oferecido pela mesma pessoa que vendeu um outro ao dr. Assis Brasil; que enquanto à questão Mirim-Jaguarão sabia já que se preparava a modificação do tratado, por ter-lhe dito o sr. Bernardez, por parte de V.Exa., que recomendou não tomasse o governo oriental nenhuma iniciativa nesse assunto, pois deveria ser resolvido espontaneamente pelo governo brasileiro; que antes disso entendia ele, sr. Bachini, dever arranjar a liquidação da dívida, visto ter até agora assumido o governo oriental o papel de *devedor tramposo* (expressões suas); que, finalmente, não alcançava conhecer a razão pela qual foi adiado por V.Exa. o negócio da navegação, porquanto o governo oriental nenhuma ingerência tinha tido nas publicações da imprensa, que insere tudo o que lhe convém sem restrição de nenhum gênero, sendo o artigo de *La Razón* deste gênero de imprensa livre.

Terminada esta exposição do ministro, limitei-me a responder os pontos que me pareceram controvertíveis, dando eu por concluída a minha visita, da qual, confesso a V.Exa. não conservo agradável impressão.

Tenho a honra de reiterar a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração,

F. Xavier da Cunha

A S.Exa. o Sr. Dr. J. M. da S. P. do Rio Branco,
Ministro de Estado das Relações Exteriores



AHI • 206/02/03 • OFÍCIO • 11 MAR. 1908

2ª Seção

N. 3

RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Buenos Aires, 11 de março de 1908.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento de telegrama de V.Exa., datado de 19 de fevereiro último, que transcrevo¹:

.....
Outrossim, cumpro o dever de confirmar os telegramas que, sobre o mesmo assunto, passei a V.Exa. e vão a seguir:

I – 19 de fevereiro de 1908.

Ministro Exteriores, Rio

Soube pelo encarregado negócios Chile que Cruchaga trouxe instruções ministro Exteriores a fim estabelecer claramente situação com chancelaria argentina.

Puga recusa proposição Zeballos sobre tratado, que inclui limitação armamento, seja firmado Chile Argentina, eliminando Brasil.

Puga exige acordo das três potências, sendo talvez preciso conferência três chanceleres numa capital.

Anadón² chegado também ontem, assinou preliminares, porém Zeballos desautorizou procedimento, colocando-o posição falsa [e] motivando vinda. Segundo informante, existe grande prevenção e ciúme Zeballos conosco chegando suspender tramitações com legação chilena sobre tratado comércio.

Folheto Correndo o Vêu provocou grande impressão.

Razón de ontem insinua autoria Vossência.

¹ N.E. – O telegrama n. 3, de 19 de fevereiro, está transcrito à p. 425.

² N.E. – Dr. L. Anadón, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Argentina em Santiago do Chile.

Nación hoje pedido Zeballos declara apócrifo discurso.³

II – 20 de fevereiro de 1908.⁴

.....

Tenho a honra de reiterar a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

Oscar de Teffé von Hoonholts



AHI • 224/03/12 • DESPACHO TELEGRÁFICO • 11 MAR. 1908

Expedido de Petrópolis, às 4h. da tarde

[Ao] Ministro *Brasileiro*, Montevideu

Número 22 – 14, QUARTA[-FEIRA] – Acabo ler que *El Tiempo* teve conhecimento parte final telegrama cifrado que dirigi Vossência dia 7, número 13. Achei inconveniente retificar aqui caso da visita Teffé, mas aí acharam que podiam fazê-lo por mim, sem autorização minha, continuando-se assim a agravar uma situação desagradável e a procurar intrigar-me com Zeballos. Publicação deixa Teffé mal e torna conhecido o que por delicadeza eu não quis dizer a Fernandez. Rogo verificar e dizer-me quem fez a comunicação a *El Tiempo*.

Neste andar é impossível ter comunicações confidenciais com esse governo e tratar com ele de assunto algum delicado.

Rio Branco

[P.S.] As palavras sublinhadas foram cifradas.

Via Western



³ N.E. – Os trechos sublinhados foram decifrados.

⁴ N.E. – O telegrama n. 2, de 20 de fevereiro, está transcrito à p. 426.

AHI • 223/01/15 • OFÍCIO • 13 MAR. 1908

Segundo declaração expressa e formal feita pelo exmo. sr. Francisco Xavier da Cunha a nós, secretários da legação, no dia 11 do corrente mês, a notícia aparecida em *El Tiempo* no dia 10 do referido mês de março, sob o título *Correndo o Véu*, a propósito da visita do encarregado de negócios do Brasil em Buenos Aires ao sr. Zeballos, foi fornecida diretamente por S.Exa. a um dos redatores daquele jornal e publicada a pedido seu.

Montevidéu, 13 de março de 1908.

Thomas Lopes
Dario Galvão
A. da Silva Gordo Jr.



AHI • 223/01/15 • OFÍCIO • 20 MAR. 1908

2ª Seção

N. 4

RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Montevidéu, 20 de março de 1908.

Senhor Ministro,

Terminou a campanha levantada em torno do discurso Zeballos. Nada mais há a inventar ou adular para mantê-la em estado agudo. Os jornais das diversas inspirações esgotaram as sutilezas e as argúcias para tirar o partido que visavam deste ruidoso assunto. É tempo de julgá-lo em seus efeitos.

Desde logo, pode afirmar-se que o promotor deste escândalo deu provas cabais de inexperiência e de imprevisão. E, para prová-lo, basta reconstituir pela apreciação dos fatos qual foi o plano da publicação. Pretendeu-se que Zeballos não negasse a autoria do escrito e que o Brasil, em ato simultâneo com o Uruguai, exigisse da Argentina declarações

formais sobre as intenções do seu chanceler, embora manifestadas em segredo e como simples particular. Supunha-se, sem dúvida, com palmar ingenuidade, que o presidente Alcorta, embora conhecesse as idéias de Zeballos antes de chamá-lo ao poder, se considerasse obrigado a despedi-lo para dar satisfação às reclamações brasileiro-uruguaias e que a opinião pública argentina, por amor à paz e às boas relações com os dois vizinhos reclamantes, se levantasse em coro contra esse homem nefasto, quem encarna em sua pessoa uma política agressora e imperial. Não ocorreu ao estratégico diplomata que, no sistema presidencial, é o presidente quem assume a responsabilidade dos atos do governo e não os seus secretários de Estado e, mais ainda, que se o presidente compartilha as idéias de Zeballos e por isso o chamou ao seu conselho, não o sacrificaria por um ato que, aos olhos dos argentinos, revela um elevado e previdente patriotismo, qual é o de clamar pelos armamentos da República contra as vistas ambiciosas do Brasil e as usurpações do Uruguai no estuário.

Negada a autoria do discurso, simplificou-se a situação. A intervenção diplomática, que seria irrisória no primeiro caso, tornava-se um despropósito no segundo e daí os ataques pessoais e acrimoniosos pela imprensa, os quais resultaram contraproducentes, da mesma forma que a infeliz manobra do lic. Amilcar de Sanabria, que me disse o sr. Bachini ser um excêntrico personagem de uma velha novela.

Um dos resultados práticos desta embrulhada, aliás fácil de ter sido previsto pelo critério menos perspicaz, é que a atuação do dr. Zeballos se firmou e robusteceu, e cada dia melhora com a saraijada de doestos que certa imprensa deste lado do Prata lhe envia quotidianamente, ao passo que o sr. Bachini, a quem se empresta participação muito direta neste golpe teatral, sente sobre seus ombros o peso da derrota e a responsabilidade de ter agravado um estado de coisas já inquietante, com recentes e perigosos ressentimentos.

A repercussão destas intrigas no Brasil e a ingerência, que de má-fé pretenderam emprestar-nos em tão desastrada quão intempestiva manobra, com a estalida [*sic*] intenção de impulsar-nos mais longe do que aos nossos interesses convém, foi um outro desengano para o perpetrador ou perpetradores desta inépcia internacional, a qual, entretanto, nos poderia colocar, e talvez ainda nos coloque, em posição de inferioridade para interpor-nos aos planos ambiciosos dos argentinos, que V.Exa. com o maior cuidado e habilidade aparentava ignorar, a fim de ganharmos o tempo que nos falta para estarmos habilitados a dizer o que pensamos e o que queremos.

Convém particularizar ainda um outro resultado: e vem a ser que a imprensa nacionalista acaba de encetar em todos os seus órgãos um movimento de violenta oposição ao dr. Williman, sob fúteis e falsos pretextos, tendente a excitar os ânimos do partidário a uma nova patriada contra os *colorados*.

Não seria estranho que, firmada a posição do sr. Alcorta pela aquisição de um Congresso complacente, estalasse uma sublevação nesta república, forte e decididamente protegida pelos argentinos com o propósito de chegar até Montevidéu e aí instalar os atuais íntimos amigos do sr. Zeballos. Este caminho é mais seguro e menos comprometedor do que uma guerra internacional.

Continuo a pensar que não temos um momento a perder para dotar os nossos estados do Mato Grosso e Rio Grande com avultados elementos materiais de guerra, aproveitando as vias de navegação enquanto delas podemos utilizar-nos.

Tenho a honra de reiterar a V.Exa. os protestos da minha respeitosa consideração.

F. Xavier da Cunha

A S.Exa. o Sr. Dr. J. M. da S. P. do Rio Branco,
Ministro de Estado das Relações Exteriores



AHI • 223/01/15 • OFÍCIO • 20 MAR. 1908

CONFIDENCIAL

Legação dos Estados Unidos do Brasil
Montevidéu, 20 de março de 1908.

Excelentíssimo amigo,

Pedindo-lhe desculpas de não ter escrito antes, informando-o sobre a minha pessoa, como era de minha obrigação, visto o interesse que

V.Exa. tem demonstrado por mim, faço-o agora para inteirar-me da saúde de V.Exa. e de sua exma. família e explicar-lhe que minha falta é devida ao muito trabalho que temos tido na chancelaria e não por falta de boa vontade.

Tenho a honra de comunicar a V.Exa. e pedir-lhe o obséquio de fazer chegar ao conhecimento de S.Exa. o sr. ministro das Relações Exteriores, o resultado de algumas pesquisas levadas a efeito por mim, para a descoberta do autor do folheto *Correndo o Vêu* que felizmente foram coroadas de êxito.

O meu particular amigo sr. Afonso Danvila, encarregado de negócios da Espanha, inteirou-me que em conversação com o sr. Alejandro Guesalaga, ministro da Argentina, este lhe contara que o folheto *Correndo o Vêu* é obra do sr. Acevedo Dias, ministro do Uruguai em Buenos Aires, que fez com plena aquiescência do sr. Antonio Bachini, ministro da Relações Exteriores e auxiliado por este sr.

Continuando, informou-me que foi impresso aqui em Montevidéu, no *Liceo de Artes*, por um oficial tipógrafo, que foi encerrado em um aposento durante oito dias e ajudado por dois auxiliares, que revezavam diariamente.

Disse-me mais, que um destes auxiliares então traiu o sr. Acevedo Dias, inteirando o governo argentino deste fato; que o governo argentino, ao par da questão, deixou de considerar *persona grata* ao sr. Acevedo Dias e que este sr. nas suas idas a Buenos Aires, não toma mais conta da legação uruguaia, estando essa chancelaria sob a gerência de um secretário.

A licença que o sr. Acevedo Dias obteve do governo oriental foi propositalmente concedida para a publicação deste folheto.

Estas informações, que tenho o grato dever de enviar a V.Exa., são de fonte seguríssima e creio ser o único – além dos meus colegas da chancelaria, drs. Dário Galvão e Tomás Lopes, aos quais comuniquéi o feliz resultado que obtive, e do sr. encarregado de negócios da Espanha – de [sic] ter conhecimento delas.

Cumprimentando mui respeitosamente a sua exma. família, sou de V.Exa. o amigo e

Atento Servidor
A. da Silva Gordo Junior



CORRENDO O VÉO

SEGREDOS DA POLITICA INTERNACIONAL SUL-AMERICANA



SÃO PAULO

1908

CORRENDO O VÉO

Segredos da Política Internacional Sul-Americana

I

O ultimo incidente internacional do Uruguay com a Argentina aparentemente insignificante, para quem desconhece os segredos dos delicados assumptos da diplomacia platense porém de incontestavel transcendencia no fundo, para aquelles que mesmo sendo simples espectadores, chegaram á habilitar-nos, visto felizes accidentes com elementos de juizo necessários, induz-nos a apresentar documentos authenticos, podemos garantir, que trazem luz ao assumpto e orientam os espiritos selectos, a respeito do criterio argentino com relação ao Brazil e as suas pretensões de ordem sobre a política exterior.

Vamos offerecer um desses documentos a opinião geral; documento que no momento de desvelal-o manifestará o plano ulterior da Chancellería Argentina, em materia internacional sul-americana.

É obra do actual Ministro das Relações Exteriores de Buenos Aires, Dr. Estanislao S. Zeballos.

A procedencia, é para nos insuspeitavel, e para que não se duvide da autenticidade d'esse documento, transcrevel-o-hemos na mesma forma em que o recebemos, *no*

idioma em que foi produzido, sem alterar se quer um só dos seus vocabulos.

Sua traducção não sería jamais tão corrècta e fiel para que não surgissem vacilações e incertezas, tratando-se de assumptos d'esta natureza, preferimos conserval-o como surgiu, *no seu pristimo ser*, ficando certos de que deste modo não perderá nada á sua substancia e será entendido sem esforço, pelos homens ilustrados e peritos á cujo criterio submetemos.

No seu discurso quiz este estadista fundamentar o seu voto a favor dos grandes armamentos navaes, discurso que foi pronunciado na reunião de Notaveis, celebrada sob a presidencia do Dr. José Figueroa Alcorta, em Setembro de 1906.

Esse documento é uma obra de importancia, não ha quem não diga que é a melhor que tem produzido esse homem publico argentino, ainda que tenha sido bem corregida depois das nótas tachigraphicas.

O Dr. Zeballos possui vasta intelligencia, porém é um dos seus defeitos, reconhecido, pelos homens de estudo, o de não ser profundo em thêma algum e quando chega a realizar-se o contrario, como succede n'este caso, pratica deploraveis

extremos. O incidente do marco de S. Francisco, é um exemplo.

Talvez podésse evitar táes extremos, se quisesse resistir os impulsos de um excessivo amor proprio, e não tivésse confiado ao papel o que deveria ter guardado em absoluta reserva, com cuidadoso sigilo.

Graças a esse discurso, o Dr. Zeballos permanece no elevado posto que desempenha; graças a essa vaidade tão natural nos homens de talento, suas opiniões e seus desejos, conseguiu á troco da sua eloquencia ver realizados seus afanos, havendo por coincidencia feliz, o facto de que suas opiniões eram iguaes as do proprio Governo Argentino, e para nós o ensejo plausivel, da descoberta casual que fez ficar em realce, sem differença de uma só palavra, de um unico vocabulo, esse documento. Parece, que segundo o texto das notas que surgiram á luz, o Governo Uruguayo attendendo as razões de ordem previsoras e conservadoras, ajustou-se a uma formula restricta e limitada que subtrahia das reclamações, os factos concretos, positivos, que deveriam arrancar iguaes declarações, para esclarecer e definir o ponto em questão.

É de suppor que o Governo Uruguayo, que conduzia a negociação com toda a segurança, para não complicar a gestão, omittio indicações, visto temer roçar de leve, mesmo por accidente, a *verdadeira propriedade da Ilha de Martín-García*, e promover por essa causa uma questão séria sobre a jurisdição que ex-professo queria excluir ou transferir.

De todos os modos, este assumpto fica pendente. Não se proferio n'elle a ul-

tima palavra. Qualquer día o Estado Oriental terá que inicial-o com valor, porque está isso nas suas ligítimas conveniencias, de duplo ponto de vista político e commercial.

O chefe da Chancellería Argentina, com a sua provada illustração e subtil dialéctica, é quem vai agora resaltar a intensão e o plano a que fazemos allusão, com todo o seu peso, sua força e sua projecção, de modo que o Brazil, a quem lisongeia no principio para fulminal-o depois, — o Uruguay, o Chile e o Paraguay estejam bem informados do que lhes espera no futuro.

II

De acordo com esse prospecto político-internacional e com o pretexto de prevenir a *hegemonia brasileira*, prepara-se outra de character identico a que caprichosamente assigna-se aquella; porque, pelo alcance da que se estabelece no discurso, o resultado ao qual se chegue, será o de uma especie de *soberania nominal* sobre os paizes débeis.

O imperialismo de Roosevelt, se existe em rigor, basea-se na administração e extensão de interesses materiâes mais do que em aventuras de gloria militar, porque assim impõe-se as exigencias commerciaes e industriaes de Norte América, em merito da natural expansão do intercambio, que o Prata ainda não precisa, em igual escala.

O imperialismo do Kaiser, não do sensato povo alemão, que se funda no falso axioma de que a victoria *dá direitos*, tem isolado o império de uma boa parte da Europa, e ainda que, presentemente, notam-se alguns symthomas de reacção, passarão

muitos annos, antes que tenham solução os problemas de que surgio e pelo qual se conserva formidavel a paz armada.

Este é o imperialismo que arremeda o plano aconselhado pelo Dr. Zeballos; plano, que uma vez observado com todas as suas delineações e saptisfeito no principal, começará por isolar á República Argentina de quasi todos os seus visinhos, criando-lhe uma situação grave, insustentavel mesmo, antes de por em acção os grandes armamentos que intenta adquirir, a custa de todas as fontes de producção e de riqueza do seu paiz.

Falla-se tambem, que entra nesse plano, a possibilidade de formar uma republica, entre os ricos Estados meridionaes brasileiros e o Uruguay, em razão de harmonías económicas; o que no conceito do autor criaria um *casus belli*, porque, então desaparecería a illusão de predomínio exclusivo sobre o Río da Prata, començando porque essa sonhada República sería por sua população, sua opulencia, mais poderosa do que o Chile... e que a *própria Argentina*, accrescentamos nós.

Porém, trata-se aquí, não de uma hypothese, porém sim, de uma hyperbole política-litteraria.

No famoso Congresso da Haya, nada mais se fez que acender archotes para indicar nas trévas a cada povo, o verdadeiro caminho da sua propria conservação.

O Brazil, o Uruguay, o Chile, o Paraguay e todos os estadistas conscienciosos, que em todos estes paízes estudam com attenção o desenvolvimento progressivo das theorias modernas internacionaes em Buenos Aires, poderão verificar pelo tex-

to do discurso que vamos reproduzir integro, se ha, ou não, altos interesses sul-americanos compromettidos em um projecto, até agora guardado com grande segredo, graças ao qual o Dr. Zeballos se acha ainda dirigindo a Chancellaria Argentina, projecto, que tem servido de base ao pedido sempre insistente e tenaz de ingentes milhões de pesos ouro, para applical-os em encouraçados e artilharias do último modelo.

É publico, que essa quantía sobe a 130 milhões!

Revela o documento, que não está ainda liquidada a guerra do Paraguay, paiz que ha quarenta annos devía *tresentos milhões de libras esterlinas*; nem estão completamente resolvidas AS GRAVES QUESTÕES que honve entre o antigo Estado de Buenos Aires e a Confederação, com relação especialmente Á VERDADEIRA POSSESSÃO E PROPIEDAD DA ILHA DE MARTÍN-GARCÍA, chave dos ríos.

Explica-se assim, que no discurso pronunciado na Convenção de 1871, quando o general Mitre fez referencia AS GRAVES QUESTÕES de que tinha sido objecto a Ilha de Martín-García, no acto de disputal-a para Buenos Aires, não lhe podia ser inadvertido que as referidas GRAVES QUESTÕES subsistiam ainda, desde que, até agora estão de pé palpitantes, segundo as proprias manifestações do chefe da Chancellaría Argentina, a tal ponto, que á ilha, pela letra e o espirito dos tratados *em vigor*, resulta RES NULLIUS.

Por essa razão estranha-se extraordinariamente, que nenhum homem de estado da Argentina tenha-os *denunciado* pelos

perigos que encerram, porque *deixam em duvida* o direito de seu paiz ao dominio dêsse território. (Tratados de 1853 e 1856.)

III

Pela doutrina de utilidade que se apregoa, de modo tão franco e explicito, o Paraguay poder-se-hia considerar beneficiado, negando-se na *apparencia a uma hegemonia*, mesmo que a protecção se tornasse problematica, uma vez que *a outra* se suppusse vencedora.

O desinteresse absoluto não é algarismo conhecido nos calculos arithmeticos, nem nas especulações “benthamistas”, muito menos, na diplomacia imperialísta.

Esse paiz terá também que preocupar-se da sua *defeza nacional*, dado o caso, que não se lembre do velho systema do vice-reinado e dos sérios successos que desenvolveram-se em Maio de 1810.

Estão, longe da realidade practica, aquelles que ainda sonham com o altruismo de Comte, em materia de direito internacional publico.

Ultimamente se tem observado o que entre paizes *limitrophes e riberenhos* donde esse conto – não de Comte – parecia practica commum de sincero amor de irmãos pela tradição secular, succedem, não obstante conhecer-se que allí era-se refractario a theoria da bondade, da equidade e da justiça distributiva.

Não desconhecemos por isso, que fosse um patriotismo exagerado, paixão cerebral, mais que o instincto de hostilidade impulsiva, o que aconselhe ou oriente os

planos imperialistas pela bocca do homem de estado argentino.

Porém, perguntamos nós: – ¿É d’esta forma e sobre bazes, na realidade tão duvidosas, que se póde esperar a união verdadeira, dos transcendentales interesses continentáes?

O meio escolhido, com que pretende-se prestigiar, pelo órgão genuino da Diplomacia Argentina será sempre de uma violencia ineluctavel, como é falsa e contraria a todo bom *modus vivendi* a doutrina que se sustenta. Ajustada ao seu espirito e as consequencias forçadas, vislumbra a transformação do mappa político e no caminho agigantado, o fatal producto de cruentos males que virão, com o andar do tempo.

Não pretendemos com isso, e mais ainda o que surge das primordiáes, accusar o Dr. Zeballos nem de léve, de que não seja justo com os seus visinhos. Está no seu direito. Como argentino intelligente e de experiencia, nos negocios públicos, cumpre mesmo com os deveres que elle julga de exigencia na actualidade. Porém, o facto é que nós, na modesta esphera de simples patriotas, consideramo-nos com iguáes direitos para prevenir o nosso paiz dos perigos que o ameaçam, ja que se trata, não de meras negações em factos isolados, porém de formal systema, recalcados em firmes propositos que denunciaremos, entregando-os ao juizo publico.

Do «FUNDAMENTO DEL VOTO», título do laborioso trabalho do Dr. Zeballos fez-se, segundo consta, una edição privada de redusido numero de exemplares, dos quaes possuímos um, por feliz e casual circunstancia.

A autenticidade do documento, como disemos, salta da simples leitura, convence e dispensa outra prova qualquer.

É um estudo sobre a questão de armamentos navâes, bem pensado no seu fundo e polido na forma que resulta elegante, com peso e transcendência.

Por outro lado, rendendo justa homenagem ao Dr. Zeballos sua oratoria, denuncia-o, descobre-o de corpo inteiro, pelo vigor do seu talento e pelo seu grande cabedal de vaidade inesgotavel, de que é uma amostra, seu pensamento *impresso*, o qual era mais próprio tel-o guardado sigilosamente no seu *Libro Azul*.

O dominio exclusivo das aguas do Prata pela Argentina, ainda que a Oriental provasse com evidencia que não era um paiz *sem aguas*, que seus limites naturâes não são as *marés baixas*, que os seus direitos são incontestaveis, de triple aspecto histórico, geographico e jurídico, importaria um passo decisivo para a *soberania nominal* e teria, como preambulo, o principio do fim; isto é, a absorpção fatal e inevitavel do territorio em futuro não remoto, não obstante a opinião de um diplomata brasileiro, de que a Republica Oriental do Uruguay em poder da Argentina, seria equivalente em todos os tempos, a uma coisa, assim como, ter *uma cobra entre as mãos*, considerando a índole bravía e indomavel dos seus habitantes.

Nesse caso extremo o gaverno brasileiro, como fez em 1856, sería obrigado tornar a uzar o precedente, compromettida a livre navegação dos ríos como nota judiciosamente o mesmo Chancellor Argentino, quando lamenta-se de que AINDA ESTEJAM EM VIGOR OS TRATADOS.

É necessario entretanto, não proceder com urgencia n'estas celebres *questões graves*, assim classificadas pelos proprios estadistas do Río da Prata.

Em outras publicações analogas, consideraremos minuciosamente, todos os pontos capitâes que elles planteam e que affectam cruelmente o Brazil.

Fal-o-hemos com toda calma e com excepção de espirito.

Para o «*affiche*» internacional-modelo, é sufficiente o que escrevemos n'este proemio.

A critica recalçada na razão, virá logo depois, com abundancia de documentos historicos.

A opinião sul-americana tem entretanto desde já a seu alcance, elementos para o seu recto juizo.

Lic. Amilcar DE SANABRIA.

São Paulo, Janeiro de 1908.

FUNDAMENTOS DEL VOTO

DEL DOCTOR DON ESTANISLAO S. ZEBALLOS

EN LA JUNTA DE NOTABLES

PRESIDIDA POR EL DOCTOR DON JOSÉ FIGUEROA ALCORTA,
CON MOTIVO DE AUMENTO DE ARMAMENTOS NAVALES,
Y CELEBRADA EN BUENOS AIRES EN SEPTIEMBRE DE 1906.

PERSONAS INVITADAS Á LA JUNTA, ADEMÁS DE LOS MINISTROS DE ESTADO

Doctor José E. Uriburu,

Ex Presidente de la República.

Doctor Bernardo de Irigoyen,

Ex Ministro de Relaciones Exteriores y del Interior de varias administraciones.

General Benjamín Victorica,

Ex Ministro de Guerra y Marina de varias administraciones, Presidente jubilado de la Suprema Corte Federal.

Doctor Antonio Bermejo,

Ex Ministro de Justicia, Culto é Instrucción Pública de varias administraciones, Presidente de la Suprema Corte Federal.

Doctor Juan José Romero,

Ex Ministro de Hacienda de varias administraciones.

Doctor Estanislao S. Zeballos,

Ex Ministro de Relaciones Exteriores, ex Ministro Plenipotenciario, en varias administraciones.

Señor Marcos Avellaneda,

Ex Ministro de Hacienda de varias administraciones.

Doctor Calixto de La Torre,

Ex Ministro de Justicia, Culto é Instrucción Pública, Ministro jubilado de la Suprema Corte Federal.

Doctor Guillermo Udaondo,

Ex Gobernador de Buenos Aires.

Doctor Leopoldo Basabilbaso,

Ex Rector de la Universidad de Buenos Aires.

FUNDAMENTOS DEL VOTO

DEL DOCTOR DON ESTANISLAO S. ZEBALLOS

Excmo. Señor Presidente:

Hago mías las primeras palabras pronunciadas por el ex Rector de la Universidad de Buenos Aires, cuando hablaba de su falta de títulos (que los tiene ciertamente), para formar parte de esta Junta, palabras que sin duda, puedo yo pronunciar con mayor razón.

Me cabe la ingrata actitud de incorporarme á la minoría de esta asamblea. Pero si reconozco los servicios y la autoridad de los ciudadanos invitados por V. E., que forman la mayoría, me conforta la consideración de que son también notorios los talentos y el patriotismo de los doctores Irigoyen y Bermejo, de la minoría, en apoyo de cuyas opiniones puedo invocar las circunstancias conocidas de haber dedicado la mayor parte de su vida al estudio y al manejo de las cuestiones internacionales; de modo que ellos son especialistas y están preparados para aconsejar en el caso, en forma que tal vez no comprenda á los que llamaré nuestros adversarios en este debate, porque ellos han debido dedicar sus preocupaciones á otra clase de asuntos.

Pero he hablado de mayoría y de minoría,

a, más para localizar las situaciones, que para caracterizar el debate, porque, en realidad, no puede afirmarse que estén seriamente divididos los criterios. Conviene plantear la cuestión.

Ella tiene dos aspectos fundamentales, á saber:

- 1º. ¿Ha de tener la República un poder naval eficiente, de acuerdo con las obligaciones y necesidades que comportan su situación geográfica y sus destinos?
- 2º. ¿Cuál debe ser la medida de su poder naval?

Entiendo, Excmo. Señor, que esta Junta ha debido limitarse á opinar sobre la primera cuestión, prescindiendo de la segunda, que es absolutamente técnica y debe ser resuelta por los altos consejeros especiales del Ministerio de Marina, por éste, por el gabinete y por el señor Presidente de la República, encarnando sus consejos al solicitar la autorización del Honorable Congreso.

Corresponde al hombre de Estado definir la situación política actual y los intereses futuros de la Nación. Corresponde á los

técnicos asegurar su realización, sometiendo á los altos poderes las medidas matemáticas de la eficiencia que se persigue.

Estudiaré pues, la primera cuestión, de acuerdo con el concepto planteado.

Séame, desde luego, permitido decir, que no me satisface la actitud asumida por lo que he llamado la mayoría en este debate; y no me satisface, porque en realidad no le describo un pensamiento definitivo, con los caracteres que corresponden á un consejo de estado, como el que se le pide.

Habrás notado también una contradicción en su actitud; pero debo ser justo, declarando que á mi juicio esa contradicción es solo aparente y fruto de un error de concepto.

En efecto, si se analizan atentamente los fundamentos que han dado los que he llamado miembros de la mayoría, para fundar su voto, resultaría, en último análisis que la República no necesita escuadras, ni ejército proporcionados á la extensión de sus costas, de sus territorios, de su vecindad y de sus destinos futuros; que debe limitar sus previsiones y sus anhelos transcendentales á aislarse del Mundo, constituyendo un país de trabajo, de riqueza y de contemplación platónica de los acontecimientos y de los intereses humanos.

Tal sería, en efecto, la posición de un país sin ejército y sin armada proporcionados, á las circunstancias á que antes me he referido; y tal es lo que se deduce de los únicos argumentos que han formulado los eminentes ciudadanos, que me precedieron en el uso de la palabra, con excepción de los doctores Irigoyen y Bermejo, argumento cuya síntesis es esta:

- a) No existen cuestiones internacionales pendientes.
- b) Ningún interés tienen el Brasil y Chile en obstaculizar nuestra marcha.
- c) El país necesita inmigrantes y riqueza y no armamentos.
- d) La lucha de la paz armada es una calamidad pública.
- e) Producirá alarmas y desviará las corrientes de la inmigración que son el fundamento de aquella riqueza.

Estos argumentos, Excmo. Señor, parecen en contradicción con el voto que han dado sus eminentes autores al adherir todos ellos, por unanimidad, y sin un concepto nuevo, á la fórmula escrita que ha planteado el ex Ministro de Guerra y Marina del General Roca, que usó primero de la palabra (doctor Victorica).

Él patrocina el aumento del poder naval de la República y aconseja la fortificación y defensa formidable del Río de la Plata, para amparar lo que llamó la cabeza del país, nuestra capital, cuya herida, dijo, sería mortal; y la reorganización y mejoramiento del poder militar territorial de la República.

La contradicción entre la conclusión adoptada unánimemente por sus colegas y los fundamentos que hemos escuchado, es evidente; pero he dicho que es una contradicción de forma, por cuanto todos llegamos al mismo resultado, á reconocer la necesidad de robustecer el poder militar de la Nación, desintiendo [*sic*] únicamente en la manera de lograrlo. Mientras el Ministro de Marina, tiene un plan que se recomienda porque daría á la paz y á la riqueza pública, garantías inmediatas de estabili-

dad, el ex Ministro de Guerra y Marina del General Roca nos presenta un plan que debería desarrollarse paulatinamente, de modo que si hubiera algún interesado en detener ó en destruir la civilización Argentina, dentro de breve tiempo, podría lograrlo, mientras nosotros nos limitamos en votar cada año una suma reducida de dinero en el presupuesto de guerra y marina para garantizar nuestro futuro.

Tal es, Excmo. Señor, el error de concepto á que me he referido antes, para disculpar el error patriótico, en que, á mi juicio, ha incurrido la llamada mayoría.

Es, en efecto, un error de concepto, confundir la cuestión de estado, con la cuestión técnica de procedimientos administrativos.

Desde que se reconoce que la República necesita una flota y un ejército proporcionados á su situación geográfica, á su vecindad y á sus destinos futuros, debe aconsejarse á los poderes públicos que midan la importancia de sus elementos por los factores que la ciencia y la estrategia universal aconsejan á todos los gobiernos serios, que sirven de modelo en todo y tienen que servirnos de guía, desgraciadamente también, en la cuestión militar, porque nosotros no tenemos, los alientos necesarios, ni la oportunidad para cambiar la faz del mundo en esta materia, obligando á todos los países á entregarse al dulce platonismo del desarme universal.

Es un error de concepto aconsejar en este sentido al Presidente de la República, pues él no debe escuchar sino á los técnicos de sus consejos científicos y al gabinete. Oída esa fórmula matemática de la ciencia,

debe asumir la responsabilidad que la prudencia y el patriotismo le señalen.

Por mi parte, quiero dar razones fundamentales para justificar mi actitud en favor del plan político que el Presidente de la República nos ha hecho el honor de someternos.

El ex Ministro de Hacienda de la administración del General Roca, doctor Romero, decía que estas cuestiones no deben ser resueltas con ideas vagas, sino en virtud de consideraciones prácticas.

Acepto su método; pero, desde luego, declaro que las palabras breves, tímidas é incompletas, con que cada uno de los adherentes al proyecto del General Victorica ha motivado su voto, no han salido del terreno ideológico.

Yo voy á permitirme exponer, al contrario, razones prácticas y de gobierno, perfectamente documentadas.

Séame dado declarar, antes de hacerlo, que pertenezco al grupo de políticos amigos del Brasil. Como miembro del gobierno, como miembro del Congreso, como publicista y como ciudadano, he manifestado siempre mis simpatías por ese país y las mantengo íntegramente en la actualidad.

Creo que cualquier sacrificio compatible con el decoro nacional que el señor Presidente de la República puede hacer para conservar y robustecer nuestra amistad con el Brasil, será una obra patriótica y de grandes conveniencias recíprocas para los dos países, desde que por su constitución física, forman dos mercados que se completan y se necesitan recíprocamente, á parte de la solidaridad que les toca en los destinos del nuevo mundo.

Respecto de Chile es notorio que he visitado esa República en Marzo, y, sin participar del exagerado optimismo expresado por el ex Presidente de la República, doctor Urriburu, estoy tranquilo respecto de las relaciones con ese país en el sentido siguiente:

He observado que allí existe una corriente entre la clase superior y que dirige su política encaminada á cultivar muy buenas relaciones con la República Argentina, sobre un pie de sincera solidaridad; y que esta misma opinión encuentra exagerada la inclinación del pueblo chileno hacia el Brasil, con quien no tiene motivos de solidaridad, después de la desaparición del peligro argentino para Chile, y de quien aún en el caso de aquel peligro, no hubiera recibido jamás apoyo militar alguno, porque el Brasil tenía el deber y el compromiso, de permanecer neutral en esta cuestión; y así lo habían garantizado sus diplomáticos á la República Argentina.

Pero he observado también, que al frente de aquella respetable opinión amistosa para nuestro país, existe todavía un partido importante que nos acompaña con los mismos recelos y prevenciones del pasado, de lo cual ha sido testimonio elocuente la conducta del Ministro de Relaciones Exteriores de Chile y de sus delegados en el Congreso Pan-Americano de Río Janeiro, en los recientes sucesos cuando han obstaculizado los deseos de los delegados argentinos de que se celebraran sus próximas reuniones en Buenos Aires, trabajando unidos con el Brasil en contra de esta iniciativa. Tales actitud y unión han sido tanto más eficaces, cuanto que el delegado chileno señor Guerrero,

que forma parte de la corriente amistosa hacia la República Argentina, se había comprometido con los delegados de este país á hacer la moción designando á Buenos Aires como sede futura de Congreso y tres días después, presentaba sus excusas y retiraba su compromiso, porque su gobierno y sus colegas tenían un plan adverso á la iniciativa.

Y este hecho, Excmo. Señor, no pueden ignorarlo los eminentes ciudadanos aquí reunidos, se produjo tres días después, según las fechas verificadas, de las sesiones del Congreso Argentino, que ponía á disposición de Chile espontánea y noblemente, considerables sumas de dinero para atender á sus desgracias, en proporciones de que no hay precedentes en las relaciones internacionales de Europa ó de América.

Soy un colaborador de la paz y de la cordialidad de las relaciones internacionales en esta parte del Continente. Soy amigo del Brasil y de la parte de la opinión pública de Chile que cultiva los sentimientos de solidaridad con la República Argentina. Mis palabras no tendrán pues, en vista, ningún recelo respecto de estos países, sino simplemente la previsión que corresponde al manejo de los destinos de la Nación.

Pienso que ella necesita reforzar su poder naval y territorial en la proporción que los técnicos aconsejan al Presidente de la República, porque un refuerzo aconsejado por nosotros de un modo más ó menos superficial y sin estudios científicos, puede equivaler á dejar las cosas en el estado en que se encuentran, á no ser en

realidad refuerzo, ó en otros términos á contradecir el consejo manifestado ya por la Junta, de que es necesario vigorizar dicho poder militar.

Me daré cuenta del primer argumento presentado por los ex Ministros de Guerra y Marina y Hacienda del General Roca: no tenemos cuestiones con Chile, ni con el Brasil; no necesitamos, por consiguiente, escuadra, ni ejércitos poderosos.

Es exacto, y acepto sin reservas el argumento de que no tenemos cuestiones pendientes que promover á esos dos países amigos. Nosotros podemos garantizar al señor Presidente de la República y á las naciones extranjeras y aún á los países vecinos, comprometidos en la política argentina, que no tenemos el propósito de provocar complicaciones internacionales; que no existe en la opinión pública sentimiento alguno agresivo ó aspiración á conquista territorial alguna; que no hay hombres públicos argentinos insensatos que aconsejen al país á lanzarse á las aventuras de la guerra; que no persigue propósito de engrandecimiento territorial, pues las guerras modernas no son sino operaciones de comercio, con las cuales se liquida una vieja pretensión sobre tierras más ó menos valiosas, ó la conquista de algunos mercados rebeldes, usufructuados por países rivales.

Esta Junta puede garantizar por unanimidad al señor Presidente de la República que ninguno de sus miembros aconsejaría jamás una declaración de guerra, si la cuestión política continuara, respecto de nuestro punto de vista y de nuestras aspiraciones, en la situación actual.

Pero lo que no pueden garantizar al señor Presidente de la República, ni á su ministerio, ni al congreso, ni al país, ni á las naciones extranjeras, los señores ex Ministros del general Roca es que en la República del Brasil y la República de Chile, no haya ó no pueda existir en el futuro, pensamientos fundamentales de política internacional que afecte en un momento dado los intereses, la soberanía, los derechos y la seguridad misma de la República Argentina.

Pienso más, señor Presidente. Por grande que sea la confianza que nos inspiren los gobiernos actuales de Chile y del Brasil, por amigos que los consideremos, ellos mismos no pueden garantizar-nos que no se producirán en un día más ó menos cercano, en sus países, movimientos y transformaciones en la opinión pública y en la política, que modifique [*sic*] las corrientes optimistas de la actualidad, sus orientaciones y los anhelos de paz, de que se blasonó en los discursos del Congreso Internacional de Río de Janeiro mientras contrataban ó estudiaban al mismo tiempo armamentos desproporcionados á las necesidades nacionales y políticas de Sud América.

Y los peligros de este posible cambio de orientación de política y de tendencias son tanto más dignos de previsión, cuanto que no es exacto que no hayan cuestiones internacionales abiertas que afecten á la República Argentina.

No me ocuparé de la República de Chile, pues su acción sobre el Perú y Bolivia puede comprometer nuestros intereses de manera menos directa que la

acción del Brasil sobre los ríos de la Plata, Paraná, del Uruguay y del Paraguay.

Admitiendo que la política de Chile pueda orientarse en un sentido por lo menos de prescindencia en estas cuestiones, creo que es fundamental el estudio de ellas con relación á los países de la cuenca del Plata.

No está liquidada, Excmo. Señor, todavía la guerra del Paraguay.

Dada la prescindencia absoluta de los eminentes ciudadanos que han hablado antes, de toda consideración diplomática al fundar su voto, diríase, ó que han olvidado ó que no conocen la situación; y pudiera tal vez parecerles una paradoja, la afirmación que repito: no está todavía liquidada la guerra de Paraguay, en la cual fuimos aliados del Brasil, y, por consiguiente, somos parte solidaria en su liquidación.

La República del Paraguay ha contraído una deuda de guerra en favor de las naciones aliadas, que, en la época que yo tuve el honor de desempeñar la cartera de Relaciones Exteriores, se hacía subir á una suma rayana en trescientos millones de libras esterlinas; y con la acumulación de intereses durante cuarenta años, he oído hablar, pero no tengo el dato oficial de la liquidación, que se hace ascender á tantos millones de libras esterlinas, que probablemente no podría cubrir el Paraguay con todas sus riquezas y sus edificaciones.

La República Argentina, con el consenso unánime de todas sus administraciones y hombres públicos, ha deseado siempre hacer un acto definitivo de liquidación, condonando nuestra parte en esa deuda, que el Paraguay no podrá pagar jamás sin violencia.

La República Oriental del Uruguay se ha apresurado á realizar ese acto político, no obstante encontrarse en una situación diferente de la nuestra respecto del Paraguay, pues no es país colindante con él, ni tiene el volúmen de solidaridades políticas, económicas y comerciales que nos vinculan á la República subtropical.

¿Por qué no ha realizado la República Argentina hasta ahora aquel acto trascendental de política pacificadora y fraternal?

Porque los hombres de Estado del Brasil no han creído oportuno hacer la condonación de dicha deuda y mantienen abierta esa cuenta, que crece en progresión de intereses, sobre la República del Paraguay.

Puedo, pues, asegurar que la espada que el Imperio puso sobre el pecho de la República hermana, continúa desenvainada respecto de ella, porque la conservación de la inmensa deuda y los derechos extraordinarios que ella comporta, pueden servir en un momento dado, bajo una nueva orientación diplomática, para ejercer sobre el Paraguay tal presión que pondría en peligro su independencia y la paz del Río de la Plata.

Este peligro se agrava con la circunstancia de que el Paraguay se interpone como una cuña, entre dos ríos, cuya navegación es de la más grande importancia para la seguridad de cinco ricas provincias de la inmensa República brasileña. De modo que el predominio sobre los cursos superiores del Paraná y del Paraguay será siempre una aspiración nacional en el Brasil.

¿Cuál sería, Excmo. Señor, la actitud de la República Argentina, el día que el Brasil, usando del derecho de acreedor, á que

me he referido antes, pusiera en peligro la tranquilidad y la independencia del Paraguay?

No quiero, ni debo resolver el problema, por cuanto esta responsabilidad corresponderá probablemente á otro grupo distinto de hombres del que aquí se reune. Pero afirmo que si la República Argentina afrontara esa posible emergencia con un poder naval y militar proporcionados á sus destinos, la paz podría estar asegurada y la independencia del Paraguay salvada por nosotros, sin disparar un tiro; por una simple acción diplomática eficazmente apoyada.

No está tampoco liquidada, Excmo. Señor, todavía, del punto de vista de las relaciones internacionales, nuestra larga y dolorosa guerra civil, sostenida entre el Estado Independiente de Buenos Aires y la Confederación Argentina.

Esto también parecerá una paradoja, cuando no se ha recordado las cuestiones pendientes entre la República Argentina y el Brasil en las exposiciones que hemos escuchado á la mayoría, y que rectifican, como la cuestión del Paraguay, á fondo y definitivamente, el concepto del ex Ministro de Hacienda del general Roca que afirmaba con énfasis, que no hay cuestiones internacionales pendientes.

¿Cómo han podido ellos olvidar que en 1853 la Confederación y el Estado Independiente de Buenos Aires se hacían la guerra por todos los medios posibles y aún por los medios vedados?

¿Cómo han podido olvidar que entonces la Confederación tenía en Europa una misión diplomática, empeñada en impedir que las potencias acreditaran plenipoten-

rios ante el Estado de Buenos Aires, lo cual habría importado robustecer moral y materialmente el poder del rico estado disidente?

¿Cómo han podido olvidar los tratados celebrados dentro de esa política, en San José de Flores en 1853, por la Confederación Argentina con la Gran Bretaña, los Estados Unidos de América y Francia, en los cuales se resuelven las cuestiones relativas á la navegación de nuestros grandes ríos?

¿Cómo han podido olvidar el artículo de esos tratados, peligrosos y agraviantes para la soberanía nacional, que pone en duda los derechos irrevocables de la Nación Argentina sobre la isla de Martín García, al declarar que la Confederación y las potencias convienen en emplear todo su influjo para que dicha isla NO SEA POSEÍDA JAMÁS, NI CONSERVADA POR NINGÚN ESTADO DEL RÍO DE LA PLATA Ó DE SUS CONFLUENTES, que no se hubiera adherido en principio á la libre navegación de los ríos?

¿Cómo han podido olvidar que esta cláusula trata la isla Martín García como si fuera RES NULLIUS, al hablar de su posible posesión futura por CUALQUIERA DE LOS ESTADOS CONFLUENTES DE RÍO DE LA PLATA, que lo son también el Brasil, el Uruguay y el Paraguay? Era evidentemente ésta una cláusula de guerra de la Confederación contra el Estado de Buenos Aires, cuya posesión de la isla protestaba así y quería substituir, como llave militar del Paraná y demás ríos interiores, según lo demostró más tarde la campaña fluvial de los Cordero [sic], que forzaron el paso con la escuadra de la Confederación.

¿Cómo han podido olvidar los emi-

nentes ciudadanos que aseguraron al Jefe del Estado que no hay cuestiones pendientes con el Brasil, que el Imperio, tres años después de suscriptos los tratados de San José de Flores, se vino sobre el precedente establecido y celebró su tratado con la Confederación el 7 de Marzo de 1856, *que reproduce análoga cláusula peligrosa respecto del derecho de soberanía sobre la isla de Martín García?* Su artículo 18 incurre en la imprudencia de tratar con el Brasil de la posesión estratégica de la isla de Martín García y reproduce y confirma las declaraciones no menos inconsultas de los tratados de San José de Flores. Pero el Brasil, más directamente interesado que las potencias signatarias de los pactos de 1853 en la navegación de los ríos de la Plata, Paraná, Uruguay y Paraguay, exige hasta la neutralización de la isla en caso de guerra, ya entre los Estados del Plata, ya entre una de estas y cualquier otra potencia, en utilidad común y como garantía de la navegación de los referidos ríos.

La Confederación aceptó la limitación de su soberanía y del derecho de defensa y de conservación de la futura Nación Argentina, porque, como he dicho, era un medio de obstaculizar á Buenos Aires y trabar su acción sobre los ríos interiores, donde tenía su capital y su poder militar la Confederación, á la vez que se aseguraba á la escuadra de ésta el libre é impune pasaje del Plata para hostilizar á Buenos Aires.

¿Cómo han podido olvidar los eminentes ciudadanos que han declarado que no hay cuestiones internacionales pendientes entre la República Argentina y el Brasil que el artículo 18 del pacto mencio-

nado *pone en duda nuestra soberanía nacional sobre la isla de Martín García, como si fuera un territorio todavía no definitivamente ocupado*, cuando las dos partes contratantes convienen en oponerse por todos los medios, es decir, hasta con las armas en la mano en su caso, á que la isla de Martín García deje de pertenecer á uno de los Estados del Plata ó de sus confluente interesados en la libre navegación de sus ríos?

Diríase que hay una garantía contra una posible usurpación europea, pero quien puede desconocer *que hay también una duda sobre el hecho real y positivo de que ya estaba poseída esa isla por la Nación Argentina*, aunque la posesión fuera ejercida por la provincia disidente de Buenos Aires? ¿Por qué no se dijo en el tratado que el Brasil y la Nación Argentina, se comprometían á sostener por todos los medios pacíficos y militares la posesión actual de la Nación Argentina, sobre la isla? Este error es claro; la redacción suscripta deja pendiente la duda y ofrece al Brasil un pretexto de intervención y de discusión en actos de indiscutible soberanía Argentina.

¿Cómo han podido olvidar los ex Ministros del general Roca, que los mismos tratados proclaman la neutralización de la isla en tiempo de guerra y que autorizan al Brasil á obtener DE QUIEN PERTENEZCA LA ISLA (siempre como si se tratara de un dominio incierto), que no sea fortificada y que solamente se formen en ella los establecimientos necesarios para la seguridad de la navegación interior de los Estados Ribereños?

¿Cómo han podido olvidar que otro artículo del mismo tratado autoriza la intervención del Brasil en nuestros ríos interiores, cuando haya guerra en el Río de la Plata?

No abusaré de la benevolencia de señor Presidente, de sus Ministros y de la Junta, leyendo los textos de los tratados; pero he pedido á la Secretaría su colección y los pongo en esta mesa á disposición de los señores que deseen verificar los gravísimos textos que he comentado.

Por fortuna, las potencias extranjeras á favor de quienes tan graves limitaciones de nuestra soberanía fueron suscriptas, no han ejercido hasta ahora sus derechos, ni nos han incomodado respecto de Martín García; pero esta es una circunstancia debida exclusivamente á la nobleza y lealtad de la política argentina, que ha dado á todas las banderas extranjeras las mismas franquicias y garantías dentro de nuestros ríos interiores. Sin embargo, al menor incidente que hubiera puesto en peligro los intereses de alguna de esas potencias, las habríamos tenido sobre nosotros, reclamando con sus flotas el cumplimiento de esos tratados, *que no me explico, Excmo. Señor, como no han sido denunciados hasta ahora*, sino porque nuestro hombres políticos suelen ser poco dedicados á profundizar estas graves cuestiones do gobierno.

El Brasil, á su vez ha permanecido quieto respecto de la posesión que aquel tratado le da en el Plata, en la cuestión de Martín García, llave de los ríos, porque su situación militar ha sido siempre inferior á la de la República Argentina; pero sus tendencias son visibles y permanentes, desde la época colonial, y todo hombre publico argentino que haya intervenido en gestiones con la diplomacia brasileña ó que la conozca á fondo, comprenderá que el

Brasil tiene siempre abierta una tendencia hacia el Uruguay y el Paraguay. Algunos de los delegados al Congreso Pan-Americano han podido verificarlo, pues escucharon de labios de hombres eminentes que quedan graves cuestiones por resolver entre nuestras dos naciones.

¿Cuál sería la actitud de la República Argentina, con una flota inferior á la del Brasil, si esta República situara un día sus acorazados en Montevideo y promoviera gestiones sobre la fortificación de la isla de Martín García ó sobre los canales de acceso a la misma isla, en el Río de la Plata?

Tampoco me toca resolver la cuestión, Excmo. Señor; pero V.E. con el claro criterio de que ha dado pruebas y el gabinete con su consejo y su responsabilidad, decidirán entre los que han sostenido tal vez por un acto de improvisación, en esta Junta, que no hay cuestiones internacionales pendientes, y los tratados que acabo de leer, que confirman definitivamente mi argumento de que no está liquidada todavía la guerra civil entre la Confederación y el Estado de Buenos Aires, del punto de vista de nuestras relaciones con el Brasil y con las potencias europeas.

Existe, Excmo. Señor, por otra parte, tal solidaridad entre los intereses políticos de la República Oriental del Uruguay, de la República Argentina y del Brasil, que forman, por decirlo así, una madeja no del todo desenredada.

Han dicho los ex Ministros del General Roca, que el Brasil no tiene nada que buscar en el Río de la Plata; que el Brasil es un país inmenso, cuya extensión excluye la idea de mayor expansión territorial.

Séame permitido decir que este argumento me ha causado una profunda sorpresa en labios de argentinos. Que el Brasil es una potencia expansiva y de grandes ambiciones territoriales, á pesar de que no puede poblar, ni civilizar todo el territorio que recibió en herencia, según se ha recordado aquí mismo, es circunstancia que prueba la intensidad de sus anhelos. ¿Cómo han podido olvidar, en efecto, los eminentes ciudadanos á quienes tengo el honor de contestar, que acaba de apoderarse de un territorio de Bolivia en el Acre y que esta discutiendo en Colombia y en el Perú, respecto de otros territorios de estos países?

¿Cómo han podido olvidar que dichos territorios están situados en los fondos casi inaccesibles de las vertientes del Amazonas y que por ricos que sean, son por lo mismo de un interés político y comercial muy inferior para el Brasil, que el que le representa el pasaje de Martín García – y la libre navegación de los ríos, llaves de comercio y de la comunicación entre su metrópoli y cinco extensas provincias, las más viriles, las más poderosas y tal vez las más ricas de sus territorios australes?...

Más que al Acre y más que á Iquitos, el Brasil aspira á la República Oriental del Uruguay y a la República del Paraguay, por razones elementales, de que debe hacerlo así, como una consecuencia natural de las necesidades de su soberanía dada su situación geográfica, pues extendiendo sus límites hasta los ríos Uruguay, Paraná y Paraguay, aseguraría sus dominios interiores con relación á la salida al

mar y mejoraría de manera extraordinaria sus derechos sobre la navegación de los ríos interiores.

Pienso, Excmo. Señor, y conmigo todos los que conocen á fondo la política del Brasil, que si tiene alguna aspiración internacional, es la de llegar por la razón ó por la fuerza hasta los límites occidentales del Uruguay y del Paraguay.

Y, así como he sostenido que no pueden sernos indiferentes los destinos de la Nación Paraguaya, digo que la República Argentina está siempre expuesta á complicaciones diplomáticas por motivo de la República Oriental, que puede ser un día la manzana de la discordia entre estos países; porque nosotros garantizamos su independencia en virtud del tratado que fundó su nacionalidad.

Esta garantía de la independencia de aquel país, débil y vecino, sobre el cual tiene acción el Brasil y trata de halagar y de atraerse no es acaso, Excmo. Señor, una grave cuestión abierta, de una manera permanente para la República Argentina?

El Brasil tiene poblada la mayor parte del norte del Río Negro en aquel Estado, con capitales y ciudadanos brasileños. Su influencia allí es notoria. La opinión pública está dividida en dos grupos, uno de amigos de la política argentina y otro de amigos de la política brasileña. El Brasil ha intervenido ya en la República Oriental y esa intervención fué una de las causas secundarias de la guerra del Paraguay.

Esta Junta puede asegurar al Excmo. Señor Presidente, que ninguno de sus miembros aconsejaría jamás complica-

ción respecto á la soberanía oriental, que nosotros sostenemos y debemos naturalmente sostener como Estado independiente. Pero ¿quién puede garantizar á V.E., que un día, por complicaciones que surjan de las revoluciones ó del gobierno del Uruguay ó de las tendencias del Brasil, ó nos veremos arrastrados á afrontar crisis diplomáticas por razón del Estado vecino y de nuestra garantía?

¿Cuál sería entonces la posición argentina, cual sería la actitud de su diplomacia y de su gobierno, si su flota, llamada á ejercer influencia decisiva en el incidente, fuera notablemente inferior a la flota brasileña?

Pero, Excmo. Señor, existe además otra fuente gravísima de conflictos. La que se refiere á la soberanía, policía fluvial y navegación del Río de la Plata, una fuente de conflictos internacionales, que, si se produjera, no vacilo en declarar, que nosotros y todas las generaciones sucesivas de argentinos, declararían á una, que puede importar un CASUS BELLI, si la soberanía argentina es desconocida y menoscabada, porque el Río de la Plata es como la garganta de nuestro organismo.

Y bien, el señor Ministro de Relaciones Exteriores sabe y debe sin duda haberlo ya comunicado al señor Presidente de la República, que el Estado Oriental desarrolla una política sistemática de aspiraciones sobre el Río de la Plata, que perjudican y que menoscaban la soberanía de la República Argentina. El Brasil estimulará siempre sus tendencias.

Creada esta nacionalidad por el tratado de 1828, á raíz de la campaña de Ituzaingó el Imperio del Brasil y la República Argen-

tina la constituyeron en Estado libre é independiente con el nombre de «República Cisplatina» dándole por límite la COSTA Ó BANDA ORIENTAL DEL RÍO DE PLATA, que eran los mismos límites de la provincia colonial, establecida por la metrópoli.

Según el tecnicismo universalmente seguido, del derecho internacional privado, las costas ó banda de un país, son las porciones de territorios que cubren y descubren las mareas. De modo que el límite oriental de aquella república, es la línea de las más bajas mareas a del Río de la Plata.

Esta solución, además de geográfica, es la única que armoniza con el principio diplomático, sostenido por los gobiernos argentinos en todas las negociaciones después de 1810, según la cual, las provincias unidas del Río de la Plata, la Confederación Argentina, es la soberana exclusiva de la boca y de la navegación del Río de la Plata.

Contra este hecho, el Estado Oriental ha tratado siempre de producir actos jurisdiccionales preparatorios de una solución final que contempla para el futuro.

Recordaré algunos de esos hechos, de que hay constancia oficial en los archivos del Ministerio de Relaciones Exteriores.

Bajo la presidencia del doctor Carlos Pellegrini, siendo yo Ministro de Relaciones Exteriores, una draga que limpiaba el canal de Martín García, fue abordada por una cañonera oriental y sus tripulantes presos, no obstante enarbolar dicha draga la bandera de la nación y de ser un buque del Estado. El apresamiento fué realizado so [sic] pretexto de que la draga había invadido las aguas jurisdiccionales del Estado Oriental en el estuario del Plata.

Comprendiendo el gobierno el alcance del hecho y las ulteriores miras con que era realizado, adoptó las medidas enérgicas que el caso requería, que fueron ejecutadas por el acorazado «Plata», obteniendo la libertad de los presos y la reintegración de la draga á sus trabajos.

Posteriormente tuvo lugar el apresamiento de varios buques frente á Punta Piedras, hecho por la policía fluvial del Estado Oriental con el mismo pretexto, dando lugar á una negociación diplomática para obtener la libertad de los presos.

Incidentes análogos se produjeron con motivo del naufragio de tres buques frente á la Magdalena y de la limpieza del canal que, en servicio de la navegación universal, ordenó nuestro Ministro de Marina.

La cuestión de la soberanía del estuario del Plata esta está, pues, planteada por el Estado Oriental; y el Gobierno Argentino se ha encargado de reagrarla, por el error de transcendencia que cometió al subscribir un tratado obligatorio é incondicional de arbitraje con la República vecina.

Este tratado fué obtenido por un diplomático uruguayo, amigo de la República Argentina; pero, como es natural, más amigo de su propia patria, el eminente personaje Gonzalo Ramírez.

La República Argentina cometió la imprevisión de no incluir la reserva que contienen todos los tratados modernos de arbitraje, inclusive el que ha restablecido la cordialidad y fundado la alianza del Imperio Británico con la Francia. Esta reserva es la de que todas las cuestiones serán sometidas á arbitraje, excepto las que afecten la soberanía. Tal reserva, por otra parte, habilita á todo contratante á juzgar con el criterio de sus propios ideales y conveniencias cuales son las cuestiones que afectan

la soberanía y deben ser excluidas de arbitraje, llegado la oportunidad de aplicarlo.

Las guerras civiles, la situación insegura e desgraciada porque atraviesa constantemente el Estado Oriental, no le han permitido aún plantear á la República Argentina la grave cuestión del estuario del Plata, sobre la base del aliento y de la *posesión ventajosa que la da aquel tratado de arbitraje*; pero si no ha provocado todavía su realización, no ha descuidado, sin embargo, su empeño de establecer hechos que sirvan de precedentes y de jalones del camino que se propone recorrer, para reclamarnos un día parte del derecho de soberanía que nos corresponde sobre la boca y costas del Río de la Plata, como garantía de nuestra seguridad y de nuestra independencia.

Pregunto de nuevo ¿cuál será la situación de la República Argentina, si un día se produce un cambio político en aquel país, si el partido vinculado á los intereses y la población y capital brasileños, tan abundantes en él, ocupan el poder; si la cancillería de Río Janeiro cree llegada la oportunidad de apoyar gestiones del Estado Oriental para debilitar nuestra acción sobre el Río de la Plata y sobre Martín García, robusteciendo así sus intereses en la navegación de los ríos interiores que conducen á sus provincias?...

¿Cuál será, repito, la posición de la política y de los intereses argentinos, si esas reclamaciones surgen apoyadas por una marina de guerra brasileña eficazmente superior á la de la República Argentina?

Se contesta con el argumento ideológico, con la petición de principios de que no tenemos cuestiones internacionales pen-

dientes; pero ¿quién puede garantizar à V.E. que esas cuestiones no nos serán promovidas un día por el Estado Oriental con el apoyo del Brasil ó no sean estimuladas por el Brasil mismo, desde el momento que sus bases están ya planteadas?

Basta la posibilidad de que se produzcan tales hechos, en presencia de los antecedentes irrefutables y documentados á que me he referido, para que todo argentino, aún el más prudente y sensualista, considere que la conservación de la paz, de la soberanía y de los anhelos de nuestro país, reposan en la organización de una fuerza naval eficiente, que haga imposible el desarrollo de los sucesos planteados y en los fines de la futura evolución diplomática.

Estos peligros han sido percibidos por todos los hombres que se han preocupado especialmente de nuestras relaciones exteriores. Me bastará recordar la actitud del gobierno del doctor Quintana, cuando el Brasil sancionó su ley de armamento naval, coincidiendo este hecho con la denuncia que hizo la República de Chile del pacto de la equivalencia. El presidente Quintana, declaró, como el capítulo más trascendental de sus ideales de gobierno, fortificar la armada argentina, de modo que pusiera á la República á cubierto de sorpresas y de derrotas.

Nuestra debilidad militar será un incentivo para que las dificultades nos sean planteadas; nuestro robustecimiento militar será un motivo de duda, de vacilaciones y de postergamiento, que enervará la acción de los países interesados en las cuestiones argentinas. Así, la confianza y la garantía de nuestro progreso no desaparecerá. En la situación política y militar que

crearía el engrandecimiento del poder naval del Brasil, los peligros serían evidentes. Las razones que he dado demuestran que el Brasil camina siempre hacia futuros destinos, que tienen por base un ensanche territorial en la cuenca del Plata.

No puedo aceptar como valedero el argumento que ha hecho el ex Ministro de Guerra y Marina del General Roca, sobre el carácter del soldado brasileño y sobre la facilidad con que lo batirían los nuestros. Él sabe el cariño y el respeto con que escucho siempre su opinión; pero me ha de permitir decirle que este argumento podía ser oportuno en los tiempos y en los medios militares de la Confederación Argentina; pero que no lo es en la actualidad.

Yo también llevo ribetes de historiador y he tenido oportunidad de estudiar el carácter del soldado brasileño á través de acontecimientos históricos. Su marina se batió brillantemente con la de nuestro Brown y en algunas oportunidades fuimos vencidos, no obstante el heroísmo de nuestras tripulaciones, por esos adversarios que desdeña el eminente ciudadano á quien replico.

Durante la guerra del Paraguay se demostró, que si el soldado brasileño carecía de las brillantes cualidades de iniciativa del soldado uruguayo ó argentino para la guerra ofensiva, era un excelente soldado en la guerra de posiciones y defensiva y se batió solo y como bueno, en las oportunidades conocidas.

(El general Victoria interrumpe al orador para decir que siempre pelearon mezclados á las tropas argentinas...)

DOCTOR ZEBALLOS — El argumento es también equivocado. Las tropas brasileñas combatieron solas, aunque en las mismas batallas intervinieran los argentinos, pues su ejército formaba unidad, bajo el mando de sus propios generales...

Recordaré siempre una frase familiar del general Mitre que se refería al sangriento combate del Boquerón. Decía él, que el ejército brasileño atacó y quedó enganchado y que al día siguiente fué el ejército argentino á desengancharlo y cayó también agobiado por el fuego enemigo...

Pero aún admitiendo la inferioridad del soldado brasileño que sostiene el ex Ministro de Guerra y Marina del general Roca, las condiciones del combate naval moderno le son favorables. Tal vez sea más eficaz la marina brasileña que la marina chilena. El valor reconocido de los chilenos, puede conducirlos en el campo de batalla á la imprudencia de ponerse demasiado cerca bajo el fuego de los cañones enemigos, y de perder sus buques. Si se exagera la prudencia del soldado brasileño, sus marinos pueden evitar á todos nuestros buques actuales, haciéndoles fuego y echándolos á pique impunemente desde ocho y diez mil metros, sin que nuestros proyectiles los alcancen. Los brasileños son buenos marinos y educando sus artilleros, dueños éstos de la serenidad que comunica la falta de todo peligro, pueden incendiar nuestras ciudades, destruir nuestros puertos y nuestro comercio y echar á pique nuestros buques con toda impunidad, desde las grandes distancias permitidas por el cañón moderno.

Tal es la demostración felicísima que

nos ha hecho técnicamente el señor Ministro de Marina en esta cuestión y tal es también la enseñanza de la reciente guerra Ruso Japonesa. El almirante Togo, ha destruído la escuadra del almirante Rojensky haciendo fuego á distancias mayores de ocho mil metros; y los grandes cañones de que nos ha hablado el almirante Betbeder, que adquirirá el Brasil, lanzan proyectiles que destruían y echaban á pique los buques rusos como si fueran cáscaras de nuez, mientras que los proyectiles rusos no llegaban á la escuadra japonesa. Esta tuvo un número insignificante de averías y pérdidas.

No he traído este recuerdo para apartarme de mi propósito de no tocar las cuestiones técnicas, sino simplemente como una digresión necesaria, para demostrar que no ha sido oportuno hacer el argumento del desdén del soldado brasileño en las circunstancias de las guerras contemporáneas.

Creo haber fundado, Excmo. Señor, suficientemente mi voto en el sentido de que es necesario reforzar nuestro poder militar, en la medida que aconsejan los técnicos, para responder a los únicos fines que puede tener este poder militar, es decir, á garantizar la paz y la riqueza de la República Argentina, contra una posible agresión y una derrota.

Quiero darme cuenta ahora de otro argumento presentado por el ex Ministro de Guerra y Marina del general Roca.

Desde luego se ha dicho que la paz armada es una calamidad. Como en los casos anteriores, yo acepto sin reservas la conclusión y solo difiero en cuanto á las consecuencias que de ellas se deducen.

La paz armada no es consejo de ningún

argentino; no es el fruto de los errores de ningún gobierno ó de ningún grupo de argentinos, no es siquiera una necesidad impuesta por las circunstancias sudamericanas. La paz armada es una ley universal, como las corrientes del Océano ó los temblores de tierra.

¿Quién puede evitarla?

Sería para ello necesario cambiar la faz de los acontecimientos humanos y la constitución política del mundo, y no hay ciudadano en esta asamblea, por eminente que sea, que pueda influir en tan humanitaria dirección.

El distinguido ex Ministro de Hacienda del general Roca nos citaba dos ejemplos para fundar su negativa en pro del proyecto del Ministro de Marina y para apoyar el de los gastos lentos y sucesivos de su colega, el ex Ministro de Guerra y Marina en la misma administración.

Nos citaba, digo, el ejemplo de la política inglesa y de la política americana; y quiero discurrir un momento sobre ellas, felicitándome de que haya sido hecho este argumento, pues yo también venía preparado para tratar este punto de vista del asunto.

Nos recordaba el primero de los oradores, la acción de un diputado socialista del parlamento inglés, que protestaba contra los gastos navales, y de la promesa del jefe del gabinete inglés de moderarlos.

No es esto un argumento de Estado, pues la opinión de un diputado socialista como el de Inglaterra carece de peso para una deliberación de esta transcendencia.

Séame permitido ofrecer á la Junta las pruebas de lo que opina el Parlamento Inglés, de su última resolución á este res-

pecto y de la verdadera opinión de Estado predominante en el Imperio Británico.

Erase una situación perfectamente análoga á la nuestra actual. Por un lado la Francia acababa de arreglar sus cuestiones con Inglaterra y los viejos recelos se transformaban en una verdadera alianza; exactamente como nosotros hemos terminado nuestras cuestiones con Chile que hemos convertido con nuestra imaginación siempre impresionable, en un raudal de afecciones y de fraternidad, por lo menos, en cuanto á nosotros se refiere.

Hasta entonces la política naval inglesa había sido regulada por esta fórmula: por cada buque que Francia ponga en construcción, Inglaterra pondrá dos buques.

Pero como toda probabilidad de guerra entre las dos naciones había desaparecido por el momento, se cambió esa base de política para adoptar la que conoce muy bien el señor Ministro de Marina y que se llama *The Two Standard Policy*, es decir la conservación de una escuadra superior á las dos escuadras coaligadas más fuertes de Europa que puedan disputarle el predominio de los mares á Inglaterra. Esas escuadras eran entonces, las de Francia y Rusia, unidas.

Se ve que á pesar de la alianza con los franceses, la Francia continuaba siendo el factor determinante del aumento del poder naval de Inglaterra.

¿Por qué? Porque ningún político inglés se habría atrevido á garantizar al Soberano ó al pueblo del Imperio Británico, que no sobrevendrán cambios futuros en la política francesa, que lo que hoy es amistad, no será mañana ó más tarde recelos y

peligro. La Inglaterra debe marchar al porvenir segura de la paz en el presente y segura contra perturbaciones futuras.

Pongo á disposición de la Junta el acta de la sesión del Parlamento Inglés del día 1º de Marzo de 1904, en que se debatió esta cuestión. No la leeré porque es un documento extenso; pero diré en dos palabras su sustancia.

El gobierno se presentó al Parlamento, bajo el gabinete Balfour – y este fué uno de sus actos más transcendentales, – con un presupuesto de cuarenta y dos millones de libras esterlinas para gastos navales, lo cual importaba un aumento extraordinario sobre el presupuesto vigente.

Ruego al señor Ministro de Marina que conoce el inglés, que traduzca á la Junta las tres líneas que le señalo en este documento.

MINISTRO BETBEDER – (Leyendo) – «Resulta que el tonelaje de los acorazados ingleses construídos y en construcción en 1903, era de 786.000 toneladas, mientras que, los acorazados construídos y en construcción en Francia, en Rusia y en Alemania, sumaban juntos 770.000 toneladas...

DOCTOR ZEBALLOS – El gobierno inglés sostuvo en esta sesión memorable del Parlamento, que me fué dado escuchar presentado por el Ministro argentino señor Domínguez, que la diferencia era ya insignificante y que la Inglaterra estaba obligada á hacer construcciones costosas, para que esa diferencia estableciera una distancia mucho más importante entre las marinas que fundan el criterio del *Two Standard Policy*.

El Ministro Balfour cerró la cuestión

repetiendo argumentos que se han hecho también en esta Junta, y dijo que los opositores acusaban al gobierno inglés de iniciador de ese enorme programa de paz armada, que sería pronto imitado y pujado por otras naciones; pero declaró que esa no era la política inglesa, y agregó: «Nuestra política se limita á observar lo que hacen las otras naciones en materia de construcciones navales y á tomar inmediatamente las medidas que nos son necesarias. Aunque yo considero que mi honorable amigo (SIR MICHAEL HICKS BEACH) hace un argumento justo respecto del estado de las finanzas, advirtiendo los peligros de los gastos extraordinarios; sin embargo, no estamos discutiendo el monto del gasto para obtener buques, sino la cuestión de si es ó no es necesario adquirir dichos buques. El número, el carácter de nuestras naves, depende de lo que las otras naciones hacen; y nosotros no estamos arrastrando á los otros países á gastos impremeditados, pues la vigilancia de este Parlamento puede verificar si nos limitamos simplemente á seguir los que ellos hacen, vigilando que no nos impongan su superioridad naval. Tengo la convicción de que, á pesar de la oposición, el país sostendrá gustoso el aumento que solicitamos, por considerable que sea, y cualquier otra que el almirantazgo requiera, en virtud de necesidades positivas.

Tal era la opinión del Gabinete Inglés. Conozca ahora la Junta cual fué la opinión de la Cámara de lo Comunes, ciertamente más importante que la del diputado socialista que se ha traído aquí al debate. La Cámara aprobó el aumento naval por 247

votos contra 87 es decir, por una mayoría nacional de 160 sufragios.

No ha sido más feliz el argumento que se refiere á los Estados Unidos.

Nos ha dicho el ex Ministro de Hacienda del general Roca que este país ha crecido en población y en riqueza sin tener marina.

Esto no es rigurosamente exacto. Los Estados Unidos tuvieron siempre la marina que necesitaron, y con tanta eficacia que, á fines del siglo XVIII y principios del XIX, pudieron ya batirse con las formidables naves francesas y destruirlas ó apresarlas. Durante la guerra de secesión, más tarde, sorprendieron al mundo con las escuadras que, destruyendo á las de la Confederación, les diera el poder del mar y de los ríos y precipitara el triunfo de la Unión.

Es cierto que Mr. Root en su reciente visita, al hablar en el teatro de la Ópera, única oportunidad en que no reconocí al hombre de Estado de los discursos anteriores, dijo que debemos aconsejar á nuestros niños y á nuestro pueblo á odiar los armamentos y á predicar la paz y la concordia.

Pero él se ponía en contradicción con la política de su propio país, pues, pocos días más tarde el Presidente de los Estados Unidos presentaba al mundo, en solemne revista, una escuadra de cincuenta naves formidables acorazadas ó protegidas para anunciar á las naciones el criterio nacional de que no hay civilización contemporánea que no tenga por fundamento una poderosa base de fuerzas navales.

Pero aún prescindiendo de estos hechos,

el ex Ministro del general Roca ha olvidado que los Estados Unidos forman un continente apenas rodeado por países indefensos, por la escasez de su poder, de tal suerte que ellos son los dueños de los acontecimientos políticos y geográficos, porque pueden producir los actos y decir la última palabra, sin que ninguna voz poderosa se levante para contradecirlos. Ha olvidado también que nosotros nos encontramos en una situación geográfica diametralmente diversa, respecto de soberanía e seguridad.

Por un lado Chile, por otro lado el Brasil, dos países fuertes, en proporción a nosotros; tan fuertes, que unidos no pueden dejar de preocuparnos; y además, el Paraguay y el Estado Oriental, en los cuales si nuestra política tiene amigos, tiene también adversarios decididos estimulados por nuestra propia negligencia. Lo prudente y lo patriótico es, entonces, prevenirse para evitar desastres futuros.

El señor ex Presidente de la República, doctor Uriburu, no ha hecho sino un argumento digno de atención, aquel de que no debemos armarnos en la proporción proyectada por el Poder Ejecutivo porque Chile y el Brasil se apresuran á acercarse en contra de nosotros.

Señor Presidente, me sorprende que haya todavía personas en la República Argentina que ignoren que esos países han estado y están de acuerdo en su política exterior. Yo no puedo presentar las pruebas de la alianza de Chile y del Brasil; pero su inteligancia [*sic*] es tan evidente, que el gobierno argentino ha tenido las pruebas de esta unión en el Congreso Pan-America-

no de Río Janeiro, y ya he explicado la actitud de la Delegación Chilena en aquella conferencia, lo cual ractifica el argumento de la unión.

Pero si esa unión se ha de producir estando armados, evidentemente será mucho menos peligrosa para nosotros que la que puede ser ó puede robustecer la circunstancia de vernos desarmados, como una tentación fácil de victoria para los que miran con recelos y como un peligro futuro, el crecimiento de la civilización argentina.

Es precisamente esa unión y el engrimiento que han llevado al Brasil los nuevos vínculos contraídos con los Estados Unidos y cuya naturaleza aún no conozco con exactitud, los que han producido en el Brasil, últimamente, una serie de hechos que han sido ocultados á la opinión pública argentina, á tal punto que me parece que alguno de los eminentes ciudadanos aquí reunidos los ignoran, pues si los hubieran conocido no habrían afirmado tan categóricamente, que ninguna cuestión existe digna de preocuparnos, en las relaciones con el Brasil.

Respetando los motivos que haya tenido el Gobierno Argentino para guardar silencio sobre estos hechos, yo me creo obligado por un deber patriótico á hablar de ellos, en esta reunión y asumo la responsabilidad de mis palabras porque tengo el dato de otra fuente diplomática.

El señor Ministro de Relaciones Exteriores debe saber (no le pido que confirme mis palabras) que los delegados argentinos á la conferencia de Río Janeiro, han vivido bajo la vigilancia constante de

las autoridades, porque su seguridad personal peligraba. Y deben saber que hombres eminentes del Gobierno y profesores prestigiosos de la Universidad, han estado en constante actividad para impedir manifestaciones, no ya contra el nombre argentino, sino contra las personas mismas de sus representantes. — *(El Ministro de Relaciones Exteriores hace señales de afirmación.)*

El señor Ministro sabe que nuestros delegados más de una vez creyeron que había llegado la oportunidad de dejar Río Janeiro y tomar el vapor para Buenos Aires, tan ingrata era su situación, no obstante las cortesías oficiales que naturalmente les eran ofrecidas. — *(Nueva señal de asentimiento del Ministro de Relaciones Exteriores.)*

El señor Ministro de Marina debe saber que hay marineros del crucero «Buenos Aires» heridos en las calles de Río Janeiro, donde paseaban indefensos y fueron asaltados por turbas del populacho...

SEÑOR MINISTRO DE MARINA — Es exacto y querían obligarlos á gritar viva el Brasil y Chile aliados.

DOCTOR ZEBALLOS — Estos hechos, Excmo. Señor, que no han sido provocados por los argentinos revelan que hay una situación popular y diplomática en el Brasil, muy digna de llamar la atención de los políticos y del pueblo argentino y que no ha podido justificar, en manera alguna, la afirmación aquí dada de que nada hay pendiente entre nuestros países.

Algo, señor, existe en el pueblo brasileño, en el alma de esa nacionalidad, cuando

ha llegado hasta olvidar los respetos que la civilización otorga á los diplomáticos, y no á los diplomáticos políticos, sino á los que van en nombre de la ciencia y de la confraternidad á celebrar acercamientos internacionales.

Algo muy grave existe en el alma brasileña y en los recónditos designios de sus políticos, cuando ellos han podido mirar impasibles el asalto de los soldados, en cuyas personas ha sido ultrajado el honor uniforme de guerra de la República Argentina.

Algo muy grave ha de existir en el Brasil, cuando su prensa, por unanimidad, ha excitado á la plebe y hasta ha llegado á conducirse en aire amenazador contra la persona de los hombres de ciencia, dejando atrás á la Corea y á la China en casos análogos, porque allí los diplomáticos fueran siempre respetados, aún en momentos en que las balas se cruzaban.

Yo deploro que estos hechos le hayan sido ocultados al pueblo argentino, porque los pueblos que son los instrumentos de la autoridad, esenciales en el sacrificio, deben estar preparados para apoyar y responder á la acción de sus gobiernos, en vez de producir el vacío en torno de ellos, como ha sucedido en esta Junta de eminentes ciudadanos, acaso porque ignoraban los hechos que acabo de relatar y que los órganos del gobierno han confirmado.

Nosotros podemos garantizar al señor Presidente y al país que miramos con calma estos sucesos, que yo atribuyo á una enfermedad de la imaginación del pueblo y de los políticos brasileños; pero ¿quién puede asegurar á V.E. ni al país, que esas

muchedumbres no arrastrarán un día a su gobierno hasta la temeridad de derrocarlo ó de imponerle conflictos con la República Argentina?

He buscado la explicación de estos hechos extraordinarios, que de improviso han sorprendido á la República Argentina con una enemistad que nadie podía esperar del Brasil, después de las demostraciones de amistad de todos los políticos argentinos que se han esforzado unánime y constantemente en dar á aquella nación; después de las explosiones populares en honor de Campos Salles y de su patria, que han dejado atrás en unanimidad y espontaneidad á los que la Francia hiciera al Zar de Rusia cuando fué á llevarle á París el apoyo de su poder militar, sellando la alianza.

Esa explicación ha sido dada por la diplomacia americana, la han comunicado á los gobiernos de los Estados Unidos de América y el señor Presidente de República sabe cual es el medio de obtener los datos oficiales que han formado esos diplomáticos. Se trata de un secreto de Estado que conozco y no me es dado vulgarizar; pero basta que el señor Presidente de la República conozca la fuente, para que los intereses nacionales estén bien servidos.

Y bien, los diplomáticos americanos entienden que el espíritu del Brasil es hostil á la República Argentina en estos momentos oficiales y popularmente, y lo explican diciendo que el Brasil está trabajado por hondas causas de perturbaciones civiles. Que sus divisiones geográficas han creado antagonismos de aspiraciones polí-

ticas y de intereses económicos. Que la revolución de Matto Grosso, Cuyabá, de Sergipe y del Alto Amazonas, cuatro alzamientos simultáneos producidos durante las sesiones de la misma Conferencia Pan-Americana, y cuando el Brasil hablaba con desdén de los países de la guerra civil, revelan que las ideas anarquistas están produciendo en aquel país una tendencia que puede llegar hasta la separación de la misma nación en regiones. Ante este peligro creciente, robustecido por el poder que se han reservado todas las provincias brasileñas, de dictar leyes con derecho de exportación independientemente de la ley nacional, se prevé una era de guerras civiles que preocupa hondamente á los políticos de Río Janeiro.

Ellos han encontrado evidente la necesidad de distraer lo [*sic*] atención del pueblo, especialmente de los estados inclinados á la guerra civil, presentándoles el fantasma de un peligro extranjero, la necesidad de la concentración y de los armamentos, para defender el honor y la integridad del Brasil. Ese peligro ha sido presentado en la forma del peligro argentino y se convoca al pueblo á la militarización, á las maniobras y se le pide recursos para ingentes gastos navales, teniendo en vista las relaciones con la República Argentina.

¿Deberemos parecer indiferentes ante ellos? Eso sería alentar los sentimientos de hostilidad brasileña y presentarle la oportunidad fácil; mientras que si nos ven prevenidos, resueltos y armados, los peligros disminuirán extraordinariamente de intensidad.

También ha dicho el ex Ministro de Ha-

cienda del general Roca, que el Brasil no es un peligro para la República Argentina, porque al contrario, el Estado Oriental es un peligro para él; porque con el Estado Oriental podemos nosotros infiltrarles la guerra civil y producir la separación de las provincias meridionales del Brasil, para fundar con el Estado Oriental una nueva nacionalidad fuerte.

Este argumento, Excmo. Señor, me parece infundado y contrario al sentido con que nos presenta.

Desde luego, señor, nadie debe pensar que en el caso de una guerra nacional haya provincias brasileñas que deserten la bandera de su patria, para plegarse á la bandera de un país extraño, en nombre de la lucha civil. Estos hechos son contrarios a la naturaleza humana y basta este argumento para desautorizar el que contesto.

Pero si fuera posible valerse del Estado Oriental para inocular el virus de la guerra civil en el Brasil, para dividirlo, para constituir un Estado fuerte sobre el Río de la Plata, con la base del Estado Oriental, declaro señor Presidente, que como patriota y como hombre de Estado, consideraría el acto más imprevisor é impolítico de los argentinos, que los aconsejaran ó realizaran.

Pienso el contrario, que ese sería un CASUS BELLÍ para la República Argentina. Ella no puede permitir que se forme en la boca del Río de la Plata un Estado tan fuerte ó más fuerte que el de Chile, como sería el constituido por las ricas y viriles provincias del Sud del Brasil, unidas al Estado Oriental, que sumaría una población inmediata de diez millones de habitan-

tes. Sería aumentar los peligros de la situación geográfica argentina y la inseguridad de su presente y de su porvenir. Será siempre un programa de todos los políticos previsores de la República Argentina, impedir por la diplomacia ó por las armas, la formación de una gran república ribereña del Río de la Plata, destinada á disputarnos inmediatamente, no sólo una parte de su soberanía, sino tam[bién] el predominio sobre los ríos interiores, especialmente del Uruguay y Alto Paraná.

Las consideraciones políticas que de jo expuestas, habrán explicado á V.E. que si apoyo de modo resuelto la actitud del Poder Ejecutivo, no es ciertamente obedeciendo á impresiones vagas, sino á hechos reales, de cuya posibilidad nadie puede dudar en esta asamblea ni fuera de ella.

Dejo así comprobada mi tese de que es necesario aumentar el poder naval de la República Argentina, con el único criterio de responder á las necesidades actuales y futuras, de garantizar la paz, el progreso y riqueza del país.

No he querido, á designio, detenerme á refutar un argumento hecho por los ex Ministros del general Roca, y común entre todos los que improvisan sobre cuestiones internacionales, de que lo que este país necesita, no son buques ni ejércitos, sino inmigrantes, tesoros acumulados y fondos de reserva.

El argumento, señor Presidente, no merece en verdad los honores de la discusión. Bastaría para contestarlo recordar lo que le sucedió á Vasco Nuñez de Balboa, descubridor del mar Pacífico, cuando después de varios días de fatigas y

de hambre, llegó á través del istmo mortífero de Darién, lo prendieron los indios y sediento y con hambre, les suplicaba que le dieran agua y un puñado de maíz. Los indios con profunda ironía le presentaron cestos rebosantes de oro y cuando él se los rechazaba, insistiendo en pedir alimento, ellos le dijeron: — «Habéis venido á buscar oro, tomad oro.»

¿Qué sería de la República Argentina si siguiera estos consejos del eminente ciudadano, según los cuales debemos descuidar nuestro poder naval para reducirnos á llamar inmigrantes y acumular tesoros, si un día apareciera una escuadra formidable á catorce mil metros de Bahía Blanca ó de Buenos Aires é incendiara estas ciudades en una hora, imponiéndoles la ley suprema de la capitulación, para llevarse todo nuestros tesoros, reunidos como fruto del trabajo de los inmigrantes? ¿Y quién osará decirme en esta Asamblea que no se destruyen ciudades desde catorce mil metros y desde mayores distancias impunemente, si los atacantes traen los cañones de que nos ha hablado el señor Ministro de Marina y el atacado tiene los elementos ineficaces de que él también nos ha hablado?

La única garantía de esos fondos acumulados, y del trabajo de esos inmigrantes, será un poder naval eficaz; y esto mismo inspirará confianza en el mundo respecto de nosotros, como teatro de inmigración, pues conociendo, como se conoce, nuestro carácter pacífico, se sabrá también que estamos á cubierto de agresiones.

Sólo me resta ahora, señor Presidente, referirme al segundo punto enunciado: el de la medida y condiciones de los aumentos militares. Pero he enunciado también mi opinión de que no nos corresponde preocuparnos al respecto; que esta es la misión de los consejeros científicos del gobierno.

Yo tengo confianza en la prudencia, en el patriotismo y en el buen sentido del señor Presidente de la República y de sus Ministros. Nos han presentado las pruebas escritas, de que no es el gobierno argentino el autor de este principio de armamento, que no ha sido ni es su propósito político lanzar al país en las rivalidades de la paz armada. Al contrario he oído encantado la exposición gubernativa y como ciudadano argentino, despojado de toda vinculación oficial ó partidista, me complazco en declarar que me siento satisfecho de la manera como estos negocios son manejados por el gobierno de V.E.

El señor Ministro de Relaciones Exteriores, nos ha dado pruebas del origen de esta fiebre militar y su desarrollo en torno nuestro; nos ha demostrado toda la prudencia con que el Gobierno Argentino ha deseado eliminarlo, sin conseguirlo, y nos ha dejado la impresión de que hay un propósito de confiar en el porvenir, más en la voz de los cañones que en la voz de la prudencia y de la diplomacia.

La necesidad de precavernos es, pues, tan evidente, como el derecho con que los banqueros y los comerciantes más conservadores gastan una parte de sus ganancias en serenos extraordinarios para cuidar

sus riquezas, no obstante el prestigio de que goza nuestra policía.

Los buques de guerra poderosos y los ejércitos bien organizados, son como los vigilantes, garantías de la vida, la tranquilidad, la riqueza y el honor de los pueblos.

Estoy, por consiguiente, persuadido de que el señor Presidente de la República y el gabinete, adoptarán las medidas que los hechos estudiados por ellos les indican con tales propósitos y debemos estimular al Poder Ejecutivo á ser vigilante y á no cerrar sus oídos á los consejos de sus altos cuerpos técnicos, porque de lo contrario sus miembros asumirían una responsabilidad fundamental ante el presente y el futuro de los destinos de la República Argentina; pero si esta política no se adopta, el Gobierno tendrá que entregarse al platonismo contemplativo de los filántropos ó de la comunidades religiosas que todo lo esperan de la Divina Providencia, olvidando los caracteres geográficos y políticos de nuestra situación en el Río de la Plata y en Sud América.

He dicho.

APOSENTADORIA
DE SOUZA DANTAS

APRESENTAÇÃO

Um recente artigo, publicado por uma revista de divulgação histórica, mostra como reina certa confusão sobre a aposentadoria do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas. Não se trata de um fato de maior relevância histórica, mas as distorções têm servido para fazer acreditar que o embaixador foi aposentado “a bem do serviço público”, figura de direito administrativo do Estado Novo que permitia grandes arbitrariedades. Nela foram enquadrados, nos anos da ditadura de Vargas, vários funcionários do Itamaraty. Não foi o caso de Souza Dantas. Foi aposentado por limite de idade a 9 de maio de 1941, ato que foi, depois, tornado sem efeito pelo Decreto-Lei n. 7.178, de 21 de dezembro de 1944, medida excepcional, que não podia ser tomada por um simples decreto, exigindo, por afastar a aplicação da legislação em vigor, um ato com força de lei. Sua aposentadoria passaria a vigorar a partir de 26 de abril de 1944, quando o embaixador já cumprira 68 anos de idade, sendo nascido a 17 de fevereiro de 1876.

Fiéis ao nosso propósito de publicar a transcrição de documentos úteis ao conhecimento de nossa história diplomática, publicamos, a seguir, os atos administrativos relativos à aposentadoria do diplomata, bem como textos relevantes dos dispositivos legais que os fundamentaram. Como parecem alguns querer vincular a aposentadoria do embaixador com o inquérito administrativo, instaurado contra a opinião do Itamaraty,

por ordem expressa do presidente Vargas, para “apurar a responsabilidade de funcionários do Ministério das Relações Exteriores que concorreram no Brasil e no exterior para a concessão de vistos ilegais” (processo 2.161/42 do DASP), julgamos oportuno dar igualmente à luz o memorial de autoria do doutor Sebastião do Rego Barros, consultor jurídico do Itamaraty, designado de ofício para assegurar a defesa de Souza Dantas no inquérito em apreço, bem como trechos pertinentes do relatório do DASP sobre o referido inquérito e do ofício n. 1.973, de 18 de agosto de 1942, pelo qual o então presidente daquele Departamento, dr. Luiz Simões Lopes, submeteu o relatório ao presidente Vargas.

Quanto ao processo 1.956-40, instaurado por ordem do presidente Getúlio Vargas “para apurar irregularidades verificadas na entrada e permanência de estrangeiros em território nacional e a responsabilidade dos funcionários nelas envolvidos”, nada tem a ver com embaixador Souza Dantas. São vinte e quatro os funcionários indiciados, dos quais três do Itamaraty. Souza Dantas não está entre eles, nem é mencionado no processo. Prova-o o despacho do presidente interino do DASP, Moacir Briggs, de 21 de novembro de 1940, publicado no *Diário Oficial* de 22 de novembro do mesmo ano, que transcrevemos para maior clareza dos fatos.

O Editor

DECRETO¹ DE 9 DE MAIO DE 1941

O Presidente da República resolve:

APOSENTAR:

De acordo com o art. 34, § 2º, do Decreto-Lei n. 791, de 14 de outubro de 1938, combinado com o artigo 196, item I, do Decreto-Lei 1.713, de 28 de outubro de 1939,

Tendo em vista o que consta do processo n. 8, do Ministério das Relações Exteriores:

Luiz Martins de Souza Dantas, no cargo de Embaixador, padrão “O”, do Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores.

**DECRETO-LEI² N. 791 • DE 14 DE OUTUBRO DE 1938**

Reorganiza o Ministério das Relações Exteriores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

DECRETA:

.....
Art. 34 A aposentadoria compulsória ou por invalidez dos funcionários do Quadro Único do Ministério das Relações Exteriores será regulada pela lei geral, na base da respectiva remuneração no país.

§ 1º Serão aposentados os funcionários da carreira de “Diplomata”, independentemente de qualquer outro requisito ou formalidade, quando completarem 35 anos de efetivo exercício na carreira.

§ 2º Serão compulsoriamente aposentados os funcionários da carreira de “Diplomata” que atingirem os seguintes limites de idade: Classe N – 65 anos; Classe M – 62 anos; Classe L – 60 anos; Classe K – 55 anos.

1 *Diário Oficial da União*, Seção I, p. 9.244, segunda-feira, 12 maio 1941.

2 Disponível em: <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=10321>. Acesso em: 29 out. 2007.

§ 3º Se o reclamar o interesse público, o Governo poderá abrir exceção à regra estabelecida no § 1º do presente artigo, para os funcionários da classe N da carreira de “Diplomata”, baixando, para esse fim, decreto em que se justifique tal ato.

.....



DECRETO-LEI³ N. 1.713 • DE 28 DE OUTUBRO DE 1939

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e para cumprimento do art. 156,

DECRETA:

.....

Art. 196 O funcionário será aposentado:

- I. Quando atingir a idade limite fixada na Constituição ou nas leis especiais;
- II. Quando verificada a sua invalidez para o exercício da função;
- III. Quando invalidado em consequência de acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou de doença profissional;
- IV. Quando acometido de qualquer das doenças especificadas no art. 201 e
- V. Quando, depois de haver gozado vinte e quatro meses consecutivos de licença, for verificado não estar em condições de reassumir o exercício do cargo.

Parágrafo único. A aposentadoria dependente de inspeção médica só será decretada depois de verificada a impossibilidade da readaptação do funcionário.

Art. 197 Fora dos casos previstos no artigo anterior, poderão ser aposentados, independentemente de inspeção de saúde;

- a) os funcionários cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Presidente da República, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime.

3 Disponível em: <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=6034>. Acesso em: 29 out. 2007.

- b) *ex-officio*, ou a seu requerimento, os funcionários que contarem mais de trinta e cinco anos de efetivo exercício e forem julgados merecedores desse prêmio, pelos bons e leais serviços prestados à administração pública.



DECRETO-LEI⁴ N. 7.178 • DE 21 DE DEZEMBRO DE 1944

Dispõe sobre a aposentadoria do Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas deverá ser considerado aposentado no cargo de Embaixador, padrão O, do Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores, a partir de 26 de abril de 1944, ficando sem efeito o Decreto de 9 de maio de 1941, que o aposentara nesse mesmo cargo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1944,
123º da Independência e 56º da República.

Getúlio Vargas
P. Leão Veloso

.....



4 Disponível em: <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=2890>. Acesso em: 29 out. 2007.

AHI • LATA 1587 • MAÇO 34502 • DEFESA DO EMBAIXADOR SOUZA DANTAS

O doutor Sebastião do Rego Barros, consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao convite do senhor presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, tem a honra de passar às mãos de Sua Excelência, em anexo, a defesa do senhor embaixador Luiz de Souza Dantas, no processo administrativo que lhe é movido nesse departamento.

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1942.

[*Anexo*]

DEFESA DO EMBAIXADOR LUIZ DE SOUZA DANTAS

Duas são as acusações feitas ao embaixador Souza Dantas:

I

Concessão de vistos diplomáticos a doze pessoas, excedendo os limites da autorização outorgada pelo Itamaraty;

II

Haver autorizado o cônsul honorário, em Casablanca, a prorrogar vistos caducos.

Ambas ruem, ao examinarem-se as peças do processo:

1º) *Vistos ilegais:*

Em 8 de outubro, de 1940, expediu o embaixador Souza Dantas, ao Ministério das Relações Exteriores, o seguinte telegrama:

A título absolutamente excepcional e à vista da angustiosa situação em que se acham aqui certos apátridas, consulto a Vossa Excelência se me autoriza visar, sob a minha responsabilidade exclusiva, alguns passaportes Nansen ou documentos de identidade, cuja relação remeterei à Secretaria de Estado. (Anexo n. 3, do Relatório da Comissão de Inquérito.)

A 12, do mesmo mês, respondeu o ministério: “Resposta telegrama n. 148. Autorizado”.

Alega-se que a intenção do Itamaraty, ao conceder essa autorização, visava, apenas, “a personalidades ilustres, que, por motivos políticos, estivessem na eminência de perder sua nacionalidade”, havendo o embaixador lhe dado uma interpretação muito elástica, estendendo-a dos apátridas a pessoas de nacionalidade definida, que não podiam ser portadoras de passaporte Nansen.

Mas nem só para visar esses passaportes fora a autorização pedida, senão, também, outros documentos de identidade.

Assim, interpretando, embora com certo elastério, a autorização, não cometeu o embaixador uma falta que o tornasse passível de pena.

Sofreu-a, entretanto, pois como tal se não pode deixar de considerar a verdadeira repreensão contida no despacho SP/1/551.16, de 3 de janeiro de 1941, que suspendeu a autorização, embora reconhecendo que o alto funcionário agira levado “pelo sentimento de piedade, diante das dificuldades em que se encontra tanta gente em França”.

Logo, por hipotético erro de interpretação, sofreu uma das penas cominadas no art. 231 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União – a repreensão –, rigorosa, dada a categoria do paciente e seus honrosos antecedentes.

2º) *Autorização ao cônsul honorário, em Casablanca, para prorrogar vistos caducos:*

Nenhum fundamento tem a acusação. Jamais deu o embaixador Souza Dantas, nem lhe competia fazê-lo, tal autorização.

O que se verifica do Relatório da Comissão de Inquérito e consta do ofício n. 199, do acusado ao Ministério das Relações Exteriores, ao mesmo relatório anexado, sob n. 10, é o seguinte;

Passageiros do vapor *Alsina*, munidos de todos os documentos legais e de vistos consulares brasileiros, válidos, tiveram a viagem interrompida, em Dacar, por haver aquele paquete regressado a Casablanca, onde foram recolhidos a um campo de concentração.

Meses depois, fez-se possível a continuação da viagem, a bordo de outro vapor, mas o cônsul do Brasil informou às empresas de navegação que os vistos brasileiros estavam prescritos.

Provocado por múltiplos apelos, que lhe faziam os viajantes, dirigiu o embaixador Souza Dantas, ao Ministro das Relações Exteriores, o telegrama n. 125, de 27 de junho de 1941, solicitando uma medida, de

ordem geral, em relação a todos os passageiros, beneficiários de vistos, utilizados dentro do prazo legal, de noventa dias.

A 22 e a 23 de junho, telegrafara ao cônsul, em Casablanca, nos seguintes termos:

1º Telegrama

Comme vous savez, par ordre notre gouvernement je dois m'abstenir complètement m'ocuper passeports et leurs visas. Consulat Casablanca doit s'entendre toujours avec consulat Marseille.

2º Telegrama

Il est nécessaire vous vous entendiez sans retard avec consulat Marseille pour que celui-ci s'entende avec notre gouvernement afin repondre cas passagers *Alsina* qui continuent à me telegraphier en quantité. Je vous serai reconnaissant de leur expliquer qu'à mon vif regret, d'accord avec les règlements brésiliens, cette ambassade ne peut rien faire.

Tendo decorrido quase dois meses, sem que o ministério desse resposta ao telegrama n. 125 e continuando premido pelos apelos dos infelizes viajantes, passou, a 10 de agosto, ao mesmo cônsul, em Casablanca, este telegrama:

Pour votre gouvernement afin éviter demandes continuelles intéressés, vous informe que visas consulaires conservent leur validité toutes les fois que leurs porteurs soient embarqués dans le delai y indiqué. La situation des passagers de l'*Alsina* s'encadrant dans cette interpretation, prie faciliter continuation leur voyage.

É evidente que o embaixador nenhuma ordem transmitiu ao cônsul. Fez-lhe ver, em dois telegramas, que o caso não era da competência da embaixada e aconselhou-o a entender-se com o consulado em Marselha.

No terceiro, informou-o da interpretação relativa ao prazo de validade dos vistos e pediu-lhe que facilitasse a continuação da viagem dos passageiros seus portadores.

Não ordenou; não podia ordenar; nem como ordem podia o cônsul considerar este telegrama.

Quanto à interpretação, era absolutamente jurídica.

Nem, propriamente, é caso de interpretação, se a lei é clara – *in claris cessat interpretatio*.

O art. 41 do Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938, é de clareza meridiana, quando dispõe: “O visto é válido por (90) noventa dias, contados da sua data à do embarque”...

Os passageiros do *Alsina*, que haviam embarcado, dentro de noventa dias, contados da data do visto, estavam legalmente habilitados a viajar para o Brasil.

A demora, no curso da viagem não podia invalidar o visto.

O embaixador deu uma opinião acertada, esclarecendo um dispositivo legal.

Não há como, por isso, imputar-lhe uma falta.

Estão, assim, destruídos os dois itens da acusação, quer do ponto de vista jurídico, quer do moral.

Como quer que seja, porém, não seria o embaixador Luiz de Souza Dantas, na situação *sui generis* em que se encontra, passível de pena administrativa.

Em 9 de maio de 1941, *ex-vi* do disposto nos art. 34, § 2º, e 196, item I – respectivamente, do Decreto-Lei n. 791, de 14 de outubro 1938, e do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União –, foi ele aposentado, pedindo-lhe o governo que continuasse no seu posto, até a chegada do sucessor.

Nessas condições, a única pena a que estaria sujeito seria a cassação da aposentadoria.

Mas esta só pode ser decretada nos casos previstos no art. 245 daquele estatuto, e em nenhum deles se enquadra a espécie em foco.

As pretensas faltas, se existentes, determinariam, quando muito, a aplicação do item II do citado artigo. Mas, para isso, era indispensável houvessem sido praticadas antes da aposentadoria – o que se não verifica.

Não terá, portanto, o embaixador Souza Dantas sua brilhante carreira coroada por uma condenação, em processo administrativo, que lhe mancharia uma edificante fé de ofício, em quarenta e cinco anos de relevantes serviços ao Brasil.

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1942.

O consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores,
S. do Rego Barros



AHI • LATA 1587 • MAÇO 34502 • RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INQUÉRITO

Em 18 de agosto de 1942.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,⁵

Submeteu Vossa Excelência ao estudo deste departamento o anexo processo, referente ao inquérito administrativo instaurado para apurar as responsabilidades dos servidores que concorrem para a concessão de vistos ilegais em passaportes.

2. A Comissão de Inquérito foi constituída pelos senhores embaixador Maurício Nabuco, Demócrito de Almeida, delegado auxiliar, e Bento Queiroz de Barros Júnior, presidente da Comissão de Eficiência do Ministério da Justiça.

3. Recebido o relatório da Comissão de Inquérito, adotou este departamento, por determinação de Vossa Excelência (item 33 do relatório anexo), as medidas necessárias à ulatimação do processo, fazendo citar os indicados para apresentação de defesa.

4. A seguir, foi o processo examinado, como comprova o relatório anexo, cujas conclusões se basearam no confronto dos autos com as razões de defesa apresentadas.

5. De acordo com aquelas conclusões, ficou apurado:

I Quanto a Luiz Martins de Souza Dantas:

- a) que o mesmo estendeu a pessoas de nacionalidade definida a autorização que lhe fora concedida pelo Ministério das Relações Exteriores, de visar passaportes e outros documentos de apátridas (alínea a do inciso I do item 65 do relatório);
- b) que também autorizou, implícita e irregularmente, o cônsul honorário em Casablanca a prorrogar vários vistos caducos (alínea b do inciso citado);
- c) que, por esses fatos, incorreu em falta grave, tornando-se passível de suspensão, na forma do artigo 234 do Estatuto dos Funcionários (alínea c do mesmo inciso);
- d) que, por decreto de 9/5/41, foi aposentado, compulso-

5 N.E. – Intervenção manuscrita, à margem esquerda do parágrafo: “Arquive-se. Em 20-8-942. Vargas”.

riamente, por implemento de idade, continuando, porém, a responder pela embaixada do Brasil em Vichy (alínea d do mesmo inciso);

.....

6. Nessas condições, este departamento tem honra de restituir a Vossa Excelência o anexo processo e de propor:

- a) que não se aplique a Luiz Martins de Souza Dantas a pena de suspensão em que incorreu (alínea c do inciso I do item anterior), de vez que já foi aposentado (alínea d do mesmo inciso) e a que, se estivesse na inatividade, nenhuma penalidade lhe poderia ser imposta, porquanto não se configurou, no caso, falta determinante de cassação da aposentadoria para efeito de demissão, única penalidade a que estão sujeitos os funcionários inativos (alínea e do inciso I do item 65 do relatório);
-

Luís Simões Lopes
Presidente

[*Anexo*]

Processo 2.161/42

Processo administrativo mandado instaurar pelo Senhor Presidente da República, a fim de apurar a responsabilidade de funcionários do Ministério das Relações Exteriores (MRE) que concorreram, no Brasil ou no estrangeiro, para a concessão de vistos ilegais.

I

O senhor Presidente da República submeteu ao estudo deste departamento (DASP) o processo administrativo instaurado por sua determinação, a fim de apurar a responsabilidade de funcionários do MRE que, no Brasil ou no estrangeiro, concorreram para a concessão de vistos ilegais em passaportes (fls. 176 do proc.).

2. Estudadas todas as fases do processo, passo a apreciá-las separadamente.

.....
24. O senhor ministro do Exterior dirigiu, em 28/10/41, E.M. confidencial ao chefe do governo, na qual, além de outras considerações, declarava que, com a devida vênia e salvo melhor juízo, não lhe parecia necessário a instauração de inquérito administrativo, de vez que o único funcionário diretamente responsável, o cônsul brasileiro em Cádiz, Eduardo Porto Osório Bordini, já fora aposentado, no interesse do serviço público, de acordo com proposta apresentada por aquele ministério (fls. 11 e 12).

25. O senhor presidente da República não aceitou este alvitre, remetendo o processo ao DASP, em 22/11/41, “para, mediante inquérito administrativo, apurar a responsabilidade de quaisquer funcionários que hajam concorrido, no Brasil ou no estrangeiro, para a concessão dos ‘vistos’ de que tratam estes expedientes” (fls. 5).

.....

VII

Conclusões Finais

65. Nestas condições, estudados os atos do processo, confrontadas as conclusões da CI e as razões de defesa, e vistos os documentos juntos, segundo o exame minuciosamente feito, sou de parecer:

- I. quanto ao indiciado Luiz Martins de Souza Dantas:
 - a) que apurado ficou, no processo, haver ele ampliado autorização que lhe fora concedida pelo MRE, relativa à concessão de passaportes Nansen ou documento de identidade a apátridas (alíneas a e c do item 56);
 - b) que também ficou comprovado haver autorizado, implícita e irregularmente, o cônsul honorário em Casablanca a prorrogar vários vistos caducos (alíneas e e j do item 56);
 - c) que, por esses fatos, incorreu, quando menos, em falta grave, tornando-se passível da pena de suspensão, na forma do art. 234 do E[*statuto dos*] F[*uncionários*] (alínea l do item 56);
 - d) que, por decreto de 9-5-41, foi aposentado, compulsoriamente, por implemento de idade, continuando, porém, a

responder pela embaixada do Brasil em Vichy (alíneas m e n do item 56);

- e) que, entretanto, não seja aplicada ao indiciado a pena de que se tornou passível, atendendo a que, se estivesse no gozo da aposentadoria decretada, nenhuma penalidade lhe poderia ser imposta, de vez que não se configurou, no caso, falta determinante de cassação de aposentadoria, única penalidade a que estão sujeitos os funcionários inativos (alínea o do item 56);

II. quanto ao indiciado Antônio Porciúncula:

- a) que ficou provado, no processo, haver revalidado, irregularmente, 12 vistos permanentes, e concedido, sem qualquer autorização, 30 vistos temporários (alíneas a a f do item 59);
- b) que, assim procedendo, incorreu, quando menos, em falta grave, tornando-se passível da pena de suspensão, na forma do art. 234 do E.F. (alínea h do item 59); e
- c) que, entretanto, não é mais o indiciado passível de sanção administrativa, visto já ter sido exonerado do cargo de cônsul honorário do Brasil em Casablanca, por decreto de 20-11-41 (alínea i do item 59);

III. quanto ao indiciado Eduardo Porto Osório Bordini:

- a) que as alegações do indiciado convencem, *si et in quantum*, da regularidade do seu procedimento, isentando-o de qualquer responsabilidade, razão por que deverá ser revista sua aposentadoria no interesse do serviço público, que teve, evidentemente, o caráter de penalidade (alínea g do item 64);
- b) que, entretanto, é preciso ressaltar que as alegações do indiciado se baseiam, única e exclusivamente, no telegrama que lhe terá sido dirigido pelo ex-cônsul do Brasil em Casablanca, telegrama esse de que não juntou cópia na sua defesa, nem existe qualquer documento no processo que comprove sua existência (alínea h do item 64);
- c) que se aceite, até prova em contrário, como real o aludido telegrama, atendendo-se a que, na presente situação internacional, seria difícil ao indiciado a apresentação do mesmo (alíneas i e m do item 64);

- d) que o MRE apure, por meios sumários, a efetiva existência do aludido telegrama, que se deve encontrar no arquivo do consulado do Brasil em Cádiz (alínea m do item 64); e
 - e) que, por esses motivos, somente se tornem efetivas as medidas constantes da alínea a supra, caso fique devidamente comprovada a existência do citado telegrama (alínea n do item 64);
- IV. que se promova a apuração dos responsáveis pela contradição de que trata o item 49 deste relatório, relativa ao desembarque da passageira Magdalena Landsbergrova, aplicando-se-lhes a pena disciplinar que couber, no caso da culpa funcional (item 50);
- V. que o processo seja encaminhado ao MRE para os fins indicados nas alíneas d e e do inciso III, deste item; e
- VI. que, posteriormente, o MRE promova a remessa do mesmo processo ao MJNI, para a providência a que se refere o inciso IV, supra.

D.F., em 11 de agosto de 1942.

Moacir de Matos [*Ilegível*]
Chefe de Seção⁶



6 N.E. – Ao final do texto, intervenções manuscritas: “De acordo, à vista do relatório. D.F. 13.8.2 Paulo [*Ilegível*]” e “Aprovado. Em 17.8.42. Luís Simões Lopes, presidente”.

DESPACHO⁷ DO PRESIDENTE DO DASP • 22 NOV. 1940

PROCESSO N. 1.956-40 – Referente ao processo administrativo, instaurado de ordem do Sr. Presidente da República, para apurar irregularidades verificadas na entrada e permanência de estrangeiros em território nacional e a responsabilidade dos funcionários nelas envolvidos.

DESPACHO – De conformidade com o despacho do Sr. Presidente da República, exarado no processo n. 1.956, deste ano e publicado no *Diário Oficial* de 9 do corrente, páginas 21.086-87, e nos termos do artigo 254 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, cito os acusados, abaixo discriminados, para, no prazo de dez dias, a partir da publicação deste despacho, apresentar defesa, podendo, para isso examinar de 11 às 17 horas dos dias úteis, os autos do processo que se acham neste departamento, na sala dos Serviços Auxiliares, no edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 6º andar, nesta capital: Manoel Francisco Pinto, Paulo Miranda de Almeida, Alberico Sponza, Valter Schleder, Péricles Barbosa Lima, Francisco Bastos Monteiro, Luiz Ferreira Guimarães, José de Gois Calmon de Brito, Almerinda Campos, Paulo Câmara da Mota, Ociola Martinelli, Idelfonso Soares de Mendonça, José Correia Pimenta, Júlia de Carvalho Albuquerque Aragão, Herald Pederneiras, Virgílio de Almeida, Zoroastro Pereira da Cunha, Carlos Martins de Souza, Franklin Antonio Tavares, Benedito Trindade, Antonio Inácio de Oliveira, Beata Vettori Esteves, Sinedy [sic] Manhães Pinheiro e Alaíde Coelho Pinheiro.

Comunique-se e publique-se.

Em 21 de novembro de 1940.

Moacir Briggs
Presidente Interino

7 *Diário Oficial*, Seção I, p. 21.886, sexta-feira, 22 nov. 1940

Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano VI, Número 11. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2007.
494 p. ; 17 x 25 cm

Semestral
ISSN: 1678-586X

1. Brasil – Relações exteriores – História – Periódicos. 2. Diplomacia – Brasil – História – Periódicos. I. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática.

CDU 341.7(81)(0.91:05)

Direitos de publicação reservados à Fundação Alexandre de Gusmão
Impresso no Brasil – 2007

